

PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 1ª SÉRIE
DA 4ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA



GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta

Rua do Rocio, nº 288, conjunto 16 (parte), 1º andar, CEP 04552-000, São Paulo - SP
CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93

Lastreados em Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio de emissão da Nardini Agroindustrial Ltda.
representativas de Direitos Creditórios do Agronegócio

No Valor Nominal Total de até

R\$ 120.000.000,00

(cento e vinte milhões de reais)

CÓDIGO ISIN DOS CRA DA 1ª SÉRIE: BRGAFLCRA014

REGISTRO DA OFERTA NA CVM: CVM/SRE/CRA/2013/002

EMIÇÃO DE ATÉ 400 (QUATROCENTOS) CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO ESCRITURAIS, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS ("CVM") Nº 400, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003, CONFORME ALTERADA ("INSTRUÇÃO CVM 400") DA 1ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. ("SECURITIZADORA" OU "EMISSION" E "EMISSION", RESPECTIVAMENTE), COM VALOR NOMINAL DE R\$300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS), PERFAZENDO, EM 19 DE NOVEMBRO DE 2013 ("DATA DE EMISSÃO"), O VALOR TOTAL DE ATÉ R\$120.000.000,00 (CENTO E VINTE MILHÕES DE REAIS) ("OFERTA").

A EMISSÃO FOI APROVADA EM REUNIÃO DE DIRETORIA DA EMISSORA, REALIZADA EM 2 DE JANEIRO DE 2013, REGISTRADA NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO ("JUCESP"), EM 21 DE JANEIRO DE 2013, SOB O Nº 31.623/13-0 E PUBLICADA NO JORNAL O DIA DE SÃO PAULO ("JORNAL") E NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO ("DOESP"), EM 24 DE JANEIRO DE 2013 ("REUNIÃO DE DIRETORIA"). A DATA DE VENCIMENTO DOS CRA SERÁ 25 DE ABRIL DE 2019 ("DATA DE VENCIMENTO").

O VALOR NOMINAL DOS CRA NÃO SERÁ OBJETO DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. A REMUNERAÇÃO DOS CRA, INCIDENTE SOBRE O SALDO DO SEU VALOR NOMINAL DESDE A DATA DA INTEGRALIZAÇÃO, CORRESPONDERÁ, PARA O PERÍODO ENTRE A DATA DA INTEGRALIZAÇÃO E A DATA DE VENCIMENTO OU NA HIPÓTESE DE OCORRÊNCIA DE UM EVENTO DE VENCIMENTO ANTECIPADO, A JUROS REMUNERATÓRIOS EQUIVALENTES A 100% (CEM POR CENTO) DA VARIAÇÃO ACUMULADA DAS TAXAS MÉDIAS DIÁRIAS DOS DI OVER EXTRA GRUPO - DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS DE UM DIA, CALCULADAS E DIVULGADAS PELA CETIP S.A. MERCADOS ORGANIZADOS ("CETIP"), NO INFORMATIVO DIÁRIO DISPONÍVEL EM SUA PÁGINA NA INTERNET ([HTTP://WWW.CETIP.COM.BR](http://www.cetip.com.br)), BASE 252 (DEZENTOS E CINQUENTA E DOIS) DIAS ÚTEIS, EXPRESSA NA FORMA PERCENTUAL AO ANO ("TAXA DI"), ACRESCIDA EXPONENCIALMENTE DE SPREAD OU SOBRETAXA, DE 3% (TRÊS POR CENTO) AO ANO, BASE 252 (DUZENTOS E CINQUENTA E DOIS) DIAS ÚTEIS ("REMUNERAÇÃO").

OS CRA TÊM COMO LASTRO DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO REPRESENTADOS POR CERTIFICADO DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO, CUJO SOMATÓRIO TOTALIZARÁ R\$120.000.000,00 (CENTO E VINTE MILHÕES DE REAIS), NA DATA DE EMISSÃO, COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA ("CDCA"), EMITIDO PELA NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA. EM FAVOR DA SECURITIZADORA E SUAS RESPECTIVAS GARANTIAS, NOS TERMOS DA CLÁUSULA 5.8 DO TERMO DE SECURITIZAÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 9º DA LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997, CONFORME ALTERADA ("LEI Nº 9.514"), COM A NOMEAÇÃO DA SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA. COMO AGENTE FIDUCIÁRIO. O OBJETO DO REGIME FIDUCIÁRIO SERÁ DESTACADO DO PATRIMÔNIO DA EMISSORA E PASSARÁ A CONSTITUIR PATRIMÔNIO SEPARADO, DESTINANDO-SE ESPECIFICAMENTE AO PAGAMENTO DOS CRA E DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES RELATIVAS AO REGIME FIDUCIÁRIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 11 DA LEI Nº 9.514.

OS CRA SERÃO ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO NO (i) MERCADO PRIMÁRIO POR MEIO (a) DO CETIP21, OPERACIONALIZADO E ADMINISTRADO PELA CETIP, E/OU (b) DO DDA, OPERACIONALIZADO E ADMINISTRADO PELA BM&FBOVESPA; E (ii) PARA NEGOCIAÇÃO NO MERCADO SECUNDÁRIO, POR MEIO (a) DO CETIP21, E/OU (b) DO BOVESPAFIX, SENDO A LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA DOS EVENTOS DE PAGAMENTO E A CUSTÓDIA ELETRÔNICA DOS CRA REALIZADA POR MEIO DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA CETIP E/OU POR MEIO DE PROCEDIMENTOS DA BM&FBOVESPA.

SERÁ ADMITIDO O RECEBIMENTO DE RESERVAS, NO ÂMBITO DA OFERTA, EM DATA INDICADA NESTE PROSPECTO E NO AVISO AO MERCADO (CONFORME DEFINIDO NESTE PROSPECTO), PARA SUBSCRIÇÃO DOS CRA, AS QUAIS SOMENTE SERÃO CONFIRMADAS PELO SUBSCRITOR APÓS O INÍCIO DO PRAZO DE COLOCAÇÃO (CONFORME ABAIXO DEFINIDO NESTE PROSPECTO).

OS INVESTIDORES DEVEM LER ATENTAMENTE E INTEGRALMENTE O PRESENTE PROSPECTO DEFINITIVO, PRINCIPALMENTE NO QUE SE REFERE A SEÇÃO "FATORES DE RISCO", NAS PÁGINAS 80 A 93, PARA CONHECER TODOS OS RISCOS A SEREM CONSIDERADOS ANTES DE INVESTIR NOS CRA.

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, EM GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DOS CRA, DE SUA EMISSORA E DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.

A DECISÃO DE INVESTIMENTO NOS CRA DEMANDA COMPLEXA E MINUCIOSA AVALIAÇÃO DE SUA ESTRUTURA, BEM COMO DOS RISCOS INERENTES AO INVESTIMENTO. RECOMENDA-SE QUE OS POTENCIAIS INVESTIDORES AVALIEM JUNTAMENTE COM SUA CONSULTORIA FINANCEIRA E JURÍDICA OS RISCOS DE INADIMPLENTO, LIQUIDEZ E OUTROS ASSOCIADOS A ESSE TIPO DE ATIVO. AINDA, É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA DESTA PROSPECTO DEFINITIVO, DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA EMISSORA E DO TERMO DE SECURITIZAÇÃO PELO INVESTIDOR AO APLICAR SEUS RECURSOS.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

COORDENADOR LÍDER



COORDENADOR



NARDINI



ASSESSOR FINANCEIRO



CZARNIKOW

CONSULTOR JURÍDICO



Demarest
ADVOGADOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES.....	5
DOCUMENTOS INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO PRELIMINAR POR REFERÊNCIA	19
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO	20
RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	21
IDENTIFICAÇÃO DA EMISSORA, DO AGENTE FIDUCIÁRIO, DOS COORDENADORES, DO CONSULTOR JURÍDICO E DO ASSESSOR FINANCEIRO	31
EXEMPLARES DO PROSPECTO	32
INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA.....	33
ESTRUTURA DA SECURITIZAÇÃO	33
DIREITOS CREDITÓRIOS	33
AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS	35
DATA DE EMISSÃO	35
VALOR TOTAL DA EMISSÃO.....	36
QUANTIDADE DE CRA.....	36
SÉRIE	36
VALOR NOMINAL DOS CRA.....	36
FORMA DOS CRA.....	36
DATA DE VENCIMENTO	36
REMUNERAÇÃO	36
AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA DOS CRA.....	38
RESGATE ANTECIPADO	38
LOCAL DE PAGAMENTO	39
GARANTIAS	39
FUNDO DE RESERVA E FUNDO DE DESPESAS.....	40
FORMALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO.....	42
VENCIMENTO ANTECIPADO	43
ASSEMBLEIA DOS TITULARES DE CRA.....	47
REGIME FIDUCIÁRIO E PATRIMÔNIO SEPARADO	49
ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO SEPARADO	49
LIQUIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO SEPARADO	50
CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA	52
REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO	52
DISTRIBUIÇÃO DOS CRA	53
PREÇO DE INTEGRALIZAÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO	53
REGIME E PRAZO DE COLOCAÇÃO.....	54
LOCAL DE PAGAMENTO	54
PÚBLICO ALVO DA OFERTA.....	54
MONTANTE MÍNIMO	54
PEDIDO DE RESERVA	55
INADEQUAÇÃO DO INVESTIMENTO	57
MULTA E JUROS MORATÓRIOS.....	58
PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS	58

PUBLICIDADE	58
DESPESAS DA EMISSÃO	58
SUSPENSÃO, CANCELAMENTO, ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, REVOGAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DA OFERTA	60
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	63
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DA OFERTA	64
TERMO DE SECURITIZAÇÃO.....	64
CERTIFICADO DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO (CDCA)	64
CONTRATO DE PENHOR AGRÍCOLA	64
CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE BENS EM GARANTIA	65
CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO.....	65
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUSTODIANTE.....	65
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTE REGISTRADOR.....	66
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTE FIDUCIÁRIO.....	66
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BANCO LIQUIDANTE	66
DEMONSTRATIVO DOS CUSTOS DA OFERTA	67
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS.....	69
DECLARAÇÕES	70
DECLARAÇÃO DA EMISSORA.....	70
DECLARAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO.....	70
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER.....	71
CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	72
CERTIFICADO DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO (CDCA)	72
GARANTIA	73
MONITORAMENTO DE LAVOURAS	75
DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS GARANTIAS.....	76
FORMA DE LIQUIDAÇÃO	76
VENCIMENTO ANTECIPADO	76
INADIMPLÊNCIA.....	76
POSSIBILIDADE DO CDCA SER ACRESCIDO, REMOVIDO OU SUBSTITUÍDO	77
CUSTÓDIA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS	77
PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO DO LASTRO	77
CRITÉRIOS ADOTADOS PELA NARDINI PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO.....	78
PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS HOMOGÊNEAS DOS DEVEDORES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO (NARDINI).....	79
INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE INADIMPLENTOS, PERDAS E PRÉ- PAGAMENTO.....	79
FATORES DE RISCO.....	80
RISCOS DA OPERAÇÃO.....	80
RISCOS DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO E DA OFERTA	81
RISCOS DO CDCA E DOS DIREITOS CREDITÓRIOS A ELE VINCULADOS	83
RISCOS DO REGIME FIDUCIÁRIO.....	86
RISCOS RELACIONADOS À NARDINI.....	86

RISCOS OPERACIONAIS DA NARDINI	87
RISCOS RELACIONADOS À EMISSORA	89
RISCOS RELACIONADOS AO AGRONEGÓCIO E AO PRODUTO	90
RISCOS RELACIONADOS A FATORES MACROECONÔMICOS	93
A SECURITIZAÇÃO NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO	94
TRIBUTAÇÃO DOS CRA.....	96
IMPOSTO DE RENDA.....	96
IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS IOF	97
VISÃO GERAL DO MERCADO AGRÍCOLA	98
O MERCADO AGRÍCOLA GLOBAL.....	98
O MERCADO AGRÍCOLA BRASILEIRO	99
EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO	100
O BRASIL NO COMÉRCIO MUNDIAL DE ALIMENTOS.....	100
CANA DE AÇÚCAR COMO FONTE DA MATRIZ ENERGÉTICA	101
A EMISSORA: GAIA AGRO SECURITIZADORA.....	118
GRUPO GAIA	118
GAIA AGRO.....	118
ADMINISTRAÇÃO	119
CAPITAL SOCIAL E PRINCIPAIS ACIONISTAS	121
OPERAÇÕES REALIZADAS PELA EMISSORA.....	122
POLÍTICA DE INVESTIMENTO	122
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA	123
O COORDENADOR LÍDER: BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A.....	124
COORDENADOR: BANCO SANTANDER S.A.	126
NARDINI.	130
A CZARNIKOW.....	149
RELACIONAMENTOS.....	151
ENTRE O COORDENADOR LÍDER E A EMISSORA	151
ENTRE O COORDENADOR LÍDER E O AGENTE FIDUCIÁRIO.....	151
ENTRE O COORDENADOR LÍDER E A NARDINI	151
ENTRE O COORDENADOR LÍDER E O AGENTE REGISTRADOR	151
ENTRE O COORDENADOR LÍDER E A CZARNIKOW	151
ENTRE O BANCO SANTANDER E A EMISSORA.....	152
ENTRE O BANCO SANTANDER E O AGENTE FIDUCIÁRIO	152
ENTRE O BANCO SANTANDER E A NARDINI.....	152
ENTRE O BANCO SANTANDER E O AGENTE REGISTRADOR	152
ENTRE O BANCO SANTANDER E A A CZARNIKOW	152
ENTRE A EMISSORA E O AGENTE FIDUCIÁRIO	152
ENTRE A EMISSORA E A NARDINI	152
ENTRE A EMISSORA E O AGENTE REGISTRADOR.....	153
ENTRE A EMISSORA E A CZARNIKOW	153
ENTRE A NARDINI E A CZARNIKOW	153

ANEXOS	155
ANEXO I - ESTATUTO SOCIAL DA EMISSORA	157
ANEXO II - ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA QUE APROVOU A EMISSÃO	169
ANEXO III - DECLARAÇÕES DA EMISSORA	173
ANEXO IV - DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER	179
ANEXO V - TERMO DE SECURITIZAÇÃO	183
ANEXO VI - CDCA	253
ANEXO VII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA NARDINI	397

DEFINIÇÕES

Neste Prospecto Definitivo, as expressões ou palavras grafadas com iniciais maiúsculas terão o significado atribuído conforme a descrição abaixo, exceto se de outra forma indicar o contexto.

Agente Registrador, Agente Escriurador ou BNY Mellon, conforme o caso	BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. , instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 4º andar (parte), 11º, 13º e 17º (parte) andares, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.201.501/0001-61, responsável, entre outras atribuições, em nome da Emissora (i) pela escrituração dos CRA; e (ii) pela digitação e registro para fins de custódia eletrônica dos CRA na BM&FBOVESPA e/ou na CETIP, conforme o caso, para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário. O Contrato de Prestação de Serviços estabelece todas as obrigações e responsabilidades do BNY Mellon no contexto da Emissão.
Agente Fiduciário ou SLW	SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA. , sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, CEP 04530-001, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 50.657.675/0001-86.
Amortização	Amortizações programadas, conforme definido na cláusula 5.10. do Termo de Securitização.
ANBIMA	Significa a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anúncio de Encerramento	O anúncio de encerramento da oferta pública de distribuição de CRA pela Emissora, a ser publicado no jornal "Valor Econômico", edição nacional, pela Emissora e pelos Coordenadores, na forma do artigo 29 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	O anúncio de início da oferta pública de distribuição de CRA pela Emissora, a ser publicado no jornal "Valor Econômico", edição nacional, pela Emissora e pelos Coordenadores, na forma do artigo 52 da Instrução CVM 400.

Aplicações Financeiras	Significam as aplicações dos recursos do Fundo de Reserva, conforme definido na cláusula 5.9.9 do Termo de Securitização.
Assembleia Geral	A assembleia geral de titulares de CRA, realizada na forma da cláusula 10 do Termo de Securitização.
Assessor Financeiro ou Czarnikow	CZARNIKOW BRASIL LTDA., sociedade limitada, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Dr. Cardoso de Melo, 900, 9º andar, conjunto 91, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.794.616/0001-20.
Aviso ao Mercado	O aviso ao mercado da oferta pública de distribuição de CRA pela Emissora, a ser publicado no jornal "Valor Econômico", edição nacional, pela Emissora e pelos Coordenadores, na forma do artigo 53 da Instrução CVM 400.
ATR ou Açúcar Total Recuperável	Quantidade de açúcar disponível na matéria-prima subtraída das perdas no processo industrial, e nos preços do açúcar e etanol vendidos pelas usinas nos mercados interno e externo. O ATR é a base do sistema criado pelo CONSECANA de pagamento da cana-de-açúcar pelo teor de sacarose, com critérios técnicos para avaliar a qualidade da cana-de-açúcar entregue pelos plantadores às indústrias e para determinar o preço a ser pago ao produtor rural.
BACEN	Banco Central do Brasil.
Banco Liquidante	BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira privada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 60.746.948/0001-12, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, responsável, entre outras atribuições, por operacionalizar o pagamento e a liquidação de quaisquer valores devidos pela Emissora aos titulares de CRA em Circulação, executados por meio do sistema da BM&FBOVESPA.
Banco Santander	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., instituição financeira com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2235, 26º andar, Vila Olímpia, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42.

BB-BI	BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A. , instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, 105, 36º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30.
Bens Empenhados	Significa o Penhor Agrícola, objeto vinculado aos CRA, conforme definido na cláusula 5.9.4 do Termo de Securitização.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Boletim de Subscrição	Significa cada boletim de subscrição por meio do qual os titulares de CRA subscreverão o(s) CRA.
BovespaFix	Ambiente de negociação de ativos e renda fixa administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA , conforme definido na cláusula 2.4.1 do Termo de Securitização.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CDCA	Significa título de crédito nominativo, de livre negociação e representativo de promessa de pagamento em dinheiro, representativo de Direito Creditório do Agronegócio, que, nos termos da Lei 11.076, pode ser emitida por produtor rural e suas associações, inclusive cooperativas.
CETIP	CETIP S.A. - Mercados Organizados.
CETIP21	Ambiente de negociação de ativos e renda fixa administrado e operacionalizado pela CETIP , conforme definido na cláusula 2.4.1 do Termo de Securitização.
CNPJ/MF	Significa o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código Civil	Significa a Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Código de Processo Civil	Significa a Lei Federal nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada.
COFINS	Significa a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.

CONSECANA	Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de S. Paulo, associação formada por representantes das indústrias de açúcar e álcool e dos plantadores de cana-de-açúcar, que tem como principal responsabilidade zelar pelo relacionamento entre ambas as partes.
Conta Centralizadora	Significa a conta corrente de titularidade da Emissora onde será constituído Fundo de Reserva, nos termos da cláusula 5.9.8 do Termo de Securitização.
Conta de Livre Movimentação	conta de titularidade da Securitizadora, conta nº 11822-2, agência 3391-0, no Banco Bradesco S.A., de livre movimentação e de titularidade da Nardini.
Contrato com o Agente Fiduciário	Significa o " <i>Contrato de Prestação de Serviços de Agente Fiduciário</i> ", celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, em 19 de novembro de 2013.
Contrato com Banco Liquidante	Significa o " <i>Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Banco Liquidante</i> ", celebrado entre a Emissora e o Banco Liquidante, em 19 de abril de 2012.
Contrato de Cessão Fiduciária	Significa o " <i>Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Bens em Garantia</i> ", celebrado, entre a Nardini e a Emissora, em 19 de novembro de 2013.
Contrato de Custódia	Significa o " <i>Contrato de Prestação de Serviços de Custodiante</i> ", celebrado entre a Emissora e o Custodiante, em 19 de novembro de 2013.
Contrato de Distribuição	Significa o " <i>Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, da 1ª Série da 4ª Emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A.</i> ", celebrado entre a Emissora, os Coordenadores e a Nardini, em 19 de novembro de 2013.
Contrato de Fornecimento	Significa o " <i>Contrato de Compra e Venda de Etanol Etílico Anidro Carburante e Etanol Etílico Hidratado Carburante</i> ", celebrado entre a Nardini e a Ipiranga.
Contrato de Monitoramento	Significa o contrato de monitoramento dos Bens Empenhados, celebrado entre a CONTROL UNION WARRANTS LTDA. (atual razão social da Control Union World Group - Brasil Ltda.), sociedade empresária limitada, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.485 - Centro Empresarial Mário Garneiro - Torre Norte, 7º andar, Jardim Paulistano, São Paulo - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.237.030/0001-77 e a Emissora, com a interveniência anuência da Nardini, em 21 de novembro de 2013.

Contrato de Penhor	Significa o " <i>Instrumento Particular de Penhor Agrícola e Outras Avenças</i> ", celebrado entre a Nardini, a Emissora e o Sr. Riccardo Nardini, em 19 de novembro de 2013.
Contrato de Agente Registrador	Significa o " <i>Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, de Registro e Escrituração</i> ", celebrado entre a Emissora e o Agente Registrador, em 25 de novembro de 2013.
Controle (bem como os correlatos Controlar ou Controlada)	Significa a titularidade de direitos de sócio ou acionista que assegurem, de modo permanente, direta ou indiretamente, (i) a votação, de maneira uniforme, em todas as matérias de competência das assembleias gerais ordinárias, extraordinárias e especiais; (ii) a eleição da maioria dos membros do conselho de administração e da diretoria, bem como (iii) o uso do poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos de determinada pessoa jurídica.
Coordenador	Significa o Banco Santander.
Coordenador Líder	Significa o BB-BI.
Coordenadores	Significa o Coordenador Líder e o Banco Santander, em conjunto.
CRA	Significa os Certificados de Recebíveis do Agronegócio desta Emissão.
CRA em Circulação	Significa todos os CRA subscritos e integralizados e não resgatados.
Créditos do Patrimônio Separado	Significa a composição do Patrimônio Separado, conforme definido na cláusula 6.1.1 do Termo de Securitização.
CSLL	Significa a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
Custodiante	Significa a SLW.
CVM	Significa a Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização Programada	Significam as datas previstas para pagamento da Amortização, conforme definido na cláusula 5.10 do Termo de Securitização.
Data de Emissão	Significa a data de emissão dos CRA, ou seja, 19 de novembro de 2013.
Data de Pagamento de Remuneração	Significa cada data de pagamento da Remuneração, definida na cláusula 5.7.2 do Termo de Securitização.

Data da Integralização	Significa a data em que irá ocorrer a integralização dos CRA pelos subscritores.
Data de Início da Oferta	Significa a data em que a Oferta será iniciada, a partir da (i) obtenção do registro definitivo da Oferta perante a CVM; (ii) publicação do Anúncio de Início; e (iii) disponibilização do Prospecto Definitivo da Oferta.
Data de Vencimento	Significa a data de vencimento dos CRA, qual seja, 25 de abril de 2019.
DDA	Significa o sistema de distribuição de ativos, operacionalizado e administrado pela BM&FBOVESPA.
Decreto 6.306	Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, conforme alterado.
Despesas	São as despesas da Emissão, conforme definidas na cláusula 11.1 do Termo de Securitização.
Dia Útil	Todo dia que não seja sábado, domingo, feriado nacional, ou no Estado de São Paulo, ou na Cidade de São Paulo, ou nos dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente na BM&FBOVESPA.
Direitos Creditórios do Agronegócio	Significam os direitos creditórios do agronegócio, representados pelo CDCA, objeto de securitização no âmbito da Emissão.
Documentos Comprobatórios	Correspondem: (i) ao CDCA vinculado ao CRA; e (ii) ao Contrato de Fornecimento; e (iii) aos demais instrumentos existentes para formalização dos Direitos Creditórios do Agronegócio e de suas respectivas garantias.
Documentos da Securitização	Correspondem (i) ao Termo de Securitização; (ii) ao Contrato de Custódia, Registro e Escrituração; (iii) ao Contrato com Agente Fiduciário; e (iv) ao Contrato com Banco Liquidante, e demais prestadores de serviços contratados no âmbito da Oferta.
DOESP	Significa o Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Emissão	Significa a 1ª série da 4ª emissão de CRA da Emissora.
Emissora, Securitizadora ou GaiaAgro	GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A., companhia securitizadora de direitos creditórios do agronegócio, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua do Rocio, 288, conjunto 16 (parte), 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93.

Empresa Especializada	CONTROL UNION WARRANTS LTDA. (atual razão social da Control Union World Group - Brasil Ltda.), sociedade empresária limitada, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.485 - Centro Empresarial Mário Garneiro - Torre Norte, 7º andar, Jardim Paulistano, São Paulo - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.237.030/0001-77.
Etanol	Significa o Etanol Etílico Anidro Carburante e o Etanol Etílico Hidratado Carburante produzido pela Nardini.
EUA	Estados Unidos da América.
Eventos de Liquidação do Patrimônio Separado	Significam os eventos que poderão ensejar a assunção imediata da administração do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário para fins de liquidação, parcial ou total, conforme definido na cláusula 6.5 do Termo de Securitização.
Eventos de Vencimento Antecipado	Significam os eventos que poderão ensejar a declaração de vencimento antecipado dos CRA conforme estabelecido na cláusula 5.12.1 do Termo de Securitização.
Eventos de Vencimento Antecipado do CDCA	Significam os eventos que poderão ensejar a declaração de vencimento antecipado do CDCA, conforme descrito no CDCA.
Fundo de Despesas	Significa o fundo constituído para fazer frente às Despesas, conforme definido na cláusula 5.9.12 do Termo de Securitização.
Fundo de Reserva	Significa o fundo de reserva constituído para fazer frente aos pagamentos das Obrigações, conforme definido na cláusula 5.9.8 do Termo de Securitização.
Garantias	Significam os Bens Empenhados e o Contrato de Cessão Fiduciária, quando referidos em conjunto.
Governo Federal ou Governo Brasileiro	Significa o Governo da República Federativa do Brasil.
IBGE	Significa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IGP-M	Significa o índice de preços calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas.
Instrução CVM 28	Significa a Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.

Instrução CVM 308	Significa a Instrução da CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Significa a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 409	Significa a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM 414	Significa a Instrução da CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada.
Investidor Institucional	Significam os Investidores que sejam pessoas jurídicas, além de fundos de investimento, clubes de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização.
Investidor Qualificado	Significam os investidores qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM nº 409 de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, incluindo, sem limitação, a pessoas físicas e jurídicas cujas ordens específicas de investimento representem valores que excedam o limite de aplicação de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), fundos de investimento, clubes de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores residentes no exterior que invistam no Brasil segundo as normas da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325.
Investidor não Institucional	Significam os Investidores que sejam pessoas físicas que adquiram qualquer quantidade de CRA.
IOF	Significa o Imposto sobre Operações Financeiras.
IOF/Câmbio	Significa o Imposto sobre Operações Financeiras de Câmbio.
IOF/Títulos	Significa o Imposto sobre Operações Financeiras com Títulos e Valores Mobiliários.

Ipiranga	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Eugênio, 329, São Cristóvão, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.337.122/0001-27.
IRF	Significa o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.
IRPJ	Significa o Imposto de Renda Retido na Fonte.
ISS	Significa o Imposto Sobre Serviços, de qualquer natureza.
Jornal	Significa o Jornal O Dia de São Paulo.
JUCESP	Significa a Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Jurisdição de Titularidade Favorecida	Significa qualquer país que não tribute a renda, ou que a tribute em alíquota inferior a 20%.
Lei 8.981	Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, conforme alterada.
Lei 9.514	Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada.
Lei 11.033	Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, conforme alterada.
Lei 2.666	Lei nº 2.666, de 6 de dezembro de 1955, conforme alterada.
Lei 11.076	Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Limite Mínimo do Fundo de Despesas	Significa o valor mínimo necessariamente retido no Fundo de Despesas, conforme definido na cláusula 5.9.14 do Termo de Securitização.
Limite Mínimo do Fundo de Reserva	Significa o valor mínimo necessariamente retido no Fundo de Reserva, conforme definido na cláusula 5.9.8 do Termo de Securitização.
MAPA	Significa o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Monitoramento	Significa a função de monitoramento dos Bens Empenhados, realizada por empresa especializada, conforme definido na cláusula 3.9 do Termo de Securitização.
Montante Mínimo	Significa a quantidade mínima de CRA subscritos, equivalente a R\$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), necessária à conclusão da operação, conforme definido na cláusula 4.4.1 do Termo de Securitização.
Nações Unidas ou ONU	Significa a Organização das Nações Unidas.
Nardini	NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA. , sociedade empresária limitada, com sede em Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo, na Fazenda Vista Alegre, s/n, Km 2,5, Zona Rural, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.708.267/0461-56.
Obrigações	Correspondem a todas as despesas e encargos, no âmbito da emissão do CDCA e da emissão e da oferta pública de CRA, para (i) manter e administrar o Patrimônio Separado da Emissão, incluindo, sem limitação, arcar com o pagamento do valor da remuneração e amortização integral dos CRA; e (ii) efetuar eventuais pagamentos derivados de (a) inadimplemento, total ou parcial; (b) vencimento antecipado do CDCA e dos CRA; (c) incidência de tributos, além das despesas de cobrança e de intimação, conforme aplicável; (d) qualquer custo ou despesa incorrido pela Securitizadora, pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares de CRA em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos; (e) qualquer outro montante devido pela Nardini, e/ou pelos Avalistas e/ou pelos Alienantes; (f) qualquer custo ou despesa incorrido para emissão e manutenção do CDCA; (g) inadimplemento no pagamento ou reembolso de qualquer outro montante devido e não pago, relacionado com emissão do CDCA, e/ou da oferta dos CRA e/ou da Emissão; (h) os recursos necessários para recompor o Fundo de Despesas e o Fundo de Reserva, nos termos do Termo de Securitização; e (i) os recursos necessários para recompor o Limite Mínimo, conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária.
Oferta	Significa a oferta de distribuição pública de CRA.

Ônus e o verbo Onerar	Significam quaisquer (i) ônus, gravames, direitos e opções, compromisso à venda, outorga de opção, fideicomisso, uso, usufruto, acordo de acionistas, cláusulas de inalienabilidade ou impenhorabilidade, preferência ou prioridade, garantias reais ou pessoais, encargos, (ii) promessas ou compromissos com relação a qualquer dos negócios acima descritos, e/ou (iii) quaisquer feitos ajuizados, fundados em ações reais ou pessoais reipersecutórias, tributos (federais, estaduais ou municipais), de qualquer natureza, inclusive por atos involuntários.
Partes Relacionadas	Significa (i) com relação a uma Pessoa, qualquer outra Pessoa que (a) a Controle, (b) seja por ela Controlada, (c) esteja sob Controle comum, e (d) seja com ela coligada, e (ii) com relação a determinada pessoa natural, os familiares até segundo grau.
Patrimônio Separado	Significa o patrimônio constituído após a instituição do Regime Fiduciário, composto (i) pelos Direitos Creditórios do Agronegócio; (ii) pelo Fundo de Reserva; e (iii) pelas respectivas Garantias e bens ou direitos decorrentes dos itens "i" e "ii", acima, conforme aplicável.
Pedidos de Reserva	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a intenção de subscrição dos CRA no âmbito da Oferta, firmado por Investidores durante o Período de Reserva para Investidores.
Período de Capitalização	Significa o intervalo de tempo que se inicia na Data da Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.
Período de Reserva	O período compreendido entre os dias 19 de novembro de 2013, inclusive, e 10 de dezembro de 2013, inclusive.
Pessoa	Significa qualquer pessoa natural, pessoa jurídica (de direito público ou privado), personificada ou não, condomínio, <i>trust</i> , veículo de investimento, comunhão de recursos ou qualquer organização que represente interesse comum, ou grupo de interesses comuns, inclusive previdência privada patrocinada por qualquer pessoa jurídica.

Pessoa Vinculada	Significam Investidores que sejam (i) administrador ou acionista controlador da Emissora e/ou de outras sociedades sob controle comum; (ii) administrador ou controlador do Coordenador Líder; (iii) fundo de investimento administrador por sociedades integrantes do grupo econômico da Emissora; ou (iv) os respectivos cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau, sendo que cada uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) ou (iii), acima.
PIB	Significa Produto Interno Bruto.
PIS	Significa a Contribuição ao Programa de Integração Social.
Prazo Máximo de Colocação	Significa o prazo máximo para colocação dos CRA, conforme definido na cláusula 4.6.3 do Termo de Securitização.
Preço de Aquisição	Significa o preço de aquisição dos Direitos Creditórios do Agronegócio.
Preço de Integralização	Significa o preço de subscrição dos CRA correspondente ao Valor Nominal.
Produto	Significa a cana de açúcar em quantidade em avaliação, de propriedade da Nardini, a ser dada em penhor agrícola.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	Significa o presente Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 4ª Emissão da Emissora.
Prospecto Definitivo	Significa o Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 4ª Emissão da Emissora.
Razão de Garantia dos Bens Empenhados	Significa a quantidade de bens que a Nardini se compromete a manter empenhados, conforme definido na cláusula 5.9.5 do Termo de Securitização.
Razão de Garantia dos Créditos Cedidos	Significa a quantidade de direitos creditórios que a Nardini se compromete a manter cedidos fiduciariamente, conforme definido na cláusula 5.9.6.1 do Termo de Securitização.
Regime Fiduciário	Significa o regime fiduciário sobre os Direitos Creditórios do Agronegócio e sobre as garantias a eles vinculadas, bem como sobre o Fundo de Reserva e o Fundo de Despesas.

Relatório Anual	Significa o relatório que deve ser anualmente enviado pela Empresa Especializada à Securitizadora, nos termos do Contrato de Monitoramento.
Relatório Mensal	Significa o relatório de atualização do Relatório Anual, elaborado mensalmente pela Empresa Especializada, nos termos do Contrato de Monitoramento.
Remuneração	Significa a remuneração dos CRA.
Reorganização Societária	Significa em relação a uma Pessoa, qualquer transformação, cisão, fusão, incorporação (de sociedades ou ações), integralização de capital (<i>drop down</i>), redução de capital ou qualquer outra forma de combinação de negócios, conforme definido na Deliberação CVM nº 655, de 2011.
Resolução 2.689	Significa a Resolução nº 2.689, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em 26 de janeiro de 2000.
Reunião de Diretoria	Significa a reunião de diretoria da Emissora, realizada em 02 de janeiro de 2013.
Reunião de Sócios	Significa a reunião de sócios da Nardini, realizada em 02 de outubro de 2013.
Série	Significa a 1ª Série realizada pela emissora, no âmbito da Emissão.
Spread	Significa o fator acrescido no cálculo dos juros remuneratórios, conforme definido na cláusula 5.7.1 do Termo de Securitização.
Taxa de Administração	Significa a remuneração mensal que a Emissora fará jus, pela administração do Patrimônio Separado, no valor de R\$3.000,00 (três mil reais), líquida de todos e quaisquer tributos, atualizada anualmente pelo IGP-M desde a Data de Emissão.
Taxa DI	Significa a variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, “extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.cetip.com.br).

Taxa Substitutiva	Significa a taxa que deverá ser utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas no Termo de Securitização, em caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa DI, conforme definido na cláusula 5.7.5 do Termo de Securitização.
Termo de Securitização	Significa o " <i>Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio</i> " referente à 1ª Série da 4ª Emissão de CRA da Emissora.
Valor Nominal	Significa o valor nominal dos CRA que, na Data de Emissão, corresponde a R\$300.000,00 (trezentos mil reais).
Valor Total da Emissão	Significa o valor total da Emissão que, na Data de Emissão, equivale a R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais).
Valor Total da Oferta	Significa o valor total da Oferta que, na Data de Emissão, equivale a R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais).
Valor Total do Fundo de Despesas	Significa o valor total do Fundo de Despesas, conforme definido na cláusula 5.9.12 do Termo de Securitização.

Todas as definições aqui estabelecidas neste Prospecto Definitivo que designem o singular incluirão o plural e vice-versa e poderão ser empregadas indistintamente no gênero masculino ou feminino, conforme o caso.

DOCUMENTOS INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO DEFINITIVO POR REFERÊNCIA

As informações referentes à situação financeira da Emissora e outras informações a ela relativas, tais como histórico, atividades, estrutura organizacional, propriedades, plantas e equipamentos, composição do capital social, administração, recursos humanos, processos judiciais, administrativos e arbitrais e as informações exigidas no Anexo III, itens 4 a 7, e Anexo III-A, ambos da Instrução CVM 400, bem como (i) a informação acerca da adesão ou não da Emissora, por qualquer meio, a padrões internacionais relativos à proteção ambiental, incluindo referência específica ao ato ou documentos de adesão; (ii) as informações acerca das políticas de responsabilidade social, patrocínio e incentivo cultural adotadas pela Emissora, assim como dos principais projetos desenvolvidos nessas áreas ou nos quais participe; (iii) a descrição dos negócios com empresas ou pessoas relacionadas com a Emissora, assim entendidos os negócios realizados com os respectivos controladores, bem como empresas ligadas, coligadas, sujeitas a controle comum ou que integrem o mesmo grupo econômico da Emissora; (iv) a descrição detalhada das práticas de governança corporativa; e (v) análise e comentários da Administração sobre as demonstrações financeiras da Emissora, nos termos solicitados pelo parágrafo primeiro do artigo 9º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, podem ser encontradas no Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, que se encontra disponível para consulta nos seguintes websites:

- www.cvm.gov.br (neste website, acessar "Cias abertas e estrangeiras", clicar em "ITR, DFP, IAN, IPE e outras informações", buscar "Gaia Agro Securitizadora S.A.", e selecionar "Formulário de Referência").

As informações divulgadas pela Emissora acerca de seus resultados, as demonstrações financeiras e as informações financeiras trimestrais - ITR, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Lei das Sociedades por Ações, as normas internacionais de relatório (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as normas e regulamentos emitidos pela CVM, para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e para o trimestre findo em 30 de junho de 2013 podem ser encontradas no seguinte website:

- www.cvm.gov.br (neste website, acessar "Cias abertas e estrangeiras", clicar em "ITR, DFP, IAN, IPE e outras informações", buscar por "Gaia Agro Securitizadora S.A.", e selecionar "DFP" ou "ITR", conforme o caso).

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto Definitivo inclui estimativas e projeções, inclusive na Seção “Fatores de Risco”, na página 80 deste Prospecto Definitivo.

Nossas estimativas e declarações estão baseadas, em grande parte, nas expectativas atuais e estimativas sobre eventos futuros e tendências que afetam ou podem potencialmente vir a afetar os nossos negócios, condição financeira, os nossos resultados operacionais ou projeções. Embora acreditemos que as estimativas e declarações acerca do futuro encontram-se baseadas em premissas razoáveis, tais estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições, e são feitas com base em informações de que atualmente dispomos.

- as estimativas e declarações futuras podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo, mas não se limitando a:
- conjuntura econômica e mercado agrícola global e nacional;
- dificuldades técnicas nas suas atividades;
- alterações nos negócios da Emissora ou da Nardini;
- alterações nos preços do mercado agrícola, nos custos estimados do orçamento e demanda da Emissora e da Nardini, e nas preferências e situação financeira de seus clientes;
- acontecimentos políticos, econômicos e sociais no Brasil e no exterior; e outros fatores mencionados na Seção “Fatores de Risco” na página 80 deste Prospecto Definitivo.
- As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não se pode assegurar que serão atualizadas ou revisadas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto Definitivo. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto Definitivo podem não vir a ocorrer e, ainda, os resultados futuros e desempenho da Emissora e da Nardini podem diferir substancialmente daqueles previstos em suas estimativas em razão, inclusive, dos fatores mencionados acima.

Por conta dessas incertezas, o Investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento nos CRA.

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

O sumário abaixo não contém todas as informações sobre a Oferta e os CRA. Recomenda-se ao Investidor, antes de tomar sua decisão de investimento, a leitura cuidadosa deste Prospecto Definitivo, inclusive seus Anexos e do Termo de Securitização. Para uma descrição mais detalhada da operação que dá origem aos Direitos Creditórios do Agronegócio, vide a seção “Informações Relativas à Oferta” na página 33 deste Prospecto Definitivo.

Securitizadora	Gaia Agro Securitizadora S.A.
Coordenador Líder	BB-Banco de Investimento S.A.
Coordenador	Banco Santander (Brasil) S.A.
Agente Fiduciário:	SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.
Número da Série e da Emissão dos CRA objeto da Oferta	1ª Série da 4ª Emissão de CRA da Emissora.
Local e Data de Emissão dos CRA objeto da Oferta	São Paulo, Estado de São Paulo, sendo a data de emissão dos CRA, 19 de novembro de 2013.
Valor Total da Oferta	Até R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais).
Montante Mínimo	<p>A Oferta poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial dos CRA, desde que haja a colocação de quantidade de CRA no montante mínimo equivalente a R\$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) ("<u>Montante Mínimo</u>").</p> <p>Caso a quantidade de CRA emitida for inferior ao necessário para atingir o Valor Total da Oferta, os Documentos de Securitização serão ajustados, conforme o caso, apenas para refletir as quantidades corretas, antes da Data da Integralização e os CRA que não forem colocados no âmbito da Oferta serão cancelados pela Emissora.</p> <p>Os interessados em adquirir CRA no âmbito da Oferta poderão, quando da assinatura dos respectivos Pedidos de Reserva, condicionar sua adesão à Oferta à distribuição (i) da totalidade dos CRA ofertados; ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de CRA em observância ao disposto nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400.</p>
Quantidade de CRA	Serão emitidos 400 (quatrocentos) CRA, em quantidade a ser definida pelos Coordenadores após o Período de Reserva, observado o Montante Mínimo.
Valor Nominal	R\$300.000,00 (trezentos mil reais), na Data da Integralização.
1ª Série	Os CRA, que compõem a 1ª Série da 4ª Emissão de CRA da Securitizadora, serão objeto de distribuição pública nos termos da Instrução CVM 400.

Valor Total da 1ª Série	O valor total dos CRA é de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais).
Direitos Creditórios do Agronegócio Vinculados aos CRA	CDCA emitido pela Nardini.
Emitente ou Devedor dos Direitos Creditórios do Agronegócio	NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA., sociedade empresária limitada, com sede em Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo, na Fazenda Vista Alegre, s/n, Km 2,5, Zona Rural, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.708.267/0461-56.
Data de Emissão dos Direitos Creditórios do Agronegócio	O CDCA, representativo dos Direitos Creditórios do Agronegócio vinculados aos CRA, foi emitido em 19 de novembro de 2013.
Valor Total dos Direitos Creditórios do Agronegócio	O CDCA, representativo dos Direitos Creditórios do Agronegócio vinculados aos CRA, totaliza 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), na Data de Emissão.
Vencimento dos Direitos Creditórios do Agronegócio	O CDCA, representativo dos Direitos Creditórios do Agronegócio vinculados aos CRA, vencerá em 25 de abril de 2019.
Garantias vinculadas aos Direitos Creditórios do Agronegócio	Haverá garantia real prevista em instrumento apartado representada por (i) penhor agrícola de primeiro e único grau; e (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Nardini.
Forma dos CRA	Os CRA serão emitidos sob a forma escritural, sem emissão de cautelas e certificados.
Prazo	A data de vencimento dos CRA será 25 de abril de 2019, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, resgate antecipado e amortização extraordinária previstas no Termo de Securitização.
Atualização Monetária	O Valor Nominal não será objeto de atualização monetária.
Remuneração dos CRA	A Remuneração dos CRA, incidente sobre o Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal desde a Data da Integralização, conforme o caso, será equivalente a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida exponencialmente de <i>spread</i> de 3% (três por cento) ao ano, calculada de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis decorridos ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Não haverá qualquer procedimento de coleta de intenções para alterar a Remuneração dos CRA.

Pagamento da Remuneração dos CRA	O pagamento da Remuneração ocorrerá mensalmente, nas datas indicadas no anexo VI do Termo de Securitização, até a Data de Vencimento (cada data, uma “ <u>Data de Pagamento de Remuneração</u> ”).
Amortização dos CRA	As amortizações dos CRA ocorrerão conforme cálculo previsto na fórmula indicada no Termo de Securitização e serão realizadas mensalmente, conforme indicado no anexo VI do Termo de Securitização (cada uma, “ <u>Data de Amortização Programada</u> ”) (“ <u>Amortização</u> ”).
Resgate Antecipado	A Emissora poderá realizar, a critério exclusivo da Nardini, nos termos da cláusula 7ª do CDCA, a partir do 3º (terceiro) ano (inclusive), a contar da Data da Integralização e até a Data de Vencimento, oferta irrevogável de resgate antecipado dos CRA em Circulação, sendo assegurada a seus titulares igualdade de condições para aceitar a oferta (“ <u>Oferta de Resgate Antecipado</u> ” e “ <u>Resgate Antecipado</u> ”, respectivamente). A Oferta de Resgate Antecipado e o Resgate Antecipado serão operacionalizados na forma prevista pela cláusula 5.11 do Termo de Securitização.
Formalização da Aquisição	O CDCA representativo dos Direitos Creditórios do Agronegócio será adquirido pela Emissora a partir da implementação das condições precedentes descritas no Termo de Securitização, mediante o pagamento de um valor (“ <u>Preço de Aquisição</u> ”), com base em recursos por ela recebidos com a integralização total ou parcial dos CRA em mercado primário. A integralização parcial dos CRA implicará na alteração ou cancelamento, conforme o caso, do CDCA.
Vencimento Antecipado	<p>A Emissora ou o Agente Fiduciário, conforme o caso, deverá declarar o vencimento antecipado dos CRA nos casos previstos na cláusula 5.12.1 do Termo de Securitização.</p> <p>O vencimento antecipado dos CRA terá efeitos automáticos nas hipóteses que determinam sua incidência, conforme previsto no Termo de Securitização. Nestes casos, deverão ser implementados pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, independente de Assembleia Geral, os procedimentos de liquidação do Patrimônio Separado, descritos no Termo de Securitização.</p> <p>Ocorrida alguma das hipóteses vencimento antecipado com efeitos não-automáticos, deverá ser convocada Assembleia Geral, especialmente para deliberar sobre eventual vencimento antecipado dos CRA, no âmbito do Termo de Securitização.</p>

Eventos de Liquidação do Patrimônio Separado	<p>A ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos poderá ensejar a assunção imediata da administração do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário, sendo certo que, nesta hipótese, ocorrerá imediatamente a convocação de Assembleia Geral para deliberar sobre a forma de administração e/ou eventual liquidação, total ou parcial, do Patrimônio Separado:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) pedido ou requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora, independentemente de aprovação do plano de recuperação por seus credores ou deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (ii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido ou cancelado pela Emissora, conforme o caso, no prazo legal; (iii) decretação de falência ou apresentação de pedido de autofalência pela Emissora; (iv) qualificação, pela Assembleia Geral, de um Evento de Vencimento Antecipado como Evento de Liquidação do Patrimônio Separado; (v) inadimplemento pecuniário pela Emissora que dure por mais de 5 (cinco) Dias Úteis, caso haja recursos suficientes no Patrimônio Separado e desde que exclusivamente a ela imputado; e (vi) não observância pela Emissora: (a) dos deveres e das obrigações previstos no Contrato com Agente Fiduciário, no Contrato com Banco Liquidante, no Contrato de Custódia, conforme o caso, desde que, comunicados para sanarem ou justificarem o descumprimento, não o façam nos prazos previstos no respectivo contrato aplicável; e (b) dos deveres e das obrigações previstos no Termo de Securitização e na regulamentação em vigor, desde que, comunicada para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação; <p>A liquidação, parcial ou total do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário será automática caso seja verificado qualquer dos Eventos de Liquidação do Patrimônio Separado descritos em qualquer dos itens “i”, “ii”, “iii”, “v” e “vi”.</p>
---	--

<p>Preço de Integralização e Forma de Integralização</p>	<p>Para o item “iv” e “vii”, a decretação da liquidação, parcial ou total, do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário, dependerá de prévia deliberação de Assembleia Geral especialmente convocada para essa finalidade. A Assembleia Geral será convocada pelo Agente Fiduciário e/ou a Emissora, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da ocorrência do evento. A ocorrência do Evento de Liquidação do Patrimônio Separado elencado no item “iv” acima não implicará no afastamento da Emissora da administração do Patrimônio Separado.</p> <p>Verificada a ocorrência dos Eventos de Liquidação do Patrimônio Separado, elencados nos itens “i”, “ii”, “iii”, “v” ou “vi” acima e assumida a administração do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário, este deverá convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral para deliberar, pela maioria dos votos dos titulares dos CRA em Circulação, sobre a forma de administração e/ou eventual liquidação, total ou parcial, do Patrimônio Separado.</p> <p>Exclusivamente para fins de verificação de quórum, a expressão “CRA em Circulação” significa todos os CRA subscritos e integralizados e não resgatados, excluídos os CRA pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou à Nardini, ou a qualquer controladora da Emissora ou da Nardini, ou qualquer de seus respectivos diretores ou conselheiros.</p> <p>A Assembleia Geral prevista acima, deverá ser realizada no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de envio da comunicação relativa à primeira convocação. Caso a Assembleia Geral não seja realizada em primeira convocação, nova comunicação será enviada para que no prazo de 2 (dois) dias, contados da data do seu envio, a Assembleia Geral seja instalada em segunda convocação. Ambas as comunicações previstas nesta cláusula serão realizadas na forma prevista pela cláusula 10 do Termo de Securitização.</p> <p>Os CRA serão subscritos no mercado primário e integralizados por seu Valor Nominal (“<u>Preço de Integralização</u>”).</p> <p>O Preço de Integralização será pago à vista: (i) nos termos do respectivo Boletim de Subscrição; e (ii) para prover recursos a serem destinados pela Emissora conforme a cláusula 4.5 do Termo de Securitização.</p> <p>Todos os CRA serão subscritos e integralizados em uma única data de integralização.</p>
---	--

Registro para Distribuição e Negociação	<p>Os CRA serão registrados (i) para distribuição no mercado primário por meio (a) do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("<u>CETIP21</u>"), operacionalizado e administrado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("<u>CETIP</u>"), e/ou (b) do sistema de distribuição de ativos ("<u>DDA</u>"), operacionalizado e administrado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros; e (ii) para negociação no mercado secundário, por meio (a) do CETIP21, ambiente de negociação de ativos e renda fixa administrado e operacionalizado pela CETIP, e/ou (b) do BovespaFix, ambiente de negociação de ativos e renda fixa administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA ("<u>BovespaFix</u>"), sendo a liquidação financeira dos eventos de pagamento e a custódia eletrônica dos CRA realizada por meio do sistema de compensação e liquidação da CETIP e/ou por meio da BM&FBOVESPA.</p>
Forma e Procedimento de Colocação dos CRA	<p>Os CRA serão objeto de distribuição pública com amplos esforços de colocação, nos termos da Instrução CVM 400, sob regime de melhores esforços de colocação da totalidade dos CRA, com intermediação dos Coordenadores, integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, nos termos do Contrato de Distribuição.</p> <p>Os Coordenadores, sob regime de melhores esforços de colocação, realizarão a distribuição pública dos CRA, não havendo lotes máximos ou mínimos, podendo ser apresentados Pedidos de Reserva. Para maiores informações sobre o procedimento de distribuição dos CRA, bem como sobre a apresentação de Pedido de Reserva, vide os itens referentes a "Distribuição dos CRA" e "Pedido de Reserva", deste Prospecto Definitivo.</p> <p>A Oferta terá início a partir da (i) obtenção de registro perante a CVM; (ii) publicação do Anúncio de Início; e (iii) disponibilização do prospecto definitivo da Oferta ao público.</p>

A distribuição pública dos CRA deverá ser direcionada a Investidores Qualificados ou não qualificados respeitada a proporção de (em conjunto, "Direcionamento da Distribuição"):

- (i) até 70% (setenta por cento) de Investidores que sejam pessoas físicas que adquiram qualquer quantidade de CRA ("Investidores Não Institucionais"); e
- (ii) até 30% (trinta por cento) de Investidores que sejam pessoas jurídicas, além de fundos de investimento, clubes de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização ("Investidores Institucionais").

Caso na Data da Integralização a demanda para a distribuição dos CRA revele-se insuficiente para respeitar o Direcionamento da Oferta, poder-se-á proceder a realocação da distribuição, em conformidade com a demanda verificada, de modo a atingir o Montante Mínimo, ou a distribuição integral da Oferta, conforme aplicável.

A ordem de alocação dos investidores respeitará a ordem em que estes apresentaram seus pedidos de reserva ou boletins de subscrição, conforme o caso, conforme procedimento descrito no item "Pedido de Reserva", observado o Direcionamento da Oferta ("Ordem de Alocação").

Verificando-se, a qualquer tempo, que houve manifestação de interesse na subscrição do Valor Total da Oferta e o Direcionamento da Oferta foi respeitado, os Coordenadores poderão encerrar o Período de Reserva ou o Prazo de Distribuição, conforme o caso, antecipadamente.

Pedidos de Reserva	No âmbito da Oferta, qualquer Investidor que esteja interessado em investir em CRA deverá realizar a sua reserva para subscrição de CRA junto a um dos Coordenadores, durante o Período de Reserva para Investidores, mediante assinatura do Pedido de Reserva.
---------------------------	---

Período de Reserva para Investidores	Período compreendido entre os dias 19 de novembro de 2013, inclusive e 10 de dezembro de 2013, inclusive.
---	---

Lotes Máximos ou Mínimos	Não haverá fixação de lotes máximos ou mínimos.
Público-Alvo da Oferta	Os CRA serão distribuídos publicamente a Investidores não qualificados ou Qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM nº 409 de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, incluindo, mas não se limitando, a pessoas físicas e jurídicas cujas ordens específicas de investimento representem valores que excedam o limite de aplicação de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), fundos de investimento, clubes de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores residentes no exterior que invistam no Brasil segundo as normas da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325.
Inadequação do Investimento	O investimento em CRA não é adequado aos investidores que: (i) necessitem de liquidez com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de certificados de recebíveis do agronegócio no mercado secundário brasileiro é restrita; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr risco de crédito relacionado ao mercado agrícola.
Prazo de Colocação	O prazo máximo para colocação dos CRA é de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, nos termos da regulamentação aplicável.
Assembleia Geral	<p>Os titulares dos CRA poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de CRA, observado o disposto na cláusula 10 do Termo de Securitização.</p> <p>A Assembleia Geral poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por titulares de CRA que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos CRA, neste caso mediante correspondência escrita enviada, por meio eletrônico ou postagem, a cada titular de CRA, podendo, para esse fim, ser utilizado qualquer meio de comunicação cuja comprovação de recebimento seja possível, e desde que o fim pretendido seja atingido, tais como envio de correspondência com aviso de recebimento, fac-símile e correio eletrônico (e-mail).</p>

A Assembleia Geral também poderá ser convocada mediante publicação de edital em jornal de grande circulação, por 3 (três) vezes, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, utilizado pela Emissora para a divulgação de suas informações societárias.

Independentemente da convocação aqui prevista, será considerada regular a Assembleia Geral à qual comparecerem todos os titulares de CRA.

A Assembleia Geral realizar-se-á no local onde a Emissora tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, as correspondências de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião. É permitido aos titulares de CRA participar da Assembleia Geral por meio de conferência eletrônica e/ou videoconferência, entretanto deverão manifestar o voto em Assembleia Geral por comunicação escrita ou eletrônica.

Aplicar-se-á à Assembleia Geral, no que couber, o disposto na Lei 11.076, na Lei 9.514 e na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias de acionistas, salvo no que se refere aos representantes dos titulares de CRA, que poderão ser quaisquer procuradores, titulares de CRA ou não, devidamente constituídos há menos de 1 (um) ano por meio de instrumento de mandato válido e eficaz.

A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de CRA que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

Cada CRA em Circulação corresponderá a um voto nas Assembleias Gerais, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de CRA ou não. São autorizados a votar, nas Assembleias Gerais, os respectivos representantes legais dos titulares de CRA ou seus procuradores legalmente constituídos.

Será facultada a presença dos representantes legais da Nardini nas Assembleias Gerais. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral e prestar aos titulares de CRA as informações que lhe forem solicitadas.

A presidência da Assembleia Geral caberá, de acordo com quem a convocou:

- (i) ao Diretor Presidente ou Diretor de Relações com Investidores da Emissora;
- (ii) ao representante do Agente Fiduciário;
- (iii) ao titular de CRA eleito pelos demais; ou
- (iv) àquele que for designado pela CVM.

As deliberações em Assembleias Gerais serão tomadas pelos votos favoráveis de titulares de CRA que representem a maioria dos presentes na Assembleia, exceto nas deliberações em Assembleias Gerais que impliquem na não declaração de vencimento antecipado dos CRA, na forma da cláusula 5.12.5 do Termo de Securitização, que dependerão de aprovação de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos votos favoráveis de titulares de CRA, presentes na Assembleia.

O Termo de Securitização e os demais Documentos da Securitização somente poderão ser alterados, independentemente de deliberação de Assembleia Geral ou de consulta aos titulares de CRA, sempre que tal alteração decorra exclusivamente da necessidade de atendimento de exigências da CVM, ou em consequência de normas legais regulamentares, ou em razão de erros materiais que não afetem os direitos dos titulares de CRA, devendo ser, nesses casos, providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos.

As deliberações tomadas em Assembleias Gerais, observados o respectivo quórum de instalação e de deliberação estabelecido no Termo de Securitização, serão consideradas válidas e eficazes e obrigarão os titulares dos CRA, quer tenham comparecido ou não à Assembleia Geral, e, ainda que, nela tenham se absterido de votar, ou votado contra, devendo ser divulgado o resultado da deliberação aos titulares de CRA, na forma da regulamentação da CVM, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contado da realização da Assembleia Geral.

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora, a Oferta, os Direitos Creditórios do Agronegócio e os CRA poderão ser obtidos junto aos Coordenadores, à Emissora e na sede da CVM.

IDENTIFICAÇÃO DA EMISSORA, DO AGENTE FIDUCIÁRIO, DOS COORDENADORES, DO CONSULTOR JURÍDICO E DO ASSESSOR FINANCEIRO

Emissora

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.

Rua do Rocio, 288, Conjunto 16 (parte), 1º andar

São Paulo - SP

CEP 04552-000

At.: Sr. João Paulo dos Santos Pacífico

Telefone: (11) 3047-1010

Fac-símile: (11) 3054-2545

Site: <http://www.gaiaagrosec.com.br/>

E-mail: gestaocra@grupogaia.com.br

Coordenador Líder

BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

Rua Senador Dantas, 105, 36º andar, Centro

Rio de Janeiro - RJ

At.: Sras. Paula Fajardo Archanjo / Mariana de Araújo Vilar

Telefone: (11) 3149-8400 / 3149-8469

Fac-símile: (11) 3149-8529

Site: www.bb.com.br/ofertapublica

E-mail: securitizacao@bb.com.br

Coordenador

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2235, 26º andar, Vila Olímpia

São Paulo - SP

At.: Sr. Diego Pedalino / Sr. Alishan Khan

Telefone: 11 3553 7421 / 3553 6518

Fac-Símile: 11 3553 7787;

Site: www.santander.com.br/prospectos

E-mail: dpedalino@santander.com.br ; akhan@santander.com.br

Agente Fiduciário

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares

São Paulo - SP CEP 04530-001

At.: Sr. Nelson Santucci Torres

Telefone: (11) 3048-9943

Fac-símile: (11) 3048-9910

Site: <http://www.slw.com.br/fiduciario.asp/>

E-mail: nelson.torres@slw.com.br / fiduciario@slw.com.br

Consultor Jurídico

DEMAREST ADVOGADOS

Avenida Pedroso de Moraes, 1.201

São Paulo - SP

CEP 05419-001

At.: Srs. Thiago Giantomassi e Renato Buranello

Telefone: (55 11) 3356-1656 | 3356-1548

Fac-símile: (55 11) 3356-1700

Site: <http://www.demarest.com.br>

E-mail: tgiantomassi@demarest.com.br | rburanello@demarest.com.br

Assessor Financeiro

CZARNIKOW BRASIL LTDA.

Av. Dr. Cardoso de Melo, 900, 9º andar

São Paulo - SP

CEP 04548-003

At.: Sr. Daniel do Valle

Telefone: (11) 3376-0209

Fac-símile: (11) 3376-0206

Site: <http://www.czarnikow.com>

E-mail: dvalle@czarnikow.com

EXEMPLARES DO PROSPECTO

Recomenda-se aos potenciais Investidores que leiam o Prospecto Definitivo antes de tomar qualquer decisão de investir nos CRA.

Os Investidores interessados em adquirir os CRA no âmbito da Oferta poderão obter exemplares deste Prospecto Definitivo nos endereços e nos *websites* da Emissora e dos Coordenadores indicados na Seção “Identificação da Emissora, do Agente Fiduciário, dos Coordenadores e do Consultor Jurídico e do Assessor Financeiro”, na página 31 acima, bem como nos endereços e/ou *websites* indicados abaixo:

- **Comissão de Valores Mobiliários**

Centro de Consulta da CVM-RJ

Rua 7 de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro - RJ

Rua Cincinato Braga, 340, 2º a 4º andares

São Paulo - SP

Site: www.cvm.gov.br/neste website acessar em "acesso rápido" o item "ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações", digitar "Gaia Agro Securitizadora" no campo disponível. Em seguida acessar "Gaia Agro Securitizadora S.A." e posteriormente "Prospecto de Distribuição Pública". No website acessar "download" em 1ª Série da 4ª Emissão de CRA da Gaia Agro Securitizadora S.A.

- **CETIP S.A. - Mercados Organizados**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

São Paulo - SP

Site: www.cetip.com.br/neste website acessar em "Comunicados e Documentos", o item "Prospectos", em seguida buscar "Prospectos CRA" e, posteriormente, acessar "Preliminar" na linha Gaia Agro Securitizadora S.A.

- **BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros**

Praça Antonio Prado, 48

São Paulo - SP

Site: www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/Empresas-Listadas/ResumoInformacoesRelevantes.aspx?codigoCvm=22764&idioma=pt-br

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

Estrutura da Securitização

Os certificados de recebíveis do agronegócio são de emissão exclusiva de companhias securitizadoras criadas pela Lei 11.076 e consistem em títulos de crédito nominativos, de livre negociação, vinculados a direitos creditórios originários de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos, relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária. Os certificados de recebíveis do agronegócio são representativos de promessa de pagamento em dinheiro e constituem título executivo extrajudicial.

No âmbito da 1ª série da 4ª emissão de CRA da Securitizadora ("Emissão"), serão emitidos 400 (quatrocentos) CRA. Estes serão objeto da Oferta, com Valor Nominal de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) na Data da Integralização, perfazendo o valor total da Oferta de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais). Os CRA serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços de colocação, nos termos da Instrução CVM 400. A Oferta poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial dos CRA, desde que haja a colocação de, no mínimo, o Montante Mínimo. Definida a quantidade de CRA, o Termo de Securitização será aditado e os CRA que não forem colocados no âmbito da Oferta serão cancelados pela Emissora.

Direitos Creditórios

Conforme o Termo de Securitização, os CRA serão lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio representados por certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA, emitido pela Nardini em favor da Emissora, em 19 de novembro de 2013, registrado no Cartório de Títulos e Documentos da Cidade de Monte Alto, no Estado de São Paulo, em 25 de novembro de 2013, sob o nº. 27508, em conformidade com a legislação aplicável.

O CDCA representativo dos Direitos Creditórios do Agronegócio vinculados aos CRA conta com as seguintes características: (i) o valor total do certificado de direitos creditórios do agronegócio emitido totaliza R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), na data de emissão, sendo referido título vinculado a direitos creditórios de titularidade da Nardini contra a IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Eugênio, 329, São Cristóvão, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.337.122/0001-27 ("Ipiranga"), decorrentes do "Contrato de Compra e Venda de Etanol Etílico Anidro Carburante e Etanol Etílico Hidratado Carburante", celebrado em 24 de abril de 2013, conforme aditado em 18 de julho de 2013 e 30 de setembro de 2013, entre a Nardini e a Ipiranga, por meio do qual a Nardini se obrigou a entregar o produto "Etanol Etílico Anidro Carburante e Etanol Etílico Hidratado Carburante" ("Etanol") à Ipiranga, pelo prazo de 72 (setenta e dois) meses ("Direitos Creditórios Ipiranga" e "Contrato de Fornecimento", respectivamente), sobre os quais será

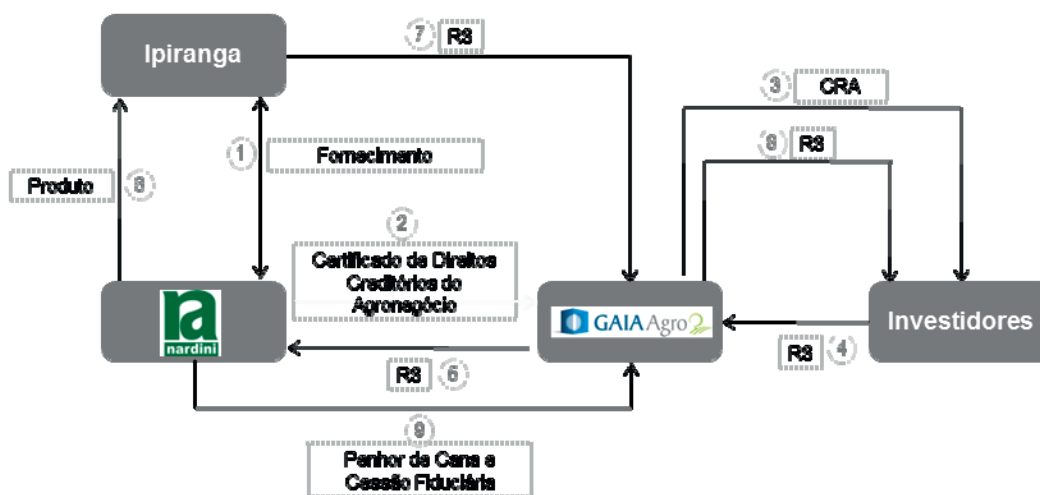
constituída garantia real, nos termos do artigo 32 da Lei 11.076 e do item (iii), abaixo; (ii) o certificado de direitos creditórios do agronegócio foi emitido em favor da Emissora; e (iii) há garantia real (a) prevista em instrumento apartado, representada por cessão fiduciária dos Direitos Creditórios Ipiranga; (b) prevista em instrumento apartado, representada por Penhor Agrícola (abaixo definido), em primeiro e único grau sobre 582.164 (quinhentos e oitenta e duas mil, cento e sessenta e quatro) toneladas métricas de cana-de-açúcar referente à safra 2014/2015 ("Produto"), de propriedade da Nardini, conforme descrito na cláusula 5.9 do Termo de Securitização ("CDCA").

O CDCA, cujas características principais estão listadas no anexo V do Termo de Securitização, está vinculado, nos termos do parágrafo único, do artigo 23, e do artigo 32, ambos da Lei 11.076, a direitos creditórios do agronegócio, livres de quaisquer Ônus, de forma irrevogável e irretratável e corresponderá ao lastro dos CRA objeto da presente Emissão, aos quais está vinculado em caráter irrevogável e irretratável, segregado do restante do patrimônio da Emissora, mediante instituição de Regime Fiduciário (abaixo definido), na forma prevista pela cláusula 6ª do Termo de Securitização ("Direitos Creditórios do Agronegócio").

Até a quitação integral das Obrigações, a Emissora obriga-se a manter os Direitos Creditórios do Agronegócio vinculados aos CRA, agrupados em Patrimônio Separado constituído especialmente para esta finalidade, nos termos da cláusula 6ª do Termo de Securitização.

Os Direitos Creditórios do Agronegócio serão representados por documentos que evidenciam sua existência, validade e exequibilidade, quais sejam: (i) a versão física do CDCA representativo dos Direitos Creditórios do Agronegócio vinculado aos CRA; (ii) o Contrato de Fornecimento; e (iii) os demais instrumentos existentes para formalização dos Direitos Creditórios do Agronegócio e de suas garantias.

Abaixo, o fluxograma da estrutura da securitização dos Direitos Creditórios do Agronegócio representado por CDCA, por meio da emissão dos CRA:



Onde:

1. A Nardini e a Ipiranga firmam Contrato de Fornecimento.
2. A Nardini emite CDCA em favor da Securitizadora, cedendo os direitos sobre o Contrato de Fornecimento.
3. A Securitizadora emite os CRA com lastro no CDCA.
4. Investidores aderem à Oferta e subscrevem os CRA.
5. Com base no montante captado por meio da Oferta, a Securitizadora repassa os recursos líquidos à Nardini em contrapartida à emissão do CDCA em seu favor.
6. A Nardini entrega o etanol à Ipiranga, na forma do Contrato de Fornecimento.
7. A Ipiranga paga diretamente à Securitizadora pelo etanol entregue, por meio de boleto bancário, em conta específica da operação.
8. A Securitizadora efetua pagamento de juros e amortização aos detentores dos CRA, com os recursos recebidos da Ipiranga.
9. Como garantia adicional ao cumprimento das obrigações do CDCA, a Nardini empenha parte de sua produção de cana em favor da Securitizadora e cede fiduciariamente os direitos creditórios oriundos do contrato de fornecimento.

O objetivo da captação de recursos por meio da emissão de CRA é gestão ordinária de seus negócios, nas seguintes proporções: (i) 50% (cinquenta por cento) para atender (a) a exploração das atividades agrícolas e pastoris, principalmente a exploração da cultura de cana-de-açúcar e cereais, em terras próprias ou de terceiros, inclusive mediante a congregação de esforços e partilha dos frutos, sob o regime de parceria rural; (b) a indústria e comércio de açúcar, álcool anidro e hidratado e respectivos subprodutos, inclusive a importação e exportação dos mesmos; e (c) cogeração e comercialização de energia elétrica, inclusive para fins de mera reposição ou substituição de material pela Nardini; e (ii) 50% (cinquenta por cento) para pagar suas dívidas de curto prazo, contraídas para o desenvolvimento das atividades referidas no item "i" acima.

Autorizações Societárias

A Emissão e a oferta dos CRA foram aprovadas em Reunião da Diretoria da Emissora, realizada em 2 de janeiro de 2013, na qual se aprovou a emissão de séries de CRA em montante de R\$10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais).

Data de Emissão

Para todos os fins legais, a data de emissão é 19 de novembro de 2013.

Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais).

Quantidade de CRA

Serão emitidos 400 (quatrocentos) CRA.

Série

Esta é a 1ª (primeira) série de CRA realizada pela Emissora, no âmbito da Emissão.

Valor Nominal dos CRA

O Valor Nominal, na Data da Integralização, será de R\$300.000,00 (trezentos mil reais).

Forma dos CRA

Os CRA serão emitidos de forma escritural, sem emissão de cautelas e certificados e sua titularidade será reconhecida por extrato de posição de custódia expedido pela BM&FBOVESPA e/ou pela CETIP em nome do respectivo titular.

Data de Vencimento

A data de vencimento dos CRA será 25 de abril de 2019, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, resgate antecipado e amortização extraordinária, conforme previstas no Termo de Securitização.

Remuneração

A partir da Data da Integralização, os CRA farão jus a juros remuneratórios, a serem realizadas mensalmente, conforme indicado no anexo VI do Termo de Securitização, incidentes sobre o Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, conforme o caso, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over extra grupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de *spread* de até 3% (três por cento) ao ano ("Spread"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [(FatorDI \times Fator Spread) - 1]$$

onde:

"J": corresponde ao valor unitário da Remuneração dos CRA acumulada no período, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devido no final de cada Período de Capitalização (abaixo definido);

"VNe": corresponde ao Valor Nominal no primeiro Período de Capitalização, ou saldo do Valor Nominal no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"FatorDI": correspondente ao produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado, a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{di}} (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

" n_{di} ": corresponde ao número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo " n_{di} " um número inteiro;

" TDI_k ": corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

" k ": corresponde ao número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n_{di}

" DI_k ": corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

"Fator Spread": corresponde ao spread de juros fixos calculado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{Fator Spread} = \left(\frac{\text{Spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}}$$

onde:

"Spread": corresponde ao Spread de 3 (três) ao ano; e

" n ": corresponde ao número de Dias Úteis entre a Data da Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, inclusive, e a Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive, sendo " n " um número inteiro.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

Observação: para efeito do DI, será sempre considerado a Taxa com dois Dias Úteis de defasagem em relação à data de cálculo (exemplo: no dia 15 (quinze), será considerado o DI do dia 13).

O pagamento da Remuneração ocorrerá a cada Data de Pagamento de Remuneração, listadas no anexo VI do Termo de Securitização.

Amortização Programada dos CRA

As amortizações dos CRA ocorrerão conforme cálculo previsto na fórmula abaixo e serão realizadas mensalmente, conforme indicado no anexo VI do Termo de Securitização (cada uma, "Data de Amortização Programada") ("Amortização"):

$$AM_i = VNe \times (TA)$$

onde:

Ami Valor unitário da i-ésima parcela de amortização. Valor em reais, calculado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento;

Vne Conforme definido na cláusula 5.7.1 do Termo de Securitização; e

TA Taxa de Amortização, expressa em percentual, com 4 (quatro) casas decimais

Resgate Antecipado

A Emissora poderá realizar, a critério exclusivo da Nardini, nos termos da cláusula 7ª do CDCA, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive), a contar da Data da Integralização e até a Data de Vencimento, oferta irrevogável de resgate antecipado dos CRA em Circulação, sendo assegurada a seus titulares igualdade de condições para aceitar a oferta ("Oferta de Resgate Antecipado" e "Resgate Antecipado", respectivamente). A Oferta de Resgate Antecipado e o Resgate Antecipado serão operacionalizados da seguinte forma:

- (i) A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado, por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado, ou de envio de carta a todos os titulares de CRA em Circulação (“Edital de Resgate Antecipado”), que deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo: (a) data efetiva para o resgate dos CRA em Circulação e pagamento aos titulares de CRA em Circulação que aceitarem a Oferta de Resgate Antecipado; (b) data limite para os titulares de CRA em Circulação manifestarem a intenção de aderirem a Oferta de Resgate Antecipado, que não poderá ser inferior a 10 (dez) Dias Úteis a contar da data da publicação ou envio do Edital de Resgate Antecipado, e o procedimento para tal manifestação; e (c) demais informações relevantes aos titulares de CRA em Circulação;
- (ii) A Emissora deverá realizar o Resgate Antecipado de todos os titulares de CRA em Circulação que manifestaram sua aceitação à Oferta de Resgate Antecipado na data indicada no Edital de Resgate Antecipado; e
- (iii) O valor a ser pago aos titulares de CRA em Circulação em decorrência do Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal, ou ao saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do Resgate Antecipado, acrescido de um prêmio sobre o valor objeto do Resgate Antecipado.

Os CRA resgatados antecipadamente serão obrigatoriamente cancelados pela Emissora.

Local de Pagamento

Os pagamentos referentes à Amortização Programada e à Remuneração, ou quaisquer outros valores a que fazem jus os titulares dos CRA, incluindo os decorrentes de antecipação de pagamento por Evento de Vencimento Antecipado, serão efetuados pela Emissora, em moeda corrente nacional, por meio do sistema de liquidação e compensação eletrônico administrado pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA.

Garantias

O CDCA objeto do Patrimônio Separado contará com as seguintes garantias, consideradas cumulativamente: (i) Penhor Agrícola, em primeiro e único grau de preferência, em favor da Securitizadora, sobre produtos agrícolas e safras da Nardini; e (ii) cessão fiduciária dos Direitos Creditórios Ipiranga, de titularidade da Nardini, oriundos do Contrato de Fornecimento (“Cessão Fiduciária”). Os contratos referentes à constituição de tais garantias estão descritos na seção “Sumário dos Principais Instrumentos da Oferta” deste Prospecto Definitivo.

Nos termos do artigo 32 da Lei 11.076, o CDCA confere direito de penhor sobre os direitos creditórios a ele vinculados, podendo contar com garantias adicionais, como é o caso da Cessão Fiduciária. Nesse sentido, considera-se que o lastro de CDCA (i) possui natureza jurídica de garantia real, constituída em favor do beneficiário dos valores devidos pelo respectivo emitente; e, conseqüentemente, (ii) é exequível somente em caso de inadimplemento por parte do emitente, respondendo pela dívida financeira constituída no âmbito do CDCA no limite dos valores obtidos por meio de sua execução, realizada nos termos previstos do Código Civil.

Os recebíveis objeto da Cessão Fiduciária são devidos pela Ipiranga, conforme regulado pelo Contrato de Fornecimento, nos termos descritos no item "Diretos Creditórios" da seção "Informações Relativas à Oferta", acima, e no subitem "Contrato de Fornecimento", do item "Relacionamento com a Ipiranga", da seção "Nardini", abaixo. Tendo em vista que a Ipiranga é controlada por companhia aberta - a Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar") -, o acesso a informações da Ultrapar, e portanto da Ipiranga, inclusive demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, pode ser realizado por meio do seguinte website: www.cvm.gov.br (nesta página, acessar "Cias abertas e estrangeiras", clicar em "ITR, DFP, IAN, IPE e outras informações", buscar "Ultrapar Participações S.A.", e selecionar "Formulário de Referência" ou "Dados Econômico-Financeiros" ou "DPF" ou "ITR", conforme o caso). Nesse sentido, não serão constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, em caráter adicional, sobre os CRA, que já gozarão, em sua totalidade, das garantias que integrarem o CDCA, conforme previstas acima. Os CRA e o CDCA não contarão com garantia flutuante da Emissora nem da Ipiranga, razão pela qual qualquer bem ou direito integrante de seu patrimônio, que não componha o Patrimônio Separado, no caso da Emissora, não será utilizado para satisfazer as Obrigações.

Em complemento às garantias ora descritas, será, ainda, constituído um Fundo de Reserva e um Fundo de Despesas (abaixo definidos), para fazer frente aos pagamentos dos CRA, nos termos abaixo descritos.

Fundo de Reserva e Fundo de Despesas

Fundo de Reserva

Será constituído um fundo de reserva na conta corrente de n.º 11822-2, na agência 3391-0 do Banco Bradesco S.A., de titularidade da Emissora ("Conta Centralizadora"), para fazer frente aos pagamentos das Obrigações ("Fundo de Reserva"). A Emissora, conforme autorizado pela Nardini, reterá o montante de R\$2.768.000,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e oito mil reais) para constituição do Fundo de Reserva, valor este que deverá corresponder, durante todo o tempo de vigência dos CRA, ao valor equivalente ao montante da última parcela de principal e juros devida aos titulares dos CRA. ("Limite Mínimo do Fundo de Reserva").

Os recursos do Fundo de Reserva também estarão abrangidos pela instituição do Regime Fiduciário e poderão ser aplicados em: (i) fundos de renda fixa de baixo risco, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil, administrados pelo Coordenador Líder; (ii) certificados de depósito bancário emitidos pelas instituições financeiras

Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. entre outras instituições financeiras de primeira linha, desde que possuam um *rating* mínimo de AAA(bra), conforme relatório divulgado pela Standard & Poor's Moody's ou Fitch Ratings; (iii) ou ainda em títulos públicos federais ("Aplicações Financeiras").

Sempre que o Fundo de Reserva se tornar inferior ao Limite Mínimo do Fundo de Reserva, os recursos arrecadados na Conta Centralizadora serão direcionados à recomposição do Fundo de Reserva. A Nardini, obrigou-se por meio do Contrato de Cessão Fiduciária a, no caso de o valor do Fundo de Reserva vir a ser inferior ao Limite Mínimo do Fundo de Reserva por 1 (um) mês, a recompor o valor necessário para que o Fundo de Reserva volte a atingir o Limite Mínimo do Fundo de Reserva. Tal recomposição do Fundo de Reserva dar-se-á mediante envio de prévia notificação pela Securitizadora, informando o montante que a Nardini deverá depositar na Conta Centralizadora para recompor do Fundo de Reserva. O depósito do valor da recomposição deverá ser efetuado pela Nardini no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados a partir do recebimento da referida notificação, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor devido e não pago, sem prejuízo da aplicação de correção monetária pelo IGP-M divulgado pela FGV, calculados *pro-rata die*.

Quando o Fundo de Reserva exceder o Limite Mínimo do Fundo de Reserva, a Securitizadora deverá transferir o montante excedente para a Conta de Livre Movimentação. Caso ainda haja recursos mantidos no Fundo de Reserva na Data de Vencimento dos CRA, tais recursos deverão ser liberados à Nardini na Conta de Livre Movimentação em até 3 (três) Dias Úteis.

Fundo de Despesas

Será constituído um fundo de despesas na Conta Centralizadora para fazer frente ao pagamento das Despesas (abaixo definidas) ("Fundo de Despesas"). A Emissora, conforme autorizada pela Nardini, reterá o montante de R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), que corresponde à estimativa de 12 (doze) parcelas de Despesas mensais ("Valor Total do Fundo de Despesas").

Os recursos do Fundo de Despesas poderão ser aplicados, pela Emissora, em Aplicações Financeiras, passíveis de liquidação imediata conforme demandado para o pagamento de Despesas.

A partir da Data da Integralização, sempre que o valor do Fundo de Despesas se tornar inferior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais) ("Limite Mínimo do Fundo de Despesas"), os recursos arrecadados na Conta Centralizadora, serão direcionados à recomposição do Fundo de Despesas até o Valor Total do Fundo de Despesas. A Nardini obrigou-se, por meio do Contrato de Cessão Fiduciária, a, no caso de o Fundo de Despesas vir a ser inferior ao Limite Mínimo do Fundo de Despesas, recompor o Fundo de Despesas até o Valor Total do Fundo de Despesas. A recomposição do Fundo de Despesas dar-se-á mediante envio de prévia notificação pela Securitizadora, informando o montante que a Nardini deverá depositar na Conta Centralizadora para recompor do Fundo de Despesas. O depósito do valor da recomposição deverá ser efetuado pela Nardini no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados a

partir do recebimento da referida notificação, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor devido e não pago, sem prejuízo da aplicação de correção monetária pelo IGP-M divulgado pela FGV, calculados *pro-rata die*. Durante a insuficiência de recursos no Fundo de Despesas, a Securitizadora fica autorizada a utilizar recursos do Fundo de Reserva para o pagamento de Despesas até que a Nardini restabeleça o Valor Total do Fundo de Despesas.

Quando o Fundo de Despesas exceder o Valor Total do Fundo de Despesas, a Securitizadora deverá transferir o montante excedente para a Conta de Livre Movimentação. Caso ainda haja recursos mantidos no Fundo de Despesas na Data de Vencimento dos CRA, tais recursos deverão ser liberados à Nardini na Conta de Livre Movimentação em até 3 (três) Dias Úteis.

Formalização da Aquisição

Conforme previsto na cláusula 4.4.1 do Termo de Securitização, o CDCA representativo dos Direitos Creditórios do Agronegócio será adquirido pela Emissora a partir da implementação das condições precedentes descritas no Termo de Securitização, mediante o pagamento de um valor (“Preço de Aquisição”), com base em recursos por ela recebidos com a integralização total ou parcial dos CRA em mercado primário. A integralização parcial dos CRA implicará na alteração ou cancelamento, conforme o caso, do CDCA.

As condições precedentes são: (i) o registro do Termo de Securitização na forma de sua cláusula 2.2.1; (ii) a formalização, na forma descrita nos respectivos instrumentos, das garantias listadas na cláusula 3.2 do Termo de Securitização; (iii) o recebimento, pela Emissora, do CDCA, devidamente assinado, nos termos nele previstos; e (iv) recebimento, pela Emissora, dos recursos advindos da integralização dos CRA em valor, no mínimo, equivalente ao Montante Mínimo.

Serão pagos pela Securitizadora, por conta e ordem da Nardini, com os recursos do Preço de Aquisição: (i) todas e quaisquer despesas, honorários, encargos, custas e emolumentos decorrentes da estruturação, da securitização e viabilização da emissão de CRA, inclusive as despesas com honorários dos assessores legais, do Custodiante, da Empresa Especializada (abaixo definida), dos Coordenadores e da Emissora; (ii) o montante que será utilizado pela Securitizadora para constituir o Fundo de Reserva e o Fundo de Despesas; e (iii) os valores devidos pela Nardini em razão da emissão do CDCA. Não obstante, todas as despesas, honorários, encargos, custas e emolumentos decorrentes da estruturação e viabilização da operação deverão ser previamente submetidos e aprovados pela Nardini, sob pena de não poderem ser quitados com os recursos do Preço de Aquisição.

Os recursos que eventualmente sobejarem, após o pagamento das despesas, na forma descrita acima, com o valor do Preço de Aquisição, serão depositados na Conta de Livre Movimentação (abaixo definida).

Efetuada o pagamento do Preço de Aquisição, o CDCA passará, automaticamente, para a titularidade da Emissora, no âmbito do Patrimônio Separado.

Os pagamentos decorrentes dos Direitos Creditórios do Agronegócio serão realizados diretamente na Conta Centralizadora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

Vencimento Antecipado

Verificado qualquer dos eventos abaixo, o vencimento antecipado dos CRA poderá ser declarado (**“Evento de Vencimento Antecipado”**):

(i) descumprimento, pela Nardini, de qualquer obrigação pecuniária, principal ou acessória, relacionada com os Documentos Comprobatórios ou com as Garantias, não sanada no prazo de até 1 (um) Dia Útil, ou ainda que implique descumprimento pecuniário dos termos e condições constantes do Termo de Securitização, estabelecida nos respectivos instrumentos;

(ii) descumprimento, pela Nardini, de qualquer obrigação não-pecuniária, principal ou acessória, relacionada com os Documentos Comprobatórios ou as Garantias, ou ainda que implique descumprimento não-pecuniário dos termos e condições constantes do Termo de Securitização, estabelecida nos Documentos Comprobatórios ou nos respectivos instrumentos, não sanada no prazo aqui e ali estabelecido, ou, em caso de omissão, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis, a contar da comunicação do referido descumprimento: (a) pela Nardini à Securitizadora; ou (b) pela Securitizadora à Nardini, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico nos Documentos Comprobatórios ou nos instrumentos das Garantias;

(iii) extinção ou alteração do Contrato de Fornecimento, sem o consentimento prévio e expresso da Securitizadora;

(iv) provarem-se insuficientes, falsas, incorretas ou enganosas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Nardini nos Documentos Comprobatórios ou nos instrumentos das Garantias;

(v) pedido de recuperação judicial formulado por terceiros, ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Nardini ou qualquer de suas Controladoras ou Controladas e/ou coligadas;

(vi) extinção, liquidação, dissolução, declaração de insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Nardini, qualquer de suas Controladoras ou Controladas, e/ou coligadas;

(vii) descumprimento de qualquer decisão judicial, arbitral ou administrativa contra a Nardini, em valor unitário ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, no prazo estipulado na respectiva decisão;

(viii) protesto de títulos contra a Nardini, ou inserção da Nardini em cadastro de inadimplentes, em valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do referido protesto ou inserção, (a) seja validamente comprovado pela Nardini, que protesto ou inserção foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (b) o protesto ou inserção for cancelado, ou ainda, (c) forem prestadas garantias em juízo;

(ix) (a) inadimplemento pela Nardini, em valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou (b) vencimento antecipado, em qualquer valor (*cross default* ou *cross acceleration*), de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas a Nardini;

(x) pagamento, pela Nardini, de lucros, dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações, caso a Nardini esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias aqui previstas;

(xi) liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização que envolva a alteração do Controle da Nardini, suas Controladas e/ou coligadas;

(xii) realização de redução do capital social da Nardini, sem anuência da Emissora;

(xiii) desapropriação, confisco ou qualquer outra forma de perda de propriedade ou posse direta por ato ou determinação de autoridade competente, pela Nardini e/ou por qualquer sociedade Controlada pela Nardini, de ativos permanentes cujo valor individual ou agregado, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), e desde que afete substancialmente as atividades da empresa;

(xiv) alteração ou modificação do objeto social da Nardini, de forma que a Nardini passe a realizar operações fora de seu objeto social vigente na Data de Emissão ou que a impeça de emitir os CRA;

(xv) inobservância das obrigações estabelecidas pela legislação socioambiental e criminal aplicável, bem como pelos Princípios do Equador, se aplicável, desde que constatado em sentença condenatória transitada em julgado;

(xvi) existência de sentença condenatória transitada em julgado ou arbitral definitiva relativamente à prática de atos pela Nardini, que importem em infringência à legislação que trata do combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, bem como ao crime contra o meio ambiente;

(xvii) se, durante a vigência dos CRA, a Nardini dispuser, transferir, ceder ou Alienar (ainda que em caráter fiduciário), empenhar ou constituir qualquer outro Ônus sobre os bens e direitos objeto das Garantias, além dos aqui previstos;

(xviii) na hipótese de a Nardini, direta ou indiretamente, tentar ou praticar qualquer ato visando anular, questionar, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, os Direitos Creditórios do Agronegócio, os instrumentos que formalizam as Garantias ou qualquer das cláusulas de documentos relativos aos CRA;

(xix) não-manutenção, pela Nardini, dos seguintes índices financeiros, que deverão ser apurados e verificados no mês de março de cada ano, nos termos da cláusula 5.12.2 do Termo de Securitização (“Índices Financeiros”):

(1) Índice Financeiro relacionado ao endividamento:

- (a) Dívida Bancária Líquida/EBITDA $\leq 4,0$ em 31 de dezembro de 2013;
- (b) Dívida Bancária Líquida/EBITDA $\leq 3,5$ em 31 de dezembro de 2014;
- (c) Dívida Bancária Líquida/EBITDA $\leq 3,25$ em 31 de dezembro de 2015;
- (d) Dívida Bancária Líquida/EBITDA $\leq 3,0$ em 31 de dezembro de 2016;
- (e) Dívida Bancária Líquida/EBITDA $\leq 3,0$ em 31 de dezembro de 2017; e

Dívida Bancária Líquida/EBITDA $\leq 3,0$ em 31 de dezembro de 2018;

Onde:

“Dívida Bancária Líquida”: corresponde ao somatório das operações em Mercado de Capitais e das dívidas onerosas consolidadas de empréstimos e financiamentos que tenham sido contraídos pela Nardini junto a instituições financeiras, deduzidos de (i) caixa e equivalentes contabilizados no ativo circulante de suas demonstrações financeiras e (ii) estoques de produtos acabados, considerados a valor de custo de produção ou valor de mercado, o menor dentre os dois, conforme refletidos em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas; e

“EBITDA”: significa (i) receita operacional líquida, menos (ii) custos dos produtos e serviços prestados, excluindo impactos não-caixa da variação do valor justo dos ativos biológicos, menos (iii) despesas comerciais, gerais e administrativas, acrescidos de (iv) depreciação, amortização e consumo do ativo biológico, conforme fluxo de caixa apresentado nas demonstrações financeiras auditadas. Não serão consideradas outras receitas e/ou despesas não recorrentes para fins de cálculo do EBITDA, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

(2) Índice Financeiro relacionado à liquidez corrente:

- (a) Ativo Circulante/Passivo Circulante $\geq 0,9$ até a Data de Vencimento;

Onde:

“Ativo Circulante” corresponde às disponibilidades financeiras e outros bens e direitos que possuem potencial de serem convertidas em disponibilidades, vendidos ou usados até o fim do exercício social seguinte.

“Passivo Circulante” corresponde aos deveres e obrigações da Nardini que deverão ser pagas até o final do exercício social seguinte.

(xx) interrupção das atividades da Nardini por prazo superior a 15 (quinze) dias corridos determinada por ordem judicial ou qualquer outra autoridade competente;

(xxi) caso qualquer dos Documentos Comprobatórios, das Garantias e/ou dos Direitos Creditórios do Agronegócio não esteja devidamente formalizado, na forma exigida por lei aplicável;

(xxii) caso a Nardini deixe de entregar à Securitizadora os Documentos Comprobatórios no prazo previsto no Termo de Securitização;

(xxiii) caso seja constatado qualquer vício, invalidade ou ineficácia na constituição de qualquer das Garantias;

(xxiv) caso qualquer dos Documentos Comprobatórios, das Garantias ou dos Documentos da Securitização seja, por qualquer motivo ou por qualquer pessoa, resilido, rescindido ou por qualquer outra forma extinto;

(xxv) não-renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Nardini que afete de forma significativa o regular exercício das atividades desenvolvidas, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Nardini comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das suas atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização; e

Cada Índice Financeiro deverá ser: (i) mantido durante toda a vigência dos CRA; e (ii) verificado (a) anualmente, por meio dos balanços anuais auditados da Nardini, e/ou por meio de correspondência da Nardini dirigida à Securitizadora, com base em tais informações dos balanços, observada a mesma periodicidade. Para tanto, a Nardini encaminhará à Emissora suas Demonstrações Financeiras auditadas até o dia 01 de maio de cada ano, ou Dia Útil subsequente, comprometendo-se, ainda, a prestar os esclarecimentos que a Emissora julgar necessário.

Os CRA vencerão antecipadamente de forma automática caso seja verificado um evento descrito em qualquer dos itens “i”, “iii”, “v”, “vi” ou “ix” acima.

A decretação do vencimento antecipado dependerá de prévia deliberação de Assembleia Geral dos titulares de CRA especialmente convocada para essa finalidade, caso seja verificado um Evento de Vencimento Antecipado descrito em qualquer dos itens “ii”, “iv”, “vii” ao “xi”, ou “xii” a “xxv” acima.

A Assembleia Geral mencionada na cláusula 10 do Termo de Securitização poderá deliberar: (i) por qualificar o Evento de Vencimento Antecipado como um Evento de Liquidação do Patrimônio Separado, seguindo-se, nesse caso, as regras aqui previstas para implementar a citada liquidação, observado, para os respectivos pagamentos pela Securitizadora, o limite máximo composto pelos Créditos do Patrimônio Separado; ou (ii) pela não declaração do vencimento antecipado dos CRA,

desde que a maioria dos titulares dos CRA em Circulação tenham votado contra a declaração de vencimento antecipado. Caso referida renúncia não seja aprovada, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes do Termo de Securitização e deverá enviar notificação à Nardini, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar da data da declaração.

Sem prejuízo do vencimento antecipado, na forma prevista na cláusula 5.12 do Termo de Securitização, a Nardini deverá comunicar à Securitizadora, por meio eletrônico, a ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar da data em que tomar conhecimento do evento.

Independentemente do envio da comunicação referida acima, a Nardini estará obrigada a pagar à Securitizadora, em até 2 (dois) Dias Úteis, contados da data em que tomar conhecimento do Evento de Vencimento Antecipado ou da data de recebimento de notificação do Agente Fiduciário, conforme previsto na cláusula 5.12.5 do Termo de Securitização, o valor devido no âmbito do CDCA, em moeda corrente nacional, acrescido de multa de 2% (dois por cento), caso tal Evento de Vencimento Antecipado tenha ocorrido em razão de inadimplemento de obrigação pecuniária ou caso o pagamento ocorra após o prazo mencionado.

Caso o Evento de Vencimento Antecipado seja ocasionado nos termos da cláusula 5.12.1 do Termo de Securitização, a multa devida pela Nardini será integralmente direcionada para os titulares de CRA a critério de prêmio por Evento de Vencimento Antecipado.

Qualquer que seja o Evento de Vencimento Antecipado, e desde que a Nardini tenha quitado todos os valores devidos daí originados, os Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios do Agronegócio deverão ser devolvidos à Nardini ou a quem esta vier a indicar, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis.

Assembleia dos Titulares de CRA

Os titulares dos CRA poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de titulares de CRA, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de CRA, observado o disposto na cláusula 10 do Termo de Securitização ("Assembleia Geral").

A Assembleia Geral poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por titulares de CRA que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos CRA em Circulação, neste caso mediante correspondência escrita enviada, por meio eletrônico ou postagem, a cada titular de CRA, podendo, para esse fim, ser utilizado qualquer meio de comunicação cuja comprovação de recebimento seja possível, e desde que o fim pretendido seja atingido, tais como envio de correspondência com aviso de recebimento, fac-símile e correio eletrônico (e-mail). A Assembleia Geral também poderá ser convocada mediante publicação de edital em jornal de grande circulação, por 3 (três) vezes, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, utilizado pela Emissora para a divulgação de suas informações societárias.

Independentemente da convocação aqui prevista, será considerada regular a Assembleia Geral à qual comparecerem todos os titulares de CRA.

A Assembleia Geral realizar-se-á no local onde a Emissora tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, as correspondências de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião. É permitido aos titulares de CRA participar da Assembleia Geral por meio de conferência eletrônica e/ou videoconferência, entretanto deverão manifestar o voto em Assembleia Geral por comunicação escrita ou eletrônica.

Aplicar-se-á à Assembleia Geral, no que couber, o disposto na Lei 11.076, na Lei 9.514 e na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias de acionistas, salvo no que se refere aos representantes dos titulares de CRA, que poderão ser quaisquer procuradores, titulares de CRA ou não, devidamente constituídos há menos de 1 (um) ano por meio de instrumento de mandato válido e eficaz.

A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de CRA que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

Cada CRA em Circulação corresponderá a um voto nas Assembleias Gerais, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de CRA ou não. São autorizados a votar, nas Assembleias Gerais, os respectivos representantes legais dos titulares de CRA ou seus procuradores legalmente constituídos.

Será facultada a presença dos representantes legais da Nardini nas Assembleias Gerais, se assim solicitado pela Emissora. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral e prestar aos titulares de CRA as informações que lhe forem solicitadas.

A presidência da Assembleia Geral caberá, de acordo com quem a convocou:

- (v) ao Diretor Presidente ou Diretor de Relações com Investidores da Emissora;
- (vi) ao representante do Agente Fiduciário;
- (vii) ao titular de CRA eleito pelos demais; ou
- (viii) àquele que for designado pela CVM.

As deliberações em Assembleias Gerais serão tomadas pelos votos favoráveis de titulares de CRA que representem a maioria dos presentes na Assembleia, exceto nas deliberações em Assembleias Gerais que impliquem na não declaração de vencimento antecipado dos CRA, na forma da cláusula 5.12 do Termo de Securitização, que dependerão de aprovação de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos votos favoráveis de titulares de CRA, presentes na Assembleia.

O Termo de Securitização e os demais Documentos da Securitização poderão ser alterados, independentemente de deliberação de Assembleia Geral ou de consulta aos titulares de CRA, sempre que tal alteração decorra exclusivamente da necessidade de atendimento de exigências da CVM, ou em consequência de normas legais regulamentares, ou em razão de erros materiais que não afetem os direitos dos titulares de CRA, devendo ser, nesses casos, providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos.

As deliberações tomadas em Assembleias Gerais, observados o respectivo quórum de instalação e de deliberação estabelecido no Termo de Securitização, serão consideradas válidas e eficazes e obrigarão os titulares dos CRA, quer tenham comparecido ou não à Assembleia Geral, e, ainda que, nela tenham se absterido de votar, ou votado contra, devendo ser divulgado o resultado da deliberação aos titulares de CRA, na forma da regulamentação da CVM, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contado da realização da Assembleia de titulares de CRA.

Regime Fiduciário e Patrimônio Separado

Os Créditos do Patrimônio Separado (abaixo definido), sujeitos ao Regime Fiduciário, são destacados do patrimônio da Emissora e passam a constituir patrimônio separado distinto, destinando-se especificamente ao pagamento dos CRA e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11, da Lei 9.514 (“Patrimônio Separado”).

O Patrimônio Separado será composto (i) pelo CDCA; (ii) pelo Fundo de Reserva e de Despesas; e (iii) pelas respectivas garantias e bens ou direitos decorrentes dos itens “i” a “ii”, acima, conforme aplicável (“Créditos do Patrimônio Separado”).

Os Créditos do Patrimônio Separado: (i) responderão apenas pelas obrigações inerentes aos CRA e pelo pagamento das despesas de administração do Patrimônio Separado e respectivos custos, conforme previsto no Termo de Securitização; (ii) estão isentos de qualquer ação ou execução de outros credores da Emissora que não sejam os titulares de CRA; e (iii) não são passíveis de constituição de outras garantias ou excussão, por mais privilegiadas que sejam, exceto conforme previsto no Termo de Securitização.

Administração do Patrimônio Separado

Observado o disposto na cláusula 6.5 do Termo de Securitização, a Emissora, em conformidade com as Leis 9.514 e 11.076: (i) administrará o Patrimônio Separado instituído para os fins desta Emissão; (ii) promoverá as diligências necessárias à manutenção de sua regularidade; (iii) manterá o registro contábil independente do restante de seu patrimônio; e (iv) elaborará e publicará as respectivas demonstrações financeiras.

A Emissora somente responderá pelos prejuízos que causar por culpa, dolo, descumprimento de disposição legal ou regulamentar, negligência, imprudência, imperícia ou administração temerária ou, ainda, por desvio de finalidade do Patrimônio Separado.

Liquidação do Patrimônio Separado

Conforme previsto no Termo de Securitização, a ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos poderá ensejar a assunção imediata da administração do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário, sendo certo que, nesta hipótese, ocorrerá imediatamente a convocação de Assembleia Geral para deliberar sobre a forma de administração e/ou eventual liquidação, total ou parcial, do Patrimônio Separado ("Eventos de Liquidação do Patrimônio Separado"):

- (i) pedido ou requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora, independentemente de aprovação do plano de recuperação por seus credores ou deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (ii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido ou cancelado pela Emissora, conforme o caso, no prazo legal;
- (iii) decretação de falência ou apresentação de pedido de autofalência pela Emissora; ou
- (iv) qualificação, pela Assembleia Geral, de um Evento de Vencimento Antecipado como Evento de Liquidação do Patrimônio Separado;
- (v) inadimplemento pecuniário pela Emissora que dure por mais de 5 (cinco) Dias Úteis, caso haja recursos suficientes no Patrimônio Separado e desde que exclusivamente a ela imputado; e
- (vi) não observância pela Emissora: (a) dos deveres e das obrigações previstos no Contrato com Agente Fiduciário, no Contrato com Banco Liquidante, no Contrato de Custódia, conforme o caso, desde que, comunicados para sanarem ou justificarem o descumprimento, não o façam nos prazos previstos no respectivo contrato aplicável; e (b) dos deveres e das obrigações previstos no Termo de Securitização e na regulamentação em vigor, desde que, comunicada para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação.

A liquidação, parcial ou total, do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário, será automática caso seja verificado qualquer dos Eventos de Liquidação do Patrimônio Separado descritos em qualquer dos itens "i", "ii", "iii", "v" e "vi".

Para o item "iv", a decretação da liquidação, parcial ou total, do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário, dependerá de prévia deliberação pela própria Assembleia Geral que deliberou pela qualificação de um Evento de Vencimento Antecipado como Evento de Liquidação do Patrimônio Separado, ou de Assembleia Geral especialmente convocada para essa finalidade

A ocorrência do Evento de Liquidação do Patrimônio Separado elencado no item "iv" da cláusula 6.5 do Termo de Securitização não implicará o afastamento da Emissora da administração do Patrimônio Separado.

Verificada a ocorrência dos Eventos de Liquidação do Patrimônio Separado, elencados nos itens "i", "ii", "iii", "v" ou "vi" acima e assumida a administração do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário, este deverá convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral para deliberar, pela maioria dos votos dos titulares dos CRA em Circulação, sobre a forma de administração e/ou eventual liquidação, total ou parcial, do Patrimônio Separado.

Exclusivamente para fins de verificação de quórum, a expressão "CRA em Circulação" significa todos os CRA subscritos e integralizados e não resgatados, excluídos os CRA pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou à Nardini, ou a qualquer controladora da Emissora ou da Nardini, ou qualquer de seus respectivos diretores ou conselheiros.

A Assembleia Geral prevista acima deverá ser realizada no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de envio da comunicação relativa à primeira convocação. Caso a Assembleia Geral não seja realizada em primeira convocação, nova comunicação será enviada para que no prazo de 2 (dois) dias, contados da data do seu envio, a Assembleia Geral seja instalada em segunda convocação. Ambas as comunicações previstas neste parágrafo serão realizadas na forma prevista pela cláusula 10 do Termo de Securitização.

Em referida Assembleia Geral, os titulares de CRA deverão deliberar: (i) pela liquidação, total ou parcial, do Patrimônio Separado, hipótese na qual deverá ser nomeado o liquidante e as formas de liquidação; ou (ii) pela não liquidação do Patrimônio Separado, hipótese na qual deverá ser deliberada a continuidade da administração do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário ou nomeação de outra instituição administradora, fixando, em ambos os casos, as condições e termos para sua administração, bem como sua respectiva remuneração. O liquidante será a Emissora caso esta não tenha sido destituída da administração do Patrimônio Separado.

Caso a liquidação do Patrimônio Separado fique a cargo do Agente Fiduciário, esta será realizada mediante transferência, em dáção em pagamento, dos Créditos do Patrimônio Separado ao Agente Fiduciário (ou à instituição administradora cuja contratação seja aprovada pelos titulares de CRA, na Assembleia Geral prevista acima), na qualidade de representante dos titulares de CRA, para fins de extinção de toda e qualquer obrigação da Emissora decorrente dos CRA.

Na hipótese do item "iv" da cláusula 6.5 do Termo de Securitização e destituída a Emissora, caberá ao Agente Fiduciário ou à referida instituição administradora (i) administrar os Créditos do Patrimônio Separado, (ii) esgotar todos os recursos judiciais e extrajudiciais para a realização dos créditos oriundos do CDCA, bem como de suas respectivas garantias, caso aplicável, (iii) ratear os recursos obtidos entre os titulares de CRA na proporção de CRA detidos, observado o disposto no Termo de Securitização, e (iv) transferir os créditos oriundos do CDCA e Garantias eventualmente não realizados aos titulares de CRA, na proporção de CRA detidos.

A realização dos direitos dos titulares de CRA estará limitada aos Créditos do Patrimônio Separado, nos termos do parágrafo 3º do artigo 11 da Lei 9.514, não havendo qualquer outra garantia prestada por terceiros ou pela própria Emissora.

Cronograma de Etapas da Oferta

Abaixo, cronograma tentativo das principais etapas da Oferta:

Ordem dos Eventos	Eventos	Data Prevista ⁽¹⁾
1.	Protocolo de cumprimento de exigências	8.11.2013
2.	Publicação do Aviso ao Mercado	8.11.2013
3.	Disponibilização do Prospecto Preliminar ao Público Investidor	8.11.2013
4.	Início do <i>Roadshow</i>	8.11.2013
5.	Início do Período de Reserva	19.11.2013
6.	Recebimento de ofício de vícios sanáveis	26.11.2013
7.	Protocolo de cumprimento de vícios sanáveis	28.11.2013
8.	Encerramento do Período de Reserva	10.12.2013
9.	Registro da Oferta pela CVM	12.12.2013
10.	Publicação do Anúncio de Início	13.12.2013
11.	Disponibilização do Prospecto Definitivo ao Público Investidor	13.12.2013
12.	Data limite de alocação dos CRA considerando os Pedidos de Reserva	16.12.2013
13.	Data de Liquidação Financeira dos CRA	17.12.2013
14.	Publicação do Anúncio de Encerramento	19.12.2013

⁽¹⁾ As datas acima indicadas são meramente estimativas, estando sujeitas a atrasos e modificações.

Registro para Distribuição e Negociação

Os CRA serão registrados (i) para distribuição no mercado primário por meio (a) CETIP21, operacionalizado e administrado pela CETIP, e/ou (b) do DDA, operacionalizado e administrado pela BM&FBOVESPA; e (ii) para negociação no mercado secundário, por meio (a) do CETIP21, ambiente de negociação de ativos e renda fixa administrado e operacionalizado pela CETIP, e/ou (b) do BovespaFix, ambiente de negociação de ativos e renda fixa administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo a liquidação financeira dos eventos de pagamento e a custódia eletrônica dos CRA realizada por meio do sistema de compensação e liquidação da CETIP e/ou por meio da BM&FBOVESPA.

Distribuição dos CRA

A Oferta dos CRA ocorrerá por meio de distribuição pública nos termos da Instrução CVM 400, sob regime de melhores esforços de colocação da totalidade dos CRA, com intermediação dos Coordenadores, integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, nos termos do contrato de coordenação, colocação e distribuição, que organizará plano de distribuição, tendo como público-alvo investidores com perfil de risco adequado aos CRA.

Os CRA serão objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução CVM 400, sob regime de melhores esforços de colocação da totalidade dos CRA, com intermediação dos Coordenadores, integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, nos termos do Contrato de Distribuição. Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores iniciarão a distribuição dos CRA após (i) o registro da Oferta na CVM; (ii) a disponibilização do prospecto definitivo da Oferta aos investidores; e (iii) a publicação do Anúncio de Início. A distribuição dos CRA será realizada de acordo com os procedimentos (i) do CETIP21 e/ou DDA, administrado e operacionalizado pela CETIP e/ou BM&FBOVESPA; e (ii) com o plano de distribuição abaixo descrito.

Anteriormente à concessão, pela CVM, do registro da Oferta, os Coordenadores disponibilizarão ao público o presente Prospecto Definitivo, precedido de publicação do aviso que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400.

A distribuição pública dos CRA deverá ser direcionada a Investidores respeitada a proporção de (em conjunto, "Direcionamento da Distribuição"): (i) até 70% (setenta por cento) de Investidores que sejam pessoas físicas que adquiram qualquer quantidade de CRA ("Investidores não Institucionais"); e (ii) até 30% (trinta por cento) de Investidores que sejam pessoas jurídicas, além de fundos de investimento, clubes de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização ("Investidores Institucionais").

Caso na Data da Integralização a demanda para a distribuição dos CRA revele-se insuficiente para respeitar o Direcionamento da Oferta, poder-se-á proceder a realocação da distribuição, em conformidade com a demanda verificada, de modo a atingir o Montante Mínimo, ou a distribuição integral da Oferta, conforme aplicável.

A ordem de alocação dos investidores respeitará a ordem em que estes apresentaram seus pedidos de reserva ou boletins de subscrição, conforme o caso, conforme procedimento descrito no item "Período de Reserva", observado o Direcionamento da Oferta ("Ordem de Alocação").

Verificando-se, a qualquer tempo, que houve manifestação de interesse na subscrição do Valor Total da Oferta e o Direcionamento da Oferta foi respeitado, os Coordenadores poderão encerrar o Período de Reserva ou o Prazo de Distribuição, conforme o caso, antecipadamente.

Preço de Integralização e Forma de Integralização

Os CRA serão subscritos no mercado primário e integralizados por seu Valor Nominal ("Preço de Integralização").

O Preço de Integralização será pago à vista: (i) nos termos do respectivo Boletim de Subscrição; e (ii) para prover recursos a serem destinados pela Emissora conforme a cláusula 4.5 do Termo de Securitização.

Regime e Prazo de Colocação

Os CRA serão objeto de distribuição pública com amplos esforços de colocação, nos termos da Instrução CVM 400, sob regime de melhores esforços de colocação da totalidade dos CRA, com intermediação dos Coordenadores, integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, nos termos do Contrato de Distribuição.

A Oferta terá início a partir da (i) obtenção de registro perante a CVM; (ii) publicação do "Anúncio de Início de Distribuição Pública da 1ª Série da 4ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Gaia Agro Securitizadora"; e (iii) disponibilização do Prospecto Definitivo ao público.

O prazo máximo para colocação dos CRA é de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, nos termos da regulamentação aplicável.

Local de Pagamento

Os pagamentos referentes à Amortização Programada e à Remuneração, ou quaisquer outros valores a que fazem jus os titulares dos CRA, incluindo os decorrentes de antecipação de pagamento por Evento de Vencimento Antecipado, serão efetuados pela Emissora, em moeda corrente nacional, por meio do sistema de liquidação e compensação eletrônico administrado pela CETIP e/ou por meio da BM&FBOVESPA.

Público Alvo da Oferta

Os CRA serão distribuídos publicamente a Investidores não qualificados ou Qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM nº 409 de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, incluindo, sem limitação, as pessoas físicas e jurídicas cujas ordens específicas de investimento representem valores que excedam o limite de aplicação de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), fundos de investimento, clubes de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores residentes no exterior que invistam no Brasil segundo as normas da Resolução nº 2.689, emitida pelo Conselho Monetário Nacional, em 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Resolução 2.689") e da Instrução da CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Investidores Qualificados").

Montante Mínimo

A Oferta poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial dos CRA, desde que haja a colocação de, quantidade de CRA no montante mínimo equivalente a R\$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) ("Montante Mínimo").

Caso a quantidade de CRA emitida for inferior ao necessário para atingir o Valor Total da Oferta, os Documentos de Securitização serão ajustados, conforme o caso, apenas para refletir as quantidades corretas, antes da Data da Integralização e os CRA que não forem colocados no âmbito da Oferta serão cancelados pela Emissora.

Os interessados em adquirir CRA no âmbito da Oferta poderão, quando da assinatura dos respectivos Pedidos de Reserva, condicionar sua adesão à Oferta à distribuição (i) da totalidade dos CRA ofertados; ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de CRA em observância ao disposto nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400.

Pedido de Reserva

Os Investidores, incluindo os investidores que sejam Pessoas Vinculadas que desejam subscrever CRA no âmbito da Oferta realizaram solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, junto a um dos Coordenadores, de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (i), (ii), (iii), (iv), (v) e (vi) abaixo, observadas as condições do próprio Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

- (i) os Investidores poderiam realizar reservas de CRA junto a um dos Coordenadores, em sua sede ou através de sua página na rede mundial de computadores, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, durante o Período de Reserva para Investidores;
- (ii) o Investidor que seja Pessoa Vinculada poderia realizar reservas de CRA junto a um dos Coordenadores, durante o Período de Reserva e deverá indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, sua qualidade de Pessoa Vinculada, sob pena de ter seu Pedido de Reserva cancelado pelo respectivo Coordenador. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso, seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de CRA ofertados, será vedada a colocação de CRA junto às Pessoas Vinculadas, sendo que as ordens de investimento realizadas pelos Investidores que sejam Pessoas Vinculadas serão automaticamente canceladas. Adicionalmente, a participação do Investidor Qualificado, ou não qualificado, que seja Pessoa Vinculada na Oferta estará restrita à parcela destinada aos Investidores não Institucionais, acima qualificados, sujeitando-se às mesmas condições e eventuais restrições aplicáveis a referidos investidores nos termos deste Prospecto Definitivo;
- (iii) cada Investidor, incluindo os Investidores que sejam Pessoas Vinculadas, teve que indicar no Pedido de Reserva se, na hipótese de distribuição parcial a partir do Montante Mínimo, desejará (a) receber a totalidade dos CRA por ele pretendida, se aplicável, (b) receber a quantidade equivalente à proporção entre o número de CRA efetivamente distribuídas e o número de CRA originalmente ofertadas ou (c) cancelar o investimento, em caso de adequação do investimento de subscritores das CRA junto à CETIP e/ou BM&FBOVESPA a ser operacionalizada pelos Coordenadores, nos termos da seção “Montante Mínimo”, acima, mediante a devolução integral do valor subscrito, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do Investidor em receber a totalidade dos CRA, nos termos do artigo 31, parágrafo 1º, da Instrução CVM 400;
- (iv) cada Investidor deverá efetuar o pagamento, à vista e em moeda corrente nacional, do valor dos CRA por ele subscritos ao Coordenador Líder junto a qual tenha realizado seu Pedido de Reserva, até as 17:00 horas do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Coordenador, não havendo garantia de liquidação pelo Coordenador junto a qual tal reserva tenha sido realizada;

- (v) o Coordenador junto ao qual o Pedido de Reserva seja realizado entregará, após às 16:00 horas da Data de Liquidação, a cada um dos Investidores que com ele tenha feito Pedido de Reserva, recibo de CRA correspondente à relação entre o valor constante do Pedido de Reserva e o Preço de Emissão, observada a ordem de alocação, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nos itens (i), (ii) e (iv) acima e (viii), (ix), e (x) abaixo, respectivamente, e o Direcionamento da Oferta. Caso tal relação resulte em fração de CRA, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de CRA;
- (vi) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores não exceda a quantidade de CRA destinada aos Investidores, todos os Investidores que participarem da Oferta serão integralmente atendidos em seus pedidos;
- (vii) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores seja superior à quantidade de CRA alocadas pelo Coordenador Líder na CETIP e/ou BM&FBOVESPA, observado o Direcionamento da Oferta, será respeitada a ordem de alocação de tais CRA entre todos os Investidores, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva, desprezando-se as frações de CRA;
- (viii) na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta ou, ainda, de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto e as informações constantes do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor ou a sua decisão de investimento, nos termos do parágrafo 4º do artigo 45 da Instrução CVM 400, referido Investidor poderá desistir do Pedido de Reserva após o início da Oferta. Nesta hipótese, o Investidor deverá informar, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva ao Coordenador que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fax ou correspondência enviada ao endereço do Coordenador) até as 17:00 horas do quinto Dia Útil posterior ao início da Oferta, em conformidade com os termos do Pedido de Reserva, que será então cancelado pelo respectivo Coordenador. Caso o Investidor não informe por escrito ao Coordenador de sua desistência do Pedido de Reserva no prazo acima estipulado, será presumido que tal Investidor manteve o seu Pedido de Reserva e, portanto, tal investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva;
- (ix) na hipótese exclusiva de modificação da Oferta, os Coordenadores deverão acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o Investidor está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor já tenha aderido à Oferta, os Coordenadores deverão comunicá-lo diretamente a respeito da modificação efetuada e, caso o Investidor não informe por escrito os Coordenadores sua desistência do Pedido de Reserva no prazo estipulado no item (viii) acima, será presumido que tal Investidor manteve o seu Pedido de Reserva e, portanto, tal Investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva;

- (x) na hipótese de (a) não haver a conclusão da Oferta, (b) rescisão do Contrato de Distribuição, (c) cancelamento da Oferta; (d) revogação da Oferta, que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores ou, ainda, (e) em qualquer hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e o Coordenador comunicará o cancelamento da Oferta, inclusive por meio de publicação de comunicado ao mercado nos jornais de publicação do Aviso ao Mercado, aos Investidores de quem tenham recebido Pedido de Reserva, sendo que caso o Investidor já tenha efetuado o pagamento nos termos da alínea (iv) acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis, se a alíquota for superior a zero, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta; e
- (xi) a revogação, suspensão ou qualquer modificação da Oferta será imediatamente divulgada pelos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Os Coordenadores recomendam aos Investidores interessados na realização dos Pedidos de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta, o Termo de Securitização e as informações constantes deste Prospecto na seção “Fatores de Risco”, a partir da página 80, que trata, dentre outros, sobre os riscos aos quais a Oferta está exposta; (ii) verifiquem com o Coordenador de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a necessidade de manutenção de recursos em conta corrente ou conta de investimento nele aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; e (iii) entrem em contato com o Coordenador escolhido para obter informações mais detalhadas acerca dos prazos estabelecidos para a realização do Pedido de Reserva.

Recomenda-se aos Investidores que verifiquem com o Coordenador de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta exigirá a manutenção de recursos em conta aberta e/ou mantida junto a ela para fins de garantia do Pedido de Reserva e que obtenham informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pelo Coordenador para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro no Coordenador, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Coordenador.

Inadequação do Investimento

O investimento em CRA não é adequado aos Investidores que: (i) necessitem de liquidez com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de certificados de recebíveis do agronegócio no mercado secundário brasileiro é restrita; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr risco de crédito relacionado ao setor agrícola.

Multa e Juros Moratórios

Na hipótese de o Patrimônio Separado dispor de recursos, tendo sido respeitados os procedimentos operacionais de recebimento de recursos dispostos no Termo de Securitização e haver atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares de CRA exclusivamente imputado à Emissora, serão devidos pela Emissora, a partir do vencimento até a data de seu efetivo pagamento, multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata temporis*, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ambos incidentes sobre o valor devido e não pago.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia que não seja um Dia Útil, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

Deverá haver um intervalo de, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis entre o recebimento dos pagamentos referentes aos Direitos Creditórios do Agronegócio pela Emissora e respectivo pagamento de suas obrigações referentes aos CRA.

Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares de CRA deverão ser veiculados, na forma de aviso, no Jornal, devendo a Emissora avisar o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação em até 5 (cinco) dias antes da sua ocorrência, exceto pelo Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início e o Anúncio de Encerramento que serão publicados no jornal "Valor Econômico", edição nacional.

A Emissora poderá deixar de realizar as publicações acima previstas se notificar todos os titulares de CRA e o Agente Fiduciário, obtendo deles declaração de ciência dos atos e decisões, desde que comprovados ao Agente Fiduciário. O disposto neste item não inclui "atos e fatos relevantes", que deverão ser divulgados na forma prevista na Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.

As demais informações periódicas da Emissora serão disponibilizadas ao mercado, nos prazos legais e/ou regulamentares, através do sistema da CVM de envio de Informações Periódicas e Eventuais - IPE, ou de outras formas exigidas pela legislação aplicável.

Despesas da Emissão

Conforme definidas no Termo de Securitização, serão de responsabilidade da Securitizadora, com os recursos do Fundo de Despesas ou, caso este fundo esteja vazio, com recursos do Patrimônio Separado, em adição aos pagamentos de Amortização, Remuneração e demais previstos no Termo de Securitização ("Despesas"):

- (i) as despesas com a gestão, realização e administração do Patrimônio Separado e na hipótese de liquidação do Patrimônio Separado, incluindo, sem limitação, o pagamento da Taxa de Administração prevista na cláusula 5.14.1 do Termo de Securitização;
- (ii) as despesas com a instituição Custodiante dos Documentos Comprobatórios e dos demais documentos relacionados aos Direitos Creditórios do Agronegócio;
- (iii) as despesas com a empresa de Monitoramento dos Bens Empenhados;
- (iv) as eventuais despesas com terceiros especialistas, advogados, auditores ou fiscais relacionados com procedimentos legais incorridas para resguardar os interesses dos titulares de CRA e realização dos Créditos do Patrimônio Separado;
- (v) as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais ajuizadas com a finalidade de resguardar os interesses dos titulares de CRA e a realização dos Créditos do Patrimônio Separado;
- (vi) os tributos incidentes sobre a distribuição de rendimentos dos CRA, serão devidos pelos responsáveis tributários, consoante determinado pela legislação vigente, incluindo, sem limitação, os previstos na cláusula 12 do Termo de Securitização;
- (vii) despesas e custos necessários à realização dos Créditos do Patrimônio Separado, inclusive honorários advocatícios e despesas com outros terceiros especialistas, observados todos os custos e despesas que deverão ser assumidos pelo Agente Fiduciário.
- (viii) honorários e demais verbas e despesas devidos ao Agente Fiduciário, bem como prestadores de serviços eventualmente contratados mediante aprovação prévia em Assembleia Geral, em razão do exercício de suas funções nos termos do Termo de Securitização;
- (ix) remuneração e todas as verbas devidas às instituições financeiras onde se encontrem abertas as contas correntes vinculadas ao Patrimônio Separado;
- (x) despesas com registros e movimentação perante a CVM, CETIP, BM&FBOVESPA, Juntas Comerciais e Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme o caso, da documentação societária da Emissora relacionada aos CRA, ao Termo de Securitização e aos demais Documentos da Securitização, bem como de eventuais aditamentos aos mesmos;
- (xi) despesas com a publicação de atos societários da Emissora e necessárias à realização de Assembleias Gerais, na forma da regulamentação aplicável;

(xii) honorários de advogados, custas e despesas correlatas (incluindo verbas de sucumbência) incorridas pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário na defesa de eventuais processos administrativos, arbitrais e/ou judiciais propostos contra o Patrimônio Separado;

(xiii) honorários e despesas incorridas na contratação de serviços para procedimentos extraordinários especificamente previstos nos Documentos da Securitização e que sejam atribuídos à Emissora; e

(xiv) quaisquer tributos ou encargos, presentes e futuros, que sejam imputados por lei à Emissora e/ou ao Patrimônio Separado e que possam afetar adversamente o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações assumidas no Termo de Securitização.

Constituirão despesas de responsabilidade dos titulares de CRA, que não incidem no Patrimônio Separado, os tributos previstos na cláusula 12 do Termo de Securitização.

Em caso de vencimento antecipado, de insuficiência de recursos no Fundo de Despesas e/ou não recebimento de recursos da Nardini, as Despesas serão suportadas pelo Patrimônio Separado e, caso não seja suficiente, pelos titulares do CRA.

Suspensão, Cancelamento, Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

A CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta de distribuição que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro.

A CVM deverá proceder à suspensão da Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada.

Findo o prazo acima referido sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro. Ainda, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do referido registro.

A Emissora e os Coordenadores deverão dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do anúncio de início, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) Dia Útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, que acarrete aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores. Em caso de revogação da Oferta os atos de aceitação anteriores ou posteriores tornar-se-ão sem efeito, sendo que os valores eventualmente depositados pelos

investidores serão devolvidos pela Emissora e/ou pelos Coordenadores, sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis, se a alíquota for superior a zero, no prazo de 3 (três) Dias Úteis, contados da referida comunicação.

A Emissora e/ou os Coordenadores podem requerer à CVM a modificação ou revogação da Oferta, caso ocorram alterações posteriores, substanciais e imprevisíveis nas circunstâncias inerentes à Oferta existentes na data do pedido de registro de distribuição ou que o fundamentem, que resulte em aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta.

Adicionalmente, a Emissora e/ou os Coordenadores podem modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os Investidores, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º da Instrução CVM 400.

Caso o requerimento de modificação das condições da Oferta seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta poderá ser prorrogado por até 90 (noventa) dias, contados da aprovação do pedido de modificação.

A revogação da Oferta ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio dos mesmos jornais utilizados para divulgação do Anúncio de Início e do Anúncio de Encerramento, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. Após a publicação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores somente aceitarão ordens daqueles Investidores que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os Investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 (cinco) Dias Úteis de sua publicação, não revogarem expressamente suas ordens. Nesta hipótese, os Coordenadores presumirão que os Investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Em caso de desistência da aceitação da Oferta pelo investidor em razão de revogação ou qualquer modificação na Oferta, os valores eventualmente depositados pelo investidor desistente serão devolvidos pela Emissora e/ou pelos Coordenadores, sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis, se a alíquota for superior a zero, no prazo de 3 (três) Dias Úteis, contados da data em que em receber a comunicação enviada pelo investidor de revogação da sua aceitação.

Em qualquer hipótese, a revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos Investidores aceitantes os valores eventualmente dados em contrapartida à aquisição dos CRA, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

Crítérios e Procedimentos para Substituição

Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário poderá ser substituído nas hipóteses de ausência ou impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação, falência, ou qualquer outro caso de vacância, devendo ser realizada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência de qualquer desses eventos, Assembleia Geral, para que seja eleito um novo agente fiduciário.

O Agente Fiduciário poderá, ainda, ser destituído, mediante a imediata contratação de seu substituto a qualquer tempo, pelo voto favorável de titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um), dos CRA em Circulação, reunidos em Assembleia Geral convocada na forma prevista pela cláusula 10 do Termo de Securitização.

O agente fiduciário eleito em substituição assumirá integralmente os deveres, atribuições e responsabilidades constantes da legislação aplicável e do Termo de Securitização, sendo que tal substituição, em caráter permanente, deve ser objeto de aditamento do Termo de Securitização.

Audidores Independentes

Nos termos do artigo 31 da Instrução CVM 308, os auditores independentes não podem prestar serviços para um mesmo cliente, por prazo superior a cinco anos consecutivos, exigindo-se um intervalo mínimo de três anos para a sua recontração, exceto caso (i) a companhia auditada possua comitê de auditoria estatutário em funcionamento permanente (instalado no exercício social anterior à contratação do auditor independente); e (ii) o auditor seja pessoa jurídica (sendo que, nesse caso, o auditor independente deve proceder à rotação do responsável técnico, diretor, gerente e de qualquer outro integrante da equipe de auditoria com função de gerência, em período não superior a cinco anos consecutivos, com intervalo mínimo de três anos para seu retorno).

Tendo em vista que a Emissora não possui comitê de auditoria estatutário em funcionamento permanente, a Emissora tem por obrigatoriedade trocar o auditor independente a cada período de cinco anos. Ainda em atendimento ao artigo 23 da Instrução CVM 308, a Emissora não contrata os auditores independentes para a prestação de serviços de consultoria que possam caracterizar a perda de sua objetividade e independência.

Adicionalmente, independente do atendimento a obrigação normativa, um dos motivos de maior preponderância, para a administração da Emissora, na seleção, contratação e, quando o caso, substituição de empresa de auditoria independente, é a experiência, conhecimento acumulado, familiaridade da mesma em relação ao mercado financeiro, em particular aos produtos de securitização e que envolvem o mercado financeiro imobiliário de forma geral e qualidade na prestação de serviços. Havendo prejuízos em tais qualidades, a Emissora estabelece novos padrões de contratação.

CETIP e/ou BM&FBOVESPA

A CETIP e/ou a BM&FBOVESPA poderão ser substituídas por outras câmaras de liquidação e custódia autorizadas, nos seguintes casos: (i) se a CETIP ou a BM&FBOVESPA falir, requerer recuperação judicial ou iniciar procedimentos de recuperação extrajudicial, tiver sua falência, intervenção ou liquidação requerida; (ii) se for cassada sua autorização para execução dos serviços contratados; (iii) a pedido dos titulares dos CRA.

Agente Registrador

O Agente Registrador poderá ser substituído (i) em caso de inadimplemento de suas obrigações junto à Emissora; (ii) caso requeira ou por qualquer outro motivo encontrar-se em processo de recuperação judicial, tiver sua falência decretada ou sofrer liquidação, intervenção judicial ou extrajudicial; (iii) em caso de superveniência de lei, regulamentação e/ou instrução de autoridades competentes que impeçam ou modifiquem a natureza, termos e condições dos serviços prestados; e (iv) em caso de seu descredenciamento para o exercício da atividade de escriturador de valores mobiliários.

Banco Liquidante

O Banco Liquidante poderá ser substituído caso (i) os serviços não sejam prestados de forma satisfatória, (ii) caso haja renúncia do Banco Liquidante ao desempenho de suas funções nos termos previstos em contrato; e (iii) em comum acordo entre as partes.

Informações Adicionais

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Securitizadora e a presente Oferta poderão ser obtidos junto à Emissora, aos Coordenadores, à CETIP e/ou BM&FBOVESPA e/ou à CVM.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DA OFERTA

Encontra-se a seguir um resumo dos principais instrumentos da operação, quais sejam: (i) Termo de Securitização; (ii) Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA); (iv) Contrato de Penhor Agrícola; (v) Contrato de Cessão Fiduciária de Bens em Garantia; (vi) Contrato de Distribuição; (vii) Contrato Prestação de Serviços de Custodiante; (viii) Contrato de Prestação de Serviços de Agente Escriturador; (ix) Contrato de Prestação de Serviços de Agente Fiduciário; e (x) Contrato de Prestação de Serviços de Banco Liquidante.

O presente sumário não contém todas as informações que o Investidor deve considerar antes de investir nos CRA. O Investidor deve ler o Prospecto Definitivo como um todo, incluindo seus Anexos, que contemplam alguns dos documentos aqui resumidos.

Termo de Securitização

O "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio*" referente à 1ª Série da 4ª Emissão de CRA da Emissora foi celebrado com Agente Fiduciário, em 19 de novembro de 2013, para fins de constituição efetiva do vínculo entre os Direitos Creditórios do Agronegócio, representados pelo CDCA, e os CRA. Este instrumento, além de descrever os Direitos Creditórios do Agronegócio, delinea detalhadamente as características dos CRA, estabelecendo seu valor, prazo, quantidade, espécies, formas de pagamento, garantias e demais elementos.

O Termo de Securitização também disciplina a prestação dos serviços do Agente Fiduciário no âmbito da Emissão, descrevendo seus deveres, obrigações, bem como a remuneração devida pela Emissora ao Agente Fiduciário por conta da prestação de tais serviços, nos termos do artigo 9º da Lei 9.514 e da Instrução CVM 28.

Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA)

O CDCA foi emitido pela Nardini em favor da Emissora, em 19 de novembro de 2013. É um título de crédito representativo de direitos creditórios do agronegócio, livre de quaisquer Ônus, de forma irrevogável e irretratável, corresponde ao lastro dos CRA objeto da presente Emissão, aos quais está vinculado em caráter irrevogável e irretratável, segregado do restante do patrimônio da Emissora, mediante instituição de Regime Fiduciário (abaixo definido), na forma prevista pela cláusula 6ª do Termo de Securitização.

Contrato de Penhor Agrícola

O Contrato de Penhor Agrícola foi celebrado entre a Nardini, a Emissora e Sr. Riccardo Nardini, 19 de novembro de 2013, e disciplina a constituição de penhor agrícola de primeiro e único grau de preferência e sem concorrência de terceiros, nos termos do artigo 1.438 e seguintes do Código Civil e da Lei 2.666, sobre o Produto das lavouras pendentes.

Contrato de Cessão Fiduciária de Bens em Garantia

O Contrato de Cessão Fiduciária foi celebrado entre a Nardini e a Emissora, em 19 de novembro de 2013, e disciplina a constituição de cessão fiduciária, em garantia às obrigações principais e acessórias da Nardini previstas nos Direitos Creditórios do Agronegócio, sobre: (i) Direitos Creditórios Ipiranga decorrentes do Contrato de Fornecimento, inclusive seus aditamentos, multas, acréscimos, garantias, direitos ou opções; (ii) demais valores creditados, depositados ou mantidos na Conta Centralizadora, independentemente de superarem ou não o Valor Referência, conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária, inclusive eventuais ganhos e rendimentos oriundos de investimentos realizados com os valores decorrentes da Conta Centralizadora, assim como o produto do resgate ou da alienação de referidos investimentos (que deverão ser obrigatoriamente creditados na Conta Centralizadora), os quais passarão a integrar automaticamente a presente cessão fiduciária, independentemente de onde se encontrarem, mesmo que em trânsito ou em processo de compensação bancária; (iii) demais direitos principais e acessórios, atuais ou futuros, detidos na Conta Centralizadora; e (iv) bens, ativos ou qualquer outro tipo de investimento realizados com o emprego dos recursos indicados nos itens (i) a (iii), acima, inclusive rendimentos, direitos ou bens dele derivados ou neles referenciados (“Créditos Cedidos” e “Contrato de Cessão Fiduciária”, respectivamente).

Observada a mecânica de liberação de recursos prevista no Contrato de Cessão Fiduciária, os Créditos Cedidos ficarão indisponíveis à Nardini e à disposição da Emissora, em benefício dos titulares do CRA, sendo certo, entretanto, que a Emissora somente poderá utilizar os Créditos Cedidos exclusivamente para fins de (i) satisfação integral ou parcial das Obrigações; ou (ii) cumprimento das demais disposições previstas no Contrato de Cessão Fiduciária, no CDCA e no Termo de Securitização.

Contrato de Distribuição

O Contrato de Distribuição foi celebrado entre a Emissora e os Coordenadores e a Nardini, em 19 de novembro de 2013, e disciplinará a forma de colocação dos CRA, objeto da Oferta, bem como regulará a relação existente entre os Coordenadores e a Emissora.

Nos termos do Contrato de Distribuição, os CRA serão distribuídos publicamente sob o regime de melhores esforços. O prazo máximo de colocação dos CRA será de até 30 (trinta) Dias Úteis contados da Data de Início.

Contrato de Prestação de Serviços de Custodiante

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Custodiante, celebrado em 19 de novembro de 2013 entre a Emissora e o Custodiante, o Custodiante foi contratado pela Emissora para ser fiel depositário contratado, com a remuneração ali prevista, a ser por ela arcada, com as funções de: (i) receber os Documentos Comprobatórios; (ii) fazer a custódia e guarda dos Documentos Comprobatórios; (iii) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, os Documentos Comprobatórios; e (iv) fazer o registro dos Direitos Creditórios do Agronegócio vinculados aos CRA na BM&FBOVESPA.

Contrato de Prestação de Serviços de Agente Registrador

O Contrato de Prestação de Serviços de Agente Registrador foi celebrado entre a Emissora e o Agente Registrador, em 19 de novembro de 2013, por meio do qual o Agente Registrador fica responsável, entre outras atribuições, por ser o agente escriturador e registrador dos CRA e pela custódia eletrônica e registro dos CRA na CETIP e/ou BM&FBOVESPA. Referido instrumento estabelece todas as obrigações e responsabilidades do Agente Registrador.

Contrato de Prestação de Serviços de Agente Fiduciário

O Contrato de Prestação de Serviços de Agente Fiduciário foi celebrado em 19 de novembro de 2013, entre a Emissora e o Agente Fiduciário, por meio do qual o Agente Fiduciário é contratado para representar, perante a Emissora, os interesses da comunhão de titulares do CRA.

Contrato de Prestação de Serviços de Banco Liquidante

O Contrato de Prestação de Serviços de Banco Liquidante foi celebrado entre a Emissora e o Banco Liquidante, em 19 de abril de 2012, por meio do qual o Banco Liquidante foi contratado para operacionalizar o pagamento e a liquidação de quaisquer valores devidos pela Emissora aos titulares de CRA em Circulação, executados por meio do sistema da CETIP e/ou BM&FBOVESPA. Referido instrumento estabelece todas as obrigações e responsabilidades do Banco Liquidante.

DEMONSTRATIVO DOS CUSTOS DA OFERTA

As comissões devidas aos Coordenadores e as despesas com auditores, advogados, demais prestadores de serviços e outras despesas serão pagas pela Emissora, conforme descrito abaixo:

Comissões e Despesas	Custo Total (R\$)⁽¹⁾	Custo Unitário por CRA (R\$)⁽¹⁾	% em Relação ao Valor Total da Oferta⁽¹⁾
Comissão de Coordenação e Colocação	R\$960.000,00	R\$2.400,00	0,80%
Comissão de Distribuição	R\$1.200.000,00	R\$3.000,00	1,00%
Securitizadora - Comissão de Emissão	R\$771.250,00	R\$1.928,13	0,64%
Agente Fiduciário ⁽²⁾	R\$0	R\$0	0,00%
Custodiante	R\$3.000,00	R\$8,00	0,00%
Agente Registrador	R\$2.000,00	R\$5,00	0,00%
Taxa de Registro na CVM	R\$60.000,00	R\$150,00	0,05%
Registro CRA na CETIP	R\$5.160,00	R\$13,00	0,00%
Registro CRA na BM&FBOVESPA	R\$2.364,00	R\$6,00	0,00%
Advogados, Assessor Financeiro	R\$1.186.250,00	R\$2.965,63	0,99%
Marketing da Distribuição	R\$130.000,00	R\$325,00	0,11%
Total	R\$4.320.024,00	R\$8.872,63	3,60%

⁽¹⁾ Valores Arredondados.

⁽²⁾ O Agente Fiduciário receberá da Emissora, como remuneração pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e do Termo de Securitização, parcelas anuais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por ano, pago em parcelas trimestrais de R\$3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais), sendo a primeira parcela devida no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data de assinatura do Termo de Securitização e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes até o resgate total dos CRA.

Além da remuneração prevista acima, nenhuma outra será contratada ou paga aos Coordenadores, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência do Contrato de Distribuição, sem prévia manifestação da CVM.

O pagamento (i) da Comissão de Coordenação e Colocação e da Comissão de Distribuição (em conjunto, "Comissionamento"), a ser realizado pela Emissora, por conta e ordem da Nardini, (ii) das demais despesas mencionadas acima, a ser realizado pela Emissora, com os recursos oriundos da Oferta ("Custos", e em conjunto com o Comissionamento "Custos da Emissão"), à vista, em moeda corrente nacional, acrescido, conforme o caso, dos valores relativos ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS, à Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, à Contribuição para o Programa de Integração Social - COFINS, à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL, e a quaisquer outros tributos que incidam ou que venham porventura a incidir sobre o pagamento dos Custos da Emissão, devidos, direta ou indiretamente, em decorrência das obrigações decorrentes da Oferta, incidentes sobre os Custos da Emissão acima descritos e sobre o eventual ressarcimento de despesas. Caso qualquer um desses tributos seja devido, a Emissora deverá pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os prestadores de serviços recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis. Tal previsão inclui quaisquer outros tributos que porventura venham a incidir sobre os Custos da Emissão pagos, bem como quaisquer majorações das alíquotas dos tributos mencionados já existentes (Gross Up).

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos obtidos com a subscrição dos CRA serão utilizados exclusivamente pela Emissora para: (i) pagamento à Nardini do Preço de Aquisição; (ii) pagamento de custos relacionados com a Emissão e de Despesas; e (iii) formação do Fundo de Reserva e do Fundo de Despesas, definidos e disciplinados na cláusula 5.9.8 e seguintes do Termo de Securitização.

Os recursos obtidos pela Nardini em razão do recebimento do Preço de Aquisição serão por ela utilizados, para gestão ordinária de seus negócios, nas seguintes proporções: (i) 50% (cinquenta por cento) para atender (a) a exploração das atividades agrícolas e pastoris, principalmente a exploração da cultura de cana-de-açúcar e cereais, em terras próprias ou de terceiros, inclusive mediante a congregação de esforços e partilha dos frutos, sob o regime de parceria rural; (b) a indústria e comércio de açúcar, álcool anidro e hidratado e respectivos subprodutos, inclusive a importação e exportação dos mesmos; e (c) cogeração e comercialização de energia elétrica, inclusive para fins de mera reposição ou substituição de material pela Nardini; e (ii) 50% (cinquenta por cento) para pagar dívidas de curto prazo, contraídas para o desenvolvimento das atividades referidas no item "i" acima.

DECLARAÇÕES

Declaração da Emissora

A Emissora declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e do item 15 do Anexo III à Instrução CVM 414, exclusivamente para os fins do processo de registro da Oferta na CVM, que:

- (i) verificou a legalidade e a ausência de vícios na presente operação;
- (ii) este Prospecto Preliminar e o Termo de Securitização contêm, e o Prospecto Definitivo conterá, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos Investidores da Oferta, dos CRA objeto da Oferta, da Emissora e suas atividades, situação econômico-financeira, riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos Investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) este Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM n.º 400 e a Instrução CVM 414;
- (iv) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, do arquivamento deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante a Oferta, respectivamente, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos Investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (v) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição no âmbito da Oferta.

Declaração do Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário declara, nos termos dos artigos 10 e 12, incisos V e IX, da Instrução CVM 28 e do item 15 do anexo III da Instrução CVM 414, exclusivamente para os fins do processo de registro da Oferta na CVM, que verificou, em conjunto com a Emissora, a legalidade e a ausência de vícios da operação e tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que:

- (i) as garantias concedidas no âmbito da Oferta foram regularmente constituídas, observada a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;

- (ii) este Prospecto Preliminar e o Termo de Securitização contêm e o Prospecto Definitivo conterá todas as informações relevantes a respeito dos CRA, da Emissora, de suas atividades, de sua situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades, bem como outras informações relevantes no âmbito da Oferta, as quais são verdadeiras, precisas, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos Investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) este Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400 e a Instrução CVM 414; e
- (iv) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28.

Declaração do Coordenador Líder

O Coordenador Líder declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400:

- (i) que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta grave de diligência ou omissão, para assegurar que (a) as informações fornecidas pela Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, em todos os seus aspectos relevantes, permitindo aos Investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição no âmbito da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora que integram o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo são ou serão suficientes, conforme o caso, permitindo aos Investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, sendo certo que a decisão final de investir cabe exclusivamente a cada um dos Investidores;
- (ii) que o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos Investidores, dos CRA, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes no âmbito da Oferta; e
- (iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400 e a Instrução CVM 414.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

CERTIFICADO DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO (CDCA)

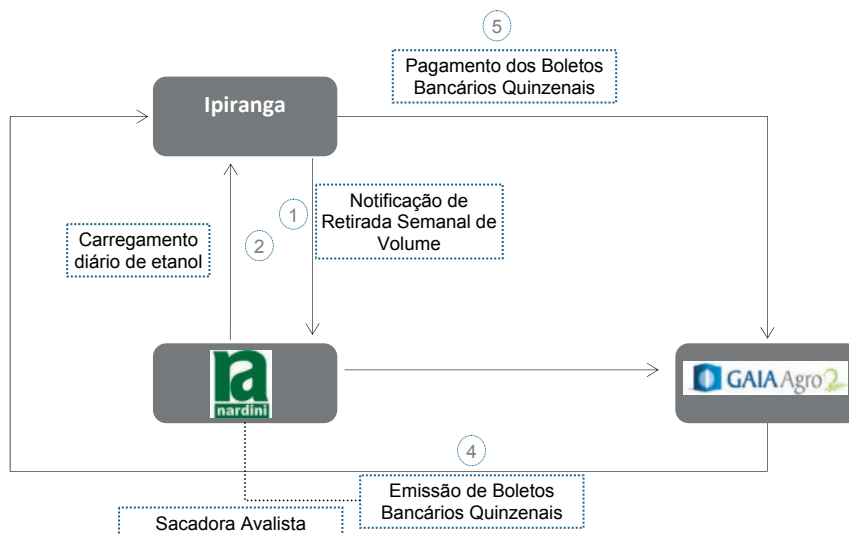
O CDCA foi emitido pela Nardini em favor da Securitizadora, e foi registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Monte Alto, no Estado de São Paulo, em 25 de novembro de 2013, sob o nº. 27508, e conta com as seguintes características: (i) o valor total do certificado de direitos creditórios do agronegócio emitido totaliza R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), na Data de Emissão; (ii) referido título é vinculado a direitos creditórios de titularidade da Ipiranga; (iii) há garantia real (a) prevista em instrumento apartado, representada por cessão fiduciária de Direitos Creditórios Ipiranga; e (b) prevista em instrumento apartado, representada por penhor agrícola em primeiro e único grau de preferência sobre quantidade em avaliação, de propriedade da Nardini, conforme descrito na cláusula 5.9 do Termo de Securitização. A quantidade de Bens Empenhados será ajustada, conforme previsto na cláusula 8.1.1 do CDCA em observância à Razão de Garantia dos Bens Empenhados. Na aquisição do CDCA não foram praticadas taxas de desconto.

Autorização

A emissão do CDCA e a constituição das Garantias foram aprovadas em reunião de sócios da Nardini, realizada em 02 de outubro de 2013, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 07 de outubro de 2013, sob o nº 344.480/13-6 ("Reunião de Sócios").

Procedimentos de Cobrança e Pagamento

O CDCA será pago em 60 (sessenta) parcelas, mensais, iguais e consecutivas, nos valores e nas datas de vencimento indicados no anexo V do CDCA, em moeda corrente nacional, por intermédio da BM&FBOVESPA. Abaixo, o fluxograma dos procedimentos de cobrança e pagamento do CDCA que serão adotados entre Nardini, Emissora e Ipiranga:



Onde:

1. A Ipiranga notifica a Nardini com relação aos volumes de retirada de etanol especificando quais volumes se referem ao Contrato de Fornecimento.
2. A Nardini carrega diariamente volumes de etanol, de segunda a domingo, até atingir o volume semanal indicado pela Ipiranga nos termos da notificação do item 1, acima.
3. A Nardini notifica a Securitizadora todo dia 05 e 20 de cada mês com relação aos volumes entregues à Ipiranga na quinzena imediatamente anterior.
4. A Securitizadora emite boletos bancários, indicando a Nardini como sacadora avalista, todo dia 05 e 20 de cada mês, conforme os volumes informados pela notificação prevista no item 3, acima.
5. Ipiranga efetua o pagamento dos boletos bancários emitidos pela Securitizadora nos termos previstos no item 4, acima, diretamente na Conta Centralizadora de titularidade da Securitizadora. A Securitizadora utilizará tais recursos para os pagamentos decorrentes dos CRA, conforme o disposto no CDCA e no Contrato de Cessão Fiduciária.

Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado do CDCA, a Nardini obriga-se a efetuar o pagamento do valor nominal do CDCA, ou seu saldo, conforme o caso, acrescido de sua remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a última data de pagamento ou, se não houver pagamento anterior, da data de emissão do CDCA até a data do seu efetivo pagamento.

Ocorrendo o vencimento antecipado do CDCA sem o pagamento dos valores devidos pela Nardini, a Emissora poderá executar ou excutir o CDCA, os Direitos Creditórios Ipiranga e as Garantias, oferecidas pela Nardini ou por terceiros, conforme for o caso, observado o prazo de vencimento dos Direitos Creditórios Ipiranga, podendo para tanto promover, de forma simultânea ou não, (i) a execução do CDCA e/ou dos instrumentos que formalizam as Garantias, (ii) a venda amigável dos Direitos Creditórios Ipiranga, e (iii) a excussão das garantias adicionais, aplicando, em qualquer caso, o produto de tal venda ou excussão na amortização dos CRA e dos demais encargos moratórios e penalidades devidas.

Garantia

As garantias descritas abaixo (em conjunto, "Garantias") possuem as seguintes características:

Penhor Agrícola

O Penhor Agrícola será: (i) constituído em instrumento apartado, em primeiro e único grau de preferência, sem concorrência de terceiros e livre de quaisquer Ônus e encargos, nos termos do artigo 1.438 e seguintes do Código Civil, e da Lei n° 2.666/55, de 6 de dezembro de 1955, conforme alterada ("Lei n° 2.666/55"), de 582.164 (quinhentos e oitenta e duas mil, cento e sessenta e quatro) toneladas métricas de cana-de-açúcar, referente à safra 2014/2015, de propriedade da Nardini, livres de quaisquer Ônus (em conjunto, "Bens Empenhados"); e (ii) registrado em cartório de registro de imóveis, das comarcas de Bebedouro, Catanduva, Itápolis, Jaboticabal, Monte Alto, Monte Azul Paulista, Santa Adélia e Taquaritinga, todas localizadas no Estado de São Paulo, em garantia às obrigações da Nardini previstas no CDCA.

Nos termos do Contrato de Penhor Agrícola:

(i) Os Bens Empenhados outorgados em garantia em favor da Emissora deverão representar, sob pena de vencimento antecipado dos CRA, até que todas as Obrigações relacionadas ao CDCA e consequentemente ao CRA sejam cumpridas, a quantidade de Bens Empenhados, acrescida da quantidade inicial de cana-de-açúcar das safras seguintes, a ser empenhada de acordo com a sistemática de renovação do penhor agrícola prevista no Contrato de Penhor, indicada no Relatório Mensal ou no relatório Anual, para cada período de 12 (doze) meses, subsequentes às respectivas datas de emissão, equivalente a no mínimo 140% (cento e quarenta por cento) do resultado da multiplicação do último valor mensal devido no âmbito dos CRA por 12 (doze) (“Razão de Garantia dos Bens Empenhados”);

(ii) Para fins de apuração da Razão de Garantia dos Bens Empenhados, os Bens Empenhados terão seu valor calculado considerando o valor do Produto, sendo que, para determinação do valor de tal Produto, será utilizado o (a) Índice CONSECANA, disponível no site www.udop.com.br; e (b) o valor fixo de ATR - Açúcar Total Recuperável de 140 kg (cento e quarenta quilogramas) para cada tonelada de Produto;

(iii) A Nardini se obrigará, sob pena de vencimento antecipado do CDCA, a renovar o penhor agrícola, por meio do competente instrumento de aditamento, de forma a sempre manter vigente penhor agrícola por 3 (três) anos durante todo o período de vigência do CDCA, com exceção aos últimos 2 (dois) anos, período no qual deverá existir vigente, respectivamente, penhor agrícola por 2 (dois) anos e 1 (um) ano;

(iv) A verificação do atendimento da Razão de Garantia dos Bens Empenhados deverá ser realizada com base nos relatórios produzidos pela Empresa Especializada, de acordo com a fórmula abaixo:

$$V \text{ Bens Empenhados} = Q \text{ Bens Empenhados} \times (V \text{ ATR} \times 140)$$

Onde:

V Bens Empenhados Valor dos Bens Empenhados.

Q Bens Empenhados Volume em toneladas métricas de Produto, identificado nos relatórios periódicos, emitidos pela Empresa Especializada.

V ATR Acumulado Valor acumulado do quilo de ATR calculado segundo a metodologia CONSECANA para o Estado de São Paulo referente ao mês diretamente anterior ao período de apuração da Razão de Garantia dos Bens Empenhados, disponível no site www.udop.com.br (R\$/Kg de ATR).

140 Quantidade em quilos de ATR por tonelada métrica de Produto, fixada para fins de apuração.

Monitoramento de Lavouras

A Emissora contratará para a prestação dos serviços de monitoramento ("Monitoramento") dos Bens Empenhados a **CONTROL UNION WARRANTS LTDA.** (atual razão social da Control Union World Group - Brasil Ltda.), sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.485 - Centro Empresarial Mário Garneiro - Torre Norte, 7º andar, Jardim Paulistano, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.237.030/0001-77, ou outra empresa a seu exclusivo critério ("Empresa Especializada"). A Empresa Especializada receberá da Nardini, como remuneração pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei aplicável, do Termo de Securitização e do Contrato de Monitoramento (abaixo definido). O pagamento dos custos relacionados ao Monitoramento serão realizados pela Securitizadora por conta e ordem da Nardini por meio da utilização do Fundo de Despesas.

O escopo do trabalho de Monitoramento realizado pela Empresa Especializada compreenderá a emissão dos 3 (três) relatórios abaixo detalhados:

- (i) Relatório Inicial: compreenderá as áreas oneradas pelo Penhor Agrícola e deverá ser emitido uma única vez pela Empresa Especializada, até a Data de Integralização;
- (ii) Relatório Anual: compreenderá a previsão da produção da safra nas áreas oneradas pelo Penhor Agrícola para os 12 (doze) meses subsequentes à data de início do ano safra de cana-de-açúcar padrão da região centro-sul do Brasil, ou seja, 1º de abril de cada ano, devendo ser realizado anualmente pela Empresa Especializada e apresentado até o 10º (décimo) Dia Útil do ano subsequente à data em que foi realizado ("Relatório Anual"); e
- (iii) Relatório Mensal: compreenderá a atualização do Relatório Anual contendo a previsão da produção da safra nas áreas oneradas pelo Penhor Agrícola para os 12 (doze) meses subsequentes à data de sua emissão, devendo ser realizado mensalmente pela Empresa Especializada e apresentado até o 10º (décimo) Dia Útil do mês subsequente ao mês em que foi realizado ("Relatório Mensal").

Contrato de Cessão Fiduciária

Nos termos do "*Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Bens em Garantia*" celebrado entre a Nardini e a Emissora em 19 de novembro de 2013, foi constituída a cessão fiduciária sobre 100% (cem por cento) dos: (i) Direitos Creditórios Ipiranga decorrentes do Contrato de Fornecimento, inclusive seus aditamentos, multas, acréscimos, garantias, direitos ou opções; (ii) demais valores creditados ou depositados na Conta Centralizadora, independentemente de superarem ou não o Valor Referência, conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária, inclusive eventuais ganhos e rendimentos oriundos de investimentos realizados com os valores decorrentes da Conta Centralizadora, assim como o produto do resgate ou da alienação de referidos investimentos (que deverão ser obrigatoriamente creditados na Conta Centralizadora), os quais passarão a integrar automaticamente a presente cessão fiduciária, independentemente de onde se encontrarem, mesmo que em trânsito ou em processo de compensação bancária; (iii) demais direitos principais e acessórios, atuais ou futuros, recebidos na Conta Centralizadora; e (iv) bens, ativos ou qualquer outro tipo de investimento realizados com o emprego dos recursos indicados nos itens (i) a (iii), acima, inclusive rendimentos, direitos ou bens dele derivados ou neles referenciados, em garantia às obrigações principais e acessórias da Nardini previstas nos Direitos Creditórios do Agronegócio.

Os Créditos Cedidos outorgados em garantia em favor da Emissora deverão representar, até que todas as Obrigações relacionadas ao CDCA e consequentemente ao CRA sejam cumpridas, sem prejuízo da Nardini proceder ao Reforço e Complementação de Garantia (conforme definido na Cessão Fiduciária) e sob pena de vencimento antecipado dos CRA, no período de 12 (doze) meses seguintes à data de verificação, o montante equivalente a, no mínimo, 140% (cento e quarenta por cento) do resultado da multiplicação do último valor devido mensalmente no âmbito dos CRA por 12 (doze), conforme apurações a serem realizadas pela Emissora: (i) mensalmente, no dia 15 de cada mês, e (ii) anualmente, no mês de maio ("Razão de Garantia dos Créditos Cedidos").

Disposições Comuns às Garantias

Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, das Garantias, podendo a Securitizadora, a seu exclusivo critério, executar todas ou cada uma delas indiscriminadamente, total ou parcialmente, tantas vezes quantas forem necessárias, sem ordem de prioridade, até o integral adimplemento das obrigações principais e acessórias da Nardini, de acordo com a conveniência da Securitizadora e os interesses dos titulares dos CRA, ficando ainda estabelecido que, desde que observados os procedimentos previstos no CDCA, a excussão das Garantias independerá de qualquer providência preliminar por parte da Securitizadora, tais como aviso, protesto, notificação, interpelação ou prestação de contas, de qualquer natureza. A excussão de uma das Garantias não ensejará, em hipótese nenhuma, perda da opção de se executar as demais.

Forma de Liquidação

O CDCA será liquidado financeiramente, conforme os valores e datas indicados no anexo V do título.

Em cada Data de Vencimento, até a Data de Vencimento Final, a Nardini se obriga a pagar em favor da Securitizadora, ou à sua ordem, o respectivo Valor da Parcela referente à parcela devida em cada Data de Vencimento, na forma e datas previstas no anexo V do CDCA, em moeda corrente nacional.

Vencimento Antecipado

O CDCA poderá vencer antecipadamente, tornando-se imediatamente exigível pela Emissora, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação, em todos os casos descritos na seção "Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado", deste Prospecto Definitivo ("Eventos de Vencimento Antecipado do CDCA").

Inadimplência

O atraso no pagamento de qualquer obrigação assumida pela Nardini ensejará o pagamento em moeda corrente nacional dos seguintes encargos, apurados de forma cumulativa, sempre calculado sobre o montante inadimplido, a partir do seu respectivo vencimento até a data de seu efetivo pagamento: (i) multa não-compensatória de 2% (dois por cento) sobre o montante inadimplido; (ii) juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano, calculado pro rata die, e (iii) correção monetária, calculada pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado ("IGP-M"), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, respeitada a menor periodicidade definida por lei.

Possibilidade do CDCA ser Acrescido, Removido ou Substituído

Não serão admitidos o acréscimo, a remoção ou substituição do CDCA pela Nardini.

Custódia dos Documentos Comprobatórios

As vias originais dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios do Agronegócio, de suas respectivas garantias e do Termo de Securitização deverão ser mantidas pela **SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, CEP 04530-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86 (“Custodiante”), que, nos termos do respectivo “Contrato de Prestação de Serviços de Custodiante”, celebrado entre a Emissora e o Custodiante em 19 de novembro de 2013 (“Contrato de Custódia”), será fiel depositário contratado, pela Emissora, com a remuneração ali prevista, a ser por ela arcada, com as funções de: (i) receber os Documentos Comprobatórios e realizar a verificação do lastro dos CRA, nos termos da cláusula 3.5.1 do Termo de Securitização; (ii) fazer a custódia e guarda do Termo de Securitização e dos Documentos Comprobatórios; e (iii) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, os Documentos Comprobatórios; e (iv) fazer o registro dos Direitos Creditórios do Agronegócio vinculados aos CRA na BM&FBOVESPA.

O Custodiante será responsável pela guarda das vias físicas dos Documentos Comprobatórios que evidenciam a existência dos Direitos Creditórios do Agronegócio, representados pelo CDCA e pelos documentos constitutivos de suas garantias reais. Deste modo, a verificação do lastro dos CRA e do CDCA será realizada pelo Custodiante, de forma individualizada e integral, no momento em que referidos Documentos Comprobatórios forem apresentados para registro perante o Custodiante e a BM&FBOVESPA, conforme o caso. Exceto em caso de solicitação expressa por titulares de CRA reunidos em Assembleia Geral, o Custodiante estará dispensado de realizar verificações posteriores do lastro durante a vigência dos CRA.

O Custodiante receberá da Emissora, como remuneração pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei aplicável e do Termo de Securitização, remuneração que consistirá em (i) uma única parcela de R\$ 3.000,00 (três mil reais) na data de abertura da conta custódia; e (ii) parcelas mensais líquidas de impostos de R\$1.800,00 (mil e oitocentos reais), sendo o primeiro pagamento da remuneração devido no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de abertura da conta custódia e as demais parcelas reajustadas anualmente pelo IPCA e pagas no mesmo dia dos anos subsequentes até o resgate total dos CRA em Circulação (abaixo definido).

Procedimentos de Verificação do Lastro

O Custodiante será responsável pela guarda das vias físicas dos Documentos Comprobatórios que evidenciam a existência dos Direitos Creditórios do Agronegócio, representados pelo CDCA. Deste modo, a verificação do lastro dos CRA e do CDCA será realizada pelo Custodiante, de forma individualizada e integral, no momento em que referidos Documentos Comprobatórios forem apresentados para registro perante o Custodiante e a BM&FBOVESPA, conforme o caso. Exceto em caso de solicitação expressa por titulares de CRA reunidos em Assembleia Geral, o Custodiante estará dispensado de realizar verificações posteriores do lastro durante a vigência dos CRA.

Critérios Adotados pela Nardini para Concessão de Crédito

A Nardini, no âmbito de suas atividades, executa os seguintes procedimentos e adota os critérios abaixo descritos para concessão de crédito:

1. Aprovação

- (i) análise para concessão de crédito deverá ser feita com base nas informações obtidas perante o SINTEGRA, a Receita Federal do Brasil, a respectiva junta comercial em que estão registrados os documentos societários do cliente, conforme o caso, e o SERASA, periodicamente a cada compra, venda ou quaisquer outra movimentação comercial a ser realizada pela Nardini com pessoa física ou jurídica.
- (ii) apuradas e aprovadas as informações previstas no item (i), acima, verificar-se-á o respectivo crédito a ser concedido ao cliente aprovado para fins de futuro cadastramento, considerando os seguintes aspectos (a) limite de crédito múltiplo da renda comprovada do cliente; (b) limite de crédito baseado na média histórica de compra do cliente e/ou (c) limite de crédito calculado com base em percentual da renda do cliente e no prazo máximo de financiamento da empresa, conforme o caso, verificados, ainda, para empresas, os respectivos sócios ou acionistas.

2. Cadastro

- (i) concluída a fase de aprovação acima prevista, será efetuado junto ao "Logix" o respectivo cadastro do cliente, pessoa física ou jurídica, aprovado;
- (ii) o cadastro deverá ser efetivado após a aprovação acima prevista e solicitado por meio de workflow, com prazo mínimo de 1 (uma) hora para cada cadastro, para que se possa providenciar as respectivas análises necessárias para cada concessão de crédito ao respectivo cliente aprovado;
- (iii) no dia útil subsequente ao pedido de compra apresentado pelo cliente aprovado, serão novamente analisados seus dados perante o SINTEGRA e a Receita Federal do Brasil, para fins de aprovação ou reprovação, pelo departamento competente da Nardini, do crédito a ser concedido com base no pedido de compra apresentado por referido cliente aprovado;
- (iv) os clientes aprovados que tiverem seus cadastros suspensos por falta de aprovação de crédito solicitado, considerando a análise realizada nos termos do item (iii) acima, só poderão ser aceitos com autorização da gerência e/ou da diretoria da Nardini, conforme o caso, e/ou após a regularização das pendências verificadas perante o SINTEGRA, a Receita Federal do Brasil e/ou outra entidade de cadastro de crédito indicada pelo departamento competente da Nardini;
- (v) a cada 4 (quatro) meses, a análise de crédito realizada no âmbito da aprovação de cada cliente será novamente conduzida pelo departamento competente da Nardini, considerando todos seus clientes e fornecedores, e/ou quaisquer outras pessoas que por ventura estejam cadastradas no sistema interno de crédito da Nardini;

- (vi) qualquer pessoa, física ou jurídica, cadastrada no sistema interno de crédito da Nardini terá seus respectivos documentos arquivados em pastas digitalizadas para futura análise e histórico cadastral; e
- (vii) os documentos de clientes eventualmente reprovados no procedimento de cadastro serão arquivados pela Nardini para futura análise de eventual recadastramento e concessão de crédito.

Principais Características Homogêneas dos Devedores dos Direitos Creditórios do Agronegócio (Nardini)

Para maiores informações sobre a emitente dos CDCA, vide seção sobre a "Nardini", a partir da página 130 deste Prospecto Definitivo.

Informações Estatísticas sobre Inadimplimentos, Perdas e Pré-Pagamento

A Nardini emitiu o CDCA em favor da Securitizadora especificamente no âmbito da Oferta. Nesse sentido, não existem informações estatísticas sobre inadimplimentos, perdas ou pré-pagamento de créditos, mesmo tendo realizado esforços razoáveis para obtê-las.

Especificamente com relação a operações comerciais realizadas entre Nardini e Ipiranga, não se verificou, nos últimos anos, qualquer inadimplimento por parte da Nardini no que se refere a suas obrigações de entrega de produto à Ipiranga. Abaixo, para referência, tabela com a quantidade e descrição dos respectivos produtos fornecidos pela Nardini à Ipiranga durante os períodos indicados.

Histórico de Fornecimento de Etanol			
Ano	Código do Produto	Descrição do Produto	Quantidade (litros)
2004	600003	Etanol Anidro Combustível	1.062.029
2005	600003	Etanol Anidro Combustível	238.342
2007	600004	Etanol Hidratado Combustível	488.702
2007	600063	Etanol Anidro Combustível (com corante)	826.585
2008	600004	Etanol Hidratado Combustível	2.297.188
2008	600063	Etanol Anidro Combustível (com corante)	2.571.792
2009	600004	Etanol Hidratado Combustível	13.222.559
2010	600004	Etanol Hidratado Combustível	3.006.319
2010	600063	Etanol Anidro Combustível (com corante)	17.488.583
2011	600063	Etanol Anidro Combustível (com corante)	39.790.961
2012	600004	Etanol Hidratado Combustível	3.720.052
2012	600063	Etanol Anidro Combustível (com corante)	28.199.748
2013	600004	Etanol Hidratado Combustível	1.025.162
2013	600063	Etanol Anidro Combustível (com corante)	33.727.314

FATORES DE RISCO

Antes de tomar qualquer decisão de investimento nos CRA, os potenciais Investidores deverão considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, os fatores de risco descritos abaixo, bem como as demais informações contidas neste Prospecto Definitivo e em outros documentos da Oferta, devidamente assessorados por seus consultores jurídicos e/ou financeiros.

Os negócios, situação financeira, ou resultados operacionais da Securitizadora e dos Distribuidores podem ser adversa e materialmente afetados por quaisquer dos riscos abaixo relacionados. Caso qualquer dos riscos e incertezas aqui descritos se concretize, os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais da Securitizadora e da Nardini e, portanto, a capacidade da Securitizadora efetuar o pagamento dos CRA poderão ser afetados de forma adversa.

Este Prospecto Definitivo contém apenas uma descrição resumida dos termos e condições dos CRA e das obrigações assumidas pela Securitizadora no âmbito da Oferta. É essencial e indispensável que os Investidores leiam o Termo de Securitização e compreendam integralmente seus termos e condições.

Para os efeitos desta Seção, quando se afirma que um risco, incerteza ou problema poderá produzir, poderia produzir ou produziria um “efeito adverso” sobre a Securitizadora e sobre a Nardini, quer se dizer que o risco, incerteza poderá, poderia produzir ou produziria um efeito adverso sobre os negócios, a posição financeira, a liquidez, os resultados das operações ou as perspectivas da Securitizadora e da Nardini, conforme o caso, exceto quando houver indicação em contrário ou conforme o contexto requeira o contrário. Devem-se entender expressões similares nesta Seção como possuindo também significados semelhantes.

Os riscos descritos abaixo não são exaustivos, outros riscos e incertezas ainda não conhecidos ou que hoje sejam considerados imateriais, também poderão ter um efeito adverso sobre a Securitizadora e sobre a Nardini. Na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo os CRA podem não ser pagos ou ser pagos apenas parcialmente, gerando uma perda para o investidor.

RISCOS DA OPERAÇÃO

Recente Desenvolvimento da Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio

A securitização de direitos creditórios do agronegócio é uma operação recente no Brasil. A Lei 11.076, que criou os certificados de recebíveis do agronegócio, foi editada em 2004. Entretanto, só houve um volume maior de emissões de certificados de recebíveis do agronegócio nos últimos anos. Além disso, a securitização é uma operação mais complexa que outras emissões de valores mobiliários, já que envolve estruturas jurídicas que objetivam a segregação dos riscos do emissor do valor mobiliário, de seu devedor (no caso, a Nardini) e créditos que lastreiam a emissão.

Não existe jurisprudência firmada acerca da securitização

Toda a arquitetura do modelo financeiro, econômico e jurídico desta Emissão considera um conjunto de rigores e obrigações de parte a parte estipuladas por meio de contratos e títulos de crédito, tendo por diretrizes a legislação em vigor. Entretanto, em razão da pouca maturidade e da falta de tradição e jurisprudência no mercado de capitais brasileiro no que tange a este tipo de operação financeira, em situações de *stress* poderá haver perdas por parte dos titulares de CRA em razão do dispêndio de tempo e recursos para eficácia da estrutura adotada para os CRA, na eventualidade de necessidade de reconhecimento ou exigibilidade por meios judiciais de quaisquer de seus termos e condições específicos.

Não existe regulamentação específica acerca das Emissões de CRA

A atividade de securitização de créditos do agronegócio está sujeita à Lei 11.076 e à regulamentação da CVM, por meio da Instrução CVM 400, no que se refere a distribuições públicas de CRA. Como ainda não existe regulamentação específica para estes valores mobiliários e suas respectivas ofertas ao público investidor, a CVM, por meio do Comunicado definido na reunião do Colegiado realizada em 18 de novembro de 2008, entendeu que os dispositivos da Instrução CVM 414, norma aplicável aos certificados de recebíveis imobiliários, seriam aplicáveis, no que coubessem, às ofertas públicas de CRA e seus respectivos emissores. Assim, enquanto a CVM não tratar da matéria em norma específica, será aplicada às ofertas de CRA a Instrução CVM 414, interpretada na forma da Lei 11.076, com as devidas adaptações a fim de acomodar as possíveis incompatibilidades entre a regulamentação dos certificados de recebíveis imobiliários e as características das operações de CRA, sem prejuízo de eventual edição posterior de norma específica pela CVM aplicável a operações de CRA.

RISCOS DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO E DA OFERTA

Riscos Gerais

Os riscos a que estão sujeitos os titulares de CRA podem variar significativamente, e podem incluir, sem limitação, perdas em decorrência de condições climáticas desfavoráveis, pragas ou outros fatores naturais que afetem negativamente os Produtos, redução de preços de commodities do setor agrícola nos mercados nacional e internacional, alterações em políticas de concessão de crédito que possam afetar a renda dos Devedores e, conseqüentemente, a sua capacidade de pagamento, bem como outras crises econômicas que possam afetar o setor agropecuário em geral, falhas na constituição de garantias, inclusive, sem limitação, dos títulos de crédito do agronegócio, bem como a impossibilidade de execução por desaparecimento ou desvio dos respectivos bens objeto de tal garantia.

Alterações na Legislação Tributária Aplicável

Os rendimentos gerados por aplicação em CRA por pessoas físicas estão atualmente isentos de imposto de renda, por força do artigo 3º, inciso IV, da Lei 11.033, isenção essa que pode sofrer alterações ao longo do tempo. Eventuais alterações na legislação tributária eliminando a isenção acima mencionada, criando ou elevando alíquotas do imposto de renda incidentes sobre os CRA, a criação de novos tributos ou, ainda, mudanças na interpretação ou aplicação da legislação tributária por parte dos tribunais ou autoridades governamentais poderão afetar negativamente o rendimento líquido dos CRA para seus titulares. A Emissora recomenda que os interessados na subscrição dos CRA consultem seus assessores tributários e financeiros antes de se decidir pelo investimento nos CRA.

Interpretação da Legislação Tributária Aplicável

Não há unidade de entendimento quanto à tributação aplicável sobre os ganhos decorrentes de alienação dos CRA no mercado secundário. Existem pelo menos duas interpretações correntes a respeito do imposto de renda incidente sobre a diferença positiva entre o valor de alienação e o valor de aplicação dos CRA, quais sejam (i) a de que os ganhos decorrentes da alienação dos CRA estão sujeitos ao imposto de renda na fonte, tais como os rendimentos de renda fixa, em conformidade com as alíquotas regressivas previstas no artigo 1º da Lei 11.033; e (ii) a de que os ganhos decorrentes da alienação dos CRA são tributados como ganhos líquidos nos termos do artigo 52, parágrafo 2º da Lei 8.383, com a redação dada pelo artigo 2º da Lei 8.850, sujeitos, portanto, ao imposto de renda a ser recolhido pelo vendedor até o último Dia Útil do mês subsequente ao da apuração do ganho, à alíquota de 15% (quinze por cento) estabelecida pelo artigo 2º, inciso II da Lei 11.033. Vale ressaltar que não há jurisprudência consolidada sobre o assunto. Divergências no recolhimento do imposto de renda devido podem ser passíveis de sanção pela Receita Federal do Brasil.

Falta de Liquidez dos CRA

Ainda não está em operação no Brasil o mercado secundário de CRA de forma ativa e não há nenhuma garantia de que existirá, no futuro, um mercado para negociação dos CRA que permita sua alienação pelos subscritores desses valores mobiliários, caso decidam pelo desinvestimento. Dessa forma, o investidor que subscrever ou adquirir os CRA poderá encontrar dificuldades para negociá-los com terceiros no mercado secundário, devendo estar preparado para manter o investimento nos CRA até a Data de Vencimento.

Restrição de Negociação até o Encerramento da Oferta e Cancelamento da Oferta

Não haverá negociação dos CRA no mercado secundário até a publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta. A emissão dos CRA está condicionada à obtenção de demanda dos investidores superior ao Montante Mínimo para a sua emissão. Caso não haja demanda suficiente de investidores, a Emissora cancelará os CRA emitidos.

Ocorrência de distribuição parcial

Conforme descrito neste Prospecto Definitivo, a presente Oferta poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial dos CRA, desde que haja colocação, no mínimo, do Montante Mínimo. Ocorrendo a distribuição parcial, os CRA remanescentes serão cancelados após o término do período de distribuição.

Quórum de deliberação em assembleia geral de titulares dos CRA

As deliberações a serem tomadas em assembleias gerais de titulares dos CRA são aprovadas por maioria dos presentes na respectiva assembleia, e, em certos casos, exigem quórum mínimo ou qualificado estabelecidos no Termo de Securitização. O titular de pequena quantidade de CRA pode ser obrigado a acatar decisões da maioria, ainda que manifeste voto desfavorável. Não há mecanismos de venda compulsória no caso de dissidência do titular do CRA em determinadas matérias submetidas à deliberação em assembleia geral.

Não será emitida Carta de Conforto no âmbito desta Oferta

O Código ANBIMA prevê a necessidade de manifestação escrita por parte dos auditores independentes acerca da consistência das informações financeiras constantes deste Prospecto com as demonstrações financeiras publicadas pela Emissora.

No âmbito desta Emissão não será emitida carta de conforto conforme acima descrita. Consequentemente, os Auditores Independentes da Emissora e/ou da Nardini não se manifestarão sobre a consistência das informações financeiras da Emissora e/ou da Nardini constantes deste Prospecto.

RISCOS DO CDCA E DOS DIREITOS CREDITÓRIOS A ELE VINCULADOS

Inadimplência do CDCA

A capacidade do Patrimônio Separado de suportar as obrigações decorrentes da emissão de CRA depende do adimplemento pela Nardini, do CDCA. O Patrimônio Separado, constituído em favor dos titulares de CRA, não conta com qualquer garantia ou coobrigação da Emissora. Assim, o recebimento integral e tempestivo pelos titulares de CRA dos montantes devidos dependerá do adimplemento do CDCA, pela Nardini em tempo hábil para o pagamento dos valores devidos aos titulares de CRA. Portanto, a ocorrência de eventos que afetem a situação econômico-financeira da Nardini, poderá afetar negativamente a capacidade do Patrimônio Separado de suportar suas obrigações, conforme estabelecidas no Termo de Securitização.

Risco de Crédito da Ipiranga e de Adimplemento da Nardini

O CDCA vinculado aos CRA é devido pela Nardini e é garantido, em razão da cessão fiduciária, por direitos creditórios do agronegócio derivados do Contrato de Fornecimento, devidos pela Ipiranga quando da entrega de etanol, pela Nardini, no prazo e nas condições ali previstas. Assim, a efetividade da garantia fiduciária do CRA dependerá: (i) da manutenção do Contrato de Fornecimento, pelo prazo e pelas condições pactuadas; (ii) do cumprimento do Contrato de Fornecimento pela Nardini; e (iii) no caso de a Nardini cumprir com o Contrato de Fornecimento, do adimplemento, pela Ipiranga, do pagamento dos valores devidos. Além de o Contrato de Fornecimento poder ser extinto em condições específicas ali previstas, tanto a Nardini quanto a Ipiranga estão sujeitas a riscos operacionais, financeiros e de outra natureza, que podem influenciar diretamente no pagamento dos direitos creditórios do agronegócio e, portanto, dos CDCA, com efeito material adverso no pagamento dos CRA.

Variação do Preço

Os Direitos Creditórios do Agronegócio serão pagos a partir da comercialização, pela Nardini, de produtos cujo preço é fixado a partir do Etanol, estando, portanto, sujeito a variações de precificação nos mercados nacional e internacional. Essas modificações podem afetar negativamente o valor dos recursos a serem obtidos pela Nardini com a negociação de Etanol no mercado e, portanto, sua capacidade creditícia e operacional. Nesse caso, embora o CDCA possa ser executado pela Emissora contra a Nardini, a precificação do Etanol abaixo de determinado limite pode afetar a capacidade da Nardini de pagar o CDCA e, portanto, a capacidade da Emissora de pagar os CRA.

Pré-pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio com indicação de possíveis efeitos desse evento sobre a rentabilidade dos CRA

Até o 35º (trigésimo quinto) mês a contar da Data da Integralização, não será permitido o pagamento parcial ou integral, do montante devido no âmbito do CDCA. A partir do 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive), a contar da Data da Integralização e até a Data de Vencimento Final, a Nardini poderá notificar por escrito à Emissora informando que deseja realizar o pagamento antecipado do CDCA. Referido pré-pagamento estará condicionado à aceitação, pelos titulares de CRA, da Oferta de Resgate Antecipado prevista na cláusula 5.11.1, do Termo de Securitização. Nesta hipótese, o pré-pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio representados pelo CDCA não deverá afetar, de imediato, a rentabilidade dos CRA, na medida em que os titulares dos CRA resgatados deverão receber, no mínimo, o valor nominal dos CRA, atualizado *pro rata temporis* por sua Remuneração, acrescido de prêmio de pagamento antecipado a ser oferecido pela Nardini por meio da notificação de pré-pagamento.

Por outro lado, na ocorrência de qualquer (i) dos Eventos de Liquidação do Patrimônio Separado; ou (ii) dos Eventos de Vencimento Antecipado, poderá não haver recursos suficientes no Patrimônio Separado para que a Emissora proceda ao pagamento antecipado dos CRA. Na hipótese da Emissora ser destituída da administração do Patrimônio Separado, o Agente Fiduciário deverá assumir a custódia e administração dos Créditos do Patrimônio Separado. Em Assembleia Geral, os titulares de CRA deverão deliberar sobre as novas normas de administração do Patrimônio Separado, inclusive para os fins de receber os Direitos Creditórios do Agronegócio, bem como suas respectivas garantias, ou optar pela liquidação do Patrimônio Separado, que poderá ser insuficiente para a quitação das obrigações perante os titulares de CRA. Consequentemente, os adquirentes dos CRA poderão sofrer prejuízos financeiros em decorrência de tais eventos, pois (i) não há qualquer garantia de que existirão, no momento do Evento de Vencimento Antecipado, outros ativos no mercado com risco e retorno semelhante aos CRA; e (ii) a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá resultar na aplicação efetiva de uma alíquota superior à que seria aplicada caso os CRA fossem liquidados apenas quando de seu vencimento programado.

Risco de diminuição da quantidade dos Bens Empenhados

Na Data de Emissão, os Bens Empenhados encontram-se cultivados em imóveis que representam uma área total de 7.447,65 ha ("Área Total"), sendo 554,64 ha, ou seja, 7,45% da Área Total representados por imóveis de propriedade da Nardini, e 6.893,01 ha, ou seja, 92,55% da Área Total, representados por imóveis de propriedade de terceiros.

Da área total dos imóveis onde os Bens Empenhados encontram-se cultivados: (i) em 2.242,95 ha, ou seja, 30,11% da Área Total, há hipotecas constituídas em garantia a determinadas dívidas, com relação às quais: (1) (5,49%) da Área Total são imóveis de propriedade da Nardini, cujas dívidas estão em vigor, sendo regularmente pagas; e (2) 24,61% da Área Total são imóveis de propriedade de terceiros, sobre as quais não há documentos atualizados sobre seu pagamento; (ii) em 224,06 ha, ou seja, 3,01% da Área Total, o arrendamento em favor da Nardini foi outorgado por parte dos proprietários dos imóveis, restando pendente a autorização escrita dos demais; e (iii) em 238,73 ha, ou seja, 3,20% da Área Total, o arrendamento em favor da Nardini foi celebrado com base em matrículas dos imóveis que foram atualizadas em razão de desmembramentos e outros eventos, razão pela qual o contrato de arrendamento necessita de atualização para constar as matrículas e as áreas atualizadas.

Desta forma, há risco de o respectivo credor das dívidas garantidas por hipoteca, conforme o item "i", demandar em juízo, em razão do artigo 1.473 e 1.474 do Código Civil, a inclusão na hipoteca dos acessórios dos referidos imóveis, podendo neste caso atingir os Bens Empenhados. Com relação ao item "ii", há o risco de co-proprietários dos imóveis, que não tenham celebrado o respectivo arrendamento, demandar em juízo a extinção do arrendamento, ou do penhor em favor do CDCA, por ausência da sua autorização expressa. Já com relação ao item "iii", há o risco de as matrículas atualizadas a que se referem os contratos de arrendamento envolverem áreas inferiores àquelas neles referidas.

Diante dos eventos descritos acima, a quantidade de Bens Empenhados pode ser reduzida e a Nardini pode não conseguir oferecer novas áreas em substituição, nos termos do respectivo penhor, acarretando o vencimento antecipado do CDCA e, por sua vez, dos CRA.

RISCOS DO REGIME FIDUCIÁRIO

Decisões judiciais sobre a Medida Provisória n.º 2.158-35/01 podem comprometer o regime fiduciário sobre os créditos de certificados de recebíveis do agronegócio

A Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, ainda em vigor, estabelece, em seu artigo 76, que “*as normas que estabeleçam a afetação ou a separação, a qualquer título, de patrimônio de pessoa física ou jurídica não produzem efeitos em relação aos débitos de natureza fiscal, previdenciária ou trabalhista, em especial quanto às garantias e aos privilégios que lhes são atribuídos*”. Adicionalmente, o parágrafo único deste mesmo artigo prevê que “*desta forma permanecem respondendo pelos débitos ali referidos a totalidade dos bens e das rendas do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os que tenham sido objeto de separação ou afetação*”. Nesse sentido, o CDCA e os recursos e títulos de créditos dele decorrentes, inclusive em função da execução de suas garantias, não obstante comporem o Patrimônio Separado, poderão ser alcançados por credores fiscais, trabalhistas e previdenciários da Emissora e, em alguns casos, por credores trabalhistas e previdenciários de pessoas físicas e jurídicas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Emissora, tendo em vista as normas de responsabilidade solidária e subsidiária de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico existentes em tais casos. Caso isso ocorra, concorrerão os titulares destes créditos com os titulares de CRA de forma privilegiada sobre o produto de realização dos Créditos do Patrimônio Separado. Nesta hipótese, é possível que Créditos do Patrimônio Separado não venham a ser suficientes para o pagamento integral dos CRA após o cumprimento das obrigações da Emissora perante aqueles credores.

RISCOS RELACIONADOS À NARDINI

Efeitos Adversos na Remuneração dos CRA

Uma vez que o pagamento das remunerações dos CRA depende do pagamento integral e tempestivo, pela Nardini, do CDCA, a capacidade de adimplemento da Nardini poderá ser afetada em função de sua situação econômico-financeira, em decorrência de fatores internos e/ou externos, o que poderá afetar o fluxo de pagamentos dos CRA.

Capacidade Creditícia e Operacional da Nardini

O pagamento dos CRA está sujeito ao desempenho da capacidade creditícia e operacional da Nardini, sujeitos aos riscos normalmente associados à concessão de empréstimos e ao aumento de custos de outros recursos que venham a ser captados pela Nardini e que possam afetar o seu respectivo fluxo de caixa, bem como riscos decorrentes da ausência de garantia quanto ao pagamento pontual ou total do principal e juros pela Nardini. Adicionalmente, os recursos decorrentes da excussão do CDCA podem não ser suficientes para satisfazer a integralidade das dívidas constantes dos instrumentos que lastreiam os CRA. Portanto, a inadimplência da Nardini pode ter um efeito material adverso no pagamento dos CRA.

RISCOS OPERACIONAIS DA NARDINI

Regulamentação da Produção Agrícola

A Nardini está sujeita a extensa regulamentação federal, estadual e municipal relacionada à proteção do meio ambiente, à saúde e segurança dos trabalhadores relacionados à atividade, conforme aplicável, podendo estar expostos a contingências resultantes do manuseio de materiais perigosos e potenciais custos para cumprimento da regulamentação ambiental.

Autorizações e Licenças

A Nardini é obrigada a obter licenças específicas para produtores rurais, emitidas por autoridades governamentais, com relação a determinados aspectos das suas operações. Referidas leis, regulamentos e licenças podem, com frequência, exigir a compra e instalação de equipamentos de custo mais elevado para o controle da poluição ou a execução de mudanças operacionais a fim de limitar impactos ou potenciais impactos ao meio ambiente e/ou à saúde dos funcionários dos Devedores. A violação de tais leis e regulamentos ou licenças pode resultar em multas elevadas, sanções criminais, revogação de licenças de operação e/ou na proibição de exercício de atividades pela Nardini.

Penalidades Ambientais

As penalidades administrativas e criminais impostas contra aqueles que violarem a legislação ambiental serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente. Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos os direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, quando a Nardini contrata terceiros para proceder a qualquer intervenção nas suas operações, como a disposição final de resíduos, não está isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por estes terceiros contratados. Os Devedores também podem ser considerados responsáveis por todas e quaisquer consequências provenientes da exposição de pessoas a substâncias nocivas ou outros danos ambientais. Os custos para cumprir com a legislação atual e futura relacionada à proteção do meio ambiente, saúde e segurança, e às contingências provenientes de danos ambientais e a terceiros afetados poderão ter um efeito adverso sobre os negócios dos Devedores, os seus resultados operacionais ou sobre a sua situação financeira, o que poderá afetar negativamente o valor dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

Contingências Trabalhistas e Previdenciárias

Além das contingências trabalhistas e previdenciárias oriundas de disputas com os empregados contratados diretamente pelos Devedores, estes podem contratar prestadores de serviços que tenham trabalhadores a eles vinculados. Embora esses trabalhadores não possuam vínculo empregatício com os Devedores, estes poderão ser responsabilizados por eventuais contingências de caráter trabalhista e previdenciário dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando estas deixarem de cumprir com seus encargos sociais. Essa responsabilização poderá afetar adversamente o resultado da Nardini e, portanto, o fluxo de pagamentos decorrente dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

Políticas e Regulamentações Governamentais para o Setor Agrícola

Políticas e regulamentos governamentais exercem grande influência sobre a produção e a demanda agrícola e os fluxos comerciais. As políticas governamentais que afetam o setor agrícola, tais como políticas relacionadas a impostos, tarifas, encargos, subsídios, estoques regulares e restrições sobre a importação e exportação de produtos agrícolas e commodities, podem influenciar a lucratividade do setor, o plantio de determinadas safras em comparação a diferentes usos dos recursos agrícolas, a localização e o tamanho das safras, a negociação de commodities processadas ou não processadas, e o volume e tipos das importações e exportações. Futuras políticas governamentais no Brasil e no exterior podem causar efeito adverso sobre a oferta, demanda e preço dos produtos da Nardini, restringir sua capacidade de fechar negócios no mercado em que atuam e em mercados que pretendem atingir, podendo ter efeito adverso nos seus resultados operacionais e, consequentemente, podendo afetar a capacidade de pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio. Os preços do açúcar, assim como os preços de outras commodities no Brasil, estiveram, no passado, sujeitos a controle pelo governo brasileiro. Os preços do açúcar no Brasil não têm sido controlados desde 1997. Entretanto, medidas de controle de preços podem ser impostas no futuro. Quaisquer alterações nas políticas e regulamentações governamentais em relação ao etanol, açúcar ou cana-de-açúcar poderão afetar adversamente a Nardini. Além disso, o petróleo e produtos derivados do petróleo têm sido historicamente sujeitos a controle de preços no Brasil. Atualmente, não há legislação ou regulamento vigente que forneça ao governo brasileiro o poder de determinar diretamente os preços do petróleo, produtos derivados do petróleo, etanol ou GNV. Desta forma, considerando que a variação do preço do petróleo impacta diretamente o preço do etanol, na medida em que este precisa se manter competitivo em relação àquele principalmente no mercado interno, o fluxo de pagamento decorrente do Direitos Creditórios do Agronegócio poderá ser afetado. Não é possível garantir que não haverá, no futuro, a imposição de regulamentações de controle de preços ou limitação na venda de Etanol.

Desapropriação dos Imóveis Destinados à Produção Rural

Os imóveis utilizados pela Nardini para o cultivo da lavoura do Produto poderão ser desapropriados pelo Governo Federal de forma unilateral, para fins de utilidade pública e interesse social, não sendo possível garantir que o pagamento da indenização à Nardini e se dará de forma justa. De acordo com o sistema legal brasileiro, o Governo Federal poderá desapropriar os imóveis de produtores rurais onde está plantada a lavoura do Produto por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, de forma parcial ou total. Ocorrendo a desapropriação, não há como garantir, de antemão, que o preço que venha a ser pago pelo Poder Público será justo, equivalente ao valor de mercado, ou que, efetivamente, remunerará os valores investidos de maneira adequada. Dessa forma, a eventual desapropriação de qualquer imóvel utilizado pela Nardini onde está plantada a lavoura do Produto poderá afetar adversamente e de maneira relevante sua situação financeira e os seus resultados, podendo impactar nas suas atividades e, consequentemente, na capacidade de pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

Invasão dos Imóveis Destinados à Produção Agrícola

A capacidade de produção da Nardini pode ser afetada no caso de invasão do Movimento dos Sem Terra, ou de terceiros, o que pode impactar negativamente nas suas operações e, consequentemente, na capacidade de pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

RISCOS RELACIONADOS À EMISSORA

Emissora dependente de registro de companhia aberta

A Emissora foi constituída com o escopo de atuar como securitizadora de créditos do agronegócio, por meio da emissão de certificados de recebíveis do agronegócio. Para tanto, depende da manutenção de seu registro de companhia aberta junto à CVM e das respectivas autorizações societárias. Caso a Emissora não atenda aos requisitos exigidos pela CVM em relação às companhias abertas, seu registro poderá ser suspenso ou mesmo cancelado, afetando assim as suas emissões de certificados de recebíveis do agronegócio.

Não Realização do Patrimônio Separado

A Emissora é uma companhia destinada exclusivamente à aquisição e posterior securitização de créditos do agronegócio, nos termos da Lei 9.514 e da Lei 11.076, por meio da emissão de certificados de recebíveis do agronegócio. O Patrimônio Separado da presente Emissão tem como única fonte de recursos os respectivos Direitos Creditórios do Agronegócio, bem como todos os recursos deles decorrentes e as respectivas garantias vinculadas, na forma prevista pelo Termo de Securitização. Dessa forma, qualquer atraso ou inadimplência por parte da Nardini poderá afetar negativamente a capacidade da Emissora de honrar os pagamentos devidos aos titulares de CRA.

Não aquisição de Créditos do Agronegócio

A Emissora não possui a capacidade de originar créditos para securitização, sendo suas emissões realizadas com créditos originados por terceiros. Portanto, o sucesso na identificação e realização de parcerias para aquisição de créditos é fundamental para o desenvolvimento de suas atividades. A Emissora pode ter dificuldades em identificar oportunidades atraentes ou pode não ser capaz de efetuar os investimentos desejados em termos economicamente favoráveis. A falta de acesso a capital adicional em condições satisfatórias pode restringir o crescimento e desenvolvimento e desenvolvimento futuros das atividades da Emissora, o que pode prejudicar sua situação financeira, assim como seus resultados operacionais, o que terminaria por impactar suas atividades de administração e gestão do Patrimônio Separado.

Riscos Associados aos Prestadores de Serviços

A Emissora contrata prestadores de serviços terceirizados para a realização de atividades, como auditores, agente fiduciário, agente de cobrança, dentre outros. Caso, conforme aplicável, alguns destes prestadores de serviços aumentem significativamente seus preços ou não prestem serviços com a qualidade e agilidade esperada pela Emissora, poderá ser necessária a substituição do prestador de serviço. Esta substituição, no entanto, poderá não ser bem sucedida e afetar adversamente os resultados da Emissora, bem como criar ônus adicionais ao Patrimônio Separado.

Riscos Associados à Guarda Física dos Documentos Comprobatórios

O Custodiante será responsável pela guarda das vias físicas dos Documentos Comprobatórios que evidenciam a existência dos Direitos Creditórios do Agronegócio. A perda e/ou extravio dos Documentos Comprobatórios poderá resultar em perdas para os detentores dos CRA.

Administração e Desempenho

A capacidade da Emissora de manter uma posição competitiva e a prestação de serviços de qualidade depende em larga escala dos serviços de sua alta administração. Nesse sentido, a Emissora não pode garantir que terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar sua alta administração. A perda dos serviços de qualquer de seus membros da alta administração ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais da Emissora, o que terminaria por impactar suas atividades de administração e gestão do Patrimônio Separado.

RISCOS RELACIONADOS AO AGRONEGÓCIO E AO PRODUTO

Desenvolvimento do Agronegócio

Não há como assegurar que, no futuro, o agronegócio brasileiro (i) manterá a taxa de crescimento e desenvolvimento que se vem observando nos últimos anos, e (ii) não apresentará perdas em decorrência de condições climáticas desfavoráveis, redução de preços de *commodities* do setor agrícola nos mercados nacional e internacional, alterações em políticas de concessão de crédito para produtores nacionais, tanto da parte de órgãos governamentais como de entidades privadas, que possam afetar a renda da Nardini e, conseqüentemente, sua capacidade de pagamento, bem como outras crises econômicas e políticas que possam afetar o setor agrícola em geral. A redução da capacidade de pagamento da Nardini poderá impactar negativamente a capacidade de pagamento dos CRA.

Riscos Climáticos

As alterações climáticas extremas podem ocasionar mudanças bruscas nos ciclos produtivos de *commodities* agrícolas, por vezes gerando choques de oferta, quebras de safra, volatilidade de preços, alteração da qualidade e interrupção no abastecimento dos produtos por elas afetados. Nesse contexto, a capacidade de produção do Produto e entrega de Etanol pode ser adversamente afetada, gerando dificuldade ou impedimento do cumprimento das obrigações da Nardini, o que pode afetar a capacidade de pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

Baixa Produtividade do Produto

A falha ou impossibilidade no controle de pragas e doenças pode afetar negativamente a produtividade da lavoura do Produto. A Nardini pode não obter sucesso no controle de pragas e doenças em sua lavoura, seja por não aplicar corretamente os insumos adequados - defensivos agrícolas - seja por uma nova praga ou doença ainda sem diagnóstico. A produtividade pode ser afetada também pela não utilização da mínima quantidade necessária de fertilizantes devido à

flutuação do preço desses insumos, especialmente em países que experimentaram recentemente convulsões políticas e sociais ou pela falta de crédito. Esses impactos podem afetar negativamente a produtividade e qualidade do Produto. Adicionalmente, a falha, imperícia ou ineficiência na efetiva aplicação de tais insumos nas lavouras pode afetar negativamente a produtividade da lavoura. Nesse caso, a capacidade de produção de Produto das lavouras poderá estar comprometida, impactando a capacidade de pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio e, portanto, na obtenção de recursos para cumprimento das obrigações perante os titulares de CRA.

Volatilidade do Preço do Produto

A variação do preço da cana-de-açúcar e/ou de seus subprodutos pode exercer um grande impacto nos resultados da Nardini. Tal como ocorre com outras *commodities*, os subprodutos da cana-de-açúcar e a própria cana-de-açúcar estão sujeitos a flutuações em seu preço em função da demanda interna e externa, do volume de produção e dos estoques mundiais (conforme aplicável). A flutuação do preço dos subprodutos da cana-de-açúcar pode ocasionar um grande impacto na rentabilidade da Nardini se a sua receita com a venda de cana-de-açúcar e/ou subprodutos estiver abaixo do seu custo de produção e, consequentemente, comprometer a capacidade de pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

Correlação entre os Preços do Etanol e do Açúcar

Os preços do Etanol possuem forte correlação com os preços do açúcar. A maior parte do Etanol produzido no Brasil é produzido em usinas que produzem ambos produtos. Considerando que alguns produtores conseguem alterar a parcela de sua produção de Etanol em relação à parcela de sua produção de açúcar e vice-versa em resposta às variações de preço de mercado do Etanol e do açúcar, equilibrando a oferta e a demanda entre estes produtos, os preços desses dois produtos ficam fortemente correlacionados. Ademais, tendo em vista que os preços do açúcar no Brasil são correlacionados aos preços do açúcar no mercado internacional, há uma forte ligação entre os preços do Etanol brasileiro e os preços do açúcar no mercado internacional. Assim, uma redução dos preços do açúcar também poderá impactar na redução dos preços do Etanol e, consequentemente, no pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

Redução na Demanda de Etanol como Combustível ou Mudança na Política do Governo Brasileiro em Relação à Adição de Etanol à Gasolina

Atualmente, o governo brasileiro exige que se use Etanol como aditivo à gasolina. Desde 1997, o Conselho Interministerial do Açúcar e Álcool tem estabelecido a porcentagem de Etanol anidro a ser utilizado como um aditivo à gasolina (atualmente 25%). Aproximadamente metade de todo o Etanol combustível do Brasil é usado para abastecer automóveis que usam uma mistura de Etanol anidro e gasolina, sendo o remanescente usado em veículos abastecidos somente com Etanol hidratado. Ademais, o aumento na produção e venda de veículos *flex* decorreu, em parte, da menor tributação sobre tais veículos, desde 2002, em relação a veículos movidos a gasolina

apenas. Este tratamento fiscal favorável poderá ser eliminado e a produção de veículos *flex* poderá diminuir, o que poderá impactar de forma adversa a demanda por etanol. Qualquer redução na porcentagem de Etanol que deve ser adicionada à gasolina ou mudança na política do governo brasileiro quanto ao uso do Etanol, assim como o crescimento da demanda por gás natural ou outros combustíveis como alternativa ao uso do Etanol, pode ter um efeito adverso significativo sobre os negócios da Nardini e, conseqüentemente, afetar a capacidade de pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

Riscos Comerciais do Produto

Os subprodutos da cana-de-açúcar - quais sejam, açúcar e etanol - são *commodities* importantes no mercado internacional, sendo que o açúcar é um componente importante na dieta de várias nações e o etanol compõe parcela relevante da matriz energética brasileira e de diversos outros países. Como qualquer *commodity* nessa situação, seu preço pode sofrer variação no comércio internacional em função da imposição de barreiras alfandegárias ou não tarifárias, tais como embargos, restrições sanitárias, políticas de cotas comerciais, sobretaxas, contencioso comercial internacional, dentre outros. Qualquer flutuação de seu preço em função de medidas de comércio internacional pode afetar a capacidade de produção ou comercialização da Nardini, e, conseqüentemente, na capacidade de pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

Variação Cambial

Os custos, insumos e preços internacionais dos subprodutos da cana-de-açúcar sofrem influência da paridade entre moedas internacionais (sobretudo o Dólar Norte-Americano) e o Real. A variação decorrente do descalamento de moedas entre os custos dos insumos em Reais para a Nardini em relação à receita pela venda do Produto, pode impactar negativamente a capacidade de entrega do Produto pela Nardini. Desta forma, qualquer oscilação no preço de moedas internacionais (sobretudo o Dólar Norte-Americano) pode afetar potencialmente os preços e custos de produção do Produto, e, assim, dificultar ou impedir a capacidade de adimplemento do CDCA pela Nardini.

Risco de Transporte do Produto

As deficiências da malha rodoviária, ferroviária ou hidroviária, tais como estradas sem asfalto ou sem manutenção, insuficiência de ferrovias, principalmente nas regiões mais distantes do porto, ocasionam altos custos de logística e, conseqüentemente, perda da rentabilidade da cana-de-açúcar. Da mesma forma, a falha ou imperícia no manuseio para transporte, seja em trens, caminhões ou embarcações, pode acarretar perdas de produção, desperdício de quantidades ou danos à cana-de-açúcar. As constantes mudanças climáticas, como excesso de chuva, vêm ocasionando piora no estado de conservação das estradas, o que pode acarretar em um aumento de perda de produção acima do previsto, podendo afetar a capacidade de adimplemento dos Direitos Creditórios do Agronegócio pela Nardini.

RISCOS RELACIONADOS A FATORES MACROECONÔMICOS

Interferência do Governo Brasileiro na Economia

O Governo Brasileiro tem poderes para intervir na economia e, ocasionalmente, modificar sua política econômica, podendo adotar medidas que envolvam controle de salários, preços, câmbio, remessas de capital e limites à importação, entre outros, que podem causar efeito adverso relevante nas atividades da Emissora e da Nardini. As atividades, situação financeira e resultados operacionais da Emissora e da Nardini poderão ser prejudicados de maneira relevante devido a modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como (i) taxas de juros; (ii) controles cambiais e restrições a remessas para o exterior, como aqueles que foram impostos em 1989 e no início de 1990; (iii) flutuações cambiais; (iv) inflação; (v) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; (vi) política fiscal; (vii) política de abastecimento, inclusive criação de estoques reguladores de *commodities*; e (viii) outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem. A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro, sendo assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as atividades e resultados operacionais da Emissora e da Nardini.

Efeitos dos Mercados Internacionais

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive economias desenvolvidas e emergentes. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras. Crises em outros países de economia emergente ou políticas econômicas diferenciadas podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, incluindo os CRA da presente Emissão, o que poderia prejudicar seu preço de mercado.

A SECURITIZAÇÃO NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

A securitização no agronegócio consiste basicamente na antecipação de recursos provenientes da comercialização de determinado direito creditório do agronegócio. Dada a intensa necessidade de recursos financeiros para viabilizar a produção e/ou a industrialização de determinado produto agrícola, o agronegócio é um setor demandante de crédito.

Em razão da importância para a economia brasileira, comprovada pela sua ampla participação no nosso PIB, o agronegócio historicamente teve sempre associado à instrumentos públicos de financiamento. Esse financiamento se dava principalmente por meio do SNCR, o qual representava políticas públicas que insistiam no modelo de grande intervenção governamental, com pequena evolução e operacionalidade dos títulos de financiamento rural instituídos pelo Decreto-Lei nº 167, de 14 de Fevereiro de 1967, tais como: (i) a cédula rural pignoratícia; (ii) a cédula rural hipotecária; (iii) a cédula rural pignoratícia e hipotecária; e (iv) a nota de crédito rural.

Porém, em virtude da pouca abrangência desse sistema de crédito rural, se fez necessária a reformulação desta política agrícola, por meio da regulamentação do financiamento do agronegócio pelo setor privado. Assim, em 22 de agosto de 1994, dando início a esta reformulação da política agrícola, com a publicação da Lei 8.929, foi criada a CPR, que pode ser considerada como o instrumento básico de toda a cadeia produtiva e estrutural do financiamento privado agropecuário. A CPR é um título representativo de promessa de entrega de produtos rurais, emitido por produtores rurais, incluindo suas associações e cooperativas. Em 2001, com as alterações trazidas pela Lei Federal nº 10.200, foi permitida a liquidação financeira desse ativo, por meio da denominada CPR-F.

A criação da CPR e da CPR-F possibilitou a construção e concessão do crédito via mercado financeiro e de capitais, voltado para o desenvolvimento de uma agricultura moderna e competitiva, que estimula investimentos privados no setor, especialmente de investidores estrangeiros, *trading companies* e bancos privados.

Ainda neste contexto, e em cumprimento às diretrizes expostas no Plano Agrícola e Pecuário 2004/2005, que anunciava a intenção de criar títulos específicos para incentivos e apoio ao agronegócio, foi publicada a Lei 11.076, pela qual foram criados novos títulos para financiamento privado do agronegócio brasileiro, tais como: o CDA (Certificado de Depósito Agropecuário), o WA (Warrant Agropecuário), o CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio), a LCA (Letra de Crédito do Agronegócio) e o CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio).

Com a criação desses novos títulos do agronegócio, agregados com a CPR e a CPR-F, o agronegócio tornou-se um dos setores com maior e melhor regulamentação no que se referem aos seus instrumentos de crédito.

O CDA é um título de crédito representativo da promessa de entrega de um produto agropecuário depositado em armazéns certificados pelo Governo Federal ou que atendam a requisitos mínimos definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o WA é um título de crédito representativo de promessa de pagamento em dinheiro que confere direito de penhor sobre o CDA correspondente, assim como sobre o produto nele descrito. Tais títulos são emitidos mediante solicitação do depositante, sempre em conjunto, ganhando circularidade e autonomia, sendo que ambos podem ser comercializados e utilizados como garantias em operações de financiamento pelos produtores, e constituem títulos executivos extrajudiciais.

O CDCA, por sua vez, é um título de crédito nominativo de livre negociação representativo de promessa de pagamento em dinheiro e constitui título executivo extrajudicial. Sua emissão é exclusiva das cooperativas e de produtores rurais e outras pessoas jurídicas que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos e insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária.

O CRA é o título de crédito nominativo, de livre negociação, de emissão exclusiva das companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio, representativo de promessa de pagamento em dinheiro e constitui título executivo extrajudicial.

Regime Fiduciário

Com a finalidade de lastrear a emissão de CRA, as companhias securitizadoras podem instituir o regime fiduciário sobre créditos do agronegócio.

O regime fiduciário é instituído mediante declaração unilateral da companhia securitizadora no contexto do termo de securitização de créditos do agronegócio e submeter-se-á, entre outras, às seguintes condições: (i) a constituição do regime fiduciário sobre os créditos que lastreiem a emissão; (ii) a constituição de patrimônio separado, integrado pela totalidade dos créditos submetidos ao regime fiduciário que lastreiem a emissão; (iii) a afetação dos créditos como lastro da emissão da respectiva série de títulos; (iv) a nomeação do agente fiduciário, com a definição de seus deveres, responsabilidades e remuneração, bem como as hipóteses, condições e forma de sua destituição ou substituição e as demais condições de sua atuação.

O principal objetivo do regime fiduciário é fazer que os créditos que sejam alvo desse regime não se confundam com o da companhia securitizadora de modo que só respondam pelas obrigações inerentes aos títulos a ele afetados e de modo que a insolvência da companhia securitizadora não afete os patrimônios separados que tenham sido constituídos.

TRIBUTAÇÃO DOS CRA

Os titulares de CRA não devem considerar unicamente as informações contidas neste Prospecto Definitivo para fins de avaliar o tratamento tributário de seu investimento em CRA, devendo consultar seus próprios assessores quanto à tributação específica à qual estarão sujeitos, especialmente quanto a outros tributos que não o imposto de renda eventualmente aplicáveis a esse investimento ou a ganhos porventura auferidos em transações com CRA.

Imposto de Renda

Pessoas Físicas e Jurídicas Residentes no Brasil

Como regra geral, os rendimentos em CRA auferidos por pessoas jurídicas não-financeiras estão sujeitos à incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRF”), a ser calculado com base na aplicação de alíquotas regressivas, de acordo com o prazo da aplicação geradora dos rendimentos tributáveis: (i) até 180 (cento e oitenta) dias: alíquota de 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento); (ii) de 181 (cento e oitenta e um) a 360 (trezentos e sessenta) dias: alíquota de 20% (vinte por cento); (iii) de 361 (trezentos e sessenta e um) a 720 (setecentos e vinte) dias: alíquota de 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) e (iv) acima de 720 (setecentos e vinte) dias: alíquota de 15% (quinze por cento). O IRF retido, na forma descrita acima, das pessoas jurídicas não-financeiras tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, é considerado antecipação do imposto de renda devido, gerando o direito à restituição ou compensação com o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) apurado em cada período de apuração. O rendimento também deverá ser computado na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”). As alíquotas do IRPJ correspondem a 15% (quinze por cento) e adicional de 10%, (dez por cento) sendo o adicional calculado sobre a parcela do lucro real que exceder o equivalente a R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) por ano; a alíquota da CSLL, para pessoas jurídicas não-financeiras, corresponde a 9% (nove por cento).

Os rendimentos em CRA auferidos por pessoas jurídicas não-financeiras não integram atualmente a base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) e da Contribuição ao Programa de Integração Social (“PIS”), caso a respectiva pessoa jurídica apure essas contribuições pela sistemática cumulativa. Por outro lado, no caso de pessoa jurídica tributada de acordo com a sistemática não-cumulativa, tais contribuições incidem atualmente à alíquota zero sobre receitas financeiras (como o seriam as receitas reconhecidas por conta dos rendimentos em CRA).

Com relação aos investimentos em CRA realizados por instituições financeiras, fundos de investimento, seguradoras, por entidades de previdência privada fechadas, entidades de previdência complementar abertas, sociedades de capitalização, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades de arrendamento mercantil, há dispensa de retenção do IRF.

Não obstante a isenção de retenção na fonte, os rendimentos decorrentes de investimento em CRA por essas entidades, via de regra, e à exceção dos fundos de investimento, serão tributados pelo IRPJ, à alíquota de 15% (quinze por cento) e adicional de 10% (dez por cento); pela CSLL, à alíquota de 15% (quinze por cento). As carteiras de fundos de investimentos estão, em regra, isentas de imposto de renda. Ademais, no caso das instituições financeiras, os rendimentos decorrentes de investimento em CRA estão potencialmente sujeitos à Contribuição ao PIS e à COFINS às alíquotas de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente.

Para as pessoas físicas, os rendimentos gerados por aplicação em CRA estão isentos de imposto de renda (na fonte e na declaração de ajuste anual), por força do artigo 3º, inciso IV, da Lei 11.033.

Pessoas jurídicas isentas terão seus ganhos e rendimentos tributados exclusivamente na fonte, ou seja, o imposto não é compensável (artigo 76, II, da Lei 8.981). As entidades imunes estão dispensadas da retenção do imposto na fonte desde que declarem sua condição à fonte pagadora (artigo 71 da Lei nº 8.981, com a redação dada pela Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995).

Investidores Residentes ou Domiciliados no Exterior

Em relação aos Investidores residentes, domiciliados ou com sede no exterior que investirem em CRA no País de acordo com as normas previstas na Resolução CMN 2.689, os rendimentos auferidos estão sujeitos à incidência do IRF à alíquota de 15% (quinze por cento). Exceção é feita para o caso de Investidor domiciliado em país ou jurisdição considerados como de tributação favorecida, assim entendidos aqueles que não tributam a renda ou que a tributam à alíquota inferior a 20% (vinte por cento), caso em que a alíquota varia entre 15% (quinze por cento) a 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento), conforme o prazo da operação. (“Jurisdição de Tributação Favorecida”). No caso de investidor residente no exterior que seja pessoa física, se aplica a isenção do IRRF aplicável aos residentes pessoas físicas.

Imposto sobre Operações Financeiras IOF

Imposto sobre Operações de Câmbio (“IOF/Câmbio”)

Regra geral, as operações de câmbio relacionadas aos investimentos estrangeiros realizados nos mercados financeiros e de capitais de acordo com as normas e condições do Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN 2.689), inclusive por meio de operações simultâneas, incluindo as operações de câmbio relacionadas aos investimentos em CRA, estão sujeitas à incidência do IOF/Câmbio à alíquota de 6% (seis por cento) no ingresso e à alíquota zero no retorno, conforme Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, e alterações posteriores. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto sobre Operações com Títulos e Valores Mobiliários (“IOF/Títulos”)

As operações com CRA estão sujeitas à alíquota zero do IOF/Títulos, conforme Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, e alterações posteriores. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

VISÃO GERAL DO MERCADO AGRÍCOLA

As informações contidas neste Prospecto Definitivo em relação ao setor agrícola interno e externo são baseadas em dados publicados pelo BACEN, pela CONAB, pelo MAPA e sua Assessoria de Gestão Estratégica, USDA, FAO, IBGE, ONU e por demais órgãos públicos e outras fontes independentes e não representam ou expressam qualquer opinião ou juízo de valor por parte da Emissora, dos Coordenadores, da Nardini e do Agente Fiduciário com relação aos setores analisados. A Emissora, os Coordenadores, a Nardini e o Agente Fiduciário não assumem qualquer responsabilidade pela precisão ou suficiência de tais indicadores e/ou projeções do setor agrícola.

O Mercado Agrícola Global

De acordo com dados da FAO e das Nações Unidas, a população mundial vai crescer dos atuais 7 bilhões de pessoas em 2012 para, aproximadamente, 9 bilhões de pessoas em 2050. Este incremento na população mundial, aliado ao aumento da renda per capita, irá contribuir diretamente para o aumento do consumo de alimentos e energia globalmente. Espera-se que a demanda por cereais alcance cerca de 3 bilhões de toneladas em 2050, um aumento de quase 43% em relação aos níveis atuais.

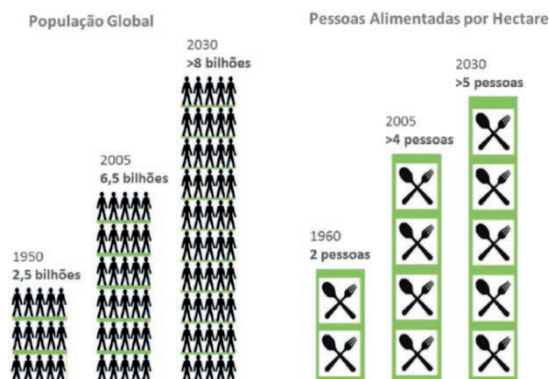
Consumo Mundial de Cereais

	População (milhões)	Consumo de Cereais (milhões de toneladas)	Aumento na Demanda (%)	Consumo (Kg/pessoa diário)
Atualmente (2010).....	6.800	2.197	-	1,20
Futuro (2050).....	9.100	3.000	42,9%	0,90

Fonte: FAO, Nações Unidas

Devido aos preços mais altos do petróleo e à pressão ambiental para utilização de fontes renováveis de energia, muitos países estão estimulando o uso de produtos agrícolas para a produção de energia limpa. Nos EUA, segundo o USDA, o uso de milho para a produção de etanol deverá atingir 117 milhões de toneladas no ano agrícola de 2013/2014. O consumo maior do cereal nos EUA tem reflexo na oferta e demanda de cereais e oleaginosas do mundo inteiro.

Fator relevante para a necessidade de aumento da produção de grãos decorre do aumento do consumo interno dos países em desenvolvimento, principalmente. O desenvolvimento destes países permite que as classes sociais menos favorecidas aumentem seu poder de compra e, conseqüentemente, de consumo, demandando acréscimo na produção de grãos.

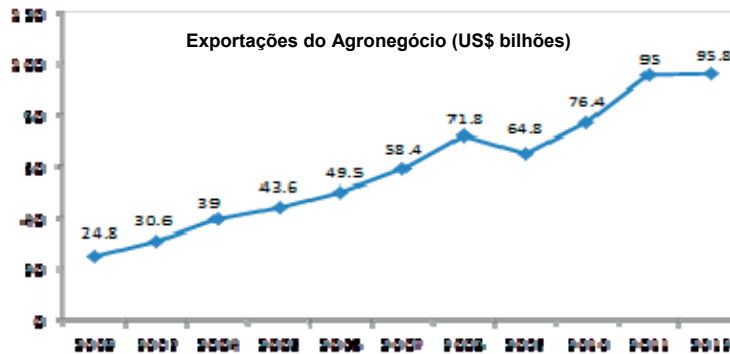


Considerando as áreas plantadas atualmente e as áreas disponíveis para o plantio, excluído o bioma amazônico, a única forma de se produzir alimentos e energia, provenientes de matérias agrícolas, em quantidade suficiente para atender às demandas mundiais a partir de 2040, será por meio de investimentos em tecnologia agrícola para o aumento de produtividade por hectare. Atualmente, é possível alimentar anualmente 4 (quatro) pessoas com 1 (um) hectare plantado, sendo que, a partir de 2040, será necessário alimentar, anualmente, 5 (cinco) pessoas, bem como atender seu respectivo consumo de energia, 1 (um) hectare plantado, de acordo com a FAO.

O Mercado Agrícola Brasileiro

O Brasil apresenta condições para ocupar espaço maior no cenário internacional de produção de alimentos e biocombustíveis, uma vez que existem vantagens em comparação com os demais países produtores agrícolas do mundo, principalmente sobre as áreas disponíveis ainda não cultivadas, que representam 40% (quarenta por cento) do território brasileiro, excluídos o bioma Amazônico e as áreas urbanas. Tal competitividade deve-se, ainda, aos fatores ambientais favoráveis à produção, possibilidade de plantio com 2 (duas) safras de grãos por ano, à tecnologia desenvolvida pelos centros de pesquisas, à diversidade climática existente no País, à boa qualidade dos solos e à topografia plana, entre outros fatores.

De acordo com o MAPA, o Brasil apresenta-se como o segundo maior produtor e exportador de produtos agropecuários, ficando atrás apenas dos EUA. Ainda segundo o MAPA, em 2012, as exportações do agronegócio brasileiro totalizaram US\$95,81 bilhões, um crescimento de 1% (um por cento) em relação a 2011, sendo que o superávit comercial do setor foi de US\$79,4 bilhões.



Evolução das Exportações do Agronegócio Brasileiro

Segundo o MAPA, a safra 2012/2013 irá proporcionar ao Brasil um recorde em exportações no agronegócio, atingindo o valor aproximado de US\$99,5 bilhões. Na safra 2011/2013 o Brasil foi o líder mundial de exportação de café, açúcar e suco de laranja, liderou o ranking das exportações de carne de frango e etanol, além de ser o segundo maior produtor de soja e carne bovina. Estima-se que, em 2012, ao menos 1 (um) entre 4 (quatro) produtos agropecuários no mundo sejam provenientes do Brasil.

O Brasil no Comércio Mundial de Alimentos

De acordo com estimativa feita pela CONAB para a área de plantio no Brasil, na safra 2012/2013 a previsão da área de plantio é de aproximadamente 52,01 milhões de hectares, o que representa um aumento de 1,13 milhões de hectares sobre a safra 2011/2012. Ainda em comparação com a safra 2011/2012, a área plantada no Brasil irá crescer aproximadamente 4 milhões de hectares.

O Plano Agrícola e Rural de 2013/2014 apresentado pelo Governo estima que a safra de grãos neste período será de, aproximadamente, 190 milhões de toneladas. A pecuária terá 250 milhões de cabeças de gado e produzirá 13 milhões de toneladas de aves e 3,6 milhões de toneladas de suínos. O PIB brasileiro será composto de cerca de 25% de produtos do agronegócio, abrangendo aproximadamente 35 milhões de empregos. O valor bruto da produção está estimado em R\$450 bilhões no ano de 2013.

Segundo o relatório “*Perspectivas agrícolas 2012-2021*”, publicado em julho de 2012 pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) e pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), a demanda mundial por alimentos deverá ser cada vez maior pela influência de 3 (três) variáveis: crescimento demográfico, índice de urbanização e aumento da renda média, principalmente nos países em desenvolvimento. Será necessário produzir 60% mais alimentos até 2050 para atender uma população que chegará a 9,1 bilhões em 2050 - 2,3 bilhões de pessoas a mais que na atualidade. Dentre os resultados, o estudo afirma que o planeta terá que aumentar a produção de cereais em um bilhão de toneladas em relação aos 2,1 bilhões de toneladas de hoje.

O desenvolvimento tecnológico e científico, assim como a modernização da atividade rural, alcançado graças à pesquisa e expansão das indústrias de fertilizante, herbicida e pesticida, também contribuiu para a transformação do Brasil em um dos principais produtores rurais mundiais, de acordo com o MAPA.

Cana de Açúcar como fonte da Matriz Energética

O etanol é produzido principalmente através do processo de fermentação de açúcares e amido, embora atualmente haja tecnologia para a produção de etanol através de rotas enzimáticas. O maior produtor de etanol mundial atualmente é os Estados Unidos, que produz etanol predominantemente etanol através da fermentação do milho. O Brasil é o segundo maior produtor de etanol, com a utilização de cana-de-açúcar como matéria prima. Na Europa há a utilização de grãos.

Em função de diferentes especificações, o etanol ainda não apresenta um contrato futuro uniforme. O etanol anidro é negociado nos Estados Unidos na CBOT (Chicago Board of Trade), enquanto no Brasil, há contratos de anidro e hidrato na BM&FBOVESPA, embora com pouquíssima liquidez. Diferentemente do açúcar, as negociações são predominantemente realizadas através de contratos no mercado balão (spot).

As perspectivas de disponibilidade de cana-de-açúcar são extremamente favoráveis, com expansão de área de 3,3% e aumento de produtividade agrícola para os níveis históricos de 80 toneladas de cana por hectare. Condições climáticas extremamente favoráveis associadas a expansão de área sinalizam uma moagem de cana superior a 600 milhões de toneladas.

Embora a disponibilidade de cana-de-açúcar não seja um problema para a indústria, há ainda incertezas em relação ao mix de produção.

O açúcar pode ser produzido através de cana-de-açúcar e beterraba. A cana-de-açúcar é cultivada nas regiões intertropicais e o pré-requisito para o bom desenvolvimento da cultura é uma precipitação total anual superior a 600 milímetros. A cana é colhida mais de uma vez, a partir do mesmo plantio. A fertilidade do solo é a principal variável para o número de vezes que a cana-de-açúcar pode ser colhida. O número de soqueiras pode variar entre 5-6 no Brasil, 4-5 na Austrália, 2-3 na Tailândia e 1-2 na Índia. A partir de cana-de-açúcar são produzidos diversos tipos de açúcar e etanol.

A beterraba é cultivada em climas mais temperados da América do Norte, Europa e Norte da Ásia. Sendo uma cultura de raiz, o plantio é anual e a exigência de manutenção é alta. Aplicação regular de herbicidas e pesticidas é necessária a fim de maximizar a recuperação de açúcar. Diferente da cana-de-açúcar, a beterraba permite apenas a produção de açúcar branco.

Na perspectiva do mercado de açúcar e dentro do perfil de comercialização, o açúcar é uma commodity negociada globalmente. O fluxo de comércio corresponde por aproximadamente 30% da produção mundial. O valor do açúcar é estabelecido pelo contrato futuro nº 11, negociado na

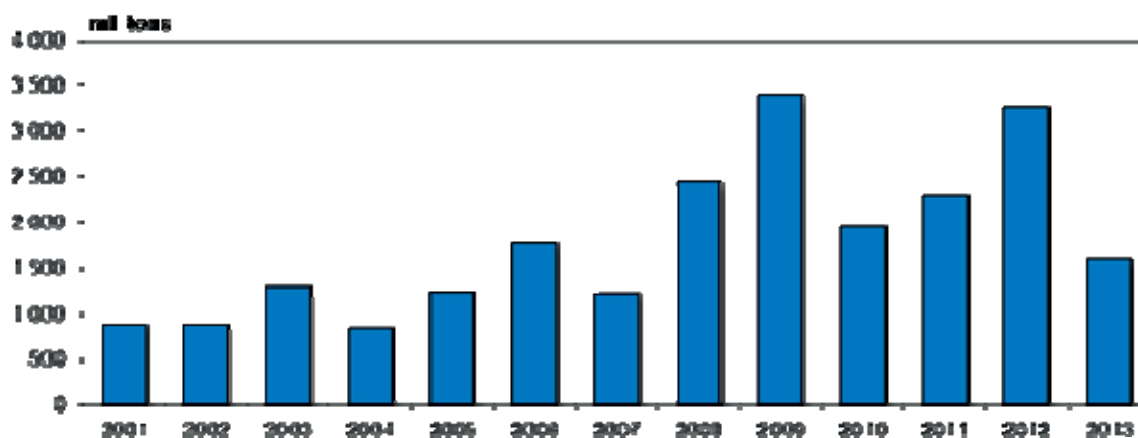
Bolsa de Valores de Nova York (ICE), que atua como referência global para este produto. O açúcar é precificado com prêmios ou descontos contra este contrato, sujeito a variáveis do mercado financeiro, tais como frete e qualidade. O contrato nº 11 é um contrato global que permite a entrega de açúcar em um número grande de portos e origens ao redor do mundo. Devido à diversidade de pontos de entrega no mercado futuro, o contrato nº 11 sempre alcança convergência com valores físicos e é tipicamente negociado em grande escala e volume.

Contrato Nº 11 de Açúcar	
Tamanho	Lote = 112.000 libras (50,8 toneladas)
Qualidade	Açúcar bruto com 96 graus de polarização
Unidade de medida	0,01 centavos de dólar por Libra-Peso
Horário	6:30 às 19:00 (opções abrem as 13:10)
Expiração	Último dia antes do mês anterior ao contrato
Meses	Março (H) / Maio (K) / Julho (N) / Outubro (V)
Países de Entrega	Argentina, Austrália, Barbados, Belize, Brasil, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Equador, Ilhas Fiji, Antilhas Francesas, Guatemala, Honduras, Índia, Jamaica, Malauí, Mauritius, México, Moçambique, Nicarágua, Peru, Filipinas, África do Sul, Suazilândia, Taiwan, Tailândia, Trinidad e Tobago, Estados Unidos e Zimbábue.
Pontos de Entrega	Qualquer porto no país de origem ou em caso de países sem litoral, em um berço ou ancoragem no Porto normalmente utilizado para exportação.

Fonte: Czarnikow

O Brasil é o maior exportador mundial de açúcar bruto a granel e supre em torno de 65% do mercado. Durante o pico da temporada de exportação, julho a setembro, o Brasil corresponde por quase 90% das exportações de açúcar bruto. Produtores de açúcar bruto e refinarias utilizam amplamente o contrato futuro, seguindo os mecanismos de precificação listados acima. O mercado é bastante líquido com participação significativa de especuladores.

Histórico de Entregas

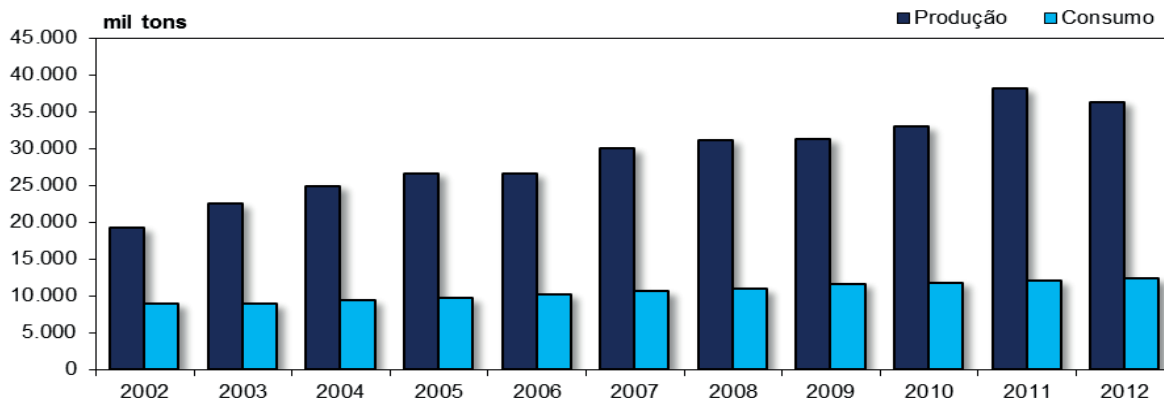


*histórico realizado até março/2013.

Fonte: Czarnikow

A produção de açúcar no Brasil apresentou crescimento nos últimos anos, sendo líder no abastecimento do mercado mundial. O Centro-Sul do Brasil (CS Brasil) é a maior região produtora e exportadora do mundo. A produção na tradicional região do Norte-Nordeste (NNE) é quase equivalente a Tailândia, segundo maior exportador de açúcar mundial. Em 2011, o Brasil respondeu por aproximadamente 65% das exportações de açúcar bruto, sendo a região Centro-Sul responsável por 19 milhões de toneladas das 29 milhões de toneladas negociadas durante este período.

Produção e Consumo do Brasil



Fonte: Czarnikow

Vantagens competitivas de custos permitem que o Brasil se beneficie da expansão das refinarias, consolidando como o maior originador de açúcar bruto. Entretanto, o movimento de desregulamentação a partir de 1990 inicialmente resultou no foco do setor na exportação de açúcar branco de baixa qualidade (açúcar cristal). Como a região CS Brasil saturou o mercado relativamente rápido, os retornos das exportações de açúcar cristal convergiram com os retornos do açúcar bruto em meados da década de 1990. Os custos de produção do açúcar bruto são inferiores ao açúcar branco, motivando a maximização da produção do açúcar exportado para as refinarias. A região CS tem respondido a essa demanda com investimentos em logística interna e portuária dedicada exclusivamente para exportação de açúcar bruto. Como o açúcar a granel pode ser carregado com muito mais rapidez que o açúcar ensacado (cerca de 10 vezes), a tendência parece agora irreversível e sustenta a dominância da oferta global de açúcar bruto do Brasil.

A oferta de açúcar bruto de alta qualidade do Brasil tem sido absorvida por um número crescente de novas refinarias, construídas principalmente nos crescentes mercados de importação do Oriente Médio e Sudeste Asiático. Enquanto muitas abastecem os mercados domésticos em que estão localizados, há também um crescimento notável de operações de tolling, onde o açúcar bruto é refinado e reexportado para mercados regionais. Este modelo tem sido particularmente popular na região do MENA (Middle East, North Africa), onde as refinarias também têm sido capazes de capturar um prêmio regional para o açúcar devido às vantagens na distribuição, qualidade e, em alguns casos, na preferência comercial.

Atualmente, o principal destino do açúcar brasileiro é o Sudeste Asiático, que, apesar de ser a região da Tailândia e Austrália (dois dos maiores exportadores de açúcar bruto), apresenta um déficit crescente do comércio regional devido ao crescimento elevado do consumo local. Os principais mercados e ranking de produção, consumo e importação (mil toneladas) podem ser assim destacados no panorama geral do mercado sucroalcooleiro:

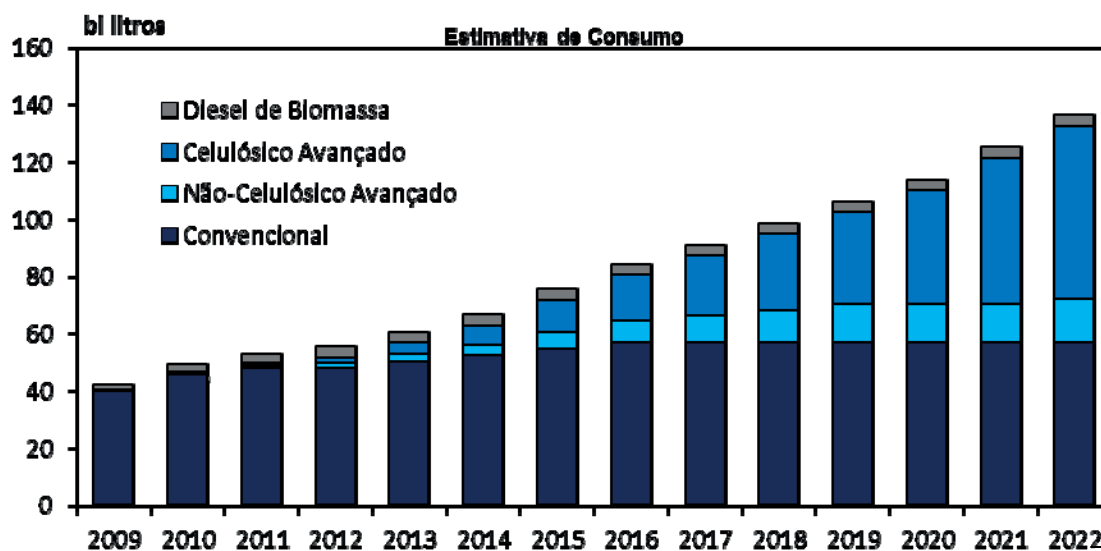
Produtores		Consumidores		Importadores	
Brasil	37.852	Índia	25.815	China	4.196
Índia	25.451	UE	19.020	Indonésia	3.756
UE	15.461	China	15.761	Irã	1.918
China	12.037	Brasil	13.484	Malásia	1.801
Tailândia	9.775	EUA	10.598	Argélia	1.799
EUA	7.377	Indonésia	6.196	Bangladesh	1.772
México	7.000	Rússia	5.761	UE	1.730
Paquistão	5.520	México	4.728	Qatar	1.687
Rússia	4.750	Paquistão	4.674	Coreia do Sul	1.680
Austrália	4.508	Tailândia	3.339	Índia	1.622

Fonte: Czarnikow

Nos Estados Unidos, as políticas governamentais são fatores essenciais para o desenvolvimento da produção de combustíveis renováveis, já que os representantes têm procurado reduzir a dependência do petróleo, enquanto atingem metas ambientais. O apoio à agricultura nacional também tem sido um fator que contribui para a política renovável, já que as legislações têm sido dominadas por biocombustíveis de primeira geração, principalmente etanol combustível e biodiesel, mas os requisitos de longo prazo mudarão o foco do combustível de primeira geração para produtos à base de celulose.

Em 2008, foi implantada a política chamada Renewable Fuel Standard (RFS), que é um dos principais fatores para o desenvolvimento comercial de biocombustíveis avançados e celulósicos no país. Esta legislação determina a utilização de 36 bilhões de galões (136 bilhões de litros) de combustíveis renováveis até 2022, com uma participação de 21 bilhões de galões de biocombustíveis avançados, dos quais 16 bilhões de galões são de matéria-prima celulósica. O restante da obrigação está previsto para ser atendida por meio de biocombustíveis convencionais.

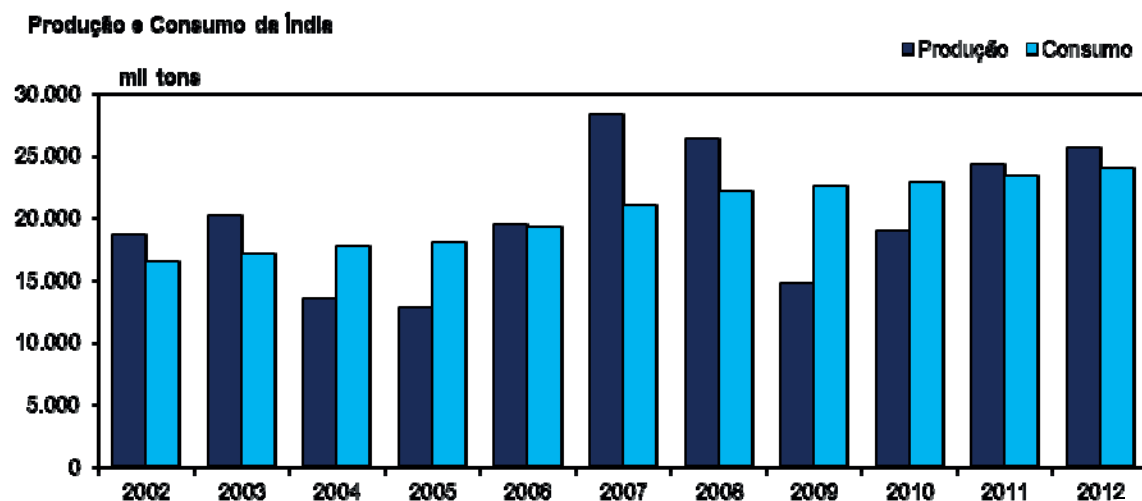
Biocombustíveis convencionais (principalmente o etanol de milho) são a base da demanda nos Estados Unidos nos primeiros anos do mandato, no entanto, a partir de 2015, a RFS limita o etanol à base de milho em 15 bilhões de litros e focado em atingir a meta através dos combustíveis avançados. Este mercado crescerá a partir de 3 bilhões de litros em 2015 para 16 bilhões de litros em 2022.



Fonte: Czarnikow

A produção de etanol celulósico ainda não é suficiente para atender a demanda estabelecida pelo RFS. E desta maneira o Brasil está sendo beneficiado por esta dinâmica, atendendo a demanda local norte-americana pelo combustível avançado de cana (não celulósico avançado).

A Índia é a maior consumidora de açúcar do mundo e a segunda maior produtora. A indústria de açúcar da Índia é altamente cíclica, reflexo de interferências políticas na indústria. A agricultura da Índia é fortemente dependente das monções e, na falta delas (ou diminuição) pode apresentar um grande risco para o cultivo. As práticas agrícolas são relativamente defasadas, que consistem em restrições à propriedade da terra e obrigatoriedade de compra de cana pelas usinas. Cerca de 50 milhões de pessoas são financeiramente dependentes da indústria. O perfil do setor é bastante diversificado, desde cooperativas mal geridas a grandes conglomerados industriais de propriedade privada. Há também um número pequeno de refinarias independentes localizadas próximas as regiões portuárias.



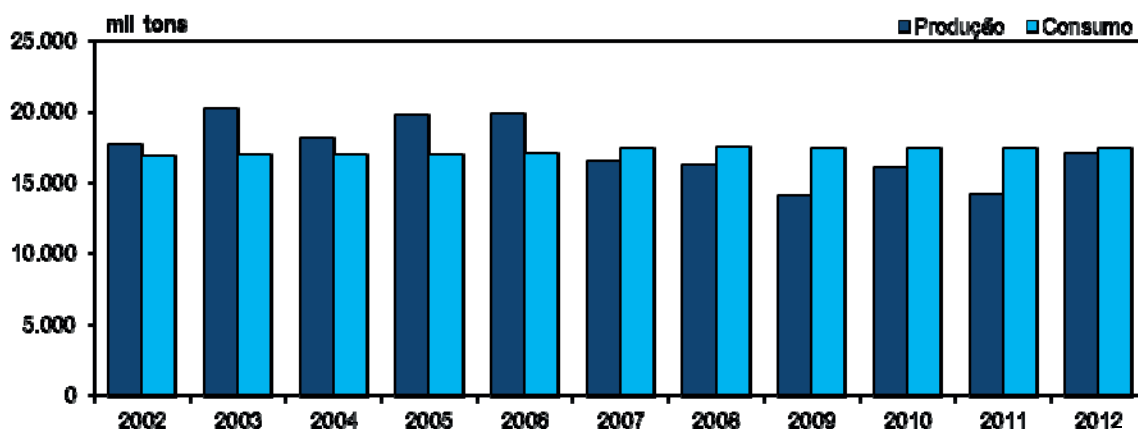
Fonte: Czarnikow

A Índia é o maior consumidor mundial de açúcar e o segundo maior produtor. A dinâmica interessante é a forma como o país alterna de superávit para déficit. Esta é uma função da volatilidade do ciclo de produção, que é agravada pelo envolvimento do governo na fixação dos preços de cana, enquanto os preços do açúcar estão sujeitos à dinâmica do mercado e podem ser negociados abaixo do custo. Por exemplo, a Índia passou de um excedente de 4,2 milhões em 2007/08 para um déficit de 7,8 milhões em 2008/09 com um impacto semelhante sobre os fluxos comerciais globais.

Como tal, e apesar do crescimento global da produção ao longo dos anos, a contribuição da Índia no comércio mundial é um fator volátil que merece atenção a cada ano. Além disso, com as previsões de crescimento da população mostrando a Índia ultrapassando a China, e com o PIB em crescimento, a Índia parece estar no caminho certo para se tornar um importador no longo prazo.

A União Europeia é a maior produtora de açúcar de beterraba do mundo. A produção no Norte da Europa é de baixo custo devido aos elevados níveis de eficiência industrial e agrícola. A política europeia de açúcar é restritiva com produção controlada por cotas que limitam o volume de açúcar que pode ser vendido no mercado interno. As reformas de 2006 do Regime de Açúcar Europeu resultaram em um déficit interno na Europa, e conseqüentemente, na transformação do bloco em um importador líquido de açúcar, cujo acesso é concedido por meio de cotas preferenciais.

Produção e Consumo da União Europeia



Fonte: Czarnikow

A Europa introduziu uma legislação que coloca metas mandatórias na quantidade de combustíveis renováveis a serem utilizados nos transportes até 2020, juntamente com a legislação para reduzir as emissões de gases que causam o efeito-estufa - Diretiva de Energias Renováveis (RED) e Diretiva de Qualidade dos Combustíveis (FQD). No entanto, não há nenhuma obrigação implícita para os biocombustíveis celulósicos ou avançados, mas mais de um conjunto de medidas destinadas a incentivar o seu uso e produção.

Embora a legislação estimule o panorama de uso de biocombustíveis celulósicos, só existe uma razão indireta para o uso de diferentes biocombustíveis: biodiesel e etanol. Como as obrigações do RED são cumpridas em base de energia, combustíveis que têm um conteúdo energético superior ao do etanol e do biodiesel, por exemplo, butanol, diesel renovável e gasolina, tem uma vantagem significativa. Além disso, a capacidade de quebrar as barreiras de mistura existentes e superar a resistência do consumidor será fundamental no cumprimento das metas obrigatórias até 2020.

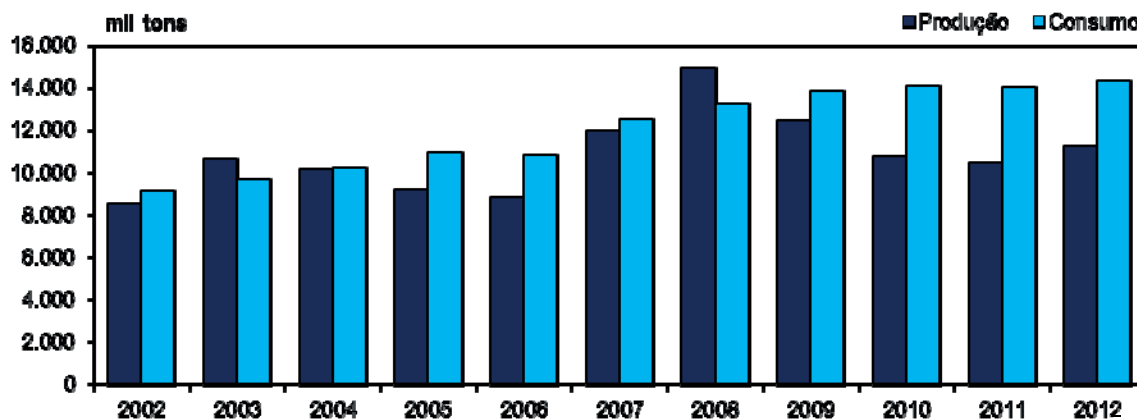
Na Europa, a eliminação dos subsídios à exportação, como parte da reforma do regime do açúcar coincidiu com a restrição da OMC à exportação limitada em 1,37 milhão de toneladas. Mas, talvez, a queda mais significativa das exportações tem sido a da indústria cubana. Cuba se apoiava nos seus acordos comerciais com a URSS (CAEM), mas, em seguida, entrou em colapso após a dissolução do bloco russo. Como resultado, as exportações cubanas são agora essencialmente limitadas ao acordo anual de 400 mil toneladas para a China.

A Rússia foi um dos maiores importadores mundiais de açúcar até 2010. Sob um imposto ajustado sazonalmente, a Rússia importa açúcar bruto em todos os anos durante a última década. No entanto, os esforços conjuntos por parte do governo e da indústria para tentar alcançar a autossuficiência têm mostrado resultados, e depois de um notável aumento na área de beterraba, a produção na safra 2012/13 atingiu 5,2 milhões de toneladas, reduzindo a necessidade de importação para um pouco mais de 300 mil toneladas. Estes resultados recentes destacam a probabilidade de que a Rússia seja um dia autossuficiente e possa até emergir como um exportador relevante. No entanto, o país ainda é altamente suscetível a riscos climáticos, visto na safra 2011/12 quando a seca na região dizimou a colheita, deixando de produção em torno de 2,9 milhões de toneladas, das 4,2 milhões de toneladas estimadas inicialmente.

Com a demanda russa caindo ao longo do tempo, o crescimento da demanda por importações é liderado pelo Sudeste Asiático.

A China é uma grande produtora e consumidora de açúcar. O país produz açúcar de cana e de beterraba, assim como adoçantes de amido de milho. A demanda por adoçantes calóricos está emergindo, visto que a urbanização e aumento de renda incentivam um maior consumo de alimentos processados e bebidas, que impulsionam a necessidade de importação de açúcar. O governo está empenhado em apoiar a economia rural e, portanto, atua para suportar os preços do açúcar devido à ligação com os preços da cana. As importações são realizadas sob um sistema de cotas com taxas reduzidas (15%), embora também se permitam importações com taxas de 50%.

Produção e Consumo da China



Fonte: Czarnikow

Em 2000 a China iniciou produção de biocombustíveis de milho, açúcar, sorgo, trigo e mandioca, como uma forma de reduzir seus elevados estoques de grãos. Em 2001, quatro plantas controladas pelo governo foram construídas, permitindo o consumo de E10 em Jilin, Heilongjiang, Liaoning, Henan e Anhui e outras 27 cidades. A mistura já representa 20% do consumo de gasolina do país que utiliza predominantemente o diesel em sua matriz energética. Iniciativas na direção de ampliar a consciência e os esforços para a utilização de energias renováveis foram realizadas nas Olimpíadas de 2008. Além disso, a indústria automobilística chinesa é a que mais cresce no mundo e deverá impulsionar a expansão de iniciativas voltadas para a produção e consumo de biocombustíveis.

Os chineses têm historicamente consumido menos açúcar do que a média do Sudeste asiático, no entanto, uma crescente classe média, aumento do PIB per capita e expansão da urbanização levaram a um rápido aumento na demanda por adoçantes. Enquanto o alto preço do açúcar nos últimos anos tem visto a substituição por adoçantes de milho ocorrer, o déficit de açúcar chinês tem crescido ao longo do tempo. Crescimento total de adoçantes calóricos está atingindo cerca de 8% ao ano. No entanto, parte desse crescimento de açúcar diminuiu com o aumento do uso de adoçante de milho.

Embora a China tenha emergido como uma das maiores influências sobre o crescimento da demanda por commodities no início da década de 2000, a relevância no mercado de açúcar só veio a tona recentemente. Durante a última década, houve também um crescimento significativo das importações de açúcar da Indonésia e da Malásia, que foram impulsionadas pelo aumento da demanda e as oportunidades de comércio.

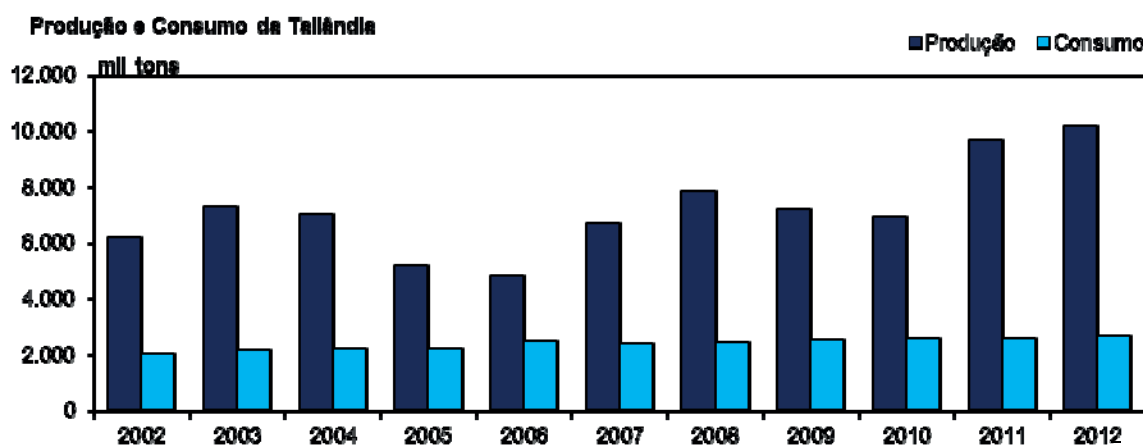
A mesma tendência é observada na Índia, onde a rápida expansão de sua indústria automobilística pressiona o país para reduzir sua dependência energética provida do exterior (atualmente em 70%). A tradição agrícola possibilita que iniciativas na área do etanol se expandam rapidamente, já que, hoje em dia, a produção de etanol é baseada no bagaço da cana-de-açúcar e a do biodiesel de pinhão manso (*jatropha*). O governo indiano proíbe a produção de biocombustíveis derivados de culturas destinadas a alimentação humana.

O Japão e a Coreia do Sul também são produtores de etanol a partir do arroz utilizado na indústria de alimentos e ainda são incipientes as iniciativas de sua utilização como combustível. Os dois países são 100% dependentes da importação de petróleo para movimentar suas indústrias e suas frotas de veículos. No Japão não existe nenhuma medida governamental obrigando a utilização dos biocombustíveis, mas o governo tem incentivado a mistura de 3% na gasolina.

Outro país asiático com potencial para ser um grande produtor de biocombustíveis é as Filipinas. Em 2005 uma lei possibilitou a mistura de etanol na gasolina. A montadora de veículos Ford já instalou uma fábrica de motores flex no país e busca se posicionar no sudeste asiático como um distribuidor regional de veículos flex.

A Tailândia é a maior exportadora do leste da Ásia e a segunda maior produtora depois da China. O crescimento recente de área foi impulsionado pela expansão em terra anteriormente utilizada para plantio de mandioca e arroz, com a moagem de cana atualmente excedendo 100 milhões de toneladas. A indústria exporta açúcar bruto e branco com a arbitragem entre os preços interferindo na produção. O país também apresenta a possibilidade de refinar açúcar bruto, após o término da safra, em uma operação única denominada remelting. A Tailândia é a segunda maior exportadora mundial de açúcar bruto, depois do Brasil.

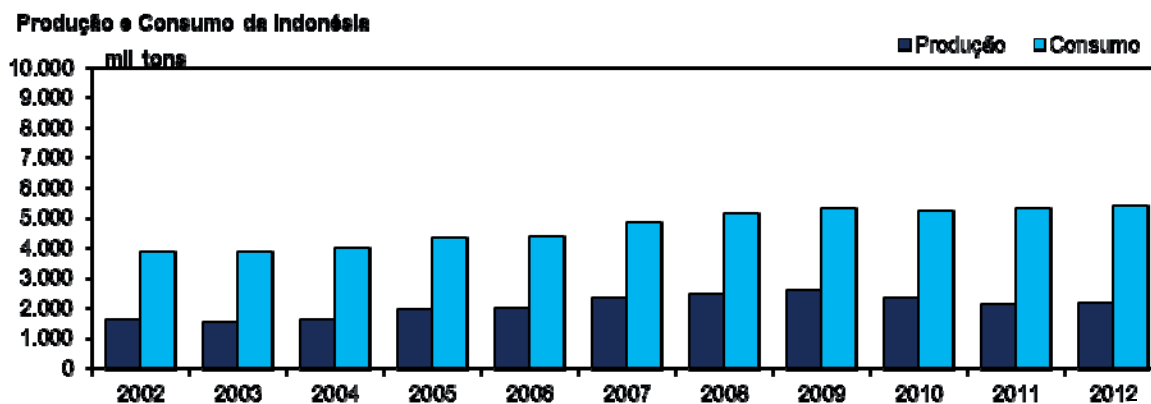
A produção tailandesa aproximadamente triplicou desde 1990, para cerca de 10 milhões de toneladas, recentemente favorecida por uma mudança para a cultura de cana em áreas de arroz e mandioca. Preços de exportação favoráveis contribuíram para o crescimento da produção de açúcar de 5,2 milhões de toneladas em 2005/06 para 10,6 milhões de toneladas em 2012/13.



Fonte: Czarnikow

A Indonésia apresenta uma economia com forte crescimento do consumo de açúcar, que emerge como grande importadora de açúcar bruto. Embora investimentos na cadeia produtiva estão sendo realizados, a indústria é ineficiente e possui custos elevados. A produção sofreu um declínio modesto, devido à forte concorrência das recém-construídas refinarias que têm como alvo os consumidores industriais de açúcar. Em 2013, a Indonésia se consolidou como maior importador do açúcar brasileiro.

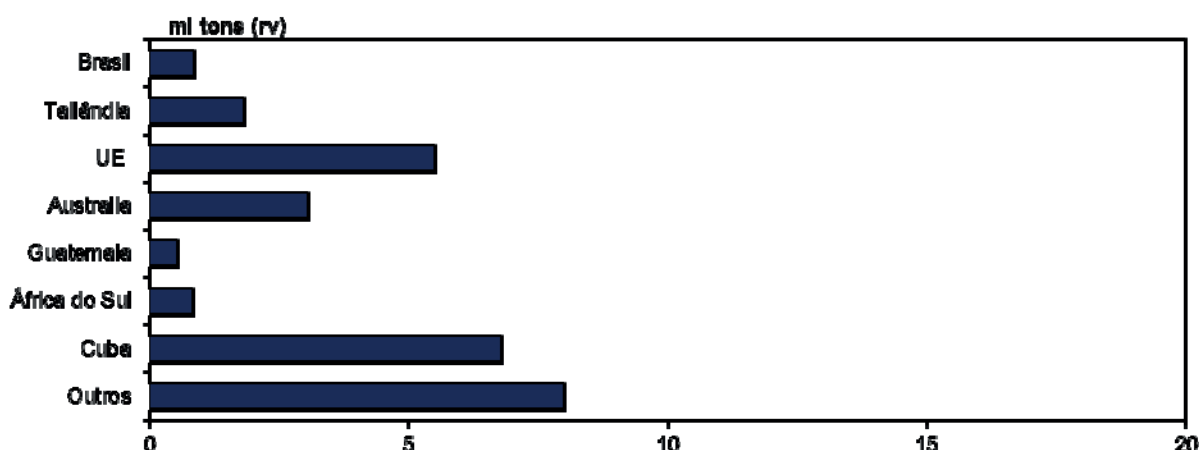
Entretanto, apesar de a Indonésia também ser um produtor de açúcar, baixos rendimentos e capacidade de expansão limitada na Ilha de Java, principal produtora, resultam em investimento significativo na capacidade de refino que tem impulsionado o volume de importações de açúcar bruto. Embora o crescimento da demanda nos últimos anos tem sido restrita pelos efeitos da recessão global, o déficit de açúcar da Indonésia cresceu em torno de 50% nos últimos 10 anos, com as importações líquidas em 2012/13 alcançando 3.5 milhões de toneladas.



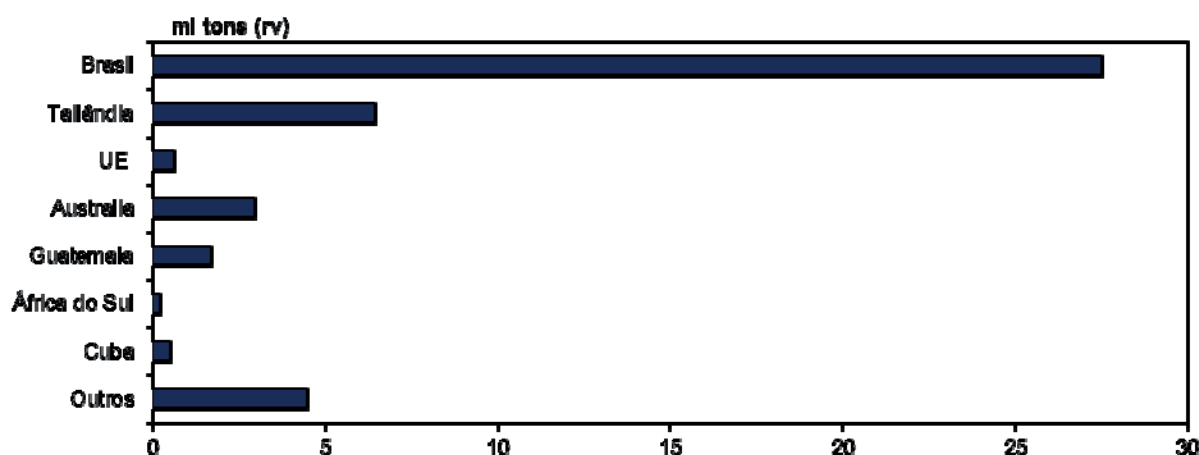
Fonte: Czarnikow

O fluxo de comércio nos últimos 20 anos tiveram mudanças perceptíveis nos padrões do fluxo de comércio mundial. Estas mudanças são reflexos da expansão da produção de açúcar de cana e declínio dos subsídios à exportação e fim de acordos comerciais que resultaram em declínio da produção de açúcar de beterraba. Após a desregulamentação na década de 90, o Brasil aumentou as exportações em resposta à crescente demanda global, com volumes de açúcar originados na região CS do Brasil subindo de menos de 1 milhão de toneladas em 1990 para cerca de 22 milhões de toneladas em 2012

Fluxo de Comércio 1990



Fluxo de Comércio 2012



Fonte: Czarnikow

No entanto, o crescimento das exportações não foi registrado em todos os países. A produção na Austrália, que está particularmente bem posicionada para atender à demanda asiática, tem, de fato, permanecido relativamente estável ao longo dos anos, limitado por restrições de terra e redução da mão-de-obra agrícola.

Uma das regiões com maior consumo de açúcar em uma base per capita é o Oriente Médio. Nos últimos 15 anos houve um crescimento significativo na demanda de açúcar bruto pelas refinarias recentemente construídas na região do MENA. A construção da nova refinaria alterou a relação que as regiões consumidoras têm com açúcar e resultou na entrada de marcas nacionais, onde antes era um mercado para os produtos importados. Melhorias na qualidade e disponibilidade resultaram em maior demanda per capita.

A maior das refinarias na região é a refinaria de Al-Khaleej em Dubai que processou 1,7 milhão de toneladas de açúcar bruto em 2012/13, mas teoricamente poderia processar mais de 2 milhões de toneladas de açúcar. Outras refinarias notáveis incluem a fábrica da Savola em Jeddah, na Arábia

Saudita, Cevital na Argélia que também processou 1,6 milhão em 2012/13, e Cosumar em Marrocos. Enquanto a Síria também tem uma capacidade de refino na região (tendo importado cerca de 550 mil em 2012/13), o atual conflito no país combinado com uma disputa de propriedade tem diminuído a possibilidade de uso.

Apesar do crescimento da produção ter ocorrido em diversos países, é evidente a relevância do Brasil para suprir a demanda internacional. Vinte anos atrás, o mercado era dominado por açúcar bruto cubano e as exportações de açúcar branco europeu, que eram fortemente subsidiados por meio de políticas governamentais de comércio. Hoje, a proporção de comércio preferencial para o comércio total é visivelmente menor, enquanto ao mesmo tempo o comércio cresceu em torno de 60% com quase 20 milhões de toneladas adicionais no fluxo mundial.

Embora o protecionismo ainda exista em graus diferentes nos países ao redor do mundo, mais de 90% do açúcar consumido é relacionada ao preço do mercado mundial, mesmo que indiretamente. Nas projeções de consumo, parece certo que o comércio mundial continuará a crescer, acompanhando o movimento do consumo nas tendências existentes de déficit e as perspectivas de produção apontam para contínua dependência do Brasil.

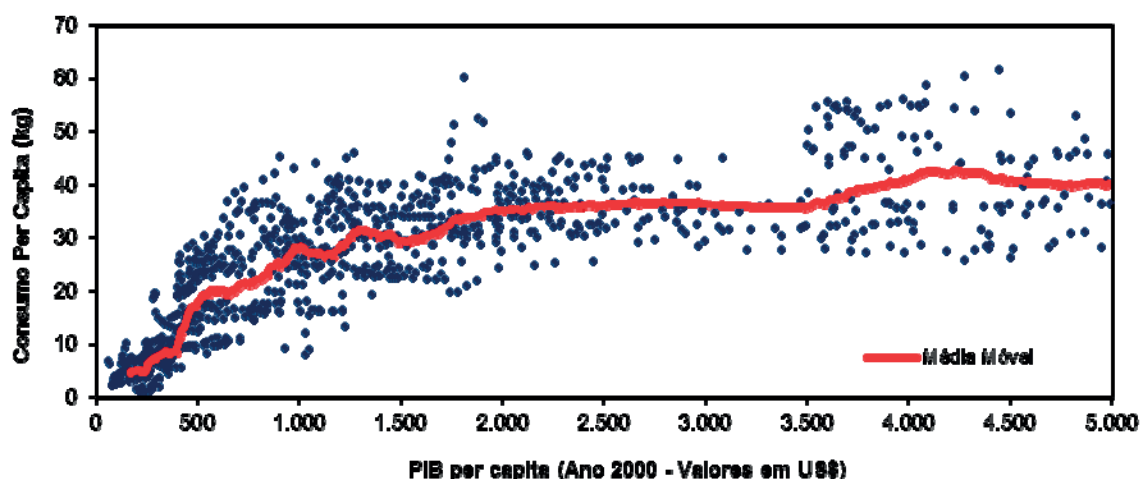
O preço do açúcar é determinado pela oferta e demanda. Poucos países detêm hoje estoques estratégicos e, conseqüentemente, excedentes de produção e déficits no mercado interno são resolvidos através do comércio internacional. Isto por sua vez impacta sobre os preços mundiais do açúcar.

Nas tendências de consumo, as perspectivas para os preços no longo prazo, conseqüentemente, são fundamentados pelo ritmo de crescimento do consumo e da capacidade dos produtores em responder a esse crescimento a níveis de preços predominantes. Tendências de consumo durante as próximas duas décadas e as perspectivas para a produção e o fluxo de comércio são utilizados para embasar a visão de preços.

O consumo global de açúcar está aumentando. O crescimento está sendo impulsionado por uma população crescente, aumento da renda per capita e as mudanças em relação ao consumo de açúcar em alimentos processados. O consumo de açúcar tem aumentado de forma constante no período pós-guerra, com a exceção de 1975 e 1980, quando a escassez do produto levou a uma contração da demanda e altos preços, 65 c/lb e 44.80 c/lb respectivamente.

Acreditamos que a demanda mundial de açúcar continuará a subir juntamente com outros bens alimentares essenciais. As últimas previsões demográficas da ONU sugerem que a população mundial chegará a 8,3 bilhões de pessoas até 2030, um adicional de 1,3 bilhão dos 7,0 bilhões de hoje. Grande parte desse crescimento ocorrerá nas economias em desenvolvimento, onde identificamos um nível muito mais rápido de crescimento do consumo de açúcar do que o observado no mundo desenvolvido. Dados do Banco Mundial apontam que o aumento de renda continuará em muitos desses países, retirando consumidores potenciais da pobreza contribuindo para períodos de acelerado do consumo de açúcar.

Em níveis muito baixos de renda, o crescimento do consumo é relativamente lento. No entanto, conforme a renda aumenta o consumo de açúcar per capita acelera rapidamente. O aumento do poder aquisitivo resulta em consumo de alimentos e bebidas processadas que incluem açúcar, como chocolates, doces, e refrigerantes. Eventualmente, como o PIB per capita continua a aumentar, o crescimento do consumo começa a desacelerar. A proporção de despesas com alimentação estabiliza, já que a qualidade começa a substituir a quantidade. Nas economias desenvolvidas, observa-se também queda do consumo per capita, com imposição de limites de utilização de açúcar em produtos industrializados e desencorajar o consumo devido a problemas de saúde.



Fonte: Czarnikow

Apesar da convergência nas tendências de consumo e globalização, diferenças culturais levam a diferentes níveis de consumo per capita entre países, apesar de PIB per capita semelhante. Por exemplo, níveis mais elevados de consumo per capita para um determinado nível de renda são observados na América do Sul do que na China ou Coreia do Sul.

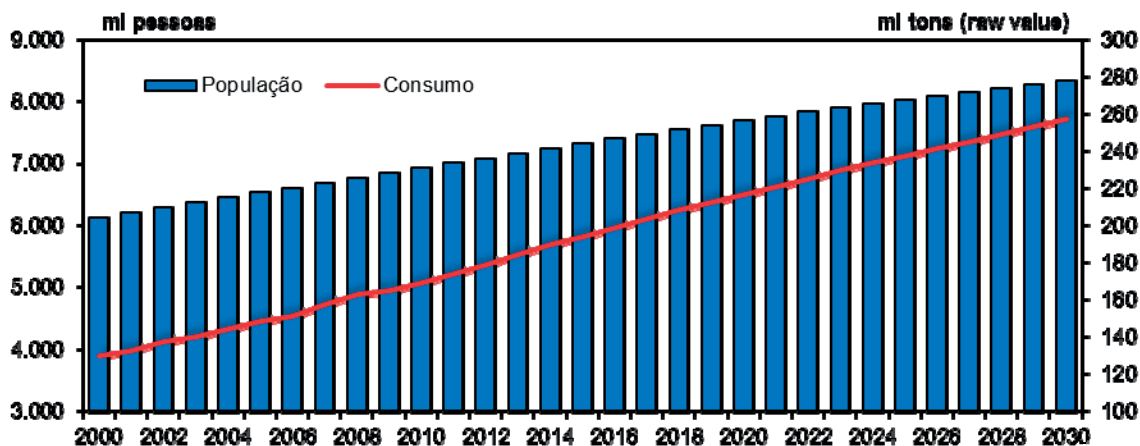
Considerando diferenças culturais, e estimativas de crescimento populacional (ONU) e renda (Banco Mundial), o consumo global de açúcar pode chegar a até 260 milhões em 2031.

De 2008 a 2011 o mercado de açúcar apresentou três anos consecutivos de déficit, impulsionando preços para máximas históricas. Consequentemente, as taxas de crescimento se retraíram dos níveis históricos de 3% para aproximadamente 1,5% a.a. De 2011 a atual o nível de produção se normalizou, refletindo em preços mais atrativos para os consumidores havendo uma aceleração do consumo que devolverá o mercado para níveis com tendência próxima de crescimento histórica. É interessante que parte da demanda foi perdida para os adoçantes alternativos em mercados como México e China, que serão revertidos para o açúcar devido a dinâmica de preços relativos.

O consumo total da Europa se estabilizará, mesmo com certo crescimento observado nos países do Sul e Leste do continente. Nos Estados Unidos, a demanda total por adoçantes se estabilizará, entretanto, haverá uma migração de adoçantes de milho para açúcares tradicionais.

O nível de crescimento nos países desenvolvidos deverá manter-se relativamente estável, mesmo caindo um pouco em alguns casos, reflexo de estabilidade de crescimento populacional (ou mesmo retração) e hábitos culturais.

População e Consumo Mundial



Fonte: Czarnikow

O crescimento do consumo na América do Sul será direcionado pelo aumento do crescimento populacional uma vez que a taxa per capita de açúcar já é muito alta. Taxas expressivas de crescimento serão observadas na África e Ásia. Enquanto a África apresentará altas taxas de crescimento, o seu impacto sobre o balanço mundial de açúcar não será sentido imediatamente. Com um PIB per capita em níveis muito baixos, mesmo taxas significativas de crescimento não terão um impacto representativo no consumo absoluto. A maior parte do crescimento será conduzida por crescimento populacional. No entanto, a Ásia continuará a ganhar importância com o tempo. O déficit do sudeste asiático já exerce uma força significativa no comércio mundial. De um modo geral, a região apresenta uma combinação de elevada população e altas taxas de crescimento de PIB, os quais se mostrarão propícios para o aumento da demanda, com destaques para Índia e China.

Para a Índia, a população tem um papel muito maior. Enquanto o crescimento do PIB é, certamente, visto no aumento de produtos industrializados, a ONU prevê que a população indiana ultrapassará a chinesa em 2030. Para a China, a premissa real para o crescimento da demanda será a contínua mudança nos hábitos de consumo. O rápido crescimento do PIB, (uma classe média cada vez maior e com mais renda disponível) e processo de urbanização crescente, contribuirão para um aumento drástico do consumo per capita. Estes fatores aliados ao tamanho da população, apresentarão impacto significativo sobre a demanda. Atualmente o consumo per capita na China é baixo, em torno de 12 kg per capita, em comparação com uma média do Sudeste Asiático, em torno de 24 kg per capita. Este dado esconde o fato de que, enquanto os hábitos de consumo urbanos estão em linha com a média regional, o consumo rural é quase inexistente. Desta maneira, a participação do consumo da China no mundo deverá aumentar de 40% para 50% em 2030.

Na tendência de produção, o aumento de renda, crescimento populacional e ocidentalização de economias asiáticas resultam em perspectivas favoráveis de aumento de consumo de açúcar. Para atender a demanda crescente de açúcar, haverá a necessidade de aumento de produção. Análises detalhadas de recursos naturais (área agricultável, clima adequado e disponibilidade de água) e humanos (mão de obra qualificada e a custos baixos) indicam que poucos países tem a capacidade de expandir significativamente a área com cana.

A forma mais rápida de aumentar a produção de açúcar é através de expansão de área com cana e beterraba. No entanto, há desafios para expansão de área em todo o mundo. Alta exigência hídrica, necessidade de infraestrutura de apoio, clima adequado e crescente competição por terra (entre commodities agrícolas) são empecilhos para uma expansão em área mais significativa. Os países com mais área disponível para a atividade são: o Brasil, a Índia, a China, a Rússia, os EUA e a UE.

Potencial Equivalente de Terras Agricultáveis	
Brasil	393.802
EUA	269.180
Rússia	219.696
UE	194.583
Índia	136.961
China	137.626
Mundo	2.945.316

Fonte: Czarnikow

Enquanto a Rússia é o maior país do mundo, grande parte da sua área encontra-se em latitudes inadequadas para o desenvolvimento da agricultura. No interior não há infraestrutura para suportar uma expansão industrial. E com a população concentrada no Sul e no Oeste, uma possível expansão de área é limitada apenas ao Sudoeste, em uma faixa estreita entre os mares Cáspio e Negro.

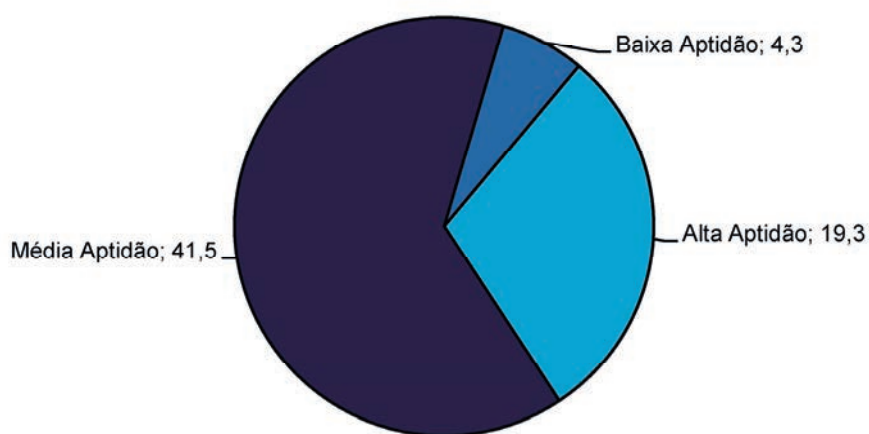
Nos EUA e na UE, o aumento de área é limitado a concorrência com outras culturas. Nos EUA, a expansão da beterraba apresenta concorrência com as safras de milho e trigo, enquanto a área plantada de cana tem retraído, seguindo um movimento de realocação da cana para o Parque Nacional de Everglades. Na União Europeia, o atual sistema de cotas limita qualquer expansão.

Na China apesar de grande extensão territorial, grande parte do oeste do país é coberto por montanhas e desertos, com a agricultura e a população concentradas no extremo leste, no

litoral. As áreas agricultáveis estão localizadas ao Norte e ao extremo Sul da região Leste - próximas as áreas de beterraba. No Norte há forte competição com a expansão de grãos, principalmente, milho que é utilizado para a produção de ração animal. No Sul, há forte competição com a cultura de arroz, um alimento tradicional na dieta chinesa.

Disponibilidade de terras é também uma questão problemática na Índia, onde estudos da FAO (Organização para Alimentação e Agricultura da ONU) mostram que em 1994 mais de 82% das terras agricultáveis adequadas já estavam sendo utilizadas. Dado o rápido crescimento da população e o aumento da concorrência entre as culturas, uma expansão significativa também é limitada. Baixa qualidade de solo e disponibilidade de água acentuam esta problemática.

Aptidão das terras Agricultáveis



Fonte: Czarnikow

Apesar de um aumento na produtividade, desde a década de 1950, a produtividade agrícola indiana estagnou na última década. Os motivos são relacionados à queda da disponibilidade hídrica e degradação do solo que está ocorrendo em algumas partes do país (especialmente no norte). Por outro lado, há desenvolvimento de variedades de cana mais resistentes, o que até o momento, não é suficiente para reduzir as perdas relacionadas ao déficit hídrico e degradação do solo.

Há cerca de 5,2 milhões de hectares de cana na Índia, enquanto que, historicamente, a indústria atingiu um pico de 6 milhões de hectares. Dada a pressão cada vez maior sobre a produção de alimentos e o crescimento da competição entre culturas, expansão em área nos parece limitada. Desta forma, aumento de produção precisa ser suportado por ganhos de produtividade.

Atualmente os rendimentos na região sul indiana, em algumas partes de Maharashtra e Tamil Nadu são superiores ao Brasil. Em comparação, o rendimento em Uttar Pradesh e outros estados do norte são visivelmente mais baixos. Embora a qualidade do solo e as condições climáticas sejam muito diferentes, como são as práticas agrícolas, estima-se que deve ser possível aumentar os rendimentos médios para Maharashtra. Caso isso se concretize a Índia poderá produzir mais 90 milhões de toneladas de cana da mesma área, o equivalente a 10 milhões de toneladas de açúcar.

O Brasil é o país que apresenta maior disponibilidade de áreas agriculturáveis para suportar uma expansão significativa. Estudos realizados pelo governo identificaram 65 milhões de hectares de terras aptas para a expansão da área de cana. Tendo em conta que 7,4 milhões de hectares estão atualmente destinados à cana, o Brasil continua bem posicionado para aumentar a produção de açúcar e etanol.

Um ponto importante a ser destacado é o aumento de produção de açúcar através de eficiências agrícolas, melhoria de tecnologia e manejo agrícolas, que pode aumentar significativamente a produção de açúcar, em um cenário de expansão de área limitada. Atualmente, a UE e os EUA apresentam os maiores rendimentos agrícolas de beterraba. Enquanto práticas agrícolas em ambos os países são avançadas, a UE também se beneficia das melhores condições de cultivo de beterraba do mundo, centrada no Nordeste da França. Por outro lado, os EUA adotou a tecnologia GM para impulsionar o rendimento de produção de beterraba.

Investimento em tecnologia de cana tem sido liderado pela Austrália e Brasil, cujas indústrias são as mais avançadas e também beneficiadas de melhores condições climáticas para o desenvolvimento da commodity. No entanto, após a crise financeira global, os investimentos no canavial estão limitados. Enquanto esperamos que o Brasil recupere sua vantagem, é na Índia que vemos o maior potencial de melhora.

A EMISSORA: GAIA AGRO SECURITIZADORA

Este sumário é apenas um resumo das informações da Emissora. As informações completas sobre a Emissora estão no seu Formulário de Referência e em duas Demonstrações Financeiras, que integram o presente Prospecto Definitivo, por referência, podendo ser acessados na forma descrita na seção "Documentos Incorporados a este Prospecto Definitivo por Referência". O Investidor deverá ler referidos documentos antes de aceitar ou participar da oferta.

Grupo Gaia

A Emissora faz parte do Grupo Gaia.

O Grupo Gaia é formado por um conjunto de empresas atuantes nos setores financeiro, imobiliário, do agronegócio, ambiental, educacional, esportivo e de qualidade de vida. Cada empresa com seu segmento próprio compartilha o mesmo princípio: atuar nas áreas em que possamos fazer a diferença, procurando encantar pessoas e inovar.

O Grupo Gaia foi fundado em 2009 através da Gaia Securitizadora S.A., securitizadora imobiliária, posteriormente foram criadas a GaiaServ, empresa de gestão de créditos imobiliários, a Gaia Esportes, organização de eventos esportivos, o Espaço Gaia, atividades que propiciam qualidade de vida e por fim a Gaia Agro, cujo foco é a securitização de operações do agronegócio.

Em 2011 a Gaia Securitizadora S.A. foi a maior securitizadora em volume financeiro de emissões com um total de R\$1,82 Bilhões segundo o ranking da Uqbar Educação e Informação Financeira Ltda ("Uqbar"). Em 2012 foi a maior em número de operações segundo o ranking da Uqbar com 27 operações realizadas e a segunda em volume emitido.

Desde o início de suas operações, a Gaia Securitizadora já emitiu CRIs no montante aproximado de R\$7 bilhões.

Durante sua curta existência, as empresas do Grupo Gaia já realizaram operações com importantes instituições, tais como: Banco BTG Pactual, Banco do Brasil, Banco Itaú BBA, Banco Bradesco, Caixa Econômica Federal, Credit Suisse Hedging Griffo, Banco Matone, Brookfield Incorporações, Laboratórios Fleury, XP Investimentos, LDI, Cipasa, Shopping Iguatemi Salvador, dentre outros.

Gaia Agro

A Gaia Agro, securitizadora dedicada à realização de emissões de CRA, é a mais nova integrante do grupo econômico do Grupo Gaia. Até o momento, a GaiaAgro realizou 2 (duas) emissões de CRA: (i) a primeira num montante aproximado de R\$40 milhões, liquidada em 29 de janeiro deste ano, lastreada em recebíveis oriundos de contratos de fornecimento de cana-de-açúcar; e (ii) a segunda num montante aproximado de R\$119 milhões, liquidada em 19 de fevereiro deste ano, voltada ao financiamento de empresa comercializadora de arroz.

No setor sucro alcooleiro, a Gaia Agro firmou uma parceria com a Czarnikow, visando incorporar às operações informações de mercado e projeções que facilitem a identificação dos riscos e auxiliem na tomada de decisões.

A Gaia Agro foi constituída em 2 de janeiro de 2012 e tem como objeto social **(i)** a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio e créditos imobiliários passíveis de securitização, conforme deliberação em Reunião da Diretoria ou do Conselho de Administração; **(ii)** a emissão e colocação, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) ou de qualquer outro título de crédito ou valor imobiliário ou do agronegócio compatível com suas atividades; **(iii)** a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio ou de créditos imobiliários e emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ou Certificados de Recebíveis Imobiliários, incluindo, mas não se limitando, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios do agronegócio e de créditos imobiliários, bem como a realização de operações em mercados derivativos; **(iv)** a consultoria de investimentos em fundos de investimentos de cunho imobiliário ou relacionados ao agronegócio; e **(v)** a realização de operações de *hedge* em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos do agronegócio.

Administração

A administração da Emissora compete a seus órgãos internos, Conselho de Administração e Diretoria, estando as competências entre eles divididas da seguinte forma:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e um conselheiro sem denominação específica, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria de votos dos membros presentes na reunião, não computados os votos em branco, cabendo ao Presidente em exercício, além de seu voto ordinário, na hipótese de empate, o voto de qualidade.

Compete ao Conselho de Administração, além das matérias elencadas pela legislação vigente:

- (i)** fixar e aprovar os planos de negócios e de investimentos da Emissora, propostos pela Diretoria;
- (ii)** eleger, destituir e substituir os membros da Diretoria, fixando suas atribuições e remuneração mensal;
- (iii)** fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando os livros e papéis da Emissora, seus contratos formalizados ou em vias de celebração, bem como solicitar informações sobre quaisquer outros atos;

- (iv) convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando julgar conveniente, ou nos casos em que a convocação é determinada pela lei ou pelo presente Estatuto Social, a Assembleia Geral Extraordinária;
- (v) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- (vi) escolher e destituir os auditores independentes da Emissora;
- (vii) aprovar a alteração do endereço da sede social da Emissora, bem como a abertura de filiais, escritórios ou representações;
- (viii) autorizar a Emissora a adquirir suas próprias ações, para cancelamento ou manutenção em tesouraria, bem como as condições para alienação das ações mantidas em tesouraria;
- (ix) autorizar a alienação ou oneração de elemento do ativo permanente da Emissora;
- (x) autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de garantias e obrigações à terceiros, exceto quando realizada no curso normal dos negócios;
- (xi) autorizar a tomada de empréstimos e financiamentos pela Emissora;
- (xii) autorizar a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários e/ou Certificados de Recebíveis do Agronegócio (a) que não contem com a instituição de regime fiduciário, e/ou (b) que contem com garantia flutuante outorgada pela Emissora; e
- (xiii) deliberar sobre a aplicação de sanções a todas as pessoas sujeitas à Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes da Emissora e que a descumprirem.

O Conselho de Administração da Securitizadora é composto pelos seguintes membros:

NOME	CARGO	INÍCIO DO MANDATO	TÉRMINO DO MANDATO
João Paulo dos Santos Pacifico	Presidente	02.01.2012	30/04/2014
Marcelo Frazatto Colesi de Vasconcelos Galvão	Vice Presidente	06.06.2012	30/04/2014
Ubirajara Cardoso da Rocha Neto	Conselheiro	02.01.2012	30/04/2014

Diretoria

A Diretoria é composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relação com Investidores e, os demais, Diretores sem designação específica.

Os membros da Diretoria possuem amplos poderes para representar a Emissora ativa e passivamente, gerir seus negócios, praticar todos os atos necessários para a realização de operações relacionadas com o objeto social descrito no Estatuto Social da Emissora, conforme normas e diretrizes determinadas pelo Conselho de Administração, podendo para este fim, contrair empréstimos e financiamentos, adquirir, alienar e constituir ônus reais sobre bens e direitos da Emissora, definir a política de cargos e salários dos funcionários e prestadores de serviços da Emissora, sempre em conformidade com o as competências do Conselho de Administração.

Compete ainda, à Diretoria, autorizar a emissão e colocação junto ao mercado financeiro e de capitais de Certificados de Recebíveis Imobiliários e de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ou quaisquer outros valores mobiliários que não dependam de aprovação do Conselho de Administração, devendo, para tanto, tomar todas as medidas necessárias para a implementação destas operações.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) representar a Emissora perante a Comissão de Valores Mobiliários, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; (ii) representar a Emissora junto a seus investidores e acionistas; e (iii) manter atualizado o registro de Companhia Aberta.

A Diretoria da Securitizadora é composta pelos seguintes membros:

NOME	CARGO	INÍCIO DO MANDATO	TÉRMINO DO MANDATO
João Paulo dos Santos Pacífico	Diretor Presidente	02.01.2012	30.04.2014
Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa	Diretor de Relação com Investidores	27.06.2013	30.04.2014
Fernanda Mazzone	Diretora	27.06.2013	30.04.2014

Capital Social e Principais Acionistas

O capital social da Securitizadora é de R\$100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias e sem valor nominal e está dividido entre os acionistas da seguinte forma:

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS (%)	AÇÕES PREFERENCIAIS (%)	PARTICIPAÇÃO (%)
Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda.	99,99999	N/A	99,99999
João Paulo dos Santos Pacífico	0,00001	N/A	0,00001
Total	100,0	N/A	100,0

Operações Realizadas pela Emissora

A Securitizadora realizou emissão em 23 de janeiro de 2013, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (primeira) série da 1ª (primeira) emissão, correspondente a R\$40.666.667,48 (quarenta milhões seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos), realizada com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 a qual foi encerrada em 29 de janeiro de 2013.

Em 19 de fevereiro de 2012 a Gaia realizou a emissão e Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 2ª Serie da 1ª Emissão, correspondente a R\$199.099.531,43 (cento e dezenove milhões, noventa e nove mil, quinhentos e trinta e um reais e quarenta e três centavos), realizada com esforços restritos de colocação, nos termos da instrução CVM 476 a qual foi encerrada em 18 de fevereiro de 2013.

Política de Investimento

A política de investimentos da Emissora compreende a aquisição de créditos decorrentes de operações do agronegócio que envolvam cédulas de produto rural, cédulas de produto rural financeiras, certificados de direitos creditórios do agronegócio, letras de crédito do agronegócio, certificados de depósito do agronegócio e warrant agropecuário, e/ou outros instrumentos similares, visando a securitização de tais créditos por meio de emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, com a constituição de patrimônio segregado em regime fiduciário.

A seleção dos créditos a serem adquiridos baseia-se em análise de crédito específica, de acordo com a operação envolvida, bem como, em relatórios de avaliação de rating emitidos por agências especializadas, conforme aplicável.

A Emissora adquire, essencialmente, ativos em regime fiduciário. Esta política permite que a Emissora exerça com plenitude o papel de securitizadora de créditos, evitando riscos de exposição direta de seus negócios.

Informações Cadastrais da Emissora

Identificação da Emissora	Gaia Agro Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93.
Registro na CVM	Registro de companhia aberta, categoria B, perante a CVM, concedido sob nº 2276-4 (código CVM), em 28 de março de 2012.
Sede	Rua do Rocio, 288, 2º andar, São Paulo - SP
Diretoria de Relações com Investidores	Rua do Rocio, 288, cj. 16 parte, 1º andar, Vila Olímpia, São Paulo - SP. O Sr. Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa é responsável pela Diretoria de Relações com Investidores e pode ser contatado por meio do telefone (11) 3047-1010, fax (11) 3054-2545 e endereço de correio eletrônico ri@grupogaia.com.br.
Auditor Independente	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., inscrita no CNPJ/MF nº 61.366.936/0001-25, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, Torre 1, 5º e 6º andares, Itaim Bibi, São Paulo - SP.
Jornais nos quais divulga informações	As informações referentes à Emissora são divulgadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e "O Dia de São Paulo".
Site na Internet	http://www.gaiaagrosec.com.br/

O COORDENADOR LÍDER: BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

Breve histórico

O Coordenador Líder, criado em outubro de 1988, como subsidiária integral do Banco do Brasil, atua na prestação de consultoria financeira, estruturação e distribuição de operações de *underwriting* e operações de participação societária de caráter temporário. Sua atuação mais recente está descrita nos parágrafos abaixo.

O Coordenador Líder mantém posição de destaque entre os principais intermediários em ofertas públicas de ações. Em 2010, atuou como coordenador líder do *follow on* do Banco do Brasil, como coordenador do IPO da Julio Simões Logística, do IPO de Droga Raia, dos *follow on* da JBS S.A e Petrobras S.A., além de ter sido coordenador contratado nas operações da Aliansce, Multiplus, Hypermarchas e Mills. Em 2011, o Coordenador Líder atuou como coordenador do IPO do Magazine Luiza, da emissão de Debêntures Obrigatoriamente Conversíveis em Ações do Minerva S.A. e como coordenador contratado das ofertas públicas de Tecnisa, Autometal, QGEP Participações e Qualicorp. Em 2012, atuou como coordenadores do IPO de Locamérica e do Banco BTG Pactual e do *follow on* da Fibria.

Em 2011, o Coordenador Líder liderou 13 emissões de notas promissórias, no valor de R\$4.135 milhões e 19 emissões de debêntures, no valor total de R\$7.017 milhões. Também participou de cinco emissões de notas promissórias, no valor total de R\$1.110 milhões e de 20 emissões de debêntures, no valor total de R\$3.517 milhões. No acumulado de 2011, o Coordenador Líder ficou em segundo lugar no ranking ANBIMA de Originação, por valor, de Renda Fixa Consolidado com o valor total de R\$16.990 milhões originados e 19,7% de participação de mercado.

Nesse mesmo ano, o Coordenador Líder liderou duas emissões de quotas de FIDC, no valor total de R\$584,5 milhões, uma emissão de Fundo de Investimento Imobiliário no valor total de R\$159 milhões e em duas operações de distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários, no valor total de R\$272,6 milhões. Atuou também como coordenador em mais duas operações de distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários no valor total de R\$152,4 milhões e em outras três emissões de quotas de FIDC no valor total de R\$408 milhões, totalizando R\$1,576 bilhões, dentre elas os FIDC Cobra e o FIDC CEDAE, o Fundo de Investimento Imobiliário BB Renda Corporativa e o CRI da MRV Engenharia.

Em 2012, o Coordenador Líder liderou a primeira emissão de Notas Promissórias da Linha Amarela S.A., no valor total de R\$180 milhões, a terceira emissão de Notas Promissórias da Via Rondon Concessionária de Rodovia S.A., no valor total de R\$275 milhões, a sexta emissão de Debêntures da Lojas Americanas S.A., no valor total de R\$500 milhões, a sexta emissão de Debêntures da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, no valor total de R\$400 milhões, a primeira emissão de Debêntures da WTorre Arenas Empreendimentos Imobiliários, no valor total de R\$60 milhões, a quarta emissão de Debêntures da JHSF, no valor total de R\$350 milhões e a primeira emissão de Notas Promissórias, no valor total de R\$800 milhões. Participou da quarta emissão de Debêntures da Votorantim Cimentos S.A., no valor total de R\$1.000 milhão, da primeira emissão de Debêntures da AGV Logística S.A. no valor total de R\$120 milhões e da nona emissão de Debêntures da Brasil Telecom no valor total de R\$2.000 milhões.

Também em 2012 o Coordenador Líder liderou três emissões de Fundo de Investimento Imobiliário, o BB Renda de Papéis Fundo de Investimento Imobiliário no valor total de R\$ 102,4 milhões, o Renda de Escritórios Fundo de Investimento Imobiliário, no valor total de R\$ 74,2 milhões e o BB Progressivo II, no valor total de R\$1,591 bilhão de reais. Liderou, também, duas operações de Certificados de Recebíveis Imobiliários, sendo uma no valor total de R\$ 300 milhões e outra no valor total de R\$45 milhões e atuou em uma emissão de FIDC, no valor total de R\$ 500 milhões.

O Coordenador Líder conta, ainda, com uma equipe dedicada para assessoria e estruturação de operações de fusões e aquisições e reestruturações societárias. No mercado de fusões e aquisições, o Coordenador Líder participou, em 2011, de duas operações que totalizaram R\$ 349 milhões.

Em 2011, no mercado de capitais internacional, o Banco do Brasil, por meio de suas corretoras externas BB Securities Ltd (Londres) e Banco do Brasil Securities LLC (Nova Iorque), atuou em 16 das 60 operações de captação externa realizadas por empresas, bancos e governo brasileiro, das quais 12 na condição de *lead-manager* e quatro como co-manager. Do total de aproximadamente US\$ 36,96 bilhões emitidos em 2011, o Banco do Brasil participou em cerca de US\$12,64 bilhões. Adicionalmente, o Banco do Brasil atuou em três operações de emissores estrangeiros, que totalizaram US\$ 2,65 bilhões e EUR 750 milhões, sendo uma como *lead-manager* e duas como *co-manager*.

No primeiro trimestre de 2012, das 30 emissões externas realizadas por empresas, bancos e governo brasileiro, o Banco do Brasil atuou em 12 operações. No período, do total de cerca de US\$ 22,68 bilhões emitidos, o Banco do Brasil participou em aproximadamente US\$ 13,4 bilhões. Além disso, o Banco do Brasil atuou como *co-manager* em duas operações de emissor estrangeiro, sendo 1 *eurobond* e 1 estrutura de ABS (*Asset Backed Securities*), que totalizaram US\$2,27 bilhões.

COORDENADOR: BANCO SANTANDER S.A.

O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado pelo Banco Santander, S.A. (“Santander Espanha”), instituição com sede na Espanha fundada em 1857. O Grupo Santander possui, atualmente, cerca de €1,3 trilhão em ativos, administra quase €1,4 trilhão em fundos, possui mais de 102 milhões de clientes e aproximadamente 14,5 mil agências. O Banco Santander acredita ser um dos principais grupos financeiros da Espanha e da América Latina e desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou uma presença destacada no Reino Unido, por meio do *Abbey National Bank Plc*, assim como em Portugal. Adicionalmente, acredita ser um dos líderes em financiamento ao consumo na Europa, por meio do *Santander Consumer*, com presença em 12 países do continente e nos Estados Unidos.

Nos nove primeiros meses de 2012, o Grupo Santander registrou lucro líquido atribuído de aproximadamente €3,3 bilhões na América Latina, o que representou, no mesmo período, aproximadamente 50% dos resultados das áreas de negócios do Grupo Santander no mundo. Também na América Latina, o Grupo Santander possui cerca de 5.987 agências e cerca de 91,2 mil funcionários.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.) e em 2000 adquiriu o Banco do Estado de São Paulo S.A.- Banespa. Em 1º de novembro de 2007, o RFS Holdings B.V., um consórcio composto pelo Santander Espanha, The Royal Bank of Scotland Group PLC, Fortis SA/NV e Fortis N.V., adquiriu 96,95% do capital do ABN AMRO, então controlador do Banco Real. Na sequência, em 12 de dezembro de 2007, o CADE aprovou sem ressalvas a aquisição das pessoas jurídicas brasileiras do ABN AMRO pelo consórcio. No primeiro trimestre de 2008, o Fortis e Santander Espanha chegaram a um acordo por meio do qual o Santander Espanha adquiriu direito às atividades de administração de ativos do ABN AMRO no Brasil, que o Fortis havia adquirido como parte da compra pelo consórcio do ABN AMRO. Em 24 de julho de 2008, o Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real. Por fim, em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander e foi extinto como pessoa jurídica independente.

Com a incorporação do Banco Real, o Banco Santander tem presença ativa em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma completa gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes - pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. As atividades do Santander compreendem três segmentos operacionais: banco comercial, banco global de atacado e gestão de recursos de terceiros e seguros.

Em março de 2012, o Banco Santander, possuía uma carteira de mais de 25,7 milhões de clientes, 3.776 entre agências e pontos de atendimento bancário (PABs) e mais de 18.443 caixas eletrônicos, além de um total de ativos em torno de R\$415 bilhões e patrimônio líquido de, aproximadamente, R\$66 bilhões (excluindo 100% do ágio). O Banco Santander possui uma participação de aproximadamente 27% dos resultados das áreas de negócios do Banco Santander no mundo, além de representar 53% no resultado do Banco Santander na América Latina e 92 mil funcionários.

O Banco Santander oferece aos seus clientes um amplo portfólio de produtos e serviços locais e internacionais que são direcionados às necessidades dos clientes. Produtos e serviços são oferecidos nas áreas de transações bancárias globais (*global transaction banking*), mercados de crédito (*credit markets*), finanças corporativas (*corporate finance*), ações (*equities*), taxas (*rates*), formação de mercado e mesa proprietária de tesouraria. Dessa forma, os clientes corporativos podem se beneficiar dos serviços globais fornecidos pelo Banco Santander no mundo.

Na área de *equities*, o Banco Santander atua na estruturação de operações em boa parte da América Latina, contando com equipe de *equity research*, *sales* e *equity capital markets*. A área de *research* do Banco Santander é considerada pela publicação *Institutional Investor* como uma das melhores não somente no Brasil, mas também na América Latina. Adicionalmente, o Banco Santander dispõe de estrutura de *research* dedicada exclusivamente ao acompanhamento de ativos latino-americanos, o que assegura credibilidade e acesso de qualidade a investidores *target* em operações brasileiras.

Em *sales & trading*, o Grupo Santander possui uma das maiores equipes dedicadas a ativos latinoamericanos no mundo. Presente no Brasil, Estados Unidos, Europa e Ásia, a equipe do Grupo Santander figura dentre as melhores da América Latina pela publicação da *Institutional Investor*. O Banco Santander dispõe de uma estrutura dedicada de acesso ao mercado de varejo e pequenos investidores institucionais no Brasil por meio de salas de ações e corretora.

No mercado de renda fixa local, o Banco Santander tem, consistentemente, ocupado posição de destaque.

Nos anos de 2007, 2008 e 2009, as seguintes operações e classificações merecem destaque: (i) foi classificado como a quarta instituição, tanto em termos de volume de originação quanto em número de operações de renda fixa da ANBIMA, tendo intermediado 31 operações que totalizaram R\$3.002 milhões, equivalente a 6,2% do volume acumulado de originação no ano; (ii) estruturou e atuou como coordenador líder da maior operação da história do mercado brasileiro de renda fixa - a sétima emissão pública de debêntures da Companhia Vale do Rio Doce, no valor total de R\$5,5 bilhões; (iii) sétima emissão pública de debêntures da Telemar Participações S.A., no montante total de R\$250 milhões; (iv) primeira emissão pública de debêntures da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., no montante total de R\$200 milhões; (v) primeira emissão pública de debêntures da Klabin Segall S.A., no montante total de R\$202,5 milhões; (vi) terceira emissão pública de debêntures da Tractebel Energia S.A., no montante total de R\$600 milhões; (vii) terceira emissão pública de debêntures da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., no montante total de R\$300 milhões; (viii) quinta emissão pública de debêntures da Companhia de Concessões Rodoviárias - CCR, no montante total de R\$598 milhões; (ix) segunda emissão pública de debêntures da companhia Energética do Ceará - Coelce, no montante total de R\$245 milhões; e (x) primeira emissão pública de debêntures da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., no montante de R\$600 milhões.

Ainda nos mesmos anos, no segmento de operações estruturadas, o Banco Santander intermediou importantes operações, conforme descrição a seguir: (i) CRIs da primeira emissão da WT VRJ Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A., totalizando R\$126,9 milhões; (ii) alienação de quotas subordinadas do FIDC Chemical, totalizando R\$41,8 milhões; (iii) CRIs da 3ª série e 4ª série da primeira emissão da Rio Bravo Crédito Cia. de Securitização, lastreados em créditos imobiliários

devidos pela Petrobrás - Petróleo Brasileiro S.A., totalizando R\$100,2 milhões e R\$99,6 milhões, respectivamente; e (iv) FIDC Chemical III, no montante de R\$324 milhões, sendo este o primeiro do programa de securitização da Braskem S.A. Em 2010, o Banco Santander (i) foi o coordenador líder da emissão de debêntures de Rota das Bandeiras, pelo montante de R\$1,1 bilhão; (ii) atuou como coordenador líder, finalizando a distribuição de 180.000 quotas seniores do FIDC Monsanto, totalizando o montante de R\$180 milhões; (iii) foi coordenador líder da segunda emissão pública de debêntures da Brookfield Incorporações S.A., no montante total de R\$366 milhões; (iv) foi o coordenador líder da emissão de debêntures de Forjas Taurus S.A., no montante de R\$113 milhões; (v) foi o Coordenador da emissão de debêntures de Hypermarcas S.A., no montante de R\$651 milhões; (vi) foi o coordenador líder da emissão de debêntures da Vianorte S.A., pelo montante de R\$253 milhões; (vii) atuou como coordenador líder da emissão de debêntures da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., de montante de R\$307 milhões; (viii) foi coordenador líder de debêntures para Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., pelo valor total de R\$406 milhões; (ix) atuou como coordenador líder na emissão de debêntures de Autovias S.A., pelo valor total de R\$405 milhões; (x) atuou como Coordenador na distribuição de Quotas Seniores do FIDC Lojas Renner no valor total de R\$350 milhões; (xi) atuou como coordenador líder da emissão de debêntures de Gafisa S.A., somando o valor total de R\$300 milhões; e (xii) atuou como coordenador líder na emissão de debêntures de Telemar Norte Leste S.A, pelo valor total de R\$2 bilhões.

No ano de 2011, o Banco Santander (i) coordenou a 5ª emissão e distribuição pública de debêntures da Even Construtora e Incorporadora, no montante total de R\$250 milhões; (ii) atuou como coordenador líder na distribuição da Segunda Série de Quotas Seniores do FIDC Monsanto, somando o valor total de R\$100 milhões; (iii) foi Coordenador da emissão pública de debêntures da ALL - América Latina Logística S.A., no montante de R\$810 milhões; (iv) atuou como coordenador líder na Distribuição de CRIs da 216ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização, lastreados em Debêntures Simples da 4ª Emissão da Rossi Residencial S.A., no montante de R\$150 milhões; (v) atuou como coordenador líder na emissão pública de debêntures da Lojas Renner, no montante de R\$300 milhões; (vi) foi coordenador da sexta emissão pública de debêntures da Ampla Energia e Serviços S.A, no montante de R\$300 milhões; (vii) foi Coordenador da quinta emissão pública de debêntures MRV Engenharia e Participações S.A., no montante de R\$500 milhões; (viii) atuou como coordenador líder na distribuição da primeira emissão de Letras Financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI do Brasil, no montante de R\$200 milhões; (ix) foi Coordenador na distribuição da Primeira Série de Quotas Seniores do FIDC- Insumos Básicos da Indústria Petroquímica (Braskem), somando o valor total de R\$500 milhões; (x) foi Coordenador da terceira emissão pública de debêntures da Companhia Energética do Ceará - COELCE, no montante de R\$400 milhões; (xi) foi Coordenador na distribuição da Primeira e Segunda Série de Quotas Seniores do FIDC da Companhia Estadual de águas e Esgotos - CEDAE, somando o valor total de R\$1.140 milhões; (xii) foi Coordenador na distribuição da Segunda Série de Quotas Seniores do FIDC - Insumos Básicos da Indústria Petroquímica (Braskem), somando o valor total de R\$500 milhões; e (xiii) atuou como coordenador líder na primeira emissão de debêntures simples da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., no montante de R\$220 milhões.

No ano de 2012, o Banco Santander (i) atuou como coordenador líder na distribuição da Segunda emissão de Letras Financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI do Brasil, no montante de R\$200 milhões; (ii) atuou como coordenador líder na terceira de debêntures simples da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., no montante de R\$300 milhões; (iii) foi coordenador da primeira emissão de debêntures da Sul América S.A., no montante de R\$500 milhões; (iv) atuou como coordenador líder na distribuição da Terceira Série de quotas seniores do FIDC Monsanto, somando o valor total de R\$176 milhões; (v) foi coordenador da primeira emissão de debêntures da Autometal S.A., no montante de R\$250 milhões; (vi) atuou como coordenador líder na distribuição da Primeira emissão de Letras Financeiras do Banco Volkswagen S.A., no montante de R\$300 milhões; (vii) foi Coordenador da quinta emissão de debêntures simples da JSL S.A., no montante de R\$200 milhões (viii) atuou como coordenador na distribuição da primeira emissão de Letras Financeiras do PSA Banque, no montante de R\$200 milhões; (ix) foi coordenador líder da segunda emissão de debêntures simples da Andrade Gutierrez Participações S.A., no montante de R\$639,45 milhões; (x) atuou como coordenador na distribuição da terceira emissão de Letras Financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil, no montante de R\$300 milhões; (xi) foi coordenador líder da Emissão da 3ª Série de Quotas do FIDC Insumos Básicos da Indústria petroquímica, no montante de R\$500 milhões; (xii) foi Coordenador da primeira emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da BR Properties no montante de R\$600 milhões; (xiii) foi Coordenador da terceira emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da MGI - Minas Gerais Participações S.A. no montante de R\$316 milhões; (xiv) foi Coordenador da segunda emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Algar Telecom no montante de R\$293,98 milhões; e (xv) atuou como coordenador na distribuição da segunda emissão pública de Letras Financeiras do Banco Pine S.A., no montante de R\$200,1 milhões.

No ano de 2013, o Banco Santander, (i) atuou como coordenador na distribuição da segunda emissão de debêntures simples da Santo Antônio Energia S.A., no montante de R\$ 420 milhões; (ii) atuou como coordenador na distribuição da quarta emissão de debêntures simples da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., no montante de R\$450 milhões; (iii) foi Coordenador da segunda emissão de debêntures da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A., no montante de R\$691,07 milhões; (iv) atuou como coordenador na distribuição da terceira emissão de debêntures simples da Termopernambuco S.A. no montante de R\$90,00 milhões; (v) atuou como coordenador na distribuição da quarta emissão de Letras Financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI do Brasil, no montante de R\$350,00 milhões; (vi) foi Coordenador da terceira emissão de debêntures da Colinas S.A., no montante de R\$950,00 milhões e (vii) atuou como coordenador na distribuição da quarta emissão de debêntures simples da Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.

NARDINI

Este sumário é apenas um resumo das informações da Nardini. As informações contidas nesta seção foram obtidas e compiladas de fontes públicas (certidões emitidas pelas respectivas autoridades administrativas e judiciais, bem como pelos respectivos ofícios de registros públicos, relatórios anuais, websites da Nardini e da CVM, jornais, entre outros) consideradas seguras pela Emissora e pelos Coordenadores.

Visão Geral

As atividades da família Nardini no Brasil se iniciaram quando Aurélio Nardini, engenheiro agrônomo e doutor na genética do trigo deixou sua terra natal, a Itália, e veio ao Brasil na década de 50.

Aurélio Nardini começou sua trajetória profissional atuando no setor do agronegócio em diversas empresas, já na década de 60 deu início ao seu próprio negócio com a aquisição de uma propriedade agrícola no município de Ariranha, estado de São Paulo, onde, além de cana-de-açúcar produzia café. Sempre tendo foco no setor alimentício e atividades ligadas ao agronegócio, outros negócios foram iniciados tendo em vista a consolidação de uma marca que trouxesse bons retornos.

Em 1973, foi criada a empresa Nardini Agroindustrial Ltda. ("Nardini"), pelo próprio Aurélio Nardini, que iniciou suas atividades com a aquisição da Fazenda Vista Alegre, no município de Vista Alegre do Alto, no estado de São Paulo, onde já havia instalado um engenho de aguardente de cana-de-açúcar. A partir de 1979, contando com incentivos governamentais por meio do ProÁlcool, a empresa investiu no parque industrial e iniciou a produção de etanol carburante. Em 1988, a empresa passou a investir na criação e confinamento de gado de corte. Mais tarde, em 1995, a Nardini começou a comercializar bagaço de cana e levedura como ração de animal, sendo que na safra de 1997/98, a partir de investimentos feitos em sua planta industrial, iniciou a produção de açúcar cristal e açúcar bruto (VHP).

Em 2001, após a construção de uma subestação de 69kv, com potência de exportação de 12MW, a empresa se tornou uma das primeiras indústrias do setor sucroenergético a comercializar energia elétrica através da queima de bagaço da cana.

Com um momento importante de sua história, desenhando o tamanho atual da unidade Vista Alegre do Alto, em São Paulo, em 2011, a Nardini passou por uma ampliação do parque de cogeração, passando a um potencial total de exportação de 30MW e a construção de uma nova subestação de linha de transmissão de 138kv, ampliando sua capacidade de exportação de energia e disponibilidade de vapor e energia para o processo. Sendo que, em 2013, a Nardini concluiu investimentos para aumentar sua capacidade de moagem para 3,85 milhões de toneladas de cana por safra.

Em 2007, a partir da geração de caixa da unidade de Vista Alegre, o Grupo Nardini decidiu pela implantação de sua segunda unidade, Aporé, localizada a 6 km do município de Aporé, no estado de Goiás, atualmente possuindo 11.000 hectares de cana-de-açúcar plantados, com expectativa de operação a partir da safra 2016/17.

A conclusão desse projeto dependerá de uma estrutura de financiamento que garanta uma estrutura de capital e liquidez adequada para suportar tais investimentos. Enquanto isso não ocorrer, novos investimentos não serão realizados na nova unidade de Aporé.

Todos esses fatos somados fizeram com que a Nardini se tornasse a principal empresa do Grupo Nardini. E hoje, a Nardini já atingiu uma capacidade de processamento de 3,85 milhões de toneladas de cana, podendo produzir até 350 mil toneladas de açúcar, entre açúcar cristal e açúcar VHP, tendo possibilidade inclusive de produção de açúcar refinado a partir de uma refinaria instalada anexa a usina. Além disso, a Nardini possui capacidade em sua destilaria equivalente para a produção de 160 mil m³ de etanol, entre anidro, produto misturado diretamente na gasolina, e etanol hidratado, utilizado diretamente nos veículos flex, com sua planta de cogeração de energia elétrica com capacidade de exportação de 30 MW. O portfólio diversificado de produtos, permite a Nardini acessar tanto o mercado interno quanto o mercado de exportação, sendo reconhecida no setor como empresa sólida e de competente administração.

A empresa tem grande preocupação com o desenvolvimento sustentável, atuando na transformação de seus recursos agrícolas e naturais de forma responsável além de possuir práticas de cunho ambiental e social no âmbito da comunidade em que está inserida. Pode-se dizer também que a empresa contribui de forma efetiva contra o aquecimento global, utilizando-se da tecnologia de cogeração de energia elétrica, que é gerado através da queima do bagaço da cana-de-açúcar, ou seja, um combustível renovável que possibilita a redução da emissão dos gases que acarretam o efeito estufa. Podemos ver essa preocupação social na institucionalização de sua missão, visão e valores.

A missão da Nardini é produzir etanol, açúcar, energia e outros produtos através da cana-de-açúcar, respeitando o meio ambiente e gerando renda, bem-estar e satisfação aos seus clientes e colaboradores.

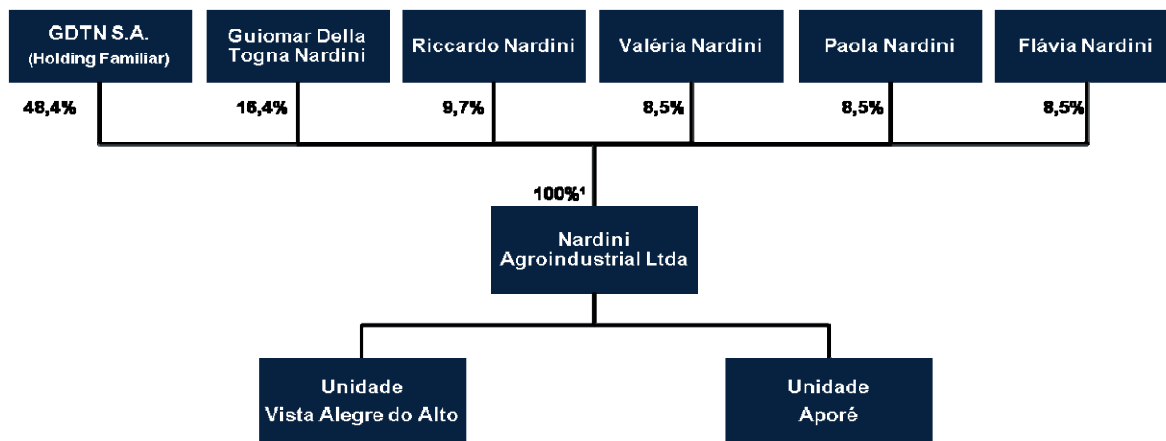
A Nardini tem como visão tornar-se referência no setor sucroalcooleiro pelo crescimento sustentável e qualidade de seus produtos.

Os principais valores da Nardini são:

- (i) empreendedorismo;
- (ii) trabalho em equipe;
- (iii) inovação constante;
- (iv) excelência e qualidade em serviços e produtos; e
- (v) respeito ao ser humano e ao meio ambiente.

Outro fator relevante é em relação à renovação dos canaviais ao utilizar culturas de rotação como amendoim, que pode ser plantado sobre a palha da cana-de-açúcar e que possibilita um ganho em retenção de água e redução do aquecimento do solo.

Com base nisso, a matriarca Guiomar Della Togna Nardini, em 2012, com vistas na melhoria contínua de suas práticas de governança corporativa, constituiu uma holding familiar, detendo participação majoritária da Nardini. Segue abaixo resumo da composição acionária da Nardini:



¹ 0,0000001% remanescentes pertencentes a Raffaella Nardini Sader e André Nardini Sader.

Fonte: Nardini

Além da Nardini, o grupo Nardini possui outras empresas que foram se desenvolvendo no decorrer de sua história, servindo como apoio às suas operações já existentes ou então para diversificar sua base de produtos. Segue abaixo a relação das empresas do Grupo Nardini e uma breve descrição:

Empresa	Setor	Produtos
Nardini Agroindustrial Ltda.	Agroindústria	Álcool, açúcar, cogeração de energia, bagaço hidrolisado e engorda de gado
Laticínios Matinal Ltda.	Preparação de leite	Leite longa vida, bebidas lácteas, iogurtes, manteiga, queijos e achocolatados
ANLog - Aurélio Nardini Logística Ltda.	Transporte	Transporte rodoviário de cargas
Suporte Com. Combustíveis e Serviços Ltda.	Comércio varejista	Combustível e lubrificantes

Fonte: Nardini

Empresa	Total de Funcionários
Nardini	4.566
Laticínios Matinal Ltda.	257
ANLog - Aurélio Nardini Logística Ltda.	14
Suporte Com. Combustíveis e Serviços Ltda.	11
Total	4.848

Fonte: Nardini

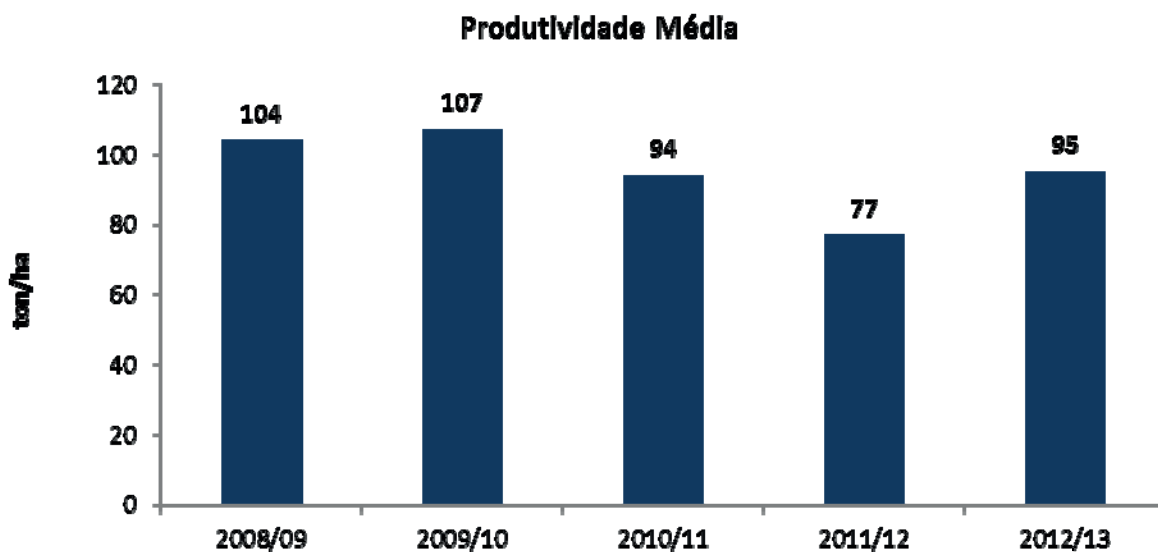
O Laticínios Matinal Ltda., que fabrica mais de 35 produtos com a marca Matilat, surgiu em 22 de julho de 1970, quando um grupo formado por 33 empresários fundaram, em Catanduva, uma usina de pasteurização de leite e uma fábrica de queijo mussarela. Em 1983, após ser atingida por uma série de enchentes, foi necessária uma injeção de capital na empresa, o que ocasionou na saída de alguns sócios ficando apenas quatro: Aurélio Nardini, Pedro Nechar, Sidnei Bellintani e Dilvo Gussoni. Em 1994, após a divisão dos bens, o Laticínios Matinal passou a fazer parte do Grupo Aurélio Nardini, composto pela família Nardini, que assumiu inteiramente a indústria e sua nova razão social passou a ser "Laticínios Matinal Ltda." Atualmente presente em mais de 200 cidades, oferece mais de 30 opções de produtos derivados do leite.

A ANLog (Aurélio Nardini Logística Ltda.) que foi fundada em 1985, com a razão social Transportadora Nardini Ltda. Com sede na Rodovia Comendador Pedro Monteleone, em Catanduva, desenvolvia atividades de transportes rodoviários de cargas intermunicipais e interestaduais. Em 1989, a empresa adquiriu novos caminhões para o transporte de calcário para usinas da região e carga seca. Com o crescimento da empresa e nova demanda no mercado de transporte e logística de Catanduva e região, em 2007 a Transportadora Nardini renovou sua identidade visual com nova razão social e logomarca. A empresa se transformou na ANLog - Aurélio Nardini Logística Ltda, com proposta diferenciada de serviços e atendimento. Sua frota hoje é composta por 12 caminhões e emprega, atualmente, 14 colaboradores, realizando serviços principalmente em toda região sudeste.

Em 1986, o Grupo Aurélio Nardini investiu em uma nova empresa: um posto de combustível localizado ao lado da transportadora, na Rodovia Comendador Pedro Monteleone, em Catanduva. O posto foi denominado com a razão social Suporte Comércio de Combustíveis e Serviços Ltda., e nome fantasia Auto Posto Santa Rita. O investimento ocorreu para atender a demanda de combustíveis da frota do Grupo Aurélio Nardini, composta por veículos da usina, dos laticínios e da transportadora. Atualmente o posto comercializa 370.000 litros de combustível por mês, além de terceirizar seus espaços disponibilizando serviços de restaurante, borracharia e loja de equipamentos.

Aspectos Agrícolas

A Nardini encontra-se, atualmente, em sua 41ª safra. A unidade operacional da empresa está localizada em um dos maiores centros produtores de cana-de-açúcar do Brasil - região de Ribeirão Preto - em uma área que se beneficia de um micro clima favorável ao cultivo de cana-de-açúcar, o que, em conjunto com investimentos adequados em plantio e tratos culturais, permite à Nardini manter índices expressivos de produtividade agrícola, atingindo uma produtividade de 95 toneladas de cana por hectare na média das últimas 5 safras.

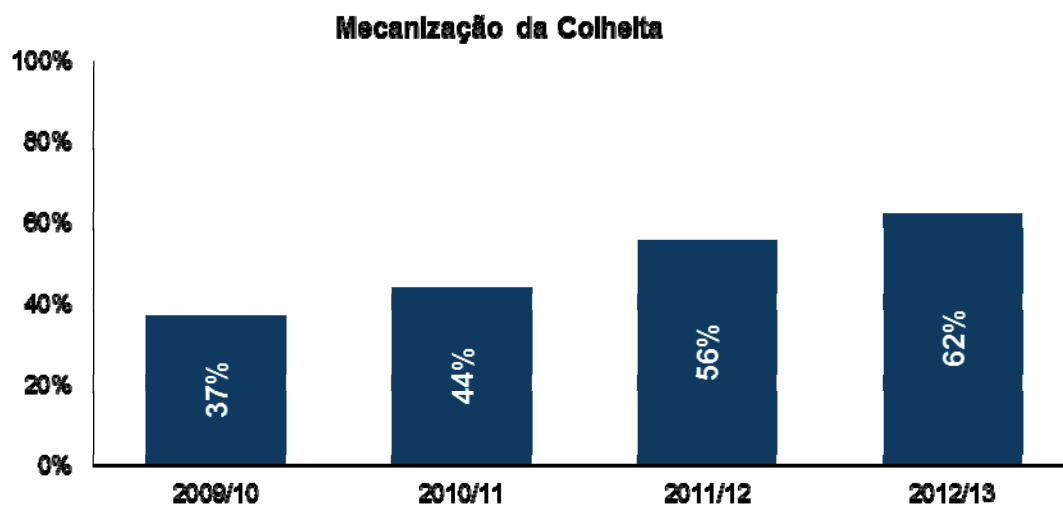


Fonte: Nardini

A Nardini possui uma produção de cana-de-açúcar própria equivalente a 60% de toda a cana processada na usina de Vista Alegre, além de possuir uma garantia de fornecimento de 30% da cana de terceiros via contratos de parceria de longo prazo. Sendo os restantes 10% adquiridos de fornecedores de cana da região.

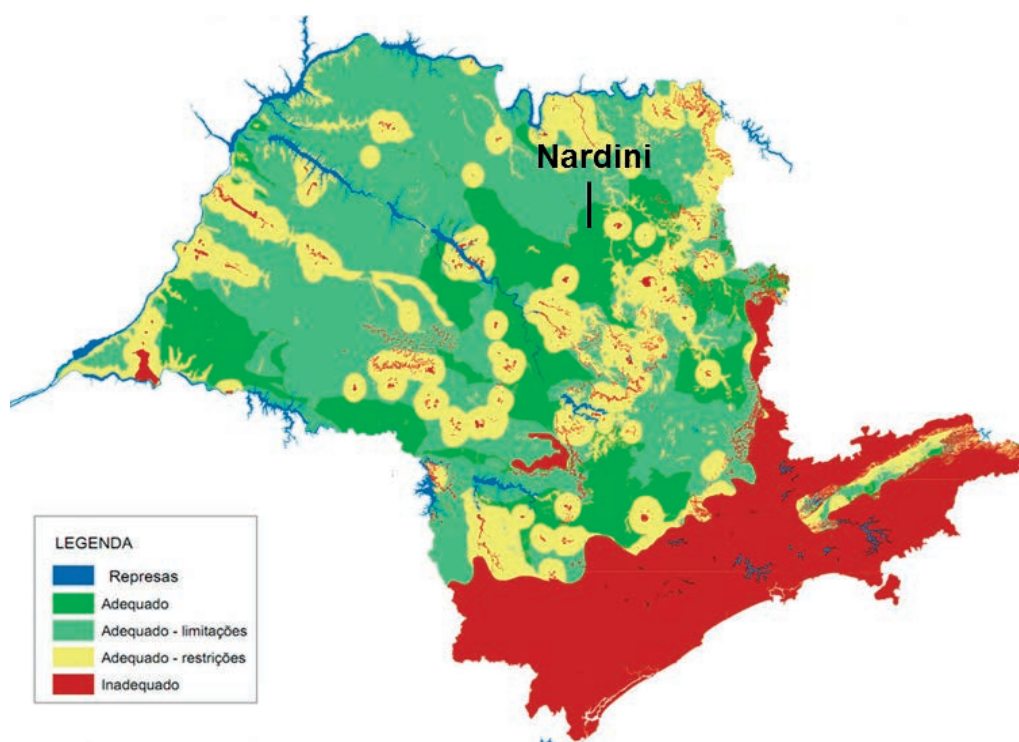
Atualmente a empresa cultiva uma área em torno de 45.000 hectares. Sendo que da área total cultivada aproximadamente 10.000 hectares pertencem a usina e a seus quotistas.

Vale ressaltar o processo de mecanização da colheita pela qual a usina vem passando, atingindo na safra 2012/13, um percentual de 62% da colheita mecanizada o que permite que a usina capture custos mais competitivos, além de reduzir o impacto socioambiental trazido pela colheita manual e queima de cana-de-açúcar.



Fonte: Nardini

O Zoneamento Agroambiental para o setor sucroalcooleiro elaborado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo classificou as regiões do estado conforme aptidão agroambiental para o cultivo de cana. Segundo esta classificação, a região em que a Nardini está localizada se qualifica como o maior grau de adequação para o crescimento de cana-de-açúcar, conforme o mapa abaixo:



Fonte: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (2008)

Aspectos Industriais

A planta industrial da Nardini possui as seguintes características:

- **Localização:** Vista Alegre do Alto/SP;
- **Capacidade de Moagem Atual:** 3.850.000 toneladas de cana por safra;
- **Capacidade da Fábrica de Açúcar:** Aproximadamente 350.000 toneladas por safra;
- **Capacidade da Destilaria:** 160.000m³ de etanol por safra distribuído em hidratado e anidro, sendo sua maior parte em anidro.
- **Capacidade da Co-geração:** 54 MW de capacidade instalada.
- **Flexibilidade Industrial:** Possibilidade de destinar até 65% de sua produção para a fábrica de açúcar e até 50% de sua produção para a destilaria, o que permite a diferenciação da empresa frente à média do setor, a partir da verificação das variações de preços entre os produtos.

A Nardini possui capacidade instalada de moagem de 3,85 milhões de toneladas na safra atual (2013/14) e já realizou investimentos na expansão desta capacidade chegando a uma capacidade de moagem de 4,2 milhões de toneladas a partir da safra 2014/15.

A flexibilidade industrial da usina é um de seus diferenciais, uma vez que é possível produzir açúcar bruto (VHP), açúcar cristal, etanol hidratado e etanol anidro. A companhia tem ainda a possibilidade de destinar até 65% de sua produção de ATR para a fábrica de açúcar e até 50% para a destilaria, o que em conjunto com a flexibilidade de produção permite à Nardini capturar flutuações de preços e rentabilidade oferecidas pelo mercado.

Além dos produtos já citados, a Nardini comercializa bagaço hidrolisado, levedura seca e, em atividade separada, confina gado de corte e produz amendoim como rotação de cultura. A empresa gera mais de 4,5 mil empregos diretos, abrangendo cerca de 20 municípios da região de Vista Alegre do Alto.

Descritivo das Unidades Industriais

A Nardini possui duas plantas industriais, a de Vista Alegre que está em operação desde 1973, e a planta de Aporé, que está em fase de implantação.

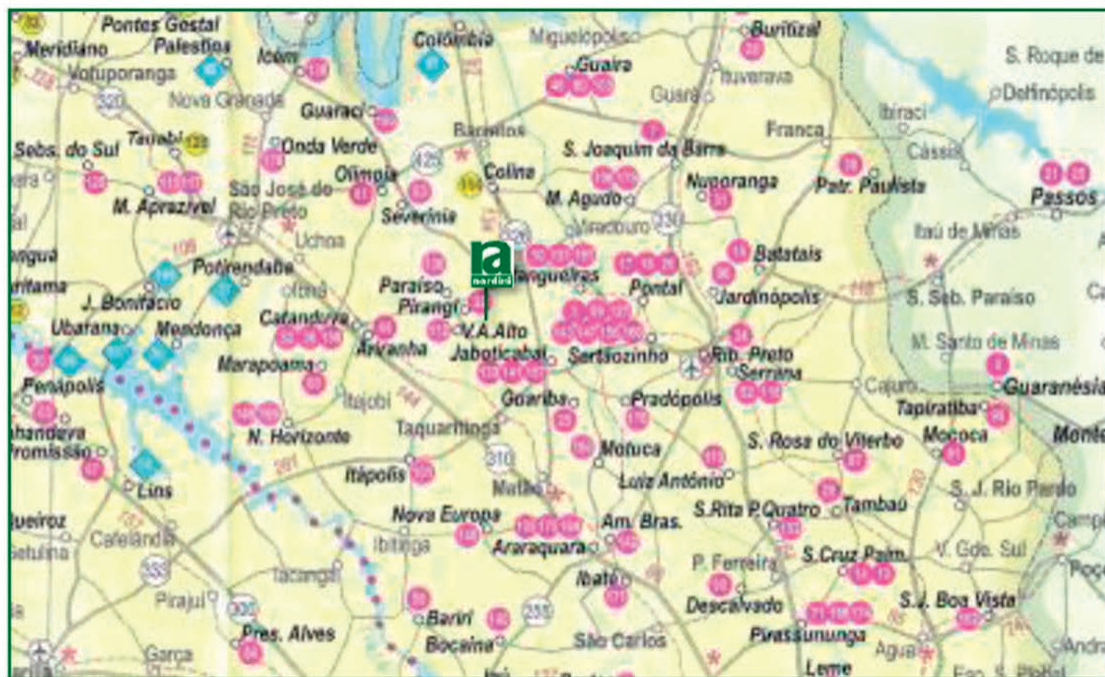


Fonte: Czarnikow

Unidade Vista Alegre do Alto

A unidade Vista Alegre é a mais importante unidade produtora da Nardini, tendo iniciado suas operações em 1979 como destilaria de etanol. A partir de 1997 essa unidade passou a produzir açúcar, além do etanol. Desde o início de suas operações essa unidade veio se expandindo atingindo a atual capacidade de moagem de 3,85 milhões de toneladas de cana-de-açúcar.

Segue abaixo o mapa de unidades produtoras na região de Vista Alegre do Alto:



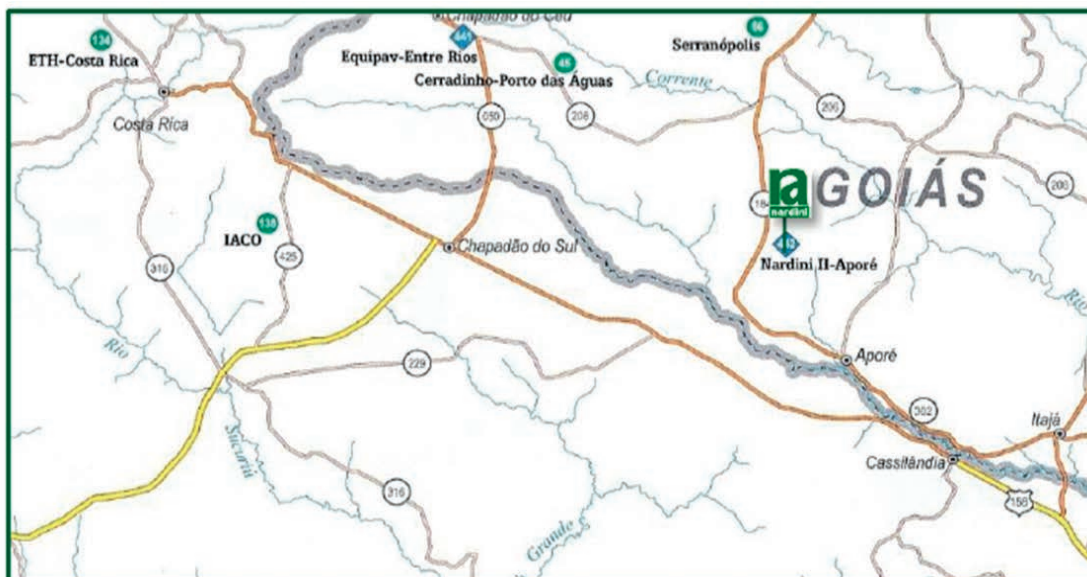
Fonte: Anuário Procana 2011

Unidade Aporé:

A unidade Aporé, que está em processo de implantação, está localizada a 6km do município de Aporé, no estado de Goiás. Atualmente essa unidade possui 11 mil hectares de cana-de-açúcar, e alguns de seus equipamentos foram transferidos da unidade de Vista Alegre, como ternos de moenda, destilaria e alguns equipamentos agrícolas. Hoje toda sua cana produzida é vendida para usinas da região. Essa unidade está de acordo com os planos de expansão do grupo que já realizou nesse ano investimentos em sua unidade de Vista Alegre do Alto. Capacidade estimada de processamento de 2,2 milhões de toneladas de cana, produzindo etanol hidratado e energia elétrica, fazendo frente ao benefício fiscal de ICMS do estado de Goiás referente ao PRODUIR.

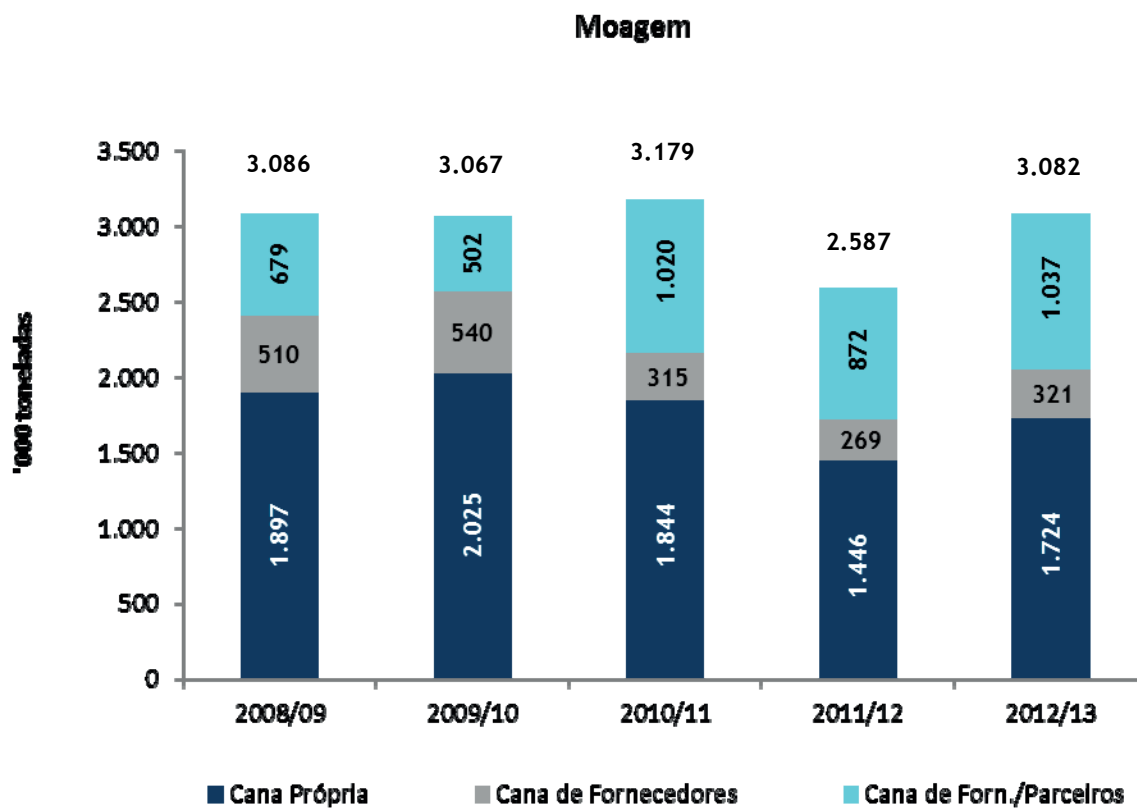
PRODUIR é o Programa do Governo do Estado de Goiás que incentiva a implantação, expansão ou revitalização de indústrias, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica e o aumento da competitividade estadual com ênfase na geração de emprego, renda e redução das desigualdades sociais e regionais, por meio de financiamento de parcela mensal de ICMS devido pelas empresas beneficiárias, tornando o custo da produção mais barato e seus produtos mais competitivos no mercado.

Segue abaixo o mapa de unidades produtoras na região de Aporé:

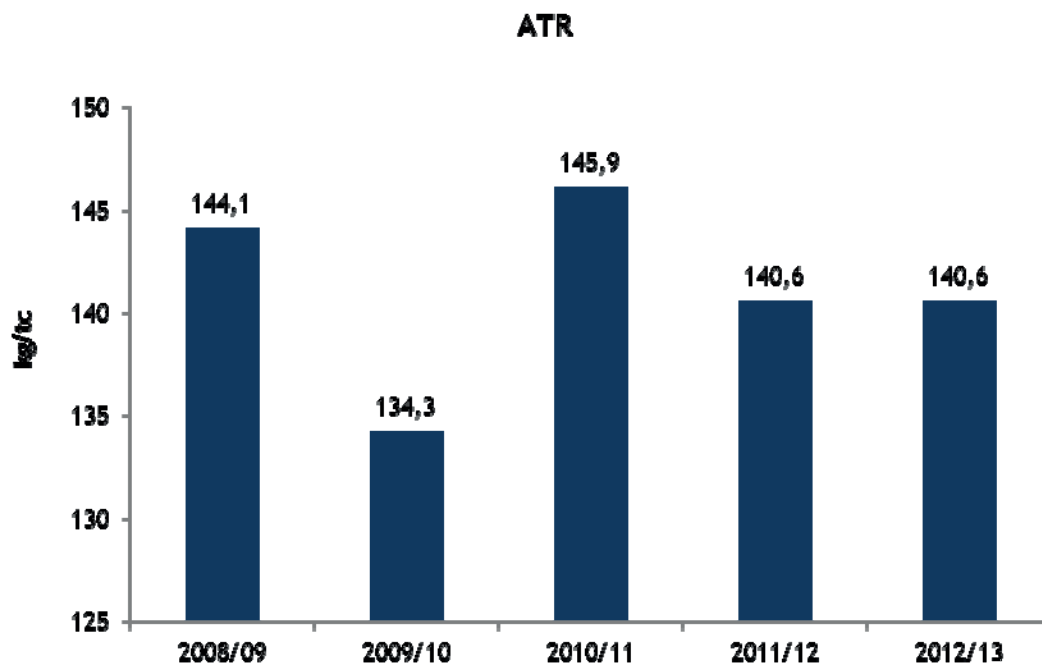


Fonte: Anuário Procana 2011

A seguir, estão apresentados os dados históricos de produção da Nardini:

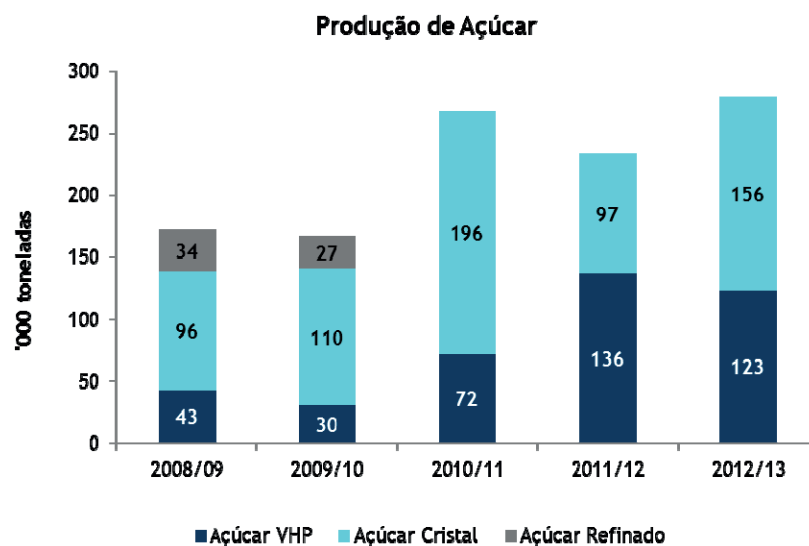


Fonte: Nardini

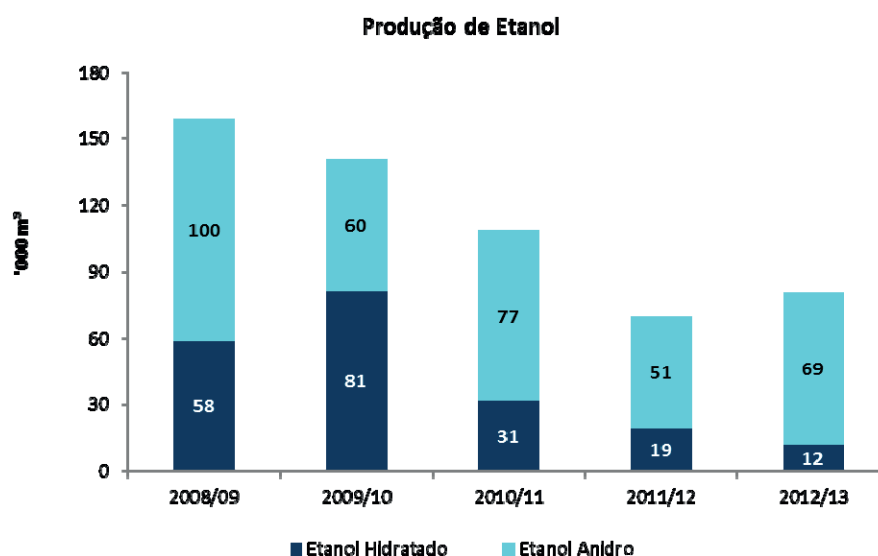


Fonte: Nardini

ATR - Açúcar Total Recuperável. É usado para efeitos de cálculo do preço, nas bolsas de cereais, da tonelada de cana de açúcar.



Fonte: Nardini



Fonte: Nardini

Outros Aspectos Operacionais

A Nardini está localizada no município de Vista Alegre do Alto, sendo beneficiada por condições favoráveis de logística rodoviária e ferroviária, uma vez que pode escoar sua produção pelas melhores rodovias do país, além de ter a opção de escoar sua produção destinada a exportação utilizando o terminal ferroviário de Santa Adélia, no estado de São Paulo, em direção ao porto de Santos. Vale ressaltar sua distância ao porto de Santos de 450km e de 280km de Paulínia, principal hub de distribuição de etanol.

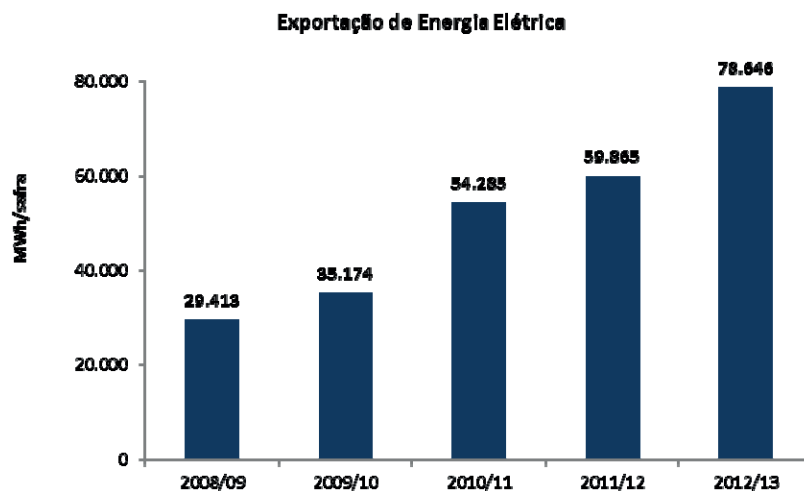
Além da vantagem logística, podemos citar como fatores que agregam ao operacional da Nardini, o clima favorável, que mitiga a necessidade de irrigação, a proximidade de grandes centros consumidores de produtos alimentícios e de consumidores de combustíveis e a proximidade de fornecedores de equipamentos e insumos.

Energia Elétrica de Biomassa

A unidade de Vista Alegre é autossuficiente em energia elétrica, possuindo uma planta de cogeração de energia elétrica capaz de exportar energia a uma potência de 30 MW, além de fornecer vapor e energia suficiente para todo o seu processo industrial. A Nardini foi uma das primeiras usinas do setor a comercializar energia elétrica, em 2001, e em 2011 a usina passou por investimentos que a fizeram chegar ao patamar atual de cogeração além da construção de uma nova subestação de linha de transmissão de 138kv.

Na data deste Prospecto, o parque industrial da Nardini é composto por: (i) uma caldeira de alta pressão (67kgf/cm²) com capacidade de produção de 200 tvh; (ii) três caldeiras de baixa pressão (21 kgf/cm²), que somadas possuem a capacidade de produção de 320 tvh; e (iii) parque de geração de energia elétrica com capacidade instalada de 54 MW, sendo 39 MW acionados por turbina de contra pressão e 15 MW acionados por turbina de condensação.

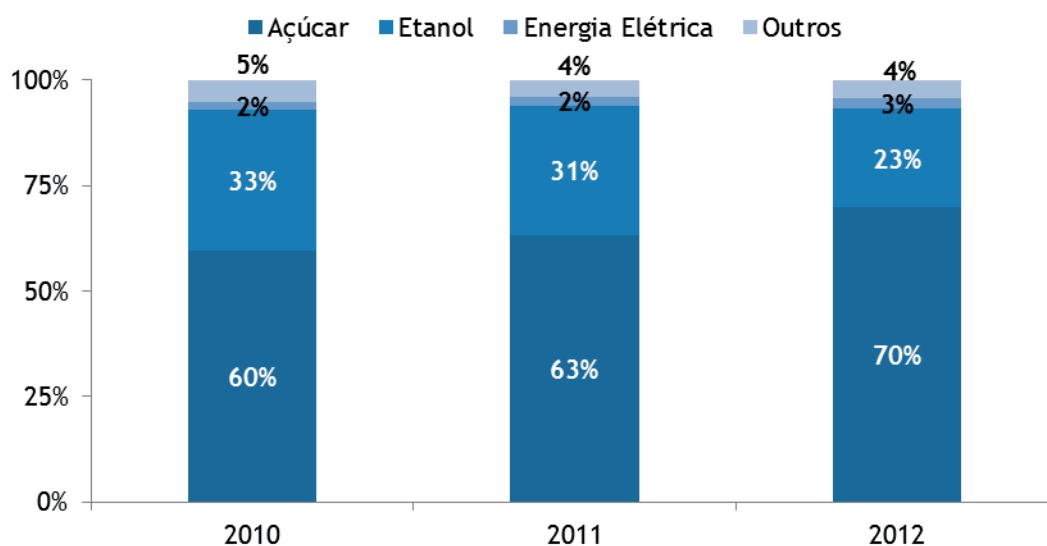
Esse conjunto industrial tem uma capacidade de produção de 70 kWh por tonelada de cana moída. O rendimento energético é suficiente para abastecer o parque industrial, a fertirrigação das terras e a administração. Assim, o excedente de energia elétrica é comercializado.



Fonte: Nardini

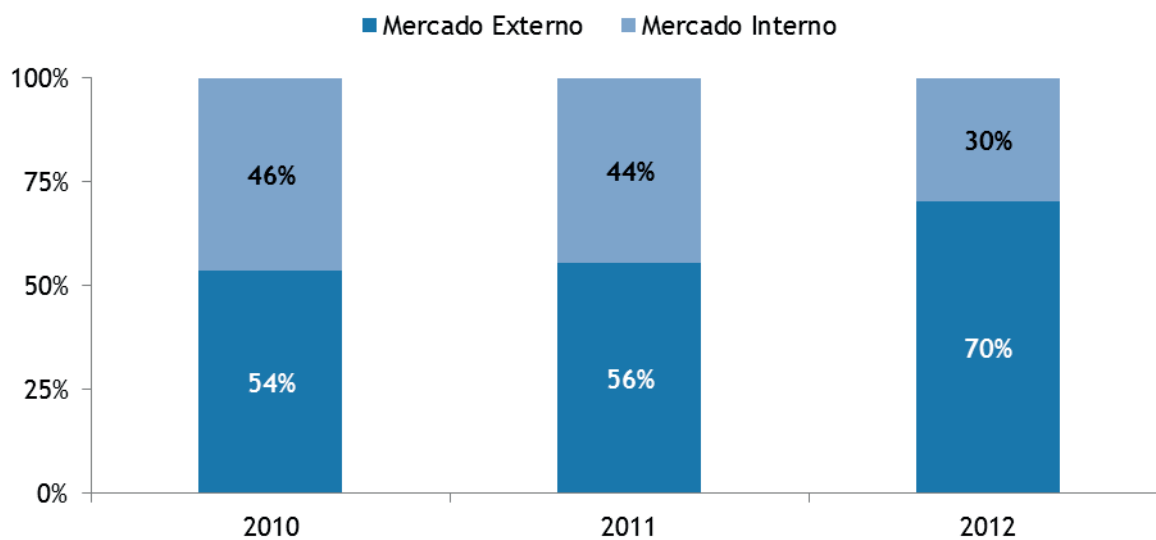
Resultados

O gráfico abaixo demonstra a participação de cada produto no faturamento da Nardini dos últimos três anos:



Fonte: Nardini

Segue abaixo a divisão do faturamento da Nardini entre mercado externo e interno:



Fonte: Nardini

Nas últimas três safras, o açúcar tem sido o principal produto da companhia, chegando ao último ano com uma participação de 70% do faturamento global da companhia. A empresa produz e vende etanol anidro e hidratado para o mercado interno e externo.

Dados Econômicos Financeiros

Quadro-Econômico Financeiro (em R\$ mil)- Ano/Fiscal			
	2012	2011	2010
Ativo	818.453	710.802	639.591
Ativo Circulante	245.743	189.181	185.401
Realizável a Longo Prazo	23.098	11.925	9.658
Ativos Biológicos	101.173	97.756	89.721
Permanente Imobilizado	445.652	410.547	354.288
Permanente Intangível	2.788	1.393	523
Passivo	818.453	710.802	639.591
Passivo Circulante	240.098	162.577	172.766
Exigível a Longo Prazo	343.956	274.754	221.776
Patrimônio Líquido	234.399	273.471	245.050
Resultados			
Receita Operacional Líquida	429.677	393.862	347.633
Lucro Bruto	67.023	115.130	134.741
Resultado Financeiro Líquido	(53.106)	(38.086)	(8.078)
Lucro (prejuízo) antes do IR&CSLL	(41.994)	37.474	78.439
Lucro Líquido após IR	(24.071)	29.891	53.969
Indicadores			
EBITDA	112.674	146.726	126.639
Margem EBITDA	26,2%	37,2%	36,4%
Endividamento Bruto	448.284	332.319	270.968
Caixa e Equivalentes de Caixa	64.999	29.993	35.475
Endividamento Líquido	383.285	302.326	235.493
Estoque de Produtos Acabados	88.980	81.753	80.884
Liquidez Corrente	1,02x	1,16x	1,07x

Fonte: Nardini

Recursos Humanos

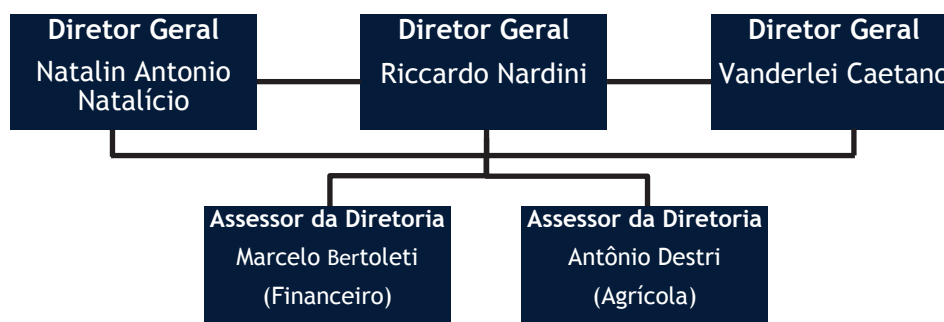
Durante o ano de 2013, a atividade da Nardini contou com uma média de 4.509 empregados durante a safra, enquanto que em 2012 foram uma média de 4.709 empregados durante a safra.

Setor	2013	2012
Administrativo	121	119
Indústria	556	550
Agrícola	3.566	3.754
Aporé	266	286
Total	4.509	4.709

Fonte: Nardini

Estrutura Administrativa

A Nardini conta com um management composto por profissionais com vasta experiência no setor sucroenergético:



Fonte: Nardini

Todos os diretores possuem capacitação técnica para ocuparem as suas respectivas funções, conforme demonstrado num breve currículo:

Riccardo Nardini - Diretor Geral - 51 anos. Faz parte do quadro de funcionários desde 1986, após concluir o curso superior em Administração de Empresas, em São Paulo, na Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP. Acompanhou e trabalhou sempre ao lado do pai, Aurélio Nardini, no comando e gerenciamento das empresas do Grupo. Em 2003, assumiu o cargo de diretor executivo do Grupo Aurélio Nardini dando continuidade aos negócios da família. Atua nas quatro empresas do Grupo, (i) Nardini, (ii) Laticínios Matinal, (iii) ANLog - Aurélio Nardini Logística e (iv) Auto Posto Santa Rita.

Natalin Antônio Natalício - Diretor Geral - 66 anos. Atua no Grupo Aurélio Nardini há mais de 45 anos onde construiu sua carreira profissional. Durante este período, trabalhou nas áreas contábil, financeira e administrativa das diversas empresas do Grupo. Há mais de oito anos ocupa o cargo de Diretor Geral do Grupo. Sua formação é em técnico contábil, e durante o desenvolvimento de sua carreira passou por diversos cursos, treinamentos e capacitação nos cargos que exerceu dentro das empresas. Cursou especialização (pós-graduação Lato sensu) MTA (Master of Technology Administration) em Gestão do Setor Sucroalcooleiro, pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.

Vanderlei Adauto Caetano - Diretor Geral - 44 anos. Ingressou na empresa há 21 anos, como analista de sistemas. Formado pela Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp), realizou o MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e MTA em Gestão de Tecnologia Industrial Sucroenergética pela Universidade Federal de São Carlos. Esteve muitos anos à frente do Departamento Comercial na Nardini, sendo responsável pela área de vendas de açúcar, etanol, energia e subprodutos, além de gerenciar o setor de expedição e contratar e acompanhar a logística. Também foi responsável pelo o setor de compras de matéria-prima, insumos industriais, agrícolas e equipamentos.

Antonio Destri - Assessor de Diretoria - 60 anos. Formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração de Empresas de Catanduva (1979), formado em Direito pela Faculdade de Direito Riopretense (1987), Pós Graduado em Lato Sensu em Administração de Recursos Humanos pela Faculdade de Administração de Empresas de Catanduva (1996), cursou MTA em Gestão Sucoalcooleira pela Universidade Federal de São Carlos- UFSCAR. Assessoria a diretoria oferecendo suporte operacional ao setor agrícola e automotivo, levando em consideração a política e o plano de metas da empresa, acompanhando a implantação de novas metas, orçamento e planejamento de investimentos. Experiência de 27 anos na área de Recursos Humanos e há mais de 7 anos como Assessor de Diretoria.

Marcelo Pio Bertoleti - Assessor de Diretoria - 34 anos. Formado em Ciências Contábeis em 2001 pela UNICEP/São Carlos e pós-graduado em MTA- Master of Technology Administration em Gestão de Tecnologia Industrial Sucoenergética pela UFSCAR. Profissionalmente, trabalhou durante seis anos na KPMG e está na Nardini desde 2008 quando iniciou suas atividades como coordenador contábil, fiscal e financeiro.

Responsabilidade Social e Ambiental

O Grupo Nardini sempre focou em manter práticas sustentáveis com relação ao meio ambiente e pessoas. Pensando nisso, o Grupo busca cada vez mais sedimentar seu papel social no ambiente em que está inserido.

Seguem abaixo algumas das iniciativas da Nardini para manutenção da sustentabilidade socioambiental:

Campanha de Doação de Medula Óssea: Promovida em parceria com o Hospital de Câncer de Barretos, a campanha buscou aumentar o número de possíveis doadores de medula óssea, e conscientizar os colaboradores de que ser um doador não traz nenhum dano à saúde e pode salvar uma vida. Foram cadastrados mais de 700 novos doadores, todos funcionários da empresa.

Campanhas de vacinação e prevenção de doenças: Desenvolvida pela equipe de Medicina do Trabalho, estas campanhas são pontuais e realizadas regularmente com os colaboradores.

Inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD's): A empresa implantou em 2007 o Programa de Inclusão Social de Pessoas com Deficiências (PcD's), em parceria com o Centro de Referência no Atendimento aos PcD's da Escola "Ítalo Bologna", do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de Itu (SP). O objetivo do programa é incentivar a inclusão de deficientes no mercado de trabalho, eliminando a discriminação e preconceitos existentes na sociedade.

Clube Recreativo: Preocupada com a qualidade de vida e bem-estar de seus colaboradores, a Nardini oferece um Clube Recreativo aos seus funcionários e dependentes com grande área de lazer, social e esportiva. Com área total de 2.130m², o Clube oferece campo de futebol oficial, quadra poliesportiva, área de lazer com bar e churrasqueira, salão social e playground para as crianças. Em 1990, o Clube ganhou dois campos de bocha, o salão social foi ampliado e em 2005, foi construída uma capela em homenagem ao fundador do grupo, Aurélio Nardini. Os colaboradores da empresa podem disponibilizar do Clube para realização de festas e eventos.

Confraternizações: Internamente, a empresa promove eventos sociais nas datas comemorativas. Mulheres, mães, pais e crianças são homenageados em seus respectivos dias com confraternizações na empresa.

Corrida Matilat Nardini: Prova pedestre de 10 km realizada em Catanduva desde 2000, com o objetivo de incentivar a prática do esporte, melhorando a qualidade de vida de colaboradores e da comunidade. Mais de 800 atletas, entre brasileiros e estrangeiros, participam da competição, que é uma das provas seletivas para a Corrida São Silvestre. No mesmo dia, ocorre também a Corrida Kids, para crianças e adolescentes de 7 a 17 anos.

Prêmio Aurélio Nardini: Criado em 2006 para gerar integração entre comunidade e empresa, o Prêmio Aurélio Nardini destaca o comprometimento da Nardini com a Educação. Ele é oferecido a estudantes da 5ª série da Escola Municipal Irineu Julião e da 9ª série da Escola Estadual Professor Salvador Gogliano Junior, de Vista Alegre do Alto, onde está localizada a usina, e ocorre anualmente.

Projeto Nardini Sempre Verde: O projeto visa educar e orientar crianças da comunidade sobre responsabilidade diante da conservação do meio ambiente. Em comemoração ao Dia da Árvore e ao Dia Mundial do Meio Ambiente, a empresa recebe alunos de escolas municipais e estaduais de Vista Alegre do Alto e região para uma palestra sobre educação ambiental. Cada criança planta uma muda de árvore nas áreas de preservação permanentes (APPs) da usina, e pode acompanhar o crescimento da planta. Essa atividade gera o plantio de 800 mudas por ano. Ao final do evento, é distribuído aos participantes brindes ecologicamente corretos e material didático para auxílio da disciplina Educação Ambiental.

Adequação Ambiental: Paralelo ao “Nardini Sempre Verde”, a empresa desenvolve o Projeto de Adequação Ambiental nas propriedades rurais que tem o objetivo de formar ambientes de produção agrícola em sinergia com a biodiversidade, promovendo os Sistemas Agro-florestais (SAF's).

Reuso da água: A Estação de Tratamento de Efluentes Industriais (ETE) já tem três estações em funcionamento e outras em fase de construção. Com este projeto, a usina trata todo tipo de efluentes, inclusive o esgoto doméstico e efluentes industriais, através do tratamento biológico. A água residuária será devolvida com 97% de pureza, sendo reutilizada na empresa para serviços gerais de limpeza de pátios, veículos e implementos agrícolas.

Projeto EcoAR: O projeto envolve motoristas e mecânicos da Nardini com o objetivo de controlar a emissão de gases de sua frota de veículos movidos a diesel e, ao mesmo tempo, conscientizar, qualificar e motivar motoristas e responsáveis do setor de transporte para a necessidade de racionalização do uso de diesel. O projeto segue as diretrizes do Projeto Despoluir, desenvolvido pelo Programa Nacional de Racionalização de Uso de Derivados do Petróleo e Gás Natural (CONPET), que visa a regulação e manutenção dos motores para redução da fumaça preta emanada pelos veículos a diesel. É parceira da ação o SetCarp - Sindicato das Empresas de Transporte de Carga de São José do Rio Preto e Região.

Preservação de animais silvestres: A Nardini possui quatro represas ao seu redor onde realiza a preservação da fauna e flora da região. Os animais silvestres são monitorados e criados dentro de seu habitat natural.

Viveiro de Mudas: O Departamento de Meio Ambiente da Nardini mantém um Viveiro de Mudas, com produção de até 60 mil mudas/ano de árvores nativas. As mudas são distribuídas aos fornecedores, clientes e colaboradores da empresa.

Protocolo Agroambiental: A Nardini foi uma das primeiras empresas do setor sucroenergético a aderir ao Protocolo Agroambiental, em 2007. O documento, definido pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento e União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (ÚNICA), determina a adoção de práticas agroambientais sustentáveis na agroindústria canavieira. O protocolo determina o fim da queima da palha até 2017.

Certificações

Buscando o atendimento dos padrões de qualidade e às demandas dos mercados nacional e internacional, a Nardini investiu em padronização e monitoramento do processo produtivo, dos produtos finais, da qualidade das condições de trabalho, e no compromisso socioambiental.

Desde 2005 a Nardini possui o selo de qualidade ISO 9001:2000, migrando para a versão ISO 9001:2008, em 2009. Em 2012, o Sistema de Gestão da Segurança de Alimentos adotado pela Nardini lhe rendeu a recomendação para a certificação ISO 22000, norma mundial específica para a cadeia de alimentos, que abrange a produção, embalagem e logística de distribuição do açúcar produzido pela empresa.

Além disso, a Nardini já possui os seguintes certificados:

- (i) Selo "*Empresa Compromissada*" 2012: Concedido a usinas sucroenergéticas cumpridoras do "*Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar*", em 2012;
- (ii) Selo Protocolo Agroambiental da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de São Paulo;
- (iii) Selo de Empresa Cidadã da Prefeitura Municipal de Catanduva;
- (iv) Certificado "*Empresa que Educa*" do SENAC; e
- (v) Selo "*Empresa Amiga da Criança*", da Fundação Abrinq.

Tais certificações são fatores determinantes para a mitigação de riscos e suporte à rastreabilidade de todo o negócio.

Seguros

A Nardini possui as seguintes apólices de seguros vigentes:

- (i) Seguro patrimonial com cobertura para incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça.
- (ii) Seguro frota de veículos e maquinário.
- (iii) Seguros de vida

As apólices listadas são contratadas com empresas reconhecidas e sólidas no mercado, dentre elas: Bradesco Seguros e Allianz Seguros.

Prêmios

Nos últimos anos, a Nardini ganhou os seguintes prêmios:

- (i) Prêmio MasterCana Social 2012 Categoria Educação e Cultura, com o Projeto Nardini Sempre Verde e 2ª lugar na categoria Comunidade, com o Prêmio Aurélio Nardini;
- (ii) Prêmio Visão Brasil 2012 Categoria As 10 mais do Brasil no setor sucroalcooleiro;
- (iii) Melhores Práticas Socioambientais 2012 da ÚNICA Categoria 2: Educação básica de qualidade para todos, com Prêmio Aurélio Nardini;
- (iv) Visão Agro 2012 Categorias "*10 Melhores Gerentes Industriais do Estado de São Paulo*" e "*Destaque de Bionergia*";
- (v) Finalista - MasterCana Social 2011 Categoria Comunidade, com o Prêmio Aurélio Nardini;
- (vi) Visão Agro 2011 Categoria "*Inovação Tecnológica Industrial*";
- (vii) MasterCana Social 2010 Categoria Qualidade de Vida, com a Corrida Matilat Nardini;
 - (i) Visão Agro 2010 Categoria "*Geração e Cogeração de Energia*";
 - Visão Agro 2009 Categoria "*Controle e Preservação ambiental*"; e
 - Visão Agro 2007 Destaque "*Tecnologia em Produção de Açúcar*".

Relacionamento com a Ipiranga

Contrato de Fornecimento

A Nardini celebrou com a Ipiranga, em 24 de abril de 2013, o "*Contrato de Compra e Venda de Etanol Etílico Anidro Carburante e Etanol Etílico Hidratado Carburante*", o qual foi aditado em 18 de julho de 2013 e em 30 de setembro de 2013; nele, a Nardini se obrigou a entregar à Ipiranga, pelo prazo de 72 meses, Etanol Etílico Anidro Carburante e Etanol Etílico Hidratado Carburante ("*Contrato de Fornecimento*"). Os recebíveis devidos no âmbito do Contrato de Fornecimento são objeto do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme descrito acima.

A CZARNIKOW

Este sumário é apenas um resumo das informações da Czarnikow. As informações contidas nesta seção foram obtidas e compiladas de fontes públicas (certidões emitidas pelas respectivas autoridades administrativas e judiciais, bem como pelos respectivos escritórios de registros públicos, relatórios anuais, websites da Czarnikow e da CVM, jornais, entre outros) consideradas seguras pela Emissora e pelo Coordenador Líder.

Czarnikow é um dos mais respeitados nomes no setor sucroenergético, prestando serviços aos participantes deste mercado há mais de 150 anos.

A atividade principal da empresa é a comercialização de açúcar e etanol para clientes, também prestando serviços de armazenagem, logística, assessoria e execução. Em 2012, o volume de negócios foi de US\$ 3 bilhões.

Com sede em Londres, a Czarnikow tem 11 escritórios no exterior, atuando nas maiores áreas de produção e consumo do mundo, incluindo Miami, Cidade do México, São Paulo, Moscou, Nairobi, Dubai, Trinidad, Israel, Guangzhou e Singapura. A Czarnikow é uma empresa que desenvolve atividades especializadas (setor sucroalcooleiro), empregando mais de 190 pessoas em todo o mundo.

A Czarnikow atua exclusivamente no setor de açúcar, etanol e bioenergia, operando em toda a cadeia de abastecimento, prestando serviços aos produtores, usineiros, processadores de beterraba, refinadores, traders, bancos, fundos e consumidores industriais, sempre em sintonia com padrões éticos e corporativos globalmente adotados. Os serviços envolvendo a cadeia de suprimentos são os pilares das relações comerciais da empresa, que realiza o trading físico de mais de 4 milhões de toneladas de açúcar por ano, equivalente a 10% do mercado internacional, com mais de 410 clientes em 83 países. A atuação global da Czarnikow lhe fornece preciosas informações, que aliadas a sua centenária experiência, oferece as condições necessárias para a elaboração de acuradas análises sobre o mercado sucroalcooleiro.

As visões da companhia são derivadas de um *business* único: utilizar análises minuciosas, expertise e relacionamentos para extrair valor a partir do mercado mundial de açúcar e etanol. Tais relacionamentos incluem uma proporção significativa dos maiores produtores globais (como, por exemplo, os acionistas: British Sugar (ABF) - o maior produtor de açúcar branco no mundo, e o Banco Macquarie - com forte exposição no mercado agrícola), muitas das maiores refinarias e grandes consumidores industriais e de bens de consumo, incluindo a recente indústria de bioplástico e combustíveis avançados.

Os serviços prestados a estes clientes incluem: suprimento físico, logística, gestão de riscos, *trading* físico e de futuros, *corporate finance* e consultoria estratégica. A visão de mercado da Czarnikow é formada por nossas expectativas com relação aos fluxos de açúcar, mês a mês e país a país.

A equipe de consultoria de mercado, a maior do setor, é renomada por suas análises de tendências no mercado de açúcar e mercados relacionados derivadas de informações especializadas sobre fluxos de comércio físico, dinâmica de mercados locais individuais, além das informações sobre dinâmicas de mercado globais e tendências de preços.

A divisão de *corporate finance* da Czarnikow presta serviços financeiros e de consultoria estratégica para companhias envolvidas na cadeia de valores do setor sucroenergético em todo o mundo. A equipe é composta por profissionais que combinam conhecimento do mercado sucroenergético com serviços de *investment banking*.

A Czarnikow desenvolveu *valuations* para mais de 30 grupos do setor sucroenergético, compreendendo mais de 65 usinas de açúcar e etanol e análises de viabilidade econômico-financeira de mais de 15 atividades associadas, como: (i) co-geração de energia elétrica a partir de biomassa; (ii) projetos de Irrigação; (iii) armazéns portuários e inland; (iv) produção de biogás; e (v) tecnologias avançadas. Nos últimos 5 anos, a divisão de Corporate Finance foi responsável por USD 1.0 bilhão em transações envolvendo fusões e aquisições e projetos de co-geração de energia elétrica a partir de biomassa e por mais USD 1.5 bilhão em transações envolvendo financiamentos estruturados.

RELACIONAMENTOS

Entre o Coordenador Líder e a Emissora

Além dos serviços relacionados à presente Oferta, o Coordenador Líder possui com a Emissora vínculos resultantes da: (i) 22ª e 23ª Séries da 5ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora; e (ii) 45ª e 46ª Séries da 4ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora.

Ademais, o Coordenador Líder detém: (i) 40 títulos da 49 Série da 4ª Emissão de Certificados de recebíveis do Agronegócio da Emissora (código da operação na CETIP - IF - 13E0131041); e (ii) o título único da 23ª Série da 5ª Emissão da Emissora (código da operação na CETIP - IF - 12L0019695).

Entre o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário

Além dos serviços relacionados à presente Oferta, o Coordenador Líder não mantém relacionamento com o Agente Fiduciário.

Não há qualquer relação ou vínculo societário entre o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário.

Entre o Coordenador Líder e a Nardini

Além dos serviços relacionados à presente Oferta, a Nardini possui, com o Coordenador Líder, vínculos resultantes de contratos financeiros, especialmente de: (i) Contratos de Financiamento (BNDES Finame Empresarial PSI e BNDES Finame); (ii) Contratos de Financiamento à Exportação; (iii) Contrato de Carta de Crédito Stand By; (iv) Contrato Banco do Brasil Capital de Giro de Exportação; e (v) Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio. O valor total do saldo devedor de principal atualizado é de R\$77.910.920 (setenta e sete milhões, novecentos e dez mil, novecentos e vinte reais), com data-base em 26 de setembro de 2013 e vencimentos até 15 de janeiro de 2023.

Entre o Coordenador Líder e o Agente Registrador

Além dos serviços relacionados à presente Oferta, o Coordenador Líder não mantém empréstimos, investimentos ou qualquer outro relacionamento com o Agente Registrador.

Não há qualquer relação ou vínculo societário entre o Coordenador Líder e o Agente Registrador.

Entre o Coordenador Líder e a Czarnikow

Além dos serviços relacionados à presente Oferta, o Coordenador Líder não mantém empréstimos, investimentos ou qualquer outro relacionamento com a Czarnikow.

Não há qualquer relação ou vínculo societário entre o Coordenador Líder e a Czarnikow.

Entre o Banco Santander e a Emissora

Além dos serviços relacionados à presente Oferta, o Banco Santander não mantém empréstimos, investimentos ou qualquer outro relacionamento com a Emissora.

Não há qualquer relação ou vínculo societário entre o Banco Santander e a Emissora.

Entre o Banco Santander e o Agente Fiduciário

Além dos serviços relacionados à presente Oferta, o Banco Santander não mantém relacionamento com o Agente Fiduciário.

Não há qualquer relação ou vínculo societário entre o Banco Santander e o Agente Fiduciário.

Entre o Banco Santander e a Nardini

Além dos serviços relacionados à presente Oferta, a Nardini possui, com o Banco Santander, vínculos resultantes de contratos financeiros, especialmente de: (i) Contratos de Financiamento (BNDES Finame PSI); (ii) Contratos de Pré-Pagamento de Exportações; (iii) Contrato Crédito de Exportação; e (iv) Aplicações financeiras, através de operações compromissadas. O valor total do saldo devedor de principal atualizado é de USD33.000.000,00 (trinta e três milhões de dólares), acrescidos de aproximadamente R\$ 25.500.000,00 (vinte e cinco milhões e quinhentos mil reais), com data-base em 30 de setembro de 2013, com vencimento até 17 de julho de 2017.

Entre o Banco Santander e o Agente Registrador

Além dos serviços relacionados à presente Oferta, o Banco Santander não mantém empréstimos, investimentos ou qualquer outro relacionamento com o Agente Registrador.

Não há qualquer relação ou vínculo societário entre o Banco Santander e o Agente Registrador.

Entre o Banco Santander e a Czarnikow

Além dos serviços relacionados à presente Oferta, o Banco Santander não mantém empréstimos, investimentos ou qualquer outro relacionamento com a Czarnikow.

Não há qualquer relação ou vínculo societário entre o Banco Santander e a Czarnikow.

Entre a Emissora e o Agente Fiduciário

Além dos serviços relacionados à presente Oferta, a Emissora não mantém empréstimos, investimentos ou qualquer outro relacionamento com o Agente Fiduciário.

Não há qualquer relação ou vínculo societário entre a Emissora e o Agente Fiduciário.

Entre a Emissora e a Nardini

Além dos serviços relacionados à presente Oferta, a Emissora não mantém empréstimos, investimentos ou qualquer outro relacionamento com a Nardini.

Não há qualquer relação ou vínculo societário entre a Emissora e a Nardini.

Entre a Emissora e o Agente Registrador

Além dos serviços relacionados à presente Oferta, a Emissora não mantém empréstimos, investimentos ou qualquer outro relacionamento com o Agente Registrador.

Não há qualquer relação ou vínculo societário entre a Emissora e o Agente Registrador.

Entre a Emissora e a Czarnikow

A Emissora e a Czarnikow possuem uma parceria para estruturação e securitização de operações de Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA, específicos para o setor de açúcar e álcool.

Não há qualquer relação ou vínculo societário entre a Emissora e a Nardini.

Entre a Nardini e a Czarnikow

Além dos serviços relacionados à presente Oferta, está em negociação, entre divisão de *trading* da Czarnikow Group Ltd. e a Nardini, o "*Contrato de Compra e Venda de Açúcar VHP - a Granel - para Fins de Exportação*", nº 305962, referente à aquisição de 30.000 toneladas de açúcar bruto VHP para exportação, com entrega de 10.000 toneladas prevista para os meses de novembro de 2014, 2015 e 2016.

Não há qualquer relação ou vínculo societário entre a Emissora e a Czarnikow ou operação de empréstimos, investimentos ou qualquer outro relacionamento financeiro com a Czarnikow.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

- ANEXO I** - ESTATUTO SOCIAL DA EMISSORA
- ANEXO II** - ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA QUE APROVOU A EMISSÃO
- ANEXO III** - DECLARAÇÕES DA EMISSORA
- ANEXO IV** - DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER
- ANEXO V** - TERMO DE SECURITIZAÇÃO
- ANEXO VI** - CDCA
- ANEXO VII** - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA NARDINI

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

- ESTATUTO SOCIAL DA EMISSORA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL
GAIA FLORESTAL SECURITIZADORA S.A.

Denominação, Sede Social e Duração

Artigo 1º – A **GAIA FLORESTAL SECURITIZADORA S.A.** é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004 e suas respectivas alterações.

Artigo 2º – A Companhia tem sua sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rócio, 288, Cj. 16, parte, 1º Andar, Vila Olímpia, CEP 04.552-000, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir e/ou fechar filiais, escritórios ou representações em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Artigo 3º – O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Objeto Social

Artigo 4º – A Companhia tem por objeto social: (i) a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio e créditos imobiliários passíveis de securitização, conforme deliberação em Reunião da Diretoria ou do Conselho de Administração; (ii) a emissão e colocação, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) ou de qualquer outro título de crédito ou valor imobiliário ou do agronegócio compatível com suas atividades; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio ou de créditos imobiliários e emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ou Certificados de Recebíveis Imobiliários, incluindo, mas não se limitando, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios do agronegócio e de créditos imobiliários, bem como a realização de operações em mercados derivativos; (iv) a consultoria de investimentos em fundos de investimentos de cunho imobiliário ou relacionados ao agronegócio; e (v) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos do agronegócio.

Parágrafo Único – Estão incluídas no objeto social da Companhia as seguintes atividades: a) gestão e administração de créditos imobiliários e direitos creditórios do agronegócio, próprios ou de terceiros; b) a aquisição e a alienação de títulos representativos de créditos imobiliários e direitos creditórios do agronegócio; c) a emissão, distribuição, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão no Mercado Financeiro e de Capitais; d) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização próprias ou de terceiros; e) a realização de operações nos mercados de derivativos visando à cobertura de riscos; e f) a prestação de garantias para os valores

mobiliários por ela emitidos.

Capital Social e Ações

Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito, é de R\$ 1.000,00 (mil reais), representado por 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Artigo 6º - Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas.

Artigo 7º - O capital social poderá ser representado por até 50% (cinquenta por cento) de ações preferenciais nominativas, sem direito a voto, e a criação de nova classe dessa espécie de ação ou o aumento de classe existente poderá ser efetuada sem guardar proporção com as demais ações.

Artigo 8º - A Assembleia Geral que deliberar sobre a emissão de ações preferenciais, estabelecerá também as preferências a elas atribuídas em relação às demais classes de ações emitidas pela Companhia.

Artigo 9º - Com a inscrição do nome do Acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas, fica comprovada a respectiva propriedade das ações.

Assembleia Geral

Artigo 10 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social da Companhia, a fim de serem discutidos os assuntos previstos em lei e, extraordinariamente quando convocada, a fim de discutirem assuntos de interesse da Companhia, ou ainda quando as disposições do Estatuto Social ou da legislação vigente exigirem deliberações dos Acionistas, devendo ser convocada: a) por iniciativa do Presidente do Conselho de Administração ou a pedido da maioria de seus membros; ou, b) pelo Conselho Fiscal ou pelos Acionistas, nos casos previstos em lei.

Parágrafo Único - Todas as convocações deverão indicar a ordem do dia, explicitando ainda, no caso de reforma estatutária, a matéria objeto.

Artigo 11 - A Assembleia Geral, seja ela ordinária ou extraordinária, será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que convidará um dos presentes para secretariar os assuntos tratados.

Parágrafo Primeiro - Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia será instalada por qualquer um dos administradores da Companhia, que a presidirá.

Parágrafo Segundo - A representação do Acionista na Assembleia Geral se dará nos

termos do § 1º do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, desde que o respectivo instrumento de procuração tenha sido entregue na sede social da Companhia com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário para o qual estiver convocada a Assembleia. Se o instrumento de representação for apresentado fora do prazo de antecedência acima mencionado, este somente será aceito com a concordância do Presidente da Assembleia.

Artigo 12 - A Assembleia Geral tem poder para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as decisões que julgar conveniente à sua defesa e desenvolvimento, observadas as competências específicas dos demais órgãos de administração da Companhia.

Artigo 13 - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, não computados os votos em branco, com exceção do disposto no artigo seguinte e das demais previsões legais a respeito.

Artigo 14 - As matérias abaixo somente poderão ser consideradas aprovadas em Assembleia Geral quando tiverem o voto favorável de Acionistas que representem, no mínimo, metade das ações ordinárias emitidas pela Companhia: (i) criação de ações preferenciais ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais, salvo se já previstos ou autorizados pelo Estatuto Social; (ii) alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida; (iii) redução do dividendo obrigatório; (iv) fusão da Companhia, ou sua incorporação em outra; (v) participação em grupo de sociedades (art. 265 da Lei 6.404/76); (vi) mudança do objeto da companhia; (vii) cessação do estado de liquidação da Companhia; (viii) criação de partes beneficiárias; (ix) cisão da Companhia; e (x) dissolução da Companhia.

Administração da Companhia

Artigo 15 - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, cujas respectivas competências serão atribuídas pelo presente Estatuto Social, bem como pela legislação aplicável, estando os Conselheiros e Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções.

Parágrafo Primeiro - A representação da Companhia caberá à Diretoria, vez que trata-se o Conselho de Administração de um órgão de deliberação colegiada.

Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho de Administração, bem como da Diretoria, estarão devidamente investidos na posse quando das assinaturas dos "Termos de Posse" lavrados nos livros próprios, permanecendo em seus respectivos cargos até a efetiva posse de seus sucessores.

Parágrafo Terceiro - A Assembleia Geral deverá estabelecer a remuneração global de seus administradores, cabendo ao Conselho de Administração a sua distribuição.

Artigo 16 – O mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é de 02 (dois) anos, sendo possível a reeleição de quaisquer dos eleitos.

Conselho de Administração

Artigo 17 – O Conselho de Administração será composto por 03 (três) membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo.

Parágrafo Primeiro – O Conselho de Administração será composto por um Presidente, um Vice-Presidente e ainda por um conselheiro sem denominação específica.

Parágrafo Segundo – O Presidente do Conselho de Administração será substituído, em suas ausências ou impedimentos, pelo Vice-Presidente.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de ausência ou impedimento de quaisquer dos Conselheiros, o Conselheiro que estiver substituindo o Conselheiro impedido ou ausente votará por si e por seu representado.

Parágrafo Quarto – Nas hipóteses de vacância de qualquer cargo do Conselho de Administração, os Conselheiros remanescentes procederão à convocação da Assembleia Geral para preenchimento do mesmo.

Artigo 18 – O Conselho de Administração reunir-se-á, sempre que necessário, por iniciativa do Presidente, ou a pedido dos outros 02 (dois) conselheiros.

Artigo 19 – Se o Presidente, dentro de 05 (cinco) dias do recebimento do pedido de convocação da reunião, não o fizer, os membros do Conselho que tiverem feito o pedido poderão encaminhar o aviso de convocação.

Artigo 20 – As convocações serão realizadas com antecedência de 05 (cinco) dias através de “Cartas Convite” que serão entregues aos membros do conselho, devidamente assinadas pelo Presidente ou por quaisquer dois membros do Conselho, cartas estas que indicarão o local da reunião, bem como a ordem do dia a ser tratada na reunião.

Parágrafo Único – Em reuniões em que estiver presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, fica dispensada a formalidade tratada no caput deste artigo.

Artigo 21 – A reunião do Conselho de Administração instalar-se-á com a presença da maioria de seus membros em exercício.

Artigo 22 – As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes na reunião, não computados os votos em branco, cabendo ao Presidente em exercício, além de seu voto ordinário, na hipótese de empate, o voto de qualidade.

Artigo 23 – Após os trabalhos efetuados na reunião do Conselho de Administração, será lavrada uma Ata respectiva no livro próprio, a qual será assinada pelos Conselheiros presentes.

Artigo 24 – Compete ao Conselho de Administração, além das matérias elencadas pela legislação vigente:

I – fixar e aprovar os planos de negócios e de investimentos da Companhia, propostos pela Diretoria;

II – eleger, destituir e substituir os membros da Diretoria, fixando suas atribuições e remuneração mensal;

III - fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando os livros e papéis da Companhia, seus contratos formalizados ou em vias de celebração, bem como solicitar informações sobre quaisquer outros atos;

IV - convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando julgar conveniente, ou nos casos em que a convocação é determinada pela lei ou pelo presente Estatuto Social, a Assembleia Geral Extraordinária;

V - manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;

VI - escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;

VII - aprovar a alteração do endereço da sede social da Companhia, bem como a abertura de filiais, escritórios ou representações;

VIII - autorizar a Companhia a adquirir suas próprias ações, para cancelamento ou manutenção em tesouraria, bem como as condições para alienação das ações mantidas em tesouraria;

IX - autorizar a alienação ou oneração de elemento do ativo permanente da Companhia;

X – autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de garantias e obrigações à terceiros, exceto quando realizada no curso normal dos negócios;

XI – autorizar a tomada de empréstimos e financiamentos pela Companhia;

XII – autorizar a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários e/ou Certificados de Recebíveis do Agronegócio (a) que não contem com a instituição de regime fiduciário, e/ou (b) que contem com garantia flutuante outorgada pela Companhia; e

XIII - deliberar sobre a aplicação de sanções a todas as pessoas sujeitas à Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes da Companhia e que a descumprirem.

Diretoria

Artigo 25 – A Diretoria será composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 05 (cinco) membros, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relação com Investidores e, os demais, Diretores sem designação específica.

Parágrafo Único – Para o exercício da função de membro da Diretoria, poderão ser contratados profissionais para este fim específico, ou ainda membros do Conselho de Administração.

Artigo 26 – Na hipótese de vacância do cargo de Presidente da Diretoria, seu substituto será eleito pelo Conselho de Administração e, enquanto não houver esta escolha, o Diretor de Relações com Investidores cumulará esta função.

Parágrafo Primeiro – A mesma situação acima aplicar-se-á na hipótese de vacância do cargo de Diretor de Relações com Investidores, cujo cargo será preenchido pelo Diretor Presidente, e com este cumulado, até que ocorra nova nomeação pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo – As situações acima descritas também aplicar-se-ão na hipótese de falta, impedimento ou ausência de quaisquer dos dois diretores.

Artigo 27 – Os membros da Diretoria possuem amplos poderes para representar a Companhia ativa e passivamente, gerir seus negócios, praticar todos os atos necessários para a realização de operações relacionadas com o objeto social descrito neste Estatuto Social, conforme normas e diretrizes determinadas pelo Conselho de Administração, podendo para este fim, contrair empréstimos e financiamentos, adquirir, alienar e constituir ônus reais sobre bens e direitos da Companhia, definir a política de cargos e salários dos funcionários e prestadores de serviços da Companhia, sempre em conformidade com o Artigo 24 supra.

Parágrafo Único – Compete ainda à Diretoria, autorizar a emissão e colocação junto ao mercado financeiro e de capitais de Certificados de Recebíveis Imobiliários e de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ou quaisquer outros valores mobiliários que não dependam de aprovação do Conselho de Administração, devendo, para tanto, tomar todas as medidas necessárias para a implementação destas operações.

Artigo 28 – A Companhia deverá obrigatoriamente ser representada: (i) pela assinatura do Diretor Presidente, agindo isoladamente; (ii) por assinaturas conjuntas de 02 (dois) Diretores; (iii) por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) Procurador da Companhia; ou, (iv) por 02 (dois) Procuradores da Companhia em conjunto, desde que investidos de poderes específicos.

Parágrafo Primeiro – As procurações mencionadas no caput deste artigo deverão ser outorgadas obrigatoriamente pelo Diretor Presidente, agindo isoladamente, ou por 02 (dois) membros da Diretoria em conjunto, devendo ter expressamente especificados os poderes outorgados, sob pena de invalidade do mandato, não podendo possuir validade superior a 01 (um) ano, exceto as de caráter “ad judícia”.

Parágrafo Segundo – A Companhia poderá ser representada por apenas 01 (um) membro da Diretoria, ou ainda por apenas 01 (um) Procurador com poderes especiais, perante repartições públicas, sociedades de economia mista, empresas públicas e concessionárias de serviços públicos:

- I – em atos que não acarretem em criação de obrigações para a Companhia;
- II – no exercício do cumprimento de obrigações tributárias, parafiscais e trabalhistas; e,
- III – na preservação de seus direitos em processos administrativos.

Parágrafo Terceiro – A representação ativa e passiva da Companhia em Juízo, para receber citação ou notificação, prestar depoimento pessoal ou atos análogos, caberá ao Diretor Presidente e, na sua ausência, a qualquer um dos Diretores.

Artigo 29 – Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

- I – representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais;
- II – representar a Companhia junto a seus investidores e acionistas; e,
- III – manter atualizado o registro de Companhia Aberta.

Parágrafo Único - Compete ao Diretor sem designação específica auxiliar o Diretor Presidente em todas as tarefas que este lhes atribuir, exercer as atividades referentes às funções que lhes tenham sido outorgadas pelo Conselho de Administração e praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, desde que autorizados pelo Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

Artigo 30 – A Companhia possuirá um Conselho Fiscal, com as atribuições legais, o qual será composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e demais conselheiros sem denominação específica, eleitos pela Assembleia Geral, admitida a reeleição, com atribuições e prazos de mandato previstos em lei.

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios fiscais em que for convocado pelos Acionistas, nos termos da lei.

Parágrafo Segundo – A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho Fiscal também será responsável por estabelecer as respectivas remunerações.

Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucro

Artigo 31 – O exercício social da Companhia terminará em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaboradas pela Diretoria as demonstrações financeiras do correspondente exercício, as quais serão apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária em conjunto com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como da distribuição de dividendos.

Parágrafo Primeiro – A destinação do lucro líquido do exercício se dará da seguinte forma:

I – 5% (cinco por cento) será aplicado na constituição de reserva legal, observado que não poderá exceder 20% (vinte por cento) do capital social ou, se acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social;

II – pagamento de dividendo mínimo obrigatório; e

III – pagamento de dividendos extraordinários, caso aprovado pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O saldo remanescente depois de atendidas as exigências legais terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Artigo 32 – Será distribuído em cada exercício social, como dividendo mínimo obrigatório pela Companhia, o montante correspondente a 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Parágrafo Único – O montante a ser distribuído será reduzido pela importância destinada à constituição da reserva legal, mencionada no inciso I, do parágrafo primeiro do artigo anterior e da reserva para contingências previstas no artigo 195 da Lei 6.404/7, acrescido do montante eventualmente revertido da reserva para contingências formada em exercícios anteriores.

Artigo 33 – A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio, imputando-os como dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 34 – A qualquer tempo durante o exercício social, o Conselho de Administração poderá declarar e pagar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros e de lucros acumulados existentes nos exercícios sociais precedentes.

Liquidação

Artigo 35 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, caso em que competirá ao Conselho de Administração nomear o liquidante, bem como fixar a remuneração do mesmo.

Parágrafo Único – No período de liquidação da Companhia, o Conselho de Administração continuará em funcionamento.

Foro

Artigo 36 – Fica eleito o Foro Central da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja, como o único competente a conhecer e julgar qualquer questão ou causa que, direta ou indiretamente, derivem da celebração deste Estatuto Social ou da aplicação de seus preceitos.”

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO II

- ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA QUE APROVOU A EMISSÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

JUCESP
21 01 13



JUCESP PROTOCOLO
0.018.379/13-8



GAIA FLORESTAL SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF 14.876.090/0001-93

NIRE 35.300.418.514

**ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA
REALIZADA EM 02 DE JANEIRO DE 2.013**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 02 (dois) dias do mês de janeiro de 2.013, às 12:00 horas, na sede social da **GAIA FLORESTAL SECURITIZADORA S.A.** ("Companhia"), situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rócio, 288, Cj. 16, parte, 1º Andar, Vila Olímpia, CEP 04.552-000.

PRESENÇA: A totalidade dos membros da Diretoria da Companhia.

CONVOCAÇÃO: Dispensada tendo em vista a presença da totalidade dos Diretores da Companhia.

MESA: João Paulo dos Santos Pacífico, Presidente da Mesa; Fernanda Mazzonetto, Secretária da Mesa.

ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES: O senhor Presidente declarou instalada a Reunião da Diretoria e, por unanimidade de votos dos presentes, sem quaisquer restrições, foi aprovado pelos Diretores da Companhia autorizar a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA e Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI até o limite de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), consideradas emissões de CRA e CRI em conjunto, por prazo indeterminado. Os CRA e CRI serão emitidos em uma ou mais emissões e séries, nos termos da lei competente, e poderão ter sua colocação realizada total ou parcialmente.

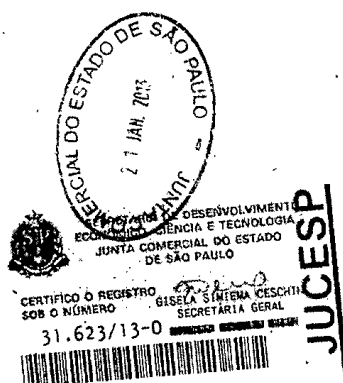
ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida e, achada conforme, sendo assinada por todos os Diretores presentes. a.a. João Paulo dos Santos Pacífico - Presidente da Mesa; Fernanda Mazzonetto - Secretária da Mesa. Diretores Presentes: João Paulo dos Santos Pacífico - Presidente; e Fernanda Mazzonetto - Diretora de Relações com Investidores.

**JOÃO PAULO DOS SANTOS
PACÍFICO**

Presidente da Mesa e
Presidente da Companhia

FERNANDA MAZZONETTO

Secretária da Mesa e
Diretora de Relações com Investidores



ANEXO III

- DECLARAÇÕES DA EMISSORA

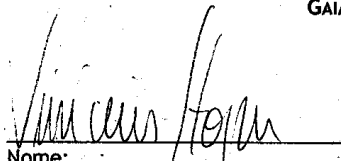
(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DA SECURITIZADORA

A GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rocio, 288, 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.876.090/0001-93, com seu Estatuto Social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE n.º 35300418514, e inscrita na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o n.º 02276-4, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de Emissora, declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, que: (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta; (ii) o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo contêm todas as informações necessárias relevantes ao conhecimento, pelos Investidores, dos CRA, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes no âmbito da Oferta; e o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo foram elaborados de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 06 de novembro de 2013

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.

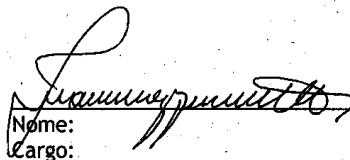


Nome:

Cargo:

Vinicius Stopa
RG: 30.393.860-2
CPF: 218.718.568-09

*Diretor de Relações
com Investidores*



Nome:

Cargo:

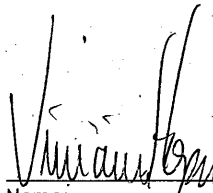
Fernanda Mazzonetto
Diretora

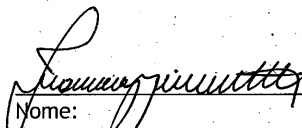
DECLARAÇÃO DA SECURITIZADORA

A GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rocio, 288, 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.876.090/0001-93, com seu Estatuto Social registrado na Junta de Comércio do estado de São Paulo sob o NIRE n.º 35300418514, e inscrita na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o n.º 02276-4, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"), para fins de atender o que prevê o item 4 do anexo III da Instrução CVM n.º 414, de 30 de dezembro de 2004; conforme alterada, na qualidade de companhia emissora dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (primeira) série de sua 4ª (quarta) emissão ("Emissão"), declara, para todos os fins e efeitos que institui regime fiduciário composto (i) pelos Direitos Creditórios do Agronegócio representados pelo CDCA; (ii) pelo Fundo de Reserva e Fundo de Despesas; e (iii) pelas respectivas garantias e bens ou direitos decorrentes dos itens (i) e (ii), acima, conforme aplicável.

São Paulo, 03 de outubro de 2013

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.


Nome: Vinicius Stopa
Cargo: RG: 30.393.860-2
CPF: 218.718.568-09


Nome: Fernanda Mazzonetto
Cargo: Diretora

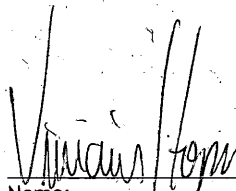
DECLARAÇÃO

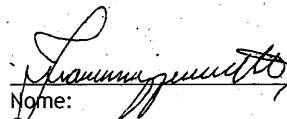
A GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rocio, 288, 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.876.090/0001-93, nos termos do item 11, do Anexo II, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2001, conforme alterada, declara que seu registro de companhia aberta perante a CVM, concedido sob o n.º 02276-4, em 28 de março de 2012, encontra-se atualizado.

Sendo o que cumpria para o momento, renova os votos de estima e consideração e subscreve-se.

São Paulo, 03 de outubro de 2013

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.


Nome: Vinicius Stopa
Cargo: RG: 30.393.860-2
CPF: 218.718.568-09


Nome: Fernanda Mazzone
Cargo: Diretora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO IV

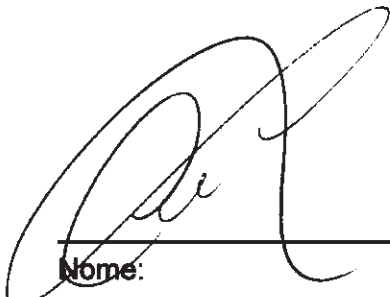
- DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER

O BB BANCO DE INVESTIMENTOS S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº105, 36º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de Coordenador Líder, declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, e em relação à Oferta Pública da 1ª Série da 4ª Emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio da Gaia Agro Securitizadora S.A: (i) que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (a) as informações fornecidas pela Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisões fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição no âmbito da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora que integram o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (ii) que o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo contêm todas as informações necessárias relevantes ao conhecimento, pelos Investidores Qualificados, dos CRA, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes no âmbito da Oferta; e (iii) o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo foram elaborados de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 4 de outubro de 2013.



Nome:
Cargo: **Aginaldo Barbieri**
Gerente Executivo

BB BANCO DE INVESTIMENTOS S.A.



Nome:
Cargo: **Paula Fajardo Archanjo**
Procuradora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- TERMO DE SECURITIZAÇÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TERMO DE SECURITIZAÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO

para emissão de

CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO
DA 1ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.
Como Emissora




celebrado com

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.
Como Agente Fiduciário

Datado de 19 de novembro de 2013

DA#8602532 v35



**TERMO DE SECURITIZAÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO PARA EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE
RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO
DA 1ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.**

ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES, PRAZOS E AUTORIZAÇÃO	1
2. CONDIÇÕES PRECEDENTES.....	2
3. CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	3
4. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA	6
5. CARACTERÍSTICAS DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO.....	8
6. REGIME FIDUCIÁRIO.....	22
7. DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO.....	25
8. DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DA EMISSORA	28
9. FATORES DE RISCO.....	32
10. ASSEMBLEIA GERAL	43
11. DESPESAS DA EMISSÃO	44
12. TRIBUTOS	46
13. COMUNICAÇÕES.....	47
14. DISPOSIÇÕES GERAIS	48
15. LEI E CLÁUSULA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	49
ANEXO I.....	52
DEFINIÇÕES.....	52
ANEXO II.....	58
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER	58
ANEXO III.....	59
DECLARAÇÃO DA EMISSORA.....	59
ANEXO IV.....	60
DECLARAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO.....	60
ANEXO V.....	61
CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO	61
ANEXO VI.....	63
DATAS DE PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO E AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA.....	63

DA#8602532 v35

**TERMO DE SECURITIZAÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO PARA EMISSÃO DE CERTIFICADOS
DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO
DA 1ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

1. GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A., companhia securitizadora, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua do Rocio, 288, conjunto 16 (parte), 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Securitizadora"); e
2. SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, CEP 04530-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Agente Fiduciário"),

Quando referidos em conjunto, a Emissora e o Agente Fiduciário serão denominados "Partes" e, individualmente, "Parte".

celebram o presente "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 4ª Emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A.*" ("Termo" ou "Termo de Securitização"), que prevê a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio pela Emissora ("CRA"), nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("Lei 11.076"), da Instrução nº 414, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 414"), aplicável a distribuições públicas de CRA nos termos do Comunicado divulgado em reunião do Colegiado da CVM, realizada em 19 de novembro de 2008, e da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), o qual será regido pelas cláusulas a seguir:


1. DEFINIÇÕES, PRAZOS E AUTORIZAÇÃO

1.1. Exceto se expressamente indicado: (i) palavras e expressões em maiúsculas, não definidas neste Termo, terão o significado previsto no Anexo I ou no prospecto da Oferta (abaixo definidos); e (ii) o masculino incluirá o feminino e o singular incluirá o plural.

1.2. Todos os prazos aqui estipulados serão contados em dias corridos, exceto se expressamente indicado de modo diverso. Na hipótese de qualquer data aqui prevista não ser Dia Útil (definido no Anexo I), haverá prorrogação para o primeiro Dia Útil subsequente, sem qualquer penalidade.

1.3. A Emissão regulada por este Termo de Securitização é realizada com base na deliberação tomada em reunião de diretoria da Emissora, realizada em 2 de janeiro de 2013 ("Reunião da Diretoria"), na qual se aprovou a emissão de séries de CRA em montante de até R\$10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais).

DA#8602532 v35



2. CONDIÇÕES PRECEDENTES

A Emissão dos CRA e a Oferta (abaixo definidos) serão realizadas com observância das condições precedentes descritas a seguir.

2.1. Arquivamento e publicação de atos societários

2.1.1. A ata da Reunião da Diretoria foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o n.º 31.623/13-0, em 21 de janeiro de 2013, e foi publicada no Jornal (abaixo definido) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP"), em 24 de janeiro de 2013.

2.2. Custódia do Termo de Securitização

2.2.1. Este Termo e eventuais aditamentos serão registrados e custodiados junto ao Custodiante.

2.3. Registro na CVM e ANBIMA

2.3.1. Os CRA serão objeto de distribuição pública no mercado brasileiro de capitais, registrada perante a CVM nos termos da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais e regulamentares pertinentes ("Oferta").

2.3.2. Nos termos do artigo 25 do Código de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), a Oferta será registrada na ANBIMA no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da concessão do registro pela CVM, previsto na cláusula 2.3.1, acima.

2.3.3. Em atendimento ao item 15 do anexo III da Instrução CVM 414, são apresentadas, nos Anexos II, III e IV ao presente Termo, as declarações emitidas pelo Coordenador Líder (abaixo definido), pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, respectivamente.

2.4. Registro para distribuição e negociação

2.4.1. Os CRA serão registrados:

- (i) para distribuição no mercado primário por meio (a) do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), operacionalizado e administrado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), e/ou (b) do sistema de distribuição de ativos ("DDA"), operacionalizado e administrado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"); e
- (ii) para negociação no mercado secundário, por meio (a) do CETIP21, ambiente de negociação de ativos e renda fixa administrado e operacionalizado pela CETIP, e/ou (b) do BovespaFix, ambiente de negociação de ativos e renda fixa administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA ("BovespaFix"), sendo a liquidação financeira dos eventos de pagamento e a custódia eletrônica dos CRA realizada por meio do sistema de compensação e liquidação da CETIP e/ou por meio da BM&FBOVESPA.

3. CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Descrição dos Direitos Creditórios

3.1. Os direitos creditórios vinculados ao presente Termo de Securitização, bem como as suas características específicas, estão descritos no Anexo V, nos termos do item 2 do anexo III da Instrução CVM 414, em adição às características gerais descritas nesta cláusula 3ª.

3.2. A NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA., sociedade empresária limitada, com sede em Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo, na Fazenda Vista Alegre, s/n, Km 2,5, Zona Rural, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.708.267/0461-56 ("Nardini"), captará recursos, junto à Emissora, por meio da emissão de certificado de direitos creditórios do agronegócio, registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos do domicílio da Nardini, em conformidade com a legislação aplicável, que conta com as seguintes características: (i) o valor total do certificado de direitos creditórios do agronegócio a ser emitido totaliza R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), na data de emissão, sendo referido título vinculado a direitos creditórios de titularidade da Nardini contra a IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Eugênio, 329, São Cristóvão, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.337.122/0001-27 ("Ipiranga"), decorrentes do "Contrato de Compra e Venda de Etanol Etílico Anidro Carburante e Etanol Etílico Hidratado Carburante", celebrado em 24 de abril de 2013, conforme aditado em 18 de julho de 2013 e 30 de setembro de 2013, entre a Nardini e a Ipiranga, por meio do qual a Nardini se obrigou a entregar o produto "Etanol Etílico Anidro Carburante e Etanol Etílico Hidratado Carburante" ("Etanol") à Ipiranga, pelo prazo de 72 (setenta e dois) meses ("Direitos Creditórios Ipiranga" e "Contrato de Fornecimento", respectivamente), sobre os quais será constituída garantia real nos termos do artigo 32 da Lei 11.076 e do item (iii), abaixo; (ii) o certificado de direitos creditórios do agronegócio será emitido em favor da Emissora; e (iii) há garantia real (a) prevista em instrumento apartado, representada por cessão fiduciária dos Direitos Creditórios Ipiranga; (b) prevista em instrumento apartado, representada por Penhor Agrícola (abaixo definido), em primeiro e único grau de preferência, sobre 692.435 (seiscentas e noventa e duas mil e quatrocentos e trinta e cinco) toneladas métricas de cana-de-açúcar referente à safra 2014/2015 ("Produto"), de propriedade da Nardini, conforme descrito na cláusula 5.9 abaixo ("CDCA").

3.3. O CDCA, cujas características principais estão listadas no Anexo V, está vinculado, nos termos do parágrafo único, do artigo 23, e do artigo 32, ambos da Lei 11.076, a direitos creditórios do agronegócio, livres de quaisquer Ônus, de forma irrevogável e irretroatável, e corresponderá ao lastro dos CRA objeto da presente Emissão, aos quais está vinculado em caráter irrevogável e irretroatável, segregado do restante do patrimônio da Emissora, mediante instituição de Regime Fiduciário (abaixo definido), na forma prevista pela cláusula 6ª abaixo ("Direitos Creditórios do Agronegócio").

3.4. Até a quitação integral das Obrigações, conforme definidas abaixo, a Emissora obriga-se a manter os Direitos Creditórios do Agronegócio vinculados aos CRA agrupados em Patrimônio Separado (abaixo definido), constituído especialmente para esta finalidade, nos termos da cláusula 6ª abaixo.

Custódia dos Documentos Comprobatórios

3.5. As vias originais dos Documentos Comprobatórios (abaixo definido) referentes aos Direitos Creditórios do Agronegócio, de suas respectivas garantias e do Termo de Securitização deverão ser mantidas pela SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, CEP 04530-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86 (“Custodiante”), que, nos termos do respectivo “Contrato de Prestação de Serviços de Custodiante”, celebrado entre a Emissora e o Custodiante, em 19 de novembro de 2013 (“Contrato de Custódia”), será fiel depositário contratado, pela Emissora, com a remuneração ali prevista, a ser por ela arcada, com as funções de: (i) receber os Documentos Comprobatórios e realizar a verificação do lastro dos CRA, nos termos da cláusula 3.5.1, abaixo; (ii) fazer a custódia e guarda deste Termo de Securitização e dos Documentos Comprobatórios; (iii) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, os Documentos Comprobatórios; e (iv) fazer o registro dos Direitos Creditórios do Agronegócio vinculados aos CRA na BM&FBOVESPA.

3.5.1. O Custodiante será responsável pela guarda das vias físicas dos Documentos Comprobatórios que evidenciam a existência dos Direitos Creditórios do Agronegócio, representados pelo CDCA e pelos documentos constitutivos de suas garantias reais. Deste modo, a verificação do lastro dos CRA e do CDCA será realizada pelo Custodiante, de forma individualizada e integral, no momento em que referidos Documentos Comprobatórios forem apresentados para registro perante o Custodiante e a BM&FBOVESPA, conforme o caso. Exceto em caso de solicitação expressa por titulares de CRA reunidos em Assembleia Geral, o Custodiante estará dispensado de realizar verificações posteriores do lastro durante a vigência dos CRA.

3.5.2. O Custodiante receberá da Emissora, como remuneração pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei aplicável e deste Termo de Securitização, remuneração que consistirá em (i) uma única parcela de R\$ 3.000,00 (três mil reais) na data de abertura da conta custódia; e (ii) parcelas mensais líquidas de impostos de R\$1.800,00 (mil e oitocentos reais), sendo o primeiro pagamento da remuneração devido no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de abertura da conta custódia e as demais parcelas reajustadas anualmente pelo IPCA e pagas no mesmo dia dos anos subsequentes até o resgate total dos CRA em Circulação (abaixo definido).

3.5.3. Para os fins deste Termo de Securitização, a expressão “CRA em Circulação” significa todos os CRA subscritos e integralizados e não resgatados.

Formalização da Aquisição dos Direitos Creditórios do Agronegócio

3.6. Conforme previsto na cláusula 4.4.1, abaixo, o CDCA representativo dos Direitos Creditórios do Agronegócio será adquirido pela Emissora a partir da implementação das condições precedentes descritas neste Termo de Securitização, mediante o pagamento de um valor (“Preço de Aquisição”), com base em recursos por ela recebidos com a integralização total ou parcial dos CRA em mercado primário. A integralização parcial dos CRA implicará na alteração ou cancelamento, conforme o caso, do CDCA.

3.6.1. As condições precedentes mencionadas na cláusula 3.6, acima, são: (i) o registro do presente Termo de Securitização na forma da cláusula 2.2.1, acima; (ii) a formalização, na forma descrita nos respectivos instrumentos, das garantias listadas na cláusula 3.2, acima; (iii) o recebimento, pela Emissora, do CDCA, devidamente assinado, nos termos nele previstos; e (iv) recebimento, pela Emissora, dos recursos advindos da integralização dos CRA em valor no mínimo equivalente ao Montante Mínimo.

3.6.2. Serão pagos pela Securitizadora, por conta e ordem da Nardini, com os recursos do Preço de Aquisição: (i) todas e quaisquer despesas, honorários, encargos, custas e emolumentos decorrentes da estruturação, da securitização e viabilização da emissão de CRA, inclusive as despesas com honorários dos assessores legais, do Custodiante, da Empresa Especializada (abaixo definido), dos Coordenadores e da Emissora; (ii) o montante que será utilizado pela Securitizadora para constituir o Fundo de Reserva e o Fundo de Despesas; e (iii) os valores devidos pela Nardini em razão da emissão do CDCA. Não obstante, todas as despesas, honorários, encargos, custas e emolumentos decorrentes da estruturação e viabilização da operação deverão ser previamente submetidos e aprovados pela Nardini, sob pena de não poderem ser quitados com os recursos do Preço de Aquisição.

3.6.3. Os recursos que eventualmente sobejarem, após o pagamento das despesas, na forma descrita na cláusula 3.6.2 acima, com o valor do Preço de Aquisição, serão depositados na Conta de Livre Movimentação (abaixo definido).

3.7. Efetuado o pagamento do Preço de Aquisição, o CDCA passará, automaticamente, para a titularidade da Emissora, no âmbito do Patrimônio Separado.

Monitoramento dos Bens Empenhados e dos Direitos Creditórios do Agronegócio

3.8. Os pagamentos decorrentes dos Direitos Creditórios do Agronegócio serão realizados diretamente na Conta Centralizadora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

3.9. A Emissora contratará para a prestação dos serviços de monitoramento (“Monitoramento”) dos Bens Empenhados (abaixo definidos) a CONTROL UNION WORLD GROUP - BRASIL LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.485 - Centro Empresarial Mário Garneiro - Torre Norte, 7º andar, Jardim Paulistano, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.237.030/0001-77, ou outra empresa a seu exclusivo critério (“Empresa Especializada”). A Empresa Especializada receberá da Nardini a remuneração pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei aplicável, deste Termo de Securitização e do Contrato de Monitoramento (abaixo definido). O pagamento dos custos relacionados ao Monitoramento serão realizados pela Securitizadora, por conta e ordem da Nardini, por meio da utilização do Fundo de Despesas.

3.10. O escopo do trabalho de Monitoramento realizado pela Empresa Especializada compreenderá a emissão de 3 (três) relatórios, abaixo detalhados:

- (i) Relatório Inicial: compreenderá as áreas oneradas pelo Penhor Agrícola e deverá ser emitido uma única vez pela Empresa Especializada, até a Data da Integralização (conforme definida no Anexo I);
- (ii) Relatório Anual: compreenderá a previsão da produção da safra nas áreas oneradas pelo Penhor Agrícola para os 12 (doze) meses subsequentes à data

de início do ano safra de cana-de-açúcar padrão da região centro-sul do Brasil, ou seja, 1º de abril de cada ano, devendo ser realizado anualmente pela Empresa Especializada e apresentado até o 10º (décimo) Dia Útil do ano subsequente à data em que foi realizado ("Relatório Anual") e

- (iii) Relatório Mensal: compreenderá a atualização do Relatório Anual contendo a previsão da produção da safra nas áreas oneradas pelo Penhor Agrícola para os 12 (doze) meses subsequentes à data de sua emissão, devendo ser realizado mensalmente pela Empresa Especializada e apresentado até o 10º (décimo) Dia Útil do mês subsequente ao mês em que foi realizado ("Relatório Mensal").

3.10.1. Os relatórios acima mencionados serão entregues à Securitizadora, com cópia para Nardini, dentro do prazo estabelecido no respectivo contrato de monitoramento.

4. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA

4.1. Número da Emissão

4.1.1. Esta é a 4ª (quarta) emissão de CRA pela Emissora ("Emissão").

4.2. Número da Série

4.2.1. Esta é a 1ª (primeira) série realizada pela Emissora no âmbito da Emissão ("Série").

4.3. Valor Total da Oferta

4.3.1. O Valor Total da Emissão será de até R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), na Data de Emissão (abaixo definida).

4.4. Montante Mínimo

4.4.1. A Oferta poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial dos CRA, desde que haja a colocação de quantidade de CRA no montante mínimo equivalente a R\$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) ("Montante Mínimo").

4.4.2. Caso a quantidade de CRA emitida for inferior ao necessário para atingir o Valor Total da Oferta, os Documentos de Securitização serão ajustados, conforme o caso, apenas para refletir as quantidades corretas, antes da publicação do Anúncio de Início (abaixo definido).

4.4.3. Os interessados em adquirir CRA no âmbito da Oferta poderão, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição de CRA, condicionar sua adesão à Oferta à distribuição (i) da totalidade dos CRA ofertados; ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de CRA, em observância ao disposto nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400.

4.5. Destinação dos Recursos

4.5.1. Os recursos obtidos com a subscrição dos CRA serão utilizados exclusivamente pela Emissora para: (i) pagamento à Nardini do Preço de Aquisição; (ii) pagamento de custos relacionados com a Emissão e de Despesas (abaixo definido); e (iii) formação do Fundo de

Reserva e do Fundo de Despesas, definidos e disciplinados na cláusula 5.9.8 e seguintes, abaixo.

4.5.2. Os recursos obtidos pela Nardini em razão do recebimento do Preço de Aquisição serão por ela utilizados, para gestão ordinária de seus negócios, nas seguintes proporções: (i) 50% (cinquenta por cento) para atender a (a) a exploração das atividades agrícolas e pastoris, principalmente a exploração da cultura de cana-de-açúcar e cereais, em terras próprias ou de terceiros, inclusive mediante a congregação de esforços e partilha dos frutos, sob o regime de parceria rural; (b) a indústria e comércio de açúcar, álcool anidro e hidratado e respectivos subprodutos, inclusive a importação e exportação dos mesmos; e (c) cogeração e comercialização de energia elétrica, inclusive para fins de mera reposição ou substituição de material pela Nardini; e (ii) 50% (cinquenta por cento) para pagamentos de dívidas de curto prazo, contraídas para o desenvolvimento das atividades referidas no item "i" acima.

4.6. Forma e procedimento de colocação

4.6.1. Os CRA serão objeto de distribuição pública nos termos da Instrução CVM 400, sob regime de melhores esforços de colocação da totalidade dos CRA, com intermediação do (i) BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, 105, 36º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30 ("BB-BI" ou "Coordenador Líder"); e do (ii) BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., instituição financeira com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2235, 26º andar, Vila Olímpia, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42 ("Banco Santander", em conjunto com o BB-BI, "Coordenadores"), nos termos do contrato de coordenação, colocação e distribuição, a ser celebrado com a Emissora e com a Nardini, que organizará plano de distribuição.

4.6.1.1. Os CRA serão distribuídos publicamente a investidores não qualificados ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, incluindo, sem limitação, a pessoas físicas e jurídicas cujas ordens específicas de investimento representem valores que excedam o limite de aplicação de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), fundos de investimento, clubes de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores residentes no exterior que invistam no Brasil segundo as normas da Resolução nº 2.689, emitida pelo Conselho Monetário Nacional, em 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Resolução 2.689") e da Instrução da CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Investidores Qualificados").

4.6.2. A Oferta terá início a partir da (i) obtenção de registro perante a CVM; (ii) publicação do "Anúncio de Início de Distribuição Pública da 1ª Série da 4ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Gaia Agro Securitizadora", nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400 ("Anúncio de Início"); e (iii) disponibilização do prospecto definitivo da Oferta ao público.

4.6.3. O prazo máximo para colocação dos CRA é de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação do anúncio de início da Oferta, nos termos da regulamentação aplicável ("Prazo Máximo de Colocação").

4.7. Agente Registrador

4.7.1. O BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 4º andar (parte), 11º, 13º e 17º (parte) andares, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.201.501/0001-61, será o agente escriturador e registrador dos CRA, que serão registrados para negociação em mercado primário e mercado secundário na BM&FBOVESPA ou na CETIP, conforme o caso, nos termos da cláusula 2.4, acima, (“Agente Registrador”), nos termos do “Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, de Registro e Escrituração”, celebrado entre a Emissora e o Agente Registrador, em 19 de novembro de 2013 (“Contrato de Agente Registrador”).

4.8. Banco Liquidante

4.8.1. O BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira privada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, será contratado pela Emissora para operacionalizar o pagamento e a liquidação de quaisquer valores devidos pela Emissora aos titulares de CRA em Circulação, executados por meio do sistema da BM&FBOVESPA ou da CETIP, conforme o caso, nos termos da cláusula 2.4, acima (“Banco Liquidante”).

5. CARACTERÍSTICAS DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO

5.1. Quantidade de CRA

5.1.1. Serão emitidos até 400 (quatrocentos) CRA.

5.2. Valor Nominal

5.2.1. Os CRA terão valor nominal de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal”).

5.2.2. Após a Data de Emissão, cada CRA terá seu valor de amortização ou, nas hipóteses definidas neste Termo de Securitização, resgate, calculado pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, com base na respectiva Remuneração(abaixo definida) aplicável

5.3. Data e Local de Emissão

5.3.1. Para todos os fins legais, a data de emissão dos CRA é 19 de novembro de 2013 (“Data de Emissão”). O local de emissão é a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

5.4. Vencimento dos CRA


5.4.1. A data de vencimento dos CRA será 25 de abril de 2019 (“Data de Vencimento”).

5.4.2. Na Data de Vencimento, a Emissora deverá proceder à liquidação total dos CRA em Circulação pelo seu saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração.

5.5. Forma e Comprovação de Titularidade

5.5.1. Os CRA serão emitidos sob a forma escritural.

DA#8602532 v35



5.5.2. Serão reconhecidos como comprovante de titularidade: (i) o extrato de posição de custódia expedido pela CETIP ou pela BMF&BOVESPA, conforme o caso, em nome do respectivo titular dos CRA; ou (ii) o extrato emitido pelo Agente Registrador, a partir de informações que lhe forem prestadas com base na posição de custódia eletrônica constante da CETIP ou da BMF&BOVESPA, considerando que a custódia eletrônica do CRA esteja na BMF&BOVESPA ou na CETIP.

5.6. Preço de Integralização e Forma de Integralização

5.6.1. Os CRA serão subscritos no mercado primário e integralizados por seu Valor Nominal ("Preço de Integralização").

5.6.2. O Preço de Integralização será pago à vista: (i) nos termos do respectivo Boletim de Subscrição (definido abaixo); e (ii) para prover recursos a serem destinados pela Emissora conforme a cláusula 4.5, acima.

5.6.3. Todos os CRA serão subscritos e integralizados em uma única data de integralização.

5.7. Juros Remuneratórios

5.7.1. A partir da Data da Integralização, os CRA farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, conforme o caso, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over extra grupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de um *spread* de 3% (três por cento) ao ano ("Spread"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de acordo com a seguinte fórmula ("Remuneração"):

$$J = VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]$$

onde:

J corresponde ao valor unitário da Remuneração acumulada no período, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devido no final de cada Período de Capitalização (abaixo definido);

VNe corresponde ao Valor Nominal no primeiro Período de Capitalização, ou saldo do Valor Nominal no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI correspondente ao produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado, a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{ndi} (1 + TDI_k)$$

onde:

n_{di} corresponde ao número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “ n_{di} ” um número inteiro;

TDI_k corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k corresponde ao número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n_{di}

DI_k corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator Spread corresponde ao spread de juros fixos calculado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{Fator Spread} = \left(\frac{\text{Spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}}$$

onde:

Spread corresponde a 3 (três) ao ano; e

n corresponde ao número de dias úteis entre a Data da Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, inclusive, e a Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive, sendo “ n ” um número inteiro.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

Observação: para efeito do DI, será sempre considerado a Taxa com dois dias úteis de defasagem em relação à data de cálculo (exemplo: no dia 15 (quinze) será considerado o DI do dia 13 (treze)).

5.7.2. O pagamento da Remuneração ocorrerá mensalmente, nas datas indicadas no Anexo VI, até a Data de Vencimento (cada data, uma “Data de Pagamento de Remuneração”).

5.7.3. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

5.7.4. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

5.7.5. No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa DI por mais de 5 (cinco) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado (“Taxa Substitutiva”). Até a deliberação da Taxa Substitutiva será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas neste Termo, a última taxa de remuneração e/ou índice de atualização divulgados oficialmente, acrescidos dos percentuais ou sobretaxas aplicáveis, de forma *pro rata temporis* desde a data do evento (na qual a Taxa DI foi extinta, ou tornou-se indisponível ou ausente) até a data da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os titulares de CRA quando da divulgação posterior da taxa/índice de remuneração/atualização que seria aplicável.

5.8. Regime Fiduciário

5.8.1. Nos termos previstos pelas Leis 9.514 e 11.076, será instituído regime fiduciário sobre os Direitos Creditórios do Agronegócio e sobre as garantias a eles vinculadas, bem como sobre o Fundo de Reserva e o Fundo de Despesas, nos termos da cláusula 6ª abaixo (“Regime Fiduciário”).

5.9. Garantias e Fundo de Reserva e de Despesas

Apresentação

5.9.1. Não serão constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, sobre os CRA, que gozarão das garantias que integrarem os Direitos Creditórios do Agronegócio, previstas na cláusula 5.9.2, abaixo. Os CRA não contarão com garantia flutuante da Emissora, razão pela qual qualquer bem ou direito integrante de seu patrimônio, que não componha o Patrimônio Separado, não será utilizado para satisfazer as Obrigações.

5.9.2. Os Direitos Creditórios do Agronegócio contarão com as seguintes garantias, previstas em instrumentos em apartado, detalhadas nas cláusulas subsequentes: (i) Penhor Agrícola; e (ii) cessão fiduciária de Direitos Creditórios. Será, ainda, constituído um Fundo de Reserva e um Fundo de Despesas (abaixo definidos), para fazer frente aos pagamentos dos CRA, nos termos abaixo descritos.

5.9.3. As garantias descritas nesta cláusula 5.9 (em conjunto, “Garantias”) possuem as seguintes características:

Penhor agrícola

5.9.4. Nos termos do "Instrumento Particular de Penhor Agrícola e Outras Avenças", celebrado em 19 de novembro de 2013, entre a Nardini e a Emissora ("Contrato de Penhor"), o penhor agrícola foi: (i) constituído em primeiro e único grau de preferência, sem concorrência de terceiros e livre de quaisquer Ônus (abaixo definido) e encargos, nos termos do artigo 1.438 e seguintes do Código Civil, e nos termos da Lei n° 2.666, de 6 de dezembro de 1955, conforme alterada, de 692.435 (seiscentas e noventa e duas mil e quatrocentos e trinta e cinco) toneladas métricas de cana-de-açúcar referente à safra 2014/2015, de propriedade da Nardini, livres de quaisquer Ônus (em conjunto, "Bens Empenhados"); e (ii) registrado em cartório de registro de imóveis, da comarca de Bebedouro, Catanduva, Itápolis, Jaboticabal, Monte Alto, Monte Azul Paulista, Santa Adélia e Taquaritinga, todas localizadas no Estado de São Paulo, em garantia às obrigações da Nardini previstas no CDCA ("Penhor Agrícola").

5.9.5. Nos termos do Contrato de Penhor:

- (i) Os Bens Empenhados outorgados em garantia em favor da Emissora deverão representar, sob pena de vencimento antecipado dos CRA, até que todas as Obrigações relacionadas ao CDCA e, consequentemente, ao CRA, sejam cumpridas, a quantidade inicial de Bens Empenhados, acrescida da quantidade de cana-de-açúcar das safras seguintes, a ser empenhada de acordo com a sistemática de renovação do penhor agrícola prevista no Contrato de Penhor, indicada no Relatório Mensal ou no Relatório Anual, para cada período de 12 (doze) meses, subsequentes às respectivas datas da emissão, equivalente a, no mínimo, 140% (cento e quarenta por cento) do resultado da multiplicação do último valor mensal devido no âmbito dos CRA por 12 (doze) ("Razão de Garantia dos Bens Empenhados").
- (ii) Para fins de apuração da Razão de Garantia dos Bens Empenhados, os Bens Empenhados terão seu valor calculado considerando o valor do Produto, sendo que, para determinação do valor de tal Produto, será utilizado o (a) Índice CONSECANA, disponível no site www.udop.com.br; e (b) o valor fixo de ATR - Açúcar Total Recuperável de 140 kg (cento e quarenta quilogramas) para cada tonelada de Produto.
- (iii) A verificação do atendimento da Razão de Garantia dos Bens Empenhados deverá ser realizada com base nos relatórios produzidos pela Empresa Especializada, de acordo com a fórmula abaixo:

$$V \text{ Bens Empenhados} = Q \text{ Bens Empenhados} \times (V \text{ ATR} \times 140)$$

Onde:

<i>V Bens Empenhados</i>	Valor dos Bens Empenhados.
<i>Q Bens Empenhados</i>	Volume em toneladas métricas de Produto, identificado relatórios periódicos, emitidos pela Empresa Especializada.
<i>V ATR Acumulado</i>	Valor acumulado do quilo de ATR calculado segundo metodologia CONSECANA para o Estado de São Paulo referente mês diretamente anterior ao período de apuração da Razão

DA#8602532 v35

Garantia dos Bens Empenhados, disponível no www.udop.com.br (R\$/Kg de ATR).

140 Quantidade em quilos de ATR por tonelada métrica de Proc fixada para fins de apuração.

Contrato de Cessão Fiduciária

5.9.6. Nos termos do "*Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Bens em Garantia*" celebrado entre a Nardini e a Emissora em 19 de novembro de 2013 ("*Contrato de Cessão Fiduciária*"), foi constituída a cessão fiduciária sobre 100% (cem por cento) dos: (i) Direitos Creditórios Ipiranga decorrentes do Contrato de Fornecimento, inclusive seus aditamentos, multas, acréscimos, garantias, direitos ou opções; (ii) demais valores creditados ou depositados na Conta Centralizadora, independentemente de superarem ou não o Valor Referência, conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária, inclusive eventuais ganhos e rendimentos oriundos de investimentos realizados com os valores decorrentes da Conta Centralizadora, assim como o produto do resgate ou da alienação de referidos investimentos (que deverão ser obrigatoriamente creditados na Conta Centralizadora), os quais passarão a integrar automaticamente a presente cessão fiduciária, independentemente de onde se encontrarem, mesmo que em trânsito ou em processo de compensação bancária; (iii) demais direitos principais e acessórios, atuais ou futuros, recebidos na Conta Centralizadora; e (iv) bens, ativos ou qualquer outro tipo de investimento realizados com o emprego dos recursos indicados nos itens (i) a (iii), acima, inclusive rendimentos, direitos ou bens dele derivados ou neles referenciados, em garantia às obrigações principais e acessórias da Nardini previstas nos Direitos Creditórios do Agronegócio ("*Créditos Cedidos*").

5.9.6.1. Os Créditos Cedidos outorgados em garantia em favor da Emissora deverão representar, até que todas as Obrigações relacionadas ao CDCA e consequentemente ao CRA sejam cumpridas, sem prejuízo da Nardini proceder ao Reforço e Complementação de Garantia (conforme definido na Cessão Fiduciária) e sob pena de vencimento antecipado dos CRA, no período de 12 (doze) meses seguintes à data de verificação, o montante equivalente a, no mínimo, 140% (cento e quarenta por cento) do resultado da multiplicação do último valor devido mensalmente no âmbito dos CRA por 12 (doze), conforme apurações a serem realizadas pela Emissora: (i) mensalmente, no dia 15 (quinze) de cada mês, e (ii) anualmente, no mês de maio ("*Razão de Garantia dos Créditos Cedidos*").

Disposições Comuns às Garantias

5.9.7. Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, das Garantias, podendo a Securitizadora, a seu exclusivo critério, executar todas ou cada uma delas indiscriminadamente, total ou parcialmente, tantas vezes quantas forem necessárias, sem ordem de prioridade, até o integral adimplemento das obrigações principais e acessórias da Nardini, de acordo com a conveniência da Securitizadora e os interesses dos titulares dos CRA, ficando ainda estabelecido que, desde que observados os procedimentos previstos no CDCA, a excussão das Garantias independerá de qualquer providência preliminar por parte da Securitizadora, tais como aviso, protesto, notificação, interpelação ou prestação de contas, de qualquer natureza. A excussão de uma das Garantias não ensejará, em hipótese nenhuma, perda da opção de se executar as demais.

Fundo de Reserva

5.9.8. Será constituído um fundo de reserva na conta corrente de n.º 11822-2, na agência 3391-0 do Banco Bradesco S.A., de titularidade da Emissora ("Conta Centralizadora"), para fazer frente aos pagamentos das Obrigações ("Fundo de Reserva"). A Emissora, conforme autorizada pela Nardini, reterá o montante de R\$2.768.000,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e oito mil reais) para constituição do Fundo de Reserva, valor este que deverá corresponder, durante todo o tempo de vigência dos CRA, ao valor equivalente ao montante da última parcela de principal e juros devida aos titulares dos CRA ("Limite Mínimo do Fundo de Reserva").

5.9.9. Os recursos do Fundo de Reserva também estarão abrangidos pela instituição do Regime Fiduciário e poderão ser aplicados em: (i) fundos de renda fixa de baixo risco, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil, administrados pelo Coordenador Líder; (ii) certificados de depósito bancário emitidos pelas instituições financeiras Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. entre outras instituições financeiras de primeira linha, desde que possuam um *rating* mínimo de AAA(bra), conforme relatório divulgado pela Standard & Poor's, Moody's ou Fitch Ratings; (iii) ou ainda em títulos públicos federais ("Aplicações Financeiras").

5.9.10. Sempre que o Fundo de Reserva se tornar inferior ao Limite Mínimo do Fundo de Reserva, os recursos arrecadados na Conta Centralizadora serão direcionados à recomposição do Fundo de Reserva. A Nardini obrigou-se, por meio do Contrato de Cessão Fiduciária, no caso de o valor do Fundo de Reserva vir a ser inferior ao Limite Mínimo do Fundo de Reserva por 1 (um) mês, a recompor o valor necessário para que o Fundo de Reserva volte a atingir o Limite Mínimo do Fundo de Reserva. Tal recomposição do Fundo de Reserva dar-se-á mediante envio de prévia notificação pela Securitizadora, informando o montante que a Nardini deverá depositar na Conta Centralizadora para recompor o Fundo de Reserva. O depósito do valor da recomposição deverá ser efetuado pela Nardini no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados a partir do recebimento da referida notificação, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor devido e não pago, sem prejuízo da aplicação de correção monetária pelo IGP-M divulgado pela FGV, calculados *pro-rata die*.

5.9.11. Quando o Fundo de Reserva exceder o Limite Mínimo do Fundo de Reserva, a Securitizadora deverá transferir o montante excedente para a Conta de Livre Movimentação. Caso ainda haja recursos mantidos no Fundo de Reserva na Data de Vencimento dos CRA, tais recursos deverão ser liberados à Nardini na Conta de Livre Movimentação em até 3 (três) Dias Úteis.

Fundo de Despesas

5.9.12. Será constituído um fundo de despesas na Conta Centralizadora para fazer frente ao pagamento das Despesas (abaixo definidas) ("Fundo de Despesas"). A Emissora, conforme autorizada pela Nardini, reterá o montante de R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), que corresponde à estimativa de 12 (doze) parcelas de Despesas mensais ("Valor Total do Fundo de Despesas").

5.9.13. Os recursos do Fundo de Despesas poderão ser aplicados, pela Emissora, em Aplicações Financeiras, passíveis de liquidação imediata conforme demandado para o pagamento de Despesas.

5.9.14. A partir da Data da Integralização, sempre que o valor do Fundo de Despesas se tornar inferior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais) ("Limite Mínimo do Fundo de Despesas"), os recursos arrecadados na Conta Centralizadora serão direcionados à recomposição do Fundo de Despesas até o Valor Total do Fundo de Despesas. A Nardini obrigou-se, por meio do Contrato de Cessão Fiduciária, a, no caso de o Fundo de Despesas vir a ser inferior ao Limite Mínimo do Fundo de Despesas, recompor o Fundo de Despesas até o Valor Total do Fundo de Despesas. A recomposição do Fundo de Despesas dar-se-á mediante envio de prévia notificação pela Securitizadora, informando o montante que a Nardini deverá depositar na Conta Centralizadora para recompor o Fundo de Despesas. O depósito do valor da recomposição deverá ser efetuado pela Nardini no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados a partir do recebimento da referida notificação, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor devido e não pago, sem prejuízo da aplicação de correção monetária pelo IGP-M divulgado pela FGV, calculados *pro-rata die*. Durante a insuficiência de recursos no Fundo de Despesas, a Securitizadora fica autorizada a utilizar recursos do Fundo de Reserva para o pagamento de Despesas até que a Nardini restabeleça o Valor Total do Fundo de Despesas.

5.9.15. Quando o Fundo de Despesas exceder o Valor Total do Fundo de Despesas, a Securitizadora deverá transferir o montante excedente para a Conta de Livre Movimentação. Caso ainda haja recursos mantidos no Fundo de Despesas na Data de Vencimento dos CRA, tais recursos deverão ser liberados à Nardini na Conta de Livre Movimentação em até 3 (três) Dias Úteis.

5.10. Amortização Programada

As amortizações dos CRA ocorrerão conforme o cálculo previsto na fórmula abaixo e serão realizadas mensalmente, conforme indicado no Anexo VI (cada uma, "Data de Amortização Programada") ("Amortização"):

$$AM_i = VNe \times (TA)$$

onde:

Ami Valor unitário da i-ésima parcela de amortização. Valor em reais, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Vne Conforme definido na cláusula 5.7.1, acima; e

TA Taxa de Amortização, expressa em percentual, com 4 (quatro) casas decimais.

5.11. Resgate Antecipado

5.11.1. A Emissora poderá realizar, a critério exclusivo da Nardini, nos termos da cláusula 7ª do CDCA, a partir do 3º (terceiro) ano (inclusive), a contar da Data da Integralização e até a Data de Vencimento, oferta irrevogável de resgate antecipado dos CRA em Circulação, sendo assegurada a seus titulares igualdade de condições para aceitar a oferta ("Oferta de Resgate Antecipado" e "Resgate Antecipado", respectivamente). A Oferta de Resgate Antecipado e o Resgate Antecipado serão operacionalizados da seguinte forma:

- (i) A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado, por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado, ou de envio de carta a todos os titulares de CRA em Circulação ("Editais de Resgate Antecipado"), que deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado,

incluindo: (a) data efetiva para o resgate dos CRA em Circulação e pagamento aos titulares de CRA em Circulação que aceitarem a Oferta de Resgate Antecipado; (b) data limite para os titulares de CRA em Circulação manifestarem à Emissora a intenção de aderirem a Oferta de Resgate Antecipado, que não poderá ser inferior a 10 (dez) Dias Úteis a contar da data da publicação ou envio do Edital de Resgate Antecipado, e o procedimento para tal manifestação; e (c) demais informações relevantes aos titulares de CRA em Circulação;

- (ii) A Emissora deverá realizar o Resgate Antecipado de todos os titulares de CRA em Circulação que manifestaram sua aceitação à Oferta de Resgate Antecipado na data indicada no Edital de Resgate Antecipado; e
- (iii) O valor a ser pago aos titulares de CRA em Circulação em decorrência do Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal, ou ao saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Integralização, ou do último pagamento, conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado, acrescido de um prêmio sobre o valor objeto do Resgate Antecipado.

5.11.2. Os CRA resgatados antecipadamente serão obrigatoriamente cancelados pela Emissora.

5.12. Vencimento Antecipado

5.12.1. Verificado qualquer dos eventos abaixo, o vencimento antecipado dos CRA poderá ser declarado (“Evento de Vencimento Antecipado”):

- (i) descumprimento, pela Nardini, de qualquer obrigação pecuniária, principal ou acessória, relacionada com os Documentos Comprobatórios ou com as Garantias, não sanada no prazo no prazo de até 1 (um) Dia Útil ou ainda que implique descumprimento pecuniário dos termos e condições constantes do Termo de Securitização, estabelecida nos respectivos instrumentos;
- (ii) descumprimento, pela Nardini, de qualquer obrigação não-pecuniária, principal ou acessória, relacionada com os Documentos Comprobatórios ou as Garantias, ou ainda que implique descumprimento não-pecuniário dos termos e condições constantes do Termo de Securitização, estabelecida nos Documentos Comprobatórios ou nos respectivos instrumentos, não sanada no prazo aqui e ali estabelecido, ou, em caso de omissão, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis, a contar da comunicação do referido descumprimento: (a) pela Nardini à Securitizadora; ou (b) pela Securitizadora à Nardini, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico nos Documentos Comprobatórios ou nos instrumentos das Garantias;
- (iii) extinção ou alteração do Contrato de Fornecimento, sem o consentimento prévio e expresso da Securitizadora;

- (iv) provarem-se insuficientes, falsas, incorretas ou enganosas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Nardini nos Documentos Comprobatórios ou nos instrumentos das Garantias;
- (v) pedido de recuperação judicial formulado por terceiros ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Nardini ou qualquer de suas Controladoras ou Controladas e/ou coligadas;
- (vi) extinção, liquidação, dissolução, declaração de insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência formulado por terceiros, não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Nardini, qualquer de suas Controladoras ou Controladas, e/ou coligadas;
- (vii) descumprimento de qualquer decisão judicial, arbitral ou administrativa contra a Nardini, em valor unitário ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, no prazo estipulado na respectiva decisão;
- (viii) protesto de títulos contra a Nardini, ou inserção da Nardini em cadastro de inadimplentes, em valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do referido protesto ou inserção, (a) seja validamente comprovado pela Nardini, que protesto ou inserção foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (b) o protesto ou inserção foi cancelado, ou ainda, (c) forem prestadas garantias em juízo;
- (ix) (a) inadimplemento pela Nardini, em valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou (b) vencimento antecipado, em qualquer valor (*cross default* ou *cross acceleration*), de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas a Nardini;
- (x) pagamento, pela Nardini, de lucros, dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações, caso a Nardini esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias aqui previstas;
- (xi) liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização que envolva a alteração do Controle da Nardini, suas Controladas e/ou coligadas;
- (xii) realização de redução do capital social da Nardini, sem anuência da Emissora;
- (xiii) desapropriação, confisco ou qualquer outra forma de perda de propriedade ou posse direta por ato ou determinação de autoridade competente, pela Nardini e/ou por qualquer sociedade Controlada pela Nardini, de ativos permanentes cujo valor individual ou agregado, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

- (xiv) alteração ou modificação do objeto social da Nardini, de forma que a Nardini passe a realizar operações fora de seu objeto social vigente na Data de Emissão ou que a impeça de emitir os CRA;
 - (xv) inobservância das obrigações estabelecidas pela legislação socioambiental e criminal aplicável, bem como pelos Princípios do Equador, se aplicável, desde que constatado por meio de sentença condenatória transitada em julgado;
 - (xvi) existência de sentença condenatória transitada em julgado ou arbitral definitiva relativamente à prática de atos pela Nardini, que importem em infringência à legislação que trata do combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, bem como ao crime contra o meio ambiente;
 - (xvii) se, durante a vigência dos CRA, a Nardini dispuser, transferir, ceder ou Alienar (ainda que em caráter fiduciário), empenhar ou constituir qualquer outro Ônus sobre os bens e direitos objeto das Garantias, além dos aqui previstos;
 - (xviii) na hipótese de a Nardini, direta ou indiretamente, tentar ou praticar qualquer ato visando anular, questionar, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, os Direitos Creditórios do Agronegócio, os instrumentos que formalizam as Garantias ou qualquer das cláusulas de documentos relativos aos CRA;
 - (xix) não manutenção, pela Nardini, dos seguintes índices financeiros, que deverão ser apurados e verificados no mês de março de cada ano, nos termos da cláusula 5.12.2 abaixo ("Índices Financeiros"):
- (1) Índice Financeiro relacionado ao endividamento:
- (a) Dívida Bancária Líquida/EBITDA \leq 4,0 em 31 de dezembro de 2013;
 - (b) Dívida Bancária Líquida/EBITDA \leq 3,5 em 31 de dezembro de 2014;
 - (c) Dívida Bancária Líquida/EBITDA \leq 3,25 em 31 de dezembro de 2015;
 - (d) Dívida Bancária Líquida/EBITDA \leq 3,0 em 31 de dezembro de 2016;
 - (e) Dívida Bancária Líquida/EBITDA \leq 3,0 em 31 de dezembro de 2017;
e
 - (f) Dívida Bancária Líquida/EBITDA \leq 3,0 em 31 de dezembro de 2018.

Onde:

"Dívida Bancária Líquida" corresponde ao somatório das operações em Mercado de Capitais, das dívidas onerosas consolidadas de empréstimos e financiamentos que tenham sido contraídos pelo Emitente junto a instituições financeiras, deduzidos de (i) caixa e equivalentes contabilizados no ativo circulante de suas demonstrações financeiras e (ii) estoques de produtos acabados, considerados a valor de custo de

produção ou valor de mercado, o menor dentre os dois, conforme refletidos em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas; e

“EBITDA” significa (i) receita operacional líquida, menos (ii) custos dos produtos e serviços prestados, excluindo impactos não-caixa da variação do valor justo dos ativos biológicos, menos (iii) despesas comerciais, gerais e administrativas, acrescidos de (iv) depreciação, amortização e consumo do ativo biológico, conforme fluxo de caixa apresentado nas demonstrações financeiras auditadas. Não serão consideradas outras receitas e/ou despesas não recorrentes para fins de cálculo do EBITDA, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

(2) Índice Financeiro relacionado à liquidez corrente:

(a) Ativo Circulante/Passivo Circulante $\geq 0,9$ até a Data de Vencimento;

Onde:

“Ativo Circulante” corresponde às disponibilidades financeiras e outros bens e direitos que possuem potencial de serem convertidas em disponibilidades, vendidos ou usados até o final do exercício social seguinte.

“Passivo Circulante” corresponde aos deveres e obrigações da Nardini que deverão ser pagas até o final do exercício social seguinte.

- (xx) interrupção das atividades da Nardini por prazo superior a 15 (quinze) dias corridos determinada por ordem judicial ou qualquer outra autoridade competente;
- (xxi) caso qualquer dos Documentos Comprobatórios, das Garantias e/ou dos Direitos Creditórios do Agronegócio não esteja devidamente formalizado, na forma exigida por lei aplicável;
- (xxii) caso a Nardini deixe de entregar à Securitizadora os Documentos Comprobatórios no prazo previsto neste Termo de Securitização;
- (xxiii) caso seja constatado qualquer vício, invalidade ou ineficácia na constituição de qualquer das Garantias;
- (xxiv) caso qualquer dos Documentos Comprobatórios, das Garantias ou dos Documentos da Securitização seja, por qualquer motivo ou por qualquer pessoa, resiliado, rescindido ou por qualquer outra forma extinto; e
- (xxv) não-renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Nardini que afete de forma significativa o regular exercício das atividades desenvolvidas, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Nardini comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das suas atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização.

5.12.2. Cada Índice Financeiro deverá ser (i) mantido durante toda a vigência dos CRA; e (ii) verificado (a) anualmente, por meio dos balanços anuais da Emitente, e/ou por meio de correspondência da Nardini dirigida à Securitizadora, com base em tais informações dos balanços, observada a mesma periodicidade. Para tanto, a Nardini encaminhará à Emissora suas Demonstrações Financeiras auditadas até o dia 01 de maio de cada ano, ou Dia Útil subsequente, comprometendo-se, ainda, a prestar os esclarecimentos que a Emissora julgue necessário.

5.12.3. Os CRA vencerão antecipadamente de forma automática caso seja verificado um evento descrito em qualquer dos itens “i”, “iii”, “v”, “vi” ou “ix” acima.

5.12.4. A decretação do vencimento antecipado dependerá de prévia deliberação de Assembleia Geral dos titulares de CRA especialmente convocada para essa finalidade, caso seja verificado um Evento de Vencimento Antecipado descrito em qualquer dos itens “ii”, “iv”, “vii” ao “xi”, ou “xii” a “xxvi” acima.

5.12.5. A Assembleia Geral mencionada na cláusula 10 abaixo poderá deliberar: (i) por qualificar o Evento de Vencimento Antecipado como um Evento de Liquidação do Patrimônio Separado, seguindo-se, nesse caso, as regras aqui previstas para implementar a citada liquidação, observado, para os respectivos pagamentos pela Securitizadora, o limite máximo composto pelos Créditos do Patrimônio Separado (conforme abaixo definido); ou (ii) pela não declaração do vencimento antecipado dos CRA, desde que a maioria dos titulares dos CRA em Circulação tenham votado contra a declaração de vencimento antecipado. Caso referida renúncia não seja aprovada, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes do presente Termo de Securitização e deverá enviar notificação à Nardini, no prazo de até 1 (um) Dia Útil a contar da data da declaração.

5.12.6. Sem prejuízo do vencimento antecipado, na forma prevista na cláusula 5.12, acima, a Nardini deverá comunicar à Securitizadora, por meio eletrônico, a ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar da data em que tomar conhecimento do evento.

5.12.7. Independentemente do envio da comunicação referida acima, a Nardini estará obrigada a pagar à Securitizadora, em até 2 (dois) Dias Úteis, contados da data em que tomar conhecimento do Evento de Vencimento Antecipado ou da data de recebimento de notificação do Agente Fiduciário, conforme previsto na cláusula 5.12.5, acima, o valor devido no âmbito do CDCA, em moeda corrente nacional, acrescido de multa de 2% (dois por cento), caso tal Evento de Vencimento Antecipado tenha ocorrido em razão de inadimplemento de obrigação pecuniária ou caso o pagamento ocorra após o prazo mencionado.

5.12.8. Caso o Evento de Vencimento Antecipado seja ocasionado nos termos da cláusula 5.12.1 acima, a multa devida pela Nardini será integralmente direcionada para os titulares de CRA a critério de prêmio por Evento de Vencimento Antecipado.

5.12.9. Qualquer que seja o Evento de Vencimento Antecipado, e desde que a Nardini tenha quitado todos os valores devidos daí originados, os Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios do Agronegócio deverão ser devolvidos à Nardini ou a quem esta vier a indicar, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis.

5.13. Local de Pagamento

5.13.1. Os pagamentos referentes à Amortização Programada e à Remuneração, ou quaisquer outros valores a que fazem jus os titulares dos CRA, incluindo os decorrentes de antecipação de pagamento por Evento de Vencimento Antecipado, serão efetuados pela Emissora, em moeda corrente nacional, por meio do sistema de liquidação e compensação eletrônico administrado pela CETIP e/ou por meio de procedimentos da BM&FBOVESPA, conforme os CRA estejam custodiados eletronicamente.

5.14. Remuneração da Emissora

5.14.1. A Emissora fará jus ao recebimento de uma taxa mensal de administração do Patrimônio Separado, no valor de R\$3.000,00 (três mil reais), líquida de todos e quaisquer tributos, atualizada anualmente pelo IGP-M desde a Data de Emissão ("Taxa de Administração").

5.14.2. A Taxa de Administração será custeada pelos recursos do Patrimônio Separado, especialmente pelo Fundo de Despesas, e será paga mensalmente, no 5º (quinto) dia de cada mês. Caso os recursos do Patrimônio Separado não sejam suficientes para o pagamento da Taxa de Administração, a Nardini arcará com a Taxa de Administração.

5.14.3. A Taxa de Administração continuará sendo devida, mesmo após o vencimento dos CRA, caso a Emissora ainda esteja atuando em nome dos titulares de CRA, remuneração esta que será devida proporcionalmente aos meses de atuação da Emissora. Caso os recursos do Patrimônio Separado não sejam suficientes para o pagamento da Taxa de Administração, e um Evento de Vencimento Antecipado estiver em curso, os Titulares dos CRA arcarão com a Taxa de Administração, ressalvado seu direito de num segundo momento se reembolsarem com a Nardini após a liquidação das Garantias.

5.14.4. Observados os termos da cláusula 11.2, abaixo, a Taxa de Administração será acrescida dos valores dos tributos que incidem sobre a prestação desses serviços (pagamento com *gross up*), tais como: (i) Impostos Sobre Serviços de qualquer natureza ("ISS"), (ii) Contribuição ao Programa de Integração Social ("PLS"); e (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), excetuando-se o imposto de renda, de responsabilidade da fonte pagadora.

5.14.5. O Patrimônio Separado, especialmente o Fundo de Despesas, ressarcirá a Emissora de todas as despesas incorridas com relação ao exercício de suas funções, tais como, notificações, extração de certidões, contratação de especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, ou assessoria legal aos titulares de CRA, publicações em geral, transportes, alimentação, viagens e estadias, voltadas à proteção dos direitos e interesses dos titulares de CRA ou para realizar os Direitos Creditórios do Agronegócio. O ressarcimento a que se refere esta cláusula será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega, ao Agente Fiduciário, dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

5.15. Multa e Juros Moratórios

5.15.1. Na hipótese de o Patrimônio Separado dispor de recursos, terem sido respeitados os procedimentos operacionais de recebimento de recursos dispostos neste Termo de Securitização e haver atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares de CRA exclusivamente imputado à Emissora, serão devidos pela Emissora, a partir do vencimento até a data de seu efetivo pagamento, multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata temporis*, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ambos incidentes sobre o valor devido e não pago.

5.16. Publicidade

5.16.1. Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares de CRA deverão ser veiculados, na forma de aviso, no Jornal, devendo a Emissora avisar o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação em até 5 (cinco) dias antes da sua ocorrência, exceto pelo Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início e o Anúncio de Encerramento que serão publicados no jornal "Valor Econômico, edição nacional.

5.16.2. A Emissora poderá deixar de realizar as publicações acima previstas se notificar todos os titulares de CRA e o Agente Fiduciário, obtendo deles declaração de ciência dos atos e decisões, desde que comprovados ao Agente Fiduciário. O disposto neste item não inclui "atos e fatos relevantes", que deverão ser divulgados na forma prevista na Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.

5.16.3. As demais informações periódicas da Emissora serão disponibilizadas ao mercado, nos prazos legais e/ou regulamentares, através do sistema da CVM de envio de Informações Periódicas e Eventuais - IPE, ou de outras formas exigidas pela legislação aplicável.

5.17. Prorrogação dos Prazos

5.17.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia que não seja um Dia Útil, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

5.17.2. Deverá haver um intervalo de, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis entre o recebimento dos pagamentos referentes aos Direitos Creditórios do Agronegócio pela Emissora e respectivo pagamento de suas obrigações referentes aos CRA.

6. REGIME FIDUCIÁRIO

Instituição do Regime Fiduciário

6.1. Os Créditos do Patrimônio Separado (abaixo definido), sujeitos ao Regime Fiduciário ora instituído, são destacados do patrimônio da Emissora e passam a constituir patrimônio separado distinto, destinando-se especificamente ao pagamento dos CRA e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11, da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada ("Lei 9.514/97") ("Patrimônio Separado").

6.1.1. O Patrimônio Separado será composto (i) pelo CDCA; (ii) pelos Fundos de Reserva e de Despesas; e (iii) pelas respectivas garantias e bens ou direitos decorrentes dos itens “i” a “ii”, acima, conforme aplicável (“Créditos do Patrimônio Separado”).

6.2. Os Créditos do Patrimônio Separado: (i) responderão apenas pelas obrigações inerentes aos CRA e pelo pagamento das despesas de administração do Patrimônio Separado e respectivos custos, conforme previsto neste Termo de Securitização; (ii) estão isentos de qualquer ação ou execução de outros credores da Emissora que não sejam os titulares de CRA; e (iii) não são passíveis de constituição de outras garantias ou excussão, por mais privilegiadas que sejam, exceto conforme previsto neste Termo de Securitização.

Administração do Patrimônio Separado

6.3. Observado o disposto na cláusula 6.5, abaixo, a Emissora, em conformidade com as Leis 9.514 e 11.076: (i) administrará o Patrimônio Separado instituído para os fins desta Emissão; (ii) promoverá as diligências necessárias à manutenção de sua regularidade; (iii) manterá o registro contábil independente do restante de seu patrimônio; e (iv) elaborará e publicará as respectivas demonstrações financeiras.

6.4. A Emissora somente responderá pelos prejuízos que causar por culpa, dolo, descumprimento de disposição legal ou regulamentar, negligência, imprudência, imperícia ou administração temerária ou, ainda, por desvio de finalidade do Patrimônio Separado.

Liquidação do Patrimônio Separado

6.5. A ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos poderá ensejar a assunção imediata da administração do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário, sendo certo que, nesta hipótese, ocorrerá imediatamente a convocação de Assembleia Geral para deliberar sobre a forma de administração e/ou eventual liquidação, total ou parcial, do Patrimônio Separado (“Eventos de Liquidação do Patrimônio Separado”):

- (i) pedido ou requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora, independentemente de aprovação do plano de recuperação por seus credores ou deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (ii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido ou cancelado pela Emissora, conforme o caso, no prazo legal;
- (iii) decretação de falência ou apresentação de pedido de aut falência pela Emissora;
- (iv) qualificação, pela Assembleia Geral, de um Evento de Vencimento Antecipado como Evento de Liquidação do Patrimônio Separado;
- (v) inadimplemento pecuniário pela Emissora que dure por mais de 5 (cinco) Dias Úteis, caso haja recursos suficientes no Patrimônio Separado e desde que exclusivamente a ela imputado; e

- (vi) não observância pela Emissora: (a) dos deveres e das obrigações previstos no Contrato com Agente Fiduciário, no Contrato com Banco Liquidante, no Contrato de Custódia, conforme o caso, desde que, comunicados para sanarem ou justificarem o descumprimento, não o façam nos prazos previstos no respectivo contrato aplicável; e (b) dos deveres e das obrigações previstos neste Termo de Securitização e na regulamentação em vigor, desde que, comunicada para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação.

6.5.1. A liquidação, parcial ou total do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário será automática caso seja verificado qualquer dos Eventos de Liquidação do Patrimônio Separado descritos em qualquer dos itens “i”, “ii”, “iii”, “v” e “vi”.

6.5.2. Para o item “iv”, a decretação da liquidação, parcial ou total, do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário, dependerá de prévia deliberação pela própria Assembleia Geral que deliberou pela qualificação de um Evento de Vencimento Antecipado como Evento de Liquidação do Patrimônio Separado, ou de Assembleia Geral especialmente convocada para essa finalidade.

6.5.3. A ocorrência do Evento de Liquidação do Patrimônio Separado elencado no item “iv” da cláusula 6.5, acima, não implicará no afastamento da Emissora da administração do Patrimônio Separado.

6.6. Verificada a ocorrência dos Eventos de Liquidação do Patrimônio Separado, elencados nos itens “i”, “ii”, “iii”, “v” ou “vi” da cláusula 6.5, acima, e assumida a administração do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário, este deverá convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral para deliberar, pela maioria dos votos dos titulares dos CRA em Circulação, sobre a forma de administração e/ou eventual liquidação, total ou parcial, do Patrimônio Separado.

6.6.1. Exclusivamente para fins de verificação de quórum, a expressão “CRA em Circulação” significa todos os CRA subscritos e integralizados e não resgatados, excluídos os CRA pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou à Nardini, ou a qualquer controladora da Emissora ou da Nardini, ou qualquer de seus respectivos diretores ou conselheiros.

6.7. A Assembleia Geral prevista na cláusula 6.6, acima, deverá ser realizada no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de envio da comunicação relativa à primeira convocação. Caso a Assembleia Geral não seja realizada em primeira convocação, nova comunicação será enviada para que no prazo de 2 (dois) dias, contados da data do seu envio, a Assembleia Geral seja instalada em segunda convocação. Ambas as comunicações previstas nesta cláusula serão realizadas na forma prevista pela cláusula 10, abaixo.

6.8. Em referida Assembleia Geral, os titulares de CRA deverão deliberar: (i) pela liquidação, total ou parcial, do Patrimônio Separado, hipótese na qual deverá ser nomeado o liquidante e as formas de liquidação; ou (ii) pela não liquidação do Patrimônio Separado, hipótese na qual deverá ser deliberada a continuidade da administração do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário ou nomeação de outra instituição administradora, fixando, em ambos os casos, as condições e termos para sua administração, bem como sua respectiva remuneração. O liquidante será a Emissora caso esta não tenha sido destituída da administração do Patrimônio Separado.

6.9. Caso a liquidação do Patrimônio Separado fique a cargo do Agente Fiduciário, esta será realizada mediante transferência, em dação em pagamento, dos Créditos do Patrimônio Separado ao Agente Fiduciário (ou à instituição administradora cuja contratação seja aprovada pelos titulares de CRA, na Assembleia Geral prevista na cláusula 6.6, acima), na qualidade de representante dos titulares de CRA, para fins de extinção de toda e qualquer obrigação da Emissora decorrente dos CRA.

6.9.1. Na hipótese do item (iv) da cláusula 6.5, acima, e destituída a Emissora, caberá ao Agente Fiduciário ou à referida instituição administradora (i) administrar os Créditos do Patrimônio Separado, (ii) esgotar todos os recursos judiciais e extrajudiciais para a realização dos créditos oriundos do CDCA, bem como de suas respectivas garantias, caso aplicável, (iii) ratear os recursos obtidos entre os titulares de CRA na proporção de CRA detidos, observado o disposto neste Termo de Securitização, e (iv) transferir os créditos oriundos do CDCA e Garantias eventualmente não realizados aos titulares de CRA, na proporção de CRA detidos.

6.10. A realização dos direitos dos titulares de CRA estará limitada aos Créditos do Patrimônio Separado, nos termos do parágrafo 3º do artigo 11 da Lei 9.514, não havendo qualquer outra garantia prestada por terceiros ou pela própria Emissora.

7. DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Nomeação e Declarações do Agente Fiduciário

7.1. A Emissora nomeia e constitui, como Agente Fiduciário, a **SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, CEP 04530-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, que, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da Lei 9.514, da Lei 11.076, da Instrução CVM 414 e do presente Termo de Securitização, representar, perante a Emissora e quaisquer terceiros, os interesses da comunhão dos titulares de CRA.

7.2. O Agente Fiduciário declara que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e neste Termo de Securitização;
- (ii) aceita integralmente este Termo de Securitização, todas as suas cláusulas e condições;
- (iii) está devidamente autorizado a celebrar este Termo de Securitização e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iv) a celebração deste Termo de Securitização e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (v) verificou a legalidade e a ausência de vícios da operação objeto do presente Termo de Securitização, incluindo a aquisição dos Direitos Creditórios do Agronegócio;

DA#8602532 v35



- (vi) os Créditos do Patrimônio Separado consubstanciam Patrimônio Separado, vinculados única e exclusivamente aos CRA;
- (vii) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, por analogia;
- (viii) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução da CVM n° 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”), por analogia; e
- (ix) não possui qualquer relação com a Emissora ou com a Nardini que o impeça de exercer suas funções de forma diligente.

Obrigações do Agente Fiduciário

7.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura deste Termo de Securitização, devendo permanecer no cargo até (i) a Data de Vencimento; ou (ii) sua efetiva substituição pela Assembleia Geral.

7.4. Constituem deveres do Agente Fiduciário, dentre aqueles estabelecidos na Instrução CVM 28, por analogia:

- (i) zelar pela proteção dos direitos e interesses dos titulares de CRA, acompanhando a atuação da Emissora na gestão do Patrimônio Separado;
- (ii) adotar as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à defesa dos interesses dos titulares de CRA, bem como à realização dos Direitos Creditórios do Agronegócio, bem como suas respectivas garantias, vinculados ao Patrimônio Separado caso a Emissora não o faça;
- (iii) exercer, na ocorrência de qualquer Evento de Liquidação do Patrimônio Separado, a administração do Patrimônio Separado;
- (iv) promover, na forma prevista neste Termo de Securitização, a liquidação, total ou parcial, do Patrimônio Separado, conforme aprovado em Assembleia Geral;
- (v) proteger os direitos e interesses dos titulares de CRA, empregando, no exercício da função, todo o cuidado e a diligência inerente a sua posição;
- (vi) renunciar ao cargo na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de impedimento;
- (vii) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (viii) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas neste Termo de Securitização, diligenciando para que sejam sanadas eventuais omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (ix) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias pela Emissora, alertando os titulares de CRA acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

- (x) solicitar, quando considerar necessário e desde que por deliberação dos titulares de CRA em Assembleia Geral, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xi) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral, na forma prevista pela cláusula 10, abaixo;
- (xii) comparecer às Assembleias Gerais a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) manter atualizados os contatos dos titulares de CRA;
- (xiv) manter os titulares de CRA informados acerca de toda e qualquer informação que possa vir a ser de seu interesse, inclusive, sem limitação, com relação a ocorrência do Evento de Liquidação do Patrimônio Separado;
- (xv) convocar Assembleia Geral nos casos previstos neste Termo de Securitização, incluindo, sem limitação, na hipótese de insuficiência dos bens do Patrimônio Separado, para deliberar sobre a forma de administração ou liquidação do Patrimônio Separado, bem como a nomeação do liquidante, caso aplicável;
- (xvi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste Termo de Securitização e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer; e
- (xvii) calcular, diariamente, o valor unitário de cada CRA, disponibilizando-o aos titulares de CRA e à Emissora, por meio eletrônico, tanto através de comunicação direta, quanto do *website* www.slw.com.br.

Remuneração do Agente Fiduciário

7.5. O Agente Fiduciário receberá da Emissora, com recursos do Patrimônio Separado, especialmente do Fundo de Despesas, como remuneração pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei aplicável e deste Termo de Securitização, remuneração de R\$15.000,00 (quinze mil reais) por ano, pago em parcelas trimestrais de R\$3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais), sendo o primeiro pagamento devido no 10º (décimo) Dia Útil após a assinatura do termo de securitização, e os demais pagamentos, nas mesmas datas dos períodos subsequentes até o resgate total dos CRA em Circulação.

7.5.1. A remuneração definida na cláusula 7.5, acima, continuará sendo devida, mesmo após o vencimento dos CRA, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando em nome dos titulares de CRA, remuneração esta que será devida proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário. Caso os recursos do Patrimônio Separado não sejam suficientes para o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, e um Evento de Vencimento Antecipado estiver em curso, os Titulares dos CRA arcarão com a Taxa de Administração, ressalvado seu direito de num segundo momento se reembolsarem com a Nardini após a liquidação das Garantias.

7.5.2. As parcelas de remuneração do Agente Fiduciário serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IPCA ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da primeira parcela da remuneração devida ao Agente

Fiduciário, até as datas de pagamento de cada parcela da mencionada remuneração, calculadas *pro rata die* se necessário.

7.5.3. Observados os termos da cláusula 11.2, abaixo, os valores referidos acima serão acrescidos dos valores dos tributos que incidem sobre a prestação desses serviços (pagamento com *gross up*), tais como: (i) ISS, (ii) PIS; (iii) COFINS; e (iv) Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR, bem como outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente, sendo certo que o Devedor deverá acrescer aos pagamentos feitos valores adicionais, de modo que o Agente receba os mesmos valores que seriam recebidos caso nenhum dos impostos elencados neste item fosse incidente (*gross up*).

7.6. A Securitizadora ressarcirá, com os recursos do Patrimônio Separado, especialmente do Fundo de Despesas, o Agente Fiduciário de todas as despesas incorridas com relação ao exercício de suas funções, tais como, notificações, extração de certidões, contratação de especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, ou assessoria legal aos titulares de CRA, publicações em geral, transportes, alimentação, viagens e estadias, voltadas à proteção dos direitos e interesses dos titulares de CRA ou para realizar o CDCA e suas Garantias. O ressarcimento a que se refere esta cláusula será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega, à Emissora, dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

Substituição do Agente Fiduciário

7.7. O Agente Fiduciário poderá ser substituído e continuará exercendo suas funções até que um novo Agente Fiduciário assuma, nas hipóteses de ausência ou impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação, falência, ou qualquer outro caso de vacância, devendo ser realizada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência de qualquer desses eventos, uma Assembleia Geral, para que seja eleito o novo Agente Fiduciário.

7.8. O Agente Fiduciário poderá, ainda, ser destituído, mediante a imediata contratação de seu substituto a qualquer tempo, pelo voto favorável de titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, reunidos em Assembleia Geral convocada na forma prevista pela cláusula 10, abaixo.

7.9. O Agente Fiduciário eleito em substituição assumirá integralmente os deveres, atribuições e responsabilidades constantes da legislação aplicável e deste Termo de Securitização.

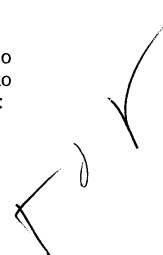
7.10. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deve ser objeto de aditamento ao presente Termo de Securitização.

8. DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

Declarações e Garantias da Emissora

8.1. Sem prejuízo das demais declarações expressamente previstas na regulamentação aplicável, neste Termo de Securitização, nos demais Documentos da Securitização (abaixo definido) e nos Documentos Comprobatórios, a Emissora, neste ato declara e garante que:

DA#8602532 v35



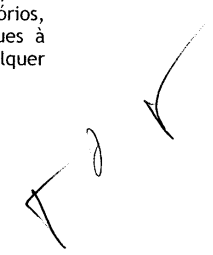
- (i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações necessárias à celebração deste Termo de Securitização, à Emissão e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) os representantes legais que assinam este Termo de Securitização têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (v) este Termo de Securitização constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (vi) até onde a Emissora tenha conhecimento, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as obrigações assumidas neste Termo de Securitização e nos demais Documentos da Securitização.

Obrigações Adicionais da Emissora

8.2. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Termo de Securitização, a Emissora obriga-se, adicionalmente, a:

- (i) administrar o Patrimônio Separado, mantendo para o mesmo registro contábil próprio e independente de suas demonstrações financeiras;
- (ii) informar todos os fatos relevantes acerca da Emissão e da própria Emissora diretamente ao Agente Fiduciário, por meio de comunicação por escrito, bem como aos participantes do mercado, conforme aplicável, observadas as regras da CVM;
- (iii) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações, sempre que solicitado:
 - (a) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, cópias de todos os seus demonstrativos financeiros e/ou contábeis, auditados ou não, inclusive dos demonstrativos do Patrimônio Separado, assim como de todas as informações periódicas e eventuais exigidas pelos normativos da CVM, nos prazos ali previstos, relatórios, comunicados ou demais documentos que devam ser entregues à CVM, na data em que tiverem sido encaminhados, por qualquer meio, àquela autarquia;

DA#8602532 v35



- (b) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, cópias de todos os documentos e informações, inclusive financeiras e contábeis, fornecidos pela Nardini e desde que por ela entregues, nos termos da legislação vigente;
 - (c) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação ou cópia de quaisquer documentos que lhe sejam razoavelmente solicitados, permitindo que o Agente Fiduciário, por meio de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenham acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como aos respectivos registros e relatórios de gestão e posição financeira referentes ao Patrimônio Separado;
 - (d) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que forem publicados, cópias dos avisos de fatos relevantes e atas de assembleias gerais, reuniões do conselho de administração e da diretoria da Emissora que, de alguma forma, envolvam o interesse dos titulares de CRA; e
 - (e) cópia de qualquer notificação judicial, extrajudicial ou administrativa recebida pela Emissora em até 3 (três) Dias Úteis contados da data de seu recebimento ou prazo inferior se assim exigido pelas circunstâncias.
- (iv) submeter, na forma da lei, suas contas e demonstrações contábeis, inclusive aquelas relacionadas ao Patrimônio Separado, a exame por empresa de auditoria;
- (v) informar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis de seu conhecimento, qualquer descumprimento pela Nardini e/ou por eventuais prestadores de serviços contratados em razão da Emissão de obrigação constante deste Termo de Securitização e dos demais Documentos da Securitização;
- (vi) efetuar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da apresentação de cobrança pelo Agente Fiduciário, com recursos do Patrimônio Separado, especialmente do Fundo de Despesas, o pagamento de todas as despesas razoavelmente incorridas e comprovadas pelo Agente Fiduciário que sejam necessárias para proteger os direitos, garantias e prerrogativas dos titulares de CRA ou para a realização de seus créditos. As despesas a que se refere esta alínea compreenderão, inclusive, as despesas relacionadas com:
- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações previstos neste Termo de Securitização, e outras exigidas, ou que vierem a ser exigidas por lei;
 - (b) extração de certidões;
 - (c) despesas com viagens, incluindo custos com transporte, hospedagem e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
 - (d) eventuais auditorias ou levantamentos periciais que venham a ser imprescindíveis em caso de omissões e/ou obscuridades nas informações devidas pela Emissora, pelos prestadores de serviço contratados em razão da Emissão, e/ou da legislação aplicável.

- (vii) manter sempre atualizado seu registro de companhia aberta na CVM;
- (viii) não realizar negócios e/ou operações (a) alheios ao objeto social definido em seu estatuto social; (b) que não estejam expressamente previstos e autorizados em seu estatuto social; ou (c) que não tenham sido previamente autorizados com a estrita observância dos procedimentos estabelecidos em seu estatuto social, sem prejuízo do cumprimento das demais disposições estatutárias, legais e regulamentares aplicáveis;
- (ix) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social, com este Termo de Securitização e/ou com os demais Documentos da Securitização, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Securitização;
- (x) comunicar, em até 3 (três) Dias Úteis, ao Agente Fiduciário, por meio de notificação, e, ato contínuo, aos titulares de CRA, mediante publicação de aviso, observado o disposto na cláusula 5.16, acima, a ocorrência de quaisquer eventos e/ou situações que possam, no juízo razoável do homem ativo e probo, colocar em risco o exercício, pela Emissora, de seus direitos, garantias e prerrogativas, vinculados aos bens e direitos integrantes do Patrimônio Separado e que possam, direta ou indiretamente, afetar negativamente os interesses da comunhão dos titulares de CRA conforme disposto no presente Termo de Securitização;
- (xi) não pagar dividendos com os recursos vinculados ao Patrimônio Separado;
- (xii) manter em estrita ordem a sua contabilidade, através da contratação de prestador de serviço especializado, a fim de atender as exigências contábeis impostas pela CVM às companhias abertas, bem como efetuar os respectivos registros de acordo com os Princípios Fundamentais da Contabilidade do Brasil, permitindo ao Agente Fiduciário o acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Emissora;
- (xiii) manter:
 - (a) válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto;
 - (b) seus livros contábeis e societários regularmente abertos e registrados na Junta Comercial de sua respectiva sede social, na forma exigida pela Lei das Sociedades por Ações, pela legislação tributária e pelas demais normas regulamentares, em local adequado e em perfeita ordem;
 - (c) em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (xiv) contratar instituição financeira habilitada para a prestação dos serviços de escriturador e liquidante dos CRA;

- (xv) manter ou fazer com que seja mantido em adequado funcionamento, diretamente ou por meio de seus agentes, serviço de atendimento aos titulares de CRA;
- (xvi) caso necessário, substituir o Custodiante no exercício das funções de depósito dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios do Agronegócio por outro prestador devidamente habilitado para tanto, a qualquer momento; e
- (xvii) informar ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer Evento de Liquidação do Patrimônio Separado, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar de sua ciência.

8.3. Sem prejuízo das demais obrigações legais da Emissora, é obrigatória:

- (i) a elaboração de balanço refletindo a situação do Patrimônio Separado;
- (ii) relatório de descrição das despesas incorridas no respectivo período;
- (iii) relatório de custos referentes à defesa dos direitos, garantias e prerrogativas dos titulares de CRA, inclusive a título de reembolso ao Agente Fiduciário; e
- (iv) elaboração de relatório contábil a valor de mercado dos ativos integrantes do Patrimônio Separado, segregados por tipo e natureza de ativo, observados os termos e as condições deste Termo de Securitização.

8.4. A Emissora se responsabiliza pela exatidão das informações e declarações prestadas ao Agente Fiduciário e aos participantes do mercado de capitais, incluindo, sem limitação, os titulares de CRA, ressaltando que analisou diligentemente os documentos relacionados com os CRA, para verificação de sua legalidade, legitimidade, existência, exigibilidade, validade, veracidade, ausência de vícios, consistência, correção e suficiência das informações disponibilizadas aos investidores e ao Agente Fiduciário, declarando que os mesmos encontram-se perfeitamente constituídos e na estrita e fiel forma e substância descritos pela Emissora neste Termo de Securitização e nos demais Documentos da Securitização.

9. FATORES DE RISCO

Riscos da Operação

9.1. Recente Desenvolvimento da Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio: A securitização de direitos creditórios do agronegócio é uma operação recente no Brasil. A Lei 11.076, que criou os certificados de recebíveis do agronegócio, foi editada em 2004. Entretanto, só houve um volume maior de emissões de certificados de recebíveis do agronegócio nos últimos anos. Além disso, a securitização é uma operação mais complexa que outras emissões de valores mobiliários, já que envolve estruturas jurídicas que objetivam a segregação dos riscos do emissor do valor mobiliário, de seu devedor (no caso, a Nardini) e créditos que lastreiam a emissão.

9.2. Não existe jurisprudência firmada acerca da securitização: Toda a arquitetura do modelo financeiro, econômico e jurídico desta Emissão considera um conjunto de rigores e obrigações de parte a parte estipuladas por meio de contratos e títulos de crédito, tendo

por diretrizes a legislação em vigor. Entretanto, em razão da pouca maturidade e da falta de tradição e jurisprudência no mercado de capitais brasileiro no que tange a este tipo de operação financeira, em situações de *stress* poderá haver perdas por parte dos titulares de CRA em razão do dispêndio de tempo e recursos para eficácia da estrutura adotada para os CRA, na eventualidade de necessidade de reconhecimento ou exigibilidade por meios judiciais de quaisquer de seus termos e condições específicos.

9.3. Não existe regulamentação específica acerca das Emissões de CRA: A atividade de securitização de créditos do agronegócio está sujeita à Lei 11.076 e à regulamentação da CVM, por meio da Instrução CVM 400, no que se refere a distribuições públicas de CRA. Como ainda não existe regulamentação específica para estes valores mobiliários e suas respectivas ofertas ao público investidor, a CVM, por meio do Comunicado definido na reunião do Colegiado realizada em 18 de novembro de 2008, entendeu que os dispositivos da Instrução CVM 414, norma aplicável aos certificados de recebíveis imobiliários, seriam aplicáveis, no que coubessem, às ofertas públicas de CRA e seus respectivos emissores. Assim, enquanto a CVM não tratar da matéria em norma específica, será aplicada às ofertas de CRA a Instrução CVM 414, interpretada na forma da Lei 11.076, com as devidas adaptações a fim de acomodar as possíveis incompatibilidades entre a regulamentação dos certificados de recebíveis imobiliários e as características das operações de CRA, sem prejuízo de eventual edição posterior de norma específica pela CVM aplicável a operações de CRA.

Riscos dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e da Oferta

9.4. Riscos Gerais: Os riscos a que estão sujeitos os titulares de CRA podem variar significativamente, e podem incluir, sem limitação, perdas em decorrência de condições climáticas desfavoráveis, pragas ou outros fatores naturais que afetem negativamente os Produtos, redução de preços de commodities do setor agrícola nos mercados nacional e internacional, alterações em políticas de concessão de crédito que possam afetar a renda dos Devedores e, conseqüentemente, a sua capacidade de pagamento, bem como outras crises econômicas que possam afetar o setor agropecuário em geral, falhas na constituição de garantias, inclusive, sem limitação, dos títulos de crédito do agronegócio, bem como a impossibilidade de execução por desaparecimento ou desvio dos respectivos bens objeto de tal garantia.

9.5. Alterações na Legislação Tributária Aplicável: Os rendimentos gerados por aplicação em CRA por pessoas físicas estão atualmente isentos de imposto de renda, por força do artigo 3º, inciso IV, da Lei 11.033, isenção essa que pode sofrer alterações ao longo do tempo. Eventuais alterações na legislação tributária eliminando a isenção acima mencionada, criando ou elevando alíquotas do imposto de renda incidentes sobre os CRA, a criação de novos tributos ou, ainda, mudanças na interpretação ou aplicação da legislação tributária por parte dos tribunais ou autoridades governamentais poderão afetar negativamente o rendimento líquido dos CRA para seus titulares. A Emissora recomenda que os interessados na subscrição dos CRA consultem seus assessores tributários e financeiros antes de se decidir pelo investimento nos CRA.

9.6. Interpretação da Legislação Tributária Aplicável: Não há unidade de entendimento quanto à tributação aplicável sobre os ganhos decorrentes de alienação dos CRA no mercado secundário. Existem pelo menos duas interpretações correntes a respeito do imposto de renda incidente sobre a diferença positiva entre o valor de alienação e o valor de aplicação dos CRA, quais sejam (i) a de que os ganhos decorrentes da alienação dos CRA estão sujeitos ao imposto de renda na fonte, tais como os rendimentos de renda fixa, em conformidade com as alíquotas regressivas previstas no artigo 1º da Lei 11.033; e (ii) a

de que os ganhos decorrentes da alienação dos CRA são tributados como ganhos líquidos nos termos do artigo 52, parágrafo 2º da Lei 8.383, com a redação dada pelo artigo 2º da Lei 8.850, sujeitos, portanto, ao imposto de renda a ser recolhido pelo vendedor até o último Dia Útil do mês subsequente ao da apuração do ganho, à alíquota de 15% (quinze por cento) estabelecida pelo artigo 2º, inciso II da Lei 11.033. Vale ressaltar que não há jurisprudência consolidada sobre o assunto. Divergências no recolhimento do imposto de renda devido podem ser passíveis de sanção pela Receita Federal do Brasil.

9.7. Falta de Liquidez dos CRA: Ainda não está em operação no Brasil o mercado secundário de CRA de forma ativa e não há nenhuma garantia de que existirá, no futuro, um mercado para negociação dos CRA que permita sua alienação pelos subscritores desses valores mobiliários, caso decidam pelo desinvestimento. Dessa forma, o investidor que subscrever ou adquirir os CRA poderá encontrar dificuldades para negociá-los com terceiros no mercado secundário, devendo estar preparado para manter o investimento nos CRA até a Data de Vencimento.

9.8. Restrição de Negociação até o Encerramento da Oferta e Cancelamento da Oferta: Não haverá negociação dos CRA no mercado secundário até a publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta. A emissão dos CRA está condicionada à obtenção de demanda dos investidores superior ao Montante Mínimo para a sua emissão. Caso não haja demanda suficiente de investidores, a Emissora cancelará os CRA emitidos.

9.9. Ocorrência de distribuição parcial: Conforme descrito neste Termo de Securitização, a Oferta poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial dos CRA, desde que haja colocação, no mínimo, do Montante Mínimo. Ocorrendo a distribuição parcial, os CRA remanescentes serão cancelados após o término do período de distribuição.

9.10. Quórum de deliberação em assembleia geral de titulares dos CRA: As deliberações a serem tomadas em assembleias gerais de titulares dos CRA são aprovadas por maioria dos presentes na respectiva assembleia, e, em certos casos, exigem quórum mínimo ou qualificado estabelecidos neste Termo de Securitização. O titular de pequena quantidade de CRA pode ser obrigado a acatar decisões da maioria, ainda que manifeste voto desfavorável. Não há mecanismos de venda compulsória no caso de dissidência do titular do CRA em determinadas matérias submetidas à deliberação em assembleia geral.

9.11. O Código ANBIMA prevê a necessidade de manifestação escrita por parte dos auditores independentes acerca da consistência das informações financeiras constantes deste Prospecto com as demonstrações financeiras publicadas pela Emissora. No âmbito desta Emissão não será emitida carta de conforto conforme acima descrita. Consequentemente, os Auditores Independentes da Emissora e/ou da Nardini não se manifestarão sobre a consistência das informações financeiras da Emissora e/ou da Nardini constantes deste Prospecto.

Riscos do CDCA e dos Direitos Creditórios a ele Vinculados

9.12. Inadimplência do CDCA : A capacidade do Patrimônio Separado de suportar as obrigações decorrentes da emissão de CRA depende do adimplemento pela Nardini, do CDCA. O Patrimônio Separado, constituído em favor dos titulares de CRA, não conta com qualquer garantia ou coobrigação da Emissora. Assim, o recebimento integral e tempestivo pelos titulares de CRA dos montantes devidos dependerá do adimplemento do CDCA, pela Nardini, em tempo hábil para o pagamento dos valores devidos aos titulares de CRA. Portanto, a ocorrência de eventos que afetem a situação econômico-financeira da Nardini

poderá afetar negativamente a capacidade do Patrimônio Separado de suportar suas obrigações, conforme estabelecidas no Termo de Securitização.

9.13. Risco de Crédito da Ipiranga e de Adimplemento da Nardini: O CDCA vinculado aos CRA é devido pela Nardini e é garantido, em razão da cessão fiduciária, por direitos creditórios do agronegócio derivados do Contrato de Fornecimento, devidos pela Ipiranga quando da entrega de etanol, pela Nardini, no prazo e nas condições ali previstas. Assim, a efetividade da garantia fiduciária do CRA dependerá: (i) da manutenção do Contrato de Fornecimento, pelo prazo e pelas condições pactuadas; (ii) do cumprimento do Contrato de Fornecimento pela Nardini; e (iii) no caso de a Nardini cumprir com o Contrato de Fornecimento, do adimplemento, pela Ipiranga, do pagamento dos valores devidos. Além de o Contrato de Fornecimento poder ser extinto em condições específicas ali previstas, tanto a Nardini quanto a Ipiranga estão sujeitas a riscos operacionais, financeiros e de outra natureza, que podem influenciar diretamente no pagamento dos direitos creditórios do agronegócio e, portanto, dos CDCA, com efeito material adverso no pagamento dos CRA.

9.14. Variação do Preço: Os Direitos Creditórios do Agronegócio serão pagos a partir da comercialização, pela Nardini, de produtos cujo preço é fixado a partir do Etanol, estando, portanto, sujeito a variações de precificação nos mercados nacional e internacional. Essas modificações podem afetar negativamente o valor dos recursos a serem obtidos pela Nardini com a negociação de Etanol no mercado e, portanto, sua capacidade creditícia e operacional. Nesse caso, embora o CDCA possa ser executado pela Emissora contra a Nardini, a precificação do Etanol abaixo de determinado limite pode afetar a capacidade da Nardini de pagar o CDCA e, portanto, a capacidade da Emissora de pagar os CRA.

9.15. Pré-pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio com indicação de possíveis efeitos desse evento sobre a rentabilidade dos CRA: Até o 35º (trigésimo quinto) mês a contar da Data da Integralização, não será permitido o pagamento parcial ou integral, do montante devido no âmbito do CDCA. A partir do 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive), a contar da Data da Integralização e até a Data de Vencimento Final, a Nardini poderá notificar por escrito à Emissora informando que deseja realizar o pagamento antecipado do CDCA. Referido pré-pagamento estará condicionado à aceitação, pelos titulares de CRA, da Oferta de Resgate Antecipado prevista na cláusula 5.11, do Termo de Securitização. Nesta hipótese, o pré-pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio representados pelo CDCA não deverá afetar, de imediato, a rentabilidade dos CRA, na medida em que os titulares dos CRA resgatados deverão receber, no mínimo, o valor nominal dos CRA, atualizado pro rata temporis por sua Remuneração, acrescido de prêmio de pagamento antecipado a ser oferecido pela Nardini por meio da notificação de pré-pagamento. Por outro lado, na ocorrência de qualquer (i) dos Eventos de Liquidação do Patrimônio Separado; ou (ii) dos Eventos de Vencimento Antecipado, poderá não haver recursos suficientes no Patrimônio Separado para que a Emissora proceda ao pagamento antecipado dos CRA. Na hipótese da Emissora ser destituída da administração do Patrimônio Separado, o Agente Fiduciário deverá assumir a custódia e administração dos Créditos do Patrimônio Separado. Em Assembleia Geral, os titulares de CRA deverão deliberar sobre as novas normas de administração do Patrimônio Separado, inclusive para os fins de receber os Direitos Creditórios do Agronegócio, bem como suas respectivas garantias, ou optar pela liquidação do Patrimônio Separado, que poderá ser insuficiente para a quitação das obrigações perante os titulares de CRA. Consequentemente, os adquirentes dos CRA poderão sofrer prejuízos financeiros em decorrência de tais eventos, pois (i) não há qualquer garantia de que existirão, no momento do Evento de Vencimento Antecipado, outros ativos no mercado com risco e retorno semelhante aos CRA; e (ii) a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas

diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá resultar na aplicação efetiva de uma alíquota superior à que seria aplicada caso os CRA fossem liquidados apenas quando de seu vencimento programado.

9.16. Risco de diminuição da quantidade dos Bens Empenhados. Na Data de Emissão, os Bens Empenhados encontram-se cultivados em imóveis que representam uma área total de 7.447,65 ha ("Área Total"), sendo 554,64 ha, ou seja, 7,45% da Área Total representados por imóveis de propriedade da Nardini, e 6.893,01 ha, ou seja, 92,55% da Área Total, representados por imóveis de propriedade de terceiros.

Da área total dos imóveis onde os Bens Empenhados encontram-se cultivados: (i) em 2.242,95 ha, ou seja, 30,11% da Área Total, há hipotecas constituídas em garantia a determinadas dívidas, com relação às quais: (1) (5,49%) da Área Total são imóveis de propriedade da Nardini, cujas dívidas estão em vigor, sendo regularmente pagas; e (2) 24,61% da Área Total são imóveis de propriedade de terceiros, sobre os quais não há documentos atualizados sobre seu pagamento; (ii) em 224,06 ha, ou seja, 3,01% da Área Total, o arrendamento em favor da Nardini foi outorgado por parte dos proprietários dos imóveis, restando pendente a autorização escrita dos demais; e (iii) em 238,73 ha, ou seja, 3,20% da Área Total, o arrendamento em favor da Nardini foi celebrado com base em matrículas dos imóveis que foram atualizadas em razão de desmembramentos e outros eventos, razão pela qual o contrato de arrendamento necessita de atualização para constar as matrículas e as áreas atualizadas.

Desta forma, há risco de o respectivo credor das dívidas garantidas por hipoteca, conforme o item "i", demandar em juízo, em razão do artigo 1.473 e 1.474 do Código Civil, a inclusão na hipoteca dos acessórios dos referidos imóveis, podendo neste caso atingir os Bens Empenhados. Com relação ao item "ii", há o risco de co-proprietários dos imóveis, que não tenham celebrado o respectivo arrendamento, demandar em juízo a extinção do arrendamento, ou do penhor em favor do CDCA, por ausência da sua autorização expressa. Já com relação ao item "iii", há o risco de as matrículas atualizadas a que se referem os contratos de arrendamento envolverem áreas inferiores àquelas neles referidas.

Diante dos eventos descritos acima, a quantidade de Bens Empenhados pode ser reduzida e a Nardini pode não conseguir oferecer novas áreas em substituição, nos termos do respectivo penhor, acarretando o vencimento antecipado do CDCA e, por sua vez, dos CRA.

Riscos do Regime Fiduciário

9.17. Decisões judiciais sobre a Medida Provisória n.º 2.158-35/01 podem comprometer o regime fiduciário sobre os créditos de certificados de recebíveis do agronegócio: A Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, ainda em vigor, estabelece, em seu artigo 76, que *"as normas que estabeleçam a afetação ou a separação, a qualquer título, de patrimônio de pessoa física ou jurídica não produzem efeitos em relação aos débitos de natureza fiscal, previdenciária ou trabalhista, em especial quanto às garantias e aos privilégios que lhes são atribuídos"*. Adicionalmente, o parágrafo único deste mesmo artigo prevê que *"desta forma permanecem respondendo pelos débitos ali referidos a totalidade dos bens e das rendas do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os que tenham sido objeto de separação ou afetação"*. Nesse sentido, o CDCA e os recursos e títulos de créditos dele decorrentes, inclusive em função da execução de suas garantias, não obstante comporem o Patrimônio Separado, poderão ser alcançados por credores fiscais, trabalhistas e previdenciários da Emissora e, em alguns casos, por credores trabalhistas e previdenciários de pessoas físicas e jurídicas pertencentes ao

mesmo grupo econômico da Emissora, tendo em vista as normas de responsabilidade solidária e subsidiária de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico existentes em tais casos. Caso isso ocorra, concorrerão os titulares destes créditos com os titulares de CRA de forma privilegiada sobre o produto de realização dos Créditos do Patrimônio Separado. Nesta hipótese, é possível que Créditos do Patrimônio Separado não venham a ser suficientes para o pagamento integral dos CRA após o cumprimento das obrigações da Emissora perante aqueles credores.

Riscos Relacionados à Nardini

9.18. Efeitos Adversos na Remuneração dos CRA: Uma vez que o pagamento das remunerações dos CRA depende do pagamento integral e tempestivo, pela Nardini, do CDCA, a capacidade de adimplemento da Nardini poderá ser afetada em função de sua situação econômico-financeira, em decorrência de fatores internos e/ou externos, o que poderá afetar o fluxo de pagamentos dos CRA.

9.19. Capacidade Creditícia e Operacional da Nardini: O pagamento dos CRA está sujeito ao desempenho da capacidade creditícia e operacional da Nardini, sujeitos aos riscos normalmente associados à concessão de empréstimos e ao aumento de custos de outros recursos que venham a ser captados pela Nardini e que possam afetar o seu respectivo fluxo de caixa, bem como riscos decorrentes da ausência de garantia quanto ao pagamento pontual ou total do principal e juros pela Nardini. Adicionalmente, os recursos decorrentes da excussão do CDCA podem não ser suficientes para satisfazer a integralidade das dívidas constantes dos instrumentos que lastreiam os CRA. Portanto, a inadimplência da Nardini pode ter um efeito material adverso no pagamento dos CRA.

Riscos Operacionais da Nardini

9.20. Regulamentação da Produção Agrícola: A Nardini está sujeita a extensa regulamentação federal, estadual e municipal relacionada à proteção do meio ambiente, à saúde e segurança dos trabalhadores relacionados à atividade, conforme aplicável, podendo estar expostos a contingências resultantes do manuseio de materiais perigosos e potenciais custos para cumprimento da regulamentação ambiental.

9.21. Autorizações e Licenças: A Nardini é obrigada a obter licenças específicas para produtores rurais, emitidas por autoridades governamentais, com relação a determinados aspectos das suas operações. Referidas leis, regulamentos e licenças podem, com frequência, exigir a compra e instalação de equipamentos de custo mais elevado para o controle da poluição ou a execução de mudanças operacionais a fim de limitar impactos ou potenciais impactos ao meio ambiente e/ou à saúde dos funcionários dos Devedores. A violação de tais leis e regulamentos ou licenças pode resultar em multas elevadas, sanções criminais, revogação de licenças de operação e/ou na proibição de exercício das atividades pela Nardini.

9.22. Penalidades Ambientais: As penalidades administrativas e criminais impostas contra aqueles que violarem a legislação ambiental serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente. Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos os direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, quando a Nardini contrata terceiros para proceder a qualquer intervenção nas suas operações, como a disposição final de resíduos, não está isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por estes terceiros contratados.

Os Devedores podem ser considerados responsáveis por todas e quaisquer consequências provenientes da exposição de pessoas a substâncias nocivas ou outros danos ambientais. Os custos para cumprir com a legislação atual e futura relacionada à proteção do meio ambiente, saúde e segurança, e às contingências provenientes de danos ambientais e a terceiros afetados poderão ter um efeito adverso sobre os negócios dos Devedores, os seus resultados operacionais ou sobre a sua situação financeira, o que poderá afetar negativamente o valor dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

9.23. Contingências Trabalhistas e Previdenciárias: Além das contingências trabalhistas e previdenciárias oriundas de disputas com os empregados contratados diretamente pelos Devedores, estes podem contratar prestadores de serviços que tenham trabalhadores a eles vinculados. Embora esses trabalhadores não possuam vínculo empregatício com os Devedores, estes poderão ser responsabilizados por eventuais contingências de caráter trabalhista e previdenciário dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando estas deixarem de cumprir com seus encargos sociais. Essa responsabilização poderá afetar adversamente o resultado da Nardini e, portanto, o fluxo de pagamentos decorrente dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

9.24. Políticas e Regulamentações Governamentais para o Setor Agrícola: Políticas e regulamentos governamentais exercem grande influência sobre a produção e a demanda agrícola e os fluxos comerciais. As políticas governamentais que afetam o setor agrícola, tais como políticas relacionadas a impostos, tarifas, encargos, subsídios, estoques regulares e restrições sobre a importação e exportação de produtos agrícolas e commodities, podem influenciar a lucratividade do setor, o plantio de determinadas safras em comparação a diferentes usos dos recursos agrícolas, a localização e o tamanho das safras, a negociação de *commodities* processadas ou não processadas, e o volume e tipos das importações e exportações. Futuras políticas governamentais no Brasil e no exterior podem causar efeito adverso sobre a oferta, demanda e preço dos produtos da Nardini, restringir sua capacidade de fechar negócios no mercado em que atuam e em mercados que pretendem atingir, podendo ter efeito adverso nos seus resultados operacionais e, consequentemente, podendo afetar a capacidade de pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio. Os preços do açúcar, assim como os preços de outras *comodities* no Brasil, estiveram, no passado, sujeitos a controle pelo governo brasileiro. Os preços do açúcar no Brasil não têm sido controlados desde 1997. Entretanto, medidas de controle de preços podem ser impostas no futuro. Quaisquer alterações nas políticas e regulamentações governamentais em relação ao etanol, açúcar ou cana-de-açúcar poderão afetar adversamente a Nardini. Além disso, o petróleo e produtos derivados do petróleo têm sido historicamente sujeitos a controle de preços no Brasil. Atualmente, não há legislação ou regulamento vigente que forneça ao governo brasileiro o poder de determinar diretamente os preços do petróleo, produtos derivados do petróleo, etanol ou GNV. Desta forma, considerando que a variação do preço do petróleo impacta diretamente o preço do etanol, na medida em que este precisa se manter competitivo em relação àquele principalmente no mercado interno, o fluxo de pagamento decorrente dos Direitos Creditórios do Agronegócio poderá ser afetado. Não é possível garantir que não haverá, no futuro, a imposição de regulamentações de controle de preços ou limitação na venda de Etanol.

9.25. Desapropriação dos Imóveis Destinados à Produção Rural: Os imóveis utilizados pela Nardini para o cultivo da lavoura do Produto poderão ser desapropriados pelo Governo Federal de forma unilateral, para fins de utilidade pública e interesse social, não sendo possível garantir que o pagamento da indenização à Nardini e se dará de forma justa. De acordo com o sistema legal brasileiro, o Governo Federal poderá desapropriar os imóveis de produtores rurais onde está plantada a lavoura do Produto por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, de forma parcial ou total. Ocorrendo a

desapropriação, não há como garantir, de antemão, que o preço que venha a ser pago pelo Poder Público será justo, equivalente ao valor de mercado, ou que, efetivamente, remunerará os valores investidos de maneira adequada. Dessa forma, a eventual desapropriação de qualquer imóvel utilizado pela Nardini onde está plantada a lavoura do Produto poderá afetar adversamente e de maneira relevante sua situação financeira e os seus resultados, podendo impactar nas suas atividades e, consequentemente, na capacidade de pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

9.26. Invasão dos Imóveis Destinados à Produção Agrícola: A capacidade de produção da Nardini pode ser afetada no caso de invasão do Movimento dos Sem Terra, ou de terceiros, o que pode impactar negativamente nas suas operações e, consequentemente, na capacidade de pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

Riscos Relacionados à Emissora

9.27. Emissora dependente de registro de companhia aberta: A Emissora foi constituída com o escopo de atuar como securitizadora de créditos do agronegócio, por meio da emissão de certificados de recebíveis do agronegócio. Para tanto, depende da manutenção de seu registro de companhia aberta junto à CVM e das respectivas autorizações societárias. Caso a Emissora não atenda aos requisitos exigidos pela CVM em relação às companhias abertas, seu registro poderá ser suspenso ou mesmo cancelado, afetando assim as suas emissões de certificados de recebíveis do agronegócio.

9.28. Não Realização do Patrimônio Separado: A Emissora é uma companhia destinada exclusivamente à aquisição e posterior securitização de créditos do agronegócio, nos termos da Lei 9.514 e da Lei 11.076, por meio da emissão de certificados de recebíveis do agronegócio. O Patrimônio Separado da presente Emissão tem como única fonte de recursos os respectivos Direitos Creditórios do Agronegócio, bem como todos os recursos deles decorrentes e as respectivas garantias vinculadas, na forma prevista pelo Termo de Securitização. Dessa forma, qualquer atraso ou inadimplência por parte da Nardini poderá afetar negativamente a capacidade da Emissora de honrar os pagamentos devidos aos titulares de CRA.

9.29. Não aquisição de Créditos do Agronegócio: A Emissora não possui a capacidade de originar créditos para securitização, sendo suas emissões realizadas com créditos originados por terceiros. Portanto, o sucesso na identificação e realização de parcerias para aquisição de créditos é fundamental para o desenvolvimento de suas atividades. A Emissora pode ter dificuldades em identificar oportunidades atraentes ou pode não ser capaz de efetuar os investimentos desejados em termos economicamente favoráveis. A falta de acesso a capital adicional em condições satisfatórias pode restringir o crescimento e desenvolvimento e desenvolvimento futuros das atividades da Emissora, o que pode prejudicar sua situação financeira, assim como seus resultados operacionais, o que terminaria por impactar suas atividades de administração e gestão do Patrimônio Separado.

9.30. Riscos Associados aos Prestadores de Serviços: A Emissora contrata prestadores de serviços terceirizados para a realização de atividades, como auditores, agente fiduciário, agente de cobrança, dentre outros. Caso, conforme aplicável, alguns destes prestadores de serviços aumentem significativamente seus preços ou não prestem serviços com a qualidade e agilidade esperada pela Emissora, poderá ser necessária a substituição do prestador de serviço. Esta substituição, no entanto, poderá não ser bem sucedida e afetar adversamente os resultados da Emissora, bem como criar ônus adicionais ao Patrimônio Separado.

9.31. Riscos Associados à Guarda Física dos Documentos Comprobatórios: o Custodiante será responsável pela guarda das vias físicas dos Documentos Comprobatórios que evidenciam a existência dos Direitos Creditórios do Agronegócio. A perda e/ou extravio dos Documentos Comprobatórios poderá resultar em perdas para os detentores dos CRA.

9.32. Administração e Desempenho: A capacidade da Emissora de manter uma posição competitiva e a prestação de serviços de qualidade depende em larga escala dos serviços de sua alta administração. Nesse sentido, a Emissora não pode garantir que terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar sua alta administração. A perda dos serviços de qualquer de seus membros da alta administração ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais da Emissora, o que terminaria por impactar suas atividades de administração e gestão do Patrimônio Separado.

Riscos Relacionados ao Agronegócio e ao Produto

9.33. Desenvolvimento do Agronegócio: Não há como assegurar que, no futuro, o agronegócio brasileiro (i) manterá a taxa de crescimento e desenvolvimento que se vem observando nos últimos anos, e (ii) não apresentará perdas em decorrência de condições climáticas desfavoráveis, redução de preços de *commodities* do setor agrícola nos mercados nacional e internacional, alterações em políticas de concessão de crédito para produtores nacionais, tanto da parte de órgãos governamentais como de entidades privadas, que possam afetar a renda da Nardini e, consequentemente, sua capacidade de pagamento, bem como outras crises econômicas e políticas que possam afetar o setor agrícola em geral. A redução da capacidade de pagamento da Nardini poderá impactar negativamente a capacidade de pagamento dos CRA.

9.34. Riscos Climáticos: As alterações climáticas extremas podem ocasionar mudanças bruscas nos ciclos produtivos de *commodities* agrícolas, por vezes gerando choques de oferta, quebras de safra, volatilidade de preços, alteração da qualidade e interrupção no abastecimento dos produtos por elas afetados. Nesse contexto, a capacidade de produção do Produto e entrega de Etanol pode ser adversamente afetada, gerando dificuldade ou impedimento do cumprimento das obrigações da Nardini, o que pode afetar a capacidade de pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

9.35. Baixa Produtividade do Produto: A falha ou impossibilidade no controle de pragas e doenças pode afetar negativamente a produtividade da lavoura do Produto. A Nardini pode não obter sucesso no controle de pragas e doenças em sua lavoura, seja por não aplicar corretamente os insumos adequados - defensivos agrícolas - seja por uma nova praga ou doença ainda sem diagnóstico. A produtividade pode ser afetada também pela não utilização da mínima quantidade necessária de fertilizantes devido à flutuação do preço desses insumos, especialmente em países que experimentaram recentemente convulsões políticas e sociais ou pela falta de crédito. Esses impactos podem afetar negativamente a produtividade e qualidade do Produto. Adicionalmente, a falha, imperícia ou ineficiência na efetiva aplicação de tais insumos nas lavouras pode afetar negativamente a produtividade da lavoura. Nesse caso, a capacidade de produção de Produto das lavouras poderá estar comprometida, impactando a capacidade de pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio e, portanto, na obtenção de recursos para cumprimento das obrigações perante os titulares de CRA.

9.36. Volatilidade do Preço do Produto: A variação do preço da cana-de-açúcar e/ou de seus subprodutos pode exercer um grande impacto nos resultados da Nardini. Tal como

ocorre com outras *commodities*, os subprodutos da cana-de-açúcar e a própria cana-de-açúcar estão sujeitos a flutuações em seu preço em função da demanda interna e externa, do volume de produção e dos estoques mundiais (conforme aplicável). A flutuação do preço dos subprodutos da cana-de-açúcar pode ocasionar um grande impacto na rentabilidade da Nardini se a sua receita com a venda de cana-de-açúcar e/ou subprodutos estiver abaixo do seu custo de produção e, consequentemente, comprometer a capacidade de pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

9.37. Correlação entre os Preços do Etanol e do Açúcar: Os preços do Etanol possuem forte correlação com os preços do açúcar. A maior parte do Etanol produzido no Brasil é produzido em usinas que produzem ambos produtos. Considerando que alguns produtores conseguem alterar a parcela de sua produção de Etanol em relação à parcela de sua produção de açúcar e vice-versa em resposta às variações de preço de mercado do Etanol e do açúcar, equilibrando a oferta e a demanda entre estes produtos, os preços desses dois produtos ficam fortemente correlacionados. Ademais, tendo em vista que os preços do açúcar no Brasil são correlacionados aos preços do açúcar no mercado internacional, há uma forte ligação entre os preços do Etanol brasileiro e os preços do açúcar no mercado internacional. Assim, uma redução dos preços do açúcar também poderá impactar na redução dos preços do Etanol e, consequentemente, no pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

9.38. Redução na Demanda de Etanol como Combustível ou Mudança na Política do Governo Brasileiro em Relação à Adição de Etanol à Gasolina: Atualmente, o governo brasileiro exige que se use Etanol como aditivo à gasolina. Desde 1997, o Conselho Interministerial do Açúcar e Alcool tem estabelecido a porcentagem de Etanol anidro a ser utilizado como um aditivo à gasolina (atualmente 25%). Aproximadamente metade de todo o Etanol combustível do Brasil é usado para abastecer automóveis que usam uma mistura de Etanol anidro e gasolina, sendo o remanescente usado em veículos abastecidos somente com Etanol hidratado. Ademais, o aumento na produção e venda de veículos *flex* decorreu, em parte, da menor tributação sobre tais veículos, desde 2002, em relação a veículos movidos a gasolina apenas. Este tratamento fiscal favorável poderá ser eliminado e a produção de veículos *flex* poderá diminuir, o que poderá impactar de forma adversa a demanda por etanol. Qualquer redução na porcentagem de Etanol que deve ser adicionada à gasolina ou mudança na política do governo brasileiro quanto ao uso do Etanol, assim como o crescimento da demanda por gás natural ou outros combustíveis como alternativa ao uso do Etanol, pode ter um efeito adverso significativo sobre os negócios da Nardini e, consequentemente, afetar a capacidade de pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

9.39. Riscos Comerciais do Produto: Os subprodutos da cana-de-açúcar - quais sejam, açúcar e etanol - são *commodities* importantes no mercado internacional, sendo que o açúcar é um componente importante na dieta de várias nações e o etanol compõe parcela relevante da matriz energética brasileira e de diversos outros países. Como qualquer *commodity* nessa situação, seu preço pode sofrer variação no comércio internacional em função da imposição de barreiras alfandegárias ou não tarifárias, tais como embargos, restrições sanitárias, políticas de cotas comerciais, sobretaxas, contencioso comercial internacional, dentre outros. Qualquer flutuação de seu preço em função de medidas de comércio internacional pode afetar a capacidade de produção ou comercialização da Nardini e, consequentemente, na capacidade de pagamento dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

9.40. Variação Cambial: Os custos, insumos e preços internacionais dos subprodutos da cana-de-açúcar sofrem influência da paridade entre moedas internacionais (sobretudo o Dólar Norte-Americano) e o Real. A variação decorrente do descasamento de moedas

entre os custos dos insumos em Reais para a Nardini em relação à receita pela venda do Produto, pode impactar negativamente a capacidade do Produto pela Nardini. Desta forma, qualquer oscilação no preço de moedas internacionais (sobretudo o Dólar Norte-Americano) pode afetar potencialmente os preços e custos de produção do Produto, e, assim, dificultar ou impedir a capacidade de adimplemento do CDCA pela Nardini.

9.41. Risco de Transporte do Produto: As deficiências da malha rodoviária, ferroviária ou hidroviária, tais como estradas sem asfalto ou sem manutenção, insuficiência de ferrovias, principalmente nas regiões mais distantes do porto, ocasionam altos custos de logística e, conseqüentemente, perda da rentabilidade da cana-de-açúcar. Da mesma forma, a falha ou imperícia no manuseio para transporte, seja em trens, caminhões ou embarcações, pode acarretar perdas de produção, desperdício de quantidades ou danos à cana-de-açúcar. As constantes mudanças climáticas, como excesso de chuva, vêm ocasionando piora no estado de conservação das estradas, o que pode acarretar em um aumento de perda de produção acima do previsto, podendo afetar a capacidade de adimplemento dos Direitos Creditórios do Agronegócio pela Nardini.

Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos

9.42. Interferência do Governo Brasileiro na Economia: O Governo Brasileiro tem poderes para intervir na economia e, ocasionalmente, modificar sua política econômica, podendo adotar medidas que envolvam controle de salários, preços, câmbio, remessas de capital e limites à importação, entre outros, que podem causar efeito adverso relevante nas atividades da Emissora e da Nardini. As atividades, situação financeira e resultados operacionais da Emissora e da Nardini poderão ser prejudicados de maneira relevante devido a modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como (i) taxas de juros; (ii) controles cambiais e restrições a remessas para o exterior, como aqueles que foram impostos em 1989 e no início de 1990; (iii) flutuações cambiais; (iv) inflação; (v) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; (vi) política fiscal; (vii) política de abastecimento, inclusive criação de estoques reguladores de *commodities*; e (viii) outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem. A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro, sendo assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as atividades e resultados operacionais da Emissora e da Nardini.

9.43. Efeitos dos Mercados Internacionais: O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive economias desenvolvidas e emergentes. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras. Crises em outros países de economia emergente ou políticas econômicas diferenciadas podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, incluindo os CRA da presente Emissão, o que poderia prejudicar seu preço de mercado.

10. ASSEMBLEIA GERAL

10.1. Os titulares dos CRA poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de titulares de CRA, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de CRA, observado o disposto nesta cláusula ("Assembleia Geral").

10.2. A Assembleia Geral poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por titulares de CRA que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos CRA em Circulação, neste caso mediante correspondência escrita enviada, por meio eletrônico ou postagem, a cada titular de CRA, podendo, para esse fim, ser utilizado qualquer meio de comunicação cuja comprovação de recebimento seja possível, e desde que o fim pretendido seja atingido, tais como envio de correspondência com aviso de recebimento, fac-símile e correio eletrônico (e-mail). A Assembleia Geral também poderá ser convocada mediante publicação de edital em jornal de grande circulação, por 3 (três) vezes, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, utilizado pela Emissora para a divulgação de suas informações societárias.

10.3. Independentemente da convocação prevista nesta cláusula, será considerada regular a Assembleia Geral à qual comparecerem todos os titulares de CRA.

10.4. A Assembleia Geral realizar-se-á no local onde a Emissora tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, as correspondências de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião. É permitido aos titulares de CRA participar da Assembleia Geral por meio de conferência eletrônica e/ou videoconferência, entretanto deverão manifestar o voto em Assembleia Geral por comunicação escrita ou eletrônica.

10.5. Aplicar-se-á à Assembleia Geral, no que couber, o disposto na Lei 11.076, na Lei 9.514 e na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias de acionistas, salvo no que se refere aos representantes dos titulares de CRA, que poderão ser quaisquer procuradores, titulares dos CRA ou não, devidamente constituídos há menos de 1 (um) ano por meio de instrumento de mandato válido e eficaz.

10.6. A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de CRA que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

10.7. Cada CRA em Circulação corresponderá a um voto nas Assembleias Gerais, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de CRA ou não. São autorizados a votar, nas Assembleias Gerais, os respectivos representantes legais dos titulares de CRA ou seus procuradores legalmente constituídos.

10.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Nardini nas Assembleias Gerais, se assim solicitado pela Emissora. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral e prestar aos titulares de CRA as informações que lhe forem solicitadas.

10.9. A presidência da Assembleia Geral caberá, de acordo com quem a convocou:

- (i) ao Diretor Presidente ou Diretor de Relações com Investidores da Emissora;
- (ii) ao representante do Agente Fiduciário;
- (iii) ao titular de CRA eleito pelos demais; ou
- (iv) àquele que for designado pela CVM.

10.10. As deliberações em Assembleias Gerais serão tomadas pelos votos favoráveis de titulares de CRA que representem a maioria dos presentes na Assembleia, exceto nas deliberações em Assembleias Gerais que impliquem na não declaração de vencimento antecipado dos CRA, na forma da cláusula 5.12.5, que dependerão de aprovação de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos votos favoráveis de titulares de CRA, presentes na Assembleia.

10.11. Este Termo de Securitização e os demais Documentos da Securitização poderão ser alterados, independentemente de deliberação de Assembleia Geral ou de consulta aos titulares de CRA, sempre que tal alteração decorra exclusivamente da necessidade de atendimento de exigências da CVM, ou em consequência de normas legais regulamentares, ou em razão de erros materiais que não afetem os direitos dos titulares de CRA, devendo ser, nesses casos, providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos.

10.12. As deliberações tomadas em Assembleias Gerais, observados o respectivo *quórum* de instalação e de deliberação estabelecido neste Termo de Securitização, serão consideradas válidas e eficazes e obrigarão os titulares dos CRA, quer tenham comparecido ou não à Assembleia Geral, e, ainda que, nela tenham se absterido de votar, ou votado contra, devendo ser divulgado o resultado da deliberação aos titulares de CRA, na forma da regulamentação da CVM, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contado da realização da Assembleia de titulares de CRA.

11. DESPESAS DA EMISSÃO

11.1. Serão de responsabilidade da Securitizadora, com os recursos do Fundo de Despesas ou, caso este fundo esteja vazio, com recursos do Patrimônio Separado, em adição aos pagamentos de Amortização, Remuneração e demais previstos neste Termo ("Despesas"):

- (i) as despesas com a gestão, realização e administração do Patrimônio Separado e na hipótese de liquidação do Patrimônio Separado, incluindo, sem limitação, o pagamento da Taxa de Administração prevista na cláusula 5.14.1, acima;
- (ii) as despesas com a instituição Custodiante dos Documentos Comprobatórios e dos demais documentos relacionados aos Direitos Creditórios do Agronegócio;
- (iii) as despesas com a empresa de Monitoramento dos Bens Empenhados;
- (iv) as eventuais despesas com terceiros especialistas, advogados, auditores ou fiscais relacionados com procedimentos legais incorridas para resguardar os interesses dos titulares de CRA e realização dos Créditos do Patrimônio Separado;

- (v) as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais ajuizadas com a finalidade de resguardar os interesses dos titulares de CRA e a realização dos Créditos do Patrimônio Separado;
- (vi) os tributos incidentes sobre a distribuição de rendimentos dos CRA, serão devidos pelos responsáveis tributários, consoante determinado pela legislação vigente, incluindo, sem limitação, os previstos na cláusula 12, abaixo;
- (vii) despesas e custos necessários à realização dos Créditos do Patrimônio Separado, inclusive honorários advocatícios e despesas com outros terceiros especialistas, observados todos os custos e despesas que deverão ser assumidos pelo Agente Fiduciário.
- (viii) honorários e demais verbas e despesas ao Agente Fiduciário, bem como prestadores de serviços eventualmente contratados mediante aprovação prévia em Assembleia Geral, em razão do exercício de suas funções nos termos deste Termo de Securitização;
- (ix) remuneração e todas as verbas devidas às instituições financeiras onde se encontrem abertas as contas correntes vinculadas ao Patrimônio Separado;
- (x) despesas com registros e movimentação perante a CVM, CETIP, BM&FBOVESPA, Juntas Comerciais e Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme o caso, da documentação societária da Emissora relacionada aos CRA, a este Termo de Securitização e aos demais Documentos da Securitização, bem como de eventuais aditamentos aos mesmos;
- (xi) despesas com a publicação de atos societários da Emissora e necessárias à realização de Assembleias Gerais, na forma da regulamentação aplicável;
- (xii) honorários de advogados, custas e despesas correlatas (incluindo verbas de sucumbência) incorridas pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário na defesa de eventuais processos administrativos, arbitrais e/ou judiciais propostos contra o Patrimônio Separado;
- (xiii) honorários e despesas incorridas na contratação de serviços para procedimentos extraordinários especificamente previstos nos Documentos da Securitização e que sejam atribuídos à Emissora; e
- (xiv) quaisquer tributos ou encargos, presentes e futuros, que sejam imputados por lei à Emissora e/ou ao Patrimônio Separado e que possam afetar adversamente o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações assumidas neste Termo de Securitização.

11.2. Constituirão despesas de responsabilidade dos titulares de CRA, que não incidem no Patrimônio Separado, os tributos previstos na cláusula 12, abaixo.

11.3. Em caso de vencimento antecipado, de insuficiência de recursos no Fundo de Despesas e/ou não recebimento de recursos da Nardini, as Despesas serão suportadas pelo Patrimônio Separado e, caso não seja suficiente, pelos titulares do CRA.

12. TRIBUTOS

12.1. Os titulares de CRA não devem considerar unicamente as informações contidas nesta cláusula para fins de avaliar o tratamento tributário de seu investimento em CRA, devendo consultar seus próprios assessores quanto à tributação específica à qual estarão sujeitos, especialmente quanto a outros tributos, que não o imposto de renda, eventualmente aplicáveis a esse investimento, ou a ganhos porventura auferidos em operações com CRA.

12.2. Imposto de Renda (IR)

12.2.1. Como regra geral, os rendimentos em CRA auferidos por pessoas jurídicas não-financeiras estão sujeitos à incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRF"), a ser calculado com base na aplicação de alíquotas regressivas, de acordo com o prazo da aplicação geradora dos rendimentos tributáveis: (i) até 180 (cento e oitenta) dias: alíquota de 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento); (ii) de 181 (cento e oitenta e um) a 360 (trezentos e sessenta) dias: alíquota de 20% (vinte por cento); (iii) de 361 (trezentos e sessenta e um) a 720 (setecentos e vinte) dias: alíquota de 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) e (iv) acima de 720 (setecentos e vinte) dias: alíquota de 15% (quinze por cento).

12.2.2. Com relação aos investimentos em CRA realizados por instituições financeiras, fundos de investimento, seguradoras, por entidades de previdência privada fechadas, entidades de previdência complementar abertas, sociedades de capitalização, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades de arrendamento mercantil, há dispensa de retenção do IRF.

12.2.3. No caso de pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil (e não sujeitas a regras especiais de isenção ou imunidade), o rendimento deverá ser computado na base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ("CSLL"). As alíquotas do IRPJ correspondem a 15% (quinze por cento) e adicional de 10% (dez por cento), sendo o adicional calculado sobre a parcela do lucro real que exceder o equivalente a R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) por ano. Já a alíquota da CSLL, para pessoas jurídicas em geral, corresponde a 9% (nove por cento), sendo que para as pessoas jurídicas financeiras indicadas na legislação a alíquota é de 15% (quinze por cento). O IRF retido, na forma descrita acima, das pessoas jurídicas não-financeiras tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, é considerado antecipação do imposto de renda devido, gerando o direito à compensação quando da apuração do IRPJ (ou ainda restituição, se for o caso).

12.2.4. Os rendimentos em CRA auferidos por pessoas jurídicas não-financeiras não integram atualmente a base de cálculo da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e da Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, caso a respectiva pessoa jurídica apure essas contribuições pela sistemática cumulativa. Por outro lado, no caso de pessoa jurídica tributada de acordo com a sistemática não-cumulativa, tais contribuições incidem atualmente à alíquota zero sobre receitas financeiras (como o seriam as receitas reconhecidas por conta dos rendimentos em CRA). No caso das entidades financeiras indicadas na legislação, os rendimentos decorrentes de investimento

em CRA estão potencialmente sujeitos à Contribuição ao PIS e à COFINS às alíquotas de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente.

12.2.5. As carteiras de fundos de investimentos estão, em regra, isentas de imposto de renda.

12.2.6. Para as pessoas físicas, os rendimentos gerados por aplicação em CRA estão isentos de imposto de renda (na fonte e na declaração de ajuste anual), por força do artigo 3º, inciso IV, da Lei n.º 11.033, de 21 de dezembro de 2004, conforme alterada ("Lei 11.033").

12.2.7. Pessoas jurídicas isentas terão seus ganhos e rendimentos tributados exclusivamente na fonte, ou seja, o imposto não é compensável, conforme previsto no artigo 76, inciso II, da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, conforme alterada ("Lei 8.981"). As entidades imunes estão dispensadas da retenção do imposto na fonte desde que declarem sua condição à fonte pagadora, nos termos do artigo 71, da Lei 8.981.

12.2.8. Em relação aos investidores residentes, domiciliados ou com sede no exterior que investirem em CRA no país de acordo com as normas previstas na Resolução 2.689, os rendimentos auferidos estão sujeitos à incidência do IRF à alíquota de 15% (quinze por cento). Exceção é feita para o caso de investidor domiciliado em país ou jurisdição considerados como de tributação favorecida, assim entendidos aqueles que não tributam a renda ou que a tributam à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento), caso em que a alíquota varia de 15% (quinze por cento) a 22.5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento), conforme o prazo da operação, nos termos já comentados acima. No caso de investidor residente no exterior que seja pessoa física, se aplica a isenção do IRRF aplicável aos residentes pessoas físicas.

12.3. Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)

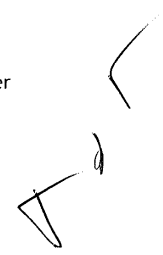
12.3.1. Imposto sobre Operações Financeiras de Câmbio ("IOF/Câmbio"): Regra geral, as operações de câmbio relacionadas aos investimentos estrangeiros realizados nos mercados financeiros e de capitais de acordo com as normas e condições previstas pela Resolução 2.689, inclusive por meio de operações simultâneas, incluindo as operações de câmbio relacionadas aos investimentos em CRA, estão sujeitas à incidência do IOF/Câmbio à alíquota de zero no ingresso e à alíquota zero no retorno, conforme Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007 ("Decreto 6.306"). Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

12.3.2. Imposto sobre Operações Financeiras com Títulos e Valores Mobiliários ("IOF/Títulos"): As operações com CRA estão sujeitas à alíquota zero do IOF/Títulos, conforme Decreto 6.306. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

13. COMUNICAÇÕES

13.1. Quaisquer notificações, cartas e informações entre as Partes deverão ser encaminhadas, da seguinte forma:

DA#8602532 v35



<p>(ii) <u>Para a Emissora:</u></p> <p>GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A. At.: João Paulo dos Santos Pacífico Rua do Rocio, nº 288, conjunto 16 (parte andar, São Paulo/SP Telefone: (11) 3047-1010 Fax: (11) 3054-2545 Email: gestaocra@grupogaia.com.br</p>	<p>(ii) <u>Para o Agente Fiduciário:</u></p> <p>SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA At.: Nelson Santucci Torres Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e andares CEP 04530-001 Telefone: (11) 3048-9943 Fax: (11) 3048-9910 Email: nelson.torres@slw.com.br fiduciario@slw.com.br</p>
--	--

13.2. As comunicações (i) serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima; e (ii) por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais serão encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias após o envio da mensagem.

13.3. A mudança, por uma Parte, de seus dados deverá ser por ela comunicada por escrito à outra Parte.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Os direitos de cada Parte previstos neste Termo de Securitização e seus Anexos (i) são cumulativos com outros direitos previstos em lei, a menos que expressamente os excluam; e (ii) só admitem renúncia por escrito e específica. O não exercício, total ou parcial, de qualquer direito decorrente do presente Termo não implicará novação da obrigação ou renúncia ao respectivo direito por seu titular nem qualquer alteração aos termos deste Termo.

14.2. A tolerância e as concessões recíprocas (i) terão caráter eventual e transitório; e (ii) não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução, novação ou ampliação de qualquer poder, faculdade, pretensão ou imunidade de qualquer das Partes.

14.3. Este Termo de Securitização é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores ou cessionários.

14.4. Todas as alterações do presente Termo de Securitização somente serão válidas se realizadas por escrito e aprovadas cumulativamente: (i) por Assembleia Geral, observados os quóruns previstos neste Termo de Securitização; e (ii) pela Emissora, exceto as decorrentes de leis, da regulação, erros materiais e exigências da CVM.

14.5. É vedada a cessão, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações aqui previstos, sem expressa e prévia concordância da outra Parte.

14.6. Caso qualquer das disposições venha a ser julgada inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

14.7. Os Documentos da Securitização constituem o integral entendimento entre as Partes.

14.8. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações sociais e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

14.9. As palavras e as expressões sem definição neste instrumento deverão ser compreendidas e interpretadas em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

15. LEI E CLÁUSULA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

15.1. As Partes se comprometem a empregar seus melhores esforços para resolver por meio de negociação amigável qualquer controvérsia relacionada a este Termo de Securitização, bem como aos demais Documentos da Securitização.

Lei Aplicável

15.2. A constituição, a validade e interpretação deste Termo de Securitização, incluindo da presente cláusula de resolução de conflitos, serão regidos de acordo com as leis substantivas da República Federativa do Brasil vigentes na data de assinatura deste instrumento. Fica expressamente proibida e renunciada pelas Partes a aplicação de equidade e/ou de quaisquer princípios e regras não previstas pelas leis substantivas acima mencionadas.

Arbitragem

15.3. Qualquer conflito relativo a este Termo de Securitização ou resultante da relação dele advinda será resolvido por meio de arbitragem, de acordo com as regras da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo - CIESP/FIESP em vigor na data da apresentação do pedido de arbitragem. Referida Câmara será responsável pela administração do procedimento arbitral.

15.4. A arbitragem será realizada em São Paulo, SP, Brasil (sede da arbitragem), devendo ser conduzida na língua Portuguesa por um painel de 3 (três) árbitros.

15.5. Cada Parte indicará 1 (um) árbitro, sendo que os 2 (dois) árbitros indicados pelas Partes nomearão o terceiro árbitro, que presidirá o painel.

15.6. Em caso de múltiplos demandantes e/ou múltiplos demandados (arbitragem multiparte), os múltiplos demandantes e/ou os múltiplos demandados deverão nomear o(s) seu(s) árbitro(s) em conjunto e de comum acordo. Caso não seja possível a nomeação do(s) árbitro(s) em conjunto e de comum acordo pelos múltiplos demandantes e/ou pelos múltiplos demandados, referida nomeação(ões) será(ão) feita(s) pelo presidente da câmara de arbitragem, de acordo com o regulamento da câmara de arbitragem. Nesta circunstância, nenhum árbitro indicado anteriormente pelos integrantes da parte múltipla poderá ser nomeado. O(s) árbitro(s) nomeado(s) pelo presidente da câmara de arbitragem

deve(m) falar e escrever Português e Inglês fluentemente, ter(em) experiência na atuação como árbitro e conhecimento da lei aplicável.

15.7. A decisão arbitral será proferida na sede da arbitragem e obrigará as Partes como decisão final sobre o conflito, não sujeita a recursos de qualquer natureza.

15.8. Durante o andamento da arbitragem, as Partes arcarão com suas próprias despesas, custos e honorários de seus advogados, representantes e assistentes técnicos. Ao final da arbitragem, o painel arbitral determinará na sentença arbitral os critérios de reembolso de tais despesas, custos e honorários em favor da Parte vencedora, sempre proporcionalmente ao seu êxito, ressalvando-se que os honorários ficarão limitados a 20% (vinte por cento) do valor total da sentença arbitral.

15.9. As Partes concordam que a existência, conteúdo e resultado da arbitragem devem ser mantidos em sigilo durante todo o seu curso, assim como após a sua conclusão. Todos os elementos da arbitragem (incluindo as alegações das Partes, provas, relatórios, decisões, declarações de terceiros e quaisquer documentos apresentados ou trocados no âmbito do processo arbitral) poderão ser divulgados somente ao painel arbitral, às Partes, seus advogados, assistentes técnicos e às pessoas necessariamente compromissadas com o processo arbitral, exceto se esta divulgação for necessária para o cumprimento de obrigações exigidas em lei.

15.10. O descumprimento de qualquer uma das obrigações aqui previstas, incluindo resistência quanto à instauração da arbitragem, assim como a quebra de seu sigilo, sujeitará a Parte infratora a uma multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total da sentença arbitral.

Medidas Cautelares

15.11. Antes da composição do painel arbitral e assinatura da ata de missão e compromisso arbitral, as Partes poderão solicitar à autoridade judicial competente todas e quaisquer medidas cautelares apropriadas, no intuito de assegurar o cumprimento das disposições contratuais e prevenir danos irreparáveis, conforme artigos 796 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro.

15.12. A solicitação feita à autoridade judicial por uma das Partes, com vistas à obtenção destas medidas cautelares apropriadas não será considerada quebra ou dispensa da convenção de arbitragem, nem afetará a competência do painel arbitral, conforme determinado neste instrumento.

Execução Direta de Valores

15.13. Independente de eventual discussão de mérito sobre este Termo de Securitização, que estará sujeita a arbitragem, este Termo de Securitização é considerado título executivo e os valores aqui mencionados estão sujeitos a execução forçada e direta perante o foro judicial eleito pelas Partes, de acordo com os artigos 566 e seguintes do Código de Processo Civil.

Foro

15.14. Para a hipótese de medidas cautelares, execução da sentença arbitral, assim como a execução direta de valores contratuais, as Partes elegem o foro da capital do Estado de São Paulo, Brasil, renunciando a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja. A execução da sentença arbitral também poderá ser requerida em foros fora do Brasil, que tenham jurisdição sobre patrimônio ou ativos pertencentes às Partes.


Obrigações Subsistem ao Término do Termo de Securitização

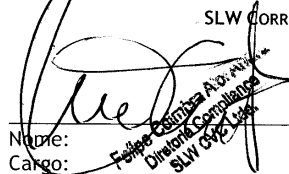
15.15. As disposições constantes nesta cláusula de resolução de conflitos são consideradas independentes e autônomas em relação ao Termo de Securitização, de modo que todas as obrigações constantes nesta cláusula devem permanecer vigentes, ser respeitadas e cumpridas pelas Partes, mesmo após o término ou a extinção do Termo de Securitização por qualquer motivo ou sob qualquer fundamento, ou ainda que o Termo de Securitização, no todo ou em Parte, venha a ser considerado nulo ou anulado.

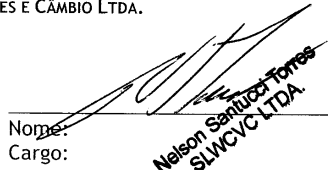
São Paulo, 19 de novembro de 2013

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, na presença de 2 (duas) testemunhas.


GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.

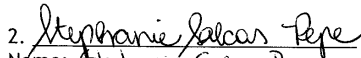

 Nome: João Paulo dos Santos Pacífico
 Cargo: Diretor Presidente


 Nome: Felipe Coimbra Albuquerque
 Cargo: Diretor Comercial
 SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.


 Nome: Nelson Santucci Torres
 Cargo: SLWCVCLTDA.

TESTEMUNHAS:

1. 
 Nome: Fernando F. L. de Freitas
 RG: 32.997.882-8

2. 
 Nome: Stephanie Salcas Pepe
 RG: 33.964.869-7

4º TABELÃO DE NOTAS - Estado de São Paulo - Comarca de
RUA ESTADOS UNIDOS, 455 - CEP: 01427-000 - FONE: (0XX11) 388
Tabelião: BELISVALDO CANHEO - Tabelião Substituto: Bel. ANTÔNIO CANHEO

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
JOAO PAULO DOS SANTOS
PACIFICO, FERNANDO HERNANDES LIMA DE
FREITAS
E STEPHANIE SALCAS PEPE
S.P 19/11/2013 Em test. da verdade

*VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS ECOLAS



ANEXO I
DEFINIÇÕES

Palavra ou expressão	Definição
<u>“Agente Registrador”</u>	conforme definido na cláusula 4.7.1.
<u>“Agente Fiduciário”</u>	conforme definido no preâmbulo, cujas funções, responsabilidades e forma de contratação estão previstas na cláusula 7ª.
<u>“Amortização”</u>	conforme definido na cláusula 5.10.
<u>“ANBIMA”</u>	conforme definido na cláusula 2.3.2.
<u>“Anúncio de Início”</u>	conforme definido na cláusula 4.6.2.
<u>“Aplicações Financeiras”</u>	conforme definido na cláusula 5.9.9.
<u>“Assembleia Geral”</u>	conforme definido na cláusula 10.1.
<u>“ATR” ou “Açúcar Total Recuperável”</u>	Quantidade de açúcar disponível na matéria-prima subtraída das perdas no processo industrial, e nos preços do açúcar e etanol vendidos pelas usinas nos mercados interno e externo. O ATR é a base do sistema criado pelo CONSECANA de pagamento da cana-de-açúcar pelo teor de sacarose, com critérios técnicos para avaliar a qualidade da cana-de-açúcar entregue pelos plantadores às indústrias e para determinar o preço a ser pago ao produtor rural.
<u>“Banco Liquidante”</u>	conforme definido na cláusula 4.8.1.
<u>“Banco Santander”</u>	conforme definido na cláusula 4.6.1.
<u>“BB-BI”</u>	conforme definido na cláusula 4.6.1.
<u>“Bens Empenhados”</u>	conforme definido na cláusula 5.9.4.
<u>“BM&FBOVESPA”</u>	conforme definido na cláusula 2.4.1(i).
<u>“Boletim de Subscrição”</u>	significa cada boletim de subscrição por meio do qual os titulares de CRA subscreverão CRA.
<u>“BovespaFix”</u>	conforme definido na cláusula 2.4.1(ii).
<u>“CDCA”</u>	conforme definido na cláusula 3.2.
<u>“CETIP”</u>	conforme definido na cláusula 2.4.1(i).
<u>“CETIP21”</u>	conforme definido na cláusula 2.4.1(i).

DA#8602532 v35

<u>“Código Civil”</u>	Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
<u>“Código de Processo Civil”</u>	Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada.
<u>“COFINS”</u>	conforme definido na cláusula 5.14.4.
<u>“Conta Centralizadora”</u>	conforme definido na cláusula 5.9.8.
<u>“Conta de Livre Movimentação”</u>	conta de titularidade da Securitizadora, conta nº 11822-2, agência 3391-0, no Banco Bradesco S.A., de livre movimentação e de titularidade da Nardini.
<u>“Contrato de Cessão Fiduciária”</u>	conforme definida na cláusula 5.9.6.
<u>“Contrato de Custódia”</u>	conforme definido na cláusula 3.5.
<u>“Contrato de Fornecimento”</u>	conforme definido na cláusula 3.2.
<u>“Contrato de Monitoramento”</u>	Significa o contrato de monitoramento dos Bens Empenhados, que será celebrado entre a Empresa Especializada e a Emissora, e que contará com a anuência da Nardini.
<u>“Contrato de Penhor”</u>	conforme definido na cláusula 5.9.4.
<u>“Coordenador Líder”</u>	conforme definido na cláusula 4.6.1.
<u>“Coordenadores”</u>	conforme definido na cláusula 4.6.1.
<u>“Créditos do Patrimônio Separado”</u>	conforme definido na cláusula 6.1.1.
<u>“CRA”</u>	conforme definido no preâmbulo.
<u>“CRA em Circulação”</u>	conforme definido na cláusula 3.5.3.
<u>“CSLL”</u>	conforme definido na cláusula 12.2.3.
<u>“Custodiante”</u>	conforme definido na cláusula 3.5.
<u>“CVM”</u>	conforme definido no preâmbulo.
<u>“Data de Amortização Programada”</u>	conforme definido na cláusula 5.10.
<u>“Data de Emissão”</u>	conforme definido na cláusula 5.3.1.
<u>“Data de Pagamento de Remuneração”</u>	conforme definido na cláusula 5.7.2.
<u>“Data da Integralização”</u>	significa a data em que irá ocorrer a integralização dos CRA pelos subscritores.

<u>“Data de Vencimento”</u>	conforme definido na cláusula 5.4.1.
<u>“DDA”</u>	conforme definido na cláusula 2.4.1(i).
<u>“Decreto 6.306”</u>	Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, conforme alterado.
<u>“Despesas”</u>	conforme definido na cláusula 11.1.
<u>“Dia Útil”</u>	todo dia que não seja sábado, domingo, feriado nacional, ou no Estado de São Paulo, ou na Cidade de São Paulo, ou nos dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA.
<u>“Direitos Creditórios Ipiranga”</u>	conforme definido na cláusula 3.2.
<u>“Direitos Creditórios do Agronegócio”</u>	conforme definido na cláusula 3.3.
<u>“Documentos Comprobatórios”</u>	correspondem (i) ao CDCA vinculado aos CRA; (ii) ao Contrato de Fornecimento; e (iii) aos demais instrumentos existentes para formalização dos Direitos Creditórios do Agronegócio e de suas respectivas garantias.
<u>“Documentos da Securitização”</u>	correspondem (i) ao Termo de Securitização; (ii) ao Contrato de Custódia, Registro e Escrituração; (iii) ao Contrato com Agente Fiduciário; e (iv) ao Contrato com Banco Liquidante, e demais prestadores de serviços contratados no âmbito da Oferta.
<u>“DOESP”</u>	conforme definido na cláusula 2.1.1.
<u>“Emissão”</u>	conforme definido na cláusula 4.1.1.
<u>“Emissora” ou “Securitizadora”</u>	conforme definido no preâmbulo.
<u>“Empresa Especializada”</u>	conforme definido na cláusula 3.9.
<u>“Etanol”</u>	conforme definido na cláusula 3.2.
<u>“Eventos de Liquidação do Patrimônio Separado”</u>	conforme definido na cláusula 6.5.
<u>“Evento de Vencimento Antecipado”</u>	conforme definido na cláusula 5.12.1.
<u>“Fundo de Despesas”</u>	conforme definido na cláusula 5.9.12.
<u>“Fundo de Reserva”</u>	conforme definido na cláusula 5.9.8.
<u>“Garantias”</u>	conforme definido na cláusula 5.9.3.

<u>"IGP-M"</u>	significa o índice de preços calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas.
<u>"Índices Financeiros"</u>	conforme definido na cláusula 5.12.1(xix).
<u>"Instrução CVM 28"</u>	Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.
<u>"Instrução CVM 400"</u>	Instrução CVM nº 400 de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
<u>"Instrução CVM 414"</u>	Instrução nº CVM 414, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada.
<u>"Investidores Qualificados"</u>	conforme definidos na cláusula 4.6.1.1.
<u>"IOF/Câmbio"</u>	conforme definido na cláusula 12.3.1.
<u>"IOF/Títulos"</u>	conforme definido na cláusula 12.3.2.
<u>"Ipiranga"</u>	conforme definido na cláusula 3.2.
<u>"IRF"</u>	conforme definido na cláusula 12.2.1.
<u>"IRPJ"</u>	conforme definido na cláusula 12.2.3.
<u>"ISS"</u>	conforme definido na cláusula 5.14.4
<u>"Jornal"</u>	O Jornal "O Dia de São Paulo"
<u>"JUICESP"</u>	conforme definido na cláusula 2.1.1.
<u>"Lei 8.981"</u>	Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, conforme alterada
<u>"Lei 9.514"</u>	Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada.
<u>"Lei 11.033"</u>	Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, conforme alterada.
<u>"Lei 11.076"</u>	Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada.
<u>"Lei das Sociedades por Ações"</u>	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<u>"Limite Mínimo do Fundo de Despesas"</u>	conforme definido na cláusula 5.9.14.
<u>"Limite Mínimo do Fundo de Reserva"</u>	conforme definido na cláusula 5.9.8.
<u>"Monitoramento"</u>	conforme definido na cláusula 3.9.
<u>"Montante Mínimo"</u>	conforme definido na cláusula 4.4.1.

“Nardini”

conforme definido na cláusula 3.2.

“Obrigações”

correspondem a todas as despesas e encargos, no âmbito da emissão do CDCA e da emissão e da oferta pública de CRA, para (i) manter e administrar o Patrimônio Separado da Emissão, incluindo, sem limitação, arcar com o pagamento do valor da remuneração e amortização integral dos CRA; e (ii) efetuar eventuais pagamentos derivados de (a) inadimplemento, total ou parcial; (b) vencimento antecipado do CDCA e dos CRA; (c) incidência de tributos, além das despesas de cobrança e de intimação, conforme aplicável; (d) qualquer custo ou despesa incorrido pela Securitizadora, pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares de CRA em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos; (e) qualquer outro montante devido pela Nardini e/ou pelo Devedor; (f) qualquer custo ou despesa incorrido para emissão e manutenção do CDCA; (g) inadimplemento no pagamento ou reembolso de qualquer outro montante devido e não pago, relacionado com emissão do CDCA, e/ou da oferta dos CRA e/ou da Emissão; (h) os recursos necessários para recompor o Fundo de Despesas e o Fundo de Reserva, nos termos do Termo de Securitização; e (i) os recursos necessários para recompor o Limite Mínimo, conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária.

“Oferta”

conforme definido na cláusula 2.3.1.

“Ônus”

quaisquer (i) ônus, gravames, direitos e opções, compromisso à venda, outorga de opção, fideicomisso, uso, usufruto, acordo de acionistas, cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, preferência ou prioridade, garantias reais ou pessoais, encargos, (ii) promessas ou compromissos com relação a qualquer dos negócios acima descritos, e/ou (iii) quaisquer feitos ajuizados, fundados em ações reais ou pessoais reipersecutórias, tributos (federais, estaduais ou municipais), de qualquer natureza, inclusive por atos involuntários.

“Parte” ou “Partes”

conforme definido no preâmbulo.

“Patrimônio Separado”

conforme definido na cláusula 6.1.

“Período de Capitalização”

conforme definido na cláusula 5.7.3.

“Pessoa”

qualquer pessoa natural, pessoa jurídica (de direito público ou privado), personificada ou não, condomínio, trust, veículo de investimento, comunhão de recursos ou qualquer organização que represente interesse comum, ou grupo de interesses comuns, inclusive previdência privada patrocinada por qualquer pessoa jurídica.

<u>"PIS"</u>	conforme definido na cláusula 5.14.4.
<u>"Prazo Máximo de Colocação"</u>	conforme definido na cláusula 4.6.3.
<u>"Preço de Aquisição"</u>	conforme definido na cláusula 3.6.
<u>"Preço de Integralização"</u>	conforme definido na cláusula 5.6.1.
<u>"Produto"</u>	conforme definido na cláusula 3.2.
<u>"Razão de Garantia dos Bens Empenhados"</u>	conforme definido na cláusula 5.9.5(i).
<u>"Razão de Garantia dos Créditos Cedidos"</u>	conforme definido na cláusula 5.9.6.1.
<u>"Regime Fiduciário"</u>	conforme definido na cláusula 5.8.1.
<u>"Relatório Anual"</u>	conforme definido na cláusula 3.10(ii).
<u>"Relatório Mensal"</u>	conforme definido na cláusula 3.10(iii).
<u>"Remuneração"</u>	conforme definido na cláusula 5.7.1.
<u>"Reorganização Societária"</u>	em relação a uma Pessoa, qualquer transformação, cisão, fusão, incorporação (de sociedades ou ações), integralização de capital (<i>drop down</i>), redução de capital ou qualquer outra forma de combinação de negócios, conforme definido na Deliberação da CVM nº 665, de 4 de agosto de 2011.
<u>"Resolução 2.689"</u>	Resolução nº 2.689, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em 26 de janeiro de 2000.
<u>"Reunião da Diretoria"</u>	conforme definido na cláusula 1.3.
<u>"Série"</u>	conforme definido na cláusula 4.2.1.
<u>"Spread"</u>	conforme definido na cláusula 5.7.1.
<u>"Taxa de Administração"</u>	conforme definido na cláusula 5.14.1.
<u>"Taxa DI"</u>	conforme definido na cláusula 5.7.1.
<u>"Taxa Substitutiva"</u>	conforme definido na cláusula 5.7.5.
<u>"Termo" ou "Termo de Securitização"</u>	conforme definido no preâmbulo.
<u>"Valor Nominal"</u>	conforme definido na cláusula 5.2.1
<u>"Valor Total do Fundo de Despesas"</u>	conforme definido na cláusula 5.9.12.

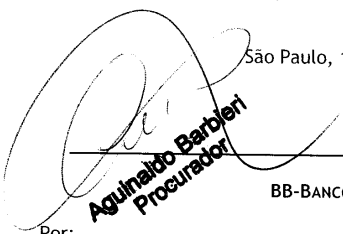
ANEXO II
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER

DECLARAÇÃO

O **BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, 105, 36º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30, neste ato representado na forma de seu estatuto social ("**Coordenador Líder**"), para fins de atendimento ao previsto pelo item 15 do anexo III da Instrução CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, na qualidade de instituição intermediária líder da distribuição pública, com esforços restritos, de certificados de recebíveis do agronegócio da 1ª série da 4ª emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A., com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rocio, 288, conjunto 16 (parte), 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93 ("**Emissora**" e "**Emissão**"), **DECLARA**, para todos os fins e efeitos, que verificou, em conjunto com a Emissora, o Agente Fiduciário e os respectivos assessores legais contratados no âmbito da Emissão, a legalidade e ausência de vícios da Emissão, em todos os seus aspectos relevantes, além de ter agido, dentro de suas limitações, por ser instituição que atua exclusivamente na distribuição de valores mobiliários, com diligência para assegurar a veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas no prospecto da oferta e no termo de securitização de créditos do agronegócio que regula a Emissão.

As palavras e expressões iniciadas em letra maiúscula que não sejam definidas nesta Declaração terão o significado previsto no Termo de Securitização.

São Paulo, 19 de novembro de 2013.


Agnaldo Barbieri
Procurador

BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

Por:

Por:



Paula Ricardo Archanjó
Procuradora


ANEXO III
DECLARAÇÃO DA EMISSORA

DECLARAÇÃO

A GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A., com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rócio, 288, conjunto 16 (parte), 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"), para fins de atendimento ao previsto pelo item 15 do anexo III da Instrução CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, na qualidade de emissora de certificados de recebíveis do agronegócio da 1ª série da 4ª emissão ("Emissão"), **DECLARA**, para todos os fins e efeitos, que verificou, em conjunto com o Coordenador Líder, o Agente Fiduciário e os respectivos assessores legais contratados no âmbito da Emissão, a legalidade e ausência de vícios da Emissão, além de ter agido com diligência para assegurar a veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas no prospecto da oferta e no termo de securitização de créditos do agronegócio que regula a Emissão.

As palavras e expressões iniciadas em letra maiúscula que não sejam definidas nesta Declaração terão o significado previsto no Termo de Securitização.

São Paulo, 19 de novembro de 2013.



GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.

Por: João Paulo dos Santos Pacifico Por:
Diretor Presidente



DA#8602532 v35

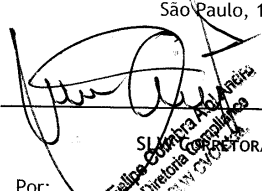
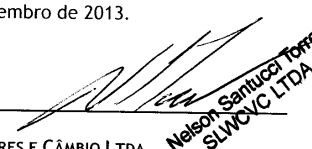
ANEXO IV
DECLARAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

DECLARAÇÃO

A SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., sociedade limitada autorizada pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de agente fiduciário no âmbito da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, CEP 04530-001, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, neste ato representado na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), para fins de atendimento ao previsto pelo item 15 do anexo III da Instrução CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, na qualidade de agente fiduciário do Patrimônio Separado constituído em âmbito da emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da 1ª série da 4ª emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A., com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rócio, 288, conjunto 16 (parte), 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93 ("Emissora" e "Emissão"), **DECLARA**, para todos os fins e efeitos, que verificou, em conjunto com a Emissora, o Coordenador Líder e os respectivos assessores legais contratados no âmbito da Emissão, a legalidade e ausência de vícios da Emissão, além de ter agido com diligência para assegurar a veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas no prospecto da oferta e no termo de securitização de créditos do agronegócio que regula a Emissão.

As palavras e expressões iniciadas em letra maiúscula que não sejam definidas nesta Declaração terão o significado previsto no Termo de Securitização.

São Paulo, 19 de novembro de 2013.

Por: **Erika Cristina Gonçalves**
 Diretora Comercial
 SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

Por: **Nelson Santucci Torres**
 SLWVC LTDA.

ANEXO V
CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO

I. Apresentação

1. Em atendimento ao item 2 do anexo III da Instrução CVM 414, a Emissora apresenta as características dos Direitos Creditórios do Agronegócio que compõem o Patrimônio Separado.
2. As tabelas indicadas abaixo apresentam as principais características dos Direitos Creditórios do Agronegócio.
3. As palavras e expressões iniciadas em letra maiúscula que não sejam definidas neste instrumento terão o significado previsto no Termo de Securitização e/ou nos respectivos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios do Agronegócio.

II. Direitos Creditórios do Agronegócio

CDCA	
Valor de Emissão do CDCA	R\$120.000.000,00
Emitente	Nardini Agroindustrial Ltda. ("Nardini")
Credora	Gaia Agro Securitizadora S.A.
Data de Emissão	19 de novembro de 2013
Juros Remuneratórios	Taxa DI acrescida de spread de 3% (três por cento) ao ano
Lastro	CDCA representativo de direitos creditórios de titularidade da Nardini contra a IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Eugênio, 329, São Cristóvão, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.337.122/0001-27 ("Ipiranga"), decorrentes do "Contrato de Compra e Venda de Etanol Etílico Anidro Carburante e Etanol Etílico Hidratado Carburante", celebrado em 24 de abril de 2013, conforme aditado em 18 de julho de 2013 e 30 de setembro de 2013, entre a Nardini e a Ipiranga, por meio do qual a Nardini se obrigou a entregar o produto "Etanol Etílico Anidro Carburante e Etanol Etílico Hidratado Carburante" ("Etanol") à Ipiranga, pelo prazo de 72 (setenta e dois) meses ("Direitos Creditórios Ipiranga" e "Contrato de Fornecimento", respectivamente);
Garantias	(a) prevista em instrumento apartado, representada por cessão fiduciária dos Direitos Creditórios Ipiranga; (b) prevista em

DA#8602532 v35

	instrumento apartado, representada por penhor agrícola em primeiro e único grau de preferência sobre 692.435 (seiscentas e noventa e duas mil e quatrocentos e trinta e cinco) toneladas métricas de cana-de-açúcar referente à safra 2014/2015 (" <u>Produto</u> "), de propriedade da Nardini, conforme descrito na cláusula 5.9 do Termo de Securitização.
--	---



DA#8602532 v35

ANEXO VI
DATAS DE PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO E AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA


(i) Datas de Pagamento de Remuneração:

Data de Pagamento Remuneração	Data de Pagamento Remuneração	Data de Pagamento Remuneração
26/12/2013	25/11/2015	25/10/2017
23/01/2014	24/12/2015	23/11/2017
25/02/2014	25/01/2016	26/12/2017
25/03/2014	25/02/2016	25/01/2018
25/04/2014	24/03/2016	23/02/2018
23/05/2014	26/04/2016	23/03/2018
25/06/2014	25/05/2016	25/04/2018
24/07/2014	23/06/2016	24/05/2018
25/08/2014	25/07/2016	25/06/2018
25/09/2014	25/08/2016	25/07/2018
23/10/2014	23/09/2016	23/08/2018
25/11/2014	25/10/2016	25/09/2018
26/12/2014	24/11/2016	25/10/2018
23/01/2015	23/12/2016	23/11/2018
25/02/2015	25/01/2017	26/12/2018
25/03/2015	23/02/2017	24/01/2019
24/04/2015	23/03/2017	25/02/2019
25/05/2015	26/04/2017	25/03/2019
25/06/2015	25/05/2017	25/04/2019
23/07/2015	23/06/2017	
25/08/2015	25/07/2017	
24/09/2015	24/08/2017	
23/10/2015	25/09/2017	

(ii) Amortização Programada:

#	Data	Percentual de Amortização	#	Data	Percentual de Amortização
	26/12/2013	0,00000000%		24/11/2016	2,84794554%
	23/01/2014	0,00000000%		23/12/2016	2,90786557%
	25/02/2014	0,00000000%		25/01/2017	2,91720684%
	25/03/2014	0,00000000%		23/02/2017	3,15679423%
	25/04/2014	0,00000000%		23/03/2017	3,46753778%
	23/05/2014	1,26691245%		26/04/2017	3,40247862%
	25/06/2014	1,12737819%		25/05/2017	3,67888892%
	24/07/2014	1,21085424%		23/06/2017	3,86230239%
	25/08/2014	1,18363105%		25/07/2017	3,94957794%
	25/09/2014	1,15606060%		24/08/2017	4,16281968%

DA#8602532 v35



#	Data	Percentual de Amortização	#	Data	Percentual de Amortização
	23/10/2014	1,35427693%		25/09/2017	4,45386192%
	25/11/2014	1,21871588%		25/10/2017	4,71647184%
	26/12/2014	1,30625862%		23/11/2017	5,12128627%
	23/01/2015	1,50939013%		26/12/2017	5,28582215%
	25/02/2015	1,43591589%		25/01/2018	5,70633349%
	25/03/2015	1,53051519%		23/02/2018	6,23601137%
	24/04/2015	1,57176299%		23/03/2018	6,66524179%
	25/05/2015	1,61479885%		25/04/2018	7,10841821%
	25/06/2015	1,54672069%		24/05/2018	7,86000460%
	23/07/2015	1,70346029%		25/06/2018	8,56982933%
	25/08/2015	1,58287244%		25/07/2018	9,42714178%
	24/09/2015	1,74220458%		23/08/2018	10,59355330%
	23/10/2015	1,85050701%		25/09/2018	11,93201959%
	25/11/2015	1,79355633%		25/10/2018	13,77267113%
	24/12/2015	1,90541545%		23/11/2018	16,27390469%
	25/01/2016	2,02183593%		26/12/2018	19,47495137%
	25/02/2016	2,03024364%		24/01/2019	24,59697320%
	24/03/2016	2,15325828%		25/02/2019	32,87406920%
	26/04/2016	2,16886963%		25/03/2019	49,80508919%
	25/05/2016	2,24310710%		25/04/2019	100,00000000%
	23/06/2016	2,37814062%			
	25/07/2016	2,35041937%			
	25/08/2016	2,38019467%			
	23/09/2016	2,63932610%			
	25/10/2016	2,68483197%			

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VI

- CDCA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CERTIFICADO DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO - CDCA

I. PREÂMBULO

1. Número de Ordem: 1	2. Valor Nominal: R\$120.000.000,00 ("Valor Nominal")
-----------------------	---

Data de Emissão: 19 de novembro de 2013 ("Data de Emissão")
 Data de Vencimento Final: 25 de abril de 2019 ("Data de Vencimento Final")
 Local da Emissão: Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

3. Dados da Emitente:
 Nome: Nardini Agroindustrial Ltda. ("Nardini")
 CNPJ/MF: 48.708.267/0461-56
 Endereço: Fazenda Vista Alegre, s/n, Km 2,5, Zona Rural, Município de Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo

3.1. Dados do Credora:
 Nome: Gaia Agro Securitizadora S.A.
 CNPJ/MF: 14.876.090/0001-93
 Endereço: Rua do Rocio, nº 288, conjunto 16 (parte), 1º andar, Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

4. Remuneração: As parcelas do CDCA serão acrescidas de juros, incidentes de forma anual, a partir da Data de Integralização dos CRA, conforme definido abaixo, até as Datas de Vencimento, apurados sobre o Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over extra grupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, expressa na forma percentual ao ano, acrescida exponencialmente de um spread de 3% (três por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.1. Forma e Cronograma de Pagamento:

(i) O Valor Nominal, nos termos do item 2, acima, será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e consecutivas, nos valores e nas datas de vencimento (cada uma, uma "Data de Vencimento"), nos termos do cronograma previsto no Anexo V, deste CDCA.

(ii) A Remuneração, calculada de acordo com o item 4, acima, deverá ser paga em parcelas mensais, nas Datas de Vencimento.

4.2. Data da Liberação dos Recursos: os recursos captados por meio deste CDCA serão desembolsados em até 01 (um) Dia Útil contado da data em que os CRA forem integralizados ("Data de Integralização"), e sempre conforme a Credora receber recursos a este título.

REGISTRO DE IMÓVEIS
 MONTE ALTO - Est. São Paulo
 Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLOADO E REGISTRADO EM
 MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8592642 v43

5. Descrição dos Direitos Creditórios Vinculados a este CDCA:

Direitos Creditórios Ipiranga, originários de negócios realizados entre a Emitente e a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Eugênio, 329, São Cristóvão, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.337.122/0001-27, relacionados com o beneficiamento ou industrialização de Produtos e produção e comercialização de Etanol, conforme indicado na Cláusula 2ª, abaixo.

6. Custodiante dos Direitos Creditórios Ipiranga ("Custodiante") e Entidade Registradora do Lastro ("Registradora"):

Nome: SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

CNPJ/MF: 50.657.675/0001-86

Endereço: Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares - São Paulo - SP

7. Monitoramento dos Produtos pela Empresa Especializada (conforme definidos abaixo):

7.1. Sim (X)

Não ()

8. Garantias Adicionais: Previstas na Cláusula 8 abaixo.

9. Encargos Moratórios: Os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, de: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; (ii) correção monetária, calculada pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, desde que respeitada a menor periodicidade definida por lei; e (iii) bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o saldo das obrigações ("Encargos Moratórios").

10. Anexos:

Anexo I - Definições

Anexo II - Direitos Creditórios Ipiranga Vinculados ao CDCA (Contrato de Fornecimento)

Anexo III - Contrato de Penhor Agrícola

Anexo IV - Contrato de Cessão Fiduciária

Anexo V - Cronograma de Pagamentos do Valor Nominal

Nas Datas de Vencimento acima estabelecidas, a Emitente, acima qualificada, pagará por este Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio ("CDCA"), emitido em conformidade com a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("Lei 11.076"), à Credora acima qualificada, ou à sua ordem, o Valor Nominal descrito no item 2 do Preâmbulo, ou seu saldo, acrescido da Remuneração estabelecida no item 4 do Preâmbulo, mediante as condições estabelecidas abaixo.

REGISTRO DE IMÓVEIS
 MONTE ALTO - Est. São Paulo
 Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
 MICROFILME SOB Nº 27508

II. CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO CDCA

A. TERMOS ESPECÍFICOS E DEFINIÇÕES

1. Para os fins deste CDCA: (i) palavras e expressões em letras maiúsculas, não definidas neste CDCA, terão o significado previsto no Anexo I; (ii) o masculino incluirá o feminino e o singular incluirá o plural; (iii) todos os prazos aqui estipulados serão contados em dias corridos, exceto se qualificados expressamente como Dias Úteis; e (iv) os Anexos são parte integrante deste certificado.

B. DIREITOS CREDITÓRIOS VINCULADOS AO CDCA

2. O presente CDCA terá como direitos creditórios a ele vinculados os direitos creditórios oriundos do "Contrato de Compra e Venda de Etanol Etílico Anidro Carburante e Etanol Etílico Hidratado Carburante", celebrado em 24 de abril de 2013, conforme aditado em 18 de julho de 2013 e 30 de setembro de 2013, entre a Emitente e a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Eugênio, 329, São Cristóvão, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.337.122/0001-27 ("Ipiranga"), na forma do Anexo II ao presente CDCA, por meio do qual a Emitente se obrigou a entregar os produtos "Etanol Etílico Anidro Carburante" e "Etanol Etílico Hidratado Carburante" (em conjunto e indistintamente, "Etanol") à Ipiranga, pelo prazo de 72 (setenta e dois) meses ("Contrato de Fornecimento").

2.1. Os pagamentos decorrentes do Contrato de Fornecimento constituem direitos creditórios de titularidade da Emitente e, observadas as condições nele previstas, correspondem a valor suficiente para representar, a todo o momento, a Razão de Garantia dos Créditos Cedidos (conforme abaixo definido), considerando o valor do Contrato de Fornecimento, conforme poderá ser verificado e monitorado pela Credora, calculado com base na multiplicação do preço pela quantidade de Etanol, nos termos das cláusulas 3ª e 6ª do Contrato de Fornecimento (os direitos creditórios oriundos do Contrato de Fornecimento, vinculados ao presente CDCA serão doravante simplesmente referidos como os "Direitos Creditórios Ipiranga").

2.2. Os Direitos Creditórios Ipiranga (i) encontram-se identificados e descritos no Contrato de Fornecimento constante do Anexo II ao presente CDCA, anexo este que é, neste ato, assinado pelos representantes legais da Emitente, em consonância com o artigo 30, da Lei 11.076; e (ii) serão registrados na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sistema de registro e liquidação financeira de ativos autorizado pelo Banco Central do Brasil ("BM&FBOVESPA"), em consonância com o inciso I, do parágrafo 1º, do artigo 25, da Lei 11.076.

2.3. A Emitente declara e garante para todos os fins de direito que: (i) os Direitos Creditórios Ipiranga vinculados a este CDCA são existentes, válidos e exigíveis na forma da legislação aplicável; e (ii) foram cumpridos todos os requisitos e formalidades legais para a sua validade e exequibilidade, nos termos da legislação aplicável, sob pena de vencimento antecipado do presente CDCA, na forma da Cláusula 10 abaixo, responsabilizando-se a Emitente inteiramente pela sua origem e autenticidade perante a Credora caso esta venha a ser prejudicada por eventual inexistência da declaração acima prestada, desde que devidamente comprovada.

2.4. A Emitente assume toda a responsabilidade e exonera a Credora de qualquer responsabilidade por atos, fatos, prejuízos e/ou danos imputados e/ou alegados por quaisquer terceiros, inclusive danos morais decorrentes de: (i)

DA#8592642 v43

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

alegações envolvendo os negócios ou serviços que deram origem aos Direitos Creditórios Ipiranga, e (ii) demais eventos e questionamentos envolvendo os Direitos Creditórios Ipiranga.

2.5. A Emitente está ciente de que emite o presente CDCA em favor da Credora, no âmbito da operação de securitização que envolve a emissão, pela Credora, dos certificados de recebíveis do agronegócio da 1ª (primeira) série da 4ª (quarta) emissão ("CRA"), a ser disciplinada pelo respectivo termo de securitização a ser celebrado para regular a emissão dos CRA ("Termo de Securitização"), nos termos da Lei 11.076, e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 414, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 414"), cujo lastro será este CDCA, acompanhado de suas respectivas garantias.

C. OBJETO

3. A Emitente, qualificada no Preâmbulo deste CDCA, emite o presente CDCA em favor da Credora, vinculado aos Direitos Creditórios Ipiranga identificados no item 5 do Preâmbulo, que constitui promessa de pagamento em dinheiro, pela Emitente, em decorrência do crédito previamente concedido pela Credora.

3.1. A Emitente autoriza a Credora a realizar o pagamento do Valor Nominal indicado no item 2 do preâmbulo, mediante crédito na conta corrente a ser oportunamente indicada pela Emitente, valendo o comprovante de depósito como comprovante do cumprimento, pela Credora, da entrega dos recursos representativos do Valor Nominal.

D. FORMA DE DESEMBOLSO

4. O crédito objeto deste CDCA será pago à Emitente, nas Datas da Liberação dos Recursos, mediante crédito na conta corrente nº 49946-3, de titularidade da Emitente, mantida na agência 2042-7, do Banco Bradesco S.A. ("Conta de Liberação dos Recursos").

4.1. O Valor Nominal do presente CDCA somente será desembolsado pela Credora, em favor da Emitente, após o integral cumprimento das seguintes condições precedentes: (i) apresentação da via original deste CDCA devidamente assinada e formalizada; (ii) apresentação do comprovante de registro deste CDCA, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da comarca de domicílio da Emitente; (iii) apresentação do comprovante de registro do Contrato de Fornecimento, no Cartório de Títulos e Documentos da comarca de domicílio da Emitente; (iv) apresentação do comprovante de registro em cartórios de registro de imóveis das comarcas onde conste a constituição de penhor agrícola em 1º (primeiro) e único grau de preferência em favor da Credora, nos termos do "Instrumento Particular de Penhor Agrícola e Outras Avenças nº 01/2013", celebrado entre a Emitente e a Credora em 19 de novembro de 2013, mencionado na Cláusula 8ª, abaixo ("Contrato de Penhor"); (v) apresentação do comprovante de registro do "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Bens em Garantia", celebrado entre a Emitente e a Credora em 19 de novembro de 2013, mencionado na Cláusula 8ª, abaixo, nos Cartórios de Títulos e Documentos das comarcas de domicílios da Credora, da Emitente e do respectivo banco centralizador signatário de referido instrumento ("Contrato de Cessão Fiduciária"); (vi) fornecimento pela Emitente, em tempo hábil, à Credora, ou a quem esta indicar, de todas as informações necessárias para atender aos requisitos da emissão deste CDCA, e que as informações fornecidas sejam suficientes, corretas e completas, a exclusivo critério da Credora; (vii) contratação e remuneração pela Emitente, se for o caso, dos prestadores de serviços relacionados à realização da

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8592642 v43

emissão deste CDCA e constituição das garantias aqui relacionadas, incluindo, mas não se limitando, os assessores legais, banco registrador e liquidante, além de eventuais outros prestadores de serviços cuja necessidade e escolha venham a ser verificadas em comum acordo entre as partes; (viii) recolhimento, pela Emitente, de quaisquer taxas ou tributos incidentes sobre os registros necessários para a emissão deste CDCA; (ix) constituição das garantias aqui previstas; e (x) integralização dos CRA ("Condições Precedentes do CDCA").

4.2. Por meio deste CDCA, a Emitente autoriza que do valor a ser desembolsado pela Credora seja descontado (i) os valores referentes a todas e quaisquer despesas, honorários, encargos, custas e emolumentos decorrentes da estruturação, da securitização e viabilização da emissão de CRA, inclusive as despesas com honorários dos assessores legais, do Custodiante, da Empresa Especializada, do Coordenador Líder e da Credora; (ii) o valor necessário para a composição do Fundo de Reserva e Fundo de Despesa, conforme previsto no Termo de Securitização; e (iii) os valores devidos pela Emitente em razão da emissão deste CDCA. Não obstante, todas as despesas, honorários, encargos, custas e emolumentos decorrentes da estruturação e viabilização da operação deverão ser previamente submetidos e aprovados pela Emitente, sob pena de não poderem ser quitados com tais recursos.

4.3. Caso qualquer das Condições Precedentes do CDCA acima elencadas não seja cumprida até a Data de Integralização, ou a Credora não dispense, a seu exclusivo critério, a Condição Precedente do CDCA descumprida até tal data, o desembolso dos recursos pela Credora não será exigível e o presente CDCA perderá seus efeitos.

4.4. Sem prejuízo à disposição acima, a Emitente se obriga desde já, de forma irrevogável e irretroatável, sob pena de vencimento antecipado do CDCA, nos termos da Cláusula 10ª abaixo, a entregar à Credora: (i) na Data de Emissão, as vias originais negociáveis, devidamente formalizadas, do CDCA e do Contrato de Fornecimento, bem como uma via original, devidamente formalizada, do Contrato de Penhor e do Contrato de Cessão Fiduciária; e (ii) nos prazos e na forma previstas no Contrato de Penhor e no Contrato de Cessão Fiduciária, cópia do comprovante de registro de tais instrumentos nos competentes cartórios.

E. REMUNERAÇÃO

5. A partir da Data de Integralização, este CDCA fará jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, conforme o caso, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over extra grupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de um spread de 3% (três por cento) ao ano ("Spread"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de acordo com a seguinte fórmula ("Remuneração"):

$$J = VNe \times [(FatorDI \times Fator Spread) - 1]$$

onde:



REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 1104117

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

J - corresponde ao valor unitário da Remuneração acumulada no período, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devido no final de cada Período de Capitalização;

VNe - corresponde ao Valor Nominal no primeiro Período de Capitalização, ou saldo do Valor Nominal no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI - correspondente ao produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado, a partir da data de início de cada Período de Capitalização (abaixo definido), inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{di}} (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

n_{di} - corresponde ao número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo " n_{di} " um número inteiro;

TDI_k - corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

k - corresponde ao número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n_{di}

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k - corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais, ou o número de casas publicadas;

Fator Spread - corresponde ao spread de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{Fator Spread} = \left(\frac{\text{Spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}}$$

onde:

Spread - corresponde a 3 (três); e

n - corresponde ao número de dias úteis entre a Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização e a data atual, sendo "n" um número inteiro.




DA#8592642 v43

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

Observação: para efeito do DI, será sempre considerado a Taxa com dois dias úteis de defasagem em relação à data de cálculo (exemplo: no dia 15 (quinze) será considerado o DI do dia 13 (treze)).

Caso a Data de Integralização e a Data da Liberação dos Recursos não ocorram no mesmo dia, conforme disposição do item 4.2 do Quadro Resumo acima, a Data de Integralização, ou seja, data em que os primeiros CRA forem integralizados, será considerada para fins de cálculo da incidência da Remuneração (Cláusula 5 acima).

5.1. Define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Vencimento imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Vencimento correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento Final.

5.2. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

5.3. No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa DI por mais de 5 (cinco) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a Credora deverá observar o prazo e os procedimentos previstos no Termo de Securitização para definir em assembleia geral de titulares de CRA, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação da Taxa Substitutiva, será utilizada na apuração do Fator DI, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas neste CDCA, a última taxa de remuneração e/ou índice de atualização divulgados oficialmente, acrescidos dos percentuais ou sobretaxas aplicáveis, de forma *pro rata temporis* desde a data do evento (na qual a Taxa DI foi extinta, ou tornou-se indisponível ou ausente) até a data da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emitente e a Credora quando da divulgação posterior da taxa/índice de remuneração/atualização que seria aplicável.

5.4. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes do prazo estabelecido no item 5.3, acima, a Taxa DI divulgada passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.



DA#8592642 v43

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
27503
MICROFILME SOB Nº

5.5. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva, a Emitente deverá, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data fixada no item 5.3, acima, ou na próxima Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pagar a integralidade do Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração nesta situação será a última Taxa DI disponível.

F. AMORTIZAÇÃO

6. A Emitente se obriga ao pagamento do Valor Nominal, ou seu saldo, acrescido da Remuneração estabelecida no item 4 do Preâmbulo e demais encargos e multas ora estabelecidos (valor este referido doravante como "Montante Devido"), e, por este CDCA, promete pagar à Credora, ou à sua ordem, o Montante Devido, em moeda corrente nacional, de acordo com o previsto no item 4.1 do preâmbulo, nos termos do cronograma previsto no Anexo V deste CDCA, devendo referidos pagamentos ser realizados pela Emitente, por intermédio da BM&FBOVESPA.

6.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação relativa ao presente CDCA, pela Emitente, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

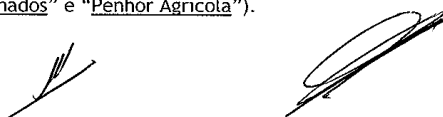
G. PAGAMENTO ANTECIPADO

7. Até o 35º (trigésimo quinto) mês a contar da Data de Integralização, não será permitido o pagamento, parcial ou integral, do Montante Devido. A partir do 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive), a contar da Data de Integralização e até a Data de Vencimento Final, a Emitente poderá notificar por escrito à Credora ("Notificação"), informando que deseja realizar o pagamento antecipado ("Pagamento Antecipado") deste CDCA, condicionado à Oferta de Resgate Antecipado prevista na cláusula 5.1 do Termo de Securitização, informando: (i) o valor do Pagamento Antecipado, (ii) a data em que se efetivará referido Pagamento Antecipado, que não poderá exceder 30 (trinta) dias corridos a contar da data de recebimento da Notificação ("Data do Pagamento Antecipado"), e (iii) o valor do prêmio sobre o valor objeto do Pagamento Antecipado.

H. GARANTIAS

8. O CDCA contará com as seguintes garantias:

8.1. Penhor Agrícola. Em garantia do fiel e integral cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Emitente neste CDCA, bem como na emissão e oferta pública do CRA, além de seus respectivos instrumentos de garantia, a Emitente, nos termos do artigo 1438 e seguintes do Código Civil e Lei 2.666, constitui, por meio do Contrato de Penhor, na forma do Anexo III a este instrumento, penhor agrícola, em primeiro e único grau de preferência, em favor da Credora sobre 692.435 (seiscentas e noventa e duas mil e quatrocentos e trinta e cinco) toneladas métricas de cana-de-açúcar referente à safra 2014/2015, de propriedade da Emitente, livres e desembaraçadas de quaisquer Ônus ("Produtos" e "Bens Empenhados" e "Penhor Agrícola").



DA#8592642 v43

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº - 27568

8.1.1 Os Bens Empenhados outorgados em garantia em favor da Credora deverão representar, até que todas as Obrigações relacionadas ao CDCA e, consequentemente, ao CRA sejam cumpridas, sob pena de vencimento antecipado do presente CDCA, a quantidade inicial de Bens Empenhados, acrescida da quantidade de cana-de-açúcar das safras seguintes, a ser empenhada de acordo com a sistemática de renovação do penhor agrícola prevista no Contrato de Penhor, indicada no Relatório Mensal ou no Relatório Anual, para cada período de 12 (doze) meses subsequentes às respectivas datas da emissão, equivalente a, no mínimo, 140% (cento e quarenta por cento) do resultado da multiplicação do último valor mensal devido no âmbito dos CRA por 12 (doze) ("Razão de Garantia dos Bens Empenhados").

8.1.2 Para fins de apuração da Razão de Garantia dos Bens Empenhados, os Bens Empenhados terão seu valor calculado considerando o valor do Produto, de acordo com a fórmula abaixo, utilizando-se: (i) o Índice CONSECANA, disponível no site www.udop.com.br; e (ii) o valor fixo de ATR - Açúcar Total Recuperável ("ATR") de 140 kg (cento e quarenta quilogramas) para cada tonelada de Produto.

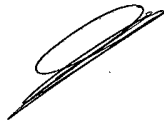
$$V \text{ Bens Empenhados} = Q \text{ Bens Empenhados} \times (V \text{ ATR} \times 140)$$

Onde:

<i>V Bens Empenhados</i>	Valor dos Bens Empenhados.
<i>Q Bens Empenhados</i>	Volume em toneladas métricas de Produto, identificado nos relatórios periódicos, emitidos pela Empresa Especializada.
<i>V ATR Acumulado</i>	Valor acumulado do quilo de ATR calculado segundo a metodologia CONSECANA para o Estado de São Paulo referente ao mês diretamente anterior ao período de apuração da Razão de Garantia dos Bens Empenhados, disponível no site www.udop.com.br (R\$/Kg de ATR).
<i>V ATR</i>	Índice CONSECANA, mensal e acumulado, para São Paulo, por quilo, divulgado pelo CONSECANA, pelo site www.udop.com.br (R\$/Kg de ATR).
140	Quantidade em quilos de ATR por tonelada métrica de Produto, fixada para fins de apuração.

8.1.2.1 A Razão de Garantia dos Bens Empenhados será apurada: (i) no momento da constituição do Penhor Agrícola, pela Credora ou por quem a Credora indicar, por meio do Relatório inicial (abaixo definido); e (ii) periodicamente, por meio dos Relatórios Mensais e Relatórios Anuais (abaixo definidos).

8.1.2.2 Serão desconsiderados para fins do cálculo acima Bens Empenhados que venham a ser objeto de qualquer evento que imponha outro Ônus, inclusive penhora, sequestro, arresto ou qualquer outra medida judicial ou administrativa, de modo a se tornarem inábeis, impróprios, imprestáveis ou insuficientes para assegurar o cumprimento das obrigações.

DA#8592642 v43

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 410417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº - 27508

8.2. Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Ipiranga. Adicionalmente, em garantia do fiel e integral cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Emitente neste CDCA, bem como na emissão e oferta pública dos CRA, além de seus respectivos instrumentos de garantia, a Emitente constitui em favor da Credora, a cessão fiduciária sobre os Direitos Creditórios Ipiranga ("Créditos Cedidos"), disciplinada no Contrato de Cessão Fiduciária, na forma do Anexo IV a este CDCA ("Cessão Fiduciária").

8.2.1. Os Créditos Cedidos outorgados em garantia em favor da Credora deverão representar, até que todas as obrigações relacionadas ao CDCA e, consequentemente, ao CRA sejam cumpridas, sem prejuízo da Emitente proceder ao Reforço e Complementação de Garantia (abaixo definido), e sob pena de vencimento antecipado dos CRA, no período de 12 (doze) meses seguintes à data de verificação, o montante equivalente a, no mínimo, 140% (cento e quarenta por cento) do resultado da multiplicação do último valor devido mensalmente no âmbito dos CRA por 12 (doze), conforme apurações a serem realizadas pela Credora: (i) mensalmente, no dia 15 (quinze) de cada mês, e (ii) anualmente, no mês de maio ("Razão de Garantia dos Créditos Cedidos Fiduciariamente").

8.2.1.1. Para fins de apuração da Razão de Garantia dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, os Créditos Cedidos terão seu valor calculado considerando a fórmula descrita no Contrato de Cessão Fiduciária.

8.3. Nos termos dos artigos 1.425 e 1.427, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), na hipótese de qualquer ato ou fato, independentemente da vontade da Emitente, que implique ou possa implicar o desfalque, deterioração, perecimento ou desapropriação, total ou parcial, dos Créditos Cedidos e/ou dos Bens Empenhados, a Emitente, conforme aplicável, ficará obrigada a, na forma aqui prevista, independentemente de aviso ou notificação da Credora, reforçá-los ou substituí-los, total ou parcialmente, por direitos creditórios do agronegócio adicionais e/ou produtos agrícolas adicionais, conforme o caso, sem qualquer Ônus, que, a exclusivo critério da Credora, cumpram os requisitos previstos neste CDCA, no Contrato de Penhor e no Contrato de Cessão Fiduciária ("Reforço e Complementação de Garantia").

8.4. Para os fins deste CDCA, são hipóteses não exaustivas dessa espécie: (i) a deterioração ou depreciação dos Direitos Creditórios Ipiranga; (ii) a penhora, arresto, sequestro ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar sobre os Direitos Creditórios Ipiranga; (iii) disposição, transferência, cessão ou Alienação (ainda que em caráter fiduciário), penhor ou qualquer Ônus sobre os Direitos Creditórios Ipiranga, além do previsto neste CDCA; (iv) desapropriação, confisco ou qualquer outra forma de perda do domínio dos Direitos Creditórios Ipiranga; (v) qualquer evento que reduza o valor dos Direitos Creditórios Ipiranga, ou comprometa sua validade, eficácia ou exequibilidade; (vi) o inadimplemento de quaisquer devedores ou garantidores, conforme aplicável, de recursos objeto dos Direitos Creditórios Ipiranga, ou dos investimentos realizados com os respectivos recursos, conforme aplicável; (vii) a verificação de que o Limite Mínimo ou o próximo Valor de Referência (conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária) não se encontra integralmente depositado na Conta Centralizadora na Data Limite (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária); (viii) redução, por qualquer razão, do Valor de Referência depositado na Conta Centralizadora; (ix) descumprimento da Razão de Garantia dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, exceto se novos direitos creditórios forem cedidos fiduciariamente no prazo previsto na cláusula 3.11.3 do Contrato de Cessão Fiduciária; ou (x) o inadimplemento de quaisquer obrigações previstas neste CDCA e/ou no Contrato de Fornecimento (cada,

DA#8592642 v43

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº - 27508

um “Evento de Reforço e Complementação”).

8.5. Inobstante o previsto nas cláusulas 8 e 8.1. acima, a Credora poderá, ainda, se verificado um Evento de Reforço e Complementação, exigir, mediante notificação por escrito, o reforço dos Direitos Creditórios Ipiranga, devendo a Emitente prestar este reforço no prazo previsto na cláusula 3.11.3 do Contrato de Cessão Fiduciária, sob pena de vencimento antecipado deste CDCA, nos termos da Cláusula 10, abaixo.

8.6. Para as hipóteses de substituição ou mesmo complementação dos Direitos Creditórios Ipiranga, este CDCA deverá ser aditado, por escrito, pela Emitente e pela Credora, de forma que dele conste a descrição atualizada de todos os direitos creditórios a ele vinculados e seja cumprido o disposto na Lei 11.076, notadamente dos termos do artigo 32, § 1º da referida lei.

I. MULTIPLICIDADE DE GARANTIAS

9. Na forma do constante das Garantias, a Emitente afirma e confirma o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, do Penhor Agrícola, da Cessão Fiduciária e das demais garantias previstas no Termo de Securitização, podendo a Credora, a seu exclusivo critério, executar todas ou cada uma delas indiscriminadamente, para os fins de amortizar ou liquidar as obrigações, ficando ainda estabelecido que, desde que observados os procedimentos previstos neste CDCA, a excussão das garantias independará de qualquer providência preliminar por parte da Credora, tais como aviso, protesto, notificação, interpelação ou prestação de contas, de qualquer natureza.

9.1. Na excussão das Garantias, as seguintes regras serão aplicáveis:

- (i) A Credora poderá optar entre excutir quaisquer das Garantias, total ou parcialmente, tantas vezes quantas forem necessárias, sem ordem de prioridade, até integral adimplemento das obrigações.
- (ii) A excussão de uma das Garantias não ensejará, em hipótese nenhuma, perda da opção de se excutir as demais.
- (iii) A Emitente: (a) declara conhecer os termos do Termo de Securitização; e (b) compromete-se a: (1) com eles cumprir; (2) exercer seus direitos de forma a não prejudicar os direitos e prerrogativas dos titulares do CRA, o cumprimento integral das obrigações, as Garantias e seus objetos, e (3) não aprovar e/ou realizar qualquer ato em desacordo com o disposto neste CDCA, no Termo de Securitização e nos instrumentos que formalizam as Garantias.

J. VENCIMENTO ANTECIPADO

10. A Credora, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, poderá, a seu exclusivo critério, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes deste CDCA, nas seguintes hipóteses:

- (i) descumprimento, pela Emitente, de qualquer obrigação pecuniária, principal ou acessória, relacionada com este CDCA ou com as Garantias não sanada no prazo de até 1 (um) Dia Útil, ou ainda que implique descumprimento pecuniário dos termos e condições constantes do




DA#8592642 v43

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
27508
MICROFILME SOB Nº

Termo de Securitização, estabelecida neste CDCA ou nos respectivos instrumentos;

- (ii) descumprimento, pela Emitente, de qualquer obrigação não-pecuniária, principal ou acessória, relacionada com este CDCA ou as Garantias, ou ainda que implique descumprimento não-pecuniário dos termos e condições constantes do Termo de Securitização, estabelecida neste CDCA ou nos respectivos instrumentos, não sanada no prazo aqui e ali estabelecido, ou, em caso de omissão, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis, a contar da comunicação do referido descumprimento: (a) pela Emitente à Credora; ou (b) pela Credora à Emitente, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico neste CDCA ou nos instrumentos das Garantias e Termo de Securitização;
- (iii) extinção ou alteração do Contrato de Fornecimento, sem o consentimento prévio e expresso da Credora;
- (iv) provarem-se insuficientes, falsas, incorretas ou enganosas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emitente neste CDCA ou nos instrumentos das Garantias;
- (v) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emitente ou qualquer de suas Controladoras ou Controladas e/ou coligadas;
- (vi) extinção, liquidação, dissolução, declaração de insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência formulado por terceiros, não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emitente, qualquer de suas Controladoras ou Controladas, e/ou coligadas;
- (vii) descumprimento de qualquer decisão judicial, arbitral ou administrativa contra a Emitente, em valor unitário ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, no prazo estipulado na respectiva decisão;
- (viii) protesto de títulos contra a Emitente, ou inserção da Emitente em cadastro de inadimplentes, em valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do referido protesto ou inserção, (a) seja validamente comprovado pela Emitente, que protesto ou inserção foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (b) o protesto ou inserção for cancelado, ou ainda, (c) forem prestadas garantias em juízo;
- (ix) (a) inadimplemento pela Emitente de quaisquer obrigações pecuniárias, em valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou (b) vencimento antecipado, em qualquer valor (*cross default* ou *cross acceleration*), de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas a Emitente, desde que possa comprometer sua solvência;




DA#8592642 v43

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

REPRODUZIDO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

- (x) pagamento, pela Emitente, de lucros, dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emitente esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias aqui previstas;
- (xi) liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização que envolva a alteração do Controle da Emitente, suas Controladas e/ou coligadas, exceto mediante aprovação prévia da Credora;
- (xii) realização de redução do capital social da Emitente, sem anuência da Credora, ou ainda, alteração ou modificação do objeto social da Emitente, de forma que a Emitente passe a realizar operações fora de seu objeto social vigente na Data de Emissão, ou que a impeça de emitir este CDCA ;
- (xiii) desapropriação, confisco ou qualquer outra forma de perda de propriedade ou posse direta por ato ou determinação de autoridade competente, pela Emitente e/ou por qualquer sociedade Controlada pela Emitente, de ativos permanentes cujo valor individual ou agregado, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (xiv) inobservância das obrigações estabelecidas pela legislação socioambiental e criminal aplicável, bem como pelos Princípios do Equador, se aplicável, desde que constatado por meio de sentença condenatória transitada em julgado;
- (xv) existência de sentença condenatória transitada em julgado ou arbitral definitiva relativamente à prática de atos pela Emitente, que importem em infringência à legislação que trata do combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, bem como ao crime contra o meio ambiente;
- (xvi) se, durante a vigência deste CDCA, a Emitente dispuser, transferir, ceder ou alienar (ainda que em caráter fiduciário), empenhar ou constituir qualquer outro ônus sobre os bens e direitos objeto das Garantias, além dos aqui previstos;
- (xvii) na hipótese de a Emitente, direta ou indiretamente, tentar ou praticar qualquer ato visando anular, questionar, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, este CDCA, os instrumentos que formalizam as Garantias ou qualquer das cláusulas de documentos relativos aos CRA; e
- (xviii) não manutenção, pela Emitente, dos seguintes índices financeiros, que deverão ser apurados e verificados no mês de março de cada ano ("Índices Financeiros"):

(1) Índice Financeiro relacionado ao endividamento:



DA#8592642 v43

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

- (a) Dívida Bancária Líquida/EBITDA \leq 4,0 em 31 de dezembro de 2013;
- (b) Dívida Bancária Líquida/EBITDA \leq 3,5 em 31 de dezembro de 2014;
- (c) Dívida Bancária Líquida/EBITDA \leq 3,25 em 31 de dezembro de 2015;
- (d) Dívida Bancária Líquida/EBITDA \leq 3,0 em 31 de dezembro de 2016;
- (e) Dívida Bancária Líquida/EBITDA \leq 3,0 em 31 de dezembro de 2017;
- (f) Dívida Bancária Líquida/EBITDA \leq 3,0 em 31 de dezembro de 2018.

onde:

"Dívida Bancária Líquida" corresponde ao somatório das operações em Mercado de Capitais e das dívidas onerosas consolidadas de empréstimos e financiamentos que tenham sido contraídos pelo Emitente junto a instituições financeiras, deduzidos de (i) caixa e equivalentes contabilizados no ativo circulante de suas demonstrações financeiras e (ii) estoques de produtos acabados, considerados a valor de custo de produção ou valor de mercado, o menor dentre os dois, conforme refletidos em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas; e

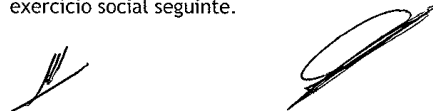
"EBITDA" significa (i) receita operacional líquida, menos (ii) custos dos produtos e serviços prestados, excluindo impactos não-caixa da variação do valor justo dos ativos biológicos, menos (iii) despesas comerciais, gerais e administrativas, acrescidos de (iv) depreciação, amortização e consumo do ativo biológico, conforme fluxo de caixa apresentado nas demonstrações financeiras auditadas. Não serão consideradas outras receitas e/ou despesas não recorrentes para fins de cálculo do EBITDA, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

(2) Índice Financeiro relacionado à liquidez corrente:

- (a) Ativo Circulante/Passivo Circulante \geq 0,9 até a Data de Vencimento;

Onde:

"Ativo Circulante" corresponde às disponibilidades financeiras e outros bens e direitos que possuem potencial de serem convertidas em disponibilidades, vendidos ou usados até o final do exercício social seguinte.



DA#8592642 v43

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

"Passivo Circulante" corresponde aos deveres e obrigações da Nardini que deverão ser pagas até o final do exercício social seguinte.

- (xix) interrupção das atividades da Nardini por prazo superior a 15 (quinze) dias corridos determinada por ordem judicial ou qualquer outra autoridade competente;
- (xx) caso qualquer dos Documentos Comprobatórios, das Garantias e/ou dos Direitos Creditórios Ipiranga não esteja devidamente formalizado, na forma exigida por lei aplicável;
- (xxi) caso a Nardini deixe de entregar à Securitizadora os Documentos Comprobatórios no prazo previsto no Termo de Securitização;
- (xxii) caso seja constatado qualquer vício, invalidade ou ineficácia na constituição de qualquer das Garantias;
- (xxiii) caso qualquer dos Documentos Comprobatórios, das Garantias ou dos Documentos da Securitização seja, por qualquer motivo ou por qualquer pessoa, resilido, rescindido ou por qualquer outra forma extinto; e
- (xxiv) não-renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Nardini que afete de forma significativa o regular exercício das atividades desenvolvidas, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Nardini comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das suas atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização.

10.1. Cada Índice Financeiro deverá ser (i) mantido durante toda a vigência deste CDCA; e (ii) verificado anualmente, por meio dos balanços anuais da Emitente, e/ou por meio de correspondência da Emitente dirigida à Credora, com base em tais balanços anuais, observada a mesma periodicidade. Para tanto, a Emitente encaminhará à Credora suas Demonstrações Financeiras auditadas até o dia 01 de maio de cada ano, ou Dia Útil subsequente, comprometendo-se, ainda, a prestar os esclarecimentos que a Credora julgue necessário.

10.2. A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada, à Credora, pela Emitente, em prazo de até 2 (dois) Dias Úteis de seu conhecimento. O descumprimento desse dever pela Emitente não impedirá a Credora de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstas neste CDCA, nos instrumentos que formalizam as Garantias e nos demais documentos dos CRA, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das obrigações.




DA#8592642 v43

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº - 27508

K. EFEITOS DO VENCIMENTO ANTECIPADO

11. Ocorrendo quaisquer das hipóteses previstas na Cláusula 10 acima sem o pagamento dos valores devidos pela Emitente em decorrência deste CDCA, a Credora poderá executar ou excutir este CDCA, os Direitos Creditórios Ipiranga e as Garantias, oferecidas pela Emitente ou por terceiros, conforme for o caso, observado o prazo de vencimento dos Direitos Creditórios Ipiranga, podendo para tanto promover, de forma simultânea ou não, (i) a execução do presente CDCA e/ou dos instrumentos que formalizam as Garantias, (ii) a venda amigável dos Direitos Creditórios Ipiranga, e (iii) a excussão das garantias adicionais, aplicando, em qualquer caso, o produto de tal venda ou excussão na amortização do Montante Devido e dos demais encargos moratórios e penalidades devidas, observado o disposto na Cláusula 11.1. abaixo.

11.1. Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado do presente CDCA, a Emitente obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal, ou seu saldo, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis* desde a última data de pagamento ou, se não houver pagamento anterior, da Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emitente nos termos deste CDCA (e, no caso do subitem (i) da cláusula 10 acima, dos Encargos Moratórios devidos, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados) em até 2 (dois) Dias Úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pela Credora à Emitente, sob pena de ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

L. DECLARAÇÕES E CONDIÇÕES PARTICULARES

12. Declarações. São razões determinantes deste CDCA, do Contrato de Penhor, do Contrato de Cessão Fiduciária e do Termo de Securitização as declarações a seguir prestadas pela Emitente, em favor dos titulares do CRA e da Credora, de que:

- (i) está devidamente autorizada a emitir este CDCA, a prestar as Garantias e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração deste CDCA, bem como o cumprimento das obrigações aqui previstas, não infringe qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emitente;
- (iii) a Emitente é a única e legítima beneficiária e titular dos Direitos Creditórios Ipiranga, que se encontram livres e desembaraçados de quaisquer Ônus, gravame, judicial ou extrajudicial (exceto pela Cessão Fiduciária), não existindo contra a Emitente ou suas Partes Relacionadas qualquer ação ou procedimento judicial, administrativo ou fiscal de seu conhecimento que tenha por objeto (ou que razoavelmente possa) prejudicar ou invalidar este CDCA ou as Garantias;
- (iv) a Emitente é uma sociedade empresária limitada devidamente organizada e constituída, de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;




DA#8592642 v43

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

- (v) as pessoas que a representam na assinatura deste CDCA, conforme aplicável, têm poderes bastantes para tanto;
- (vi) os termos deste CDCA não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emitente ou suas Partes Relacionadas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (vii) este CDCA constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emitente, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (viii) a celebração deste CDCA não infringe qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emitente, assim como suas Partes Relacionadas sejam parte, ou ao qual seus bens ou direitos estejam vinculados, nem resultará em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emitente ou suas Partes Relacionadas, que não os previstos neste CDCA, ou (c) extinção de qualquer desses contratos ou instrumentos.

M. TRIBUTOS

13. Os tributos incidentes sobre o presente CDCA, as Garantias e/ou sobre os Direitos Creditórios Ipiranga, quando devidos, deverão ser pagos pelo respectivo contribuinte de acordo com a legislação aplicável em vigor.

N. DISPOSIÇÕES FINAIS

14. As despesas incorridas com o registro e formalização deste CDCA, dos Direitos Creditórios Ipiranga vinculados a este CDCA, de novos direitos creditórios apresentados pela Emitente na forma descrita acima e das garantias vinculadas a este CDCA ou, ainda, quaisquer outras despesas, inclusive relativas a registros em cartório, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais, tributos, encargos e taxas, correrão por conta exclusiva da Emitente, desde que devidamente comprovado. Se eventualmente tais despesas forem suportadas pela Credora, deverão ser reembolsadas pela Emitente, mediante a apresentação dos respectivos comprovantes de despesas, em até 3 (três) Dias Úteis da solicitação efetuada pela Credora, ou em prazo inferior, caso previsto expressamente neste CDCA.

15. A Emitente reconhece que o presente CDCA constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 24 da Lei 11.076.

16. A Emitente declara estar ciente de que este ato ou qualquer outro ato de tolerância, se realizado pela Credora neste CDCA ou em qualquer outro instrumento firmado pelas mesmas Partes, não importará em novação ou alteração das condições aqui estipuladas, constituindo-se tal ato mera liberalidade da Credora, nos termos deste instrumento.

17. Na hipótese de eventual inadimplência da Emitente, a Credora poderá promover as medidas judiciais cabíveis, iniciando a execução por quantia certa contra devedor ou qualquer outra medida que entender cabível.




DA#8592642 v43

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO Nº 27308
MICROFILME SOB Nº

18. Além dos encargos estabelecidos no item 4 do preâmbulo, a Credora poderá, em caso de inadimplência, cobrar da Emitente todas as despesas razoáveis de cobrança judicial, acrescidas das custas e quaisquer outras despesas judiciais e/ou processuais e os honorários de sucumbência, arbitrados em juízo.

19. A Credora fica desde já autorizada pela Emitente a vincular este título aos CRA, que serão emitidos pela Credora, nos termos dos artigos 23, parágrafo único, e 36, da Lei 11.076.

19.1. Para fins do disposto na presente Cláusula, a Emitente autoriza a Credora a divulgar os dados da presente operação para os titulares dos CRA e o mercado de valores mobiliários, de forma que tal divulgação não violará o disposto na Lei Complementar nº.105/2001 e qualquer outra regulação ou disposição contratual.

20. Adicionalmente a Emitente está ciente de que a Credora poderá ceder a terceiros os direitos decorrentes da titularidade deste CDCA, inclusive por meio da instituição de regime fiduciário sobre o presente CDCA como lastro de emissão dos CRA, desde que não haja qualquer modificação nos direitos e obrigações ora assumidos pela Emitente.

21. A Emitente não poderá ceder quaisquer de suas obrigações descritas neste CDCA e/ou quaisquer garantias descritas nos Anexos deste CDCA, sem a prévia autorização por escrito da Credora.

22. A Emitente responsabiliza-se a manter constantemente atualizados, junto à Credora, o(s) endereço(s) para efeito de comunicação sobre qualquer ato ou fato decorrente deste instrumento.

23. A Emitente declara, para todos fins de direito e sob as penas da lei, que é produtora rural, portanto apta para emitir esta CDCA, nos termos do artigo 24, da Lei 11.076.

24. O presente CDCA é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando a Emitente por si e seus eventuais sucessores.

25. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente CDCA. Dessa forma, qualquer atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba à Credora, razão do inadimplemento da Emitente, não prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

26. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

O. FORO

27. Fica eleito o foro de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes, direta ou indiretamente, deste CDCA.




DA#8592642 v43

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

O presente CDCA é assinado pela Emitente em 5 (cinco) vias originais, de igual forma e teor, sendo 1 (uma) via negociável e 4 (quatro) vias não negociáveis.

São Paulo, 19 de novembro de 2013

EMITENTE:

NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA.

Nome: Riccardo Nardini
Cargo: Diretor

Nome: Natalin Antonio Natalício
Cargo: Diretor

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

4² TABELÃO DE NOTAS - Estado de São Paulo - Comarca da Capital
RUA ESTADOS UNIDOS, 455 - CEP: 01427-000 - FONE: (0XX11) 3884-9767
Tabelão: Bel. OSWALDO CANHEO - Tabelão Substituto: Bel. ANTÔNIO CANHEU FILHO

Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) de:
RICCARDO NARDINI
NATALIN ANTONIO NATALICIO
S P 19/11/2013 Em test. da verdade
FRANCISCA DE PINHO EIDORO - Escrevente Autorizada
Documento com valor econômico R\$ 13,00
"VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICAÇÃO SEM ENRIQUES OU RASURAS"

1038AA730125
1038AA730126

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE MONTE ALTO-SP
Oficial - Bel. Oswaldo Noy de Miranda

Protocolo Nº: ID 027508

REGISTRADO HOJE, MF 4811, LV. A-10,	Ao Cartório.....	7.829,02
Reg. No 27508, LV. B-185, FL. 224, CESSÃO	Ao Estado.....	2.225,10
FIDUCIÁRIA EM GARANTIA	Ao IPESP.....	1.648,22
MONTE ALTO, 25/11/2013	Reg. Civil.....	412,05
	Trib. Justiça.....	412,05
	Condução/Outros	0,00
	TOTAL.....	12.526,44

JOÃO GUSTAVO DE MIRANDA
ESCREVENTE AUTORIZADO

R. Gustavo de Coligny, 20432 - Ch. Itaipu - Monte Alto - SP - CEP: 11010-000 - E-mail: joaogustavo@montealto.sp.gov.br - CNPJ: 01.864.607/0001-65

OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
João Gustavo de Miranda
Escrevente Autorizado
MONTE ALTO - Est. São Paulo

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

ANEXO I – DEFINIÇÕES

Palavra ou expressão	Definição
" <u>Alienação</u> " e o verbo " <u>Alienar</u> "	qualquer operação que envolva, direta ou indiretamente, de forma voluntária ou involuntária, a venda, cessão, usufruto, promessa, compromisso alienação, transferência, contribuição, empréstimo, permuta, constituição de usufruto ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer título, direta ou indireta, parcial ou total, condicionada ou não, de quaisquer bens e direitos, ou dos respectivos poderes, pretensões, imunidades e faculdades, inclusive os derivados de propriedade, posse, uso ou fruição, por uma Pessoa a outra, inclusive por meio de Controladas, coligadas, Partes Relacionadas e Reorganização Societária.
" <u>Bens Empenhados</u> "	conforme definido na cláusula 8.1.
" <u>BM&FBOVESPA</u> "	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
" <u>CDCA</u> "	conforme definido no preâmbulo.
" <u>Cessão Fiduciária</u> "	conforme definido na cláusula 8.2.
" <u>CETIP</u> "	CETIP S.A. - Mercados Organizados.
" <u>Código Civil</u> "	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
" <u>Código de Processo Civil Brasileiro</u> "	Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada.
" <u>Controle</u> " (bem como os correlatos " <u>Controlar</u> " ou " <u>Controlada</u> ")	a titularidade (direta ou indireta) de direitos de sócio que assegurem, de modo permanente, direta ou indiretamente, (i) a maioria dos votos nas deliberações de assembleia geral ou reuniões de sócios; e (ii) o poder de eleger a maioria dos membros do conselho de administração, da diretoria ou outro órgão administrativo superior, conforme o caso, da respectiva Pessoa.
" <u>Condições Precedentes do CDCA</u> "	conforme definido na cláusula 4.1.
" <u>Conta de Liberação dos Recursos</u> "	conforme definido na cláusula 4º.
" <u>Conta Centralizadora</u> "	conforme definido na cláusula 3.1. do Contrato de Cessão

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8592642 v43

"Contrato de Cessão
Fiduciária"

"Contrato de Fornecimento"

"Contrato de Penhor"

"CRA"

"Credora"

"CVM"

"Data de Integralização"

"Data de Emissão"

"Data de Vencimento"

"Data de Vencimento Final"

"Dia Útil"

"Direitos Creditórios Ipiranga"

"Emissão"

"Emitente"

"Encargos Moratórios"

"Evento de Reforço e
Complementação"

"Garantias"

"IGP-M"

"Índices Financeiros"

"Instrução CVM 414"

"Ipiranga"

"Limite Mínimo"

"Lei das Sociedades por
Ações"

Fiduciária, anexo ao presente CDCA.

conforme definido na cláusula 4.1(v).

conforme definido na cláusula 2ª.

conforme definido na cláusula 4.1(iv).

conforme definido na cláusula 2.5.

conforme definido no preâmbulo.

Comissão de Valores Mobiliários.

conforme definido no preâmbulo.

conforme definido no preâmbulo.

conforme definido no preâmbulo.

conforme definido no preâmbulo.

todo dia que não seja sábado, domingo, feriado nacional ou feriado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou nos dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente na BM&FBOVESPA.

conforme definido na cláusula 2.1.

conforme definido no preâmbulo.

conforme definido no preâmbulo.

conforme definido no preâmbulo.

conforme definido na cláusula 8.4.

conforme definido no item H.

Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas .

conforme definido na cláusula 10(xviii).

Instrução da CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada.

conforme definido na cláusula 2ª.

conforme definido na cláusula 3.5 do Contrato de Cessão Fiduciária, anexo ao presente CDCA.

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

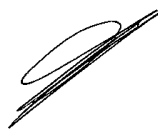
PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

"Lei 2.666"	Lei nº 2.666, de 06 de dezembro de 1955, conforme alterada.
"Lei 11.076"	Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada.
"Montante Devido"	conforme definido na cláusula 6ª.
"Nardini"	conforme definido no preâmbulo.
"Ônus" e o verbo correlato "Onerar"	quaisquer ônus, gravames, direitos e opções, compromisso à venda, outorga de opção, preferência ou prioridade, reais ou pessoais, e quaisquer feitos ajuizados, fundados em ações reais ou pessoais reipersecutórias, tributos (federais, estaduais ou municipais), de qualquer natureza, inclusive por atos involuntários.
"Pagamento Antecipado"	conforme definido na cláusula 7ª.
"Penhor Agrícola"	conforme definido na cláusula 8.1.
"Período de Capitalização"	conforme definido na cláusula 5.1.
"Pessoa"	qualquer pessoa natural, pessoa jurídica (de direito público ou privado), personificada ou não, condomínio, trust, veículo de investimento, comunhão de recursos ou qualquer organização que represente interesse comum, ou grupo de interesses comuns, inclusive previdência privada patrocinada por qualquer pessoa jurídica.
"Princípios do Equador"	conforme definido em http://www.equator-principles.com/resources/equator_principles_III.pdf .
"Produtos"	conforme definido na cláusula 8.1.
"Razão de Garantia dos Créditos Cedidos Fiduciariamente"	conforme definido na cláusula 8.2.1.
"Razão de Garantia dos Bens Empenhados"	conforme definido na cláusula 8.1.1.
"Reforço e Complementação de Garantia"	conforme definido na cláusula 8.3.
"Registradora"	conforme definido no preâmbulo.
"Remuneração"	conforme definido na cláusula 5ª.
"Reorganização Societária"	em relação a uma Pessoa, qualquer transformação, cisão, fusão, incorporação (de sociedades ou ações), integralização de capital (<i>drop down</i>), redução de capital ou qualquer outra forma de combinação de negócios, conforme definido na Deliberação CVM nº 665, de 2011.

REGISTRO DE IMÓVEIS
 MONTE ALTO - Est. São Paulo
 Microfilmado sob nº 410417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
 MICROFILME SOB Nº 27508


"Taxa Substitutiva"	conforme definido na cláusula 5.3.
"Termo de Securitização"	conforme definido na cláusula 2.5.
"Valor de Referência"	conforme definido na cláusula 3.5.1. do Contrato de Cessão Fiduciária, anexo ao presente CDCA.
"Valor Nominal"	conforme definido no preâmbulo.



REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

ANEXO II — DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO VINCULADOS AO CDCA (CONTRATO DE FORNECIMENTO)



REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº - 27508

DA#8592642 v43

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ETANOL ETÍLICO ANIDRO MODALIDADE
PVU E HIDRATADO CARBURANTE MODALIDADE - CIF**

COMPRADORA

01. Razão Social: **IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A**
02. Inscrição CNPJ/MF- Matriz: 33.337.122/0001-27
03. Endereço da Matriz: Rua Francisco Eugênio nº 329 - S. Cristóvão
04. Cidade: Rio de Janeiro
05. Estado: RJ
06. Endereço da Filial:
07. Cidade:
08. Estado:

FORNECEDORA

09. Razão Social: **NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA**
10. Inscrição CNPJ/MF: 48.708.267/0461-56
11. Endereço: Fazenda Vista Alegre s/nr. Km 2,5 Zona Rural
12. Cidade: Vista Alegre do Alto
13. Estado: SP
13. Razão Social: **APORÉ**
14. Inscrição CNPJ/MF: 48.708.267/0015-60
15. Endereço: ROD.GO184 KM133+760M-F.S.FRCO, S/N
16. Cidade: Aporé
13. Estado: GO

CONDIÇÕES

14. Quantidades Contratadas (mínimas anuais em litros): 174.000 sendo:
ETANOL Anidro: 54.000
ETANOL Hidratado: 120.000
15. Prazo Contratual: 06 anos

Pelo presente instrumento particular, as partes acima identificadas, representada neste ato pelos seus representantes legais abaixo assinados, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ETANOL ETÍLICO ANIDRO CARBURANTE - FOB e ETANOL ETÍLICO HIDRATADO CARBURANTE - CIF Paulínia/SP, doravante denominado PRODUTO, mediante as Cláusulas e Condições seguintes, que reciprocamente outorgam e aceitam:

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - ES. 05
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

CLÁUSULA PRIMEIRA – CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

As condições gerais contratadas são as seguintes:

PRODUTO	ETANOL ANIDRO E HIDRATADO
Volume Total	174.000 m³ de ETANOL SENDO: 54.000 m³ ETANOL ANIDRO E 120.000 m³ ETANOL HIDRATADO
Prazo	72 meses
Início	01 de MAIO de 2013
Final	30 de ABRIL de 2019
Modal de Transporte	PVU (USINA NARDINI) E CIF PAULÍNIA (USINA APORE)
Prazo de Pagamento	QUINZENAL + 5 dias
Precificação	PV = F * (E + D) + PIS/COFINS , sendo Prêmio de 1,25% sobre o ESALQ EH para o hidratado e Prêmio de 13% sobre o ESALQ Diário (Média Semanal "Fobilizada") para o anidro. Semanal, em volumes correspondentes ao mínimo de 20% e máximo de 30% do volume mensal para o etanol anidro e 25% (linear) para o etanol hidratado.
Fórmula de Preços	Negociação anual a ser definida (Bioagencia)
Entrega do Produto	Semanalmente, de acordo com os volumes precificados.
Observação	- Ao final do primeiro ano de contrato, as partes deverão rever as condições comerciais a serem praticadas no ano seguinte. - Os volumes mensais poderão sofrer alteração de + ou - 10%, a critério da COMPRADORA.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. A FORNECEDORA se compromete a fornecer à COMPRADORA, e esta se compromete a comprar o volume total de **174.000 m³** (cento e setenta e quatro mil metros cúbicos) sendo 54.000 m³ (cinquenta e quatro mil metros cúbicos) de **ETANOL ANIDRO**, e 120.000 m³ (cento e vinte mil metros cúbicos) de **ETANOL HIDRATADO** em lotes mensais definidos no item 3.1, e o volume total de adicionando-se e/ou subtraindo-se deste volume as variações previstas no item cláusula 2.3 e respeitando o disposto no item 2.7.

2.1.1 O presente contrato tem o volume mensal projetado para uma mistura de ETANOL Etílico Anidro Combustível à gasolina de 25% (vinte e cinco por cento), conforme legislação em vigor. Caso ocorra mudança na legislação superveniente, que reduza ou aumente o percentual de mistura de ETANOL Etílico Anidro Combustível na gasolina, o volume contratado poderá ser alterado, desde que seja acordada entre as partes, na mesma proporção a partir da data da alteração e para o período de validade do novo percentual.

2.2. O cumprimento deste CONTRATO se dará em 72 (setenta e duas) parcelas mensais, a serem entregues pela FORNECEDORA na condição PVU (Posto veículo Usina - transporte por conta da COMPRADORA) para o volume de etanol ANIDRO e CIF (BASE PAULÍNIA) para o ETANOL HIDRATADO, à temperatura de 20°C, adicionando-se e/ou subtraindo-se deste volume as variações previstas no item 2.3, em conformidade com a programação mensal descrita no item 3.1 e respeitando o disposto no item 2.7.

2.3. "O volume mensal de Produto especificado na cláusula 3.1, poderá sofrer variação, para mais ou para menos, de até 10% (dez por cento), a opção da COMPRADORA. Quando isto ocorrer, a COMPRADORA informará mensalmente a FORNECEDORA sua opção.

REGISTRO DE FÓRTELS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

2.4. Semanalmente, até o último dia de cada semana, a COMPRADORA informará à FORNECEDORA a alocação dos volumes por base de destino e distribuidora para a semana seguinte de acordo com os volumes precificados e alocados.

2.5. Dentro do volume mensal contratado, poderá a COMPRADORA designar volumes, parcial ou totalmente, para qualquer integrante do seu grupo econômico, desde que tenha base de descarga em Paulínia-SP e faça a recepção do produto pelo modal ferroviário.

2.6. Qualquer alteração na programação acima no decorrer das entregas do mês será comunicada pela COMPRADORA à FORNECEDORA com antecedência mínima de 02 (dois) dias.

2.7. A cada 12 (doze) meses as partes deverão rever, de comum acordo, o volume mensal de PRODUTO e demais condições comerciais constantes deste instrumento. Isto ocorrendo, estas novas condições deverão ser formalizadas e terão validade a partir de 01 de Maio de 2014, 01 de Maio de 2015, 01 de Maio de 2016, 01 de Maio de 2017 e 01 de Maio de 2018, respectivamente, para cada ano do CONTRATO.

CLÁUSULA TERCEIRA – PROGRAMAÇÃO MENSAL DE RETIRADA DO PRODUTO

3.1 A programação mensal para a entrega do PRODUTO pela FORNECEDORA (m3/mês) será de acordo com a tabela abaixo:

Mês	Anidro (m³)		Hidratado (CIF) (m³)		GERAL
	Usina Nardini		Usina Aporé		
	MENSAL	TOTAL	MENSAL	TOTAL	
mai/13	1.700	1.700	0	0	1.700
jun/13	1.700	1.700	0	0	1.700
jul/13	1.700	1.700	0	0	1.700
ago/13	1.700	1.700	0	0	1.700
set/13	1.700	1.700	0	0	1.700
out/13	1.700	1.700	0	0	1.700
nov/13	2.300	2.300	0	0	2.300
dez/13	2.300	2.300	0	0	2.300
jan/14	2.300	2.300	0	0	2.300
fev/14	2.300	2.300	0	0	2.300
mar/14	2.300	2.300	0	0	2.300
abr/14	2.300	2.300	0	0	2.300
mai/14	2.500	2.500	0	0	2.500
jun/14	2.500	2.500	0	0	2.500
jul/14	2.500	2.500	0	0	2.500
ago/14	2.500	2.500	0	0	2.500
set/14	2.500	2.500	0	0	2.500
out/14	2.500	2.500	0	0	2.500
nov/14	2.500	2.500	0	0	2.500

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

dez/14	2.500	2.500	0	0	2.500
jan/15	2.500	2.500	0	0	2.500
fev/15	2.500	2.500	0	0	2.500
mar/15	2.500	2.500	0	0	2.500
abr/15	2.500	2.500	0	0	2.500
mai/15	0	0	2.500	2.500	2.500
jun/15	0	0	2.500	2.500	2.500
jul/15	0	0	2.500	2.500	2.500
ago/15	0	0	2.500	2.500	2.500
set/15	0	0	2.500	2.500	2.500
out/15	0	0	2.500	2.500	2.500
nov/15	0	0	2.500	2.500	2.500
dez/15	0	0	2.500	2.500	2.500
jan/16	0	0	2.500	2.500	2.500
fev/16	0	0	2.500	2.500	2.500
mar/16	0	0	2.500	2.500	2.500
abr/16	0	0	2.500	2.500	2.500
mai/16	0	0	2.500	2.500	2.500
jun/16	0	0	2.500	2.500	2.500
jul/16	0	0	2.500	2.500	2.500
ago/16	0	0	2.500	2.500	2.500
set/16	0	0	2.500	2.500	2.500
out/16	0	0	2.500	2.500	2.500
nov/16	0	0	2.500	2.500	2.500
dez/16	0	0	2.500	2.500	2.500
jan/17	0	0	2.500	2.500	2.500
fev/17	0	0	2.500	2.500	2.500
mar/17	0	0	2.500	2.500	2.500
abr/17	0	0	2.500	2.500	2.500
mai/17	0	0	2.500	2.500	2.500
jun/17	0	0	2.500	2.500	2.500
jul/17	0	0	2.500	2.500	2.500
ago/17	0	0	2.500	2.500	2.500
set/17	0	0	2.500	2.500	2.500
out/17	0	0	2.500	2.500	2.500
nov/17	0	0	2.500	2.500	2.500
dez/17	0	0	2.500	2.500	2.500
jan/18	0	0	2.500	2.500	2.500
fev/18	0	0	2.500	2.500	2.500
mar/18	0	0	2.500	2.500	2.500
abr/18	0	0	2.500	2.500	2.500
mai/18	0	0	2.500	2.500	2.500
jun/18	0	0	2.500	2.500	2.500

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
27508
MICROFILME SOB Nº

jul/18	0	0	2.500	2.500	2.500
ago/18	0	0	2.500	2.500	2.500
set/18	0	0	2.500	2.500	2.500
out/18	0	0	2.500	2.500	2.500
nov/18	0	0	2.500	2.500	2.500
dez/18	0	0	2.500	2.500	2.500
jan/19	0	0	2.500	2.500	2.500
fev/19	0	0	2.500	2.500	2.500
mar/19	0	0	2.500	2.500	2.500
abr/19	0	0	2.500	2.500	2.500
TOTAL	54.000	54.000	120.000	120.000	174.000

3.2 O volume alocado em cada semana, de acordo com os limites estabelecidos no item 6.2, será disponibilizado pela FORNECEDORA integralmente para retirada a partir do primeiro dia útil de cada semana.

3.3 A retirada será efetuada de acordo com a programação diária definida pela COMPRADORA.

3.4 As entregas no modal CIF serão todas entregues na base da COMPRADORA em PAULÍNIA-SP, conforme convencionado entre as PARTES.

CLÁUSULA QUARTA – RESPONSABILIDADE DA FORNECEDORA

Constituem responsabilidades da FORNECEDORA:

4.1 A FORNECEDORA se responsabiliza pela especificação do PRODUTO vendido, conforme estabelecido pelo órgão regulamentador oficial - ANP, ou outro que o substitua, obrigando-se a cada carregamento, anexar à respectiva Nota Fiscal, cópia do Certificado de Análise do tanque expedidor do PRODUTO vendido.

4.1.1 Sem prejuízo da responsabilidade da FORNECEDORA acima definida, a COMPRADORA deverá realizar testes no PRODUTO adquirido. Sendo constatada a inadequação do PRODUTO quanto às especificações contratadas, a FORNECEDORA obriga-se a receber a devolução do mesmo, bem como a fornecer igual volume do produto devolvido, sem qualquer custo adicional para a COMPRADORA. Caso seja constatada a responsabilidade da FORNECEDORA pela inadequação do produto, esta se compromete a reembolsar à COMPRADORA as despesas e indenizações incorridas por esse fato, inclusive frete e demais despesas decorrentes do transporte.

4.2 Além das demais responsabilidades expressamente previstas neste instrumento, a FORNECEDORA obriga-se quando da entrega no modal CIF, em todas as hipóteses, expressas ou não, em relação à frota ou terceirizada, seus empregados, prepostos ou contratados, a:

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110419

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

- 4.2.1 Planejar, conduzir e executar o fornecimento e efetiva entrega do PRODUTO, com integral observância às disposições deste Contrato, obedecendo rigorosamente aos prazos contratuais, especificações técnicas, Regulamento para o transporte de Produtos Perigosos, à legislação ambiental, de segurança do trabalho, bem como qualquer outra aplicável ao objeto ora contratado.
- 4.2.2 4.2.2. Entregar o PRODUTO no local indicado nos documentos fiscais, dentro dos prazos estabelecidos entre as Partes.
- 4.2.3 4.2.3. Adotar as medidas necessárias visando evitar danos ao meio ambiente, comunicando à COMPRADORA, assim como às autoridades governamentais competentes, eventual acidente com o PRODUTO, inclusive durante o transporte até a localidade indicada pela COMPRADORA, bem como de qualquer incidente que resulte na perda de produto ou na contaminação do meio ambiente, imediatamente após a sua ocorrência, tomando todas as providências necessárias à sua rápida e eficiente reparação.
- 4.2.4 Apresentar, sempre que solicitada, toda a documentação legal relativa ao PRODUTO, devendo, ainda, dar imediata ciência à COMPRADORA do recebimento de qualquer autuação administrativa contra esta, sob pena de não o fazendo, responder pelo pagamento das penalidades decorrentes, se obrigado desde logo descontar os valores eventualmente devidos a esse título efetuando as necessárias compensações no encontro de conta balanço mensal, considerando-se, inclusive, para este fim, os possíveis créditos oriundos de outros instrumentos contratuais mantidos entre as partes.
- 4.2.5 Responder por qualquer espécie de sanções que, eventualmente venham a ser aplicadas a COMPRADORA, em decorrência na inobservância, pela FORNECEDORA, das normas legais e/ou administrativas pertinentes, se obrigando desde logo a descontar os valores eventualmente devido a este título, efetuando as necessárias compensações de conta/balanço mensal considerando-se inclusive para este fim, os possíveis créditos oriundos de outros instrumentos contratuais mantidos entre as partes.
- 4.2.6 Preservar a quantidade e qualidade do PRODUTO, durante o seu transporte e até a efetiva entrega do local de destino indicado pela compradora, ficando inteiramente responsável por qualquer fraude, adulteração ou perda até o seu destino.
- 4.2.7 Manter, às suas expensas, devidamente atualizados, os registros obrigatórios nos Órgãos Públicos e observar estritamente qualquer norma emanada ou que venda a ser emanada pelas Autoridades Públicas Federais, Estaduais ou Municipais.
- 4.3 A FORNECEDORA se responsabiliza desde que devidamente comprovada sua culpa, pelo ressarcimento de danos causados à COMPRADORA e a terceiros, decorrente de incêndio, explosão e abaloamentos, vem como pelos danos causados ao meio ambiente decorrentes da execução indevida do fornecimento ora contratado. No caso em que a culpa da FORNECEDORA ficar efetivamente comprovada, a FORNECEDORA arcará com o pagamento de todas e quaisquer despesas, incluindo multas, decorrentes da inobservância da legislação ambiental aplicável, em especial a Lei 9605 de 13/02/98 (Lei de Crimes Ambientais) sem direito de reembolso ou regresso contra a COMPRADORA.

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

4.4 A FORNECEDORA se obriga sob as penas previstas neste instrumento, a respeitar e obedecer, integralmente todas as normas e exigências legais, necessários a proteção na integridade física e da saúde de seus empregados, da COMPRADORA e de terceiros, bem como efetuar o fornecimento e entrega do PRODUTO a serem prestados de forma a evitar quaisquer danos e /ou agressões ao meio ambiente. A inobservância ou o não cumprimento destas condições implicará na adoção pela COMPRADORA, de acordo com a gravidade da transgressão, suspensão imediata do objeto do Contrato até a efetiva solução das irregularidades contratadas, correndo os custos decorrentes da paralisação por conta exclusiva da FORNECEDORA.

4.5 É responsabilidade da FORNECEDORA, treinar e manter equipes, próprias ou terceirizadas, e equipamentos capazes de, em caso de emergência, adotar ações de caráter preventivo e/ou corretivo que a situação demandar.

4.6 É responsabilidade da FORNECEDORA, investigar em prazo hábil por seus próprios meios e recursos, todas as ocorrências (acidentes/incidentes) que por ventura envolva os equipamentos e pessoas a seu serviço. Todos os custos decorrentes das investigações de acidentes/incidentes que vierem a ser realizados pela FORNECEDORA, com envolvimento de veículos de propriedade desta ou por ela subcontratados será de total responsabilidade da FORNECEDORA, a quem incumbirá ainda, disponibilizar a COMPRADORA todos os resultados das investigações desenvolvidas, adotando medidas e procedimentos preventivos que inibam novas ocorrências, acordados com a COMPRADORA, sem ônus ao Contrato em vigor.

4.7 No caso de acidentes ou defeitos mecânicos que impliquem em interrupção da viagem e no consequente atraso no carregamento ou descarga do PRODUTO, a ocorrência deverá ser comunicada à COMPRADORA pela FORNECEDORA, sendo de exclusiva responsabilidade dessa última providenciar alternativa para o transporte, de modo a minimizar o atraso resultante desta ocorrência.

4.8 É de responsabilidade da FORNECEDORA, responder civil e criminalmente, seja através de seus prepostos, empregados ou agregados, autônomos vinculados a ela, por todos os danos causados ao meio ambiente e observar as disposições de qualquer legislação em âmbito Federal, Estadual ou Municipal, devendo desenvolver esforços no sentido de minimizar as consequências decorrentes de sinistros que venham a causar danos ou prejuízos ao meio ambiente, tomando as providências que se façam necessárias, respondendo perante a COMPRADORA, as autorizadas Públicas e terceiros prejudicados, reconhecendo desde já, a insistência de qualquer responsabilidade da FORNECEDORA relativamente aos sinistros e suas consequências.

CLÁUSULA QUINTA – RESPONSABILIDADE DA COMPRADORA

Constituem responsabilidades da COMPRADORA:

5.1 Comunicar a FORNECEDORA, por qualquer meio de comunicação e em tempo hábil, quaisquer instruções ou procedimentos a adotar sobre assuntos relacionados ao Contrato.

5.2 Efetuar os pagamentos dos preços estipulados neste contrato, dentro do prazo avançado.

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508



5.3 No caso da entrega MODAL CIF:

- 5.3.1 Os produtos serão entregues pela FORNECEDORA na base de PAULÍNIA da COMPRADORA, via Ferroviária, correndo por conta exclusiva da FORNECEDORA a responsabilidade e os custos pelo seu transporte, sendo que a COMPRADORA se responsabiliza pela descarga dos vagões num prazo máximo de 24 horas (após entrarem nas instalações da mesma para descarga), a partir disto irá contar estadia, conforme rege a cláusula oitava.
- 5.3.2 A partir da entrega dos produtos na base de PAULÍNIA da COMPRADORA, a FORNECEDORA ficará isenta de todas e quaisquer responsabilidades por acidentes/incidentes e quaisquer outros eventos que porventura ocorram, vem como pelos consequentes danos à COMPRADORA, ao meio ambiente e a quaisquer terceiros.
- 5.3.3 No caso de qualquer ocorrência conforme indicado nos itens 5.3.1 e 5.3.2, acima, a COMPRADORA deverá assumir a responsabilidade pelos danos porventura verificados e proteger a imagem da FORNECEDORA perante a administração pública e perante a sociedade civil em geral.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

- 6.1.1 Os preços de venda para as entregas dos produtos, com base nas legislações vigentes, seguirão as seguintes precificações:
- 6.1.1 O preço do Etanol Anidro, faturado na modalidade FOB ou PVU (Posto Veículo Usina - transporte por conta da COMPRADORA), à temperatura de 20°C, será obtido com base na fórmula abaixo:

$$PV = F * (E + D) + PIS/COFINS$$

PV= Preço de venda FOB para o ETANOL Anidro.

E = Média Semanal do indicador Diário do Etanol Hidratado ESALQ/BM&F Bovespa posto Paulínia/SP, anterior a semana de precificação.

D = Diferencial de Logístico ("Fobilização") a ser aplicado: - R\$ 48,00 / m³.

F = Fator correspondente ao prêmio sobre a média semanal do indicador Diário do Etanol Hidratado ESALQ/BM&F Bovespa posto Paulínia/SP definido na cláusula 6.1.1.1.

6.1.1.1 O fator de multiplicação correspondente ao Prêmio (F) sobre a parcela da fórmula "(E + D)", a ser aplicado, é o seguinte:

Usina	Produto	PRÊMIO sobre a Parcela "(E+D)"	Fator (F)
NARDINI SP	Anidro	13 %	1,13

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 140417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

6.1.2 O preço do etanol Hidratado, faturado na modalidade CIF (Transporte por conta da FORNECEDORA), à temperatura de 20°C, será obtido com base na fórmula abaixo:

$$PV = F * (E) + PIS/COFINS + ICMS$$

onde:

PV = Preço de venda CIF para o Etanol HIDRATADO;

E = Índice ESALQ-SP semanal divulgado nas datas indicadas no item 6.4 para o Etanol HIDRATADO.

F = Fator correspondente ao prêmio sobre o Índice ESALQ-SP, definido na cláusula 6.1.3.

6.1.2.1 Os fatores de prêmio sobre o índice ESALQ-SP a ser aplicado na fórmula acima são os seguintes:

Usina	Produto	Modalidade	Prêmio sobre Esalq-SP	Fator (F)
APORE	Hidratado	CIF-PAULINIA/SP	1,25 %	1,0125

6.2 A precificação do volume mensal para o ETANOL ANIDRO será feita em lotes semanais correspondentes ao mínimo de 20 % (vinte por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do volume mensal e a precificação do volume mensal para o ETANOL HIDRATADO será feita em lotes semanais lineares, ou seja, 25% (vinte e cinco por cento) do volume mensal, a critério da COMPRADORA. No ETANOL HIDRATADO e ETANOL ANIDRO serão utilizadas a ESALQ-SP/FOB semanal e a média semanal da ESALQ CIF diária ("Fobilizada") nas datas prevista no item 6.4.

6.3 O volume mensal estará disponível para retirada a partir do dia 01 de cada mês. A programação de retiradas (cadência) será feita a critério da COMPRADORA, podendo esta optar pela antecipação ou postergação da retirada do volume dentro do mês, quando lhe for conveniente, limitado aos percentuais estabelecidos no item 6.2 acima.

6.4 O preço definido para cada lote semanal será praticado para todo o volume precificado na semana, independente da data de faturamento e entrega do PRODUTO. A precificação será feita utilizando o Índice ESALQ-SP divulgado nas datas abaixo, respeitando os itens 6.2 e 6.3 acima:

	1A. SEMANA	2A. SEMANA	3A. SEMANA	4A. SEMANA	Variação Semanal Anidro PVU	Variação Semanal Hidratada CIF
mai/13	26/04/2013	03/05/2013	10/05/2013	17/05/2013	20% mínimo - 30% máximo	
jun/13	31/05/2013	07/06/2013	14/06/2013	21/06/2013	20% mínimo - 30% máximo	
jul/13	28/06/2013	05/07/2013	12/07/2013	19/07/2013	20% mínimo - 30% máximo	
ago/13	25/07/2013	02/08/2013	09/08/2013	16/08/2013	20% mínimo - 30% máximo	
set/13	30/08/2013	06/09/2013	13/09/2013	20/09/2013	20% mínimo - 30% máximo	
out/13	27/09/2013	04/10/2013	11/10/2013	18/10/2013	20% mínimo - 30% máximo	
nov/13	25/10/2013	01/11/2013	08/11/2013	15/11/2013	20% mínimo - 30% máximo	
dez/13	29/11/2013	06/12/2013	13/12/2013	20/12/2013	20% mínimo - 30% máximo	
jan/14	27/12/2013	03/01/2014	10/01/2014	17/01/2014	20% mínimo - 30% máximo	

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilme sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

fev/14	31/01/2014	07/02/2014	14/02/2014	21/02/2014	20% mínimo - 30% máximo	
mar/14	28/02/2014	07/03/2014	14/03/2014	21/03/2014	20% mínimo - 30% máximo	
abr/14	28/03/2014	04/04/2014	11/04/2014	18/04/2014	20% mínimo - 30% máximo	
mai/14	25/04/2014	02/05/2014	09/05/2014	16/05/2014	20% mínimo - 30% máximo	
jun/14	30/05/2014	06/06/2014	13/06/2014	20/06/2014	20% mínimo - 30% máximo	
jul/14	27/06/2014	04/07/2014	11/07/2014	18/07/2014	20% mínimo - 30% máximo	
ago/14	25/07/2014	01/08/2014	08/08/2014	15/08/2014	20% mínimo - 30% máximo	
set/14	29/08/2014	05/09/2014	12/09/2014	19/09/2014	20% mínimo - 30% máximo	
out/14	26/09/2014	03/10/2014	10/10/2014	17/10/2014	20% mínimo - 30% máximo	
nov/14	31/10/2014	07/11/2014	14/11/2014	21/11/2014	20% mínimo - 30% máximo	
dez/14	28/11/2014	05/12/2014	12/12/2014	19/12/2014	20% mínimo - 30% máximo	
jan/15	26/12/2014	02/01/2015	09/01/2015	16/01/2015	20% mínimo - 30% máximo	
fev/15	30/01/2015	06/02/2015	13/02/2015	20/02/2015	20% mínimo - 30% máximo	
mar/15	27/02/2015	06/03/2015	13/03/2015	20/03/2015	20% mínimo - 30% máximo	
abr/15	27/03/2015	03/04/2015	10/04/2015	17/04/2015	20% mínimo - 30% máximo	
mai/15	24/04/2015	01/05/2015	08/05/2015	15/05/2015		25% linear
jun/15	29/05/2015	05/06/2015	12/06/2015	19/06/2015		25% linear
jul/15	26/06/2015	03/07/2015	10/07/2015	17/07/2015		25% linear
ago/15	31/07/2015	07/08/2015	14/08/2015	21/08/2015		25% linear
set/15	28/08/2015	04/09/2015	11/09/2015	18/09/2015		25% linear
out/15	25/09/2015	02/10/2015	09/10/2015	16/10/2015		25% linear
nov/15	30/10/2015	06/11/2015	13/11/2015	20/11/2015		25% linear
dez/15	27/11/2015	04/12/2015	11/12/2015	18/12/2015		25% linear
jan/16	24/12/2015	31/12/2015	08/01/2016	15/01/2016		25% linear
fev/16	29/01/2016	05/02/2016	12/02/2016	19/02/2016		25% linear
mar/16	29/02/2016	27/02/2016	05/03/2016	12/03/2016		25% linear
abr/16	25/03/2016	01/04/2016	08/04/2016	15/04/2016		25% linear
mai/16	29/04/2016	06/05/2016	13/05/2016	20/05/2016		25% linear
jun/16	27/05/2016	03/06/2016	10/06/2016	17/06/2016		25% linear
jul/16	24/06/2016	01/07/2016	08/07/2016	15/07/2016		25% linear
ago/16	29/07/2016	05/08/2016	12/08/2016	19/08/2016		25% linear
set/16	26/08/2016	02/09/2016	09/09/2016	16/09/2016		25% linear
out/16	30/09/2016	07/10/2016	14/10/2016	21/10/2016		25% linear
nov/16	28/10/2016	04/11/2016	11/11/2016	18/11/2016		25% linear
dez/16	25/11/2016	02/12/2016	09/12/2016	16/12/2016		25% linear
jan/17	30/12/2016	06/01/2017	13/01/2017	20/01/2017		25% linear
fev/17	27/01/2017	03/02/2017	10/02/2017	17/02/2017		25% linear
mar/17	24/02/2017	03/03/2017	10/03/2017	17/03/2017		25% linear
abr/17	31/03/2017	07/04/2017	14/04/2017	21/04/2017		25% linear
mai/17	28/04/2017	05/05/2017	12/05/2017	19/05/2017		25% linear
jun/17	26/05/2017	02/06/2017	09/06/2017	16/06/2017		25% linear
jul/17	30/06/2017	07/07/2017	14/07/2017	21/07/2017		25% linear
ago/17	28/07/2017	04/08/2017	11/08/2017	18/08/2017		25% linear

REGISTRO DE INÓFIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilme cob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

set/17	25/08/2017	01/09/2017	08/09/2017	15/09/2017	25% linear
out/17	29/09/2017	06/10/2017	13/10/2017	20/10/2017	25% linear
nov/17	27/10/2017	03/11/2017	10/11/2017	17/11/2017	25% linear
dez/17	24/11/2017	01/12/2017	08/12/2017	15/12/2017	25% linear
jan/18	29/12/2017	05/01/2018	12/01/2018	19/01/2018	25% linear
fev/18	26/01/2018	02/02/2018	09/02/2018	16/02/2018	25% linear
mar/18	23/02/2018	02/03/2018	09/03/2018	16/03/2018	25% linear
abr/18	30/03/2018	06/04/2018	13/04/2018	20/04/2018	25% linear
mai/18	27/04/2018	04/05/2018	11/05/2018	18/05/2018	25% linear
jun/18	25/05/2018	01/06/2018	08/06/2018	15/06/2018	25% linear
jul/18	29/06/2018	06/07/2018	13/07/2018	20/07/2018	25% linear
ago/18	27/07/2018	03/08/2018	10/08/2018	17/08/2018	25% linear
set/18	31/08/2018	07/09/2018	14/09/2018	21/09/2018	25% linear
out/18	28/09/2018	05/10/2018	12/10/2018	19/10/2018	25% linear
nov/18	26/10/2018	02/11/2018	09/11/2018	16/11/2018	25% linear
dez/18	30/11/2018	07/12/2018	14/12/2018	21/12/2018	25% linear
jan/19	28/12/2018	04/01/2019	11/01/2019	18/01/2019	25% linear
fev/19	25/01/2019	01/02/2019	08/02/2019	15/02/2019	25% linear
mar/19	22/02/2019	01/03/2019	08/03/2019	15/03/2019	25% linear
abr/19	29/03/2019	05/04/2019	12/04/2019	19/04/2019	25% linear

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Esp. São Paulo
Microfilmado sob nº **110417**

- 6.5 Caso ocorra alteração na legislação tributária que venha a afetar a utilização da fórmula prevista para apuração do preço, as partes concordam elaborar um termo aditivo a fim de determinar uma nova fórmula, não sendo devido nenhum ajuste posterior.
- 6.6 Caso o Índice ESALQ-SP venha a ser extinto ou deixe de refletir as condições de mercado do Estado de São Paulo, as partes de comum acordo definirão através de termo aditivo ao presente contrato a aplicação de novo critério.
- 6.7 Cada parte é responsável pelo recolhimento dos tributos derivados deste Contrato, na condição de contribuinte, como definido na legislação. A COMPRADORA, na condição de fonte pagadora de rendimentos, efetuará todas as retenções de fonte, de conformidade com as disposições legais vigentes.
- 6.8 A fim de viabilizar a retirada dos saldos de pedidos alocados semanalmente pela COMPRADORA para cada uma de suas bases de distribuição, está previsto o carregamento de um volume adicional ao pedido, a título de "complemento de carro-tanque". Neste caso, serão obedecidas as mesmas condições comerciais do pedido que esteja sendo complementado (preço e prazo de pagamento), volume este limitado a no máximo 15 (quinze) metros cúbicos.
- 6.9 A FORNECEDORA poderá faturar antecipadamente os saldos dos volumes semanais precificados e não retirados pela COMPRADORA até o último dia da semana, desde que não tenha sido por culpa da FORNECEDORA.

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
27508
MICROFILME SOB Nº

CLÁUSULA SÉTIMA - EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

7.1 Na hipótese da ocorrência de fatos supervenientes à data de celebração deste Contrato que resultem no seu desequilíbrio econômico-financeiro, obrigam-se as Partes, desde já, a repactuarem os termos do presente Contrato, objetivando a restauração de seu equilíbrio econômico-financeiro.

7.2 A obrigação de repactuação mencionada acima será regida pelos seguintes termos:

a) parâmetros: o parâmetro básico da negociação é a manutenção dos preços em moeda nacional do PRODUTO fornecido, de maneira tal que esses preços acompanhem os preços praticados pela COMPRADORA no ano em questão;

b) prazo: verificada, por qualquer das partes, a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, estas reunir-se-ão, em prazo não superior a cinco dias úteis, contados do recebimento do pedido por escrito de reunião, para, em prazo não superior a cinco dias úteis, repactuarem os preços praticados. Caso não cheguem a um acordo, o presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, a critério da COMPRADORA, ocasião em que serão apuradas e cumpridas as eventuais pendências existentes, para quitação final pelas partes.

CLÁUSULA OITAVA – FORMA DE ENTREGA, ESTADIA E ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

8.1 O PRODUTO Etanol Anidro Carburante deverá ser retirado a granel, na condição FOB (transporte por conta da COMPRADORA), conforme programação mensal constante na cláusula três no caso da USINA NARDINI na cidade de Vista Alegre do Alto – SP. O PRODUTO Etanol Hidratado Carburante deverá ser entregue, na condição CIF (transporte por conta da FORNECEDORA) – via Ferrovia em Paulínia - SP, conforme programação mensal constante na cláusula três através da unidade de Aporé – GO, esta entrega ocorrerá a partir de maio/15, caso esta unidade industrial não entre em operação até esta data, o volume desta será entregue através da unidade de Vista Alegre do Alto – SP (Etanol Anidro Carburante) na condição FOB, até que a unidade de Aporé – GO informe quando iniciará o fornecimento.

8.1.1 A FORNECEDORA disponibilizará seu carregamento de segunda a sexta-feira, de 07h30min as 17h00min.

8.1.2 Respeitada a programação prevista no item 3.1, a FORNECEDORA se compromete a entregar semanalmente todo o volume precificado na condição FOB e na condição CIF PAULÍNIA/SP. A antecipação das retiradas do volume FOB e CIF só será permitida mediante concordância prévia da FORNECEDORA.

8.1.3 Para o fornecimento CIF através do transporte ferroviário, será cobrada a estadia a partir de 24 (vinte e quatro) horas após o encoste dos vagões na base de descarga em Paulínia - SP, o valor da estadia a ser cobrado será de R\$ 40,00 (quarenta reais) por hora por vagão.

8.2 Não obstante o ora disposto, durante a vigência do presente Contrato, a programação de fornecimento – incluindo o volume mensal, periodicidade e local de entrega – poderá ser alterada, a qualquer tempo, mediante acordo entre as partes, o qual poderá ser efetivado através de emails, fax e/ou correspondências entre as partes, desde que acompanhadas

REGISTRO DE MICROFILMES
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

de respectivo aceite, ambos efetivados por responsáveis aptos e legitimados de poderes para efetuar tais alterações.

8.3 A FORNECEDORA garantirá o carregamento dos volumes semanais precificados dentro da semana, impreterivelmente. Caso ocorra algum problema na entrega ferroviária, a FORNECEDORA efetuará a entrega via modal rodoviário, sem que haja custo adicional, garantindo o carregamento dentro da semana precificada.

CLÁUSULA NONA – PRAZOS

9.1 O presente Contrato vigorará de 01 de maio de 2013 a 30 de abril de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 A FORNECEDORA emitirá documentação hábil para cobrança, em conformidade com a legislação vigente a submeterá à COMPRADORA, em até no máximo 5 (cinco) dias da data do Faturamento, e será encaminhado via correio ou email para o endereço abaixo:

Departamento de Contas a Pagar
Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 1343 – 8º Andar – Bela Vista
São Paulo – SP
CEP 01.317-910
At.: Sérgio Buzzo
Tel.: (11) 3177-6069
E-mail (1): sbuzzo@ultra.com.br
E-mail (2): petro.usinas@ultra.com.br

10.2 Os pagamentos serão efetuados pela COMPRADORA mediante crédito na conta corrente da FORNECEDORA, sendo para todos os fins o comprovante do banco considerado como prova de pagamento e quitação da obrigação atribuída à COMPRADORA. A forma de pagamento aqui estipulada não poderá ser alterada, senão por expresse consentimento das Partes.

10.3 O faturamento corresponderá aos volumes carregados nas instalações da FORNECEDORA, no respectivo período, respeitando o previsto no item 6.9.

10.4 O prazo de pagamento a ser praticado será quinzenal mais 5 (cinco) dias, considerando para este fim a data de carregamento do produto na FORNECEDORA, que será igual à data de emissão das notas fiscais correspondentes, ou a data de emissão da nota de faturamento antecipado previsto no item 6.9.

10.5 Desde que as notas fiscais, faturas e os documentos que as acompanham estejam em conformidade com o Contrato, a COMPRADORA efetuará o pagamento na forma e no prazo estipulado no item 10.4.

10.6 Caso sejam verificados, pela COMPRADORA, erros, falhas ou divergências nos documentos referidos nesta cláusula, o prazo estipulado no item 10.4 ficará suspenso até a data de regularização da situação pela FORNECEDORA, não incidindo qualquer atualização ou acréscimo nos valores faturados.

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

10.7 Constatadas pela COMPRADORA quaisquer irregularidades em faturas já pagas, esta notificará a FORNECEDORA informando o valor pago indevidamente e optará pelo desconto deste valor no próximo pagamento ou o seu recolhimento pela FORNECEDORA no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de recebimento da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, a critério da parte inocente, mediante simples comunicação por escrito em quaisquer dos seguintes casos:

- a) Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requeridas ou homologadas;
- b) Descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;
- c) Atrasos na execução do objeto do contrato, por culpa da FORNECEDORA sem justificativa aceita pela COMPRADORA;
- d) O não pagamento por parte da COMPRADORA, injustificado, por período superior a 60 (sessenta) dias;
- e) Interrupção do fornecimento do PRODUTO pela ocorrência de caso fortuito ou de força maior por mais de 60 (sessenta) dias corridos, hipótese em que a COMPRADORA pagará a FORNECEDORA apenas a importância correspondente ao volume total de PRODUTO efetivamente fornecido.
- f) Na hipótese de se constatar a ocorrência das condutas previstas na Cláusula Décima Sétima.

11.2 Nas hipóteses previstas nas letras "b" e "e" acima, a COMPRADORA poderá, caso não exerça o seu direito de rescindir o Contrato, sustar o pagamento de faturas pendentes, até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - MULTAS

12.1 A infração de qualquer cláusula deste Contrato, excetuando a referente ao pagamento do preço que se sujeita somente a multa prevista no item 12.2, sujeitará a parte inadimplente, independentemente de outras sanções contratuais, ao pagamento de uma multa penal compensatória correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor equivalente ao somatório dos 6 (seis) últimos faturamentos mensais pagos pela COMPRADORA.

12.2 A multa para não pagamento do preço no vencimento previsto neste Contrato, sujeitará a COMPRADORA à multa de 2% sobre o valor devido.

14

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 13.1 Este Contrato só poderá sofrer alteração, em qualquer de suas Cláusulas, mediante a celebração, por escrito, de termo aditivo contratual, ressalvadas as hipóteses expressamente permitidas nos termos e limites indicados no item 8.2.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO OU CESSÃO DO CONTRATO

- 14.1 As partes não poderão, no todo ou em parte, subcontratar suas obrigações ou ceder a terceiros o presente Contrato, sem a prévia e escrita autorização da outra, exceto a COMPRADORA, que poderá ceder o presente a qualquer empresa do mesmo grupo econômico desta.

- 14.1.1A autorização de subcontratação concedida, não eximirá a parte que irá subcontratar da responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – NOVAÇÃO

- 15.1 Qualquer omissão ou tolerância pelas partes na exigência do correto e pontual cumprimento dos termos e condições, específicas ou genéricas, constantes deste instrumento, ou no exercício de qualquer prerrogativa dele decorrente, não constituirá renúncia, desistência ou novação, nem afetará o direito de qualquer das Partes de exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO

- 16.1 Nenhuma das Partes será responsável perante a outra pela inobservância de qualquer cláusula ou disposição deste Contrato, se tal inobservância for atribuível a Força Maior ou a Caso Fortuito.

- 16.1.1 Na ocorrência de Força Maior ou Caso Fortuito, deverá a parte afetada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do fato, dar à outra parte ciência do evento, comprovado documentalmente, quando for o caso, a sua ocorrência, bem assim o seu reflexo direto ou indireto, sobre o fornecimento, cumprirá, ainda, à parte afetada, ao ensejo, avaliar a influência que o fato exercerá sobre o fornecimento, mantendo a outra parte devidamente informada.

- 16.2 As partes decidirão de comum acordo, a eventual prorrogação do prazo contratual, em razão da ocorrência da Força Maior ou do Caso Fortuito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1 A FORNECEDORA declara que se encontra em conformidade com os Pactos Internacionais do Trabalho e as leis do país, obrigando-se a não utilizar: (i) trabalho forçado e compulsório, (ii) mão de obra em condição análoga a de escravo e (iii) mão de obra infantil, (iv) negociações coletivas nas atividades relacionadas com a execução deste instrumento contratual.

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

17.2 A FORNECEDORA se compromete a não realizar qualquer tipo de ato discriminatório, tutelando a dignidade da pessoa humana e respeitando as normas constitucionais vigentes do país, observando, sempre que possível, a diversidade na contratação.

17.3 A FORNECEDORA declara colibir qualquer forma de assédio com relação aos seus funcionários e prestadores de serviços.

17.4 A FORNECEDORA se obriga a cumprir as leis em vigor no Brasil, inclusive aquelas relativas à saúde ocupacional, à segurança e ao trabalho, além de atender a legislação e as boas práticas ambientais, com a finalidade de minimizar riscos e reduzir impactos ambientais.

17.5 Se a COMPRADORA vier a sofrer alguma sanção, em virtude do descumprimento pela FORNECEDORA das disposições contidas nos itens anteriores, a FORNECEDORA será descredenciada pela COMPRADORA, sem prejuízo das eventuais perdas e danos que se apurarem.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro, que será competente para dirimir eventuais questões decorrentes do cumprimento deste Contrato, renunciando as Partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por se acharem justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, em caráter irrevogável e irretroatável, obrigando-se por si e seus sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2013.

RICARDO NARDINI
Diretor
CPF: 049.597.638-50
NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA
Jardim
CPF: 615.474.588-91

FLÁVIO JACOCIUNAS
Ger. Divisão
Suprimentos e Logística
1º OFÍCIO

FLÁVIO JACOCIUNAS
Ger. Divisão
Suprimentos e Logística

IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A
Filipe S. R. Cunha
Gerente de Biocombustíveis

Testemunhas:

Nome: **Luiz Roberto Alves**
CPF: 014.334.557-55

Nome: **Vanderlei Adauto Coetano**
CPF: 21.101.904
RG: 21.101.904
CPF: 109.055.258-09

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALIC - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
27508
MICROFILME SOB Nº

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ETANOL ETÍLICO ANIDRO CARBURANTE E ETANOL ETÍLICO HIDRATADO CARBURANTE QUE ENTRE SI CELEBRAM A IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A E USINA NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA E APORÉ

Pelo presente instrumento, as Partes abaixo designadas:

IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A., com sede à Rua Francisco Eugênio, 329, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.941-900, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.337.122/0001-27, representada neste ato pelos seus Procuradores abaixo assinados, doravante designados simplesmente como **COMPRADORA**,

E

NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA, pessoa jurídica de direito com sede à Fazenda Vista Alegre s/nr. Km 2,5 Zona Rural, no município de Vista Alegre do Alto/SP CEP: 15920-0200 CNPJ sob n.º 48.708.267/0461-56 I.E. 716.000.215.114 e **APORÉ** - pessoa jurídica de direito com sede à Rodovia GO 184 KM 133+760m - FSFRCO, s/nr, no município de Aporé / GO - CNPJ sob n.º 48.708.267/0015-60, doravante designada simplesmente como **FORNECEDORA**, representada neste ato pelos seus representantes abaixo assinados.

CONSIDERANDO que:

i) Em 24/04/2013, as Partes firmaram um Contrato de Compra e Venda de ETANOL Etílico Anidro e Hidratado Carburante;

ii) Em 01/07/2013, as Partes acordaram os ajustes deste o PRIMEIRO Termo Aditivo ao contrato de Compra e Venda de ETANOL Etílico Anidro e Hidratado Carburante;

iii) O contrato dispõe em sua cláusula 13 item 13.1 que as alterações deverão ser feitas mediante a celebração de Termo Aditivo;

vi) As Partes identificaram interesse mutuo em promover ajustes aos termos originalmente contratados,

E, em conjunto, designadas Partes, por seus representantes legais abaixo assinados;

RESOLVEM firmar o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:



Contrato A-0088-2013-1

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmados sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508



CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 1.1. Em comum acordo as partes resolvem alterar as seguintes cláusulas registradas no contrato vigente, que passarão a vigorar com as redações abaixo propostas:

"CLÁUSULA PRIMEIRA – CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

As condições gerais contratadas são as seguintes:

PRODUTO	ETANOL ANIDRO E HIDRATADO
Volume Total	174.000 m³ de ETANOL SENDO: 54.000 m³ ETANOL ANIDRO E 120.000 m³ ETANOL HIDRATADO
Prazo	72 meses
Início	01 de MAIO de 2013
Final	30 de ABRIL de 2019
Modal de Transporte	PVU (USINA NARDINI) E CIF PAULINIA (USINA APORE)
Prazo de Pagamento	QUINZENAL + 5 dias
Precificação	Semanal, em volumes correspondentes ao mínimo de 20% e máximo de 30% do volume mensal para o etanol anidro e 25% (linear) para o etanol hidratado.
Fórmula de Preços	PV = F * (E + D) + PIS/COFINS , sendo Prêmio de 1,25% sobre o ESALQ EH com inserção do ICMS para o hidratado e Prêmio de 13% sobre o ESALQ BMF Diário (Média Semanal "Fobilizada") para o anidro. Negociação anual a ser definida entre Ipiranga e Bioagencia.
Entrega do Produto	Semanalmente, de acordo com os volumes precificados.
Observação	- Ao final do primeiro ano de contrato, as partes deverão rever as condições comerciais a serem praticadas no ano seguinte. - Os volumes mensais poderão sofrer alteração de + ou - 10%, a critério da COMPRADORA.

- 1.2. Altera-se igualmente o disposto na "Cláusula Segunda – objeto", itens 2.1, 2.7, 2.7.1, conforme texto abaixo apresentado:

- 2.1. A FORNECEDORA se compromete a fornecer à COMPRADORA, e esta se compromete a comprar o volume total de **174.000 m³** (cento e setenta e quatro mil metros cúbicos) de etanol carburante, sendo **54.000 m³** (cinquenta e quatro mil metros cúbicos) de **ETANOL ANIDRO**, e **120.000 m³** (cento e vinte mil metros cúbicos) de **ETANOL HIDRATADO** em lotes mensais definidos no item 3.1, e o volume total de adicionando-se e/ou subtraindo-se deste volume as variações previstas no item cláusula 2.3 e respeitando o disposto no item 2.7.

Contrato A-0088-2013-1

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilme sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRO 27/03/13
MICROFILME SOB Nº

2.7 A cada 12 (doze) meses as partes deverão rever, de comum acordo, o volume mensal de PRODUTO e demais condições comerciais constantes deste instrumento. Isto ocorrendo, estas novas condições deverão ser formalizadas, nos termos da cláusula 13.1, e terão validade a partir de 01 de Maio de 2014, 01 de Maio de 2015, 01 de Maio de 2016, 01 de Maio de 2017 e 01 de Maio de 2018, respectivamente, para cada ano do CONTRATO.

2.7.1 Em qualquer caso previsto na cláusula 2.7 acima: (i) o volume mensal de PRODUTO ajustado não será incrementado, nem reduzido, em percentual superior a 10% (dez por cento) do volume originalmente previsto na cláusula 3.1, para o Etanol Anidro, e o mesmo limite será considerado para o Etanol Hidratado; (ii) o valor mensal a ser pago pela COMPRADORA à FORNECEDORA, mediante a entrega do PRODUTO na forma e nos prazos aqui indicados, corresponderá aos volumes mensais alocados pela COMPRADORA multiplicados pelos valores indicados nas precificações do etanol anidro e/ou hidratado; e (iii) a ausência de acordo entre as partes sobre a revisão, para o período subsequente, do volume mensal de PRODUTO, implicará a manutenção da quantidade e precificação do período anterior.

1.4. Por força das alterações anteriores, as Partes, neste ato, alteram os itens 6.1.1 , 6.1.1.1 , 6.1.2 e 6.1.2.1 , ambos da "CLÁUSULA SEXTA - PREÇO", conforme redação abaixo apresentada:

6.1.1 O preço do Etanol Anidro, faturado na modalidade FOB ou PVU (Posto Veículo Usina - transporte por conta da COMPRADORA), à temperatura de 20°C, será obtido com base na fórmula abaixo:

$$PV = F * (E + D) + PIS/COFINS$$

PV= Preço de venda FOB para o ETANOL Anidro.

E = Média Semanal do indicador Diário do Etanol Hidratado ESALQ/BM&F Bovespa posto Paulínia/SP, anterior a semana de precificação.

D = Diferencial de Logístico ("Fobilização") a ser aplicado: **-R\$ 48,00 / m³.**

F = Fator correspondente ao prêmio sobre a média semanal do indicador Diário do Etanol Hidratado ESALQ/BM&F Bovespa posto Paulínia/SP definido na cláusula 6.1.1.1.

PIS/COFINS = será acrescido no preço quando aplicável, ou seja, em momentos que a União revogar o benefício do diferimento deste, conforme estabelecido na Medida Provisória nº 613 e o Decreto da Presidência nº 7997, ambos de 07/05/2013.

6.1.1.1 O fator de multiplicação correspondente ao Prêmio (F) sobre a parcela da fórmula "(E + D)", a ser aplicado, é o seguinte:

Usina	Produto	PRÊMIO sobre a Parcela (E+D)"	Fator (F)
NARDINI SP	Anidro	13 %	1,13

Contrato A-0088-2013-1

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110419

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

- 6.1.2 O preço do etanol Hidratado, faturado na modalidade CIF (Transporte por conta da FORNECEDORA), à temperatura de 20°C, será obtido com base na fórmula abaixo:

$$PV = F * (E) + PIS/COFINS + ICMS$$

onde :

PV = Preço de venda CIF Paulínia para o Etanol HIDRATADO;

E = Índice ESALQ-SP semanal divulgado nas datas indicadas no item 6.4 para o Etanol HIDRATADO.

F = Fator correspondente ao prêmio sobre o índice ESALQ-SP, definido na cláusula 6.1.2.1.

PIS/COFINS = será acrescido no preço quando aplicável, ou seja, em momentos que a União revoga o benefício do diferimento deste, conforme estabelecido na Medida Provisória nº 613 e o Decreto da Presidência nº 7997, ambos de 07/05/2013.

- 6.1.2.1 Os fatores de prêmio sobre o índice ESALQ-SP a ser aplicado na fórmula acima são os seguintes:

Usina	Produto	Modalidade	Prêmio sobre Esalq-SP	Fator (F)
APORÉ	Hidratado	CIF-PAULÍNIA/SP	1,25 %	1,0125

- 1.6. Através do presente instrumento, as Partes alteram o item 7.2 item "b" da "CLÁUSULA SÉTIMA – EQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO DO CONTRATO", que vigorará com a seguinte redação:

b) prazo: verificada, por qualquer das partes, a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro substancial do Contrato, estas reunir-se-ão, em prazo não superior a cinco dias úteis, contados do recebimento do pedido por escrito de reunião, para, em prazo não superior a cinco dias úteis, repactuarem os preços praticados. Caso não cheguem a um acordo, o presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, a critério da COMPRADORA ou da FORNECEDORA, ocasião em que serão apuradas e cumpridas as eventuais pendências existentes, para quitação final pelas partes.

- 1.7. Neste ato, as Partes resolvem modificar o item 11.1 item "b" e "d" da "CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO", que vigorarão com as seguintes redações:

b) Descumprimento substancial de qualquer das cláusulas deste Contrato, sem sua correção no prazo indicado em notificação escrita da parte adimplente à parte inadimplente, que concederá prazo de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis para correção;

d) O não pagamento por parte da COMPRADORA, sem justificativa aceita pela FORNECEDORA;

Contrato A-0088-2013-1

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

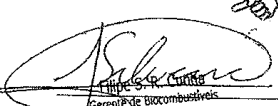
PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508


CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

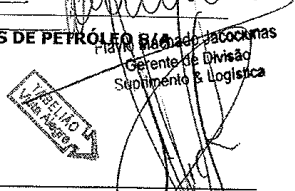
Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas do Contrato ora aditado, desde que não sejam conflitantes com as alterações ora realizadas.



E por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 18 de Julho de 2013



Felipe S. R. Cunha
Gerente de Biotecnologia
IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A. - JACOCIMAS
Gerente de Divisão
Suprimento & Logística



Ricardo Nardini
Diretor
CPF 049.597.638-50


Nairam Antônio Natalicio
Diretor
CPF 615.471.588-91

TESTEMUNHAS:

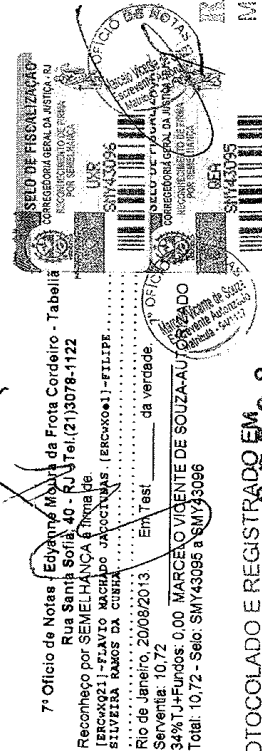

Nome: Luiz Antonio Alves
CPF: 011.834.557-55


Nome: Vanderlei Adauto Caetano
CPF: 109.055.258-09


Fernanda Pessoa Torrezan
Oficial Tabelião



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL E TABELIÃO DE NOTAS
Fernanda Pessoa Torrezan | TABELIÃO
Reconheço por assinatura as firmas supra dos: RICARDO NARDINI, NATALIO ANTONIO NATALICIO, em documento com valor econômico de R\$ 20,00.
Vista Alegre do Mar, 24 de julho de 2013.
Em Teste da verdade. Cód. [10370901420132433] MBL18791
Fernanda Pessoa Torrezan-Oficial e Tabelião
Total: R\$ 15,00. Válido somente com o selo de autenticidade.



REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ETANOL ETÍLICO ANIDRO CARBURANTE E ETANOL ETÍLICO HIDRATADO QUE ENTRE SI CELEBRAM A IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A E NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA. – VISTA ALEGRE DO ALTO-SP E APORE-GO

Pelo presente instrumento, as Partes abaixo designadas:

IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A., com sede à Rua Francisco Eugênio, 329, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.941-900, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.337.122/0001-27, representada neste ato pelos seus Procuradores abaixo assinados, doravante designada simplesmente como **COMPRADORA**,

E

NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA., pessoa jurídica de direito com filial na Fazenda Vista Alegre s/nr. Km 2,5 Zona Rural, no município de Vista Alegre do Alto/SP CEP: 15920-0200 CNPJ sob nº 48.708.267/0461-56, I.E. 716.000.215.114, e **APORÉ** - pessoa jurídica de direito com filial na Rodovia GO 184 KM 133+760m – FSFRCO, s/nr, no município de Aporé / GO, inscrita no CNPJ sob nº 48.708.267/0015-60, doravante designada simplesmente como **FORNECEDORA**, representada neste ato pelos seus representantes abaixo assinados.

CONSIDERANDO que:

- i) Em 24/04/2013, as Partes firmaram um Contrato de Compra e Venda de Álcool Etílico Anidro e Hidratado Carburante, modalidade - CIF;
- ii) Em 18/07/2013, as Partes acordaram os ajustes do **PRIMEIRO** Termo Aditivo ao contrato de Compra e Venda de Álcool Etílico Anidro e Hidratado Carburante;
- iii) Em 30/09/2013, as Partes acordaram os ajustes deste **SEGUNDO** Termo Aditivo ao contrato de Compra e Venda de Álcool Etílico Anidro e Hidratado Carburante;
- iv) O contrato dispõe em sua cláusula 13 item 13.1 que as alterações deverão ser feitas mediante a celebração de Termo Aditivo;
- v) As Partes identificaram interesse mutuo em promover ajustes aos termos originalmente contratados.

E, em conjunto, designadas Partes, por seus representantes legais abaixo assinados **RESOLVEM** firmar o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 1.1.** Em comum acordo as partes resolvem alterar as seguintes cláusulas registradas no contrato vigente, que passarão a vigorar com as redações abaixo propostas:

“CLÁUSULA PRIMEIRA – CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

As condições gerais contratadas são as seguintes:

Contrato A-0088-2013-2

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº - 27508



PRODUTO	ETANOL ANIDRO E HIDRATADO
Volume Total	174.000 m³ de ETANOL SENDO: 54.000 m³ ETANOL ANIDRO E 120.000 m³ ETANOL HIDRATADO
Prazo	72 meses
Início	01 de MAIO de 2013
Final	30 de ABRIL de 2019
Modal de Transporte	PVU (USINA NARDINI) E CIF PAULÍNIA (USINA APORE-GO)
Prazo de Pagamento	QUINZENAL + 5 dias
Precificação	Semanal, em volumes correspondentes ao mínimo de 20% e máximo de 30% do volume mensal para o etanol anidro e 25% (linear) para o etanol hidratado.
Fórmula de Preços	$PV = F * (E + D) + PIS/COFINS$, sendo Prêmio de 1,25% sobre o ESALQ EH para o hidratado e Prêmio de 13% sobre o ESALQ Diário (Média Semanal "Fobilizada") para o anidro.
Entrega do Produto	Semanalmente, de acordo com os volumes precificados.
Observação	- Ao final do primeiro ano de contrato, as partes deverão rever as condições comerciais a serem praticadas no ano seguinte. - Os volumes mensais poderão sofrer alteração de + ou - 10%, a critério da COMPRADORA.

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. 958 Paylo
Microfilmado sob nº 110417

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas do Contrato ora aditado, desde que não sejam conflitantes com as alterações ora realizadas.

- 1.1. Altera-se igualmente o disposto na "Cláusula Décima – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO", item 10.2 conforme texto abaixo apresentado:

10.1 Os pagamentos serão efetuados pela COMPRADORA mediante **BOLETO BANCÁRIO**, tendo como o **Sacador Avalista a FORNECEDORA** sendo para todos os fins o comprovante do banco considerado como prova de pagamento e quitação da obrigação atribuída à COMPRADORA. A forma de pagamento aqui estipulada não poderá ser alterada, senão por expresso consentimento das Partes.

E por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 30 de Setembro de 2013.

Ricardo Nardini
Diretor
CPF 049.597.163-50

Natalino Antonio Natalicio
Diretor
CPF 615.471.588-91

Flávio Machado Jacocimus
Gerente de Divisão
Suprimento & Logística

Filipe S. R. Cunha
Gerente de Biocombustíveis

Nome: Luiz Antonio Alves
CPF: 011.834.557-55

Nome: Vanderlei Adauto Caetano
CPF: 109.055.258-09

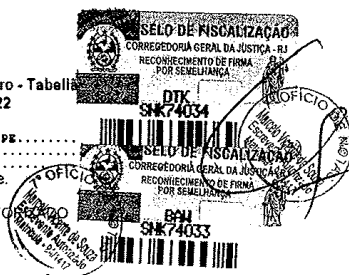
Contrato A-0088-2013-2

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508



REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

7º Ofício de Notas - Edyenne Moura da Costa Cordeiro - Tabela
Rua Santa Sofia, 40 - RJ - Tel.(24)3078-1122
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de
[HVKMM83]-FLAVIO MACHADO JACOCIUMAS-[HVKMLK3]-FILIPE
SILVEIRA RAMOS DA CUNHA
Rio de Janeiro, 18/10/2013. Em Test _____ da verdade.
Serventia: 10,72
34%TJ+Fundos: 0,00 MARCELO VICENTE DE SOUZA-AUTO
Total: 10,72 - Selo: SNK74033 e SNK74034



Brasil
Linha 1
Sobrinho (a) Filha



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL E TABELÃO DE NOTAS
Armando Pires Torresen | TABELA
Reconheço por semelhança as firmas retro del [HVKMM83]
NARDINI, NATALIN ANTONIO NATALICIO, em documento com
valor econômico e dou fé.
Este Ato é de Alto, 9 de outubro de 2013.
da verdade. Cód. [10403000220139928] ME[1679]
Selo Indeteri Filho-Substituto da Oficial
Total: R\$ 33,00 é Válido somente com o selo de autenticidade#

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

ANEXO III — MINUTA DE CONTRATO DE PENHOR AGRÍCOLA



REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27503

DA#8592642 v43

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR AGRÍCOLA E OUTRAS AVENÇAS
N.º 01/2013

entre

NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA.
Empenhante ou Devedora,


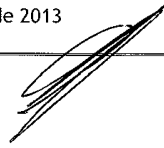
e

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.
Credora ou Securitizadora

e, na qualidade de Fiel Depositário,

SR. RICCARDO NARDINI

Datado de 19 de novembro de 2013

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado ccb nº 110417


PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508^{MA}

DA#8601048 v31

Índice

1.	DEFINIÇÕES E TERMOS.....	5
2.	OBRIGAÇÕES GARANTIDAS.....	5
3.	OBJETO.....	7
4.	RAZÃO DE GARANTIA DOS BENS EMPENHADOS	8
5.	FIEL DEPOSITÁRIO	9
6.	DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES.....	9
7.	OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMPENHANTE	14
8.	DECLARAÇÕES DA EMPENHANTE	16
9.	DESPESAS E TRIBUTOS	17
11.	INDENIZAÇÃO	18
12.	COMUNICAÇÕES.....	18
13.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	19
14.	LEI APLICÁVEL E FORO	20
	ANEXO I — DEFINIÇÕES	26
	ANEXO II — IMÓVEIS RURAIS.....	28
	ANEXO III — MANDATO	51

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR AGRÍCOLA E OUTRAS AVENÇAS N.º 01/2013

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas:

1. NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo, na Fazenda Vista Alegre, s/n, Km 2,5, Zona Rural, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.708.267/0461-56, neste ato devidamente representada na forma do seu contrato social ("Devedora" ou "Empenhante");
2. GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A., companhia securitizadora, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rocio, 288, conjunto 16 (parte), 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93, neste ato devidamente representada na forma do seu estatuto social ("Credora" ou "Securitizadora");e

Na qualidade de Fiel Depositário:

3. RICCARDO NARDINI, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 049.597.638-50, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais, nº 28, Centro, cidade de Catanduva, estado de São Paulo.

(Quando referidos em conjunto a Devedora, a Credora e o Fiel Depositário serão denominados "Partes" e, individualmente, "Parte")

CONSIDERANDO QUE

- (i) a Devedora tem por objeto (a) a exploração das atividades agroindustriais, principalmente a exploração da cultura de cana-de-açúcar, em terras próprias ou de terceiros, inclusive mediante a congregação de esforços e partilha dos frutos, sob o regime de parceria rural; (b) a indústria e comércio de açúcar, álcool anidro e hidratado e respectivos subprodutos, inclusive a importação e exportação dos mesmos; (c) a engorda, criação e criação de gado bovino e o apascentamento de gado de terceiros; (d) cogeração e comercialização de energia elétrica; (e) comércio de cereais; e (f) industrialização e comercialização de ração animal;
- (ii) no âmbito de suas atividades, a Devedora emitiu um Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio, em conformidade com a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("Lei 11.076"), em favor da Credora, ou à sua ordem, no valor total de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) ("CDCA");



REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8601048 v31

- (iii) a Credora, nos termos dos artigos 23 e 38 da Lei 11.076, tem por objeto, no contexto de financiamento e investimento no agronegócio, a aquisição e securitização de direitos creditórios originários de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos, relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária, para fins de emissão e colocação de certificados de recebíveis do agronegócio no mercado financeiro e de capitais;
- (iv) no curso regular de seus negócios, a Credora pretende antecipar à Devedora recursos para financiar suas atividades do agronegócio, conforme previstas no item (i), acima, por meio da emissão de certificados de recebíveis do agronegócio pela Credora ("CRA"), lastreados no CDCA, nos termos da Instrução da CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada;
- (v) no âmbito do CDCA e do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 1ª Série da 4ª Emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A.", celebrado entre a Credora e a SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, CEP 04530-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, agente fiduciário representante dos titulares de CRA, em 19 de novembro de 2013 ("Emissão", "Termo de Securitização" e "Agente Fiduciário", respectivamente), o CDCA e a emissão de CRA contarão com determinadas garantias, representadas pelo presente Penhor Agrícola, bem como pela cessão fiduciária de direitos creditórios, representada pelo "Instrumento Particular De Constituição de Cessão Fiduciária de Bens em Garantia", celebrado entre a Nardini e a Securitizadora, em 19 de novembro de 2013 ("Cessão Fiduciária");
- (vi) em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento, pela Devedora, de todas as suas obrigações principais e acessórias assumidas no âmbito do CDCA e consequentemente do CRA e respectivas garantias, a Devedora comprometeu-se, em caráter irrevogável e irretratável, a empenhar, em favor da Credora 692.435 (seiscentas e noventa e duas mil e quatrocentos e trinta e cinco) toneladas métricas de cana-de-açúcar referente à safra 2014/2015, nos termos da cláusula 8 do CDCA, nos termos do artigo 1438 e seguintes do Código Civil; e
- (vii) o presente Penhor Agrícola é constituído sem prejuízo das outras garantias constituídas ou a serem constituídas em favor da Credora.

RESOLVEM AS PARTES celebrar o presente "Instrumento Particular de Penhor Agrícola e Outras Avenças", de número nº 01/2013 ("Contrato"), nos seguintes termos e condições:



DA#8601048 v31

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilme sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

1. DEFINIÇÕES E TERMOS

1.1. Definições. Exceto se expressamente indicado: (i) palavras e expressões em maiúsculas, não definidas neste Contrato, terão o significado previsto no Anexo I do presente, no CDCA ou no Termo de Securitização; (ii) o masculino incluirá o feminino e o singular incluirá o plural; e (iii) todos os prazos aqui estipulados serão contados em dias corridos, exceto se qualificados expressamente como Dias Úteis.

2. OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

2.1. CDCA. Para os fins dos artigos 18, 22 e seguintes da Lei 9.514, os termos e as condições gerais do CDCA, estão resumidamente descritos abaixo:

- (i) Valor Nominal: R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais);
- (ii) Data de Emissão: 19 de novembro de 2013;
- (iii) Data de Vencimento Final: 25 de abril de 2019;
- (iv) Cronograma para Amortização: em 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, conforme descrito no cronograma de pagamentos do anexo V do CDCA;
- (v) Remuneração: As parcelas do CDCA serão acrescidas de juros, incidentes de forma anual, a partir da Data da Integralização até as Datas de Vencimento, apurado sobre o Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over extra grupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, expressa na forma percentual ao ano, acrescida exponencialmente de um *spread* de 3% (três por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e
- (vi) Hipóteses de Vencimento Antecipado: as hipóteses de vencimento antecipado do CDCA estão estipuladas no próprio instrumento.

2.2. Certificados de Recebíveis do Agronegócio. Para os fins dos artigos 18, 22 e seguintes da Lei 9.514 e do artigo 66-B da Lei 4.728, os termos e as condições gerais dos CRA estão resumidamente descritos abaixo:

- (i) Quantidade: até 400 (quatrocentos) CRA, totalizando o valor de até R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais);

DA#8601048 v31

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Matrícula sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27308

- (ii) Número da Série e Emissão: 1ª série da 4ª emissão;
- (iii) Data de Emissão: 19 de novembro de 2013 ("Data de Emissão");
- (iv) Data de Vencimento: 25 de abril de 2019 ("Data de Vencimento");
- (v) Cronograma para Amortização: em 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, conforme cálculo e cronograma indicados no Termo de Securitização ("Amortização Programada");
- (vi) Remuneração: a partir da "Data da Integralização", os CRA farão jus a juros remuneratórios, a serem realizadas mensalmente, conforme indicado no anexo VI do Termo de Securitização, incidentes sobre o Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, conforme o caso, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over extra grupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, expressa na forma percentual ao ano, acrescida exponencialmente de um *spread* de 3% (três por cento) ao ano ("Remuneração") e, em conjunto com a Amortização Programada, "Pagamento dos CRA");
- (vii) Hipóteses de Vencimento Antecipado: as hipóteses de vencimento antecipado dos CRA estão estipuladas no Termo de Securitização.

2.2.1. Não obstante a descrição nas cláusulas 2.1 e 2.2, acima, todos os termos e condições (i) do CDCA são parte integrante deste Contrato; e (ii) dos CRA estão previstos no Termo de Securitização.

2.3. Obrigações Garantidas. O Penhor Agrícola (abaixo definido) previsto neste Contrato garantirá o cumprimento integral, pela Empenhante, das "Obrigações", assim entendidas toda e qualquer obrigação derivada do CDCA e dos CRA, inclusive valores devidos, seja em decorrência do CDCA, deste Contrato e das demais Garantias (abaixo definidas) e/ou da legislação aplicável, independentemente de sua exigibilidade, inadimplemento ou vencimento antecipado, seja em caso de: (i) inadimplemento, total ou parcial; (ii) decretação de vencimento antecipado, de todo e qualquer montante de Valor Nominal, Remuneração, encargos ordinários e/ou de mora; (iii) incidência de tributos e despesas gerais, conforme aplicáveis, inclusive, sem limitação, por força da excussão das Garantias; (iv) qualquer despesa para a consolidação de propriedade em nome da Credora, inclusive emolumentos e as de publicação dos anúncios dos leilões, conforme aplicável; (v) qualquer custo ou despesa incorrido pela Credora ou pelos titulares dos CRA em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes do CDCA, deste Contrato e das demais Garantias; (vi) haver qualquer outro montante devido pela Empenhante à Credora, aos titulares dos CRA e aos demais prestadores de serviços para os CRA; e (vii) inadimplemento no pagamento ou reembolso de qualquer outro montante devido e não pago, relacionado com a Oferta ou a Emissão ("Obrigações").



DA#8601048 v31

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Matrícula sob nº 140417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

3. OBJETO

3.1. Penhor Agrícola. Em garantia das Obrigações, por este Contrato e na melhor forma de direito, a Empenhante, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos da Lei nº 2.666, de 06 de dezembro de 1955, conforme alterada e regulamentada, ("Lei 2.666") e das disposições do Código Civil (art. 1.438 e seguintes), outorga em favor da Credora penhor agrícola em primeiro e único grau e sem concorrência de terceiros de 719.553 (setecentas e dezenove mil e quinhentas e cinquenta e três) toneladas métricas de cana-de-açúcar referente à safra 2014/2015 ("Produtos" e "Bens Empenhados", respectivamente), de propriedade da Empenhante, livres e desembaraçadas de quaisquer Ônus e impedimentos de qualquer tipo ("Penhor Agrícola"), localizados nos imóveis rurais descritos no Anexo II do presente. A quantidade de Bens Empenhados será ajustada, conforme previsto na cláusula 8ª do CDCA em observância à Razão de Garantia dos Bens Empenhados.

3.1.1. O vínculo real estabelecido pelo presente Penhor Agrícola será transferido automaticamente a qualquer produto ou subproduto decorrente do processo de beneficiamento ou transformação dos Bens Empenhados, nos termos da Lei 2.666, ficando desde já estabelecido que os direitos da Credora sobre os produtos ou subprodutos dos Bens Empenhados independem do resultado que será efetivamente obtido com o beneficiamento e transformação dos Bens Empenhados.

3.1.2. A Empenhante declara e garante que é a legítima proprietária dos Bens Empenhados encontrando-se os referidos bens livres e desembaraçados de quaisquer Ônus, cessão ou gravames de qualquer espécie.

3.1.3. Declara e garante, ainda, a Empenhante, que não existe qualquer proibição de qualquer natureza que a impeça de constituir a presente garantia, bem como que os Bens Empenhados, encontram-se cultivados em áreas agrícolas de sua propriedade e/ou de propriedade de terceiros, conferidas em arrendamento e/ou parceria agrícola, detendo a Empenhante a posse dos mesmos e estando expressamente autorizada a empenhá-los.

3.1.4. Ficam a Empenhante e o Fiel Depositário obrigados a manter os Bens Empenhados em perfeito estado de conservação, de sorte que suas características específicas não sofram qualquer alteração até a sua respectiva liberação pela Credora, bem como a informar à Credora acerca da ocorrência de qualquer fato relevante com relação aos Bens Empenhados, à quantidade e/ou à qualidade dos seus subprodutos empenhados, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua ocorrência e/ou ciência.

3.1.5. A Empenhante e o Fiel Depositário, neste ato, obrigam-se a assegurar à Credora e/ou aos seus representantes designados, a qualquer tempo, total e irrestrito acesso ao local onde estão cultivados/armazenados os Bens Empenhados, a fim de que possam ser averiguadas, a qualquer tempo, a quantidade e a qualidade dos Bens Empenhados.

3.2. Documentos. A Credora poderá, mediante prévia notificação à Empenhante, requisitar cópia de todos os documentos que sejam necessários para apurar o *status* dos Bens Empenhados, bem como do processo produtivo da Empenhante.



DA#8601048 v31

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTREAL - Est. São Paulo
Número do Registro: 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

4. RAZÃO DE GARANTIA DOS BENS EMPENHADOS

4.1. Razão de Garantia dos Bens Empenhados. Os Bens Empenhados outorgados em garantia em favor da Credora deverão representar, até que todas as Obrigações relacionadas ao CDCA e consequentemente aos CRA sejam cumpridas, sob pena de vencimento antecipado, a quantidade de Bens Empenhados, a ser empenhada de acordo com a sistemática de renovação do penhor agrícola prevista no Penhor Agrícola, indicada no Relatório Mensal ou no Relatório Anual, para cada período de 12 (doze) meses subsequentes às respectivas datas da emissão, equivalente a, no mínimo, 140% (cento e quarenta por cento) do resultado da multiplicação do último valor mensal devido no âmbito dos CRA por 12 (doze) ("Razão de Garantia dos Bens Empenhados").

4.1.1. Para fins de apuração da Razão de Garantia dos Bens Empenhados, os Bens Empenhados terão seu valor calculado considerando o valor do Produto, de acordo com a fórmula abaixo, utilizando-se: (i) o Índice CONSECANA, disponível no site www.udop.com.br; e (ii) o valor fixo de ATR - Açúcar Total Recuperável ("ATR") de 140 kg (cento e quarenta quilogramas) para cada tonelada de Produto.

$$V \text{ Bens Empenhados} = Q \text{ Bens Empenhados} \times (V \text{ ATR} \times 140)$$

Onde:

<i>V Bens Empenhados</i>	Valor dos Bens Empenhados.
<i>Q Bens Empenhados</i>	Volume em toneladas métricas de Produto, identificado nos relatórios periódicos, emitidos pela Empresa Especializada.
<i>V ATR</i>	Índice CONSECANA, mensal e acumulado, para São Paulo, por quilo, divulgado pelo CONSECANA, pelo site www.udop.com.br (R\$/Kg de ATR).
140	Quantidade em quilos de ATR por tonelada métrica de Produto, fixada para fins de apuração.

4.1.2. A Razão de Garantia dos Bens Empenhados será apurada: (i) no momento da constituição do Penhor Agrícola, pela Credora ou por quem a Credora indicar, por meio do Relatório inicial (abaixo definido); e (ii) periodicamente, por meio dos Relatórios Mensais e Relatórios Anuais (abaixo definidos) ("Data de Verificação").



DA#8601048 v31

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Matriculado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
27508
MICROFILME SOB Nº

4.1.3. Serão desconsiderados para fins do cálculo acima Bens Empenhados que venham a ser objeto de qualquer evento que imponha outro Ônus, inclusive penhora, sequestro, arresto ou qualquer outra medida judicial ou administrativa, de modo a se tornarem inábeis, impróprios, imprestáveis ou insuficientes para assegurar o cumprimento das Obrigações.

5. FIEL DEPOSITÁRIO

5.1. Fiel Depositário. Os Bens Empenhados são entregues neste ato ao Fiel Depositário, que os recebe, nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil (com exceção do artigo 644), comprometendo-se, sem nenhuma remuneração, a conservá-los sob sua guarda e a zelar pela sua integridade, respondendo civil e criminalmente pelo fiel desempenho do encargo assumido e obrigando-se a entregar ou restituir os Bens Empenhados tão logo a Credora ou o Agente Fiduciário, conforme o caso, assim os exijam.

5.1.1. Os Bens Empenhados ficarão depositados nas áreas indicadas na cláusula 3.1., de onde não poderão ser removidos sem a autorização, prévia e por escrito, da Credora.

5.1.2. O Fiel Depositário deverá manter-se como depositário dos Bens Empenhados até a efetiva satisfação das Obrigações Garantidas.

6. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

6.1. Movimentação dos Bens Empenhados. Durante a vigência deste Contrato os Bens Empenhados ficarão sob a guarda do Fiel Depositário, nos termos da cláusula 5 acima, e não poderão ser movimentados, transferidos ou entregues a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa aprovação por escrito da Credora.

6.1.1. Sem prejuízo do disposto na cláusula 6.1. acima, os Bens Empenhados poderão ser cortados, carregados e transportados pela Empenhante, única e exclusivamente, para sua unidade industrial, para industrialização, mediante prévia comunicação por escrito enviada à Credora, contendo detalhadamente (i) a área a ser colhida; (ii) quantidade expressa em toneladas de Bens Empenhados a ser colhida; e (iii) quantidade estimada de produto (açúcar ou álcool) a serem produzidos como resultado da colheita dos Bens Empenhados. Ressalvada a possibilidade de, a exclusivo critério da Empenhante, utilizar o Bem Empenhado para plantio (mudas). Neste caso, a Empenhante comprometer-se-á a apresentar quantidade equivalente em substituição aos Bens Empenhados utilizados, conforme procedimento de Evento de Reforço e Substituição previsto na cláusula 6.8.

6.1.2. Na ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento previstos na cláusula 6.2. abaixo, os Bens Empenhados deverão ser entregues à Credora, sendo certo, entretanto, que a Credora somente poderá utilizar os tais bens exclusivamente para fins de (i) satisfação integral ou parcial das Obrigações; e/ou (ii) cumprimento das demais disposições previstas neste Contrato ou em outros instrumentos de garantia relacionados ao CDCA e ao CRA.

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Matrícula sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8601048 v31

6.2. Eventos de Inadimplemento. Caso ocorra qualquer das hipóteses abaixo listadas (qualquer delas, um "Evento de Inadimplemento"), todos os Bens Empenhados serão entregues à Credora. São Eventos de Inadimplemento:

- (i) o inadimplemento, total ou parcial, ou vencimento antecipado das Obrigações da Devedora;
- (ii) o inadimplemento do dever tempestivo de Reforço de Garantia;
- (iii) o descumprimento pela Empenhante de qualquer obrigação assumida neste Contrato, não sanada nos prazos estabelecidos;
- (iv) a prática de qualquer ato pela Empenhante que vise anular, questionar, revisar, cancelar, restringir, limitar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, este Contrato e/ou seus efeitos ou eficácia, ou limitar ou de alguma forma restringir ou resistir ao livre exercício dos poderes de excussão da garantia real aqui prevista, até cumprimento integral das Obrigações;
- (v) a propositura de demandas, judiciais ou administrativas, que afete ou possa afetar a Razão de Garantia dos Bens Empenhados;
- (vi) o descumprimento pela Devedora de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária, prevista nas Obrigações e/ou nos respectivos instrumentos de garantias; ou
- (vii) o descumprimento da obrigação de outorga de instrumento de mandato, nos termos previstos nas cláusulas 6.4. e 6.4.1. abaixo, em favor da Credora.

6.3. Excussão do Penhor Agrícola. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento, a Credora, poderá, pelo preço e nas condições que entender apropriadas, independentemente da exigibilidade das Obrigações, pública ou particularmente, judicial ou extrajudicialmente (inclusive de forma amigável, conforme descrito abaixo), a seu exclusivo critério, independentemente de leilão, de hasta pública, de avaliação, de notificação judicial ou extrajudicial ou de qualquer outro procedimento, excutir os Bens Empenhados, no todo ou em parte, até o integral pagamento das Obrigações. Para tanto, fica desde já a Credora autorizada pelo Empenhante, em caráter irrevogável e irretratável, a, com o objetivo de liquidar e/ou amortizar as Obrigações, alienar, converter, vender ou ceder por instrumento privado, operação ou de outro modo, no todo ou em parte, os Bens Empenhados ("Excussão").

6.3.1. Os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão previstos na cláusula 6.3., na medida em que forem sendo recebidos, serão imediatamente aplicados na liquidação e/ou amortização do saldo devedor das Obrigações.

6.3.2. Caso os recursos obtidos com a excussão não bastem para a liquidação integral das Obrigações, a Empenhante continuará obrigada pelo saldo remanescente, sem prejuízo dos acréscimos de encargos moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das Obrigações. A Credora entregará à Empenhante o que porventura sobejar após a



DA#8601048 v31

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. Cão Paulo
Matrícula nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

excussão da presente garantia e adimplemento da totalidade do saldo devedor das Obrigações. Tal entrega dar-se-á mediante o depósito de tais recursos em conta específica indicada oportunamente pela Empenhante.

6.3.3. A excussão do Contrato independará de qualquer providência preliminar por parte da Credora, tais como aviso, protesto, notificação, interpelação ou prestação de contas, de qualquer natureza.

6.4. Outorga de Poderes. A Empenhante, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, consoante os artigos 683 e 684 do Código Civil, se compromete a nomear e constituir a Credora, como condição de negócio, com poderes da cláusula "em causa própria", na hipótese de inadimplemento total ou parcial das Obrigações ou na ocorrência de um Evento de Inadimplemento, observado o disposto neste Contrato, por si ou seus representantes, para praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do disposto nesta cláusula 6ª.

6.4.1. O mandato a que se refere à cláusula 6.4. acima é irrevogável e irretratável durante toda a vigência deste Contrato e será formalizado através de instrumento particular, nos termos do Anexo III do presente. O referido mandato terá validade até o dia 19 de novembro do ano seguinte ao que o mandato foi outorgado, sendo vedado o seu substabelecimento, em todo ou em parte. A Empenhante compromete-se desde já, em caráter irrevogável e irretratável, a outorgar, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência do respectivo vencimento, novos e sucessivos mandatos, com as mesmas condições, conforme o modelo constante do Anexo III, até o fiel e integral cumprimento das Obrigações, observado que o primeiro mandato deverá ser emitido na data de assinatura deste Contrato.

6.5. Registros. A Empenhante obriga-se, às suas expensas, a registrar este Contrato e eventuais aditamentos nos Cartórios de Registro de Imóveis das comarcas de Bebedouro, Catanduva, Itápolis, Jaboticabal, Monte Alto, Monte Azul Paulista, Santa Adélia e Taquaritinga, todas localizadas no Estado de São Paulo.

6.6. Caráter Cumulativo. Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, deste Penhor Agrícola e das demais garantias previstas no CDCA (em conjunto as "Garantias"), podendo a Credora, a seu exclusivo critério, executar todas ou cada uma das Garantias indiscriminadamente e em qualquer ordem, para os fins de liquidar as Obrigações. Todos os direitos e ações previstos neste Contrato são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou ações previstos em lei, neste Contrato, no CDCA ou em outros instrumentos.

6.7. Razão Determinante. É razão determinante dos titulares do CRA, representados pela Credora, para o investimento nos CRA e a celebração do Termo de Securitização, a informação da Empenhante de que a outorga das Garantias pela Empenhante não compromete, nem comprometerá, até a Data de Vencimento, total ou parcialmente, a operacionalização e a continuidade do desempenho das atividades da Empenhante, inclusive sua liquidez, capacidade creditícia ou desempenho operacional.

6.8. Reforço de Garantia. Nos termos dos artigos 1.425 do Código Civil, na hipótese de qualquer ato ou fato, independentemente da vontade da Empenhante, que implique ou

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110419

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8601048 v31

possa implicar o desfalque, deterioração, perecimento ou desapropriação, total ou parcial, dos Bens Empenhados, a Empenhante ficará obrigada a, independentemente de aviso ou notificação da Credora, reforçá-los mediante a constituição de penhor sobre novas lavouras de Produtos, sem qualquer gravame, que, a critério da Credora, sejam válidos e equivalentes ("Reforço de Garantia"). Para os fins deste Contrato, são exemplos de eventos dessa espécie: (a) a deterioração ou depreciação dos Bens Empenhados; (b) a penhora, arresto ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar sobre os Bens Empenhados; (c) desapropriação, confisco ou qualquer outra forma de perda do domínio dos Bens Empenhados objeto das Garantias; (d) não atendimento por qualquer motivo da Razão de Garantia dos Bens Empenhados; ou (e) o inadimplemento de quaisquer obrigações previstas no presente Contrato ("Evento de Reforço e Substituição").

6.8.1. Sem prejuízo do disposto acima, no caso de qualquer Evento de Reforço e Substituição, a Empenhante se obriga ainda a, em até 2 (dois) Dias Úteis: (i) notificar por escrito a Credora, para informar: (a) os fatos que acarretaram a perda ou deterioração dos referidos bens; (b) a quantidade de Produto faltante; e (c) qualquer outra informação relevante ou necessária; bem como (ii) providenciar o imediato reforço das referidas garantias ou ainda a sua substituição, conforme procedimento previsto na cláusula 6.8.3 abaixo.

6.8.2. Caso seja verificado, a qualquer momento, qualquer Evento de Reforço e Substituição, inclusive se apurado com base na diminuição da garantia (i) no percentual previsto na cláusula 4.1 acima, com base no acompanhamento dos Relatórios Anuais (abaixo definidos), e/ou (ii) em percentual inferior a 130% (cento e trinta por cento), com base no acompanhamento dos Relatórios Mensais (abaixo definidos), a Empenhante se compromete, independentemente de notificação prévia da Credora, a adotar todas as providências que se façam necessárias para imediatamente apresentar à Credora novas quantidades de Produto, em montante suficiente para o restabelecimento da Razão de Garantia dos Bens Empenhados, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da constatação de tal evento e/ou da notificação nesse sentido, o que ocorrer antes, sendo que somente poderão ser empenhadas novas quantidades de Produto que sejam previamente aceitas e aprovadas, por escrito, pela Credora, após análise de toda a documentação por ela solicitada. A Empenhante se obriga a encaminhar juntamente um relatório da Empresa Especializada para o fim específico de atestar que as novas quantidades de Produto a serem empenhadas atendem aos padrões usuais de qualidade. Caso a Empenhante não apresente, justificadamente, a totalidade das informações e/ou documentos referentes às novas quantidades de Produto, a Credora enviará uma notificação indicando as informações e/ou documentação pendente. A Empenhante poderá apresentar as informações e/ou documentação faltante em até 7 (sete) dias corridos contados da notificação enviada pela Credora. Após a aprovação da Credora quanto às novas quantidades de Produto a serem empenhadas, a Empenhante se obriga a formalizar o registro da quantidade adicional de Produtos a serem empenhados no prazo de 7 (sete) dias de tal aprovação. O processo completo de Reforço de Garantia, traduzida na completa formalização do novo Penhor Agrícola, não poderá ultrapassar o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos da constatação Evento de Reforço e Substituição e/ou da notificação nesse sentido, o que ocorrer antes.

6.8.3. Adicionalmente, no prazo de até 15 (quinze) dias contados do início do ano safra de cana-de-açúcar padrão da região centro-sul do Brasil, ou seja, 1º de abril de

DA#8601048 v31

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Protocolado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

cada ano, os seguintes eventos deverão ocorrer: (i) a Empenhante, sob pena de vencimento antecipado do CDCA, renovará o Penhor Agrícola previsto na cláusula 3.1 acima, anualmente, por meio do competente instrumento de aditamento, de forma a sempre manter vigente Penhor Agrícola por 3 (três) anos durante todo o período de vigência do CDCA, com exceção aos últimos 2 (dois) anos, período no qual deverá existir vigente, respectivamente, Penhor Agrícola por 2 (dois) anos e 1 (um) ano; e (ii) caso seja verificado que o percentual referido no item 4.1 seja superior a 145% (cento e quarenta e cinco por cento) do resultado da multiplicação da última parcela devida no âmbito dos CRA por 12 (doze), a quantidade de Bens Empenhados será reduzida até que o percentual referido no item 4.1.1 atinja 140% (cento e quarenta por cento), utilizando-se, para tal redução do Penhor Agrícola, a quantidade de Bens Empenhados referente ao último ano, constituído nos termos do item (i) acima, desde que observado cumulativamente: (a) não esteja em curso nenhum Evento de Inadimplemento e/ou qualquer Evento de Reforço e Substituição; e (b) esteja adimplente com todas as obrigações do CDCA, dos CRA e das Garantias.

6.8.4. A renovação do Penhor Agrícola em hipótese alguma poderá ser considerada prorrogação do Penhor Agrícola já existente. A renovação é considerada, para todos os fins de direito, como a constituição de novo Penhor Agrícola sobre novos Bens Empenhados de ano distinto dos anos já atingidos pelo Penhor Agrícola existente.

6.8.5. Somente poderão ser empenhadas novas quantidades de Produtos, previamente aceitas e aprovadas, por escrito, pela Credora, após a análise de toda a documentação por ela solicitada.

6.8.6. Em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do adimplemento integral e pontual do saldo devedor de cada ano de vigência dos CRA, e desde que (a) não esteja em curso nenhum Evento de Inadimplemento e/ou qualquer Evento de Reforço e Substituição; e (b) a Empenhante esteja adimplente com todas as obrigações do CDCA, dos CRA e das Garantias, a pedido da Empenhante, a Credora deverá enviar comunicação escrita (i) atestando o adimplemento das obrigações da Empenhante para o respectivo ano; e (ii) autorizando a Empenhante a liberar parcialmente o Penhor Agrícola do respectivo ano cujas obrigações foram integral e pontualmente adimplidas. Todas as despesas devidas que sejam ou venham a ser realizadas para a liberação do Penhor Agrícola, nos termos acima, correm e correrão por conta única e exclusiva da Empenhante.

6.8.7. Adicionalmente, a Empenhante poderá requisitar à Credora a substituição dos imóveis rurais identificados na cláusula 3.1 acima, mediante notificação por escrito contendo a indicação de novos imóveis rurais e acompanhada (i) da documentação necessária para a análise da garantia, nos termos solicitados pela Credora; e (ii) do levantamento inicial das lavouras formadas nos novos imóveis. A substituição acima mencionada deverá ser previamente aprovada pela Credora. Caso seja solicitada a substituição dos imóveis rurais identificados na cláusula 3.1, a Empenhante se obriga a contratar auditoria legal, pelos mesmos assessores legais da emissão dos CRA, na documentação dos novos imóveis rurais para que se verifique se estes imóveis estão livres e desimpedidos de ônus ou gravames e em condições de serem incorporados ao Penhor Agrícola.

6.9. Envio de Informações. A Empenhante deverá enviar quaisquer informações que lhe sejam solicitadas pela Credora com relação ao Penhor Agrícola por

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Ed. 588 Pap19
Monte Alto - SP, 10/04/17

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOS Nº 27503

DA#8601048 v31

escrito, inclusive os documentos relacionados na cláusula 3.2., no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, salvo se outro prazo específico não estiver estabelecido neste Contrato.

6.10. Monitoramento de Lavouras. Desde logo fica permitido à Credora, ou pessoas por ela indicadas, livre acesso aos imóveis descritos na cláusula 3.1 acima, com a finalidade de vistoriar e fiscalizar a condução da lavoura/produção dos Bens Empenhados, bem como verificar a situação das garantias, e, diante da presença de irregularidades comunicadas e não sanadas no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis, fica desde logo a Credora autorizada a adotar as medidas administrativas e/ou judiciais necessárias ao fiel cumprimento das obrigações assumidas neste Contrato.

6.10.1. Ademais, a Empenhante se compromete, desde já, de forma irrevogável e irretroatável, a arcar com os custos da contratação de empresa de monitoramento e supervisão das lavouras de cana-de-açúcar, qual seja, a **CONTROL UNION WORLD GROUP - BRASIL LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.485 - Centro Empresarial Mário Garneiro - Torre Norte, 7º andar, Jardim Paulistano, São Paulo - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.237.030/0001-77 ou outra empresa em comum acordo entre Empenhante e Credora ("Empresa Especializada"), para providenciar o monitoramento e a supervisão dos Bens Empenhados, que contemplará a emissão de 3 (três) relatórios abaixo detalhados:

- (i) Relatório Inicial: compreenderá as áreas oneradas pelo Penhor Agrícola e deverá ser emitido uma única vez pela Empresa Especializada, até a data da Integralização;
- (ii) Relatório Anual: compreenderá a previsão da produção da safra nas áreas oneradas pelo Penhor Agrícola para os 12 (doze) meses subsequentes à data de início do ano safra de cana-de-açúcar padrão da região centro-sul do Brasil, ou seja, 1º de abril de cada ano, devendo ser realizado anualmente pela Empresa Especializada e apresentado até o 10º (décimo) Dia Útil do ano subsequente à data em que foi realizado ("Relatório Anual"); e
- (iii) Relatório Mensal: compreenderá a atualização do Relatório Anual contendo a previsão da produção da safra nas áreas oneradas pelo Penhor Agrícola para os 12 (doze) meses subsequentes à data de sua emissão, devendo ser realizado mensalmente pela Empresa Especializada e apresentado até o 10º (décimo) Dia Útil do mês subsequente ao mês em que foi realizado ("Relatório Mensal").

6.10.2. Os relatórios acima mencionados serão entregues à Credora, com cópia para a Empenhante, dentro do prazo estabelecido no respectivo contrato de monitoramento.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMPENHANTE

7.1. Obrigações Adicionais da Empenhante. Além das demais obrigações previstas neste Contrato, no CDCA, no Termo de Securitização e nos documentos da operação e/ou em


DA#8601048 v31

RECEBIMENTO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Matriculado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

lei, a Empenhante obriga-se, conforme aplicável, até o cumprimento integral das Obrigações, a:

- (i) cumprir com o disposto no CDCA, neste Contrato, no Termo de Securitização, na Cessão Fiduciária e/ou em lei aplicável;
- (ii) abster-se de vender, ceder, transferir, onerar ou de outro modo criar gravame sobre os Bens Empenhados, exceto pelo penhor aqui pactuado, sujeito às implicações criminais prescritas no artigo 171, inciso III, do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro);
- (iii) manter os Bens Empenhados em boa ordem, sem qualquer Ônus, de acordo com os seus termos e com os termos do CDCA e outros documentos relacionados, bem como deste Contrato;
- (iv) assegurar que o Fiel Depositário transferirá, quando aplicável, nos termos deste Contrato, os Bens Empenhados à Credora;
- (v) informar à Credora a respeito da ocorrência de qualquer ato, fato, evento ou controvérsia relevante que possa afetar de forma adversa os direitos e obrigações pactuados neste Contrato, no CDCA e demais documentos relacionados;
- (vi) defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo de que tenha conhecimento e que possa, de qualquer forma, afetar ou alterar as Garantias, a critério exclusivo da Credora, bem como informar imediatamente a Credora sobre qualquer ato, ação, procedimento ou processo a que se refere este inciso, por meio de relatórios descrevendo o ato, ação, procedimento e processo em questão e as medidas tomadas;
- (vii) abster-se de praticar qualquer ato que, de qualquer forma, possa resultar ou resulte em um efeito adverso ao Penhor Agrícola ou ao disposto neste Contrato;
- (viii) permitir inspeções, referente à manutenção da garantia de penhor na forma deste Contrato, a ser realizada por terceiro indicado ou por empresa de monitoramento a ser escolhida pela Credora, responsável por vistoriar os Bens Empenhados e enviar os respectivos relatórios à Credora;
- (ix) efetuar o pagamento de todos os custos e despesas referentes à conservação e à manutenção dos Bens Empenhados, bem como os tributos que, a qualquer tempo, sejam devidos em virtude da posse, propriedade, armazenagem e/ou transporte dos Bens Empenhados, conforme aplicável; e
- (x) reembolsar a Credora ou os titulares do CRA, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de recebimento de comunicação escrita neste sentido, por todos os custos e despesas incorridos em quaisquer averbações e registros previstos em lei ou no presente Contrato, bem como todas as despesas previstas na cláusula 11 do Termo de Securitização;



DA#8601048 v31

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTREAL - Est. São Paulo
110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
27308
MICROFILME SOB Nº

8. DECLARAÇÕES DA EMPENHANTE

8.1. Declarações da Empenhante. São razões determinantes deste Contrato, do CDCA, da Cessão Fiduciária e do Termo de Securitização as declarações a seguir da Empenhante, em favor da Credora, de que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar este Contrato e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) é a legítima proprietária e possuidora, a justo título, dos Bens Empenhados, existentes nesta data, que se encontram livres e desembaraçados de outros Ônus, gravame, judicial ou extrajudicial, não eximindo contra a Empenhante qualquer ação ou procedimento judicial, administrativo, falimentar ou fiscal de seu conhecimento que tenha por objeto (ou que razoavelmente possa) prejudicar ou invalidar o Penhor Agrícola, não configurando nenhuma hipótese de fraude contra credores, fraude à execução, fraude fiscal ou fraude falimentar;
- (iii) é uma sociedade empresária limitada devidamente organizada, constituída, de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura deste Contrato, bem como em quaisquer outros documentos vinculados ao CDCA e ao CRA, incluindo as Garantias, têm poderes bastantes para tanto;
- (v) os termos deste Contrato não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Empenhante, suas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (vi) este Contrato constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Empenhante, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (vii) a celebração deste Contrato não infringe qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Empenhante, suas controladas e/ou coligadas sejam parte, nem resultará em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer gravame sobre qualquer ativo ou bem da Empenhante, suas controladas e/ou coligadas, que não o presente Penhor Agrícola, ou (c) extinção de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (ix) inexistente consentimento, aprovação, autorização ou qualquer outra medida, tampouco notificação de ou a, ou declaração ou registro junto a qualquer órgão ou agência governamental ou pública ou qualquer outro terceiro, para a autorização, a celebração e o cumprimento do presente Contrato pela



DA#8601048 v31

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

Empenhante ou à consumação das operações aqui previstas;

- (x) todos os mandatos outorgados nos termos deste Contrato o foram como condição do negócio ora contratado, em caráter irrevogável e irretratável nos termos dos artigos 683 e 684 do Código Civil; e
- (xi) as declarações e garantias prestadas neste Contrato são verdadeiras, corretas e precisas em todos os seus aspectos relevantes na data deste Contrato e nenhuma delas omite qualquer fato relacionado ao seu objeto, omissão essa que resultaria na falsidade de tal declaração ou garantia.

8.2. Notificação. A Empenhante se compromete a notificar imediatamente a Credora, em prazo não inferior a 2 (dois) Dias Úteis, caso quaisquer das declarações prestadas neste Contrato tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas. Caso a Empenhante não notifique a Credora neste sentido, a referida falsidade e/ou imprecisão das declarações constituirá um Evento de Inadimplemento.

9. DESPESAS E TRIBUTOS

9.1. Despesas. Qualquer custo ou despesa eventualmente incorrido pela Credora, em razão deste Contrato – inclusive registro em cartório, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais para fins da excussão do Penhor Agrícola, tributos e encargos e taxas –, será de inteira responsabilidade da Empenhante, não cabendo à Securitizadora, ao Agente Fiduciário, nem aos titulares do CRA qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou reembolso.

9.2. Reembolsos. Caso a Securitizadora, o Agente Fiduciário ou qualquer dos titulares do CRA arque com qualquer custo ou despesa relacionados ao objeto deste Contrato, ou às Obrigações, a Empenhante deverá reembolsá-lo, em até 3 (três) Dias Úteis, contados do recebimento dos respectivos comprovantes, aplicando-se os encargos moratórios previstos no CDCA e no Termo de Securitização, na hipótese de atraso.

9.3. Tributos. Correrão por conta da Devedora todos os tributos e demais encargos fiscais ou parafiscais de qualquer natureza, presentes ou futuros que, direta ou indiretamente, incidam ou venham a incidir sobre o Penhor Agrícola ora constituído.

10. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. Prazo. O presente Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável e começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a liquidação integral da totalidade das Obrigações. Caso, por qualquer motivo, qualquer pagamento relativo ao CDCA ou aos CRA venha a ser restituído ou revogado, o presente Contrato recuperará automaticamente sua vigência e eficácia, devendo ser cumprido em todos os seus termos, considerando-se, nessa situação, como tendo ocorrido um Evento de Inadimplemento.

10.2. Liberação do Penhor Agrícola. Em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que as



DA#8601048 v31

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALO - Est. São Paulo
110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

Obrigações estiverem integral e definitivamente quitadas, a Credora deverá enviar à Empenhante comunicação escrita (i) atestando o término de pleno direito deste Contrato; e (ii) autorizando a Empenhante a liberar o Penhor Agrícola. Todas as despesas devidas que sejam ou venham a ser realizadas para a liberação do Penhor Agrícola correm e correrão por conta da Empenhante.

11. INDENIZAÇÃO

11.1 Obrigação de Indenizar. A Empenhante é responsável por perdas, danos, custos ou despesas (inclusive despesas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) causados à Credora, ao Agente Fiduciário, aos titulares do CRA e a suas Partes Relacionadas, resultantes, direta ou indiretamente, da inexecução ou da execução incorreta ou indevida de suas obrigações acordadas neste Contrato.

11.1.1. A Empenhante se obriga, ainda, sem prejuízo dos poderes, faculdades, pretensões e imunidades assegurados por lei, pelo CDCA e pelo Termo de Securitização ou outro instrumento, a indenizar a Credora e/ou os titulares dos CRA, conforme o caso, por qualquer prejuízo causado pela falsidade, incompletude ou imprecisão das declarações ou garantias feitas ou informações prestadas no âmbito deste Contrato, do CDCA e do Termo de Securitização.

12. COMUNICAÇÕES

12.1. Endereços. As comunicações e avisos relativos a este Contrato serão realizados por escrito, e enviados à outra Parte por transmissão via correio eletrônico, ou fac-símile, observado o disposto neste Contrato. As comunicações, avisos e notificações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos deste Contrato deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Empenhante:

NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA.
At.: Sr. Riccardo Nardini
Fazenda Vista Alegre, s/n, Vista Alegre
do Alto - SP
Telefone: (16) 3287-9900
E-mail: riccardo@nardini.ind.br |
diretoria@nardini.ind.br

(ii) Para a Credora:

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.
At.: Sr. João Paulo dos Santos Pacífico
Rua do Rocio, nº 288, conjunto 16
(parte), 1º andar, São Paulo/SP
Telefone: (11) 3047-1010
Fax: (11) 3054-2545
Email: gestaocra@grupogaia.com.br

12.2. Efeitos. As comunicações (i) serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima; e (ii) por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Inscrição nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8601048 v31

12.2.1. Cada Parte obriga-se a comunicar, por escrito, à outra Parte, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da sua ocorrência, qualquer alteração dos endereços identificados na cláusula 12.1, acima.

12.2.2. A Parte que enviar a comunicação, aviso ou notificação, conforme estabelecido nas cláusulas acima, não será responsável pelo seu não recebimento pela outra Parte, em virtude de sua mudança de endereço que não seja comunicada para as demais Partes nos termos da cláusula 12.2.1, acima.

12.2.3. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na cláusula 12.2.1, acima serão arcados pela Parte inadimplente.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Cessão. A Devedora obriga-se a não ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e/ou obrigações decorrentes deste Contrato, salvo mediante prévia e expressa autorização por escrito da Credora, se assim deliberado pelos titulares do CRA, reunidos em assembleia geral. A Credora, por sua vez, poderá ceder ou transferir os direitos advindos deste Contrato.

13.2. Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes deste Contrato. Desta forma, qualquer atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos titulares dos CRA, em razão de qualquer inadimplemento da Empenhante, não prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.3. Irrevogabilidade e irretratabilidade. Este Contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

13.4. Invalidade ou ineficácia parcial. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

13.5. Entendimento integral. Este Contrato, o CDCA, o Termo de Securitização, os CRA e os demais documentos relacionados com o CDCA, o CRA, e o Penhor Agrícola constituem o integral entendimento entre as Partes, com relação às Obrigações.

13.6. Alterações. O presente Contrato apenas será modificado, aditado ou complementado com o consentimento expresso e por escrito da Empenhante, da Credora e do Agente Fiduciário, mediante aprovação dos titulares dos CRA em assembleia geral, atuando por seus representantes legais ou procuradores devidamente autorizados, quando necessário, exceto em caso de distribuição parcial dos CRA, conforme previsto no Termo de Securitização, ocasião em que as Partes se comprometem a: (i) aditar o presente Contrato

DA#8601048 v31

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOG Nº - 27508

para atualizar a quantidade dos Bens Empenhados; e (ii) promover o registro nos cartórios competentes no prazo de 20 (vinte) dias, contatos da data de integralização dos CRA.

13.6.1. Em regime de exceção à regra da cláusula 13.6, acima, este Contrato poderá ser alterado, independentemente de deliberação de assembleia geral dos titulares dos CRA, sempre que tal alteração decorra exclusivamente da necessidade de atendimento de exigências da CVM, ou em consequência de normas legais regulamentares, ou em razão de erros materiais que não afetem os direitos dos titulares de CRA.

13.7. Significado. As palavras e os termos constantes deste Contrato, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência do presente Contrato, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos pelas Partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

13.8. Boa-fé. As Partes declaram, mútua e expressamente, que este Contrato foi celebrado respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de suas vontades e em perfeita relação de equidade.

13.9. Compromisso adicional. As Partes se obrigam a: (i) assinar todos os documentos, inclusive instrumentos de retificação e ratificação ou aditamento, caso isto se faça necessário para atender exigência formulada por cartórios, como condição para efetivar o registro deste instrumento; e (ii) apresentar todos os documentos e informações exigidas, além de tomar prontamente todas as providências que se fizerem necessárias à viabilização de referidos registros. Todas e quaisquer despesas relacionadas com o disposto nesta cláusula serão arcadas única e exclusivamente pela Devedora.

13.10. Execução Específica. As obrigações previstas neste Contrato são passíveis de execução específica na forma dos artigos 461, 461-A e seguintes, 632 e seguintes do Código de Processo Civil. A Credora poderá, a seu critério exclusivo requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas. A Empenhante reconhece, nessa hipótese, que a Credora fará jus à liminar prevista no artigo 462, § 3º, do Código de Processo Civil.

14. LEI APLICÁVEL E FORO

14.1. Lei aplicável. Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

14.2. Foro. Fica eleito o foro da comarca de São Paulo, estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes deste Contrato.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Contrato, em 20 (vinte) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.



DA#8601048 v31

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

São Paulo, 19 de novembro de 2013.

[O restante da página foi intencionalmente deixado em branco.]



REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
INSCRIÇÃO Nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SCD Nº 27508

DA#8601048 v31

Página de Assinatura 1/4 do "Instrumento Particular de Penhor Agrícola e Outras Avenças nº 01/2013", celebrado, em 19 de novembro de 2013, entre a Nardini Agroindustrial Ltda., a Gaia Agro Securitizadora S.A. e Sr. Riccardo Nardini.

NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA.

Nome: Riccardo Nardini
Cargo: Diretor



Nome: Natalin Antonio Natalício
Cargo: Diretor



REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº

110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº ~~27508~~

DA#8601048 v31

Página de Assinatura 2/4 do "Instrumento Particular de Penhor Agrícola e Outras Avenças nº 01/2013", celebrado, em 19 de novembro de 2013, entre a Nardini Agroindustrial Ltda., a Gaia Agro Securitizadora S.A. e Sr. Riccardo Nardini.

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.

Nome: João Paulo dos Santos Pacífico
Cargo: Diretor Presidente



REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8601048 v31

Página de Assinatura 3/4 do "Instrumento Particular de Penhor Agrícola e Outras Avenças nº 01/2013", celebrado, em 19 de novembro de 2013, entre a Nardini Agroindustrial Ltda., a Gaia Agro Securitizadora S.A. e o Sr. Riccardo Nardini.

RICCARDO NARDINI

Nome:
Cargo:



Nome:
Cargo:



REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8601048 v31

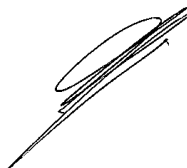
Página de Assinatura 4/4 do "Instrumento Particular de Penhor Agrícola e Outras Avenças nº 01/2013", celebrado, em 19 de novembro de 2013, entre a Nardini Agroindustrial Ltda., a Gaia Agro Securitizadora S.A. e Sr. Riccardo Nardini.

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
RG:



2. _____
Nome:
RG:



REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº - 27508

DA#8601048 v31

ANEXO I – DEFINIÇÕES

Palavra ou expressão	Definição
" <u>Agente Fiduciário</u> "	conforme definido no preâmbulo.
" <u>Amortização Programada</u> "	conforme definido na cláusula 2.2.
" <u>CDCA</u> "	conforme definido no preâmbulo.
" <u>Cessão Fiduciária</u> "	conforme definido no preâmbulo.
" <u>CETIP</u> "	conforme definido na cláusula 2.1
" <u>Código Civil</u> "	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
" <u>Código de Processo Civil</u> "	Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada.
" <u>Contrato</u> "	conforme definido no preâmbulo.
" <u>CRA</u> "	conforme definido no preâmbulo.
" <u>Credora</u> "	conforme definido no preâmbulo.
" <u>CVM</u> "	Comissão de Valores Mobiliários
" <u>Data da Integralização</u> "	conforme definido na cláusula 2.2
" <u>Data de Vencimento</u> "	conforme definido na cláusula 2.2 (iv).
" <u>Data de Verificação</u> "	conforme definido na cláusula 4.1.2.
" <u>Dia Útil</u> "	todo dia que não seja sábado, domingo, feriado nacional ou feriado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
" <u>Emissão</u> "	conforme definido no preâmbulo.
" <u>Evento de Inadimplemento</u> "	conforme definido na cláusula 6.2.
" <u>Evento de Reforço e Substituição</u> "	conforme definido na cláusula 6.8.
" <u>Excussão</u> "	conforme definido na cláusula 6.3.

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - SP, São Paulo
Microfilmado SOB nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8601048 v31

" <u>Lei 2.666/55</u> "	Lei nº 2.666, de 06 de dezembro de 1955, conforme alterada.
" <u>Lei 4.728</u> "	Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada.
" <u>Lei 9.514</u> "	Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada.
" <u>Lei 11.076</u> "	conforme definida no preâmbulo.
" <u>Obrigações</u> "	conforme definido na cláusula 2.3. (i) qualquer garantia (real ou fidejussória), <i>security interest</i> , cessão ou alienação fiduciária, penhora, arrolamento, arresto, sequestro, penhor, hipoteca, usufruto, arrendamento, vinculação de bens, direitos e opções, concessão de privilégio ou preferência, (ii) qualquer outro ônus, real ou não, gravame, ou (iii) qualquer promessa ou compromisso de realizar qualquer dos atos acima.
" <u>Ônus</u> "	
" <u>Pagamento dos CRA</u> "	conforme definido na cláusula 2.2. (vi).
" <u>Parte</u> " ou " <u>Partes</u> "	conforme definido no preâmbulo.
" <u>Penhor Agrícola</u> "	conforme definido na cláusula 3.1.
" <u>Reforço de Garantia</u> "	conforme definido na cláusula 6.8.
" <u>Remuneração</u> "	conforme definido na cláusula 2.1(v)
" <u>Securitizadora</u> "	conforme definido no preâmbulo.
" <u>Termo de Securitização</u> "	conforme definido no preâmbulo.
" <u>Valor Nominal</u> "	conforme definido na cláusula 2.1. (i).

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilme sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8601048 v31

ANEXO II – IMÓVEIS RURAIS

Comarca: Bebedouro - SP

Fazenda/Sítio	Comarca	Matrícula	Área (hectares)	Quantidade de cana (ton)
Fazenda Palmeiras	Bebedouro/SP	28.488 28.489	62,93 ha	4.818,96
Chácara São José	Bebedouro/SP	8.428	3,87 ha	330,67
Sítio São José	Bebedouro/SP	5.464	6,05 ha	648,27
Estância Santa Edwiges	Bebedouro/SP	26.155	37,51 ha	2.493,90
Sítio São Simão	Bebedouro/SP	25.289	7,98 ha	1.049,92
Sítio São José	Bebedouro/SP	15.953	7,26 ha	536,07
Sítio Boa Fé	Bebedouro/SP	26.052	46,55 ha	4.206,34
Sítio Santo Antônio da Alegria	Bebedouro/SP	32.159	9,46 ha	848,16
Sítio São João	Bebedouro/SP	21.379	12,18 ha	855,87
Sítio Santa Maria	Bebedouro/SP	8.083	11,68 ha	1.312,08
Sítio Lambari	Bebedouro/SP	25.917 25.918	10,38 ha	885,53
Sítio Fartura	Bebedouro/SP	12.485	55,66 ha	3.775,47
Sítio São Luiz	Bebedouro/SP	28.630	9,68 ha	690,07
Sítio Água Limpa	Bebedouro/SP	4.456	13,23 ha	1.615,76
Sítio Nossa Senhora de Fátima	Bebedouro/SP	4.781	18,70 ha	2.232,22
Sítio Santo Reis	Bebedouro/SP	22.945	5,71 ha	429,02
Sítio Nossa Senhora Aparecida	Bebedouro/SP	10.058	20,57 ha	2.483,99
Sítio São Benedito	Bebedouro/SP	121	31,46 ha	3.400,24
Sítio Santa Luzia II	Bebedouro/SP	20.070	4,84 ha	2.089,46
Sítio Santa Luzia III	Bebedouro/SP	20.071	8,47 ha	1.099,24

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilme sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

Fazenda/Sítio	Comarca	Matrícula	Área (hectares)	Quantidade de cana (ton)
Santa Luzia	Bebedouro/SP	17.646	4,84 ha	628,14
Sítio Santa Matilde	Bebedouro/SP	8.998	34,04 ha	4.372,16
Sítio Santa Rosa	Bebedouro/SP	14.745	7,45 ha	793,28
Sítio Venâncio	Bebedouro/SP	10.239	7,26 ha	931,82
Sítio Santo Antonio	Bebedouro/SP	26.104	9,09 ha	968,30
Sítio Nossa Senhora de Lourdes	Bebedouro/SP	14.741	7,42 ha	785,32

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

110417
PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

Comarca: Catanduva - SP

Fazenda/Sítio	Comarca	Matricula	Área (hectares)	Quantidade de cana (ton)
Fazenda São José das Águas Claras II	Catanduva/SP	11.246	63,25 ha	6.894,01

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

Comarca: Jaboticabal - SP

Fazenda/Sítio	Comarca	Matrícula	Área (hectares)	Quantidade de cana (ton)
Sítio Dona Verônica	Jaboticabal/SP	34.750	8,95 ha	794,92
Sítio Zanini	Jaboticabal/SP	34.749	12,99 ha	1.153,61
Fazenda Bela Vista	Jaboticabal/SP	40.784	74,77 ha	5.731,18
Sítio São Bento	Jaboticabal/SP	15.686	7,04 ha	454,42
Sítio Santa Maria das Neves	Jaboticabal/SP	13.734	17,15 ha	1.249,75
Sítio Córrego da Fartura	Jaboticabal/SP	33.486 33.487	12,53 ha	1.450,94
Sítio Santa Maria	Jaboticabal/SP	29.192	30,49 ha	2.266,22
Sítio Nossa Senhora das Graças	Jaboticabal/SP	40.316	8,42 ha	599,58
Sítio Fortaleza	Jaboticabal/SP	12.123 e 17.313	11,42 ha	836,95
Sítio Retiro	Jaboticabal/SP	18.465	11,61 ha	1.295,20
Sítio Queixada	Jaboticabal/SP	2.483	19,81 ha	1.288,08
Sítio Boa Vista	Jaboticabal/SP	28.291	1,91 ha	146,79
Sítio São José	Jaboticabal/SP	10.103	10,67 ha	778,56
Sítio Santo Reis	Jaboticabal/SP	21.611 2.762	18,63 ha	2.351,61
Sítio São João	Jaboticabal/SP	28.292	6,02 ha	464,70
Sítio São Pedro	Jaboticabal/SP	34.779	15,73 ha	1.699,07
Sítio São José	Jaboticabal/SP	39.714	3,96 ha	343,75
Sítio Santa Terezinha	Jaboticabal/SP	33.439	7,84 ha	879,91
Sítio Santa Maria	Jaboticabal/SP	2.819	12,87 ha	850,37
Sítio São José	Jaboticabal/SP	12.668	4,39 ha	302,43
Sítio 3R	Jaboticabal/SP	33.441	20,73 ha	1.800,94
Sítio Santa Rita do Barro Preto	Jaboticabal/SP	31.978 35.050 e 35.521	9,68 ha	724,61
Sítio Santa Maria	Jaboticabal/SP	35.034	9,87 ha	1.062,63
Sítio Nossa Senhora Aparecida	Jaboticabal/SP	1.606 1.607	33,46 ha	2.728,51
Sítio Tabarana II	Jaboticabal/SP	6.296	54,29 ha	3.666,53

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - E. 1.550.2919
Microfilmado sob nº 110419

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
27308
MICROFILME SOB Nº

DA#8601048 v32

Fazenda/Sítio	Comarca	Matrícula	Área (hectares)	Quantidade de cana (ton)
Sítio Santana	Jaboticabal/SP	8.411 31.854	12,63 ha	1.339,93
Sítio Córrego do Uru	Jaboticabal/SP	4.322 14.190 Transcrição 1.546	33,24 ha	2.511,29
Sítio São Pedro	Jaboticabal/SP	43.603, 43.604 e 43.605	10,76 ha	1.085,36
Sítio Tabarana	Jaboticabal/SP	42.700	8,44 ha	1.040,84

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8601048 v32

Comarca: Monte Azul Paulista - SP

Fazenda/Sítio	Comarca	Matricula	Área (hectares)	Quantidade de cana (ton)
Sítio Santa Rita	Monte Azul Paulista/SP	6.103	26,30 ha	2.218,00
Sítio São Luiz	Monte Azul Paulista/SP	1.014	15,56 ha	1.295,00
Sítio Santa Luzia	Monte Azul Paulista/SP	5.224	6,77 ha	650,21

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

Comarca: Santa Adélia - SP

Fazenda/Sítio	Comarca	Matrícula	Área (hectares)	Quantidade de cana (ton)
Sítio Santa Maria	Santa Adélia/SP	4.648	14,73 ha	1.591,46
Sítio Santo Antônio	Santa Adélia/SP	4.253	12,85 ha	1.387,67
Sítio Aparecida - Gleba E - Área II	Santa Adélia/SP	8.969	43,56 ha	4.551,68
Sítio Boa Esperança	Santa Adélia/SP	3.677	10,28 ha	785,05
Sítio Santo Antônio	Santa Adélia/SP	4.647	16,64 ha	1.080,01
Sítio São João	Santa Adélia/SP	4.645	16,21 ha	1.245,81
Fazenda Santa Luzia	Santa Adélia/SP	1.816	19,77 ha	2.082,07
Sítio Vista Alegre	Santa Adélia/SP	941	30,25 ha	2.407,86
Sítio Santa Rita	Santa Adélia/SP	10.274	7,96 ha	871,70
Sítio Rio Pó	Santa Adélia/SP	10.278 e 12.192	11,10 ha	1.224,01
Sítio Barra da Onça	Santa Adélia/SP	10.273	7,35 ha	800,10
Sítio Santo Antônio	Santa Adélia/SP	6.005	5,32 ha	563,70
Fazenda São Pedro	Santa Adélia/SP	3.948	24,20 ha	2.760,42
Sítio Santa Josefa	Santa Adélia/SP	3.591	7,26 ha	689,35
Sítio Santa Maria	Santa Adélia/SP	3.423	7,26 ha	921,44
Sítio Santo Antonio	Santa Adélia/SP	3.844 10.248 10.249	23,52 ha	2.004,24
Sítio Nova Sião	Santa Adélia/SP	3.989	7,74 ha	803,51
Sítio Felicidade	Santa Adélia/SP	2.809 e 10.080	4,67 ha	2.895,390
Sítio São Sebastião	Santa Adélia/SP	4.646	14,37 ha	1.031,65
Sítio Santo Antonio	Santa Adélia/SP	10.219	9,19 ha	686,92
Sítio Aparecida Gleba D	Santa Adélia/SP	8.965 8.968	37,51 ha	3.670,90

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8601048 v32

Fazenda/Sítio	Comarca	Matricula	Área (hectares)	Quantidade de cana (ton)
Sítio Santa Luzia	Santa Adélia/SP	11.365	9,68 ha	1.248,48
Sítio Botafogo	Santa Adélia/SP	5.545	20,27 ha	1.197,86
Sítio Santa Rita	Santa Adélia/SP	4.650	15,68 ha	1.260,10
Sítio Aparecida Gleba B	Santa Adélia/SP	8.963	6,99 ha	730,77

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº - 27508

DA#8601048 v32

Comarca: Monte Alto - SP

Fazenda/Sítio	Comarca	Matrícula	Área (hectares)	Quantidade de cana (ton)
Sítio Santo Antônio	Monte Alto/SP	23.445	2,73 ha	287,53
Estância Santa Eliza	Monte Alto/SP	8.698	9,94 ha	858,44
Sítio Ouro Branco	Monte Alto/SP	11.889	18,19 ha	1.620,66
Sítio Nossa Senhora Aparecida	Monte Alto/SP	15.851	29,04 ha	2.011,16
Sítio Bela Vista	Monte Alto/SP	3.831	6,50 ha	698,95
Sítio da Boa Vista da Tabarana	Monte Alto/SP	29.595 e 29.596	12,77 ha	95,47
Sítio Santo Antônio	Monte Alto/SP	25.531 25.532	4,96 ha	888,11
Sítio São Pedro	Monte Alto/SP	15.147	10,52 ha	683,73
Sítio Jardim do Ipê - Gleba B	Monte Alto/SP	24.683	20,85 ha	1.816,57
Sítio do Turvo	Monte Alto/SP	11.446	15,85 ha	1.175,95
Sítio Lagoa	Monte Alto/SP	Transcrição 12.518	5,15 ha	435,29
Sítio Caeté	Monte Alto/SP	Transcrição 16.288	15,73 ha	1.941,51
Sítio São Jorge	Monte Alto/SP	6.309	8,66 ha	908,06
Sítio Nossa Senhora Aparecida	Monte Alto/SP	6.052	15,00 ha	1.253,81
Sítio Bom Jesus	Monte Alto/SP	18.893	6,75 ha	702,36
Sítio Barro Preto	Monte Alto/SP	4.955	29,52 ha	3.818,13
Sítio São Pedro	Monte Alto/SP	6.306	8,25 ha	1.425,48
Sítio São Lucas	Monte Alto/SP	29.259 e 26.260	29,04 ha	3.633,84
Fazenda Santa Luzia	Monte Alto/SP	18.960	22,33 ha	1.366,03
Sítio São Sebastião	Monte Alto/SP	12.541	13,76 ha	894,00
Sítio Boa Vista da Onça	Monte Alto/SP	18.581	10,16 ha	851,59

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Matrícula sob nº 2.7508

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8601048 v32

Fazenda/Sítio	Comarca	Matrícula	Área (hectares)	Quantidade de cana (ton)
Sítio Canada II	Monte Alto/SP	4.697 23.115 24.381	30,25 ha	6.112,75
Sítio Canada III	Monte Alto/SP	23.002	7,21 ha	779,64
Sítio Canada VII	Monte Alto/SP	17.693	12,10 ha	1.329,71
Sítio Canada VIII	Monte Alto/SP	3.052	9,36 ha	992,16
Sítio Rio Tejo	Monte Alto/SP	22.560	11,95 ha	1.035,92
Sítio Bom Sucesso	Monte Alto/SP	1.220	10,81 ha	756,09
Sítio Santa Amélia	Monte Alto/SP	23.577	6,07 ha	706,00
Sítio São João	Monte Alto/SP	15.696	37,04 ha	1.705,72
Estância São Nicolau	Monte Alto/SP	16.918	17,93 ha	1.325,99
Fazenda Água Limpa	Monte Alto/SP	825 8.171	61,37 ha	6.526,59
Sítio Santa Luzia	Monte Alto/SP	13.952 16.154	21,78 ha	3.315,55
Sítio São Pedro	Monte Alto/SP	24.743	28,14 ha	1.995,76
Sítio Rio Dom	Monte Alto/SP	15.412	27,53 ha	2.378,22
Sítio Boa Vista da Tabarana I	Monte Alto/SP	10.655	5,20 ha	448,37
Sítio Queiroz	Monte Alto/SP	24.746	9,68 ha	312,77
Sítio Nossa Senhora Aparecida	Monte Alto/SP	1.515	8,47 ha	3.987,95
Sítio São Sebastião	Monte Alto/SP	22.167	8,71 ha	656,91
Sítio Santa Luzia	Monte Alto/SP	136	49,63 ha	4.436,04
Sítio São João	Monte Alto/SP	9.381	13,93 ha	990,23
Sítio São João	Monte Alto/SP	8.331	14,61 ha	1.197,52
Sítio Tabarana II	Monte Alto/SP	28.526	10,45 ha	1.241,99
Sítio Santa Luzia	Monte Alto/SP	23.213	6,53 ha	497,95

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. SP
Microfilmado sob nº 110419

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº - 27508

DA#8601048 v32

Fazenda/Sítio	Comarca	Matricula	Área (hectares)	Quantidade de cana (ton)
Sítio São Luiz	Monte Alto/SP	17.834	9,84 ha	651,69
Sítio Santo Antônio	Monte Alto/SP	7.941	9,68 ha	664,21
Sítio Rio Claro	Monte Alto/SP	1.185	31,99 ha	2.769,61
Chácara Aparecida	Monte Alto/SP	4.337	2,75 ha	307,99
Sítio São Carlos	Monte Alto/SP	15.154	11,49 ha	1.240,70
Sítio Serra do Rochedo	Monte Alto/SP	9.023	14,37 ha	1.543,08
Sítio São José	Monte Alto/SP	2.335	56,87 ha	2.393,16
Sítio Monte Libano II	Monte Alto/SP	1.846	11,15 ha	938,77
Sítio Patrícia	Monte Alto/SP	204 5.321	67,29 ha	4.998,19
Sítio Santa Rosa	Monte Alto/SP	18.895	7,69 ha	812,60
Sítio Boa Vista	Monte Alto/SP	558	34,33 ha	2.904,96
Sítio São José	Monte Alto/SP	22.850	6,05 ha	368,96
Sítio Bellagiulia	Monte Alto/SP	14.850	25,55 ha	1.747,00
Fazenda São José	Monte Alto/SP	25.819 25.820 25.821	51,66 ha	5.013,55
Sítio Santa Júlia	Monte Alto/SP	8.318	13,47 ha	892,57
Sítio São Francisco	Monte Alto/SP	1.219	21,80 ha	2.197,23
Sítio Santa Maria	Monte Alto/SP	15.966 e 16.334	7,26 ha	1.082,37
Sítio Vista Alegre	Monte Alto/SP	6.365	26,62 ha	1.966,68
Sítio Boa Fé	Monte Alto/SP	24.449 24.450 24.451	13,35 ha	1.903,87
Fazenda São Francisco	Monte Alto/SP	Transcrição 1.503 Transcrição 3.235 Transcrição 3.278 Transcrição 5.061 Transcrição 9.161	70,58 ha	7.522,49

RECEBIMOS DA PROTEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilme sob nº 110717

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8601048 v32

Fazenda/Sítio	Comarca	Matrícula	Área (hectares)	Quantidade de cana (ton)
Sítio São José	Monte Alto/SP	254	18,51 ha	2.233,51
Fazenda Tupinambá	Monte Alto/SP	2.987	78,26 ha	5.825,41
Sítio São Benedito	Monte Alto/SP	10.066	43,56 ha	4.181,18
Sítio Homem de Mello	Monte Alto/SP	7.964	20,20 ha	2.349,59
Sítio Barreirinho	Monte Alto/SP	Transcrição 11.544	11,51 ha	975,20
Sítio São Marcos	Monte Alto/SP	11.483	19,36 ha	838,38
Sítio Santa Júlia	Monte Alto/SP	8.317	11,37 ha	1.225,15
Fazenda Cachoeira	Monte Alto/SP	7.927	29,86 ha	562,57
Sítio Vista Alegre	Monte Alto/SP	3.499	33,88 ha	3.254,13
Sítio Siqueira II	Monte Alto/SP	10.773	19,65 ha	1.507,64
Sítio São Benedito	Monte Alto/SP	8.760 9.069	24,44 ha	6.030,88
Sítio São Fonseca II	Monte Alto/SP	27.923 22.979	18,84 ha	2.347,72
Fazenda Boa Vista da Onça	Monte Alto/SP	10.048 245 320	93,17 ha	8.017,31
Sítio Cachoeira dos Correias	Monte Alto/SP	4.640 378	17,25 ha	1.902,57
Fazenda Val de Palmas	Monte Alto/SP	22.160	20,20 ha	1.709,40
Sítio Santa Isabel	Monte Alto/SP	27.846	2,83 ha	300,04
Fazenda Santo Antonio	Monte Alto/SP	556	52,75 ha	4.888,08
Fazenda Santo Agostinho	Monte Alto/SP	19.273 e 20.337	18,15 ha	1.532,70
Fazenda Santa Luzia	Monte Alto/SP	19.104	47,64 ha	4.438,79
Sítio Santa Maria	Monte Alto/SP	10.422	25,62 ha	2.892,80
Sítio Alto Alegre - Gleba B	Monte Alto/SP	23.580	2,68 ha	220,45
Sítio São Sebastião II	Monte Alto/SP	22.168	8,71 ha	633,39

REGISTRO DE IMOVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Matrícula sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8601048 v32

Fazenda/Sítio	Comarca	Matrícula	Área (hectares)	Quantidade de cana (ton)
Sítio Dois Irmãos	Monte Alto/SP	20.216	7,88 ha	895,48
Sítio Serra do Rochedo	Monte Alto/SP	8.741	16,94 ha	1.678,06
Sítio São Braz	Monte Alto/SP	25.219 25.220	12,99 ha	1.239,92
Sítio Santa Amélia	Monte Alto/SP	18.896	6,38 ha (área menor)	550,18
Sítio São José	Monte Alto/SP	22.672	17,44 ha	1.488,96
Sítio São João	Monte Alto/SP	23.507	4,40 ha	381,11
Sítio Tabarana III	Monte Alto/SP	28.527	10,45 ha	647,60
Sítio Boa Esperança	Monte Alto/SP	4.420	12,90 ha	1.004,02
Sítio Figueira	Monte Alto/SP	2.173	8,34 ha	1.602,76
Sítio Bom Jesus	Monte Alto/SP	16.768	13,31 ha	1.321,16
Sítio Santa Júlia	Monte Alto/SP	23.439	22,28 ha	2.286,64
Sítio São João	Monte Alto/SP	18.572	10,89 ha	933,17
Sítio Barreiro	Monte Alto/SP	1.749 10.421 15.130	2,42 ha	198,03
Sítio Recanto do Joca	Monte Alto/SP	25.884	5,80 ha	646,30
Sítio Santo Antônio	Monte Alto/SP	3.689 4.400	16,79 ha	1.771,80
Chácara Nossa Senhora Aparecida	Monte Alto/SP	3.051	13,49 ha	1.609,27
Sítio Tabarana I	Monte Alto/SP	28.525	10,45 ha	1.896,09
Sítio Tabarana	Monte Alto/SP	12.020	3,84 ha	398,91
Sítio Santa Lúcia	Monte Alto/SP	23.438	20,98 ha	2.609,88
Sítio São Gabriel	Monte Alto/SP	15.850	37,34 ha	2.538,24
Sítio Kamimura	Monte Alto/SP	656 e 657	12,58	1.596,29

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8601048 v32

Fazenda/Sítio	Comarca	Matricula	Área (hectares)	Quantidade de cana (ton)
Sítio Santo Antônio	Monte Alto/SP	24.236 24.237	30,44 ha	622,94




REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508



DA#8601048 v32

Comarca: Itápolis - SP

Fazenda/Sítio	Comarca	Matrícula	Área (hectares)	Quantidade de cana (ton)
Sítio Anca da Garça	Itápolis/SP	17.562	7,42 ha	805,78
Sítio Santa Maria	Itápolis/SP	1.294	35,37 ha	3.382,11
Sítio Grama II	Itápolis/SP	15.893	13,93 ha	1.020,91
Sítio Nossa Senhora Aparecida	Itápolis/SP	1.474	20,57 ha	2.377,57
Sítio Santa Luzia	Itápolis/SP	8.425	8,47 ha	1.720,88
Sítio Coqueiro	Itápolis/SP	5.582 6.827 7.673	33,88 ha	4.452,75
Sítio São Carlos	Itápolis/SP	1.988	21,78 ha	2.386,65
Sítio Santa Mônica	Itápolis/SP	26.623 26.624	24,05 ha	2.545,76
Sítio São José	Itápolis/SP	14.578	60,71 ha	6.293,93
Sítio São João	Itápolis/SP	1.647	42,56 ha	4.593,73
Fazenda Santa Matilde	Itápolis/SP	7.396 7.397	33,85 ha	2.468,60
Chácara Primavera	Itápolis/SP	3.835 25.134 25.137	35,16 ha	2.693,33
Recanto JB	Itápolis/SP	26.735	3,63 ha	350,41
Sítio Nossa Senhora da Salette	Itápolis/SP	26.369	4,84 ha	689,13
Sítio São Bom Jesus	Itápolis/SP	13.244	8,47ha	1.004,50
Sítio Nossa Senhora Aparecida	Itápolis/SP	6.481	21,78 ha	2.699,42
Sítio Santo Antônio	Itápolis/SP	4.652 6.963	32,67 ha	4.271,06
Sítio Santa Luzia	Itápolis/SP	22.600	28,19 ha	3.049,23
Sítio São Pedro e Sítio José Silva	Itápolis/SP	980 8.727	24,20 ha	5.905,70
Estância Santa Luzia	Itápolis/SP	4.218	60,50 ha	4.813,42
Sítio JS	Itápolis/SP	6.066 8.931	36,30 ha	2.579,73

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
27503
MICROFILME SOB Nº

Fazenda/Sítio	Comarca	Matrícula	Área (hectares)	Quantidade de cana (ton)
Sítio São José	Itápolis/SP	10.011	12,10 ha	1.309,48
Sítio São José	Itápolis/SP	1.217	48,42 ha	4.200,91
Sítio Boa Vista	Itápolis/SP	21.393	6,05 ha	691,73
Sítio Novo	Itápolis/SP	1.193	11,97 ha	881,20
Sítio Santa Bárbara	Itápolis/SP	15.855	20,61 ha	2.246,86
Sítio Boa Vista	Itápolis/SP	6.539 10.567	41,48 ha	3.140,19
Sítio Gramma	Itápolis/SP	17.596	24,20 ha	3.375,58
Sítio Santa Lúcia	Itápolis/SP	10.116	24,20 ha	2.603,39
Sítio Paraíso	Itápolis/SP	944 2.459 5.660 6.248	55,66 ha	7.230,04
Chácara São José	Itápolis/SP	2.933	4,84 ha	544,23
Sítio São João	Itápolis/SP	18.751	2,29 ha	237,53
Sítio Beija Flor	Itápolis/SP	11.481	23,78 ha	2.337,02
Sítio Santo Expedido	Itápolis/SP	26.734	13,86 ha	1.727,37
Sítio Santa Rita	Itápolis/SP	23.579	24,20 ha	2.158,71
Sítio Santa Luzia	Itápolis/SP	18.685	4,84 ha	506,88
Sítio Vale dos Faraós II	Itápolis/SP	8.848	9,92 ha	1.089,90
Sítio Conquista	Itápolis/SP	23.143	14,21 ha	1.543,37
Sítio Cachoeirinha	Itápolis/SP	12.944	18,19 ha	1.693,40
Chácara Pássaro Preto	Itápolis/SP	24.896	7,26 ha	942,20
Sítio São Miguel	Itápolis/SP	26.367	8,34 ha	713,79
Sítio Lageadinho	Itápolis/SP	17.563	5,92 ha	631,89

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 40417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

Fazenda/Sítio	Comarca	Matricula	Área (hectares)	Quantidade de cana (ton)
Sítio Nossa Senhora Aparecida	Itápolis/SP	7.974	10,86 ha	1.027,90
Sítio São Pedro	Itápolis/SP	3.946	9,68 ha	665,51
Sítio Santa Terezinha	Itápolis/SP	14.468 4.020	60,04 ha	6.559,88
Fazenda Grama	Itápolis/SP	1.585 5.416 5.429	55,66 ha	6.958,80
Sítio Indaia	Itápolis/SP	25.425	33,88 ha	3.135,48
Sítio Santa Maria	Itápolis/SP	6.593	14,52 ha	1.702,71
Sítio São Lourenço	Itápolis/SP	8.762	29,74 ha	2.224,57
Sítio Velho	Itápolis/SP	2.566	10,43 ha	2.690,60
Sítio Santa Clara	Itápolis/SP	24.723	7,06 ha	482,93

RECEBIMOS DO PROVEDOR
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

Comarca: Taquaritinga - SP

Fazenda/Sítio	Comarca	Matrícula	Área (hectares)	Quantidade de cana (ton)
Sítio Mendes	Taquaritinga/SP	14.434	11,32 ha	973,33
Sítio Olhos D'Água / Sítio São Luiz	Taquaritinga/SP	20.840 650	9,07 ha	910,34
Sítio Nossa Senhora da Penha	Taquaritinga/SP	21.771	16,94 ha	2.339,93
Sítio São Pedro	Taquaritinga/SP	21.770	15,73 ha	1.196,23
Sítio Santo Antonio	Taquaritinga/SP	13.811	4,93 ha	410,07
Fazenda Santa Lúcia	Taquaritinga/SP	2.436	77,97 ha	8.488,52
Fazenda Fundão	Taquaritinga/SP	25.242	8,10 ha	959,07
Sítio São Alexandre	Taquaritinga/SP	Transcrição 21.125	13,69 ha	1.029,16
Fazenda Bela Vista	Taquaritinga/SP	14.671	14,51 ha	1.078,47
Sítio São Roque	Taquaritinga/SP	21.743	12,17 ha	1.286,52
Sítio São José - Gleba D	Taquaritinga/SP	15.563	4,93 ha	513,70
Sítio Santo Expedido	Taquaritinga/SP	26.529	9,68 ha	1.026,56
Recanto São Pedro	Taquaritinga/SP	27.204 27.206	13,43 ha	512,82
Sítio Santa Barbara	Taquaritinga/SP	20.384	41,55 ha	866,84
Sítio São Sebastião	Taquaritinga/SP	14.997	7,13 ha	611,84
Sítio São Sebastião	Taquaritinga/SP	26.772	8,47 ha	1.441,86
Sítio Santa Terezinha	Taquaritinga/SP	174	23,70 ha	2.114,06
Sítio da Água Limpa	Taquaritinga/SP	1.142	20,47 ha	1.551,44
Sítio Santa Rosa	Taquaritinga/SP	1.109	11,13 ha	1.219,46
Sítio Mendes	Taquaritinga/SP	10.434	4,84 ha	437,55
Sítio Palmeiras	Taquaritinga/SP	18.672	14,47 ha	1.526,32

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Esp. 10417
Microfilmado sob nº

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8601048 v32

Fazenda/Sítio	Comarca	Matrícula	Área (hectares)	Quantidade de cana (ton)
Sítio Boa Vista	Taquaritinga/SP	2.272	10,43 ha	1.193,98
Fazenda Santa Rosa	Taquaritinga/SP	26.131 26.132	56,03 ha	3.937,39
Sítio São José	Taquaritinga/SP	15.114 15.153	6,05 ha	1.898,68
Sítio Santa Rita	Taquaritinga/SP	59	34,79 ha	2.531,54
Sítio São Benedito	Taquaritinga/SP	767	15,39 ha	1.344,17
Sítio Alvorada	Taquaritinga/SP	13.104	8,95 ha	559,29
Sítio Santo Antonio	Taquaritinga/SP	20.314	16,55 ha	1.180,57
Sítio Santa Maria	Taquaritinga/SP	15.800 25.012	14,52 ha	1.536,60
Sítio São José	Taquaritinga/SP	13.205	23,20 ha	322,26
Sítio Santa Rosa	Taquaritinga/SP	1.540	16,94 ha	1.752,03
Sítio Três Irmãos	Taquaritinga/SP	13.448	9,97 ha	1.271,84
Sítio Nossa Senhora de Fátima	Taquaritinga/SP	26.060	16,48 ha	1.167,52
Fazenda Bom Retiro	Taquaritinga/SP	13.977	12,31 ha	2.475,31
Fazenda Fazendinha	Taquaritinga/SP	20.427	7,55 ha	402,99
Sítio São Paulo	Taquaritinga/SP	3.767	23,76 ha	2.591,22
Sítio Palmeira	Taquaritinga/SP	27.406	21,78 ha	2.086,86
Sítio Rio Reno	Taquaritinga/SP	27.303 28.190	44,28 ha	4.811,94
Sítio Santa Catarina Gleba F	Taquaritinga/SP	22.199	8,47 ha	1.253,34
Sítio Belo Jardim Arranha Gato	Taquaritinga/SP	321	42,20 ha	8.258,10
Sítio Limoeiro	Taquaritinga/SP	14.581	33,88 ha	3.406,20
Fazenda Santa Augusta	Taquaritinga/SP	27.438 27.439	41,74 ha	1.199,17
Sítio Santa Edwirges	Taquaritinga/SP	24.495	1,86 ha	197,27

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8601048 v32

Fazenda/Sítio	Comarca	Matrícula	Área (hectares)	Quantidade de cana (ton)
Sítio São Luiz	Taquaritinga/SP	2.441	3,09 ha	198,70
Sítio Santa Isabel	Taquaritinga/SP	13.177	9,36 ha	764,09
Sítio São Sebastião	Taquaritinga/SP	4.505	23,28 ha	2.458,25
Sítio São José	Taquaritinga/SP	10.822, 18.940, 18941 e 18.942	8,73 ha	718,32
Fazenda Barra Mansa II / Fazenda Barra Mansa III / Chácara das Rosas II / Sítio Santa Luzia	Taquaritinga/SP	583 15.732 11.693 15.731	108,31 ha	8.587,04
Sítio Santa Catarina Gleba D	Taquaritinga/SP	22.197	16,21 ha	1.265,16
Sítio Santa Catarina Gleba E	Taquaritinga/SP	22.198	16,06 ha	1.229,48
Sítio São João da Bela Vista	Taquaritinga/SP	21.081 25.754 25.520 25.046	3,92 ha	1.514,86
Sítio Santa Albertina	Taquaritinga/SP	7.997	9,26 ha	808,00
Sítio Primavera	Taquaritinga/SP	8.108	28,58 ha	3.424,89
Sítio São José	Taquaritinga/SP	22.205	6,48 ha	570,52
Sítio Santa Bárbara	Taquaritinga/SP	25.547	9,00 ha	754,75
Sítio São José	Taquaritinga/SP	22.190	13,74 ha	1.098,50
Sítio São Manoel	Taquaritinga/SP	12.024 14.633 25.993 25.994	7,39 ha	1.763,71
Sítio Figueira	Taquaritinga/SP	1.765	12,10 ha	1.288,72
Chácara Nossa Senhora Aparecida	Taquaritinga/SP	16.552	3,63 ha	1.315,97
Sítio Santo Antonio	Taquaritinga/SP	250	10,89 ha	1.485,98
Sítio São Luiz	Taquaritinga/SP	16.555 16.556	10,89 ha	504,84
Sítio Figueira	Taquaritinga/SP	26.139 26.140	6,75 ha	1.078,27
Sítio São Rafael	Taquaritinga/SP	14.256	17,30 ha	1.910,46

ALCAZAR DO MONTE ALTO

MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº - 27508

Fazenda/Sítio	Comarca	Matrícula	Área (hectares)	Quantidade de cana (ton)
Sítio Rocha II	Taquaritinga/SP	25.416	16,94 ha	1.868,41
Fazenda Belaria	Taquaritinga/SP	738	8,22 ha	1.181,00
Sítio Santa Helena	Taquaritinga/SP	68	22,86 ha	2.466,21
Sítio Santo Antonio	Taquaritinga/SP	26.354	1,21 ha	122,37
Sítio Primavera	Taquaritinga/SP	14.646	9,68 ha	1.010,99
Sítio Nossa Senhora Aparecida	Taquaritinga/SP	27.511	19,36 ha	1.749,57
Sítio Bela Vista	Taquaritinga/SP	26.229	15,19 ha	1.822,11
Fazenda Lagoa	Taquaritinga/SP	1.799	14,52 ha	1.868,83
Sítio Tangerina	Taquaritinga/SP	20.044	18,44 ha	1.226,57
Sítio JM	Taquaritinga/SP	22.433	8,54 ha	1.187,49
Sítio Alto Belo	Taquaritinga/SP	451 453	33,02 ha	4.113,24
Fazenda Paulicéia	Taquaritinga/SP	25.524	35,21 ha	3.839,10
Sítio Santo Antonio	Taquaritinga/SP	22.351	14,08 ha	2.323,24
Fazenda Bom Retiro	Taquaritinga/SP	2.943	34,99 ha	2.370,47
Sítio São Vicente	Taquaritinga/SP	16.441	9,68 ha	1.794,22
Fazenda São Pedro	Taquaritinga/SP	26.268 30.060	101,85 ha	5.683,06
Fazenda Sete Quedas	Taquaritinga/SP	965 8.813	147,29 ha	13.878,18
Sítio Monte Alegre	Taquaritinga/SP	30.087	61,23 ha	3.930,69
Sítio Bela Vista	Taquaritinga/SP	21.931	13,18 ha	1.993,42
Sítio Jesus de Nazaré	Taquaritinga/SP	14.645	13,18 ha	2.957,70
Fazenda Bela Vista	Taquaritinga/SP	26.735	3,63 ha	926,48
Sítio Belo Jardim	Taquaritinga/SP	21.768	9,07 ha	992,16

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8601048 v32

Fazenda/Sítio	Comarca	Matrícula	Área (hectares)	Quantidade de cana (ton)
Sítio Bela Vista	Taquaritinga/SP	2.284 2.285 2.286 2.551	105,07 ha	12.898,23
Fazenda Pau D'Alho	Taquaritinga/SP	13.733 21.246	38,81 ha	2.928,54
Sítio São João I e II	Taquaritinga/SP	8.624 21.744	31,87 ha	3.331,08
Rancho São Judas Tadeu	Taquaritinga/SP	18.987	42,30 ha	4.592,60
Sítio Santa Sílvia	Taquaritinga/SP	22.116	5,08 ha	538,70
Sítio Cabeceira	Taquaritinga/SP	24.533	21,78 ha	2.513,94
Sítio São Benedito	Taquaritinga/SP	20.154	13,31 ha	1.397,30
Sítio Lagoa	Taquaritinga/SP	16.903	12,82 ha	922,11
Sítio Santa Maria	Taquaritinga/SP	31.220	7,11 ha	611,84
Sítio Kaef	Taquaritinga/SP	25.716	6,12 ha	635,30
Sítio Monte Alegre	Taquaritinga/SP	249	20,15 ha	2.143,44
Sítio Olhos D'água	Taquaritinga/SP	21.843 21.845	13,09 ha	1.122,79
Sítio Santo Expedito	Taquaritinga/SP	14.648	6,05 ha	680,05
Sítio Santa Luzia	Taquaritinga/SP	4.664	17,35 ha	2.265,62
Sítio Água Limpa	Taquaritinga/SP	12.227	8,27 ha	887,61
Sítio São José	Taquaritinga/SP	25.605	23,01 ha	737,93
Sítio Nossa Senhora Aparecida	Taquaritinga/SP	21.769	13,11 ha	1.388,80
Sítio Santa Helena	Taquaritinga/SP	10.201	13,23 ha	1.655,88
Sítio São João	Taquaritinga/SP	2.746 7.639	5,42 ha	584,16
Sítio Bela Vista - Gleba 2	Taquaritinga/SP	28.164	7,06 ha	1.744,24
Sítio Diamante	Taquaritinga/SP	27.194	18,36 ha	1.350,32

RECEBIMENTO DE IMÓVEIS

MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
27508
MICROFILME SOB Nº

Fazenda/Sítio	Comarca	Matrícula	Área (hectares)	Quantidade de cana (ton)
Sítio Santa Deolinda	Taquaritinga/SP	22.194	12,14 ha	637,06
Sítio Serrinha	Taquaritinga/SP	10.795	6,00 ha	645,01
Fazenda Santo Antônio	Taquaritinga/SP	26.760	36,78 ha	4.339,84
Sítio Nossa Senhora Aparecida	Taquaritinga/SP	15.217	6,70 ha	720,54
Estância Coronel	Taquaritinga/SP	1.912	18,87 ha	2.551,64
Sítio Mendes	Taquaritinga/SP	22.662	6,02 ha	717,68
Sítio Bela Vista - Gleba 2C	Taquaritinga/SP	28.165	9,09 ha	1.299,68
Sítio Santa Lúcia	Taquaritinga/SP	13.662	8,92 ha	912,61
Sítio São Carlos	Taquaritinga/SP	25.531	7,86 ha	522,10
Sítio São José	Taquaritinga/SP	1.820	9,22 ha	661,67
Sítio Estrela	Taquaritinga/SP	30.584	9,68 ha	1.007,09
Sítio Sete Quedas IV	Taquaritinga/SP	29.787 29.788	28,97 ha	3.759,73
Fazenda Santa Rosa	Taquaritinga/SP	17.547	38,06 ha	3.849,24

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 440417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

ANEXO III – MANDATO

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA., NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, aos [dia] do mês de [mês] do ano de [ano], neste Município e comarca de [comarca], estado de [Estado], lavrado neste [Oficial], que, perante mim, [nome], em cartório, Escrevente Autorizado, compareceu, como outorgante, NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA., sociedade empresarial limitada, com sede em Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo, na Fazenda Vista Alegre, s/n, Km 2,5, Zona Rural, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.708.267/0461-56 (doravante designada "Outorgante"). ENTÃO, pela Outorgante, por meio de seus representantes legais, os Srs. [•], [qualificação completa] e [•], [qualificação completa], me foi dito que, por este público instrumento e nos melhores termos de direito, nomeia e constitui, em caráter irrevogável e irretirável, consoante os artigos 683, 684 e 685, do Código Civil, sua bastante procuradora a GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A., companhia securitizadora, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua do Rocio, 288, conjunto 16 (parte), 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93 (doravante designada "Outorgada"), ou sua substituta, na qualidade de representante da comunhão dos titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 4ª Emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A. ("CRA"), perfazendo o valor total de até R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), para, em seu nome e em benefício dos titulares de CRA, com o propósito especial e exclusivo de realizar todo e qualquer ato necessário a fim de, nos termos da cláusula 6.4. do "Instrumento Particular de Penhor Agrícola e Outras Avenças n.º 01/2013", datado de 19 de novembro de 2013 (designado, conforme aditado, o "Contrato de Penhor Agrícola"), preservar a eficácia do Contrato de Penhor Agrícola e executar as Garantias nele previstas, bem como firmar, se necessário, quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários à excussão demais Garantias constituídas em favor dos titulares de CRA: (i) praticar, no lugar e em nome da Outorgante, todos e quaisquer atos que se fizerem necessários ou se tornarem exigíveis para fazer valer extrajudicialmente o Contrato de Penhor Agrícola, inclusive os que seguem: (a) alienar, transferir e/ou executar os Bens Empenhados (ou qualquer parte destes) ou alienar de outro modo e entregar os Bens Empenhados ou qualquer parte destes consoante termos e condições que possam ser considerados convenientes, de acordo com o Contrato de Penhor Agrícola, e aplicar o produto assim recebido ao pagamento das Obrigações Garantidas, de acordo com o Contrato de Penhor Agrícola; e (b) assinar, formalizar e/ou entregar quaisquer instrumentos para a transferência ou outro tipo de alienação dos Bens Empenhados de acordo com o Contrato de Penhor Agrícola, e praticar todos os atos correlatos, inclusive, entre outros, executar quaisquer contratos e outros instrumentos ou acordos e instaurar ações com respeito aos Bens Empenhados e representar a Outorgante perante terceiros; (ii) assinar, formalizar e/ou entregar quaisquer documentos e praticar quaisquer atos que se fizerem necessários para o pleno, fiel e integral cumprimento deste mandato; (iii) na medida necessária para garantir o aperfeiçoamento, registro ou prioridade dos interesses securitários conferidos à Outorgada em relação aos Bens Empenhados, representar a Outorgante perante quaisquer Ofícios de Registros nos quais o Contrato de Penhor Agrícola ou suas respectivas alterações estejam registrados. A Outorgada poderá substabelecer, no todo ou em parte, os poderes ora conferidos. Os termos em letra maiúscula ora empregados, sem definição no

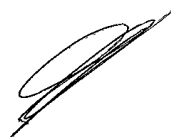


DA#8601048 v31

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato de Penhor Agrícola. A presente procuração: (a) é outorgada de forma irrevogável e irretroatável; (b) destina-se ao atendimento das obrigações previstas no Contrato de Penhor Agrícola, em conformidade com artigo 684 do Código Civil; e (c) é válida até 19 de novembro de [•] ou até o cumprimento integral das Obrigações, o que ocorrer por último.



REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8601048 v31

ANEXO IV — MINUTA DE CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA



REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8592642 v43

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO
DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE BENS EM GARANTIA


entre

NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA.
como Cedente Fiduciante

e


GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.
como Securitizadora ou Credora

Datado de 19 de novembro de 2013



REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508



DA#8594726 v32

ÍNDICE

1.	DEFINIÇÕES	2
2.	OBRIGAÇÕES GARANTIDAS	3
3.	CONSTITUIÇÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA	4
4.	EXCUSSÃO DAS GARANTIAS	12
5.	OBRIGAÇÕES ADICIONAIS	15
6.	DECLARAÇÕES E GARANTIAS	16
7.	DESPESAS E TRIBUTOS	17
8.	PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	18
9.	INDENIZAÇÃO	18
10.	COMUNICAÇÕES	19
11.	DISPOSIÇÕES GERAIS	19
12.	LEI APLICÁVEL E FORO	21
	ANEXO I – DEFINIÇÕES	25
	ANEXO II – PROCURAÇÃO	28
	ANEXO III – MODELO DE NOTIFICAÇÃO IPIRANGA	29
	ANEXO IV – MODELO DE NOTIFICAÇÃO	32
	ANEXO V – LISTA DE DEVEDORAS	35

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA/8594726 v32

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO
DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE BENS EM GARANTIA**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas:

1. **NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo, na Fazenda Vista Alegre, s/n, Km 2,5, Zona Rural, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.708.267/0461-56, neste ato devidamente representada na forma do seu contrato social ("Cedente Fiduciante" ou "Nardini"); e
2. **GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua do Rocio, 288, conjunto 16 (parte), 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93, neste ato devidamente representada na forma do seu estatuto social ("Credora" ou "Securitizadora");

(Quando referidos em conjunto, a Cedente Fiduciante e a Credora serão denominados "Partes" e, individualmente, "Parte")

CONSIDERANDO QUE

- (i) a Nardini tem por objeto (a) a exploração das atividades agrícolas e pastoris, principalmente a exploração da cultura de cana-de-açúcar e cereais, em terras próprias ou de terceiros, inclusive mediante a congregação de esforços e partilha dos frutos, sob o regime de parceria rural; (b) a indústria e comércio de açúcar, álcool anidro e hidratado e respectivos subprodutos, inclusive a importação e exportação dos mesmos; (c) a engorda, criação e recriação de gado bovino e o apascentamento de gado de terceiros; (d) cogeração e comercialização de energia elétrica; (e) comércio de cereais; e (f) industrialização e comercialização de ração animal;
- (ii) no âmbito de suas atividades, a Nardini emitiu um certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA, em conformidade com a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("Lei 11.076"), em favor da Credora, ou à sua ordem, no valor total de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) ("CDCA");
- (iii) a Securitizadora, nos termos dos artigos 23 e 38 da Lei nº 11.076, tem por objeto a aquisição e securitização de direitos creditórios originários de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos, relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária, para fins de emissão e colocação de certificados de recebíveis do agronegócio no mercado financeiro e de capitais;



DA#8594726 v32

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

- (iv) no curso regular de seus negócios, a Securitizadora pretende antecipar à Nardini recursos para financiar suas atividades do agronegócio, conforme previstas no item (i) acima, por meio da emissão de certificados de recebíveis do agronegócio pela Securitizadora ("CRA"), lastreados no CDCA, nos termos da Instrução da CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada;
- (v) no âmbito do CDCA e do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 1ª Série da 4ª Emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A.", celebrado entre a Securitizadora e a SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, CEP 04530-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, agente fiduciário representante dos titulares de CRA, em 19 de novembro de 2013 ("Emissão", "Termo de Securitização" e "Agente Fiduciário", respectivamente), o CDCA e a emissão dos CRA contarão com determinadas garantias, representadas pela presente Cessão Fiduciária (abaixo definida), bem como por penhor agrícola na forma do "Instrumento Particular de Penhor Agrícola e Outras Avenças", celebrado entre a Nardini, a Securitizadora e o Sr. Riccardo Nardini, na qualidade de fiel depositário, em 19 de novembro de 2013 ("Penhor Agrícola" e "Contrato de Penhor", respectivamente);
- (vi) a Nardini pretende, por meio deste instrumento, onerar os Créditos Cedidos (abaixo definidos), nos termos do artigo 18 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada ("Lei 9.514"), do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada ("Lei 4.728"), e das disposições gerais da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), em especial o artigo 1.361 e seguintes, no que for aplicável, em garantia do integral e pontual pagamento das Obrigações (abaixo definidas); e
- (vii) a presente Cessão Fiduciária é constituída sem prejuízo das outras garantias constituídas ou a serem constituídas em favor da Credora.

RESOLVEM AS PARTES celebrar o presente "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Bens em Garantia" ("Contrato"), nos seguintes termos e condições:

1. DEFINIÇÕES

1.1. Definições. Exceto se expressamente indicado: (i) palavras e expressões em maiúsculas, não definidas neste Contrato, terão o significado previsto no Anexo I do presente, no CDCA ou no Termo de Securitização; (ii) o masculino incluirá o feminino e o singular incluirá o plural; e (iii) todos os prazos aqui estipulados serão contados em dias corridos, exceto se qualificados expressamente como Dias Úteis.




DA#8594726 v32

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

2. OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

2.1. CDCA. Para os fins dos artigos 18, 22 e seguintes da Lei 9.514, os termos e as condições gerais do CDCA, estão resumidamente descritos abaixo:

- (i) Valor Nominal: R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais);
- (ii) Data de Emissão: 19 de novembro de 2013;
- (iii) Data de Vencimento Final: 25 de abril de 2019;
- (iv) Cronograma para Amortização: em 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, conforme descrito no cronograma de pagamentos do anexo V do CDCA;
- (v) Remuneração: As parcelas do CDCA serão acrescidas de juros, incidentes de forma anual, a partir da Data da Integralização até as Datas de Vencimento, apurado sobre o Valor Nominal das parcelas, ou saldo do Valor Nominal, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over extra grupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, expressa na forma percentual ao ano, acrescida exponencialmente de um *spread* de 3% (três por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e
- (vi) Hipóteses de Vencimento Antecipado: as hipóteses de vencimento antecipado do CDCA estão estipuladas no próprio instrumento.

2.2. Certificados de Recebíveis do Agronegócio. Para os fins dos artigos 18, 22 e seguintes da Lei 9.514 e do artigo 66-B da Lei 4.728, os termos e as condições gerais dos CRA estão resumidamente descritos abaixo:

- (i) Quantidade: até 400 (quatrocentos) CRA, totalizando o valor de até R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais);
- (ii) Número da Série e Emissão: 1ª série da 4ª emissão;
- (iii) Data de Emissão: 19 de novembro de 2013 ("Data de Emissão");
- (iv) Data de Vencimento: 25 de abril de 2019 ("Data de Vencimento");
- (v) Cronograma para Amortização: em 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, conforme cálculo e cronograma indicados no Termo de Securitização ("Amortização Programada");
- (vi) Remuneração: a partir da Data da Integralização, os CRA farão jus a juros remuneratórios, a serem realizadas mensalmente, conforme indicado no anexo VI do Termo de Securitização, incidentes sobre o Valor Nominal, ou

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - F. 116417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8594726 v32

saldo do Valor Nominal, conforme o caso, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over extra grupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, expressa na forma percentual ao ano, acrescida exponencialmente de um *spread* de 3% (três por cento) ao ano ("Remuneração" e, em conjunto com a Amortização Programada, "Pagamento dos CRA");

- (vii) Hipóteses de Vencimento Antecipado: as hipóteses de vencimento antecipado dos CRA estão estipuladas no Termo de Securitização.

2.2.1. Não obstante a descrição nas cláusulas 2.1 e 2.2, acima, todos os termos e condições (i) do CDCA são parte integrante deste Contrato; e (ii) dos CRA estão previstos no Termo de Securitização.

2.3. Obrigações Garantidas. A Cessão Fiduciária (abaixo definida) prevista neste Contrato garantirá o cumprimento integral, pela Nardini, das "Obrigações", assim entendidas toda e qualquer obrigação derivada do CDCA e dos CRA, inclusive valores devidos, seja em decorrência do CDCA, deste Contrato e das demais Garantias (abaixo definidas) e/ou da legislação aplicável, independentemente de sua exigibilidade, inadimplemento ou vencimento antecipado, seja em caso de: (i) inadimplemento, total ou parcial; (ii) decretação de vencimento antecipado, de todo e qualquer montante de Valor Nominal, Remuneração, encargos ordinários e/ou de mora; (iii) incidência de tributos e despesas gerais, conforme aplicáveis, inclusive, sem limitação, por força da excussão das Garantias; (iv) qualquer despesa para a consolidação de propriedade em nome da Credora, inclusive emolumentos e as de publicação dos anúncios dos leilões, conforme aplicável; (v) qualquer custo ou despesa incorrido pela Credora ou pelos titulares dos CRA em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes do CDCA, deste Contrato e das demais Garantias; (vi) haver qualquer outro montante devido pela Nardini à Credora, aos titulares dos CRA e aos demais prestadores de serviços para os CRA; e (vii) inadimplemento no pagamento ou reembolso de qualquer outro montante devido e não pago, relacionado com a Oferta ou a Emissão.

2.4. Exercício de Direitos. Os poderes, pretensões e faculdades atribuídas à Securitizadora, neste Contrato, no CDCA e no Termo de Securitização, poderão ser exercidos pela Securitizadora direta e conjuntamente pelos titulares de CRA e/ou pelo Agente Fiduciário, após deliberação em assembleia geral, conforme procedimento previsto no Termo de Securitização, com base nas previsões da Lei 9.514.

3. CONSTITUIÇÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA

3.1. Garantia. Em garantia das Obrigações, por este Contrato e na melhor forma de direito, a Cedente Fiduciante, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 18 da Lei 9.514, do artigo 66-B da Lei 4.728 e do artigo 1.361 e seguintes do Código Civil, no que for aplicável, constitui, em favor dos titulares de CRA, representados pela Securitizadora, cessão fiduciária sobre 100% (cem por cento) de: (i) direitos creditórios de sua titularidade contra a IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Eugênio,




DA#8594726 v32

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

329, São Cristóvão, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.337.122/0001-27 ("Ipiranga"), decorrentes do "Contrato de Compra e Venda de Etanol Etílico Anidro Carburante e Etanol Etílico Hidratado Carburante", celebrado em 24 de abril de 2013, conforme aditado em 18 de julho de 2013 e 30 de setembro de 2013, entre a Cedente Fiduciante e a Ipiranga, por meio do qual a Cedente Fiduciante se obrigou a entregar o produto "Etanol Etílico Anidro Carburante e Etanol Etílico Hidratado Carburante" à Ipiranga, pelo prazo de 72 (setenta e dois) meses ("Direitos Creditórios Ipiranga" e "Contrato de Fornecimento"), inclusive seus aditamentos, multas, acréscimos, garantias, direitos ou opções; (ii) demais valores creditados ou depositados na conta centralizadora, de titularidade da Credora, junto ao Banco Bradesco S.A., agência 3391-0, sob o nº 11822-2 ("Conta Centralizadora"), independentemente de superarem ou não o Valor Referência (abaixo definido), inclusive eventuais ganhos e rendimentos oriundos de investimentos realizados com os valores decorrentes da Conta Centralizadora, assim como o produto do resgate ou da alienação de referidos investimentos (que deverão ser obrigatoriamente creditados na Conta Centralizadora), os quais passarão a integrar automaticamente a presente cessão fiduciária, independentemente de onde se encontrarem, mesmo que em trânsito ou em processo de compensação bancária; (iii) demais direitos principais e acessórios, atuais ou futuros, recebidos na Conta Centralizadora; e (iv) bens, ativos ou qualquer outro tipo de investimento realizados com o emprego dos recursos indicados nos itens (i) a (iii), acima, inclusive rendimentos, direitos ou bens dele derivados ou neles referenciados ("Cessão Fiduciária", sendo "i", "ii", "iii" e "iv", em conjunto, denominados "Créditos Cedidos" e em conjunto com o Penhor Agrícola, "Garantias").

3.1.1. A Cessão Fiduciária será considerada perfeita e acabada e se aperfeiçoará automaticamente tão logo o produto dos Créditos Cedidos seja transferido para a Conta Centralizadora, sem necessidade de qualquer outro ato por parte de qualquer das Partes.

3.1.2. No mesmo dia em que forem realizados os investimentos referidos no item (iv) da cláusula 3.1, acima, de acordo com a gestão da Securitizadora, os respectivos investimentos integrarão a presente Cessão Fiduciária. Os Créditos Cedidos constantes da Conta Centralizadora somente poderão ser aplicados em: (i) fundos de renda fixa de baixo risco, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil, administrados pelo BB-Banco de Investimento S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, 105, 36º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30; (ii) certificados de depósito bancário emitidos pelas instituições financeiras Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. entre outras instituições financeiras de primeira linha, desde que possuam um *rating* mínimo de AAA(bra), conforme relatório divulgado pela Standard & Poor's, Moody's ou Fitch Ratings; (iii) ou ainda em títulos públicos federais ("Aplicações Financeiras").

3.2. Aperfeiçoamento da Cessão Fiduciária. A Cedente Fiduciante, obriga-se, desde já, às suas expensas, a:




DA#8594726 v32

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Matrícula nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

- (i) na data de assinatura deste Contrato, e no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados da data de assinatura de qualquer aditamento, comprovar à Securitizadora que tais instrumentos foram submetidos a registro ou averbação, conforme o caso, mediante envio de cópia dos protocolos de registro ou averbação, nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, e da comarca de Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo;
- (ii) no prazo de até 30 (trinta) dias da data de celebração deste Contrato, ou de qualquer aditamento, entregar à Securitizadora 1 (uma) via original de tal documento, devidamente registrado ou averbado, conforme o caso, nos termos da alínea (i) acima; e
- (iii) celebrar aditamentos a este Contrato nos casos aqui previstos.

3.2.1. Sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Contrato, no CDCA e no Termo de Securitização, caso a Cedente Fiduciante não realize os registros e averbações acima previstos, fica desde já a Securitizadora autorizada a procedê-los, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, sem prejuízo da declaração de vencimento antecipado das Obrigações e da execução da Cessão Fiduciária pela Securitizadora e outras eventuais garantias, nos termos previstos no CDCA, no Termo de Securitização, no presente Contrato e nos demais documentos da operação.

3.3. Propriedade e Posse. Observadas as previsões das cláusulas 3.4 e 3.5, abaixo, a Cessão Fiduciária ora pactuada resulta na transferência, pela Cedente Fiduciante à Securitizadora, em benefício dos titulares do CRA, da propriedade resolúvel e da posse indireta dos Créditos Cedidos, permanecendo a sua posse direta com a Cedente Fiduciante.

3.4. Movimentação da Conta Centralizadora. Durante a vigência deste Contrato: (i) inexistirão cheques e qualquer espécie de cartão relacionados com a Conta Centralizadora; e (ii) a Conta Centralizadora será movimentada única e exclusivamente pela Securitizadora.

3.4.1. Observada a mecânica de liberação de recursos prevista neste Contrato, os Créditos Cedidos ficarão indisponíveis à Cedente Fiduciante e à disposição da Securitizadora, em benefício dos titulares do CRA, sendo certo, entretanto, que a Securitizadora somente poderá utilizar os Créditos Cedidos exclusivamente para fins de (i) satisfação integral ou parcial das Obrigações; ou (ii) cumprimento das demais disposições previstas neste Contrato, no CDCA e no Termo de Securitização.

3.4.2. A Credora obriga-se a manter aberta a Conta Centralizadora (ou no caso de sua impossibilidade, uma outra que a substitua) até que todas as Obrigações tenham sido liquidadas. A alteração do Banco Bradesco S.A. como instituição responsável pela manutenção da Conta Centralizadora depende de anuência dos titulares do CRA, reunidos em assembleia geral. Caso os requisitos previstos a seguir sejam respeitados, a alteração do Banco Bradesco S.A. dependerá apenas da anuência da Securitizadora, sem necessidade de assembleia geral: (i) referida instituição seja uma instituição financeira de primeira linha, com experiência nas funções a serem por ela desempenhadas; (ii) as




DA#8594726 v32

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - SP
Microfilmado sob nº 10417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
27508
MICROFILME SOB Nº

disposições deste Contrato sejam integralmente; e (iii) inexistir interrupção dos serviços prestados para a eficácia das Garantias.

3.5. Fluxo Mínimo de Créditos Cedidos. A partir da Data da Integralização dos CRA, deverá ser efetuado pagamento, por meio de boleto bancário, pela Ipiranga, notificada na forma prevista pela cláusula 3.15 abaixo, de montante equivalente à totalidade das parcelas mensais devidas à Cedente Fiduciante no âmbito do Contrato de Fornecimento, livres e desembaraçadas de quaisquer Ônus, que deverá corresponder a, no mínimo, ao valor da próxima parcela de Pagamento dos CRA, apurada na forma prevista do Termo de Securitização ("Limite Mínimo").

3.5.1. A Securitizadora deverá, no 5º (quinto) Dia Útil anterior a cada data de pagamento de Remuneração, conforme previsto no Termo de Securitização (cada, uma "Data de Apuração"), apurar se o montante de Créditos Cedidos disponível na Conta Centralizadora equivale a, no mínimo, 100% (cem por cento): (i) do Limite Mínimo, ou (ii) em caso de vencimento antecipado das Obrigações, da totalidade das parcelas de Pagamento dos CRA devidas, sem prejuízo dos acréscimos de Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das Obrigações (referidos, em conjunto, como "Valor de Referência").

3.5.2. Caso, na Data de Apuração, o montante de Créditos Cedidos disponíveis na Conta Centralizadora seja inferior ao Valor de Referência, tal evento será caracterizado, para todos os fins deste Contrato, um Evento de Reforço e Complementação (abaixo definido), devendo a Cedente Fiduciante creditar o valor necessário até o 2º (segundo) Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento do CRA, conforme previstas no Termo de Securitização ("Data Limite"). A Cedente Fiduciante deverá observar o disposto na cláusula 3.11.3 para ceder novos Direitos Creditórios Ipiranga. O descumprimento deste prazo pela Cedente Fiduciante configurará um Evento de Inadimplemento e ensejará a consolidação da titularidade dos Créditos Cedidos em favor dos titulares do CRA, representados pela Securitizadora, nos termos da cláusula 4.1.1 abaixo.

3.5.3. A qualquer tempo, sempre que ocorrer qualquer inadimplemento de quaisquer das Obrigações, ou seu vencimento antecipado, ou qualquer outro Evento de Inadimplemento, os Créditos Cedidos depositados na Conta Centralizadora poderão ser parcial ou integralmente utilizados para liquidação das Obrigações. Neste caso, a Securitizadora utilizará os recursos para o pagamento, aos titulares do CRA, das Obrigações inadimplidas.

3.6. Razão de Garantia dos Créditos Cedidos Fiduciariamente. Os Créditos Cedidos outorgados em garantia em favor da Credora deverão representar, até que todas as Obrigações relacionadas ao CDCA e consequentemente ao CRA sejam cumpridas, sem prejuízo da Nardini proceder ao Reforço e Complementação de Garantia (abaixo definido) e sob pena de vencimento antecipado do CDCA, no período de 12 (doze) meses seguintes à data de verificação, o montante equivalente a, no mínimo, 140% (cento e quarenta por cento) do resultado da multiplicação do último valor mensal devido no âmbito dos CRA por 12 (doze), conforme apurações a serem realizadas pela Securitizadora: (i) mensalmente, no dia 15 (quinze) de cada mês, e (ii) anualmente, no mês de maio ("Razão de Garantia dos Créditos Cedidos Fiduciariamente").




DA#8594726 v32

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
19/08/2017

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

3.6.1. Para fins de apuração da Razão de Garantia dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, os Créditos Cedidos Fiduciariamente terão seu valor calculado considerando a fórmula abaixo:

$$\text{Val_anidro} + \text{Val_hidratado} \geq 140\% \times \text{Ultimo PMT} \times 12$$

Sendo:

Val_hidratado: Valor de direitos creditórios de hidratado para os próximos 12 (doze) meses que segue a seguinte fórmula de apuração:

$$\text{Val_hidratado} = \text{Volume_hidratado_12} \times \text{Preço_hidratado_ref}$$

Volume_hidratado_12: Volume em litros de etanol hidratado a ser entregue nos próximos 12 (doze) meses de acordo com os termos do Contrato de Fornecimento, incluindo quaisquer ajustes e/ou aditivos que tenham sido acordados até a data em questão.

Preço_hidratado_ref: Preço de referência para fins de apuração do valor dos direitos creditórios pela venda de hidratado nos próximos 12 (doze) meses. Calculado através da multiplicação do Preço_Histórico_Médio_Esalq_Semanal por 1,0125. Ou seja:

$$\text{Preço}_{\text{hidratado ref}} = \text{Preço}_{\text{Historico Medio Esalq Semanal}} \times 1,0125$$

Preço_Historico_Medio_Esalq_Semanal: Calculado através da média aritmética simples do preço de fechamento das últimas 26 (vinte e seis) semanas do Preço_ESALQ_Hidratado_Semanal, calculado da seguinte forma:

$$\text{Preço_Historico_Medio_Esalq_Semanal} = \frac{\sum_{i=1}^{26} \text{Preço_ESALQ_Hidratado_Semanal}(i)}{26}$$

Preço_ESALQ_Hidratado_Semanal: Preço de fechamento semanal do Etanol Hidratado em R\$/litro de acordo com o índice CEPEA/ESALQ-SP divulgado na página da CEPEA/ESALQ na Internet (<http://cepea.esalq.usp.br/etanol/>).

Val_anidro: Valor de direitos creditórios de anidro para os próximos 12 (doze) meses que segue a seguinte fórmula de apuração:

$$\text{Val_anidro} = \text{Volume_anidro_12} \times \text{Preço_anidro_ref}$$

Volume_anidro_12: Volume em litros de etanol anidro a ser entregue nos próximos 12 (doze) meses de acordo com os termos do Contrato de Fornecimento, incluindo quaisquer ajustes e/ou aditivos que tenham sido acordados até a data em questão.

Preço_anidro_ref: Preço de referência para fins de apuração do valor dos direitos creditórios pela venda de hidratado nos próximos 12 (doze) meses. Calculado por meio da seguinte fórmula:




DA#8594726 v32

REGISTRO DE IMÓVEIS
 MONTE ALTO - Est. São Paulo
 Matrícula nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
 MICROFILME SOB Nº 27508

$$Preço_{anidro_{ref}} = 1,13 \times (Preço_{Médio_Histórico_Diário} - R\$0,048/litro)$$

Preço_Médio_Histórico_Diário: Calculado através da média aritmética simples do preço de fechamento dos últimos 180 (cento e oitenta) dias do Preço_ESALQ_Hidratado_Diário, calculado da seguinte forma:

$$Preço_{Médio_Histórico_Diário} = \frac{\sum_{i=1}^{180} Preço_{ESALQ_Hidratado_Diário}(i)}{180}$$

Preço_ESALQ_Hidratado_Diário: Preço de fechamento diário do Etanol Hidratado em R\$/litro de acordo com o índice ESALQ/BM&F Bovespa na modalidade CIF-PAULINIA/SP divulgado na página da CEPEA/ESALQ na Internet (<http://cepea.esalq.usp.br/etanol/>).

Último PMT: Último valor devido aos investidores no âmbito dos CRA

3.6.2. Serão desconsiderados para fins do cálculo acima Créditos Cedidos que venham a ser objeto de qualquer evento que imponha outro Ônus, inclusive penhora, sequestro, arresto ou qualquer outra medida judicial ou administrativa, de modo a se tornarem inábeis, impróprios, imprestáveis ou insuficientes para assegurar o cumprimento das Obrigações.

3.7. Liberação dos Recursos. Desde que a Nardini esteja estritamente em dia com todas as suas obrigações decorrentes do CDCA e dos CRA, inclusive, sem limitação, as Obrigações, quaisquer outras obrigações pecuniárias e não pecuniárias, seus encargos e todas as demais obrigações decorrentes do CDCA, do Termo de Securitização e de todos os instrumentos acessórios, tais como o presente Contrato, bem como não esteja em curso um Evento de Reforço e Complementação ou um Evento de Inadimplemento, a Securitizadora deverá, até 2 (dois) Dias Úteis após cada data de Pagamento dos CRA, transferir a totalidade dos Créditos Cedidos disponível na Conta Centralizadora, para conta corrente de titularidade da Nardini.

3.7.1. A Nardini desde já autoriza a Securitizadora a, a seu exclusivo critério: (i) utilizar os recursos referentes aos Créditos Cedidos da Conta Centralizadora para o pagamento das Obrigações, incluindo, mas não se limitando, a recomposição do Fundo de Reserva e do Fundo de Despesas, observado que, nesse caso, a Nardini deverá recompor o Valor de Referência caso, após tal emprego de recursos pela Securitizadora, o saldo existente na Conta Centralizadora fique inferior a tal limite; e (ii) liberar o valor que exceder ao pagamento das Obrigações na Data de Vencimento ou na data de quitação integral das Obrigações, o que ocorrer por último.

3.8. Política de Investimentos. A Securitizadora: (i) deverá aplicar o saldo, mantido na Conta Centralizadora, de acordo com as Aplicações Financeiras; e (ii) não poderá aplicar o saldo em ativos cujo risco de crédito seja a Nardini, suas Controladas, suas coligadas ou sociedades sob Controle comum.

3.8.1. Cada titular do CRA e a Securitizadora não terão qualquer responsabilidade por qualquer perda de capital investido, reivindicação, demanda, dano, tributo ou despesa decorrentes de qualquer Aplicação Financeira.




DA#8594726 v32

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Matriculado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

3.8.2. Caso o resultado da Aplicação Financeira ou da sua liquidação seja inferior ao que poderia ter sido se tal Aplicação Financeira ou liquidação, de outra forma, não tivesse ocorrido, e disto decorra a necessidade de reforço de garantia, tal evento será caracterizado um Evento de Reforço e Complementação para todos os fins deste Contrato, devendo a Cedente Fiduciante observar o disposto na cláusula 3.11, abaixo.

3.9. Autorização. A constituição da Cessão Fiduciária regulada pelo presente Contrato foi aprovada em reunião de sócios da Nardini, realizada em 02 de outubro de 2013, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 07 de outubro de 2013, sob o nº 344.480/13-6 ("Reunião de Sócios").

3.10. Razão determinante. É razão determinante dos titulares do CRA, representados pela Securitizadora, para o investimento nos CRA e a celebração do Termo de Securitização, a declaração da Nardini, aqui prestada, de que a constituição da Cessão Fiduciária não compromete, nem comprometerá, até a Data de Vencimento, total ou parcialmente, a operacionalização e a continuidade do desempenho das atividades pela Nardini, inclusive sua liquidez, capacidade creditícia ou desempenho operacional.

3.11. Reforço e Complementação. Nos termos dos artigos 1.425 e 1.427 do Código Civil, na hipótese de qualquer ato ou fato, independentemente da vontade da Nardini, que implique ou possa implicar o desfalque, deterioração, perecimento ou desapropriação, total ou parcial, da Cessão Fiduciária, a Nardini, conforme aplicável, ficará obrigada a, na forma prevista nesta cláusula 3ª, independentemente de aviso ou notificação da Credora, reforçá-las ou substituí-las, total ou parcialmente, por bens adicionais, sem qualquer Ônus, que, a critério da Securitizadora, cumpram os requisitos da Cessão Fiduciária ("Reforço e Complementação de Garantia").

3.11.1. Para os fins deste Contrato, são exemplos de eventos dessa espécie: (i) a deterioração ou depreciação dos bens objeto da Cessão Fiduciária; (ii) a penhora, arresto ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar sobre os bens e direitos objeto da Cessão Fiduciária; (iii) disposição, transferência, cessão ou Alienação (ainda que em caráter fiduciário), penhor ou qualquer Ônus sobre os bens e direitos objeto da Cessão Fiduciária, além do previsto neste Contrato; (iv) desapropriação, confisco ou qualquer outra forma de perda do domínio dos bens objeto Cessão Fiduciária; (v) qualquer evento que reduza o valor dos bens e direitos objeto da Cessão Fiduciária, ou comprometa sua validade, eficácia ou exequibilidade; (vi) o inadimplemento de quaisquer devedores ou garantidores, conforme aplicável, de recursos objeto da Cessão Fiduciária, ou dos investimentos realizados com os respectivos recursos, conforme aplicável; (vii) a verificação de que o Limite Mínimo ou o próximo Valor de Referência não se encontra integralmente depositado na Conta Centralizadora na Data Limite; (viii) redução, por qualquer razão, do Valor de Referência depositado na Conta Centralizadora; (ix) descumprimento da Razão de Garantia dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, exceto se novos direitos creditórios forem cedidos fiduciariamente no prazo previsto na cláusula 3.11.3; ou (x) o inadimplemento de quaisquer obrigações previstas neste Contrato e/ou no Contrato de Fornecimento ("Evento de Reforço e Complementação").




DA#8594726 v32

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Esp. São Paulo
Microfilme sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

3.11.2. Sem prejuízo do disposto acima, no caso de qualquer Evento de Reforço e Complementação, a Cedente Fiduciante se obriga ainda a, em até 2 (dois) Dias Úteis: (i) notificar por escrito a Credora, para informar: (a) os fatos que acarretaram a diminuição dos Créditos Cedidos; (b) a quantidade de direitos creditórios faltante; e (c) qualquer outra informação relevante ou necessária; bem como (ii) providenciar o imediato reforço das referidas garantias, conforme procedimento previsto na cláusula 3.11.3 abaixo.

3.11.3. Caso seja verificado, a qualquer momento, qualquer Evento de Reforço e Complementação, inclusive se apurado com base na diminuição da garantia (i) no percentual previsto na cláusula 3.6 acima, com base no acompanhamento anual, e/ou (ii) em percentual inferior a 130% (cento e trinta por cento), com base no acompanhamento mensal, a Cedente Fiduciante se compromete, independentemente de notificação prévia da Credora, a adotar todas as providências que se façam necessárias para imediatamente apresentar à Credora novos direitos creditórios, de sua titularidade contra a Ipiranga, em montante suficiente para o restabelecimento da Razão de Garantia dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias da constatação de tal evento e/ou da notificação nesse sentido, o que ocorrer antes, sendo que, caso a Cedente Fiduciante não detenha qualquer direito creditório contra a Ipiranga, a Cedente Fiduciante poderá apresentar direitos creditórios decorrentes da comercialização de açúcar ou etanol, detidos exclusivamente contra uma das devedoras listadas no Anexo V ao presente Contrato ("Devedora"). Em qualquer caso, somente poderão ser cedidos fiduciariamente novos direitos creditórios que sejam previamente aceitos e aprovados, por escrito, pela Credora, após análise de toda a documentação por ela solicitada. A Cedente Fiduciante se obriga a apresentar cópias dos documentos que comprovam a existência do direitos creditório, bem como parecer jurídico para o fim específico de atestar que os novos direitos creditórios a serem cedidos fiduciariamente são válidos, eficazes e vinculantes, bem como outros documentos que a Credora julgar necessário. Caso a Cedente Fiduciante não apresente, justificadamente, a totalidade das informações e/ou documentos referentes às novas quantidades de direitos creditórios, a Credora enviará uma notificação indicando as informações e/ou documentação pendente. A Cedente Fiduciante poderá apresentar as informações e/ou documentação faltante em até 10 (dez) dias corridos contados da notificação enviada pela Credora. Após a aprovação da Credora quanto aos novos direitos creditórios a serem cedidos fiduciariamente, a Cedente Fiduciante se obriga a formalizar o registro dos direitos creditórios a serem cedidos fiduciariamente no prazo de 10 (dez) dias de tal aprovação.

3.12. Documentos Comprobatórios. Os instrumentos, contratos, extratos e/ou outros documentos relacionados à Cessão Fiduciária deverão ser mantidos na sede do SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, CEP 04530-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86 ("Custodiante"), que, nos termos do respectivo "Contrato de Prestação de Serviços de Custodiante", celebrado entre a Emissora e o Custodiante, em 19 de novembro de 2013 ("Contrato de Custódia"), será fiel depositário contratado, pela Credora, assumindo todas as responsabilidades a ele inerentes, na forma da lei.

3.13. Envio de Informações. A Nardini deverá enviar quaisquer informações que lhe sejam solicitadas, por escrito, pela Securitizadora, com relação à Cessão Fiduciária, inclusive os documentos referidos na cláusula anterior, conforme o




DA#8594726 v32

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

caso, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, salvo se outro prazo específico não estiver estabelecido, no CDCA, no Termo de Securitização ou neste Contrato.

3.14. Onerações. A Nardini obriga-se a manter a Cessão Fiduciária íntegra, plena e eficaz enquanto vigorar o presente Contrato, assim como os bens e direitos a ela subjacentes, sempre livres e desembaraçados de quaisquer Ônus, além dos aqui previstos.

3.14.1. Qualquer outra constituição de Ônus sobre os bens e direitos subjacentes à Cessão Fiduciária dependerá de aprovação prévia dos titulares do CRA reunidos em Assembleia Geral, nos termos do Termo de Securitização.

3.15. Notificação de Cessão. A Cedente Fiduciante deverá enviar notificação à Ipiranga para informá-la sobre a constituição da presente garantia, de forma a fazer com que os Direitos Creditórios Ipiranga sejam pagos pela Ipiranga mediante depósito na Conta Centralizadora, na forma do Anexo III do presente.

3.15.1. A notificação será enviada em até 3 (três) Dias Úteis a contar da celebração do presente Contrato, sob pena de indenização por todo e qualquer dano direto ou indireto que decorra do descumprimento desta obrigação, conforme comprovante a ser enviado à Securitizadora.

3.15.2. Exclusivamente na hipótese da cláusula 3.11.3 acima, em caso de Cessão Fiduciária de direitos creditórios contra outra(s) Devedora(s) que não seja(m) a Ipiranga, a Cedente Fiduciante deverá enviar notificação à(s) Devedora(s) para informá-la(s) sobre a constituição da presente garantia, de forma a fazer com que os Direitos Creditórios Ipiranga sejam pagos por cada uma delas mediante depósito na Conta Centralizadora, na forma do Anexo IV do presente.

4. EXCUSSÃO DAS GARANTIAS

4.1. Inadimplemento. Para os fins deste Contrato, observado, ainda, o disposto no CDCA e/ou no Termo de Securitização, constituem hipóteses de excussão da Cessão Fiduciária, a critério da Securitizadora (qualquer delas, um "Evento de Inadimplemento"):

- (i) o inadimplemento, total ou parcial, ou vencimento antecipado das Obrigações, nos termos do CDCA e do Termo de Securitização;
- (ii) o inadimplemento do dever tempestivo de reforço de garantia em razão de um Evento de Reforço e Complementação;
- (iii) a alteração ou extinção da Conta Centralizadora;
- (iv) a alteração ou extinção antecipada do Contrato de Fornecimento;
- (v) inadimplemento pela Nardini de qualquer das obrigações previstas no Contrato de Fornecimento;




DA#8594726 v32

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Arquivado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27502

- (vi) o descumprimento, pela Nardini, de qualquer (a) outra obrigação assumida neste Contrato, não sanada nos prazos aqui estabelecidos; ou (b) outra obrigação assumida no CDCA e/ou no Termo de Securitização não sanada nos prazos nela estabelecida;
- (vii) proposição contra a Nardini de demandas, judiciais ou administrativas, ou qualquer investigação, que afete o objeto da Cessão Fiduciária;
- (viii) se a Nardini tentar ou praticar qualquer ato que vise anular, questionar, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, este Contrato ou limitar os poderes dos titulares do CRA de excutir a totalidade das Garantias até cumprimento integral das Obrigações; e/ou
- (ix) a ocorrência de qualquer dos eventos acima, com relação à Controladas, ligadas e sociedades sob Controle comum da Nardini.

4.1.1. Caso ocorra qualquer Evento de Inadimplemento, todos os Créditos Cedidos, bem como recursos depositados anterior, concomitante ou posteriormente à ocorrência do referido Evento de Inadimplemento, (i) terão sua propriedade consolidada em nome da Securitizadora, representando o interesse dos titulares do CRA; e (ii) serão utilizados para o pagamento das Obrigações devidas.

4.2. Excussão. Mediante a ocorrência de um Evento de Inadimplemento, a Securitizadora fica desde já irrevogavelmente autorizada e habilitada a excutir os Créditos Cedidos e a Conta Centralizadora, a exclusivo critério dos titulares do CRA, independentemente de leilão, de hasta pública, de avaliação, de notificação ou de qualquer outro procedimento, pública ou particularmente, judicial ou extrajudicialmente, no todo ou em parte, até o integral pagamento das Obrigações, pelo preço e nas condições que, de boa-fé, entender apropriados ("Excussão").

4.2.1. Como condição do negócio pactuado nos termos do presente Contrato, fica desde já a Securitizadora, na qualidade de representante dos titulares do CRA, autorizada pela Cedente Fiduciante, em caráter irrevogável e irretratável, a, com o objetivo de liquidar as Obrigações, (i) utilizar o saldo positivo da Conta Centralizadora, (ii) usar, sacar, descontar, investir ou resgatar os Créditos Cedidos, (iii) receber e cobrar direitos ou títulos relacionados com os Créditos Cedidos, (iv) vender, ceder, transferir os Créditos Cedidos, (v) efetuar o pagamento de tributos, despesas e qualquer desembolso derivado de desinvestimentos, reconhecendo a Cedente Fiduciante que correrão por sua conta, independentemente da respectiva cobrança, perdas de principal e remuneração ou tributações mais onerosas decorrentes da excussão, e (vi) assinar todo e qualquer documento que se faça necessário para o cumprimento do presente mandato.

4.2.2. A Securitizadora poderá, ainda, conforme aplicável: (i) promover a venda amigável dos Créditos Cedidos, cuja autorização é desde já irrevogavelmente conferida pela Cedente Fiduciante; e (ii) exercer todos os direitos e poderes conferidos ao credor fiduciário nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei 4.728, do artigo 19, IV, da Lei 9.514 e dos demais dispositivos legais aplicáveis, inclusive, sem limitação: (a) o direito de, em caso de execução das garantias ora pactuadas, utilizar os valores depositados na Conta Centralizadora para pagamento das Obrigações; e (b) o direito de




DA#8594726 v32

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

reter os valores depositados na Conta Centralizadora para posteriormente destinar tais valores ao pagamento das Obrigações.

4.3. Destinação dos Recursos da Excussão. Os recursos apurados após a Excussão deverão ser imediatamente aplicados para quitar as Obrigações, parcial ou totalmente, observados os procedimentos descritos no CDCA e no Termo de Securitização, nesta ordem: (i) encargos moratórios e quaisquer tributos; (ii) Remuneração; (iii) Valor Nominal; e (iv) qualquer outro montante devido pela Nardini aos titulares do CRA.

4.3.1. Caso os recursos apurados após a Excussão não sejam suficientes para quitar todas as Obrigações, a Nardini permanecerá responsável pelo saldo devedor das Obrigações, nos termos deste Contrato, do CDCA e do Termo de Securitização. A Securitizadora entregará à Nardini o que porventura sobejar após a Excussão, mediante o depósito de tais recursos em conta específica por ela indicada.

4.4. Caráter Cumulativo. Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, da Cessão Fiduciária com as demais garantias previstas no CDCA e no Termo de Securitização, podendo a Securitizadora, a seu exclusivo critério, executar todas ou cada uma delas indiscriminadamente, para os fins de amortizar ou liquidar as Obrigações, ficando ainda estabelecido que, desde que observados os procedimentos previstos no CDCA e no Termo de Securitização, a excussão da Cessão Fiduciária independe de qualquer providência preliminar por parte da Securitizadora, tais como aviso, protesto, notificação, interpelação ou prestação de contas, de qualquer natureza.

4.5. Excussão das Garantias. Na excussão das Garantias, as seguintes regras serão aplicáveis:

- (i) A Securitizadora poderá optar entre excutir quaisquer das Garantias, total ou parcialmente, tantas vezes quantas forem necessárias, sem ordem de prioridade, até integral adimplemento das Obrigações.
- (ii) A excussão de uma das Garantias não ensejará, em hipótese nenhuma, perda da opção de se excutir as demais.
- (iii) A Cedente Fiduciante: (a) declara conhecer os termos do CDCA, do Termo de Securitização e deste Contrato; e (b) compromete-se a: (1) com eles cumprir; (2) exercer seus direitos de forma a não prejudicar os direitos e prerrogativas dos titulares do CRA, o cumprimento integral das Obrigações, as Garantias e seus objetos, e (3) não aprovar e/ou realizar qualquer ato em desacordo com o disposto no CDCA, no Termo de Securitização e neste Contrato.

4.6. Mandato. Como condição do negócio jurídico pactuado, nos termos do presente Contrato, fica a Securitizadora, desde já, em caráter irrevogável e irretratável, pelo presente e na melhor forma de direito, como condição deste Contrato, consoante os artigos 683, 684 e 685, do Código Civil, autorizada, na qualidade de mandatária da Nardini, a preservar a eficácia deste Contrato, a excutir as Garantias e a firmar, se necessário, quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários à excussão das Garantias. O referido mandato terá validade até o dia 19 de novembro do




DA#8594726 v32

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

ano seguinte ao que o mandato foi outorgado, sendo vedado o seu substabelecimento, em todo ou em parte. A Cedente Fiduciante compromete-se desde já, em caráter irrevogável e irretratável, a outorgar, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência do respectivo vencimento, novos e sucessivos mandatos, com as mesmas condições, conforme modelo constante do Anexo II do presente, em que lhe são outorgados todos os poderes assegurados pela legislação vigente, inclusive os poderes "ad judicium" e "ad negotia" previstos no Código Civil, incluindo os artigos 1.433 e 1.434, e as faculdades previstas na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, até o fiel e integral cumprimento das Obrigações, observado que o primeiro mandato deverá ser emitido na data de assinatura deste Contrato.

5. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

5.1. Obrigações Adicionais. Além das demais obrigações previstas neste Contrato, no CDCA, no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação e/ou em lei, a Nardini obriga-se, conforme aplicável, até o cumprimento integral das Obrigações, a:

- (i) cumprir com o disposto no CDCA, no Termo de Securitização, no Contrato de Penhor, neste Contrato e/ou em lei aplicável;
- (ii) manter as Garantias existentes, válidas, eficazes e em pleno vigor, sem qualquer Ônus, restrição ou condição, de acordo com os termos deste Contrato, do CDCA, do Contrato de Penhor e do Termo de Securitização, conforme aplicável;
- (iii) não praticar qualquer ato que (a) afete a validade e/ou eficácia do Contrato de Fornecimento, e/ou (b) resulte na renúncia relevante de direitos dele decorrentes; e/ou (c) provoque a exoneração da Ipiranga;
- (iv) reembolsar a Securitizadora ou os titulares do CRA, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de recebimento de comunicação escrita neste sentido, por todos os custos e despesas incorridos em quaisquer averbações e registros previstos em lei ou no presente Contrato, bem como todas as despesas previstas na cláusula 11 do Termo de Securitização;
- (v) defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo de que tenha conhecimento e que possa, de qualquer forma, afetar ou alterar as Garantias, a critério exclusivo da Securitizadora, bem como informar imediatamente a Securitizadora sobre qualquer ato, ação, procedimento ou processo a que se refere este inciso, por meio de relatórios descrevendo o ato, ação, procedimento e processo em questão e as medidas tomadas;
- (vi) não Alienar ou constituir qualquer Ônus, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, sobre o Contrato de Fornecimento e os direitos dele decorrentes, bem como sobre qualquer dos Créditos Cedidos e/ou dos direitos a estes inerentes, exceto pela Cessão Fiduciária;




DA#8594726 v32

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

- (vii) abster-se de praticar qualquer ato que, de qualquer forma, possa resultar ou resulte em um efeito adverso às Garantias;
- (viii) praticar todos os atos e cooperar com a Securitizadora em tudo que se fizer necessário ao cumprimento do disposto na cláusula 4ª; e
- (ix) notificar a Credora, no prazo de 5 (cinco) dias úteis anteriores à data em que ocorreria a transferência dos valores para a Conta Centralizadora, para informá-la caso a Ipiranga e/ou qualquer Devedora não transfira os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Ipiranga: (a) em razão de qualquer descumprimento pela Cedente Fiduciante; ou (b) pela ausência de saldo positivo em favor da Cedente Fiduciante.

5.1.1. Por “Alienação” (bem como o verbo correlato “Alienar”) entende-se qualquer operação que envolva, direta ou indiretamente, de forma voluntária ou involuntária, a venda, cessão, usufruto, promessa, compromisso alienação, transferência, contribuição, empréstimo, permuta, constituição de usufruto ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer título, direta ou indireta, parcial ou total, condicionada ou não, de quaisquer bens e direitos, ou dos respectivos poderes, pretensões, imunidades e faculdades, inclusive os derivados de propriedade, posse, uso ou fruição, por uma Pessoa a outra, inclusive por meio de Controladas, coligadas, Partes Relacionadas e Reorganização Societária, conforme previstas no CDCA e no Termo de Securitização.

6. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

6.1. Declarações. São razões determinantes deste Contrato, do CDCA, do Contrato de Penhor e do Termo de Securitização as declarações a seguir prestadas pela Nardini, em favor dos titulares do CRA e da Securitizadora, de que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar este Contrato e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração deste Contrato, bem como o cumprimento das obrigações aqui previstas, não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Nardini;
- (iii) a Nardini é a única e legítima beneficiária e titular dos Créditos Cedidos, que se encontram livres e desembaraçados de quaisquer Ônus, gravame, judicial ou extrajudicial (exceto pela Cessão Fiduciária), não existindo contra a Nardini qualquer ação ou procedimento judicial, administrativo, falimentar ou fiscal de seu conhecimento que tenha por objeto (ou que razoavelmente possa) prejudicar ou invalidar a Cessão Fiduciária, não configurando nenhuma hipótese de fraude contra credores, fraude à execução, fraude fiscal ou fraude falimentar;
- (iv) a Nardini é uma sociedade empresária limitada devidamente organizada e constituída, de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;




DA#8594726 v32

REGISTRO DE IMÓVEIS
 MONTE ALTO - Est. São Paulo
 Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
 MICROFILME SOB Nº 27508

- (v) as pessoas que os representam na assinatura deste Contrato, bem como em quaisquer outros documentos vinculados ao CDCA e ao CRA, incluindo as Garantias, têm poderes bastantes para tanto;
- (vi) os termos deste Contrato não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Nardini, bem como suas Controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (vii) este Contrato constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Nardini, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) a celebração deste Contrato não infringe qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Nardini, assim como suas Controladas e/ou coligadas, sejam parte, ou ao qual seus bens ou direitos estejam vinculados, nem resultará em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo ou bem da Nardini, assim como suas Controladas e/ou coligadas, que não os objeto da Cessão Fiduciária, ou (c) extinção de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (ix) inexistente consentimento, aprovação, autorização ou qualquer outra medida, tampouco notificação de ou a, ou declaração ou registro junto a qualquer órgão ou agência governamental ou pública ou qualquer outro terceiro, para a autorização, a celebração e o cumprimento do presente Contrato pela Cedente Fiduciante ou à consumação das operações aqui previstas;
- (x) todos os mandatos outorgados nos termos deste Contrato o foram como condição do negócio ora contratado, em caráter irrevogável e irretratável nos termos dos artigos 683 e 684 do Código Civil; e
- (xi) as declarações e garantias prestadas neste Contrato são verdadeiras, corretas e precisas em todos os seus aspectos relevantes na data deste Contrato e nenhuma delas omite qualquer fato relacionado ao seu objeto, omissão essa que resultaria na falsidade de tal declaração ou garantia.

6.2. Notificação. A Nardini se compromete a notificar imediatamente a Securitizadora, em prazo não superior a 2 (dois) Dias Úteis, caso quaisquer das declarações prestadas neste Contrato tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas. Caso a Nardini não notifique a Securitizadora neste sentido, a referida falsidade e/ou imprecisão das declarações constituirá um Evento de Inadimplemento.

7. DESPESAS E TRIBUTOS

7.1. Despesas. Qualquer custo ou despesa eventualmente incorrido pela Nardini, em razão deste Contrato – inclusive registro em cartório, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais para fins da excussão, tributos e encargos e




DA#8594726 v32

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

taxas —, será de inteira responsabilidade da Nardini, não cabendo à Securitizadora, ao Agente Fiduciário, nem aos titulares do CRA, qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou reembolso.

7.2. Reembolsos. Caso a Securitizadora, o Agente Fiduciário ou qualquer dos titulares do CRA arque com qualquer custo ou despesa relacionados ao objeto deste Contrato, ou às Obrigações, a Nardini deverá reembolsá-lo, em até 3 (três) Dias Úteis, contados do recebimento dos respectivos comprovantes, aplicando-se os encargos moratórios previstos no CDCA e no Termo de Securitização, na hipótese de atraso.

7.3. Tributos. Correrão por conta da Nardini todos os tributos e demais encargos fiscais ou parafiscais de qualquer natureza, presentes ou futuros que, direta ou indiretamente, incidam ou venham a incidir sobre a Cessão Fiduciária ora constituída, sobre os valores e pagamentos dela decorrentes, sobre movimentações financeiras a ela relativos e sobre as obrigações decorrentes deste Contrato, bem como sobre obrigações decorrentes das demais Garantias.

8. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. Prazo. O presente Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável e começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a liquidação integral da totalidade das Obrigações. Caso, por qualquer motivo, qualquer pagamento relativo ao CDCA ou aos CRA venha a ser restituído ou revogado, o presente Contrato recuperará automaticamente sua vigência e eficácia, devendo ser cumprido em todos os seus termos, considerando-se, nessa situação, como tendo ocorrido um Evento de Inadimplemento.

8.2. Liberação da Cessão Fiduciária. Em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que as Obrigações estiverem integral e definitivamente quitadas, a Securitizadora deverá enviar à Cedente Fiduciante comunicação escrita (i) atestando o término de pleno direito deste Contrato; e (ii) autorizando a Cedente Fiduciante a liberar a Cessão Fiduciária, por meio de averbação nesse sentido nos cartórios de registro de títulos e documentos a que se refere o item (i) da cláusula 3.2 acima.

9. INDENIZAÇÃO

9.1. Obrigação de Indenizar. A Nardini é responsável por perdas, danos, custos ou despesas (inclusive despesas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) causados à Securitizadora, ao Agente Fiduciário, aos titulares do CRA e a suas Partes Relacionadas, resultantes, direta ou indiretamente, da inexecução ou da execução incorreta ou indevida de suas obrigações acordadas neste Contrato.

9.1.1. A Nardini se obriga, ainda, sem prejuízo dos poderes, faculdades, pretensões e imunidades assegurados por lei, pelo CDCA e pelo Termo de Securitização ou outro instrumento, a indenizar a Securitizadora e/ou os titulares do CRA, conforme o caso, por qualquer prejuízo causado pela falsidade, incompletude ou imprecisão das declarações ou garantias feitas ou informações prestadas no âmbito do CDCA, do Termo de Securitização e deste Contrato.




DA#8594726 v32

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Ecl. 14.0417
Microfilme sob nº

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

10. COMUNICAÇÕES

10.1. Endereços. As comunicações e avisos relativos a este Contrato serão realizados por escrito, e enviados à outra Parte por transmissão via correio eletrônico, ou fac-símile, observado o disposto neste Contrato. As comunicações, avisos e notificações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos deste Contrato deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Cedente Fiduciante:

NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA.
At.: Sr. Riccardo Nardini
Fazenda Vista Alegre, s/n, Vista Alegre
do Alto - SP
Telefone: (16) 3287-9900
E-mail: riccardo@nardini.ind.br |
diretoria@nardini.ind.br

(ii) Para a Securitizadora:

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.
At.: João Paulo dos Santos Pacífico
Rua do Rocio, nº 288, conjunto 16
(parte), 1º andar, São Paulo/SP
Telefone: (11) 3047-1010
Fax: (11) 3054-2545
Email: gestaocra@grupogaia.com.br

10.2. Efeitos. As comunicações (i) serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima; e (ii) por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

10.2.1. Cada Parte obriga-se a comunicar, por escrito, à outra Parte, em até 2 (dois) dias corridos contados da sua ocorrência, qualquer alteração dos endereços identificados na cláusula 10.1. acima.

10.2.2. A Parte que enviar a comunicação, aviso ou notificação, conforme estabelecido nas cláusulas acima, não será responsável pelo seu não recebimento pela outra Parte, em virtude de sua mudança de endereço que não seja comunicada para as demais Partes nos termos da cláusula 10.2.1. acima.

10.2.3. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na cláusula 10.2.1. acima serão arcados pela Parte inadimplente.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Cessão. A Nardini obriga-se a não ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e/ou obrigações decorrentes deste Contrato, salvo mediante prévia e expressa autorização por escrito da Securitizadora, se assim deliberado pelos titulares do CRA, reunidos em assembleia geral. A Securitizadora poderá, em nome dos titulares do CRA, mediante aprovação prévia em assembleia geral, ceder total ou parcialmente o crédito objeto da Cessão Fiduciária contratada neste Contrato, sendo certo que a cessão do crédito implicará a transferência, ao cessionário, de todos os direitos e obrigações inerentes à garantia real ora constituída.




DA#8594726 v32

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

11.2. Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes deste Contrato. Desta forma, qualquer atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba à Credora, em razão de qualquer inadimplemento da Nardini, não prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.3. Irrevogabilidade e irretratabilidade. Este Contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11.4. Invalidade ou ineficácia parcial. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5. Entendimento integral. Este Contrato, o CDCA, o Contrato de Penhor, o Termo de Securitização e eventuais contratos a serem celebrados com terceiros, relacionados com o CDCA, os CRA e as Garantias, constituem o integral entendimento entre as Partes com relação à Emissão.

11.6. Alterações. O presente Contrato apenas será modificado, aditado ou complementado com o consentimento expresso e por escrito da Nardini, da Securitizadora e do Agente Fiduciário, mediante aprovação dos titulares dos CRA em assembleia geral, atuando por seus representantes legais ou procuradores devidamente autorizados, quando aplicável.

11.6.1. Em regime de exceção à regra da cláusula 11.6, acima, este Contrato poderá ser alterado, independentemente de deliberação de assembleia geral dos titulares dos CRA, sempre que tal alteração decorra exclusivamente da necessidade de atendimento de exigências da CVM, ou em consequência de normas legais regulamentares, ou em razão de erros materiais que não afetem os direitos dos titulares de CRA.

11.7. Significado. As palavras e os termos constantes deste Contrato, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência do presente Contrato, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos pelas Partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

11.8. Boa-fé. As Partes declaram, mútua e expressamente, que este Contrato foi celebrado respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de suas vontades e em perfeita relação de equidade.

11.9. Compromisso adicional. As Partes se obrigam a: (i) assinar todos os documentos, inclusive instrumentos de retificação e ratificação ou aditamento, caso isto se faça necessário para atender exigência formulada por cartórios, como condição para efetivar o registro deste instrumento; e (ii) apresentar todos os documentos e informações exigidas, além de tomar prontamente todas as providências que se fizerem




DA#8594726 v32

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - ES 938 Paul
Inscricão sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

necessárias à viabilização de referidos registros. Todas e quaisquer despesas relacionadas com o disposto nesta cláusula serão arcadas única e exclusivamente pela Nardini.

11.10. Execução Específica. As Partes reconhecem este Contrato como título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil Brasileiro. Para os fins deste Contrato, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil Brasileiro.

12. LEI APLICÁVEL E FORO

12.1. Lei aplicável. Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

12.2. Foro. Fica eleito o foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes deste Contrato.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Contrato, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 19 de novembro de 2013.

[O restante da página foi intencionalmente deixado em branco.]




REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Matrícula nº 44.044.12

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

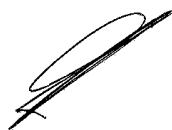
Página de Assinatura 1/4 do "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Bens em Garantia", celebrado em 19 de novembro de 2013, entre a Nardini Agroindustrial Ltda. e a Gaia Agro Securitizadora S.A.

NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA.

Nome: Riccardo Nardini
Cargo: Diretor



Nome: Natalin Antônio Natalício
Cargo: Diretor



REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Esp. 952419
Microfilmado sob nº 116217

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº **27508**

DA#8594726 v32

Página de Assinatura 2/4 do "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Bens em Garantia", celebrado em 19 de novembro de 2013, entre a Nardini Agroindustrial Ltda. e a Gaia Agro Securitizadora S.A.

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.

Nome: João Paulo dos Santos Pacífico
Cargo: Diretor Presidente

Nome: _____
Cargo: _____



REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilme sob nº 110417



PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8594726 v32

Página de Assinatura 4/4 do "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Bens em Garantia", celebrado em 19 de novembro de 2013, entre a Nardini Agroindustrial Ltda. e a Gaia Agro Securitizadora S.A., com anuência do Banco Bradesco S.A.

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
RG:



2. _____
Nome:
RG:



REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

ANEXO I – DEFINIÇÕES

Palavra ou expressão	Definição
" <u>Agente Fiduciário</u> "	conforme definido no preâmbulo.
" <u>Alienação</u> " e o verbo correlato " <u>Alienar</u> "	conforme definido na cláusula 5.1.1.
" <u>Amortização Programada</u> "	conforme definido na cláusula 2.2(v).
" <u>Aplicações Financeiras</u> "	conforme definido na cláusula 3.1.2.
" <u>CDCA</u> "	conforme definido no preâmbulo.
" <u>Cedente Fiduciante</u> "	conforme definido no preâmbulo.
" <u>Cessão Fiduciária</u> "	conforme definido na cláusula 3.1.
" <u>CETIP</u> "	CETIP S.A. - Mercados Organizados.
" <u>Código Civil</u> "	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
" <u>Código de Processo Civil Brasileiro</u> "	Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada.
" <u>Conta Centralizadora</u> "	conforme definido na cláusula 3.1.
" <u>Contrato</u> "	conforme definido no preâmbulo.
" <u>Contrato de Custódia</u> "	conforme definido na cláusula 3.12.
" <u>Contrato de Fornecimento</u> "	conforme definido na cláusula 3.1.
" <u>Contrato de Penhor</u> "	conforme definido preâmbulo.
" <u>CRA</u> "	conforme definido no preâmbulo.
" <u>Créditos Cedidos</u> "	conforme definido na cláusula 3.1.
" <u>Credora</u> "	conforme definido no preâmbulo.
" <u>Custodiante</u> "	conforme definido na cláusula 3.12.
" <u>CVM</u> "	Comissão de Valores Mobiliários.

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8594726 v32

" <u>Data de Apuração</u> "	conforme definido na cláusula 3.5.1.
" <u>Data de Emissão</u> "	conforme definido na cláusula 2.2(iii).
" <u>Data da Integralização</u> "	Significa a data em que ocorrer a integralização de CRA por um subscritor.
" <u>Data Limite</u> "	conforme definido na cláusula 3.5.2.
" <u>Data de Vencimento</u> "	conforme definido na cláusula 2.2(iv).
" <u>Devedora</u> "	conforme definido na cláusula 3.11.3.
" <u>Dia Útil</u> "	todo dia que não seja sábado, domingo, feriado nacional ou feriado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
" <u>Direitos Creditórios Ipiranga</u> "	conforme definido na cláusula 3.1.
" <u>Emissão</u> "	conforme definido no preâmbulo.
" <u>Evento de Inadimplemento</u> "	conforme definido na cláusula 4.1.
" <u>Evento de Reforço e Complementação</u> "	conforme definido na cláusula 3.11.1.
" <u>Excussão</u> "	conforme definido na cláusula 4.2.
" <u>Fundo de Despesas</u> "	conforme definido na cláusula 5.9.12 do Termo de Securitização
" <u>Fundo de Reserva</u> "	conforme definido na cláusula 5.9.8 do Termo de Securitização
" <u>Garantias</u> "	conforme definido na cláusula 3.1.
" <u>IGP-M</u> "	Índice Geral de Preços do Mercado.
" <u>Ipiranga</u> "	conforme definido na cláusula 3.1.
" <u>Lei 11.076</u> "	conforme definido preâmbulo.
" <u>Lei 4.728</u> "	conforme definido no preâmbulo.
" <u>Lei 9.514</u> "	conforme definido no preâmbulo.
" <u>Lei das Sociedades por Ações</u> "	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
" <u>Limite Mínimo</u> "	conforme definido na cláusula 3.5.

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8594726 v32

"Nardini"	conforme definido no preâmbulo.
"Obrigações"	conforme definido na cláusula 2.3.
"Ônus" e o verbo correlato "Onerar"	quaisquer ônus, gravames, direitos e opções, compromisso à venda, outorga de opção, preferência ou prioridade, reais ou pessoais, e quaisquer feitos ajuizados, fundados em ações reais ou pessoais reipersecutórias, tributos (federais, estaduais ou municipais), de qualquer natureza, inclusive por atos involuntários.
"Pagamento dos CRA"	conforme definido na cláusula 2.2(vi).
"Parte" ou "Partes"	conforme definido no preâmbulo.
"Penhor Agrícola"	conforme definido preâmbulo.
"Razão de Garantia dos Créditos Cedidos Fiduciariamente"	conforme definido na cláusula 3.6.
"Reforço e Complementação de Garantia"	conforme definido na cláusula 3.11.
"Remuneração"	conforme definido na cláusula 2.2(vi) em relação a uma Pessoa, qualquer transformação, cisão, fusão, incorporação (de sociedades ou ações), integralização de capital (drop down) ou qualquer outra forma de combinação de negócios, conforme definido na Deliberação da CVM nº 665, de 4 de agosto de 2011.
"Reorganização Societária"	
"Reunião de Sócios"	conforme definida na cláusula 3.9.
"Securitizadora"	conforme definido no preâmbulo.
"Termo de Securitização"	conforme definido no preâmbulo.
"Valor de Referência"	conforme definido na cláusula 3.5.1.

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

ANEXO II – PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA., NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, aos [dia] do mês de [mês] do ano de [ano], neste Município e comarca de [comarca], estado de [Estado], lavrado neste [Oficial], que, perante mim, [nome], em cartório, Escrevente Autorizado, compareceu, como outorgante, NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA., sociedade empresarial limitada, com sede em Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo, na Fazenda Vista Alegre, s/n, Km 2,5, Zona Rural, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.708.267/0461-56 (doravante designada "Outorgante"). ENTÃO, pela Outorgante, por meio de seus representantes legais, os Srs. [•], [qualificação completa] e [•], [qualificação completa], me foi dito que, por este público instrumento e nos melhores termos de direito, nomeia e constitui, em caráter irrevogável e irretratável, consoante os artigos 683, 684 e 685, do Código Civil, sua bastante procuradora a GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A., companhia securitizadora, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua do Rocio, 288, conjunto 16 (parte), 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93 (doravante designada "Outorgada"), ou sua substituta, na qualidade de representante da comunhão dos titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 4ª Emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A. ("CRA"), perfazendo o valor total de até R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), para, em seu nome e em benefício dos titulares de CRA, com o propósito especial e exclusivo de realizar todo e qualquer ato necessário a fim de, nos termos da cláusula 4.6 do "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Bens em Garantia", datado de 19 de novembro de 2013 (designado, conforme aditado, o "Contrato de Cessão Fiduciária"), preservar a eficácia do Contrato de Cessão Fiduciária e executar as Garantias nele previstas, bem como firmar, se necessário, quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários à excussão demais Garantias constituídas em favor dos titulares de CRA: (i) praticar qualquer ato (inclusive atos perante qualquer terceiro ou qualquer órgão público) e firmar qualquer instrumento compatível com os termos do Contrato de Cessão Fiduciária; (ii) praticar todos os atos necessários para a preservação do Contrato de Cessão Fiduciária, bem como da situação das Garantias nele constituídas, como direito de garantia de primeiro grau válido, exequível e devidamente formalizado; (iii) conduzir os procedimentos de excussão de Garantias, conforme previstos no Contrato de Cessão Fiduciária; (iv) receber o produto da execução das Garantias para pagamento das Obrigações; e (v) firmar todos e quaisquer outros instrumentos e praticar todos os atos (inclusive atos perante qualquer terceiro ou qualquer órgão público) necessários para executar as Garantias. A Outorgada poderá substabelecer, no todo ou em parte, os poderes ora conferidos. Os termos em letra maiúscula ora empregados, sem definição no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato de Cessão Fiduciária. A presente procuração: (a) é outorgada de forma irrevogável e irretratável; (b) destina-se ao atendimento das obrigações previstas no Contrato de Cessão Fiduciária, em conformidade com artigo 684 do Código Civil; e (c) é válida até 19 de novembro de [•] ou até o cumprimento integral das Obrigações, o que ocorrer por último.

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

ANEXO III – MODELO DE NOTIFICAÇÃO IPIRANGA

São Paulo, 30 de setembro de 2013

AVISO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

À

Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.

Rua Francisco Eugênio, 329, térreo, parte - São Cristóvão Rio de Janeiro - RJ

Prezados Senhores,

Solicitamos, pela presente, o consentimento e a ciência por parte da IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Eugênio, 329, São Cristóvão, inscrita no CNPJ sob o nº 33.337.122/0001-27, (IPP), para que a NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA., sociedade empresária limitada, com sede em Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo, na Fazenda Vista Alegre, s/n, Km 2,5, Zona Rural, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.708.267/0461-56 e Apore, pessoa jurídica de direito com sede à Rodovia GO 184 KM 133+760m - FSFRCO, s/nr, no município de Apore / GO - CNPJ sob nº 48.708.267/0015-60, em conjunto denominados NOTIFICANTE, efetuem cessão fiduciária dos direitos creditórios (AUTORIZAÇÃO) que detém contra a IPP, em virtude do "Contrato de Compra e Venda de Etanol Etílico Anidro Carburante e Etanol Etílico Hidratado Carburante" (CONTRATO), celebrado em 24 de abril de 2013 entre a NOTIFICANTE e a IPP, conforme aditado em 18 de julho de 2013 e no dia 30 de setembro de 2013, devendo a referida cessão ser feita em favor da Gaia Agro Securitizadora S.A., companhia securitizadora de direitos creditórios do agronegócio, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua do Rocio, 288, conjunto 16 (parte), 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93 (CREDORA), em garantia ao certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA, emitidos em conformidade com a Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, pela NOTIFICANTE em favor da CREDORA, ou à sua ordem.

A cessão a que se refere a presente AUTORIZAÇÃO observará os termos e condições a seguir:

- Os pagamentos dos créditos cedidos fiduciariamente à CREDORA deverão ser efetuados através de BOLETO BANCÁRIO em nome da CREDORA, abaixo indicada, tendo como sacador avalista a NOTIFICANTE:

Titular: Gaia Agro Securitizadora S.A..
CNPJ: 14.876.090/0001-93.




DA#8594726 v32

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

2. A NOTIFICANTE permanecerá integralmente responsável perante a IPP pelo total cumprimento das cláusulas do CONTRATO, em especial pelo fornecimento dos produtos que constituem seu objeto.

3. Os direitos creditórios, objeto da presente AUTORIZAÇÃO, serão transferidos desde que IPP tenha verificado o integral cumprimento pela NOTIFICANTE das obrigações estabelecidas no CONTRATO. A NOTIFICANTE não poderá reclamar à IPP o não recebimento de valores relativos ao CONTRATO se não tiverem sido gerados créditos por falta de cumprimento das obrigações contratuais pela NOTIFICANTE, bem como pela eventual ausência de saldo positivo em favor da NOTIFICANTE, diante da compensação prevista acima.

4. O relacionamento comercial entre a NOTIFICANTE e a IPP não será modificado em razão da presente AUTORIZAÇÃO.

5. A presente AUTORIZAÇÃO não gera à CREDORA qualquer direito sobre os produtos objeto do CONTRATO.

6. A IPP declara que opõe à CREDORA as exceções que lhe competir, mencionando-se expressamente que as remessas à CREDORA estão condicionadas ao preenchimento, pela NOTIFICANTE, de todas as suas obrigações contratuais.

7. A IPP não se responsabiliza por qualquer despesa, seja a que título for, em razão da cessão fiduciária dos direitos creditórios objeto da presente AUTORIZAÇÃO, isentando-se de qualquer responsabilidade pelo descumprimento por parte da NOTIFICANTE dos termos aqui previstos.

8. Esta notificação é feita em caráter irrevogável e irretratável e qualquer alteração no pagamento e/ou substituição do documento de cobrança somente poderá ser efetuada mediante aprovação prévia da CREDORA. Qualquer modificação pela NOTIFICANTE no CONTRATO ou nesta AUTORIZAÇÃO referente aos direitos creditórios cedidos, à vigência desta Autorização, bem como a eleição de qualquer outra forma de seu adimplemento que não a determinada nesta AUTORIZAÇÃO, somente poderão ser efetuados mediante prévia e expressa autorização, por escrito, da CREDORA.

A presente cumpre, para todos os fins de direito o disposto no artigo 290 do Código Civil Brasileiro de 2002.

Atenciosamente,

NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA.

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

Ciente em ____/____/____

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.

DA#8594726 v32

REPOSITO DE INÓVEIS
 MONTE ALTO - Est. São Paulo
 Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
 MICROFILME SOB Nº 27508

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

Ciente em ____/____/____

IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A.

Nome: _____
Cargo: _____



Nome: _____
Cargo: _____



REGISTRO DE MÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

ANEXO IV – MODELO DE NOTIFICAÇÃO

São Paulo, [•] de [•] de 2013

AVISO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

À
 [Devedora]
 [Endereço completo]

Prezado Senhores,

Solicitamos, pela presente, o consentimento e a ciência por parte da [Devedora], com sede na Cidade [•], Estado [•], na [•], inscrita no CNPJ sob o nº [•] (DEVEDORA), para que a NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA., sociedade empresária limitada, com sede em Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo, na Fazenda Vista Alegre, s/n, Km 2,5, Zona Rural, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.708.267/0461-56 (NOTIFICANTE), efetue cessão fiduciária dos direitos creditórios (AUTORIZAÇÃO) que detém contra a DEVEDORA, em virtude do "[Nome do Contrato]" (CONTRATO), celebrado em [•] de [•] de [•] entre a NOTIFICANTE e a DEVEDORA, devendo a referida cessão ser feita em favor da GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A., companhia securitizadora de direitos creditórios do agronegócio, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua do Rocio, 288, conjunto 16 (parte), 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93 (CREDORA), em garantia ao certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA, emitidos em conformidade com a Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, pela NOTIFICANTE em favor da CREDORA.

A cessão a que se refere a presente AUTORIZAÇÃO observará os termos e condições a seguir:

1. Os pagamentos dos créditos cedidos fiduciariamente à CREDORA deverão ser creditados em favor da CREDORA, abaixo indicada:

Titular: Gaia Agro Securitizadora S.A.
 CNPJ: 14.876.090/0001-93.

2. A NOTIFICANTE permanecerá integralmente responsável perante a DEVEDORA pelo total cumprimento das cláusulas do CONTRATO, em especial pelo fornecimento dos produtos que constituem seu objeto.
3. O relacionamento comercial entre a NOTIFICANTE e a DEVEDORA não será modificado em razão da presente AUTORIZAÇÃO.
4. A presente AUTORIZAÇÃO não gera à CREDORA qualquer direito sobre os produtos objeto do CONTRATO.




DA#8594726 v32

REGISTRO DE IMÓVEIS
 MONTE ALTO - Est. São Paulo
 Microfilme sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
 MICROFILME SOB Nº 27508

5. A **DEVEDORA** não se responsabiliza por qualquer despesa, seja a que título for, em razão da cessão fiduciária dos direitos creditórios objeto da presente **AUTORIZAÇÃO**, isentando-se de qualquer responsabilidade pelo descumprimento por parte da **NOTIFICANTE** dos termos aqui previstos.

6. Esta notificação é feita em caráter irrevogável e irretratável e qualquer alteração no pagamento e/ou substituição do documento de cobrança somente poderá ser efetuada mediante aprovação prévia da **CREDORA**. Qualquer modificação pela **NOTIFICANTE** no **CONTRATO** ou nesta **AUTORIZAÇÃO** referente aos direitos creditórios cedidos, à vigência desta Autorização, bem como a eleição de qualquer outra forma de seu adimplemento que não a determinada nesta **AUTORIZAÇÃO**, somente poderão ser efetuados mediante prévia e expressa autorização, por escrito, da **CREDORA**.

7. Caso, por qualquer motivo, a forma de pagamento elegida por meio deste aviso torne-se desaconselhável, ou não seja possível de ser realizada, ou implique prejuízos ou riscos adicionais à **DEVEDORA** ou à Credora, a **DEVEDORA** e a Credora poderão, de comum acordo, eleger forma diversa de pagamento, sem que, para isso, seja necessária a anuência prévia ou a comunicação da Notificante, ou qualquer parte a ela relacionada. A ausência de acordo entre **DEVEDORA** e Credora para a nova forma de pagamento implicará a manutenção da estrutura prevista por meio deste aviso.

8. Fica eleito o Foro da Comarca da Cidade [foro do contrato cedido], Estado [•], que será competente para dirimir eventuais questões decorrentes do cumprimento desta Autorização, renunciando as Partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

A presente cumpre, para todos os fins de direito o disposto no artigo 290 do Código Civil Brasileiro de 2002.

Atenciosamente,

NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA.

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

Ciente em ____/____/____

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilme sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

Ciente em ____/____/____

[DEVEDORA]

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____




REGISTRO DE MÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8594726 v32

ANEXO V – LISTA DE DEVEDORAS

Devedoras	CNPJ
Alesat Combustíveis S.A.	23.314.594/0001-00
Companhia de Bebidas das Américas - AMBEV	02.808.708/0001-07
Petrobras Distribuidora S.A.	34.274.233/0001-02
Raízen Combustíveis S.A.	33.453.598/0001-23
Renosa Indústria Brasileira de Bebidas S.A.	01.403.613/0001-32
Spaipa S.A. Indústria Brasileira de Bebidas	00.904.448/0001-30
Spat Indústria Brasileira de Bebidas S.A. (FEMSA)	61.186.888/0001-93
Vonpar Refrescos S.A.	91.235.549/0001-10

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Ed. São Paulo
Matrícula nº 11.0417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8594726 v32

ANEXO V – CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DO VALOR NOMINAL

Nº da Parcela	Data de Vencimento	Valor Nominal (%)
1.	26/12/2013	0,00000000%
2.	23/01/2014	0,00000000%
3.	25/02/2014	0,00000000%
4.	25/03/2014	0,00000000%
5.	25/04/2014	0,00000000%
6.	23/05/2014	1,26691245%
7.	25/06/2014	1,12737819%
8.	24/07/2014	1,21085424%
9.	25/08/2014	1,18363105%
10.	25/09/2014	1,15606060%
11.	23/10/2014	1,35427693%
12.	25/11/2014	1,21871588%
13.	26/12/2014	1,30625862%
14.	23/01/2015	1,50939013%
15.	25/02/2015	1,43591589%
16.	25/03/2015	1,53051519%
17.	24/04/2015	1,57176299%
18.	25/05/2015	1,61479885%
19.	25/06/2015	1,54672069%
20.	23/07/2015	1,70346029%
21.	25/08/2015	1,58287244%
22.	24/09/2015	1,74220458%
23.	23/10/2015	1,85050701%
24.	25/11/2015	1,79355633%
25.	24/12/2015	1,90541545%
26.	25/01/2016	2,02183593%
27.	25/02/2016	2,03024364%
28.	24/03/2016	2,15325828%
29.	26/04/2016	2,16886963%
30.	25/05/2016	2,24310710%
31.	23/06/2016	2,37814062%
32.	25/07/2016	2,35041937%
33.	25/08/2016	2,38019467%
34.	23/09/2016	2,63932610%
35.	25/10/2016	2,68483197%
36.	24/11/2016	2,84794554%
37.	23/12/2016	2,90786557%
38.	25/01/2017	2,91720684%
39.	23/02/2017	3,15679423%
40.	23/03/2017	3,46753778%
41.	26/04/2017	3,40247862%
42.	25/05/2017	3,67888892%

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 110417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

DA#8592642 v43

43.	23/06/2017	3,86230239%
44.	25/07/2017	3,94957794%
45.	24/08/2017	4,16281968%
46.	25/09/2017	4,45386192%
47.	25/10/2017	4,71647184%
48.	23/11/2017	5,12128627%
49.	26/12/2017	5,28582215%
50.	25/01/2018	5,70633349%
51.	23/02/2018	6,23601137%
52.	23/03/2018	6,66524179%
53.	25/04/2018	7,10841821%
54.	24/05/2018	7,86000460%
55.	25/06/2018	8,56982933%
56.	25/07/2018	9,42714178%
57.	23/08/2018	10,59355330%
58.	25/09/2018	11,93201959%
59.	25/10/2018	13,77267113%
60.	23/11/2018	16,27390469%
61.	26/12/2018	19,47495137%
62.	24/01/2019	24,59697320%
63.	25/02/2019	32,87406920%
64.	25/03/2019	49,80508919%
65.	25/04/2019	100,00000000%

REGISTRO DE IMÓVEIS
MONTE ALTO - Est. São Paulo
Microfilmado sob nº 11-0417

PROTOCOLADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB Nº 27508

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VII

- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA NARDINI

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Nardini Agroindustrial Ltda.
Relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2010



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Nardini Agroindustrial Ltda.

Examinamos as demonstrações financeiras da Nardini Agroindustrial Ltda. (a "Empresa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

2



Nardini Agroindustrial Ltda.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nardini Agroindustrial Ltda. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 15 de abril de 2010, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2010, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.24 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2009. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício de 2009 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2009 tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 5 de maio 2011.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read "PricewaterhouseCoopers", is written over the printed name of the auditor.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in dark ink, appearing to read "Mauricio Cardoso de Moraes", is written over the printed name of the accountant.

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" S

Relatório da Administração

Senhores quotistas:

Em cumprimento às disposições legais e contratuais, submetemos à apreciação de V.S.as os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

Desempenho operacional

Na safra 2010/2011 a Empresa moeu 3,180 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, sendo 63% proveniente de lavouras próprias e parcerias agrícolas e 37% de fornecedores terceiros. Na safra 2009/2010 a moagem foi de 3,067 milhões e na safra 2008/2009 a moagem foi de 3,089 milhões.

A Empresa espera moer 3,1 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na safra 2011/2012. O plantio realizado entre os meses de setembro e novembro requer um período de maturação de 12 meses para ser colhido, o plantio realizado entre fevereiro e maio requer 18 meses para colheita, devido às estações chuvosas. A colheita da safra 2010/2011 teve início em 26 de março de 2010 e teve seu término em 05 de novembro de 2010. O início da safra 2011/2012 está previsto para 13 de abril de 2011 e o término está previsto para 10 de novembro de 2011.

A cana-de-açúcar adquirida de terceiros é valorizada com base no teor de sacarose da cana entregue, medido pelo nível de ATR - Açúcar Total Recuperável. O fator de ATR é calculado pela Empresa de acordo com os padrões definidos pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo - CONSECANA, cuja divulgação ocorre mensalmente com base em estimativa do nível médio de ATR a ser apurado em cada safra. Ao final de cada safra, o índice oficial é divulgado pelo CONSECANA para pagamento do saldo remanescente aos fornecedores.

A Empresa produziu na safra 2010/2011 108,5 milhões de litros de etanol contra 140,6 milhões de litros na safra 2009/2010, 5,35 milhões de sacas de açúcar contra 3,34 milhões de sacas de açúcar da safra anterior, 2,03 milhões de toneladas de levedura contra 2,2 milhões de toneladas da safra anterior e 71 mil MW de energia (42 MW consumido internamente) contra 84 MW na safra anterior. Isso representa redução de 23% na produção de etanol, 60 % de aumento na produção de açúcar, 8% de redução na produção de levedura e redução de 15% na geração de energia elétrica.

Em 2010 a Empresa efetuou investimentos estratégicos na planta industrial com a finalidade de alterar e flexibilizar a relação do mix de produção de açúcar e etanol, tendo em vista a expressiva valorização do açúcar para as safras 10/11 e 11/12. Esse mix, que na safra 09/10 era de 60% de produção de etanol e 40% de produção de açúcar, em 2010, passou a ser de 40% de produção de etanol e 60% de produção de açúcar.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Sendo assim, a receita líquida de 2010 está em torno de 20% acima da de 2009, justificada pelo aumento de 22% do preço médio do açúcar (R\$ 37,67 em 2009 frente a R\$ 45,86 em 2010) e de 42% do volume comercializado (3,4 milhões de sacas em 2009 frente a 4,8 milhões de sacas em 2010) aliado a demanda de etanol no mercado doméstico que aumentou e continua a sustentar o preço médio superior em 31% em relação ao ano passado (em 2010 R\$ 1,17 e em 2009 R\$ 0,89).

Agradecemos aos nossos colaboradores, clientes, fornecedores, instituições financeiras e aos quotistas, sem os quais não teríamos sucesso em nossos objetivos.

Vista Alegre do Alto, 11 de abril de 2011

Diretoria

Riccardo Nardini

Natalin Antônio Natalício

Guiomar Della Togna Nardini

Conteúdo

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
1 Informações gerais	9
2 Resumo das principais práticas contábeis	9
2.1 Base de preparação	9
2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação	9
2.3 Caixa e equivalentes de caixa.....	10
2.4 Ativos financeiros.....	10
2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge	13
2.6 Contas a receber de clientes.....	13
2.7 Estoques.....	13
2.8 Adiantamentos a fornecedores	14
2.9 Ativos intangíveis	14
2.10 Imobilizado	14
2.11 Ativos biológicos.....	16
2.12 <i>Impairment</i> de ativos não financeiros.....	16
2.13 Fornecedores	16
2.14 Empréstimos e financiamentos	17
2.15 Custos de empréstimos	17
2.16 Arrendamento mercantil financeiro	17
2.17 Provisões	17
2.18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	18
2.19 Benefícios a empregados.....	18
2.20 Reconhecimento da receita.....	19
2.21 Receitas e despesas financeiras	19
2.22 Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio	19
2.23 Aspectos ambientais.....	19
2.24 Adoção Inicial dos CPCs	19
3. Estimativas contábeis e julgamentos relevantes.....	28
4. Gestão de risco financeiro	29
5. Caixa e equivalentes de caixa	33
6. Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado	33

7. Instrumentos financeiros derivativos.....	34
8. Contas a receber de clientes	35
9. Estoques	36
10. Ativos biológicos	37
11. Impostos a recuperar.....	39
12. Impostos de renda e contribuição social	40
13. Provisão para contingências e depósitos judiciais.....	42
14. Instrumentos financeiros disponível para venda	43
15. Informações sobre partes relacionadas.....	44
16. Imobilizado	45
17. Intangível	48
18. Fornecedores.....	49
19. Empréstimos e financiamentos	50
20. Adiantamentos de clientes	52
21. Tributos a recolher	52
22. Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	53
23. Salários e encargos sociais	54
24. Patrimônio líquido.....	54
25. Receitas líquidas	56
26. Despesas de vendas	57
27. Despesas administrativas e gerais	57
28. Outras despesas, líquidas	58
29. Resultado financeiro.....	58
30. Despesas por natureza – Custos de produção.....	59
31. Compromissos assumidos.....	60
32. Cobertura de seguros.....	61

Nardini Agroindustrial Ltda.**Balanços patrimoniais**
Valores expressos em R\$

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	30.643.193	5.006.180	7.635.076
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6	6.601.805		1.659.547
Instrumentos financeiros derivativos	7	523.614	456.198	8.154.906
Contas a receber de clientes	8	14.085.375	11.596.711	11.590.579
Adiantamentos a fornecedores		2.062.474	3.655.214	1.559.644
Estoques	9	109.765.764	64.140.762	78.776.541
Ativos biológicos	10	4.963.205	2.022.511	4.147.541
Impostos a recuperar	11	10.347.275	5.852.493	12.431.842
Outras contas a receber		1.705.619	254.720	3.741.104
		<u>180.698.324</u>	<u>92.984.789</u>	<u>129.696.780</u>
Ativo não circulante				
Realizável a longo prazo				
Impostos a recuperar	11	2.236.474	2.268.769	2.729.009
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	16.384.270	17.838.075	6.427.018
Depósitos judiciais	13	3.192.061	3.259.875	445.647
Instrumentos financeiros disponível para venda	14	668.288	536.233	499.383
Partes relacionadas	15	3.137.328		5.702.914
Outras contas a receber		423.582	664.386	2.171.038
		<u>26.042.003</u>	<u>24.567.338</u>	<u>17.975.009</u>
Ativos biológicos	10	89.720.963	74.482.337	67.156.516
Imobilizado	16	354.288.369	316.368.801	308.633.145
Intangível	17	522.702	194.693	300.140
		<u>470.574.037</u>	<u>415.613.169</u>	<u>394.064.810</u>
Total do ativo		<u><u>651.272.361</u></u>	<u><u>508.597.958</u></u>	<u><u>523.761.590</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nardini Agroindustrial Ltda.**Balancos patrimoniais**

Valores expressos em R\$

		31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Passivo e patrimônio líquido				
Passivo circulante				
Fornecedores	18	27.357.400	27.007.739	20.591.736
Empréstimos e financiamentos	19	109.751.594	100.833.082	183.072.421
Adiantamentos de clientes	20	12.146.187	3.059.358	10.316.842
Instrumentos financeiros derivativos	7	2.433.876	3.150.667	3.856.614
Tributos a recolher	21	2.371.079	1.728.445	368.210
Parcelamento do IPI - Lei 11941/09	22	7.011.207	3.244.767	
Salários e encargos sociais	23	6.637.854	6.134.150	5.074.006
Outras contas a pagar		353.703	414.583	208.940
		<u>168.062.900</u>	<u>145.572.791</u>	<u>223.488.769</u>
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	19	161.216.798	105.055.630	75.028.038
Tributos a recolher	21	160.880	246.565	216.847
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	53.015.274	44.948.065	45.416.600
Parcelamento do IPI - Lei 11941/09	22	2.885.285	1.857.306	
Provisão para contingências	13	7.888.821	4.789.253	4.648.847
Dividendos a pagar		12.992.787	13.937.363	15.000.000
		<u>238.159.845</u>	<u>170.834.182</u>	<u>140.310.332</u>
Patrimônio líquido				
Capital social	24 (a)	129.410.000	124.395.000	124.395.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	24 (b)	6.290.000	5.015.000	
Ajustes de avaliação patrimonial	24 (d)	81.028.638	81.028.638	81.028.638
Lucros (prejuízos) acumulados	24 (c)	28.320.978	(18.247.653)	(45.461.149)
		<u>245.049.616</u>	<u>192.190.985</u>	<u>159.962.489</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>651.272.361</u>	<u>508.597.958</u>	<u>523.761.590</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 dezembro
Valores expressos em R\$

	Nota	2010	2009
Receita líquida	25	347.633.278	279.268.406
Custo dos produtos vendidos	30	(233.542.315)	(242.164.099)
Resultado com mensurações de ativos biológicos ao valor justo	10	20.676.568	6.460.858
Lucro bruto		134.767.531	43.565.165
Despesas operacionais			
Despesas de vendas	26	(27.605.631)	(24.218.268)
Despesas administrativas e gerais	27	(17.087.076)	(12.877.730)
Outras despesas, líquidas	28	(4.612.739)	(3.618.507)
Lucro operacional		85.462.085	2.850.660
Receitas financeiras		38.411.620	51.405.751
Despesas financeiras		(45.434.283)	(35.467.657)
Resultado financeiro	29	(7.022.663)	15.938.094
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		78.439.422	18.788.754
Imposto de renda e contribuição social	12	(24.470.791)	14.324.742
Lucro líquido do exercício		53.968.631	33.113.496
Lucro líquido do exercício por quotas do capital social		0,42	0,27
Quantidade de quotas no final do exercício		129.410.000	124.395.000

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nardini Agroindustrial Ltda.



Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Valores expressos em R\$

	Nota	Capital Social	Adiantamentos para aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2009		124.395.000		81.028.638	(45.461.149)	159.962.489
Lucro líquido do exercício					33.113.496	33.113.496
Distribuição de juros sobre o capital próprio (R\$ 0,0456 por quota)	24 (e)				(5.900.000)	(5.900.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital	24 (b)		5.015.000			5.015.000
Em 31 de dezembro de 2009		124.395.000	5.015.000	81.028.638	(18.247.653)	192.190.985
Integralização de capital	24 (b)	5.015.000	(5.015.000)			
Lucro líquido do exercício					53.968.631	53.968.631
Distribuição de juros sobre o capital próprio (R\$ 0,0595 por quota)	24 (e)				(7.400.000)	(7.400.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital	24 (b)		6.290.000			6.290.000
Em 31 de dezembro de 2010		129.410.000	6.290.000	81.028.638	28.320.978	245.049.616

Em 2010 e em 2009, não há outros componentes do resultado abrangente além do lucro do exercício, motivo pelo qual não estão sendo apresentadas as demonstrações do resultado abrangente.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nardini Agroindustrial Ltda.**Demonstração dos fluxos de caixa**
Exercícios findos em 31 dezembro
Valores expressos em R\$

	2010	2009
Atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	78.439.422	18.788.754
Ajustes ao lucro líquido		
Depreciação e amortização	66.222.550	57.623.303
Valor residual do ativo imobilizado baixado	2.309.239	313.004
Ganhos ou perdas com instrumentos derivativos	(784.207)	6.992.761
Provisão para contingências	3.319.435	140.406
Resultado da avaliação a valor justo do ativo biológico	(18.459.315)	(7.815.879)
	131.047.124	76.042.349
Variação nos saldos ativos e passivos		
Contas a receber	(2.488.664)	(6.132)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(6.601.805)	1.659.547
Adiantamentos a fornecedores	1.592.740	(2.095.570)
Estoques	(45.625.002)	14.635.779
Ativo biológico	(2.940.694)	2.125.030
Impostos a recuperar	(4.462.487)	9.484.738
Depósitos judiciais	(152.053)	(2.814.228)
Outras contas a receber	(1.210.096)	4.993.036
Fornecedores	349.661	6.416.003
Impostos a recolher	(553.051)	504.953
Adiantamentos de clientes	9.086.829	(7.257.484)
Parcelamento do IPI - lei 11941/09	4.794.419	5.102.073
Outras contas a pagar	(60.879)	205.643
Salários e encargos sociais	503.704	1.060.144
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14.949.777)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	68.329.969	110.055.881
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(63.802.847)	(25.022.793)
Aquisição de ativos biológicos	(39.755.830)	(40.053.664)
Investimentos disponíveis para venda	(132.055)	(36.850)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(103.690.732)	(65.113.307)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nardini Agroindustrial Ltda.



Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 dezembro
Valores expressos em R\$

Atividades de financiamentos	2010	2009
Partes relacionadas	(3.137.328)	5.702.914
Empréstimos e financiamentos	65.079.680	(52.211.747)
Distribuição de lucros	(944.576)	(1.062.637)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	60.997.776	(47.571.470)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	25.637.013	(2.628.896)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.006.180	7.635.076
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	30.643.193	5.006.180

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Informações gerais

A Empresa tem como atividades preponderantes a exploração agrícola da cultura de cana-de-açúcar, a industrialização e comercialização de açúcar (VHP, cristal e refinado), etanol (anidro e hidratado) e outros produtos derivados da cana-de-açúcar, coogeração e comercialização de energia elétrica, cria, recria e engorda de gado bovino.

A Empresa está investindo em uma nova planta operacional, situada no município de Aporé-GO, cujo objetivo inicial é o plantio de cana-de-açúcar, a industrialização de etanol e a coogeração de energia elétrica. Atualmente esta unidade está em fase pré-operacional.

Na safra 2010/2011, a Empresa moeu 3.180 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, sendo 63% proveniente de lavouras próprias e parcerias agrícolas e 37% de fornecedores terceiros (safra 2009/2010 – 3.067 milhões).

2 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o “custo atribuído” de terras e terrenos na data da transição para os pronunciamentos do Comitê de Procedimentos Contábeis (CPCs) e o valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, de instrumentos financeiros avaliados a valor justo contra o resultado (inclusive instrumentos derivativos) e de ativos biológicos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das práticas contábeis da Empresa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa, uma vez que é a moeda que melhor representa o ambiente econômico no qual a Empresa atua. O real também é a moeda de apresentação da Empresa.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original até três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Empresa são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa, e, quando utilizados, são apresentados no balanço patrimonial como Empréstimos e financiamentos.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São considerados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses. Os empréstimos e recebíveis compreendem “Contas a receber de clientes” e “Partes relacionadas”, “Caixa e equivalentes de caixa” e “Outras contas a receber” (Notas 2.3 e 2.6).

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros

a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i. dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii. uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii. a Empresa, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- iv. torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v. o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- vi. ou dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Empresa avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Empresa avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo

também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge

A Empresa detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à oscilação de preço de mercadorias, de moedas estrangeiras e de taxa de juros.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizados no resultado.

A Empresa não tem por prática a adoção de contabilidade de *hedge*.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) ou baixa definitiva. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.7 Estoques

Os estoques são avaliados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques está baseado no princípio do custo médio.

Matérias primas e materiais de uso e consumo são reconhecidos inicialmente pelo preço de compra acrescido de outros custos incorridos na colocação dos estoques no local e nas condições em que se encontram atualmente (transporte, comissões, trânsito etc.).

Os custos incorridos com a manutenção do parque industrial e a depreciação do período de entressafra são levados aos estoques e apropriados ao custo de produção do açúcar e do álcool no decorrer da próxima safra.

Os produtos da colheita (cana-de-açúcar) dos ativos biológicos (lavouras de cana-de-açúcar) são mensurados pelo seu valor justo.

Os produtos manufaturados são avaliados pelo custo de produção, incluindo o custo dos materiais consumidos, depreciação de insumos de produção e os custos de fabricação diretos ou indiretos.

Uma perda no valor recuperável de estoques é registrada para os seguintes casos:

- O valor de custo do estoque excede o seu valor de realização;
- Os estoques sofrem deterioração significativa.

2.8 Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores são registrados pelos valores de custo. Quando esses contratos referem-se a contratos de mercadorias com preço a fixar, são atualizados de acordo com os índices definidos nos contratos de compra.

2.9 Ativos intangíveis

a) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

b) Direito de uso de terra

Correspondem a valores pagos pelo direito de uso de terras como reserva ambiental (reserva legal). Esses ativos são amortizados pelo prazo de vigência dos referidos contratos.

2.10 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, e ou reavaliação até 31 de dezembro de 2007, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração e custos incorridos com empréstimos e financiamentos no período de construção do bem.

O *software* comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

A Empresa optou por atribuir novo custo (*deemed cost*) a determinados ativos imobilizados na data de abertura do exercício (1º de janeiro de 2009). Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido (Nota 2.24 e 16(b)). A mensuração do novo custo foi realizada por empresa especializada, que conta com engenheiros experientes e com competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor residual contábil do imobilizado e são reconhecidos em Outras despesas líquidas no resultado.

b) Custos subseqüentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terras e terrenos não são depreciados.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

d) Baixas

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.11 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Empresa compreendem as lavouras de cana-de-açúcar, cujo produto da colheita – cana-de-açúcar - será utilizado como matéria-prima na produção de açúcar e etanol e a gado bovino, que será vendido para abate.

As principais atividades da Empresa no cultivo de cana-de-açúcar são plantio e cultivo (tratos culturais) dessa cultura, que tem ciclo produtivo em média de mais quatro anos após o seu primeiro corte. As principais atividades relacionadas ao gado bovino consideram a compra de bezerros e a engorda dos mesmos até esse estar pronto para o abate, o que ocorre, em média, 24 meses após seu nascimento.

Os ativos biológicos são mensurados ao seu valor justo.

As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 10.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no reconhecimento dos ativos e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo no início e final do período, sendo registrado no resultado do período na rubrica “Resultado com mensuração de ativos biológicos ao valor justo”.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

2.13 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente e conhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional e financiamentos de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos e/ou financiamentos.

2.16 Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Empresa os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

2.17 Provisões

As provisões para restauração ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro anual tributário.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas leis decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido contabilmente somente quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, revisados a cada data de apresentação de relatório e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

2.19 Benefícios a empregados

A Empresa possui um programa de participação nas metas e resultados, nos moldes da lei 10.101/00 e em conformidade com os acordos coletivos de trabalho firmados com as categorias de seus colaboradores, baseado nos objetivos operacionais e financeiros previamente estabelecidos com os mesmos. O registro da obrigação passiva associada a esses benefícios é efetuado após serem apurados os resultados obtidos frente aos objetivos traçados.

2.20 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. Para ao açúcar, normalmente a transferência dos riscos e benefícios ocorre no momento da entrega do açúcar ao cliente (FOB Santos (mercado externo) ou nas dependências do cliente (mercado interno); para o álcool, no momento da retirada do produto pelo cliente nas dependências da Usina (álcool posto Usina). A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Empresa avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

2.21 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos (Nota 2.15).

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa de juros efetiva.

2.22 Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio

A distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio para os sócios da Empresa é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa, após deliberação dos quotistas.

2.23 Aspectos ambientais

As instalações de produção da Empresa estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Empresa administra os riscos associados com assuntos ambientais através de procedimentos operacionais e de controles e também investindo em equipamentos de controle de poluição e sistemas. A Empresa acredita que nenhuma provisão para perdas relacionada a assuntos ambientais é requerida atualmente nas demonstrações financeiras, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

2.24 Adoção Inicial dos CPCs

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com os CPCs.

A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs nessa data.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Empresa aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

As principais diferenças entre os CPCs e a BR GAAP Antigo que afetaram as demonstrações da Empresa e tiveram reflexos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009 são:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados sobre as diferenças temporais entre a base fiscal e os saldos contábeis, bem como sobre os prejuízos fiscais acumulados são apresentados no grupo não circulante.

Para adequar a classificação desses tributos, os montantes de R\$ 1.126.030 e R\$ 8.219.094 de imposto de renda e contribuição social ativos, respectivamente, foram reclassificados para o não circulante em 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, respectivamente. Os montantes de R\$ 3.204.708 e R\$ 794.011 desses tributos foram reclassificados nessas mesmas datas do passivo circulante para o passivo não circulante.

Adicionalmente, também foram constituídos tributos diferidos sobre os ajustes comentados na sequência desta Nota:

Deemed cost (Nota 2.24 (b))

Ativo biológico – gado (Nota 2.24 (c.1))

Ativo biológico – cana-de-açúcar (Nota 2.24 (c.2))

b) Custo atribuído a determinados bens do ativo imobilizado

A administração atribuiu novo custo a terras e terrenos e, conseqüentemente, complementou o ativo imobilizado no balanço de abertura em R\$ 41.397.774 e o patrimônio líquido em R\$ 27.322.531, líquido dos efeitos tributários.

c) Ativos biológicos

(c.1) Ativos biológicos gado de corte

Nos termos do BR GAAP Antigo, esses ativos biológicos eram apresentados como estoques e registrados ao custo médio de aquisição/produção. Para adequar a classificação desses ativos, foram reclassificados do grupo Estoques para Ativos biológicos (circulante) os montantes de R\$ 2.765.584 no balanço de abertura e R\$ 1.995.576 em 31 de dezembro de 2009.

De acordo com as novas práticas contábeis - CPC 29, “Ativo biológico e produtos agrícolas”, os ativos biológicos e produtos agrícolas são mensurados ao valor justo a cada final de cada período.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2010
Valores expressos em R\$**

Os ajustes necessários para mensurar esses ativos biológicos ao valor justo montaram a:

	1o. de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2009	Impactos no exercício findo em 31 de dezembro de 2009
Ajustes ao valor justo - Gado de corte	1.381.957	26.935	(1.355.022)
Efeitos tributários sobre os ajustes ao valor justo	(469.866)	(9.158)	460.708
Ajustes ao valor justo, líquido dos efeitos tributários	<u>912.091</u>	<u>17.777</u>	<u>(894.314)</u>

(c.2) Ativos biológicos lavouras de cana-de-açúcar

Nos termos do BR GAAP Antigo, os ativos biológicos lavouras de cana-de-açúcar eram parte apresentados como Estoques (tratos culturais) e Imobilizado (plantio) e registrados ao custo médio de aquisição/produção. De acordo com o CPC 29 esses ativos biológicos são mensurados ao valor justo ao final de cada período ou no momento da colheita, respectivamente.

Os custos com tratos culturais das lavouras de cana-de-açúcar que eram classificados como estoques passaram a ser classificadas como ativos biológicos, no grupo não circulante. Esses montantes reclassificados montaram a R\$ 12.455.096 no balanço de abertura e R\$ 16.607.510 em 31 de dezembro de 2009.

Os ajustes necessários para mensurar os ativos biológicos lavouras de cana-de-açúcar ao valor justo montaram a:

	1o. de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2009	Impactos no exercício findo em 31 de dezembro de 2009
Ajustes ao valor justo - Lavouras de cana-de-açúcar	(28.022.429)	(20.206.549)	7.815.880
Efeitos tributários sobre os ajustes ao valor justo	<u>9.527.626</u>	<u>6.870.227</u>	<u>(2.657.399)</u>
Ajustes ao valor justo, líquido dos efeitos tributários	<u>(18.494.803)</u>	<u>(13.336.322)</u>	<u>5.158.481</u>

O produto da colheita da cana-de-açúcar da safra 2009/10 também foi avaliado ao valor justo. Essa valorização ao valor justo representou ganhos de R\$ 18.901.446 no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

d) Reclassificação de investimentos

Determinados investimentos que não se enquadram no conceito de controladas estão sendo classificadas como Instrumentos financeiros disponíveis para venda. Esses investimentos montam a R\$ 499.383 nos saldos de abertura e R\$ 536.233 em 31 de dezembro de 2009.

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2010**
Valores expressos em R\$



e) Reavaliação de períodos anteriores

A Empresa mantinha registro de terras e terrenos reavaliados em exercícios anteriores a 2008. Em atendimento à Interpretação Técnica CPC – ICPC nº 10, o imposto de renda e a contribuição social sobre a referida reserva, no montante de R\$ 27.666.783, foi constituída nos saldos de abertura.

O saldo anteriormente mantido como Reserva de reavaliação foi integralmente reclassificado para a rubrica Ajustes de avaliação patrimonial.



Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2010
Valores expressos em R\$



(f) Ajustes em lucros acumulados

Os ajustes efetuados em lucros acumulados são assim resumidos:

Item	Efeitos em Lucros acumulados					
	1º de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2009		
	Ajuste	Efeitos tributários	Ajustes líquidos	Ajuste	Efeitos tributários	Ajustes líquidos
2.2.4						
(c.1)	1.381.957	(469.865)	912.092	26.935	(9.158)	17.777
Valorização de ativos biológicos ao valor justo - Gado						
(c.2)	(28.022.429)	9.527.626	(18.494.803)	(20.206.549)	6.870.227	(13.336.322)
Valorização de ativos biológicos ao valor justo - Lavouras de cana-de-açúcar						
(e)						
Tributos diferidos sobre mais-valia de terras e terrenos						
	(26.640.472)	9.057.761	(17.582.711)	(20.179.614)	6.861.069	(13.318.545)

(g) Outras reclassificações para melhor apresentação

Além dos ajustes de reclassificações necessárias para adequações das demonstrações financeiras comparativas aos CPCs, a Empresa também efetuou algumas reclassificações para melhor apresentação evidenciadas nos quadros a seguir apresentados:

Nardini Agroindustrial Ltda.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Valores expressos em R\$

2.24.1 Reconciliação do balanço patrimonial na data de transição – 1º de janeiro de 2009

Ativo	BR GAAP Antigo	Reclassificações para melhor apresentação	BR GAAP Antigo melhor apresentado	Efeitos da transição para CPCs	CPCs
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9.294.623	(1.659.547)	7.635.076		7.635.076
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		1.659.547	1.659.547		1.659.547
Instrumentos financeiros derivativos	8.154.906		8.154.906		8.154.906
Contas a receber	11.590.579		11.590.579		11.590.579
Adiantamentos a fornecedores	1.559.644		1.559.644		1.559.644
Estoques	90.685.840	3.311.371	93.997.211	(15.220.670)	78.776.541
Ativos biológicos				4.147.541	4.147.541
Impostos a recuperar	12.431.842		12.431.842		12.431.842
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.126.030		1.126.030	(1.126.030)	
Outras contas a receber	3.741.104		3.741.104		3.741.104
	138.584.568	3.311.371	141.895.939	(12.199.159)	129.696.780
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Impostos a recuperar	2.729.009		2.729.009		2.729.009
Imposto de renda e contribuição social diferidos				6.427.018	6.427.018
Depósito judicial	2.829.361	(2.383.714)	445.647		445.647
Ativo financeiro disponível para venda				499.383	499.383
Partes relacionadas	5.702.914		5.702.914		5.702.914
Outros créditos	2.616.685	(445.647)	2.171.038		2.171.038
	13.877.969	(2.829.361)	11.048.608	6.926.401	17.975.009
Investimentos	499.383		499.383	(499.383)	
Ativos biológicos	82.723.859		82.723.859	(15.567.343)	67.156.516
Imobilizado	270.546.742	(3.311.371)	267.235.371	41.397.774	308.633.145
Intangível	300.140		300.140		300.140
	367.948.093	(6.140.732)	361.807.361	32.257.449	394.064.810
Total do ativo	506.532.661	(2.829.361)	503.703.300	20.058.290	523.761.590

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Valores expressos em R\$



2.24.1 Reconciliação do balanço patrimonial na data de transição – 1º de janeiro de 2009 (continuação)

	BR GAAP Antigo	Reclassificações para melhor apresentação	BR GAAP Antigo melhor apresentado	Efeitos da transição para CPCs	CPCs
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores	20.591.736		20.591.736		20.591.736
Empréstimos e financiamentos	183.072.421		183.072.421		183.072.421
Adiantamentos de clientes	10.316.842		10.316.842		10.316.842
Perdas não realizadas com derivativos	3.856.614		3.856.614		3.856.614
Impostos a recolher	368.210		368.210		368.210
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.204.708		3.204.708	(3.204.708)	
Obrigações com empregados	5.074.006		5.074.006		5.074.006
Outras contas a pagar	208.940		208.940		208.940
	226.693.477		226.693.477	(3.204.708)	223.488.769
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	75.028.038		75.028.038		75.028.038
Impostos, taxas e contribuições	216.847		216.847		216.847
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.226.640		4.226.640	41.189.961	45.416.601
Provisão para contingências	7.478.208	(2.829.361)	4.648.847		4.648.847
Dividendos a pagar	15.000.000		15.000.000		15.000.000
	101.949.733	(2.829.361)	99.120.372	41.189.961	140.310.333
Patrimônio líquido					
Capital social	124.395.000		124.395.000		124.395.000
Reserva de reavaliação	81.372.890		81.372.890	(8.1372.890)	
Ajustes de avaliação patrimonial				81.028.638	81.028.638
Prejuízos acumulados	(27.878.439)		(27.878.439)	(17.582.711)	(45.461.150)
	177.889.451		177.889.451	(17.926.963)	159.962.488
Total do passivo e patrimônio líquido	506.532.661	(2.829.361)	503.703.300	20.058.290	523.761.590

2.24.2 Reconciliação do balanço patrimonial na data de transição - 31 de dezembro de 2009.

Ativo	BR GAAP	Reclassificações para melhor	BR GAAP	Efeitos da	CPCs
	Antigo	apresentação	Antigo melhor apresentado	transição para CPCs	
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5.006.180		5.006.180		5.006.180
Instrumentos financeiros derivativos	456.198		456.198		456.198
Contas a receber	11.596.711		11.596.711		11.596.711
Adiantamentos a fornecedores	3.655.214		3.655.214		3.655.214
Estoques	82.743.848		82.743.848	(18.603.086)	64.140.762
Ativos biológicos				2.022.511	2.022.511
Impostos a recuperar	5.852.493		5.852.493		5.852.493
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.219.094		8.219.094	(8.219.094)	
Outras contas a receber	254.720		254.720		254.720
	117.784.458		117.784.458	(24.799.669)	92.984.789
Ativo não circulante					
Realizável longo prazo					
Impostos a recuperar	2.268.769		2.268.769		2.268.769
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.748.754		2.748.754	15.089.321	17.838.075
Depósitos judiciais	2.892.869	367.006	3.259.875		3.259.875
Ativos financeiros disponível para venda				536.233	536.233
Outros créditos	1.140.329	(475.943)	664.386		664.386
	9.050.721	(108.937)	8.941.784	15.625.554	24.567.338
Investimentos	536.233		536.233	(536.233)	
Ativos biológicos	78.081.376		78.081.376	(3.599.039)	74.482.337
Imobilizado	274.971.027		274.971.027	41.397.774	316.368.801
Intangível	194.693		194.693		194.693
	362.834.050	(108.937)	362.725.113	52.888.056	415.613.169
Total do ativo	480.618.508	(108.937)	480.509.571	28.088.387	508.597.958

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2010**
Valores expressos em R\$

2.24.2 Reconciliação do balanço patrimonial na data de transição - 31 de dezembro de 2009.

	BR GAAP Antigo	Reclassificações para melhor apresentação	BR GAAP Antigo melhor apresentado	Efeitos da transição para CPCs	CPCs
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores diversos	27.007.739		27.007.739		27.007.739
Financiamentos e empréstimos	100.833.082		100.833.082		100.833.082
Adiantamentos de clientes	3.059.358		3.059.358		3.059.358
Perdas não realizadas com derivativos	3.150.667		3.150.667		3.150.667
Impostos a recolher	1.728.445		1.728.445		1.728.445
Parcelamento do IP I- Lei 11941/09	3.244.767		3.244.767		3.244.767
Imposto de renda e contribuição social diferidos	794.011		794.011	(794.011)	
Obrigações com empregados	6.134.150		6.134.150		6.134.150
Outras contas a pagar	414.583		414.583		414.583
	146.366.802		146.366.802	(794.011)	145.572.791
Passivo não circulante					
Financiamento e empréstimos	105.055.630		105.055.630		105.055.630
Impostos, taxas e contribuições	246.565		246.565		246.565
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.402.871		2.402.871	42.545.195	44.948.066
Parcelamento do IP I- Lei 11941/09	1.857.306		1.857.306		1.857.306
Provisão para contingências	4.898.190	(108.937)	4.789.253		4.789.253
Dividendos a pagar	13.937.363		13.937.363		13.937.363
	128.397.925	(108.937)	128.288.988	42.545.195	170.834.183
Patrimônio líquido					
Capital social	124.395.000		124.395.000		124.395.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.015.000		5.015.000		5.015.000
Reserva de reavaliação	81.372.890		81.372.890	(81.372.890)	
Ajustes de avaliação patrimonial				81.028.638	81.028.638
Prejuízos acumulados	(4.929.109)		(4.929.109)	(13.318.545)	(18.247.654)
	205.853.781		205.853.781	(13.662.797)	192.190.984
Total do passivo e patrimônio líquido	480.618.508	(108.937)	480.509.571	28.088.387	508.597.958

2.24.2 Reconciliação da demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

	BR GAAP Antigo	Reclassificações para melhor apresentação	BR GAAP Antigo melhor apresentado	Efeitos da transição para CPCs	CPCs
Receita bruta	319.968.442		319.968.442		319.968.442
Contratos de commodities e OTCs		(13.019.173)	(13.019.173)		(13.019.173)
Deduções, abatimentos e impostos sobre vendas	(27.680.863)		(27.680.863)		(27.680.863)
Receita líquida	292.287.579	(13.019.173)	279.268.406		279.268.406
Custo dos produtos vendidos	(242.164.099)		(242.164.099)		(242.164.099)
Resultado nas mensurações de ativos biológicos ao valor justo				6.460.858	6.460.858
Lucro Bruto	50.123.480	(13.019.173)	37.104.307	6.460.858	43.565.165
Despesas operacionais					
Despesas de vendas	(24.032.842)	(185.426)	(24.218.268)		(24.218.268)
Despesas administrativas e gerais	(17.145.002)	4.267.272	(12.877.730)		(12.877.730)
Outras despesas, líquidas	(12.905.466)	9.286.959	(3.618.507)		(3.618.507)
Lucro operacional	(3.959.830)		(3.610.198)		2.850.660
Receitas financeiras	52.724.975	(13.19.224)	51.405.751		51.405.751
Despesas financeiras	(36.437.248)	969.591	(35.467.657)		(35.467.657)
Resultado financeiro	16.287.727		15.938.094		15.938.094
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	12.327.897		12.327.896		18.788.754
Imposto de renda e contribuição social	16.521.433		16.521.433	(2.196.691)	14.324.742
Lucro líquido do exercício	28.849.330		28.849.329	(2.196.691)	33.113.496
Lucro líquido do exercício por quotas do capital social	0,23		0,23		0,27
Quantidade de quotas no final do exercício	124.395.000		124.395.000		124.395.000

3. Estimativas contábeis e julgamentos relevantes

(a) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Empresa use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido, provisão para contingências, mensuração ao valor justo de instrumentos financeiros e de ativos biológicos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e premissas, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Ajuste ao *fair value* de ativos biológicos

A avaliação do ativo biológico utiliza premissas para determinar seu valor justo, tais como: rendimento estimado, quantidade de açúcar (ATR) por tonelada de cana e preço estimado do açúcar (Nota 2.11 e 10).

Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Empresa usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(b) Julgamentos relevantes

Os principais julgamentos envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados à provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Gestão de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem a diversos riscos financeiros, incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco geral da Empresa está focada na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar possíveis efeitos adversos em seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Empresa que identifica, avalia e procura minimizar os riscos financeiros resultantes das atividades comerciais e operacionais da Empresa, em conjunto com a diretoria. As estratégias tomadas referentes a empréstimos e financiamentos acima de determinados valores, previstos no contrato social, são discutidas e aprovadas em reuniões dos quotistas. As demais estratégias tomadas são mensalmente apresentadas ao conselho de quotistas que tomam ciência das decisões tomadas. A diretoria estabelece as diretrizes para o futuro, baseadas, principalmente, no planejamento de produção da safra e estratégias de comercialização.

29 de 61

As políticas de gestão de risco, embora não formalmente documentadas, refletem os princípios de para a gestão de risco definidas pelo conselho de quotistas e diretoria.

(a) Risco de mercado

(a.1) Risco cambial

A Empresa comercializa parte substancial de sua produção no mercado externo e está exposta a risco de taxa de câmbio, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos.

A política de gestão de risco cambial estabelece limites para a exposição ao risco cambial das futuras exportações e, de acordo com essa política, a Empresa deve contratar instrumentos financeiros que protejam a posição vendida em dólar dos contratos de exportação, cujos preços, que são cotados em moeda estrangeira, já estejam fixados.

Os instrumentos financeiros normalmente utilizados para proteger as posições vendidas fixadas em moeda estrangeira são adiantamentos de contratos de câmbio, pré-pagamentos de exportação e *non deliverable forwards* (NDF).

Seguindo o mesmo limite estabelecido na política de gestão de preço (item (a.2) a seguir), cerca de um terço da exposição ao risco cambial associado às exportações da safra futuras são monitorados antes da safra, um terço durante a safra e um terço após o final da safra, de modo que, as exportações quando concretizadas não ficam expostas a riscos cambiais. Esses percentuais de gestão da exposição cambial podem flutuar para mais ou para menos dependendo das tendências do mercado de câmbio, monitoradas constantemente pela administração com o apoio de empresas especializadas na análise desse mercado.

Em 31 de dezembro de 2010, os volumes de exportações contratadas e os respectivos instrumentos financeiros utilizados para gerir o risco de exposição são apresentados a seguir:

Safra	Em milhares de US\$				Em milhares de US\$	
	Instrumentos financeiros contratados que mitigam riscos cambiais				Risco cambial de exportações gerenciado conforme política	Previsão futura de exposição cambial a ser gerenciada durante a safra e entressafra futura
	Previsão de exportação em milhares	Passivos com contratos em moeda estrangeira abertos por vencimento	Notional Operações de <i>non deliverable forwards</i> relacionadas	Total		
2011/2012	145.290	35.440	3.000	38.440	26%	106.850
2012/2013	127.335	34.566		34.566	27%	92.769
2013/2014	127.780	30.601		30.601	24%	97.179
2014/2015	129.167	8.429		8.429	7%	120.738

(a.2) Risco de taxa de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Empresa e dos demais insumos utilizados no processo de produção.

Com o objetivo de reduzir sua exposição às vendas futuras de açúcar no mercado internacional, a Empresa fixa os preços de venda com os clientes com os quais já mantém contratos de venda futura de açúcar à medida que analisa as tendências de mercado e também utiliza instrumentos financeiros derivativos de açúcar. Esses instrumentos consistem, principalmente, em futuros e opções para a proteção contra a variação no preço do açúcar.

Os instrumentos derivativos são mensurados e contabilizados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial assim como a cada período subsequente. Os derivativos são apresentados como Ativo circulante quando o valor justo é positivo e como um Passivo circulante quando o valor justo é negativo.

O valor justo dos derivativos de açúcar é determinado pela aplicação de técnicas de avaliação baseada em cotações de mercado ativo. A Empresa utiliza derivativos listados na Bolsa de Nova Iorque (New York Board Of Trade) e, eventualmente, realiza operações de balcão (OTCs).

Cerca de um terço da exposição ao risco de preço associado às exportações da próxima safra são monitorados antes da safra, um terço durante a safra e um terço após o final da safra. Esses percentuais de gestão da exposição ao risco de preço podem flutuar para mais ou para menos dependendo das tendências do mercado, monitoradas constantemente pela administração com o apoio de empresas especializadas na análise desse mercado.

Em 31 de dezembro de 2010, os riscos de exposição às flutuações de preço estavam mitigados da seguinte forma:

Safra	Previsão de exportação	Contratos firmados	Contratos com preços já fixados com clientes	Risco de preço gerenciado conforme política
Açúcar (em toneladas)				
2010/2011				
2011/2012	217.500	110.000	55.020	25%
2012/2013	205.500	70.000		0%
2013/2014	221.500	48.000		0%
2014/2015	221.500	18.000		0%
Etanol (em metros cúbicos)				
2011/2012	11.250	6.600		0%
2012/2013	9.750			0%
2013/2014	22.500			0%
2014/2015	24.750			0%

A Empresa não possui política definida para a gestão de risco de preço dos insumos, exceto para a cana-de-açúcar, principal insumo utilizado no processo produtivo, cujo preço é vinculado ao CONSECANA, índice de mercado que leva em consideração as flutuações de preço do açúcar e do etanol.

(a.3) Risco de taxa de juros

Os ativos financeiros sobre os quais incidem juros são representados, substancialmente, pelas aplicações financeiras, as quais, por serem efetuadas em taxas de mercado (atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI), não estão sujeitas a riscos variáveis ou a riscos de perdas pelo custo de oportunidade.

Os passivos financeiros sobre os quais incidem juros são representados, substancialmente, pelos empréstimos e financiamentos, os quais, por estarem sujeitos a taxa de juros pré-fixadas, estão sujeitos ao risco de taxa de juros pelo custo de oportunidade nas situações de tendência de queda nas taxas de juros do mercado.

A administração tem como política a contratação de taxas de juros pré-fixadas, sendo efetuadas operações com taxas de juros pós-fixas apenas se for possível a contratação de *swap* ou outros instrumentos financeiros que mitiguem o risco da referida exposição.

Também faz parte das atividades de gestão da tesouraria a máxima utilização do limite disponível de captação de empréstimos incentivados (custeio agrícola, finames, entre outros) que possuem taxas mais competitivas. Na medida do possível, quando taxas mais competitivas são observadas no mercado, a Empresa procura renegociar seus passivos, desde que isso não implique em custos com multas pela liquidação antecipada de contratos.

Em 31 de dezembro de 2010, a Empresa mantinha os seguintes instrumentos financeiros em aberto para mitigar riscos de taxas de juros flutuantes:

<u>Passivos financeiros sujeitos a taxa de juros flutuantes</u>	<u>Montante em aberto US\$</u>	<u>Notional Operações de Swap relacionadas</u>	<u>Exposição a taxas de juros flutuantes líquida</u>
Pré-pagamento de exportação	105.928.202	39.864.547	66.063.655

(a.4) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Empresa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e conta com o auxílio de especialistas em análise de mercado, que, mensalmente, se reúnem com os representantes da tesouraria da Empresa para discutir aspectos gerais do mercado financeiro e também os riscos, se houver, relacionados às instituições financeiras com as quais a Empresa opera.



(a.5) Risco de liquidez

A Empresa gerencia o risco de liquidez pela manutenção de saldos em caixa e equivalentes de caixa em montantes suficientes que lhe permita assumir eventuais perdas extraordinárias além dos passivos já assumidos e previstos em seus fluxos de caixa futuros.

Também faz parte da política de liquidez a constante negociação para liberação de linhas de crédito com instituições financeiras para cobrir eventuais necessidades de saída de caixa não previstas pelos fluxos de caixa futuros.

(a.6) Gestão de capital

A Empresa não tem política definida para monitoramento de sua alavancagem financeira. As decisões de tomar uma posição mais ou menos alavancada e/ou aumentar ou reduzir o capital social são analisadas em reuniões mensais da diretoria e do conselho de quotistas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

		31 de de z e m b r o de 2 0 1 0	31 de de z e m b r o de 2 0 0 9	1º de j a n e i r o de 2 0 0 9
	Remuneração			
Caixa e bancos		1.639.942	1.121.874	497.667
Certificado de Depósito Bancário (i)	100 a 102,5% do CDI			
	(2009 - 102,5 a 106% do CDI)	29.003.251	3.884.306	7.137.409
		30.643.193	5.006.180	7.635.076

(i) São resgatáveis a qualquer momento (D+O) sem perda de rendimentos.

6. Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado

Carteira composta por cotas de fundos de investimentos compostos, substancialmente, por títulos públicos e/ou cotas de fundos de investimentos que investem em outros fundos, substancialmente, multimercados. O principal objetivo dessa carteira é maximizar a relação retorno e risco via diversificação de títulos e a mitigação de riscos de crédito.

7. Instrumentos financeiros derivativos

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Empresa.

Contratos de proteção patrimonial	Valor de referência	Em 31 de dezembro de 2010		
		Valor justo	Montante a receber	Montante a pagar
Opções de commodities	128.703	128.703	128.703	
Non-deliverable forwards - safra 2010/2011	3.462.275	141.553	141.553	
Non-deliverable forwards - safra 2011/2012	5.492.300	253.358	253.358	
Contratos de swaps Libor versus taxa pré fixada	39.864.547	(933.226)		(933.226)
Contratos de swaps Libor versus CDI	15.488.064	(1.500.650)		(1.500.650)
		(190.262)	523.614	(2.433.876)

Contratos de proteção patrimonial	Valor de referência	Em 31 de dezembro de 2009		
		Valor justo	Montante a receber	Montante a pagar
Opções de commodities	2.714.310	239.307	239.307	
Contratos futuros	2.052.527	156.662	156.662	
Non-deliverable forwards	9.994.750	60.229	60.229	
Contratos de swaps dólar versus CDI		(3.150.667)		(3.150.667)
		(2.694.469)	456.198	(3.150.667)

Contratos de proteção patrimonial	Valor de referência	Em 1º de janeiro de 2009		
		Valor justo	Montante a receber	Montante a pagar
Compras e vendas a termo de commodities	24.542.731	4.900.377	4.900.377	
Opções de commodities	1.019.438	(122.595)		(122.595)
Contratos futuros de commodities	2.105.287	(196.238)		(196.238)
Opções de dólar	8.620.000	91.471	91.471	
Non-deliverable forwards	10.749.800	(438.718)	226.002	(664.720)
Contratos de swaps dólar versus CDI	10.815.058	63.995	2.937.056	(2.873.061)
		4.298.292	8.154.906	(3.856.614)

Os contratos de derivativos têm contrapartes instituições financeiras nacionais e estrangeiras de grande porte.

A Empresa auferiu perdas líquidas com instrumentos derivativos, nos montantes de R\$ 552.084 (31 de dezembro de 2009 – R\$ 2.901.055), as quais, por estarem relacionadas a instrumentos financeiros utilizados para proteção de risco cambial e de taxa de juros, estão apresentadas no Resultado financeiro (Nota 29), e perdas líquidas de R\$ 3.362.205 (31 de dezembro de 2009 – R\$ 13.019.173), as quais, por estarem relacionadas a instrumentos financeiros utilizados para proteção de risco de preço de commodities, estão registradas em Receitas líquidas (Nota 25).

8. Contas a receber de clientes

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
No país	7.956.782	8.418.568	7.707.319
No exterior	6.128.593	3.178.143	3.883.260
	14.085.375	11.596.711	11.590.579

As contas a receber possuem a seguinte composição por vencimento:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
A vencer	13.215.894	9.857.204	9.156.557
Vencidos			
Até 30 dias	521.463	347.901	1.274.964
De 31 a 60 dias	248.512	231.934	811.341
De 61 a 90 dias	56.188	347.901	347.717
Acima de 90 dias	43.318	811.770	
	14.085.375	11.596.710	11.590.579

O prazo médio de recebimento é de 31 dias (30 dias em 2009) e são cobrados juros após o vencimento do prazo estabelecido na negociação, que são registrados como juros recebidos nas Receitas financeiras.

Conforme mencionado na Nota explicativa 4(a.4), a Empresa possui normas e procedimentos definidos para concessão de créditos e monitoramento das duplicatas vencidas e de risco de não recebimentos dos valores decorrente das operações de vendas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída pela administração com base na análise das contas a receber de clientes em aberto. A Empresa considera que não há riscos de perdas com as presentes contas a receber em aberto. Adicionalmente, a Empresa não tem histórico de perdas relevantes com recebíveis.

9. Estoques

9.1 Composição

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Produtos acabados	80.884.423	55.809.921	67.200.643
Almoxarifado	14.605.944	9.371.433	9.038.211
Custos a apropriar de entressafra	15.674.452		3.311.371
Outros	58.744	302.977	108.353
	<u>111.223.563</u>	<u>65.484.331</u>	<u>79.658.578</u>
(-) Provisão para estoques de baixa movimentação	<u>(1.457.799)</u>	<u>(1.343.569)</u>	<u>(882.037)</u>
	<u><u>109.765.764</u></u>	<u><u>64.140.762</u></u>	<u><u>78.776.541</u></u>

O aumento dos estoques de produtos acabados reflete a estratégia da Empresa em manter o açúcar e etanol em estoques com o objetivo de alcançar melhores preços de venda no período de entressafra.

O aumento dos estoques de almoxarifado é oriundo, principalmente, da antecipação de compra de adubos e herbicidas para a safra 2011/2012, cujo plantio iniciará em janeiro de 2011, e do aumento nos estoques de peças e acessórios para veículos, tratores e implementos agrícolas.

A safra 2009/2010 foi finalizada em dezembro de 2009, e a safra 2010/2011 foi finalizada em outubro de 2010, o que explica a inexistência de custos de entressafra a apropriar de um exercício para o outro.

9.2 Estoque de passagem

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Etanol anidro	34.329 mil litros	16.002 mil litros	45.425 mil litros
Etanol hidratado	3.359 mil litros	22.410 mil litros	24.247 mil litros
Açúcar cristal	1.058 mil sacas	520 mil sacas	362 mil sacas
Açúcar VHP	392 mil sacas	276 mil sacas	7.685 mil sacas
Açúcar refinado granulado	mil sacas	92 mil sacas	198 mil sacas
Levedura seca	224 toneladas	412 toneladas	1.180 toneladas
Gado de corte	3.022 cabeças	2.411 cabeças	3.955 cabeças

10. Ativos biológicos

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
No circulante			
. Gado de corte	4.963.205	2.022.511	4.147.541
No não circulante			
. Lavouras de cana-de-açúcar	89.720.963	74.482.337	67.156.516

(a) Gado de corte

Em 31 de dezembro de 2010, a Empresa possui 2.154 cabeças de gado no ponto de corte, localizadas nos estados de São Paulo e Goiás, as quais são mensuradas pelo seu valor justo.

A Empresa compra os bezerros e efetua as atividades de engorda do gado até o ponto de abate. Não faz parte das atividades pecuárias da Empresa a cria e a cria desses animais.

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo são:

O valor justo do gado de corte foi determinado pela multiplicação do volume de cabeças de gado prontas para abate pelo preço de mercado da arroba do boi gordo, que é cotada em mercado ativo, menos as despesas de vendas. Para os animais que ainda não estão em ponto de corte, a administração estabeleceu um percentual para equivaler a quantidade de animais que ainda não estão em ponto de corte em quantidade de animais em idade de abate, para a qual existe cotação em mercado ativo e, após essa estimativa, multiplicou a quantidade equivalida pelo preço de mercado da arroba do boi gordo.

A movimentação do valor justo desses ativos biológicos durante os períodos é a seguinte:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Saldo inicial	2.022.510	4.147.541
Custo com compra de animais e custos de cria	5.318.633	2.747.211
Resultado com avaliação ao valor justo	2.217.253	(1.355.021)
Baixa pela venda/perda de animais	(4.595.191)	(3.517.220)
Saldo final	<u>4.963.205</u>	<u>2.022.511</u>

(b) Lavoura de cana-de-açúcar

Em 31 de dezembro de 2010, a Empresa possui 18.962 hectares de lavouras de cana-de-açúcar, localizadas nos estados de São Paulo e Goiás, as quais são mensuradas pelo seu valor justo.

O cultivo da cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros; o primeiro corte ocorre após doze e/ou dezoito meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (cana soca) continua no solo. Após cada corte, a cana planta cresce novamente, em média, por cinco anos (safras).

As terras em que as lavouras estão plantadas (quando não vinculadas a operações de arrendamento ou parcerias) são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor dos ativos biológicos.

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se uma metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da expectativa da produtividade futura da cana-de-açúcar, durante sua vida útil, usualmente 5 anos, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar – ATR, pelo preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar; e
- Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais); (ii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT); (iii) custos de capital (aluguel das terras e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

Com base na estimativa de receitas e custos, a Empresa determina o fluxo de caixa descontado a ser gerado em cada ano, considerando uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos.

As variações no valor justo das lavouras de cana-de-açúcar são registradas na rubrica “Ativos biológicos” no ativo não circulante e tem como contrapartida a rubrica “Resultado com mensuração de ativos biológicos ao valor justo”, no resultado do exercício.

As lavouras de cana-de-açúcar plantadas durante o período corrente, devido à pequena transformação biológica que ocorre entre o período do plantio e a data-base das demonstrações financeiras e ao fato dos custos incorridos nesse período não serem significativos, são avaliadas pelo custo acumulado de plantio e manutenção, uma vez que esse montante se aproxima do seu valor justo.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente e, se necessário, ajustados.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2010
Valores expressos em R\$**

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos lavouras de cana-de-açúcar durante os períodos é a seguinte:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Saldo inicial	74.482.337	67.156.516
(+) aumento decorrente de plantio de cana-de-açúcar	23.891.613	23.446.154
(+) Tratos culturais da cana-de-açúcar	15.864.217	16.607.510
(+) ganhos decorrentes de mudanças no valor justo	18.459.315	7.815.880
(-) reduções decorrentes de colheita	(42.976.519)	(40.543.723)
Saldo final	<u>89.720.963</u>	<u>74.482.337</u>

11. Impostos a recuperar

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
ICMS	3.234.322	496.236	2.462.977
Antecipação de IRPJ e CSLL	2.359.481	239.967	1.357.605
COFINS	2.019.401	654.500	3.089.906
PIS	447.635	141.594	616.260
IPI	390.319	1.707.598	1.291.801
IRRF sobre aplicações financeiras	265.570	149.615	221.411
ICMS sobre compra de imobilizado	3.844.474	4.107.904	4.792.402
Ressarcimento de PIS e COFINS	0	296.873	1.265.247
Outros	22.547	326.975	63.242
	<u>12.583.749</u>	<u>8.121.262</u>	<u>15.160.851</u>
No circulante	<u>(10.347.275)</u>	<u>(5.852.493)</u>	<u>(12.431.842)</u>
Não circulante	<u>2.236.474</u>	<u>2.268.769</u>	<u>2.729.009</u>

O saldo a compensar de ICMS, PIS e COFINS é oriundo dos créditos apropriados sobre as compras de insumos para produção e fabricação, o qual será realizado com a tributação das vendas no mercado interno.

A Empresa estima recuperar os créditos tributários mantidos no circulante nos próximos 12 meses.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções orçamentárias e dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração.

12. Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados sobre as diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e os registros contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativo não circulante:			
Prejuízos fiscais	4.295.363	5.555.812	406.138
Base negativa de contribuição social	2.190.295	1.905.093	146.210
Provisão para complemento de preço – ATR		1.147.899	
Resultado com instrumentos financeiros			
derivativos	794.875	1.071.227	573.682
Perdas com produto agrícola ao valor justo	34.758		
Mercadorias a embarcar	860.934		
Provisão para obsolescência de estoques	495.652	456.813	
Provisão para contingências	2.795.222	831.004	
Resultado com mensuração de ativos biológicos			
ao valor justo	4.703.840	6.870.227	5.300.988
Outros	213.331		
	<u>16.384.270</u>	<u>17.838.075</u>	<u>6.427.018</u>
Passivo não circulante:			
Resultado com instrumentos financeiros			
derivativos	978.648	20.836	1.795.828
Custo de mercadorias a embarcar	515.909		
Ganhos com produto agrícola ao valor justo	1.879.438		
Terras e terrenos reavaliados	27.666.782	27.666.782	27.666.782
Custo atribuído a terras e terrenos (<i>deemed cost</i>)	14.075.243	14.075.243	14.075.243
Outros	7.899.254	3.185.205	1.878.747
	<u>53.015.274</u>	<u>44.948.066</u>	<u>45.416.600</u>

Os valores apresentados acima foram registrados considerando as estimativas de recuperação dos créditos tributários fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2010
Valores expressos em R\$**

A conciliação da despesa calculada pelas alíquotas combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009	
	Impos to de renda	Co ntribuiç ão social	Impos to de renda	Co ntribuiç ão social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	78.439.422	78.439.422	18.788.754	18.788.754
Alíquotas vigentes - %	25%	9%	25%	9%
	(19.609.856)	(7.059.548)	(3.075.556)	(1.115.840)
Reconciliação para taxa efetiva:				
Diferenças permanentes				
Compensação com prejuízo fiscal e base negativa	3.770.039	1.357.214		
Adicional do imposto de renda	24.000		24.000	
Juros sobre o capital próprio	1.850.000	666.000	1.475.000	531.000
Despesas indedutíveis	(106.420)	(38.311)	(385.003)	(138.601)
Constituição de provisões	(714.444)	(257.200)	(446.532)	(160.751)
Reversão das depreciações incentivadas	(1.551.124)	(558.405)	(1.817.997)	(654.479)
Mercadorias a entregar	(633.040)	(227.894)		
Custo das mercadorias a entregar	379.345	136.564		
Instrumentos financeiros derivativos	135.127	48.646	(2.070.410)	(745.348)
Variação cambial - regime de caixa			11.098.642	3.995.511
Valor justo do produto agrícola	1.356.132	488.207		
Benefícios fiscais parcelamento Lei 11.941/09	157.687	56.767	1.110.315	399.713
Capitalização de juros no imobilizado	156.611	56.380		
Reversão da provisão de complemento de preço do ATR	844.043	303.855		
Valor justo do ativos biológicos	(183.185)	(659.467)	6.359.437	2.289.423
Imposto de renda e contribuição social	(15.773.756)	(5.687.192)	12.271.896	4.400.628
Outros diferenças permanentes	(1.528.231)	(1.481.613)	(1.726.310)	(621.472)
	(17.301.987)	(7.168.805)	10.545.586	3.779.156
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(24.470.791)		14.324.742	

13. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Empresa vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações trabalhistas e cíveis. A provisão para perdas foi efetuada com base na opinião de seus assessores jurídicos que consideram provável ou mais que possível o risco de perdas com essas ações.

31 de dezembro de 2010			
	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados	Depósitos judiciais sem provisões
Trabalhistas	1.829.681	219.867	1.609.814
Cíveis	495.528		495.528
Ambientais	314.916		314.916
Tributárias	5.581.117	112.554	5.468.563
	8.221.242	332.421	7.888.821
			3.192.061
31 de dezembro de 2009			
	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados	Depósitos judiciais sem provisões
Trabalhistas	378.793		378.793
Cíveis	494.529		494.529
Tributárias	4.024.868	108.937	3.915.931
	4.898.190	108.937	4.789.253
			3.259.875
1º de janeiro de 2009			
	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados	Depósitos judiciais sem provisões
Trabalhistas	378.793		378.793
Cíveis	494.528		494.528
Tributárias	6.604.887	2.829.361	3.775.526
	7.478.208	2.829.361	4.648.847
			445.647

Além das questões judiciais apresentadas anteriormente, a Empresa possui outras contingências passivas envolvendo questões tributárias que, em função do estágio em que se encontram e as posições formalizadas por seus assessores jurídicos, que apresentam como menos que possíveis os riscos de perdas para a Empresa com essas questões, não estão contabilizadas.

Essas contingências encontram-se divididas da seguinte forma:

Contingências	Natureza da ação	31 de dezembro de 2010
ICMS	Vendas para outros Estados sem comprovar o internamento das mercadorias	30.849,518
IRPJ	Questionamento fiscal quanto ao uso da dedutibilidade da depreciação acelerada incentivada	16.227.663
INSS	Questionamento fiscal quanto à incidência sobre a folha de salários de produtor rural (Leino. 8.870/04, declarada inconstitucional pelo STF)	12.474.465
Trabalhistas	Diversas	950.487
Cíveis	Diversas	1.150.139
		61.652.272

14. Instrumentos financeiros disponível para venda

Investimentos	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Coopercitrus	378.000	369.623	337.974
Coopercana	39.519	39.519	29.388
Credicitrus	93.935	82.102	74.268
Cooperativa Agrícola Mista Adamantina	8.965	7.120	5.331
Outros	147.869	37.869	52.423
	668.288	536.233	499.384

Nardini Agroindustrial Ltda.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Valores expressos em R\$

15. Informações sobre partes relacionadas

(a) Saldos e transações

	Saldos						Transações	
	Ativo			Passivo				
	2010	2009	2008	2010	2009	2008	2010	2009
Laticínios Matinal Ltda.								
Contas a receber	39.096	32.429	6.500					
Fornecedores				289	650	369		
Mutuo (i)	3.137.328		5.702.914					
Compra de imobilizado							(14.000)	
Compra de produtos e serviços							(404.244)	(559.180)
Venda de imobilizado							10.000	26.850
Venda de produtos							517.642	359.399
Juros sobre mútuo							141.308	504.473
ANLOG - Aurélio Nardini Logística Ltda.								
Fornecedores				23.074	22.201	175.184		
Compra de imobilizado							(233.000)	(151.215)
Serviços prestados							(2.559.914)	(3.410.760)
Suporte Comércio de Combustíveis e Serviços Ltda.								
Compra de produtos e serviços							(14.910)	(12.211)
Scale Administração e Participação Ltda.								
Compra de produtos e serviços							(420.007)	(255.895)
Venda do imobilizado								40.000
Clabens Adm. e Participação Ltda.								
Compra de produtos e serviços							(23.148)	
Riccardo Nardini								
Compra de produtos e serviços							(1.250)	(1.160)
Flávia Nardini Souto								
Fornecedores				30.179	10.412	30.179		
Compra de produtos e serviços							(615.238)	(602.746)
Paola Nardini								
Fornecedores				30.179	10.412			
Compra de produtos e serviços							(189.346)	(155.701)
Valéria Nardini								
Adiantamentos a fornecedores	4.816							
Compra de produtos e serviços							(294.823)	(248.098)
Guiomar Della Togna Nardini								
Fornecedores				13.733		13.988		
Compra de produtos e serviços							(813.418)	(566.318)
Riccardo Nardini e Outros								
Fornecedores				169.859				
Compra de produtos e serviços							(34.018)	(9.410)
Compra de imobilizado							(588.594)	

O mútuo é atualizado pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(b) Honorários dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, os honorários dos administradores montaram a aproximadamente R\$ 801.000 (2009 – 748.000).

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2010
Valores expressos em R\$



16. Imobilizado

(a) Composição

	Terras e propriedades agrícolas	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Software e equipamentos de informática	Obras em andamento (i)	Adiantamentos a fornecedores (ii)	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2009											
Custo em valor estimado	181.716.429	38.259.730	69.279.564	2.478.362	44.590.993	27.842.659	1.742.318	25.619.828	5.230.907	3.095.295	399.856.085
Depreciação acumulada		(6.829.632)	(40.818.154)	(747.643)	(23.438.806)	(18.261.877)	(1.126.830)				(91.222.940)
	181.716.429	31.430.098	28.461.410	1.730.719	21.152.187	9.580.782	615.488	25.619.828	5.230.907	3.095.295	308.633.145
Em 1º de janeiro de 2009	181.716.429	31.430.098	28.461.410	1.730.719	21.152.187	9.580.782	615.488	25.619.828	5.230.907	3.095.295	308.633.145
Adições	366.526	1.222.028	9.985.106	88.226	1.074.875	3.355.770	158.068	11.618.377	3.220.803	24.099.779	34.999.779
Baixa do imobilizado	(2.446)		(79.583)	(1.696)	(497.956)		(40.704)	(3.568)			(625.953)
Transferências	(11.584.131)	38.633.034	(885.064)	1.803.861		1.453	7	(25.627.211)	233.983	(2.595.912)	
Transferências de depreciação	1.070.266		(1.072.687)	33.57		(1.453)	497				311.682
Baixa de depreciação por alienação	96		5.644	1.449	247.048		37.511				(96.969.852)
Encargos de depreciação	(1.298.745)		(4.121.206)	(90.834)	(6.378.971)	(4.863.326)	(224.820)				
Em 31 de dezembro de 2009	182.080.509	20.868.200	65.741.098	846.159	17.441.068	8.053.326	546.047	11.607.426	5.464.890	3.720.186	336.368.801
Em 31 de dezembro de 2009	182.080.509	20.868.200	65.741.098	846.159	17.441.068	8.053.326	546.047	11.607.426	5.464.890	3.720.186	336.368.801
Custo em valor estimado		27.917.627	111.748.101	1.679.828	46.971.773	31.179.882	1.859.689	11.607.426	5.464.890	3.720.186	424.229.911
Depreciação acumulada		(2.049.427)	(46.007.003)	(833.669)	(29.530.713)	(23.126.556)	(1.313.642)				(97.861.110)
	182.080.509	20.868.200	65.741.098	846.159	17.441.068	8.053.326	546.047	11.607.426	5.464.890	3.720.186	336.368.801
Em 31 de dezembro de 2009	182.080.509	20.868.200	65.741.098	846.159	17.441.068	8.053.326	546.047	11.607.426	5.464.890	3.720.186	336.368.801
Adições	610.000	947.832	7.657.702	93.267	30.823.273	14.382.786	159.455	10.567.399	12.065.059	6.024.400	63.335.223
Baixa do imobilizado			(2.821.424)	(4.036)	(347.337)		(55.711)				(3.447.453)
Transferências (inclusive de intangível)	2.135.260	3.827.745	644.384	4.036	232.365	202.445	54.984	1.051.290		(7.042.645)	(28.350)
Baixa de depreciação por alienação											1.138.214
Encargos de depreciação	(844.590)		(8.424.938)	(93.247)	(7.068.438)	(6.446.223)	(209.430)				(21.078.066)
Em 31 de dezembro de 2010	182.696.509	21.306.725	66.624.567	842.170	21.080.973	15.973.289	596.165	21.226.115	17.529.949	2.701.941	354.238.569
Em 31 de dezembro de 2010	182.696.509	21.306.725	66.624.567	842.170	21.080.973	15.973.289	596.165	21.226.115	17.529.949	2.701.941	354.238.569
Custo em valor estimado		31.000.769	120.412.124	1.767.059	57.447.709	43.343.723	1.963.433	23.226.115	17.529.949	2.701.941	484.089.331
Depreciação acumulada		(7.894.044)	(53.787.557)	(924.889)	(36.366.736)	(27.370.450)	(1.457.268)				(129.800.962)
	182.696.509	23.106.725	66.624.567	842.170	21.080.973	15.973.289	596.165	21.226.115	17.529.949	2.701.941	354.238.569
Taxas anuais de depreciação - %		De 2,22 a 7	De 4,17 a 25	20	De 6,67 a 20	De 7,69 a 25	20				

Nardini Agroindustrial Ltda.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2010
Valores expressos em R\$****(i) Obras em andamento**

Em 31 de dezembro de 2010, as principais obras em andamento, apresentadas abaixo, estão relacionadas ao aumento da capacidade produtiva instalada na unidade Vista Alegre do Alto-SP e construção da unidade Aporé-GO.

	31 de dezembro de 2010
Na unidade Vista Alegre do Alto - SP	
Fábrica de adubo líquido	445.018
Tratamento de efluentes	473.826
Destilaria	6.024.739
Estação de tratamento de água	1.596.042
Esteira de açúcar	313.232
Casa de força	2.597.309
Rede de hidrantes	1.046.316
Ponte rolante	384.062
Subestação e linhas de transmissão	2.245.793
Ternos de moenda	708.050
Filtro rotativo para moenda	212.620
Montagem superaquecedor para caldeira	534.251
Outras obras em andamento	3.083.202
	19.664.460
Na unidade Aporé-GO	
Casas residenciais e outras dependências	367.068
Destilaria e fermentação	776.821
Moenda	472.578
Tratamento de caldo	341.472
Almoxarifado	561.894
Balança	339.535
Lavador de veículos	325.251
Outras obras em andamento	377.036
	3.561.655
	23.226.115

Em 31 de dezembro de 2010, os custos capitalizados relacionados às obras em andamento totalizavam R\$ 626.445.

(ii) Adiantamentos a fornecedores

Composto substancialmente por adiantamentos relacionados à compra de gerador de energia para ampliação do sistema de coeração de energia elétrica.

(b) Custo atribuído (*deemed cost*)

A Empresa optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*), ajustando os saldos de terras e terrenos em 1º de janeiro de 2009.

A adoção do *deemed cost* resultou em complemento do saldo de terras e terrenos de R\$ 41.937.774 (R\$ 27.678.931, líquidos dos efeitos tributários), ajustado em contrapartida da rubrica Ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido (Nota 24 (e)).

Adicionalmente, a Empresa efetuou a revisão da vida útil estimada dos seus ativos.

(c) Valor recuperável (*impairment*)

A Empresa efetuou teste de *impairment* detalhado para os investimentos efetuados na unidade geradora de caixa Aporé-GO.

Esses testes consideraram os investimentos efetuados em ativos imobilizados, ativos biológicos e custos incorridos com arrendamentos.

Na análise de *impairment* nessa unidade, a Empresa concluiu que não há ajustes a serem efetuados no ativo imobilizado, em função da natureza dos investimentos efetuados. A Empresa identificou a necessidade de baixa de determinados gastos com arrendamento de terras no montante de R\$ 2.358.168, ajustado em contrapartida de Outras despesas líquidas (Nota 28). Não foi identificada a necessidade de baixa por *impairment* das lavouras de cana-de-açúcar, as quais estão sendo apresentadas ao valor justo (Nota 10).

17. Intangível

	Direito de uso de softwares	Direito de uso de terras	Total
Em 1º de janeiro de 2009			
Custo	977.101		977.101
Amortização acumulada	(676.961)		(676.961)
	<u>300.140</u>		<u>300.140</u>
Em 1º de janeiro de 2009	300.140		300.140
Adições	23.014		23.014
Baixas do intangível	(18.733)		(18.733)
Encargos de amortização	(109.728)		(109.728)
Em 31 de dezembro de 2009	<u>194.693</u>		<u>194.693</u>
Em 31 de dezembro de 2009			
Custo	981.382		981.382
Amortização acumulada	(786.689)		(786.689)
	<u>194.693</u>		<u>194.693</u>
Em 31 de dezembro de 2009	194.693		194.693
Adições	54.858	412.766 (i)	467.624
Transferências (inclusive do ativo imobilizado)	28.350		28.350
Encargos de amortização	(167.965)		(167.965)
Em 31 de dezembro de 2010	<u>109.936</u>	<u>412.766</u>	<u>522.702</u>
Em 31 de dezembro de 2010			
Custo	1.064.590	412.766	1.477.356
Amortização acumulada	(954.654)		(954.654)
	<u>109.936</u>	<u>412.766</u>	<u>522.702</u>
Taxa anual de amortização - %	20%		

- (i) Refere-se a direito de uso de terra para uso como área de preservação ambiental. O referido montante será amortizado a partir de 2011, com base no prazo de vigência do contrato.

Nardini Agroindustrial Ltda.



**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2010**
Valores expressos em R\$

18. Fornecedores

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
De ativo imobilizado	3.257.284	2.618.845	970.943
De matéria-prima	16.224.458	16.947.777	14.511.808
Diversos	7.875.658	7.441.117	5.108.985
	<u>27.357.400</u>	<u>27.007.739</u>	<u>20.591.736</u>

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2010**
Valores expressos em R\$



19. Empréstimos e financiamentos

a) Composição

	Indexador	Taxa efetiva	Moeda	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Moeda Nacional						
Finame BNDES-PSI		4,5% a 8% a.a.	R\$	32.841.678		
Finame (Modelflota, Modemaq)	TJLP	126% a 4,7% a.a.	R\$	89.123.637	35.084.840	45.430.361
Recursos para custeio agrícola		6,75% a.a.	R\$	5.261.539		
NPR - Nota Promissória Rural		6,75% a.a.	R\$		3.159.551	2.432.262
PROCER - Programa de Crédito Especial Rural		11,25% a.a.	R\$	4.090.980		
PASS - Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro		9% a.a.	R\$	6.424.223		
PASS - Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro		11,25% a.a.	R\$		12.356.617	
PEC - Programa Especial de Crédito	TJLP	7,5% a.a.	R\$	14.959.889	15.526.099	
NCE - Nota de Crédito a Exportação	CDI	11% a 119% do CDI	R\$			22.605.196
Capital de Giro	CDI	0,5% a 145% a.a.	R\$		7.508.543	14.538.443
PESA - Securitização	KPM	limitado a 9,5% a.a.	R\$	2.261.884	2.202.081	3.312.671
Leasing		10,55% a.a.	R\$	989.011	2.095.012	1.736.511
				85.882.841	77.932.743	90.035.444
Moeda Estrangeira						
ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio	Fixo	3,70% a 8,5% a.a.	US\$	19.433.244	45.184.873	128.813.000
NCE - Nota de Crédito a Exportação	Fixo	4,85% a 6,20% a.a.	US\$	41.033.311	9.508.755	
PPE - Pré Pagamento a Exportação	Fixo	9,50%	US\$	18.690.794	27.886.929	
PPE - Pré Pagamento a Exportação	Libor	1,38% a 7,5% a.a.	US\$	105.928.202	45.375.412	39.252.015
				85.085.551	127.955.969	168.065.015
				270.968.392	205.888.712	258.100.459
No passivo circulante				(109.751.594)	(100.833.082)	(83.072.421)
No passivo não circulante				161.216.798	105.055.630	75.028.038

Com base na Resolução nº. 2.471/98 do Banco Central do Brasil e outros diplomas legais vigentes, a Empresa securitizou em 1998, 1999 e 2000 a dívida assegurada junto às instituições financeiras, através de aquisição, no mercado secundário, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Os financiamentos securitizados estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante o resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras. Referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O desembolso da Empresa durante os 20 anos de vigência dessa securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 7,57% a 8,45% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, limitado a 9,5% ao ano até a data do pagamento anual. Essa obrigação foi registrada nas demonstrações financeiras, ajustada a valor presente na data de transição para os CPCs – 1ª onda, em 1º de janeiro de 2008.

b) Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens e avais de diretores e hipoteca de terras.

c) Vencimento da dívida

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento.

Ano	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
2010			34.305.897
2011		51.610.811	18.481.798
2012	81.044.204	35.057.769	12.628.953
2013	49.140.373	15.131.186	5.227.330
2014 a 2018	31.032.221	3.255.864	4.384.060
	<u>161.216.798</u>	<u>105.055.630</u>	<u>75.028.038</u>

d) Cláusulas restritivas “covenants”

Alguns contratos de empréstimos contêm cláusulas restritivas anuais e exigem que a Empresa mantenha certos índices financeiros dentro dos parâmetros estabelecidos. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Empresa está cumprindo todas as cláusulas exigidas, sendo:

Tipo	Definição	Índices exigidos
Dívida	Dívida financeira pelo EBITDA	máximo 4
Liquidez	Índice de liquidez: ativo circulante pelo passivo circulante	maior que 1

e) Capitalização de juros

Do total dos encargos financeiros auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o montante de R\$ 626.445 foram considerados como custo do ativo imobilizado em andamento (Nota 16).

20. Adiantamentos de clientes

Refere-se a antecipações recebidas de empresas comerciais exportadoras e do mercado interno para (i) aquisição de açúcar a serem entregues nos próximos meses no montante de R\$ 9.462.545 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 1.538.962; em 1º de janeiro de 2009 - R\$ 9.893.394); (ii) a adiantamentos efetuados por clientes do mercado interno para aquisição de etanol R\$ 969.289 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 1.364.032; em 1º de janeiro de 2009 - R\$ 101.161); e (iii) adiantamentos para compra de energia elétrica e outros produtos derivados, no montante de R\$ 1.714.353 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 156.364; em 1º de janeiro de 2009 - R\$ 322.287).

21. Tributos a recolher

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Parcelamento de ICMS	192.544	221.316	244.829
IOF	59.780		136.079
INSS sobre faturamento	666.543	558.406	66.731
IRRF	1.197.657	973.454	51.494
ISS	84.834	25.576	31.035
INSS sobre compras de produtos	86.306	58.045	21.233
Contribuição confederativa	46.721	29.087	19.797
Outros	197.574	109.436	13.859
	<u>2.531.959</u>	<u>1.975.320</u>	<u>585.057</u>
Passivo circulante	<u>(2.371.079)</u>	<u>(1.728.755)</u>	<u>(368.210)</u>
Passivo não circulante	<u>160.880</u>	<u>246.565</u>	<u>216.847</u>

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2010
Valores expressos em R\$

**22. Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09**

Em 26 de novembro de 2009, a Empresa aderiu ao parcelamento de tributos conforme a lei 11.941/09 e, por isso, complementou o saldo passivo anteriormente registrado.

(i) Abrangência dos débitos parcelados:

	Principal	Multa	Juros	Total	Desconto (iii)	Saldo a recolher	Registrado contabilmente anteriormente à aderência do parcelamento	Efeito nas demonstrações financeiras
Auto de infração - IPI sobre vendas de açúcar	4.321.339	1.797.360	8.992.363	15.111.062	(5.214.569)	9.896.493	3.140.333	6.756.160
No circulante						(3.958.597)		
No não circulante						<u>5.937.896</u>		

O parcelamento será efetuado em 30 meses.

- (ii) Os ganhos correspondentes à redução das multas de mora e de ofícios, no montante de R\$ 1.760.184, e à redução de juros, no montante de R\$ 3.454.385, foram registrados parte no resultado de 2009 e parte no resultado de 2010, na rubrica Outras despesas, líquidas (Nota 28).
- (iii) Como consequência da adesão ao parcelamento, a Empresa obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perdas dos benefícios anteriores mencionados. Referida desistência dos processos foi protocolada na Secretaria da Receita Federal.

23. Salários e encargos sociais

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Salários a pagar	922.073	1.032.987	528.183
Férias a pagar	3.651.812	3.187.656	2.879.196
Encargos sobre férias	506.610	442.572	407.174
Encargos sobre folha de pagamento	1.557.359	1.470.935	1.259.453
	6.637.854	6.134.150	5.074.006

24. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital está representado por quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, pertencentes aos seguintes quotistas residentes no país:

Quotistas	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Guiomar Della Togana Nardini	83.914.129	80.662.181	80.662.181
Valéria Nardini	10.960.426	10.535.686	10.535.686
Riccardo Nardini	12.614.593	12.125.761	12.125.761
Paola Nardini	10.960.426	10.535.686	10.535.686
Flávia Nardini Souto	10.960.426	10.535.686	10.535.686
	129.410.000	124.395.000	124.395.000

b) Adiantamentos para futuro aumento de capital

Os adiantamentos para futuro aumento de capital foram efetuados com recursos advindos da distribuição de juros sobre o capital próprio.

Conforme aprovado na ata de reunião dos sócios de 17 de novembro de 2010, os sócios integralizaram capital nessas respectivas datas com recursos mantidos em Adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$ 6.290.000.

c) Juros sobre o capital próprio

A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os sócios da Empresa é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa, após determinada pelos sócios.

A Empresa calculou e distribuiu juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 7.400.000 (R\$ 6.290.000, líquido dos efeitos tributários), conforme aprovado pelos sócios na reunião dos sócios de 17 de novembro de 2010. Conforme aprovação na mesma ata, esses recursos foram, posteriormente, utilizados para adiantamento para futuro aumento de capital.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

Correspondente a reavaliação de terras e terrenos, em 2007, complementada por ajustes para recomposição do custo de terras e terrenos, avaliados ao valor justo na data de transição das demonstrações financeiras para os novos CPCs, e mensuração ao valor justo de ativos biológicos (Nota 2.24 (f)).

É realizada com base nas baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e os montantes apurados na realização são transferidos para Lucros (prejuízos) acumulados.

Em atendimento à Interpretação Técnica do CPC – ICPC nº 10, o imposto de renda e a contribuição social sobre o saldo da referida reserva de reavaliação, no montante de R\$ 27.666.783 foram constituídos no exercício de 2010 e ajustados nos saldos de abertura para os novos CPCs – 1º de janeiro de 2009 (Nota 2.24).

25. Receitas líquidas

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Receita bruta		
Mercado Interno		
Açúcar	38.029.344	7.647.781
Etanol	112.060.932	124.829.705
Energia elétrica	7.493.123	6.520.027
Levedura	948.979	1.047.591
Gado bovino	5.762.159	4.241.334
Cana-de-açúcar	9.442.076	4.009.695
Outros	1.861.572	2.355.376
	175.598.185	150.651.509
Mercado Externo		
Açúcar	181.820.886	121.007.217
Etanol	10.741.356	32.428.805
Levedura	770.891	798.550
Performance (soja)	9.010.069	15.082.361
	202.343.202	169.316.933
	377.941.387	319.968.442
Resultado de operações com derivativos	(3.362.205)	(13.019.173)
Tributos e devoluções de vendas	(26.945.904)	(27.680.863)
	347.633.278	279.268.406

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2010**
Valores expressos em R\$

26. Despesas de vendas

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Salários e encargos	1.554.661	1.368.564
Gastos com entrega de produtos	16.091.075	12.218.200
Comissões	579.092	719.097
Serviços prestados por terceiros	1.174.302	408.357
Manutenção de frota e equipamentos	275.341	362.323
Depreciação	270.780	222.232
Gasto com terminais de porto e <i>demurage</i>	7.004.468	7.883.026
Perdas com contas a receber	264.778	185.426
Outras	391.134	851.043
	27.605.631	24.218.268

27. Despesas administrativas e gerais

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Salários e encargos	7.182.752	6.164.352
Serviços prestados por terceiros	4.243.352	3.117.304
Honorários da diretoria	331.802	319.548
Contribuições associativas e sindicais	718.896	500.167
Despesas bancárias	855.752	124.161
Depreciação	481.405	483.797
Assistência social	789.967	697.233
Despesas com cartório	544.769	631.650
Impostos e taxas	207.534	611.805
Outras	1.730.847	227.713
	17.087.076	12.877.730



28. Outras despesas, líquidas

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Receita na venda de bens do ativo imobilizado	2.715.117	625.196
Custo na venda de bens do ativo imobilizado	(2.309.239)	(313.004)
Desconto sobre multa de parcelamento de IPI	292.467	1.467.717
Descontos sobre juros parcelamento de IPI (Nota 22(i))	480.841	2.973.544
Juros sobre IPI lei 11.941/09 (Nota 22(i))	(1.202.102)	(5.820.308)
Multas sobre IPI lei 11941/09 (Nota 22(i))	(166.563)	(1.630.797)
Baixa de arrendamentos por <i>impairment</i> (Nota 16 (c))	(2.358.168)	
Contingências e outros	(2.065.092)	(920.855)
	(4.612.739)	(3.618.507)

29. Resultado financeiro

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(16.382.457)	(17.583.049)
Variações cambiais passivas	(24.002.366)	(12.010.416)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(3.430.460)	(4.555.375)
Tributos sobre operações financeiras	(240.977)	(295.342)
Outras	(1.378.023)	(1.023.475)
	(45.434.283)	(35.467.657)
Receitas financeiras		
Juros de instrumentos financeiros avaliados ao valor justo	1.563.392	1.602.801
Variação cambial ativa	33.186.419	47.296.795
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	2.878.376	1.654.320
Outras	783.433	851.835
	38.411.620	51.405.751
	(7.022.663)	15.938.094

30. Despesas por natureza – Custos de produção

Açúcar, álcool e outros derivados - aplicado em custo dos produtos vendidos	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Cana-de-açúcar consumida e vendida	182.893.408	156.890.334
Embalagens	3.378.733	2.239.230
Insumos	4.973.260	3.533.612
Salários e encargos	14.013.290	10.333.106
Manutenção em equipamentos e serviços prestados	17.005.142	10.791.469
Depreciação	8.795.635	4.787.542
Outras despesas com processo industrial	4.131.524	5.635.399
Outros custos	24.736.259	32.290.587
	259.927.251	226.501.279
(-) Variação dos estoques de acabados	(25.074.499)	8.834.229
(-) Variação dos custos de entressafra a apropriar	(5.905.628)	3.311.371
	228.947.124	238.646.879

Gado bovino - aplicado em custo dos produtos vendidos	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Compra de gado	2.674.917	1.184.761
Salários e encargos	287.985	293.509
Ração e medicamentos	1.166.842	831.336
Depreciação	69.281	8.640
Outros custos	1.119.607	428.966
	5.318.632	2.747.212
(-) Variação dos ativos biológicos	(723.441)	770.008
	4.595.191	3.517.220

31. Compromissos assumidos

a) Contratos de arrendamentos rurais

A Empresa firmou contratos de arrendamentos de terras para exploração da cultura de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros, compreendendo o volume de aproximadamente 4,5 milhões de toneladas, que serão entregues até a safra 2022. O valor desembolsado em razão dessas aquisições é determinado a cada encerramento de safra pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo CONSECANA. A avaliação desse compromisso é estimada em R\$ 186,2 milhões por safra, considerando o preço médio da tonelada de cana-de-açúcar em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 41,12 por tonelada.

b) Contratos de parceria agrícola

A Empresa também possui diversos contratos firmados com parceiros agrícolas para atividades que variam entre plantio, tratamentos culturais das lavouras e corte, carregamento e transporte de cana-de-açúcar.

c) Contratos de venda futura de açúcar

Em 31 de dezembro de 2010, a Empresa mantém contratos firmados para venda, com preços a fixar, de 246.000 toneladas de açúcar VHP e Cristal, sendo 110.000 toneladas para entrega na safra 2011/2012, 70.000 toneladas para entrega na safra 2012/2013, 48.000 toneladas para entrega na safra 2013/2014 e 18.000 toneladas para a safra 2014/2015 e contratos firmados para venda, com preços já fixados, de 50.020 toneladas para ser entregue na safra 2011/2012.

d) Contratos de venda futura de etanol

Em 31 de dezembro de 2010, a Empresa mantém contrato firmado para venda com preços a fixar de 6,6 milhões de litros de etanol para entrega na safra 2011/2012.



32. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2010, a Empresa possui as seguintes coberturas de seguros:

- (I) “All Risks” (cobertura contra incêndios, raios e explosões de qualquer natureza, todo o estoque de açúcar e etanol, equipamentos e instalações das unidades, com cobertura de R\$ 80.000.000;
- (II) Riscos diversos de maquinas e equipamentos agrícolas com cobertura de R\$ 8.774.380;
- (III) Risco empresarial para uso administrativo com cobertura de R\$ 400.000;
- (IV) Riscos totais de veículos com cobertura de R\$ 1.620.000;
- (V) Riscos de determinados veículos para uso administrativo com cobertura de 100% da tabela Fipe;
- (VI) Riscos RFC contra danos materiais terceiros com cobertura de R\$ 50.000;
- (VII) Riscos RFC contra danos corporais terceiros com cobertura de R\$ 2.000.000; e
- (VIII) Riscos RFC contra danos morais terceiros com cobertura de R\$ 400.000.
- (IX) Seguro de vida funcionário multi salarial.
- (X) Seguro saúde sócios.

A Administração da Empresa considera os seguros contratados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

* *

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Nardini Agroindustrial Ltda.

Examinamos as demonstrações financeiras da Nardini Agroindustrial Ltda. (a "Empresa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

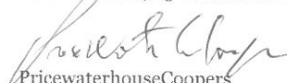


Nardini Agroindustrial Ltda.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nardini Agroindustrial Ltda. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto, 23 de maio de 2012


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Francisco José Pinto Tagundes
Contador CRC 1MG054755/O-4 "S" SP

Relatório da Administração

Senhores quotistas:

Em cumprimento às disposições legais e contratuais, submetemos à apreciação de V.S.as os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, relativos aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

Na safra 2011/2012, apesar dos fatores climáticos terem sido novamente desfavoráveis, reduzindo a produtividade da cana-de-açúcar em toda a região centro-sul do Brasil e, conseqüentemente, afetando os canaviais da Empresa e resultando em significativa quebra de safra, foi possível industrializar 2,59 milhões de toneladas (3,18 milhões de toneladas em 2010), com produção de 70,7 mil m³ de etanol (108,5 mil m³ em 2010) e 4,67 milhões de sacas de açúcar (5,35 milhões de sacas em 2010).

Após os investimentos estratégicos realizados na planta industrial no final da safra 2009/2010, a flexibilidade entre produção de açúcar e etanol da Empresa também colaborou para que pudessemos maximizar o nosso resultado nesta safra, uma vez que direcionamos o mix de produção para a fabricação do açúcar (exceto nos 30 dias iniciais da safra), que apresentava melhor rentabilidade na comparação com o etanol, fazendo com que a receita líquida de 2011 ficasse em torno de 13% acima da de 2010, dado que o aumento de preços do açúcar e etanol compensou o menor volume de vendas no período. O preço médio do açúcar em 2011 foi de R\$ 52,87, frente a R\$ 45,86 em 2010, enquanto o preço médio do etanol no ano de 2011 foi de R\$ 1,56 contra R\$ 1,17 em 2010.

O incremento dos custos de produção de açúcar e etanol no comparativo de 2010 e 2011 foi resultado do: a) aumento do preço do Consecana da ordem de 35% no período, impactando os custos de aquisição de matéria-prima de fornecedores e arrendamentos de terras; e b) acréscimo dos custos unitários de produção, como resultado da menor utilização da capacidade instalada (cerca de 3,5 milhões de toneladas), uma vez que a qualidade e o volume de cana de açúcar processada foram inferiores à safra passada.

Com isso, o cálculo do EBITDA (desconsiderando os efeitos dos ajustes do ativo biológico e da parcela não realizada do ganho obtido com a valorização do produto agrícola ao valor justo), totalizou R\$ 146,7 milhões (Margem EBITDA de 37,2% sobre a receita líquida), o que representou um aumento da margem de 0,8% em relação ao ano de 2010, que totalizou R\$ 126,6 milhões (Margem EBITDA de 36,4%). O cálculo do EBITDA é demonstrado como o segue:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
EBITDA		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	37.473.632	78.439.422
Depreciação	10.612.859	23.246.031
Despesas financeiras	38.086.496	8.078.415
Valorização do ativo biológico	15.674.987	(20.676.568)
Amortização das lavouras e dos tratos culturais	44.230.459	42.976.519
Parcela não realizada da valorização do produto agrícola ao valor justo	647.682	(5.424.528)
	<u>146.726.115</u>	<u>126.639.291</u>

O lucro líquido do exercício totalizou R\$ 29,8 milhões representando uma diminuição de 44,6% em relação ao valor de R\$ 53,9 milhões auferidos em 2010, em função: i) do resultado negativo obtido com mensurações de ativos biológicos ao valor justo; e ii) aumento das despesas financeiras com variação cambial (sem impacto no fluxo de caixa) devido à desvalorização cambial no período.

O volume de investimentos da Empresa (já considerando os tratos culturais como o Capex), no acumulado de 2011, somou R\$ 134,7 milhões, sendo que em 2010 o montante investido foi de R\$ 103,5 milhões.

O endividamento líquido da Empresa atingiu R\$ 244,5 milhões em dezembro/11, o que representou um aumento de 19% (R\$ 38,7 milhões) em relação a dezembro/10, cujo montante era de R\$ 205,7 milhões. Os principais fatores que contribuíram para o aumento do endividamento da Empresa no período foram: i) aumento dos investimentos, especialmente em lavouras, em torno de R\$ 31,2; ii) aumento dos valores pagos a título de distribuição de lucros no montante de R\$ 4,7 milhões; e iii) elevação da taxa de câmbio no encerramento do mês dezembro/11 de R\$ 1,8758 contra R\$ 1,6662 no final de 2010, elevando o saldo da dívida em moeda estrangeira em aproximadamente R\$ 30 milhões.

Em 2011, a Empresa continuou investindo no projeto de sua nova unidade (greenfield) no município de Aporé – GO e, por meio de instituições financeiras, efetuou a Consulta Prévia ao BNDES, relativa à implantação de uma unidade agroindustrial, com capacidade inicial de moagem de 1,5 milhão de toneladas por safra, visando a produção de etanol e cogeração de energia elétrica. Ainda no final de 2011, a Empresa obteve o enquadramento da análise de viabilidade de apoio financeiro desse projeto pelo BNDES. Em 31 de janeiro de 2012, a Empresa foi comunicada sobre a concessão de colaboração financeira, com a utilização do repasse de recursos do BNDES junto ao Banco do Brasil S.A. e ao Banco Bradesco S.A., no valor de R\$ 116.340.000,00.

Com a contratação desses recursos, o início das atividades operacionais pela nova unidade (Aporé – GO) está previsto para a safra 13/14.

A perspectiva da Empresa para a safra 12/13 é de moagem de aproximadamente 2,75 milhões de toneladas de cana-de-açúcar (unidade de Vista Alegre do Alto - SP), tendo em vista a análise do desenvolvimento da cana-de-açúcar em nosso canavial, até o presente momento. Para a safra 12/13, nossa área de colheita é de aproximadamente 32,5 mil hectares e nossa área de plantio será em torno de 9 mil hectares (crescimento de 50% em relação a área de plantio da safra anterior).

Ademais, já estamos com mais de 40% das vendas de açúcar com preços travados para o ano de 2012, em níveis que trazem margens similares às obtidas em 2011, com o parte de nossa estratégia de *hedge*.

O início da safra 2012/2013 está previsto para 25 de abril de 2012 e o término está previsto para 31 de outubro de 2012.

Agradecemos aos nossos colaboradores, clientes, fornecedores, instituições financeiras e aos quotistas, sem os quais não teríamos conquistado nossos objetivos.

Diretoria

Guiomar Della Togna Nardini

Riccardo Nardini

Natalin Antônio Natalício

Índice

Balancos patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Informações gerais.....	9
2 Resumo das principais políticas contábeis	9
2.1 Base de preparação	9
2.2 Conversão de moeda estrangeira.....	9
2.3 Caixa e equivalentes de caixa.....	10
2.4 Ativos financeiros.....	10
2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge.....	13
2.6 Contas a receber de clientes	13
2.7 Estoques.....	13
2.8 Adiantamentos a fornecedores.....	14
2.9 Ativos intangíveis.....	14
2.10 Imobilizado.....	14
2.11 Ativos biológicos.....	15
2.12 Impairment de ativos não financeiros.....	16
2.13 Contas a pagar aos Fornecedores.....	16
2.14 Empréstimos e financiamentos	16
2.15 Arrendamento mercantil financeiro.....	16
2.16 Provisões.....	17
2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido.....	17
2.18 Benefícios a empregados.....	18
2.19 Reconhecimento da receita	18
2.20 Receitas e despesas financeiras	18
2.21 Demais receitas e despesas	18
2.22 Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio.....	18
2.23 Aspectos ambientais.....	19
3 Estimativas contábeis e julgamentos relevantes	19
4 Gestão de risco financeiro.....	20

5	Instrumentos financeiros	24
6	Caixa e equivalentes de caixa	25
7	Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado.....	25
8	Instrumentos financeiros derivativos	26
9	Contas a receber de clientes.....	27
10	Estoques	28
11	Ativos biológicos.....	29
12	Tributos a recuperar	31
13	Impostos de renda e contribuição social	32
14	Provisão para contingências e depósitos judiciais.....	34
15	Instrumentos financeiros disponíveis para venda.....	35
16	Informações sobre partes relacionadas.....	36
17	Imobilizado.....	37
18	Intangível.....	40
19	Fornecedores.....	41
20	Empréstimos e financiamentos.....	42
21	Adiantamentos de clientes.....	44
22	Tributos a receber.....	45
23	Tributos parcelados - Lei 11.941/09.....	45
24	Salários e encargos sociais.....	46
25	Patrimônio líquido.....	47
26	Receitas	48
27	Despesas de vendas.....	49
28	Despesas gerais e administrativas	50
29	Outros ganhos (perdas), líquidos	51
30	Despesas financeiras, líquidas.....	51
31	Despesas por natureza – Custos de produção.....	52
32	Lucro líquido por quota.....	53
33	Compromissos assumidos	53
34	Cobertura de seguros	54

Nardini Agroindustrial Ltda.**Balancos patrimoniais**
Em reais

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	29.993.135	35.474.501
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	7		6.601.805
Instrumentos financeiros derivativos	8	43.592	394.911
Contas a receber de clientes	9	8.967.024	14.085.375
Adiantamentos a fornecedores		1.566.982	378.063
Estoques	10	121.612.809	111.450.175
Ativos biológicos	11	834.208	4.963.205
Tributos a recuperar	12	24.239.505	10.347.275
Outros ativos		<u>1.923.905</u>	<u>1.705.619</u>
		<u>189.181.160</u>	<u>185.400.929</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	12	2.344.011	2.236.474
Depósitos judiciais	14	3.240.520	3.192.061
Instrumentos financeiros disponível para venda	15	690.680	668.288
Partes relacionadas	16	5.164.481	3.137.328
Outros ativos		<u>485.214</u>	<u>423.582</u>
		<u>11.924.906</u>	<u>9.657.733</u>
Ativos biológicos	11	97.756.223	89.720.963
Intangível	18	1.392.927	522.702
Imobilizado	17	<u>410.546.825</u>	<u>354.288.369</u>
		<u>521.620.881</u>	<u>454.189.767</u>
Total do ativo		<u>710.802.041</u>	<u>639.590.696</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nardini Agroindustrial Ltda.**Balancos patrimoniais**
Em reais

		31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Passivo e patrimônio líquido	Nota		
Circulante			
Fornecedores	19	29.204.490	27.357.400
Empréstimos e financiamentos	20	102.397.965	109.751.594
Adiantamentos de clientes	21	6.783.726	12.146.187
Instrumentos financeiros derivativos	8	3.598.563	7.136.481
Tributos a recolher	22	2.245.145	2.371.079
Tributos parcelados - Lei 11941/09	23	4.465.886	7.011.207
Salários e encargos sociais	24	8.682.783	6.637.854
Lucros a distribuir	25 (c)	4.618.034	
Outros passivos		580.559	353.703
		<u>162.577.151</u>	<u>172.765.505</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	20	229.920.846	161.216.798
Tributos a recolher	22	132.896	160.880
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	37.623.872	36.631.004
Tributos parcelados - Lei 11941/09	23		2.885.285
Provisão para contingências	14	4.354.059	7.888.821
Lucros a distribuir	25 (c)	<u>2.722.327</u>	<u>12.992.787</u>
		<u>274.754.000</u>	<u>221.775.575</u>
Total do passivo		<u>437.331.151</u>	<u>394.541.080</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	25	135.700.000	129.410.000
Ajustes de avaliação patrimonial	25	81.028.638	81.028.638
Adiantamento para futuro aumento de capital	25	8.330.000	6.290.000
Lucros acumulados	25	<u>48.412.252</u>	<u>28.320.978</u>
		<u>273.470.890</u>	<u>245.049.616</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>710.802.041</u>	<u>639.590.696</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nardini Agroindustrial Ltda.**Demonstrações de resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receita	26	393.861.884	347.633.278
Custo dos produtos vendidos	31	(300.333.757)	(267.706.192)
Resultado com mensurações de ativos biológicos ao valor justo	11	(15.674.987)	20.676.568
Resultado com mensurações de produto agrícola ao valor justo	11	<u>37.812.692</u>	<u>34.137.444</u>
Lucro bruto		115.665.832	134.741.098
Despesas de vendas	27	(21.985.527)	(27.605.631)
Despesas gerais e administrativas	28	(19.321.681)	(16.004.891)
Outros ganhos (perdas), líquidos	29	<u>1.201.504</u>	<u>(4.612.739)</u>
Lucro operacional		75.560.128	86.517.837
Receitas financeiras		59.897.974	38.411.620
Despesas financeiras		<u>(97.984.470)</u>	<u>(46.490.035)</u>
Despesas financeiras, líquidas	30	<u>(38.086.496)</u>	<u>(8.078.415)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		37.473.632	78.439.422
Imposto de renda e contribuição social	13	<u>(7.582.358)</u>	<u>(24.470.791)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>29.891.274</u>	<u>53.968.631</u>
Lucro líquido do exercício por quotas do capital social		<u>0,22</u>	<u>0,42</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Em reais



	Nota	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2010		124.395.000	5.015.000	81.028.638	(18.247.653)	192.190.985
Integralização de capital	25	5.015.000	(5.015.000)			
Lucro líquido do exercício					53.968.631	53.968.631
Distribuição de juros sobre o capital próprio (R\$ 0,0572 por quota)	25				(7.400.000)	(7.400.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital	25		6.290.000			6.290.000
Em 31 de dezembro de 2010		129.410.000	6.290.000	81.028.638	28.320.978	245.049.616
Integralização de capital	25	6.290.000	(6.290.000)			
Lucro líquido do exercício					29.891.274	29.891.274
Distribuição de juros sobre o capital próprio (R\$ 0,0722 por quota)	25				(9.800.000)	(9.800.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital	25		8.330.000			8.330.000
Em 31 de dezembro de 2011		<u>135.700.000</u>	<u>8.330.000</u>	<u>81.028.638</u>	<u>48.412.252</u>	<u>273.470.890</u>

Em 2011 e em 2010, não há outros componentes do resultado abrangente além do lucro líquido do exercício, motivo pelo qual não estão sendo apresentadas as demonstrações do resultado abrangente.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nardini Agroindustrial Ltda.**Demonstração dos fluxos de caixa**
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		37.473.632	78.439.422
Ajustes de:			
Depreciação e amortização	17 e 18	10.612.859	23.246.031
Amortização de ativo biológico cana-de-açúcar (colheita)	11	44.230.459	42.976.519
Resultado com venda/baixa de ativo imobilizado	29	385.139	(405.878)
Ganhos ou perdas com instrumentos derivativos	8	(3.186.599)	4.047.101
Constituição (reversão) de provisão para contingências	29	(3.399.317)	3.319.435
Constituição (reversão) de provisão para perdas com estoques	10	400.948	114.230
Resultado da avaliação a valor justo do ativo biológico - cana-de-açúcar	11	13.171.883	(18.459.315)
Resultado da avaliação a valor justo do ativo biológico - gado	11	2.503.104	(2.217.253)
Resultado não realizado da valorização do produto agrícola ao valor justo		647.682	(5.424.528)
Juros sobre mútuo		(576.971)	(141.308)
Juros sobre empréstimos e financiamentos		16.152.731	16.382.457
Variação no capital circulante			
Contas a receber		5.118.351	(2.488.664)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		6.601.805	(6.601.805)
Adiantamentos a fornecedores		(1.188.919)	1.592.740
Estoques		(11.211.264)	(40.314.704)
Ativo biológico - gado		1.625.893	(723.441)
Tributos a recuperar		(8.775.620)	(4.462.487)
Depósitos judiciais		(183.904)	(152.053)
Outros ativos		(279.918)	(1.210.096)
Fornecedores		1.847.090	349.661
Tributos a recolher		(1.623.918)	(553.051)
Adiantamentos de clientes		(5.362.461)	9.086.829
Tributos parcelados - Lei 11941/09		(5.430.606)	4.794.419
Outros passivos		226.856	(60.879)
Salários e encargos sociais		<u>2.044.929</u>	<u>503.704</u>
Caixa gerado nas operações		101.823.864	101.637.086
Juros pagos		(14.683.781)	(17.018.007)
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(11.813.637)</u>	<u>(14.949.777)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>75.326.446</u>	<u>69.669.302</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	29	1.167.440	2.715.117
Aquisição de imobilizado e intangível	17	(69.294.119)	(63.802.847)
Aquisição de ativos biológicos - cana-de-açúcar	11	(65.437.602)	(39.755.830)
Investimentos disponíveis para venda		<u>(22.392)</u>	<u>(132.055)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(133.586.673)</u>	<u>(100.975.615)</u>

Nardini Agroindustrial Ltda.**Demonstração dos fluxos de caixa****Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(Continuação)

	Nota	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Partes relacionadas	16	(1.450.182)	(2.996.020)
Empréstimos e financiamentos	20	59.881.469	65.715.230
Lucros distribuídos		<u>(5.652.426)</u>	<u>(944.576)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		<u>52.778.861</u>	<u>61.774.634</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		<u>(5.481.366)</u>	<u>30.468.321</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	<u>35.474.501</u>	<u>5.006.180</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	<u><u>29.993.135</u></u>	<u><u>35.474.501</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



1 Informações gerais

A Empresa tem como atividades preponderantes a exploração agrícola da cultura de cana-de-açúcar, a industrialização e comercialização de açúcar (VHP, cristal e refinado), etanol (anidro e hidratado) e outros produtos derivados da cana-de-açúcar, coogeração e comercialização de energia elétrica, criação e engorda de gado bovino.

A Empresa está investindo em uma nova planta operacional, situada no município de Aporeí-GO, cujo objetivo inicial é o plantio de cana-de-açúcar, a industrialização de etanol e a coogeração de energia elétrica. Atualmente, esta unidade está em fase pré-operacional.

Na safra 2011/2012, a Empresa moveu 2,587 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, sendo 63% proveniente de lavouras próprias e parcerias agrícolas e 37% de fornecedores terceiros (safra 2010/2011 – 3,180 milhões).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Empresa em 18 de maio de 2012.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

(a) Demonstrações financeiras

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior flexibilidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis o CPC.

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigindo a partir de 2011 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda que melhor representa o ambiente econômico no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação da Empresa.



(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado com o receita ou despesa financeira.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de curto prazo e de alta liquidez, com vencimento original de até três meses ou menos a partir da data da contratação e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial com o “Empréstimos”, no passivo circulante.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Empresa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativo financeiro a valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados no mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem “Contas a receber de clientes” (Nota 9) e “Partes relacionadas” (Nota 16), “Caixa e equivalentes de caixa” (Nota 6) e “Outros ativos”.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como o valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Despesas financeiras, líquidas" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Despesas financeiras, líquidas".

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* com o resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.



Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, com o inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Empresa, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que o credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Empresa avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge

Inicialmente os derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são subsequentemente remensurados ao valor justo.

A Empresa não tem por prática a adoção de contabilidade de *hedge*.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*).

2.7 Estoques

Os estoques são avaliados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O método de avaliação dos estoques é a média ponderável móvel.

Matérias primas e materiais de uso e consumo são reconhecidos inicialmente pelo preço de compra acrescido de outros custos incorridos na colocação dos estoques no local e nas condições em que se encontram atualmente (transporte, comissões, trânsito etc.).

A principal matéria-prima utilizada na produção do açúcar e do etanol, a cana-de-açúcar, por ser um produto agrícola, está sujeita à avaliação ao seu valor justo no momento da colheita.

Os custos incorridos com a manutenção do parque industrial e a depreciação do período de entressafra são levados aos estoques e apropriados ao custo de produção do açúcar e do álcool no decorrer da próxima safra.

Os produtos da colheita (cana-de-açúcar) dos ativos biológicos (lavouras de cana-de-açúcar) são mensurados pelo seu valor justo.

Os produtos manufaturados são avaliados pelo custo de produção, incluindo o custo dos materiais consumidos, depreciação de insumos de produção e os custos de fabricação diretos ou indiretos.

Uma perda no valor recuperável de estoques é registrada para os seguintes casos:

- O valor de custo do estoque excede o seu valor de realização;
- Os estoques sofrem deterioração significativa.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar sua venda.



2.8 Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores são registrados pelos valores de custo.

2.9 Ativos intangíveis

(a) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de 3 a 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(b) Direito de uso de terra

Correspondem a valores pagos a proprietários de terras para uso das mesmas com reserva ambiental (reserva legal). Esses ativos são amortizados pelo prazo de vigência dos referidos contratos.

2.10 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, e ou reavaliação até 31 de dezembro de 2007, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração e custos incorridos com empréstimos e financiamentos no período de construção do bem.

O *software* comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado com o parte da que o equipamento.

A Empresa optou por atribuir novo custo (*deemed cost*) a terras em 1º de janeiro de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido (Nota 17 (b)). A mensuração do novo custo foi realizada por empresa especializada, que conta com engenheiros experientes e com competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em reais, exceto quando indicado de outra forma



Terras não são depreciadas. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, com o segue:

	<u>Em anos</u>
Edifícios e benfeitorias	35 a 50
Máquinas e equipamentos	5 a 32
Móveis e utensílios	5
Veículos	5 a 15
Máquinas e implementos agrícolas	10 a 30
Softwares	5
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.	

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que o seu valor recuperável estimado (Nota 2.12).

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros ganhos (perdas), líquidos” na demonstração do resultado.

2.11 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Empresa compreendem as lavouras de cana-de-açúcar, cujo produto da colheita – cana-de-açúcar – é utilizado com o matéria-prima na produção de açúcar e etanol, e a gado bovino, que é vendido para abate.

As principais atividades da Empresa no cultivo de cana-de-açúcar são plantio e tratamentos culturais dessa cultura, que tem ciclo produtivo em média de mais cinco anos após o seu primeiro corte. As principais atividades relacionadas ao gado bovino são a compra de bezerros e a engorda dos mesmos até esse estar pronto para o abate, o que ocorre, em média, 24 meses após seu nascimento.

Os ativos biológicos são mensurados ao seu valor justo.

As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 11.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no reconhecimento inicial dos ativos e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo no início e final do período, sendo registrado no resultado do período na rubrica “Resultado com mensuração de ativos biológicos ao valor justo”.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.13 Contas a pagar aos Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas com o passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas com o passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados com o passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Empresa os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados com o contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



2.16 Provisões

As provisões para perdas com ações judiciais (trabalhista, civil e tributárias) são reconhecidas quando: a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada com o resultado de eventos já ocorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro anual tributário.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período com preêndem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.



2.18 Benefícios empregados

A Empresa possui um programa de participação nas metas e resultados, nos moldes da lei 10.101/00 e em conformidade com os acordos coletivos de trabalho firmados com as categorias de seus colaboradores, baseado nos objetivos operacionais e financeiros previamente estabelecidos com os mesmos. O registro da obrigação passiva associada a esses benefícios é efetuado após serem apurados os resultados obtidos frente aos objetivos traçados.

2.19 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos são gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. Para o açúcar, normalmente a transferência dos riscos e benefícios ocorre no momento da entrega do açúcar ao cliente (FOB Santos (mercado externo) ou nas dependências do cliente (mercado interno); para o álcool, no momento da retirada do produto pelo cliente nas dependências da Usina (álcool posto Usina). A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal de seus negócios. A receita é apresentada líquida de descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

2.20 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimos e financiamentos que não são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de taxa efetiva de juros (Nota 2.14).

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa de juros efetiva.

2.21 Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são reconhecidas ao resultado de acordo com o princípio contábil de competência de exercícios.

2.22 Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio

A distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio para os sócios da Empresa é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa ao final do exercício, após deliberação dos quotistas, exceto se for destinado à constituição de adiantamento para futuro aumento de capital ou integralização de capital, situação em que esses lucros/juros são movimentados no patrimônio líquido.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.



2.23 Aspectos ambientais

As instalações de produção da Empresa estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Empresa administra os riscos associados com assuntos ambientais através de procedimentos operacionais e de controles e também investindo em equipamentos de controle de poluição e sistemas. A Empresa acredita que nenhuma provisão para perdas relacionada a assuntos ambientais é requerida atualmente nas demonstrações financeiras, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

3 Estimativas contábeis e julgamentos relevantes

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Estimativas contábeis

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Ajuste a *fair value* de ativos biológicos

A avaliação do ativo biológico utiliza premissas para determinar seu valor justo, tais como: a estimativa de rendimento agrícola, quantidade de açúcar (ATR) por tonelada de cana a ser colhida e preço futuro do açúcar (Nota 2.11 e Nota 11).

Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Empresa usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço (Nota 8).

(b) Julgamentos relevantes

Os principais julgamentos envolvendo o risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados à provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como o prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.



4 Gestão de risco financeiro

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Empresa que identifica, avalia e procura minimizar os riscos financeiros resultantes das atividades comerciais e operacionais da Empresa, em conjunto com a diretoria. As estratégias tomadas referentes a empréstimos e financiamentos acima de determinados valores, previstos no contrato social, são discutidas e aprovadas em reuniões dos quotistas. As demais estratégias tomadas são mensalmente apresentadas ao conselho de quotistas que tomam ciência das decisões tomadas. A diretoria estabelece as diretrizes para o futuro, baseadas, principalmente, no planejamento de produção da safra e nas estratégias de comercialização.

As políticas de gestão de risco, embora não formalmente documentadas, refletem os princípios para a gestão de risco definidos pelo conselho de quotistas e diretoria.

(a) Risco de mercado

(a.1) Risco cambial

A Empresa comercializa parte substancial de sua produção no mercado externo e está exposta a risco de taxa de câmbio, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos.

A política de gestão de risco cambial estabelece limites para a exposição ao risco cambial das futuras exportações e, de acordo com essa política, a Empresa deve contratar instrumentos financeiros que protejam a posição vendida em dólar dos contratos de exportação, cujos preços, que são cotados em moeda estrangeira, já estejam fixados.

Os instrumentos financeiros normalmente utilizados para proteger as posições vendidas fixadas em moeda estrangeira são adiantamentos de contratos de câmbio, pré-pagamentos de exportação e *non deliverable forwards* (NDF).

Seguindo o mesmo limite estabelecido na política de gestão de preço (item (a.2) a seguir), cerca de um terço da exposição ao risco cambial associada às exportações da safra futuras são monitorados antes da safra, um terço durante a safra e um terço após o final da safra, de modo que, quando concretizadas, as exportações não fiquem expostas a riscos cambiais. Esses percentuais de gestão da exposição cambial podem flutuar para mais ou para menos, dependendo das tendências do mercado de câmbio, e são monitoradas constantemente pela administração com o apoio de empresas especializadas contratadas que auxiliam a Administração na análise desse mercado.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em reais, exceto quando indicado de outra forma



Em 31 de dezembro de 2011, os volumes de exportações contratadas e os respectivos instrumentos financeiros utilizados para gerir o risco de exposição são apresentados a seguir:

Safr	Em milhares de US\$			Em milhares de US\$		
	Instrumentos financeiros contratados que mitigam riscos cambiais			Risco cambial de exportações gerenciado conforme política		
	Previsão de exportação em milhares	Passivos com moeda estrangeira abertos por vencimento	Notional Operações de no n delive mble fo rwards relacio nadas	Total		Previsão futura de exposição cambial a ser gerenciada durante a safra e entres safra futura
2011/2012	2.984		2.500	2.500	84%	484
2012/2013	119.804	38.332	9.000	47.332	40%	72.472
2013/2014	142.143	32.600		32.600	23%	109.543
2014/2015	135.771	27.012		27.012	20%	108.759
2015/2016	154.297	16.583		16.583	11%	137.714
2016/2017	154.297	16.583		16.583	11%	137.714
	709.296	131.100	11.500	142.610		566.686

(a.2) Risco de taxa de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Empresa e dos demais insumos utilizados no processo de produção.

Com o objetivo de reduzir sua exposição às vendas futuras de açúcar no mercado internacional, a Empresa fixa os preços de venda com os clientes com os quais mantém contratos de venda futura de açúcar firmados, à medida que analisa as tendências de mercado e também utiliza instrumentos financeiros derivativos de açúcar. Esses instrumentos consistem, principalmente, em futuros e opções para a proteção contra a variação do preço do açúcar.

Os instrumentos derivativos são mensurados e contabilizados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial assim como a cada período subsequente. Os derivativos são apresentados como Ativo circulante quando o valor justo é positivo e como um Passivo circulante quando o valor justo é negativo.

O valor justo dos derivativos de açúcar é determinado pela aplicação de técnicas de avaliação baseada em cotações de mercado ativo. A Empresa utiliza derivativos listados na Bolsa de Nova Iorque (New York Board Of Trade) e, eventualmente, realiza operações de balcão (OTCs – Over the counter).

Cerca de um terço da exposição ao risco de preço associado às exportações da próxima safra são monitorados antes da safra, um terço durante a safra e um terço após o final da safra. Esses percentuais de gestão da exposição ao risco de preço podem flutuar para mais ou para menos dependendo das tendências do mercado, monitoradas constantemente pela administração com o apoio de empresas especializadas na análise desse mercado.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



Em 31 de dezembro de 2011, os riscos de exposição às flutuações de preço estavam mitigados da seguinte forma:

Safr a	Previsão de exportação	Contratos firmados	Contratos com preços já fixados com clientes	Risco de preço gerenciado conforme política
Açúcar (em toneladas)				
2012/2013	192.800	113.000	42.037	22%
2013/2014	230.000	54.000		
2014/2015	230.000	56.000		
2015/2016	262.500	32.000		
Etanol (em metros cúbicos)				
2012/2013	5.750			
2013/2014	12.000			
2014/2015	14.250			
2015/2016	13.500			

A Empresa não possui política definida para a gestão de risco de preço dos insumos, exceto para a cana-de-açúcar, principal insumo utilizado no processo produtivo, cujo preço é vinculado ao CON SECANA, índice de mercado que leva em consideração as flutuações de preço do açúcar e do etanol.

(a.3) Risco de taxa de juros

Os ativos financeiros sobre os quais incidem juros são representados, substancialmente, pelas aplicações financeiras, as quais, por serem efetuadas em taxas de mercado (atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI), não estão sujeitas a riscos variáveis ou a riscos de perdas pelo custo de oportunidade.

Os passivos financeiros sobre os quais incidem juros são representados, substancialmente, pelos empréstimos e financiamentos, os quais, por estarem sujeitos a taxa de juros pré-fixadas, estão sujeitos ao risco de taxa de juros pelo custo de oportunidade nas situações de tendência de queda nas taxas de juros do mercado.

A administração tem como política a contratação de taxas de juros pré-fixadas, sendo efetuadas operações com taxas de juros pós-fixas apenas se for possível a contratação de *swap* ou outros instrumentos financeiros que mitiguem o risco da referida exposição.

Em 31 de dezembro de 2011, a Empresa mantinha os seguintes instrumentos financeiros em aberto para mitigar riscos de taxas de juros flutuantes:

Passivos financeiros sujeitos a taxa de juros flutuantes	Montante em aberto US\$	Notional Operações de Swap relacionadas	Exposição a taxas de juros flutuantes líquida
Pré-pagamento de exportação	54.022.495	25.212.119	28.810.376
Nota de crédito de exportação	40.739.991	40.000.000	739.991



Também faz parte das atividades de gestão da tesouraria a máxima utilização do limite disponível de captação de empréstimos incentivados (custeio agrícola, finames, entre outros), que possui em taxas mais competitivas. Na medida do possível, quando taxas mais competitivas são observadas no mercado, a Empresa procura renegociar seus passivos, desde que isso não implique em custos com multas pela liquidação antecipada de contratos.

(a.4) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Empresa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e conta com o auxílio de especialistas em análise de mercado, que, mensalmente, se reúnem com os representantes da tesouraria da Empresa para discutir aspectos gerais do mercado financeiro e também os riscos, se houver, relacionados às instituições financeiras com as quais a Empresa opera.

(a.5) Risco de liquidez

A Empresa gerencia o risco de liquidez pela manutenção de saldos em caixa e equivalentes de caixa em montantes suficientes que lhe permita assumir eventuais perdas extraordinárias além dos passivos já assumidos e previstos em seus fluxos de caixa futuros.

Também faz parte da política de liquidez a constante negociação para liberação de linhas de crédito com instituições financeiras para cobrir eventuais necessidades de saída de caixa não previstas pelos fluxos de caixa futuros.

(b) Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar a os fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Empresa para instrumentos financeiros similares.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



5 Instrumentos financeiros

(a) Instrumentos financeiros por categoria

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Ativos ao valor justo por meio do resultado		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		6.601.805
Instrumentos financeiros derivativos	43.592	394.911
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	8.967.024	14.085.375
Partes relacionadas	5.164.481	3.137.328
Caixa e equivalentes de caixa	29.993.135	35.474.501
Outros ativos	1.923.905	1.705.619
	<u>46.092.137</u>	<u>61.399.539</u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	3.598.563	7.136.481
Outros passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	332.318.811	270.968.392
Fornecedores	29.204.490	27.357.400
Lucros a distribuir	7.340.361	12.992.787
Outros passivos	580.559	353.703
	<u>373.042.784</u>	<u>318.808.763</u>

(b) Qualidade dos créditos dos ativos e financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada, conforme segue:

Ativos financeiros calculados ao valor justo por meio do resultado – transações efetuadas com instituições financeiras de primeira linha.

Instrumentos financeiros derivativos – transações efetuadas com corretoras de valores de primeira linha.

Caixa e equivalentes de caixa – A Empresa mantém os depósitos bancários em instituições financeiras reconhecidas como de primeira linha.

Contas a receber – Empresa possui procedimentos e controles para analisar o crédito dos clientes a cada transação de venda e determinar os limites de créditos concedidos aos seus clientes.

Partes relacionadas – O risco relativo a transações com partes relacionadas é considerado baixo.

6 Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por saldos em caixa, bancos e aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDB) com atualização baseada na variação de taxas de juros dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) em instituições financeiras e são deliquidez imediata.

		31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
	Remuneração		
Caixa e bancos		670.965	1.639.942
Conta corrente com corretora de valores no exterior		3.564.235	4.831.308
Certificados de Depósitos Bancários	75 a 101,5% do CDI (2010 - 100 a 102,5% do CDI)	25.757.935	29.003.251
		29.993.135	35.474.501

7 Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado

Em 2010, composta por cotas de fundos de investimentos compostos, substancialmente, por títulos públicos e/ou cotas de fundos de investimentos que investem em outros fundos, substancialmente, multimercados. O principal objetivo dessa carteira era maximizar a relação retorno e risco via diversificação de títulos e a mitigação de riscos de crédito.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



8 Instrumentos financeiros derivativos

(a) Composição

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Empresa.

Em 31 de dezembro de 2011				
Contratos de proteção patrimonial	Referência	Valor justo	Montante a receber	Montante a pagar
Opções de commodities	290.304 toneladas	(652.952)	43.592	(684.544)
Non-deliverable forwards - Venda de dólar futuro - safra 2011/2012	11.500.000 dólares	(161.878)		(161.878)
Contratos de swaps Libor versus taxa pré fixada	6.000.000 dólares	(428.959)		(428.959)
Venda de futuros de açúcar	11.200.000 lotes	(599.765)		(599.765)
Contratos de swaps Libor versus taxa pré fixada	40.000.000 dólares	(553.860)		(553.860)
Contratos de swaps Libor versus taxa pré fixada	19.212.119 dólares	(1.169.557)		(1.169.557)
		(3.566.971)	43.592	(3.598.563)

Em 31 de dezembro de 2010				
Contratos de proteção patrimonial	Referência	Valor justo	Montante a receber	Montante a pagar
Opções de commodities	128.703 toneladas	128.703		(4.702.605)
Non-deliverable forwards - safra 2010/2011	3.462.275 dólares	141.553	141.553	
Non-deliverable forwards - safra 2011/2012	5.492.300 dólares	253.358	253.358	
Contratos de swaps Libor versus taxa pré fixada	39.864.547 dólares	(933.226)		(933.226)
Contratos de swaps Libor versus CDI	15.488.064 dólares	(1.500.650)		(1.500.650)
		(1.910.262)	394.911	(7.136.481)

Os contratos de derivativos têm contrapartes instituições financeiras nacionais e estrangeiras de grande porte.

(b) Resultado com derivativos

A Empresa auferiu ganhos líquidos com instrumentos derivativos, no montante de R\$ 6.288.037 (2010 – perdas líquidas de R\$ 3.914.289), sendo (i) R\$ 2.521.345 (2010 – perdas líquidas de R\$ 552.084), que, por estarem relacionados a instrumentos financeiros utilizados para proteção de risco cambial e de taxa de juros, estão apresentados em Despesas financeiras, líquidas (Nota 30), e (ii) R\$ 3.766.962 (2010 – perdas líquidas de R\$ 3.362.205), que, por estarem relacionados a instrumentos financeiros utilizados para proteção de risco de preço de commodities, estão registradas em Receitas (Nota 26).

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



(c) Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros, incluindo derivativos, podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação de preços de *commodities*, taxa de câmbio, taxa de juros e entre outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apresentadas a seguir:

Contratos	Em 31 de dezembro de 2011				
	Valor justo	- 50 %	- 25 %	25 %	50 %
Opções de commodities	(652.952)	(680.315)	(1.439.994)	(1.370.846)	(4.037.655)
Non-deliverable forwards - Venda de dólar futuro	(161.878)	(168.920)	(166.376)	(161.564)	(159.285)
Contratos de swaps Libor versus taxa pré fixada	(428.959)	(368.365)	(364.540)	(357.225)	(353.724)
Venda de futuros de açúcar	(599.765)	3.008.319	1.801.798	(611.244)	(1817.766)
Contratos de swaps Libor versus taxa pré fixada	(553.860)	(760.656)	(751.740)	(734.726)	(726.601)
Contratos de swaps Libor versus taxa pré fixada	(1.169.557)	(1.243.782)	(1.229.965)	(1.203.608)	(1.191.024)
	<u>(3.566.971)</u>	<u>(2.13.719)</u>	<u>(2.150.817)</u>	<u>(4.439.213)</u>	<u>(8.286.055)</u>

9 Contas a receber de clientes

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
No país		
Partes relacionadas	67.080	39.096
Terceiros	2.297.410	7.917.686
No exterior	6.602.534	6.128.593
	<u>8.967.024</u>	<u>14.085.375</u>

As contas a receber possuem a seguinte composição por vencimento:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
A vencer	7.785.767	13.215.894
Vencidos		
Até 30 dias	264.903	521.463
De 31 a 60 dias	424.396	248.512
De 61 a 90 dias	338.646	56.188
Acima de 90 dias	153.312	43.318
	<u>8.967.024</u>	<u>14.085.375</u>

O prazo médio de recebimento é de 31 dias. Sobre as contas a receber, são cobrados juros após o vencimento do prazo estabelecido na negociação, que são registrados como juros recebidos nas Receitas financeiras.

27 de 54

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em reais, exceto quando indicado de outra forma



Conforme mencionada na Nota explicativa 4(a.4), a Empresa possui normas e procedimentos definidos para concessão de créditos e monitoramento das duplicatas vencidas e de risco de não recebimentos dos valores decorrente das operações de vendas.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída pela administração com base na análise das contas a receber de clientes em aberto. A Empresa considera que não há riscos de perdas com as contas a receber em aberto. Adicionalmente, a Empresa não tem histórico de perdas relevantes com recebíveis e, por esta razão, nenhuma provisão para perdas com as contas a receber foi consignada nas presentes demonstrações financeiras.

10 Estoques

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Produtos acabados	81.753.215	80.884.423
Almoxarifado	19.515.285	14.605.944
Custos a apropriar de entressafra	18.939.523	15.674.452
Adiantamentos para compra de cana-de-açúcar	1.983.392	1.684.411
Outros	<u>1.280.141</u>	<u>58.744</u>
	123.471.556	112.907.974
(-) Provisão para perda com estoques de baixa movimentação	<u>(1.858.747)</u>	<u>(1.457.799)</u>
	<u>121.612.809</u>	<u>111.450.175</u>

A Empresa mantém a estratégia de manter o açúcar e etanol em estoques em volumes elevados, com o objetivo de alcançar melhores preços de venda com esses produtos no período de entressafra.

O aumento dos estoques de almoxarifado é oriundo, principalmente, da antecipação de compra de adubos e herbicidas para a safra 2012/2013, cujo plantio iniciará em janeiro de 2012, e do aumento nos estoques de peças e acessórios para veículos, tratores e implementos agrícolas.

A Empresa avaliou os custos dos produtos acabados no encerramento do balanço frente aos seus respectivos valores de mercado e concluiu que nenhuma provisão para perdas com a realização desses ativos é requerida nas presentes demonstrações financeiras.

Por ser um produto agrícola, a cana-de-açúcar, principal componente do custo de produção de açúcar e etanol, está sujeita à avaliação ao seu valor justo no momento da colheita. Na safra 2011/12, os ganhos com essa valorização no momento da colheita montaram a R\$ 37.812.692 (2010/2011 - R\$ 34.137.444), dos quais R\$ 4.776.846 (2010 - R\$ 5.424.528) ainda não foram realizados e permanecem com o parte dos estoques de produtos acabados.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



11 Ativos biológicos

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
No circulante		
. Gado de corte	834.208	4.963.205
No não circulante		
. Lavouras de cana-de-açúcar	97.756.223	89.720.963

(a) Gado de corte

Em 31 de dezembro de 2011, a Empresa possui 25 cabeças de gado no ponto de corte (2010 – 2.154 cabeças) e 382 cabeças em fase de engorda (2010 – 838 cabeças), localizadas nos estados de São Paulo e Goiás, as quais são mensuradas pelo seu valor justo.

A Empresa compra os bezerros e efetua as atividades de engorda do gado até o ponto de abate. Não faz parte das atividades pecuárias da Empresa a cria e a recria desses animais.

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo são:

O valor justo do gado de corte foi determinado pela multiplicação do volume de cabeças de gado prontas para abate pelo preço de mercado da arroba do boi gordo, que é cotada em mercado ativo, menos as despesas de vendas.

Para os animais que ainda não estão em ponto de corte, a administração estabeleceu um percentual para equivaler a quantidade de animais que ainda não estão em ponto de corte em quantidade de animais em idade de abate, para a qual existe cotação em mercado ativo e, após essa estimativa, multiplicou a quantidade equivalida pelo preço de mercado da arroba do boi gordo.

A cotação da arroba do boi utilizada na estimativa do referido valor justo foi de R\$ 101,55 em 31 de dezembro de 2011 (2010 – R\$ 102,32).

A movimentação do valor justo desses ativos biológicos durante os períodos é a seguinte:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Saldo inicial	4.963.205	2.022.510
Custo com compra de animais e custos de cria	2.762.812	5.318.633
Resultado com avaliação ao valor justo	(2.503.104)	2.217.253
Baixa pela venda/perda de animais	<u>(4.388.705)</u>	<u>(4.595.191)</u>
Saldo final	<u>834.208</u>	<u>4.963.205</u>



(b) Lavoura de cana-de-açúcar

Em 31 de dezembro de 2011, a Empresa possui 34.650 hectares de lavouras de cana-de-açúcar, localizadas nos estados de São Paulo e Goiás, as quais são mensuradas pelo seu valor justo.

O cultivo da cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros; o primeiro corte ocorre após doze e/ou dezoito meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (cana soca) continua no solo. Após cada corte, a cana planta cresce novamente, em média, por cinco anos (safras).

As terras em que as lavouras estão plantadas (quando não vinculadas a operações de arrendamento ou parcerias) são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor dos ativos biológicos.

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se uma metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da expectativa da produtividade futura da cana-de-açúcar, durante sua vida útil, usualmente 6 anos, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar – ATR, pelo preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar; e
- Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais); (ii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT) da cana-de-açúcar; (iii) custos de capital (aluguel das terras e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

Com base na estimativa de receitas e custos, a Empresa determina o fluxo de caixa descontado a ser gerado em cada ano, considerando uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos.

As variações no valor justo das lavouras de cana-de-açúcar são registradas na rubrica “Ativos biológicos” no ativo não circulante e tem como contrapartida a rubrica “Resultado com mensuração de ativos biológicos ao valor justo”, no resultado do exercício.

As lavouras de cana-de-açúcar plantadas durante o período corrente, devido à pequena transformação biológica que ocorre entre o período do plantio e a data-base das demonstrações financeiras e ao fato dos custos incorridos nesse período não serem significativos, são avaliadas pelo custo acumulado de plantio e manutenção, uma vez que esse montante se aproxima do seu valor justo.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente e, se necessário, ajustados.

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



A movimentação do valor justo dos ativos biológicos lavouras de cana-de-açúcar durante os períodos é a seguinte:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Saldo inicial	89.720.963	74.482.337
(+) aumento decorrente de plantio de cana-de-açúcar	42.191.144	23.891.613
(+) Tratos culturais da cana-de-açúcar	23.246.458	15.864.217
(+) ganhos (perdas) decorrentes de mudanças no valor justo	(13.171.883)	18.459.315
(-) reduções decorrentes de colheita	<u>(44.230.459)</u>	<u>(42.976.519)</u>
Saldo final	<u>97.756.223</u>	<u>89.720.963</u>

12 Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
ICMS (i)	2.825.302	3.234.322
Antecipação de IRPJ e CSLL (ii)	12.983.132	2.359.481
COFINS (i)	4.239.748	2.019.401
PIS (i)	929.007	447.635
IPI	365.390	390.319
IRRF sobre aplicações financeiras	1.053.684	265.570
ICMS sobre compra de imobilizado	4.187.253	3.844.474
Outros		22.547
	<u>26.583.516</u>	<u>12.583.749</u>
Nocirculante	<u>(24.239.505)</u>	<u>(10.347.275)</u>
Não circulante	<u>2.344.011</u>	<u>2.236.474</u>

(i) Refere-se a créditos apropriados sobre as compras de insumos para produção e fabricação, o qual será realizado com a tributação das vendas no mercado interno. O aumento no saldo credor de PIS e COFINS decorre substancialmente das aquisições de ativo imobilizado no período e do aumento de preço da matéria prima (cana-de-açúcar), bem como da menor geração de débitos em 2011.

(ii) A Empresa utiliza a prática de apuração de imposto de renda e contribuição social a pagar mensalmente pelo balancete de suspensão. Em determinados meses durante o exercício, os recolhimentos mensais efetuados com base nesse balancete foram superiores ao montante total final a pagar desses tributos no encerramento do exercício. A administração espera compensar esses valores recolhidos a maior no próximo exercício.

(iii) As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções orçamentárias e dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração.



13 Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados sobre as diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e os registros contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto de renda e contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Tributos diferidos ativos sobre:		
Prejuízos fiscais	2.075.061	4.295.363
Base negativa de contribuição social	1.575.629	2.190.295
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	93.598	
Perdas com produto agrícola ao valor justo		34.758
Mercadorias a embarcar	50.154	345.025
Provisão para obsolescência de estoques	631.975	495.652
Provisão para contingências	1.639.336	2.795.222
Resultado com mensuração de ativos biológicos ao valor justo	5.155.212	4.703.840
Outros	340	213.331
	<u>11.221.305</u>	<u>15.073.486</u>
Tributos diferidos passivos sobre:		
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		183.773
Ganhos com produto agrícola ao valor justo	1.624.128	1.879.438
Terras e terrenos reavaliados	27.666.782	27.666.782
Custo atribuído a terras e terrenos (<i>deemed cost</i>)	14.075.243	14.075.243
Depreciação fiscal - RTT	4.936.411	
Outros	542.613	7.899.254
	<u>48.845.177</u>	<u>51.704.490</u>
Tributos diferidos passivos, líquidos	<u>37.623.872</u>	<u>36.631.004</u>

Os valores apresentados acima foram registrados considerando as estimativas de recuperação dos créditos tributários fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em reais, exceto quando indicado de outra forma



A conciliação da despesa calculada pelas alíquotas combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício é demonstrada com o seguinte:

	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	37.473.632	37.473.632	78.439.422	78.439.422
Alíquotas vigentes - %	25%	9%	25%	9%
	(9.368.408)	(3.372.627)	(19.609.856)	(7.059.548)
Reconciliação para taxa efetiva:				
Adicionaldo imposto de renda	24.000		24.000	
Juros sobre o capital próprio	2.450.000	882.000	1.850.000	666.000
Despesas indedutíveis	(684.444)	(246.400)	(106.420)	(38.311)
Benefícios fiscais parcelamento Lei 11.941/09			157.687	56.767
Incentivos fiscais	250.957			
Outros ajustes	1.649.719	832.845	(81.425)	(32.9685)
	(5.678.176)	(1.904.182)	(17.766.044)	(6.704.777)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(7.582.358)		(24.470.791)	



14 Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Empresa vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações trabalhistas e cíveis. A provisão para perdas foi constituída com base na opinião de seus assessores jurídicos que consideram provável ou mais que possível o risco de perdas com essas ações.

	31 de dezembro de 2011			
	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados	Passivo líquido	Depósitos judiciais sem provisões
Trabalhistas	1.382.064	351.051	1.031.013	135.467
Cíveis	621.163		621.163	36.680
Ambientais	292.282		292.282	
Tributárias (i)	2.526.416	116.815	2.409.601	3.068.373
	4.821.925	467.866	4.354.059	3.240.520
	31 de dezembro de 2010			
	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados	Passivo líquido	Depósitos judiciais sem provisões
Trabalhistas	1.829.681	219.867	1.609.814	273.622
Cíveis	495.528		495.528	
Ambientais	314.916		314.916	
Tributárias (i)	5.581.117	112.554	5.468.563	2.918.439
	8.221.242	332.421	7.888.821	3.192.061

(i) A redução de provisão para contingências tributárias é oriunda da reversão de provisão para contingências, no montante de R\$ 4.130.791, de PIS e COFINS em virtude da adesão ao parcelamento, conforme Nota 23.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em reais, exceto quando indicado de outra forma



Adicionalmente, a Empresa tem ações de natureza tributária envolvendo riscos de perda classificado pela administração com possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída conforme complexidade e estimativas a seguir:

<u>Contingências</u>	<u>Natureza da ação</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
ICMS	Vendas para outros Estados sem comprovar o intencionalidade das mercadorias	37.964.523	30.849.518
IRPJ	Questionamento fiscal quanto ao uso da dedução da depreciação acelerada incentivada	20.284.579	16.227.663
INSS	Questionamento fiscal quanto à incidência sobre a folha de salários de produto rural (Lei no. 8.870/04, declarada inconstitucional pelo STF)	15.593.081	12.474.465
PIS e COFINS	Questionamento sobre tomada de crédito	2.729.586	
INSS	Questionamento quanto à incidência de INSS sobre exportação indireta	438.820	
Trabalhistas		1.000	950.487
Cíveis	Diversas		1.150.139
		<u>80.958.589</u>	<u>61.652.272</u>

15 Instrumentos financeiros disponíveis para venda

<u>Investimentos</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Coopercitrus	397.529	378.000
Coopercana	38.519	39.519
Credicitrus	93.935	93.935
Cooperativa Agrícola Mista Adamantina	11.364	8.965
Outros	<u>149.333</u>	<u>147.869</u>
	<u>690.680</u>	<u>668.288</u>

Esses instrumentos estão avaliados ao custo do capital aportado, pois a Administração entende que esses valores são os que melhores representam o valor justo desses investimentos, em caso de eventual negociação das quotas mantidas nessas cooperativas.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



16 Informações sobre partes relacionadas

(a) Saldos e transações

	Saldo s					
	Ativo			Pas sivo		Trn sações
	31 de de zembro de 2011	31 de de zemb ro de 2010	31 de deze mbro de 2011	31 de de zembro de 2010	31 de de zembro de 2011	31 de de zemb ro de 2010
Laticínio s Matinal Ltda .						
Contas a receber	67.080	39.096				
Fornecedores			110	289		
Mutuo (i)	5.164.481	3.137.328				
Com pra de imob ilizado						14.000
Com pra de produtos e serviços					295.922	404.244
Venda de imobilizado						10.000
Venda de produtos					849.493	517.642
Juros sobre mútuo					576.972	141.308
ANLOG - Aurélio Nardini Logística Ltda.						
Fornecedores			222.55	23.074		
Com pra de imob ilizado						233.000
Serviços prestados					2.148.283	2.559.914
Venda de produtos e serviços					500	
Supor te Comércio de Combustíveis e						
Serviços Ltda.						
Fornecedores			98.48	513		
Com pra de produtos e serviços					32.207	14.910
Venda de produtos e serviços					546	
Venda de imobilizado					200.000	
Scale Administração e Participação Ltda.						
Fornecedores			95.73			
Com pra de produtos e serviços					475.046	420.007
Clabens Adm. e Participaç ão Ltda.						
Fornecedores			19.39			
Com pra de produtos e serviços					395.088	23.148
Riccardo Nardini						
Com pra de produtos e serviços						1.250
Flávia Nardini Souto						
Fornecedores			31.168	30.179		
Com pra de produtos e serviços					10.35	615.238
Paola Nardini						
Fornecedores				30.179		
Com pra de produtos e serviços					2915.97	189.346
Valéria Nardini						
Adiantamentos a fornecedores		4.816				
Com pra de produtos e serviços					398.624	294.823
Guio mar Della Togn a Nardini						
Fornecedores			469.90	13.733		
Com pra de produtos e serviços					1207.917	813.418
Riccardo Nardini e Outros						
Fornecedores				169.859		
Com pra de produtos e serviços					34.500	34.018
Com pra de imob ilizado						588.594
	5.231.561	3.181.240	121.883	2.67.826		

(i) O mútuo é atualizado a 1% ao mês.

Os serviços são adquiridos nos termos que estavam disponíveis para terceiros.

Os produtos adquiridos são negociados em termos e condições comerciais normais.

(b) Honorários dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os honorários dos administradores montaram a aproximadamente R\$ 838.943 (2010 – R\$ 801.000).

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



17 Imobilizado (a) Composição

	Terras e propriedades agrícolas benfeitorias (I)	Edificações e equipamentos (II)	Máquinas e veículos (III)	Móveis e utensílios (IV)	Veículos (V)	Máquinas e implementos agrícolas (VI)	Software e equipamentos de informática (VII)	Obras em andamento (VIII)	Adiantamentos a fornecedores (IX)	Outros (X)	Total
Em 1º de janeiro de 2010	R\$ 2.080.509	27.917.627	111.748.101	16.79.828	46.917.773	31.179.882	18.59.689	11.607.426	54.64.890	3.720.186	424.229.911
Custo o valor estimado	(7.049.427)	(46.007.003)	(83.3.669)	(29.530.711)	(23.126.656)	(13.13.642)					(10.786.110)
Depreciação acumulada	R\$ 2.080.509	20.868.200	65.741.098	8.46.189	17.441.060	8.053.226	546.047	11.607.426	54.64.890	3.720.186	336.368.801
Em 31 de janeiro de 2010	R\$ 2.080.509	20.868.200	65.741.098	8.46.189	17.441.060	8.053.226	546.047	11.607.426	54.64.890	3.720.186	336.368.801
Adições	6.800.000	907.882	76.577.702	9.126.7	10.823.273	14.342.786	159.455	8.567.399	12.065.009	6.024.400	63.335.223
Baixas do imobilizado			(2.821.424)	(4.036)	(347.337)	(2.8.945)	(55.711)				(3.447.453)
Transferências (inclusive de intangível)		2.135.260	3.827.745					1.051.290		(7.042.645)	(28.350)
Baixa de depreciação por alienação		644.384	4.036	232.365	202.445	54.984					1.082.34
Encargos de depreciação	(844.590)	(8.424.938)	(9.524.7)	(7.068.438)	(6.446.233)	(198.630)					(23.078.066)
Em 31 de dezembro de 2010	R\$ 2.696.509	23.106.752	66.624.567	8.42.179	21.080.923	15.973.289	506.145	23.226.115	17.529.949	2.701.941	354.288.369
Em 31 de dezembro de 2010	R\$ 2.696.509	23.106.752	66.624.567	8.42.179	21.080.923	15.973.289	506.145	23.226.115	17.529.949	2.701.941	354.288.369
Custo o valor estimado	(78.940.07)	(53.787.557)	(92.4.880)	(16.366.786)	(29.370.434)	(14.572.288)					(129.800.962)
Depreciação acumulada	R\$ 2.696.509	23.106.752	66.624.567	8.42.179	21.080.923	15.973.289	506.145	23.226.115	17.529.949	2.701.941	354.288.369
Em 31 de dezembro de 2010	R\$ 2.696.509	23.106.752	66.624.567	8.42.179	21.080.923	15.973.289	506.145	23.226.115	17.529.949	2.701.941	354.288.369
Adições	62.111.000	1.809.673	3.338.466	204.041	8.812.18	7.688.830	4.43.383	14.668.141	156.32.484	15.372.500	68.110.136
Baixas do imobilizado	(652.418)	(139.996)	(163.984)	(35.507)	(8.112.5)	(10.46.423)	(17.939)				(2.989.392)
Transferências (inclusive de intangível)		12.120.591	2.812.763		(49.130)	(2.930)		53.652.337	(27.710.910)	(17.889.440)	
Baixa de depreciação por alienação		1.275	12.759	30.706	3.081.7	8.99.401	137.18				1.492.096
Encargos de depreciação	(974.924)	(6.179.585)	(84.586)	(154.421)	(13.53.124)	(2.8.934)					(10.375.284)
Em 31 de dezembro de 2011	R\$ 2.665.391	35.923.361	91.904.986	916.833	27.366.582	22.109.043	700.793	43.259.493	5.445.342	18.500.1	410.546.825
Em 31 de dezembro de 2011	R\$ 2.665.391	35.923.361	91.904.986	916.833	27.366.582	22.109.043	700.793	43.259.493	5.445.342	18.500.1	410.546.825
Custo o valor estimado	(8.667.676)	(59.854.383)	(99.8.760)	(37.600.090)	(29.824.87)	(153.084)					(118.634.100)
Depreciação acumulada	R\$ 2.665.391	35.923.361	91.904.986	916.833	27.366.582	22.109.043	700.793	43.259.493	5.445.342	18.500.1	410.546.825

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



- (i) As aquisições de máquinas e equipamentos referem-se substancialmente a compras de ternos de moenda; as adições em edificações e benfeitorias referem-se à construção de uma casa de energia elétrica e modificações na extração de caldo. Essas obras visam a ampliação da capacidade de geração de energia elétrica e aumento na capacidade de moagem.
- (ii) Obras em andamento

Em 31 de dezembro de 2011, as principais obras em andamento, apresentadas abaixo, estão relacionadas ao aumento da capacidade produtiva instalada na unidade Vista Alegre do Alto-SP e construção da unidade Aporé-GO.

	31 de dezembro de 2011
Na unidade Vista Alegre do Alto - SP	
Fábrica de adubo líquido	445.018
Turbina a vapor para geração de energia elétrica	2.162.511
Tratamento de efluentes	693.094
Destilaria	6.024.739
Estação de tratamento de água	1.596.042
Pavimentação de acessos à usina	491.809
Rede de hidrantes	2.773.414
Subestação e linhas de transmissão	13.633.430
Ternos de moenda	3.858.065
Outras obras em andamento	89.982
	31.768.104
Na unidade Aporé-GO	
Residências	314.427
Posto de combustíveis	379.912
Destilaria e fermentação	2.599.015
Moenda	1.131.770
Tratamento de caldo	1.600.576
Laboratório e PCTS	127.274
Poço artesiano	191.954
Balança	339.535
Almoxarifado e utilidades	561.894
Lavador de veículos	421.165
Outras obras em andamento	3.823.867
	11.491.389
	43.259.493

Em 31 de dezembro de 2011, os custos capitalizados relacionados às obras em andamento totalizavam R\$ 1.595.915 (2010 - R\$ 626.445).

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



(iii) Adiantamentos a fornecedores

Composto substancialmente por adiantamentos relacionados à compra de gerador de energia para ampliação do sistema de coogeração de energia elétrica.

(b) **Custo atribuído (*deemed cost*)**

A Empresa optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*), ajustando os saldos de terras e terrenos em 1º de janeiro de 2009, quando da adoção pela primeira vez da segunda onda de pronunciamentos contábeis pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A adoção do *deemed cost* resultou em complemento do saldo de terras e terrenos de R\$ 41.937.774 (R\$ 27.678.931, líquidos dos efeitos tributários), ajustado em contrapartida da rubrica Ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido (Nota 25 (c)).

Em 31 de dezembro de 2011, esses efeitos representaram complemento total no ativo imobilizado em R\$ 122.772.004 (o mesmo em 2010) e no patrimônio líquido R\$ 81.028.638 (o mesmo em 2010) líquidos dos efeitos tributários.

Em conjunto com a remensuração dos referidos custos, também foram reavaliadas as vidas-úteis dos ativos ao final do exercício de 2010, com a contratação de empresa especializada em avaliação de ativos. Ao final de 2011, a administração revisou essas taxas e concluiu que continuam válidas. Os bens adquiridos durante o exercício de 2011 foram submetidos à avaliação de engenheiros internos que estabeleceram as vidas úteis para os bens novos. Essas taxas foram utilizadas para depreciação dos itens nas demonstrações financeiras.

(c) **Valor recuperável (*impairment*)**

Uma vez que o prazo para conclusão do projeto Aporé foi alongado, a Empresa efetuou teste de *impairment* detalhado para os investimentos efetuados na unidade geradora de caixa Aporé-GO.

Esses testes consideraram os investimentos efetuados em ativos imobilizados, ativos biológicos e custos incorridos com arrendamentos.

Na análise de *impairment* nessa unidade, a Empresa concluiu que não há ajustes a serem efetuados no ativo imobilizado, em função da natureza dos investimentos efetuados. A Empresa identificou a necessidade de baixa de determinados gastos com adiantamento a fornecedores de cana por conta de contratos de arrendamento de terras no montante de R\$ 1.728.069 (2010 – R\$ 2.358.168), ajustado em contrapartida de Outras receitas (perdas), líquidas (Nota 29). Não foi identificada a necessidade de baixa por *impairment* das lavouras de cana-de-açúcar, as quais estão sendo apresentadas a valor justo (Nota 11).

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



18 Intangível

	Direito de uso de <i>softwares</i>	Direito de uso de terras	Total
Em 1º de janeiro de 2010			
Custo	981.382		981.382
Amortização acumulada	(786.689)		(786.689)
	<u>194.693</u>		<u>194.693</u>
Em 1º de janeiro de 2010	194.693		194.693
Adições	54.858	412.766 (i)	467.624
Transferências (inclusive do ativo imobilizado)	28.350		28.350
Encargos de amortização	(167.965)		(167.965)
Em 31 de dezembro de 2010	<u>109.936</u>	<u>412.766</u>	<u>522.702</u>
Em 31 de dezembro de 2010			
Custo	1.064.590	412.766	1.477.356
Amortização acumulada	(954.654)		(954.654)
	<u>109.936</u>	<u>412.766</u>	<u>522.702</u>
Em 31 de dezembro de 2010	109.936	412.766	522.702
Adições	11.588	1.151.495 (i)	1.163.083
Baixas do intangível		(55.283)	(55.283)
Encargos de amortização	(86.915)	(150.660)	(237.575)
Em 31 de dezembro de 2010	<u>34.609</u>	<u>1.358.318</u>	<u>1.392.927</u>
Em 31 de dezembro de 2011			
Custo	1.076.178	1.564.261	2.585.156
Amortização acumulada	(1.041.569)	(150.660)	(1.192.229)
	<u>34.609</u>	<u>1.413.601</u>	<u>1.392.927</u>

(i) Refere-se a direito de uso de terra para uso como área de preservação ambiental. O referido montante é amortizado com base no prazo de vigência do contrato.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



19 Fornecedores

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
De ativo imobilizado	4.348.631	3.257.284
De matéria-prima (i)		
De partes relacionadas	89.670	243.950
De terceiros	13.601.161	15.980.508
Diversos (ii)		
De partes relacionadas	32.213	23.876
De terceiros	11.132.815	7.851.782
	29.204.490	27.357.400

(i) Os saldos a pagar aos fornecedores de cana estão atrelados ao índice ATR divulgado pelo Consecana e serão liquidados até abril de 2012.

(ii) O saldo de fornecedores diversos é composto por compras de fertilizantes, defensivos e corretivos.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



20 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

	<u>Indexador</u>	<u>Taxa efetiva</u>	<u>Moeda</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Moeda Nacional					
Finame BNDES-PSI		4,5 % a 10 % a.a.	R\$	55.970.440	32.841.678
Finame (Modêrofrota, Modêro ma q)	TJLP	1,26 % a 10,75 % a.a.	R\$	8.422.661	19.123.637
Recursos para custeio agrícola		6,75 % a.a.	R\$	520.177	5.261.539
PROCER - Programa de Crédito Especial Rural		11,25 % a.a.	R\$	2.344.263	4.090.980
PASS - Programa de Apoio ao Setor Sucoalcooleiro		9 % a.a.	R\$		6.424.223
PEC - Programa Especial de Crédito	TJLP	7,5 % a.a.	R\$	6.411.381	14.959.889
PESA - Securitização (i)	IGPM	9,5 % a.a.	R\$	2.187.149	2.261.884
Leasing		10,55 % a.a.	R\$	<u>193.133</u>	<u>919.011</u>
				<u>76.049.204</u>	<u>85.882.841</u>
Moeda Estrangeira					
ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio	Fixo	3,70 % a 8,5 % a.a.	US\$		19.433.244
	Fixo	3,5 % a 4,32 % a.a.	US\$	26.519.001	
NCE - Nota de Crédito de Exportação	Fixo	4,90 % a 6,2 % a.a.	US\$	41.255.200	41.033.311
	Libor	4,60 % a.a.	US\$	76.420.076	
PPE - Pré Pagamento de Exportação	Fixo	9,50 %	US\$	10.739.934	18.690.794
PPE - Pré Pagamento de Exportação	Libor	1,38 % a 5 % a.a.	US\$	<u>101.335.396</u>	<u>105.928.202</u>
				<u>256.269.607</u>	<u>185.085.551</u>
				332.318.811	270.968.392
No passivo circulante				<u>(102.397.965)</u>	<u>(109.751.594)</u>
No passivo não circulante				<u>229.920.846</u>	<u>161.216.798</u>

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



(i) Com base na Resolução nº. 2.471/98 do Banco Central do Brasil e outros diplomas legais vigentes, a Empresa securitizou em 1998, 1999 e 2000 a dívida assegurada junto às instituições financeiras, através de aquisição, no mercado secundário, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, com o garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Os financiamentos securitizados estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante o resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras. Referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O desembolso da Empresa durante os 20 anos de vigência dessa securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 7,57% a 8,45% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, limitado a 9,5% ao ano até a data do pagamento anual. Essa obrigação, ajustada a valor presente, foi registrada nas demonstrações financeiras, na data de transição para os CPCs – 1ª onda, em 1º de janeiro de 2008.

(b) Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens e valores de diretores e hipoteca de terras.

(c) Vencimento da dívida

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento.

<u>Ano</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
2012		81.044.204
2013	77.764.478	49.140.373
2014	63.396.396	20.630.666
2015	42.547.185	5.428.241
2016 a 2019	46.212.787	4.973.314
	<u>229.920.846</u>	<u>161.216.798</u>

(d) Cláusulas restritivas “covenants”

Alguns contratos de empréstimos contêm cláusulas restritivas anuais e exigem que a Empresa mantenha certos índices financeiros dentro dos parâmetros estabelecidos. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Empresa está cumprindo todas as cláusulas exigidas, sendo:

(i) Liquidez corrente igual ou superior a 0,9;

(ii) Dívida Líquida/Patrimônio líquido: menor ou igual a 1,8;

(iii) Ebitda/Despesas financeiras, líquidas maior ou igual a 2;

(iv) Dívida Líquida/Capacidade de Moagem: menor ou igual a R\$80,00 (oitenta reais) por tonelada de capacidade de moagem de cana de açúcar; e

(v) Dívida Líquida/Ebitda: menor ou igual a 3, 3,5, 3,8 e 4,5.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



Sendo que

“Dívida Líquida” significa, em qualquer data, a Dívida Bancária deduzida de caixa e aplicações financeiras deliquidez imediata;

“Dívida Bancária” significa, em qualquer data, o somatório de (i) todos os valores em dinheiro tomados em empréstimo ou financiamento e contabilizados no balanço como dívidas bancárias de curto e longo prazo e seus respectivos juros e demais encargos, inclusive moratórios, quando devidos; (ii) a exposição líquida de quaisquer transações com derivativos; (iii) desconto de duplicatas, cessão de créditos, vendor, leasing, assunção de dívidas ou compromissos; (iii) o valor de quaisquer notas, títulos, debêntures, empréstimos ou demais títulos e valores mobiliários devidos ou pagáveis e seus respectivos juros e demais encargos, inclusive moratórios, quando devidos; (iv) avais e outras garantias prestadas a terceiros;

“Capacidade de Moagem” significa, em qualquer data, a capacidade total de processamento de cana de açúcar das usinas do grupo econômico da Devedora em uma safra, cujo valor inicial estabelecido, nesta data, é de 1,5 milhão de toneladas de cana de açúcar para o projeto da Unidade Apore e de 3,5 milhões de toneladas de cana de açúcar para a Unidade Vista Alegre. O valor da Capacidade de Moagem pode ser alterado caso a Devedora comprove o novo valor mediante apresentação de laudo aceito pelo Credor; e

“Ebitda” significa, em qualquer data, relativo ao período dos últimos 12 (doze) meses, o lucro (ou prejuízo) líquido sendo desconsideradas as despesas e receitas financeiras, as provisões para imposto de renda e contribuição social, as despesas e receitas não operacionais, a equivalência patrimonial, a depreciação e a amortização.

(e) Capitalização de juros

Do total dos encargos financeiros auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o montante de R\$ 1.595.915 (2010 - R\$ 626.445) foram considerados como custo do ativo imobilizado em andamento (Nota 17).

(f) Valor justo dos passivos bancários

O valor justo dos empréstimos e financiamentos equipara-se ao valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada em taxas de mercado para operações similares firmadas ou cotadas em data próxima ao encerramento do exercício.

21 Adiantamentos de clientes

Refere-se a antecipações recebidas de empresas comerciais exportadoras e do mercado interno para (i) aquisição de açúcar a serem entregues nos próximos meses no montante de R\$ 714.782 (2010 - R\$ 9.462.545); (ii) adiantamentos para compra de energia elétrica no montante de R\$ 5.846.900 (2010 - R\$ 1.293.958) e (iii) outros produtos derivados, no montante de R\$ 222.042 (2010 - R\$ 420.395). Em 2010, também havia saldo de adiantamentos efetuados por clientes para a aquisição de etanol no montante de R\$ 969.289.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



22 Tributos a recolher

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Parcelamento de ICMS	160.881	192.544
IOF		59.780
INSS sobre faturamento	178.391	666.543
IRRF	1.605.449	1.197.657
ISS	35.976	84.834
INSS sobre compras de produtos	242.179	86.306
Contribuição confederativa	106.130	46.721
Outros	49.035	197.574
	2.378.041	2.531.959
Passivo circulante	(2.245.145)	(2.371.079)
Passivo não circulante	132.896	160.880

23 Tributos parcelados - Lei 11.941/09

(a) Composição e movimentação dos saldos

	31 de dezembro de 2010	Adição	Pagamentos	Juros do período	31 de dezembro de 2011
PIS e COFINS		2.386.559			2.386.559
IPI	9.896.492		10.203.724	1.061.540	2.079.327
	9.896.492	2.386.559	10.203.724	1.061.540	4.465.886
Circulante	(7.011.207)				(4.465.886)
Não circulante	2.885.285				
	31 de dezembro de 2009	Adição	Pagamentos	Juros do período	31 de dezembro de 2010
IPI	5.102.073	4.794.419			9.896.492
Circulante	(3.244.767)				(7.011.207)
Não circulante	1.857.306				2.885.285

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



Anteriormente à adesão ao parcelamento, a Empresa mantinha passivos registrados para fazer face a esses débitos, registrados com Tributos a recolher ou Provisão para contingências. Considerando esses passivos registrados, a inclusão desses débitos tributários no parcelamento representaram os seguintes efeitos nas demonstrações financeiras da Empresa:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Registrado contabilmente antes da aderência ao parcelamento	4.130.791	3.140.333
Saldo a recolher	<u>2.386.559</u>	<u>9.896.493</u>
Outros ganhos (perdas) líquidos	<u>1.744.232</u>	<u>(6.756.160)</u>

Os referidos parcelamentos foram homologados em junho de 2011.

Os efeitos da inclusão do PIS e da COFINS no parcelamento foram registrados integralmente em 2011 na rubrica Outros ganhos (perdas) líquidos na demonstração do resultado (Nota 29). Os efeitos do IPI foram refletidos parcialmente em 2009 e parcialmente em 2010.

Esses parcelamentos estão sendo amortizados em 12 meses, encerrando em 30 de abril de 2012.

Como consequência da adesão ao parcelamento, a Empresa obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, consequentemente, perdas dos benefícios anteriores mencionados. Referida desistência dos processos foi protocolada na Secretaria da Receita Federal.

24 Salários e encargos sociais

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Salários a pagar	1.204.193	922.073
Férias a pagar	4.772.324	3.651.812
Encargos sobre férias	663.772	506.610
Encargos sobre folha de pagamento	<u>2.042.494</u>	<u>1.557.359</u>
	<u>8.682.783</u>	<u>6.637.854</u>

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



25 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital está representado por quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, pertencentes aos seguintes quotistas residentes no país:

Quotistas	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Guimar Della Togana Nardini	87.992.843	83.914.129
Valéria Nardini	11.493.151	10.960.426
Riccardo Nardini	13.227.704	12.614.593
Paola Nardini	11.493.151	10.960.426
Flávia Nardini Souto	11.493.151	10.960.426
	135.700.000	129.410.000

Conforme aprovada na ata de reunião dos sócios de 14 de dezembro de 2011 e 17 de novembro de 2010, os sócios integralizaram capital nessas respectivas datas com recursos mantidos em Adiantamentos para futuro aumento de capital nos montantes de R\$ 5.015.000 e R\$ 6.290.000, respectivamente.

(b) Juros sobre o capital próprio

A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os sócios da Empresa é reconhecida com um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa, após determinada pelos sócios.

A Empresa calculou e distribuiu juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 9.800.000 (2010 – R\$ 7.400.000), sendo R\$ 8.330.000 (2010 – R\$ 6.290.000) líquido dos efeitos tributários, conforme aprovado pelos sócios na reunião dos sócios de 14 de dezembro de 2011 e 17 de novembro de 2010. Conforme aprovação na mesma ata, esses recursos foram, posteriormente, utilizados para adiantamento para futuro aumento de capital.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Correspondente a reavaliação de terras e terrenos, em 2007, no montante de R\$ 53.117.788, líquido dos efeitos tributários, complementada por ajustes para recomposição do custo de terras e terrenos, avaliados ao valor justo na data de transição das demonstrações financeiras para os novos CPCs no montante de R\$ 27.910.850, líquido dos efeitos tributários.

É realizada com base nas baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e os montantes apurados na realização são transferidos para Lucros acumulados.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



26 Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2011
Receita bruta		
Mercado Interno		
Açúcar (ii)	42.538.672	38.029.344
Etanol (ii)	115.048.559	112.060.932
Energia elétrica	8.716.409	7.493.123
Levedura	1.004.138	948.979
Gado bovino	5.458.472	5.762.159
Cana-de-açúcar (i)	8.400.378	9.442.076
Outros	859.708	1.861.572
	182.026.336	175.598.185
Mercado Externo		
Açúcar (ii)	216.916.631	181.820.886
Etanol (ii)	11.039.513	10.741.356
Levedura	237.199	770.891
Performance (soja)		9.010.069
	228.193.343	202.343.202
Resultado de operações com derivativos	3.766.962	(3.362.205)
Devoluções de vendas		(1.249.009)
Tributos sobre as vendas (iii)	(20.124.757)	(25.696.895)
	393.861.884	347.633.278

(i) Refere-se substancialmente a cana-de-açúcar da unidade de Apore (GO), a qual, por estar com a fábrica em fase de construção, vende a cana-de-açúcar colhida a terceiros.

(ii) O aumento nas vendas de açúcar e etanol está relacionado a aumento de preços.

(iii) A redução nos tributos e devoluções decorre substancialmente da diminuição no volume de etanol comercializado no mercado interno aliado à concentração das vendas de etanol anidro, cujo produto possui a incidência do ICMS diferido, sendo o recolhimento do ICMS de responsabilidade das distribuidoras de combustíveis.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



27 Despesas de vendas

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2011
Salários e encargos	1.212.903	1.554.661
Gastos com entrega de produtos (i)	13.995.990	16.091.075
Comissões	722.900	579.092
Serviços prestados por terceiros	830.455	1.174.302
Manutenção de frota e equipamentos	250.837	275.341
Depreciação	221.810	270.780
Gasto com terminais de porto e <i>demorage</i> (ii)	4.496.672	7.004.468
Perdas com contas a receber	8.559	264.778
Outras	245.401	391.134
	<u>21.985.527</u>	<u>27.605.631</u>

(i) A redução refere-se à maior utilização de transportes ferroviários e o menor volume de carga transportada.

(ii) A redução refere-se ao menor número de embarques em 2011 (volume menor de vendas) e esforço para redução de tempo de espera de navios para embarque.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



28 Despesas gerais e administrativas

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Salários e encargos (i)	7.768.060	6.316.222
Serviços prestados por terceiros:		
Vigilância patrimonial	1.862.855	1.419.764
Manutenção de hardware e software e internet	655.837	557.869
Outros serviços (ii)	2.389.878	1.494.615
Honorários dos administradores e salários da diretoria	838.943	801.000
Indenizações trabalhistas	535.068	554.007
Contribuições associativas e sindicais	585.560	718.896
Depreciação	413.646	481.405
Saúde e alimentação de funcionários	1.108.910	884.586
Despesas com cartório, taxas e emolumentos	458.005	604.820
Impostos e taxas	99.731	85.677
Telefone	276.919	207.155
Doações	230.000	190.000
Seguros	103.224	118.238
Viagens e estadias	156.358	216.883
Outras	1.838.687	1.353.754
	<u>19.321.681</u>	<u>16.004.891</u>

(i) O aumento em salários e encargos é reflexo do pagamento de horas “in itinere” dos colaboradores e dissídio coletivo de 8%.

(ii) Os Outros serviços prestados por terceiros referem-se substancialmente a serviços de consultoria tributária e contábil, auditoria externa, consultoria financeira e de tecnologia e honorários advocatícios.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



29 Outros ganhos (perdas), líquidos

		31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2011
	Nota		
Receita na venda de bens do ativo imobilizado		1.167.440	2.715.117
Custo na venda de bens do ativo imobilizado	17	(955.695)	(2.309.239)
Desconto sobre multa de parcelamento	23	977.424	292.467
Descontos sobre juros parcelamento	23	781.357	480.841
Juros sobre tributos incluídos no parcelamento	23	(1.611.277)	(1.202.102)
Multa de tributos incluídos no parcelamento	23	(1.086.027)	(166.563)
Reversão da provisão de contingência para PIS e COFINS	14 e 23	4.130.791	
Constituição de passivo - PIS e COFINS parcelados	23	(1.448.036)	
Baixa de arrendamentos por <i>impairment</i>	17	(1.728.069)	(2.358.168)
Outros		973.596	(2.065.092)
		<u>1.201.504</u>	<u>(4.612.739)</u>

30 Despesas financeiras, líquidas

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(16.152.731)	(16.382.457)
Variações cambiais passivas	(7.1613.113)	(24.002.366)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(7.407.277)	(3.430.460)
Tributos sobre operações financeiras	(126.650)	(469.165)
Outras	(2.684.699)	(2.205.587)
	<u>(97.984.470)</u>	<u>(46.490.035)</u>
Receitas financeiras		
Juros de instrumentos financeiros avaliados ao valor justo	4.698.093	1.563.392
Variação cambial ativa	44.720.353	33.186.419
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	9.374.762	2.878.376
Outras	1.104.766	783.433
	<u>59.897.974</u>	<u>38.411.620</u>
	<u>(38.086.496)</u>	<u>(8.078.415)</u>

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

**31 Despesas por natureza – Custos de produção**

Açúcar, álcool e outros derivados - aplicado em custo dos produtos vendidos	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Custo de produção		
Caná-de-açúcar consumida e vendida	216.836.454	217.057.285
Embalagens	2.003.375	3.378.733
Insumos	3.428.825	4.973.260
Salários e encargos	16.680.555	14.013.290
Manutenção em equipamentos e serviços prestados	16.295.099	17.005.142
Depreciação	6.741.675	8.795.635
Outras despesas com processo industrial	8.321.671	4.131.524
Outros custos	29.343.012	24.736.259
	299.650.666	294.091.128
(-) Variação dos estoques de acabados	(868.795)	(25.074.499)
(-) Variação dos custos de entressafra a apropriar	(2.836.633)	(5.905.628)
Custos dos produtos vendidos	295.945.238	263.111.001
Gado bovino - aplicado em custo dos produtos vendidos	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Custo de produção		
Compra de gado	607.202	2.674.917
Salários e encargos	271.690	287.985
Ração e medicamentos	1.337.600	1.166.842
Depreciação	59.387	69.281
Outros custos	486.932	1.119.607
	2.762.811	5.318.632
(+/-) Variação dos ativos biológicos	1.625.708	(723.441)
Custos dos produtos vendidos	4.388.519	4.595.191
Total geral dos custos dos produtos vendidos	300.333.757	267.706.192

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



32 Lucro líquido por quota

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Lucro líquido do exercício	29.891.274	53.968.631
Quantidade de quotas do final do exercício	135.700.000	129.410.000
Lucro líquido do exercício por quotas do capital social	0,22	0,42

33 Compromissos assumidos

(a) Contratos de arrendamentos rurais

A Empresa firmou contratos de arrendamentos de terras para exploração da cultura de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros, compreendendo o volume de aproximadamente 1,4 milhões de toneladas, que serão entregues até a safra 2022. O valor desembolsado em razão dessas aquisições é determinado a cada encerramento de safra pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo CONSECANA. A avaliação desse compromisso é estimada em R\$ 85,8 milhões por safra, considerando o preço médio da tonelada de cana-de-açúcar em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 61,43 por tonelada.

(b) Contratos de parceria agrícola

A Empresa também possui diversos contratos firmados com parceiros agrícolas para atividades que variam entre plantio, tratamentos culturais das lavouras e corte, carregamento e transporte de cana-de-açúcar.

(c) Contratos de venda futura de açúcar

Em 31 de dezembro de 2011, a Empresa mantém contratos firmados para venda, com preços a fixar, de 255.000 toneladas de açúcar VHP e Cristal, sendo 113.000 toneladas para entrega na safra 2012/2013, 54.000 toneladas para entrega na safra 2013/2014, 56.000 toneladas para entrega na safra 2014/2015 e 32.000 toneladas para a safra 2015/2016 e contratos firmados para venda, com preços já fixados, de 42.037 toneladas para ser entregue na safra 2012/2013.

(d) Contratos de venda futura de etanol

Em 31 de dezembro de 2011, a Empresa não mantém contrato firmado para venda com preços a fixar.



34 Cobertura de seguros

Os seguros da Empresa são contratados conforme política de seguros e garantias vigentes.

Em 31 de dezembro de 2011, a Empresa possui as seguintes coberturas de seguros:

- (i) Seguro da frota (danos corporais contra terceiros) com cobertura de R\$ 1.000.000 por evento para 395 veículos;
- (ii) Seguro da frota (danos morais e estéticos contra terceiros) com cobertura de R\$ 200.000 por evento para 395 veículos;
- (iii) Seguro da frota (danos materiais contra terceiros) com cobertura de R\$ 50.000 por evento para 395 veículos;
- (iv) Seguro da frota (danos materiais, corporais, morte acidental e invalidez por acidente do condutor e passageiros) com cobertura de R\$ 2.080.000 por evento para 06 ônibus Aporé;
- (v) Seguro da frota (casco) com cobertura no valor mercado para 97 equipamentos agrícolas finamizados;
- (vi) Seguro da frota (casco) com cobertura no valor mercado para 05 colhedoras;
- (vii) Seguro patrimonial com diversas coberturas no total de R\$ 117.512.000;
- (viii) Seguro de vida com cobertura múltiplo salarial de 10 vezes o salário nominal limitado a o máximo de R\$ 180.000 mais decessos.
- (ix) Seguro saúde dos sócios.

A Administração da Empresa considera os seguros contratados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

* * *

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Nardini Agroindustrial Ltda.
Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2012



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Nardini Agroindustrial Ltda.

Examinamos as demonstrações financeiras da Nardini Agroindustrial Ltda. (a "Empresa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Nardini Agroindustrial Ltda.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nardini Agroindustrial Ltda. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto, 8 de maio de 2013

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "PricewaterhouseCoopers".

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Eduardo Dias Vendramini".

Eduardo Dias Vendramini
Contador CRC 1SP220017/O-4

Relatório da Administração

Senhores quotistas:

Em cumprimento às disposições legais e contratuais, submetemos à apreciação de V.S.as os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, relativos aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

A Nardini encerrou a safra 12/13 com volume de 3,1 milhões de toneladas cana de açúcar processadas - crescimento de 19,1% em relação à safra 11/12 – dado a retomada da produtividade dos canaviais da unidade de Vista Alegre do Alto, sendo que os rendimentos agrícolas cresceram de 77 toneladas/ha na safra 2011/12 para 95 toneladas/ha, enquanto o conteúdo de açúcar foi mantido nos patamares de 140,5 kg de ATR/tonelada em 2012/13.

O mix de produção continuou principalmente voltado para a produção de açúcar na safra 2012/13 (68% contra 66% em 2011/12), em virtude da maior rentabilidade dos preços do açúcar em relação ao etanol. O volume de produção de açúcar, etanol e cogeração de energia elétrica cresceram 19,8%, 14,1% e 31,7%, totalizando 279 mil toneladas, 81 mil m3 e 79 GWh, respectivamente.

A receita líquida da Empresa alcançou R\$ 429,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, comparado a R\$ 393,9 milhões no mesmo período de 2011. Embora a produção de açúcar e etanol, em sacas equivalentes, tenha aumentado 18,0%, o aumento da comercialização desses produtos foi de 6,6%. Isso se dá em razão de (i) um menor volume de comercialização em 2012, em relação à produção no mesmo ano, e (ii) um maior volume comercializado em 2011 em relação à produção do mesmo ano.

Esse maior volume de vendas não compensou a queda nos preços de etanol, que acompanhada do aumento no CPV (+R\$30,6 milhões) levaram a uma redução de R\$ 115,1 milhões no lucro bruto de 2011 para R\$ 67,0 milhões em 31 de dezembro de 2012. O aumento no CPV foi principalmente causado pelo impacto do maior volume de moagem de cana.

As despesas comerciais e logísticas aumentaram 48,2% de R\$ 22,0 para R\$ 32,6 milhões, basicamente devido ao maior volume de vendas para exportações, cobranças de terminais portuários e pelo aumento nos custos unitário de frete.

O prejuízo líquido do exercício totalizou R\$ 24,1 milhões contra o lucro líquido de R\$ 29,9 milhões auferidos em 2011, substancialmente afetado em função: i) do resultado negativo obtido com mensurações de ativos biológicos ao valor justo, e ii) aumento das despesas financeiras com variação cambial (sem impacto no fluxo de caixa), devido a desvalorização cambial no período.

Com isso, o cálculo do EBITDA (desconsiderando os efeitos dos ajustes do ativo biológico), totalizou R\$ 112,7 milhões (Margem EBITDA de 26,2%), o que representou uma redução da margem em relação ao ano de 2011, que totalizou R\$ 146,7 milhões (Margem EBITDA de 37,2%). O cálculo do EBITDA é demonstrado como segue:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
EBITDA		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(41.993.671)	37.473.632
Depreciação	14.182.356	10.612.859
Despesas financeiras	53.105.591	38.086.496
Valorização do ativo biológico	35.716.956	15.674.987
Amortização das lavouras e dos tratos culturais	56.172.004	44.230.459
Parcela não realizada da valorização do produto agrícola ao valor justo	(4.509.669)	647.682
	<u>112.673.567</u>	<u>146.726.115</u>

Os investimentos somaram R\$ 146,8 milhões no exercício de 2012, comparado a R\$ 134,7 milhões no ano anterior. Na unidade de Vista Alegre do Alto, os investimentos realizados na planta industrial para a expansão da moagem de cana-de-açúcar proporcionaram uma melhor extração do caldo, além do aumento da quantidade de energia elétrica comercializada. Na área agrícola, o plantio respondeu por grande parte dos investimentos da Empresa, sendo que, em 2012 foram plantados 9.000 hectares (40% de expansão e 60% de renovação) na unidade de Vista Alegre do Alto, fato este que gera a perspectiva de moagem de aproximadamente 3,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na safra 13/14. Na unidade de Aporé/GO, foram realizados investimentos no plantio de cana-de-açúcar e na infraestrutura para receber os equipamentos a serem disponibilizados no processo de expansão da unidade Vista Alegre do Alto, estando a colheita da cana-de-açúcar estimada em 700 mil toneladas e possuindo contrato de comercialização com duas unidades industriais localizadas nas proximidades dessa unidade.

Nesse ínterim, o endividamento líquido da Empresa atingiu R\$ 381,3 milhões em dezembro/12, o que representou um aumento de 26,1% (R\$ 79,0 milhões) em relação a dezembro/11, cujo montante era de R\$ 302,3 milhões. Os principais fatores que contribuíram para o aumento do endividamento da Empresa no período se referem: i) aumento dos investimentos, especialmente em lavouras; e ii) elevação da taxa de câmbio no encerramento do mês dezembro/12 de R\$ 2,0435 contra R\$ 1,8758 no final de 2011, elevando o saldo da dívida em moeda estrangeira.

Em relação aos investimentos em Aporé, os financiamentos do BNDES, inicialmente previstos para a implantação do projeto não foram concluídos e a Empresa optou em postergar novos investimentos na unidade. Dessa forma, as fontes de financiamentos foram revisadas e passaram a contemplar maior volume de recursos junto ao BNDES e ao mercado financeiro, os quais garantirão uma estrutura de capital e liquidez adequadas para suportar tais investimentos. Esta nova estrutura de financiamento está em curso de negociação e, com isso, novos investimentos serão realizados somente quando ocorrer a contratação de todos os recursos previstos.

O início da safra 2013/2014 está previsto para 09 de abril de 2013 e o término está previsto para 30 de novembro de 2013.

Agradecemos aos nossos colaboradores, clientes, fornecedores, instituições financeiras e aos quotistas, sem os quais não teríamos conquistado nossos objetivos.

Diretoria

Riccardo Nardini

Natalin A. Natalício

Índice

Balancos patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Informações gerais	9
2 Resumo das principais políticas contábeis	9
2.1 Base de preparação	9
2.2 Conversão de moeda estrangeira	9
2.3 Caixa e equivalentes de caixa	10
2.4 Ativos financeiros	10
2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge	12
2.6 Contas a receber de clientes	13
2.7 Estoques	13
2.8 Adiantamentos a fornecedores.....	13
2.9 Ativos intangíveis.....	14
2.10 Imobilizado	14
2.11 Ativos biológicos	15
2.12 <i>Impairment</i> de ativos não financeiros	15
2.13 Contas a pagar aos Fornecedores.....	15
2.14 Empréstimos e financiamentos.....	16
2.15 Arrendamento mercantil financeiro	16
2.16 Provisões	16
2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	17
2.18 Benefícios a empregados	17
2.19 Reconhecimento da receita	17
2.20 Receitas e despesas financeiras.....	18
2.21 Demais receitas e despesas.....	18
2.22 Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio	18
2.23 Aspectos ambientais	18
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticas	19
4 Gestão de risco financeiro.....	20

5	Instrumentos financeiros.....	24
6	Caixa e equivalentes de caixa.....	25
7	Instrumentos financeiros derivativos	25
8	Contas a receber de clientes.....	26
9	Estoques.....	27
10	Ativos biológicos.....	28
11	Tributos a recuperar.....	30
12	Impostos de renda e contribuição social.....	31
13	Provisão para contingências e depósitos judiciais	33
14	Instrumentos financeiros disponíveis para venda	34
15	Informações sobre partes relacionadas	35
16	Imobilizado.....	36
17	Intangível.....	39
18	Fornecedores	40
19	Empréstimos e financiamentos	41
20	Adiantamentos de clientes.....	43
21	Tributos a recolher	43
22	Tributos parcelados - Lei 11.941/09	44
23	Salários e encargos sociais	45
24	Patrimônio líquido	46
25	Receitas	47
26	Despesas de vendas.....	48
27	Despesas gerais e administrativas.....	49
28	Outros ganhos (perdas), líquidos	50
29	Despesas financeiras, líquidas.....	50
30	Despesas por natureza – Custos de produção	51
31	Lucro líquido (prejuízo) por quota.....	52
32	Compromissos assumidos	52
33	Cobertura de seguros	53

Nardini Agroindustrial Ltda.**Balanco patrimonial**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Nota	2012	2011
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	64.999.009	29.993.135
Instrumentos financeiros derivativos	7	1.997.721	43.592
Contas a receber de clientes	8	39.560.568	8.967.024
Adiantamentos a fornecedores		854.302	1.566.982
Estoques	9	123.869.974	121.612.809
Ativos biológicos - gado	10	1.015.234	834.208
Tributos a recuperar	11	11.313.734	24.239.505
Outros ativos		2.132.548	1.923.905
		<u>245.743.090</u>	<u>189.181.160</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	11	18.731.270	2.344.011
Depósitos judiciais	13	3.154.847	3.240.520
Instrumentos financeiros disponível para venda	14	757.311	690.680
Partes relacionadas	15		5.164.481
Outros ativos		454.495	485.214
		<u>23.097.923</u>	<u>11.924.906</u>
Ativos biológicos - cana-de-açúcar	10	101.172.552	97.756.223
Imobilizado	16	445.651.598	410.546.825
Intangível	17	2.787.733	1.392.927
		<u>572.709.806</u>	<u>521.620.881</u>
Total do ativo		<u>818.452.896</u>	<u>710.802.041</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Balanço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2012	2011
Circulante			
Fornecedores	18	38.782.369	29.204.490
Empréstimos e financiamentos	19	128.535.632	102.397.965
Adiantamentos de clientes	20	42.398.205	6.783.726
Instrumentos financeiros derivativos	7	2.412.101	3.598.563
Tributos a recolher	21	704.621	2.245.145
Tributos parcelados - Lei 11941/09	22		4.465.886
Salários e encargos sociais	23	10.487.729	8.682.783
Lucros a distribuir e juros sobre capital próprio a pagar	24 (b)	16.222.326	4.618.034
Outros passivos		554.643	580.559
		<u>240.097.626</u>	<u>162.577.151</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	19	319.748.463	229.920.846
Tributos a recolher	21	104.914	132.896
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	19.701.321	37.623.872
Provisão para contingências	13	4.110.704	4.354.059
Lucros a distribuir e juros sobre capital próprio a pagar	24 (b)		2.722.327
Outros passivos		290.100	
		<u>343.955.502</u>	<u>274.754.000</u>
Total do passivo		<u>584.053.128</u>	<u>437.331.151</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	24 (a)	159.121.274	135.700.000
Ajustes de avaliação patrimonial	24 (c)	80.948.271	81.028.638
Adiantamento para futuro aumento de capital	24 (a)		8.330.000
Lucros acumulados		(5.669.777)	48.412.252
Total do patrimônio líquido		<u>234.399.768</u>	<u>273.470.890</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>818.452.896</u>	<u>710.802.041</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nardini Agroindustrial Ltda.**Demonstração de resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2012	2011
Operações continuadas			
Receita	25	429.677.299	393.861.884
Custo dos produtos vendidos	30	(358.031.235)	(300.868.825)
Resultado com mensurações de ativos biológicos ao valor justo	10	(35.716.956)	(15.674.987)
Resultado com mensurações de produto agrícola ao valor justo	10	31.093.428	37.812.692
Lucro bruto		67.022.536	115.130.764
Despesas de vendas	26	(32.631.918)	(21.985.527)
Despesas gerais e administrativas	27	(21.153.804)	(18.786.613)
Outros ganhos (perdas), líquidos	28	(2.124.894)	1.201.504
Lucro operacional		11.111.920	75.560.128
Receitas financeiras		59.503.721	59.897.974
Despesas financeiras		(112.609.312)	(97.984.470)
Despesas financeiras, líquidas	29	(53.105.591)	(38.086.496)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(41.993.671)	37.473.632
Imposto de renda e contribuição social	12	17.922.549	(7.582.358)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(24.071.122)	29.891.274
Lucro líquido (prejuízo) do exercício por quotas do capital social		(0,15)	0,22

Em 2012 e em 2011, não há outros componentes do resultado abrangente além do lucro líquido (prejuízo) do exercício, motivo pelo qual não estão sendo apresentadas as demonstrações do resultado abrangente.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Em reais



	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2011		129.410.000	6.290.000	81.028.638	28.320.978	245.049.616
Integralização de capital	24 (a)	6.290.000	(6.290.000)			
Adiantamento para futuro aumento de capital	24 (b)		8.330.000			8.330.000
Lucro líquido do exercício					29.891.274	29.891.274
Distribuição de juros sobre o capital próprio (R\$ 0,0722 por quota)	24 (b)				(9.800.000)	(9.800.000)
Em 31 de dezembro de 2011		135.700.000	8.330.000	81.028.638	48.412.252	273.470.890
Integralização de capital	24 (a)	23.421.274	(8.330.000)		(15.091.274)	
Alienação de bens reavaliados				(80.367)	80.367	
Prejuízo do exercício					(24.071.122)	(24.071.122)
Distribuição de lucros acumulados	24 (b)				(5.000.000)	(5.000.000)
Distribuição de juros sobre o capital próprio (R\$ 0,0314 por quota)	24 (b)				(10.000.000)	(10.000.000)
Em 31 de dezembro de 2012		<u>159.121.274</u>	<u>8.330.000</u>	<u>80.948.271</u>	<u>(5.669.777)</u>	<u>234.399.768</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nardini Agroindustrial Ltda.



Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(41.993.671)	37.473.632
Ajustes de:			
Depreciação e amortização	16 e 17	14.182.356	10.612.859
Amortização de ativo biológico cana-de-açúcar (colheita)	10 (b)	56.172.004	44.230.459
Resultado com venda/baixa de ativo imobilizado	28	111.663	385.139
Ganhos ou perdas com instrumentos derivativos	7	(3.140.591)	(3.186.599)
Constituição (reversão) de provisão para contingências	13	(258.699)	(3.399.317)
Constituição de provisão para perdas com estoques	9	674.607	400.948
Resultado da avaliação a valor justo do ativo biológico - cana-de-açúcar	10 (b)	35.712.414	13.171.883
Resultado da avaliação a valor justo do ativo biológico - gado	10 (a)	4.542	2.503.104
Resultado não realizado da valorização do produto agrícola ao valor justo		(4.509.669)	647.682
Juros sobre mútuo		(691.888)	(576.971)
Juros sobre empréstimos e financiamentos		23.180.108	16.152.731
Variação no capital circulante			
Contas a receber de clientes		(30.593.544)	5.118.351
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado			6.601.805
Adiantamento a fornecedores		712.680	(1.188.919)
Estoques		1.577.897	(11.211.264)
Ativo biológico - gado		(185.568)	1.625.893
Tributos a recuperar		(3.461.488)	(8.775.620)
Depósitos judiciais		101.017	(183.904)
Outros ativos		(177.924)	(279.918)
Fornecedores		9.577.879	1.847.090
Tributos a recolher		(3.068.506)	(1.623.918)
Adiantamentos de clientes		35.614.477	(5.362.461)
Tributos parcelados - Lei 11941/09		(4.465.886)	(5.430.606)
Salários e encargos sociais		1.804.946	2.044.929
Outros passivos		264.184	226.856
Caixa gerado nas operações		87.143.340	101.823.864
Juros pagos		(10.419.606)	(14.683.781)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(11.813.637)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		76.723.734	75.326.446
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	28	710.165	1.167.440
Aquisição de imobilizado e intangível	16 e 17	(51.503.763)	(69.294.119)
Aquisição de ativos biológicos - cana-de-açúcar (plantio e tratamentos culturais)	10 (b)	(95.300.747)	(65.437.602)
Investimentos disponíveis para venda		(66.631)	(22.392)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(146.160.976)	(133.586.673)

Nardini Agroindustrial Ltda.**Demonstração dos fluxos de caixa**
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(Continuação)

	Nota	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Partes relacionadas	15	5.856.369	(1.450.182)
Empréstimos e financiamentos	19	103.204.782	59.881.469
Lucros distribuídos		<u>(4.618.035)</u>	<u>(5.652.426)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		<u>104.443.116</u>	<u>52.778.861</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		35.005.874	(5.481.366)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	<u>29.993.135</u>	<u>35.474.501</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	<u><u>64.999.009</u></u>	<u><u>29.993.135</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



1 Informações gerais

- (a) A Empresa tem como atividades preponderantes a exploração agrícola da cultura de cana-de-açúcar, a industrialização e comercialização de açúcar (VHP, cristal e refinado), etanol (anidro e hidratado) e outros produtos derivados da cana-de-açúcar, cogeração e comercialização de energia elétrica e confinamento de gado bovino.
- (b) A Empresa está investindo em uma nova planta operacional, situada no município de Aporé-GO. Os investimentos efetuados no plantio de lavouras de cana-de-açúcar desde 2007 montaram a R\$ 36 milhões e os investimentos já realizados na unidade industrial montaram a cerca de R\$ 30 milhões. Presentemente, a Empresa está trabalhando na busca de captação de recursos para a finalização dos referidos investimentos. A cana-de-açúcar produzida em Aporé vem sendo vendida a terceiros. Devido à postergação da finalização da construção da indústria, a cana-de-açúcar que vem sendo produzida anualmente em Aporé vem sendo vendida a terceiros.

Na safra 2012/2013, a Empresa moeu 3,082 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, sendo 59% proveniente de lavouras próprias e parcerias agrícolas e 41% de fornecedores terceiros (safra 2011/2012 – 2,587 milhões).

- (c) A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Empresa em 30 de abril de 2013.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

(a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigindo a partir de 2012 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação da Empresa.



(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos financeiros de curto prazo e de alta liquidez, com vencimento original de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas, quando utilizadas, são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Empresa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados no mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem “Contas a receber de clientes” (Nota 8), “Partes relacionadas” (Nota 15), “Caixa e equivalentes de caixa” (Nota 6) e “Outros ativos”.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria anterior. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Despesas financeiras, líquidas" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Despesas financeiras, líquidas".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Empresa, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que o credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou

- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Empresa avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge

Inicialmente os derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são subsequentemente remensurados ao valor justo. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Receitas (despesas) financeiras".

Os derivativos são apresentados como Ativo circulante quando o valor justo é positivo e como um Passivo circulante quando o valor justo é negativo.

O valor justo dos derivativos de açúcar é determinado pela aplicação de técnicas de avaliação baseada em cotações de mercado ativo. A Empresa utiliza derivativos listados na Bolsa de Nova Iorque (New York Board Of Trade) e, eventualmente, realiza operações de balcão (OTCs – *Over the counter*).

A Empresa não tem por prática a adoção de contabilidade de *hedge*.



2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Matérias primas e materiais de uso e consumo são reconhecidos inicialmente pelo preço de compra acrescido de outros custos incorridos na colocação dos estoques no local e nas condições em que se encontram atualmente (transporte, comissões, trânsito, etc.).

A principal matéria-prima utilizada na produção do açúcar e do etanol, a cana-de-açúcar, por ser um produto agrícola, está sujeita à avaliação ao seu valor justo no momento da colheita.

Os custos incorridos com a manutenção do parque industrial e a depreciação do período de entressafra são levados aos estoques e apropriados ao custo de produção do açúcar e do álcool no decorrer da próxima safra.

Os produtos da colheita (cana-de-açúcar) dos ativos biológicos (lavouras de cana-de-açúcar) são mensurados pelo seu valor justo.

2.8 Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores são registrados pelos valores de custo.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



2.9 Ativos intangíveis

(a) Software

As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável dos *softwares* de 3 a 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(b) Direito de uso de terra

Correspondem a valores pagos a proprietários de terras para uso das mesmas como reserva ambiental (reserva legal). Esses ativos são amortizados pelo prazo de vigência dos referidos contratos.

2.10 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, e ou reavaliação até 31 de dezembro de 2007, menos a depreciação acumulada.

O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, exceto se incorridos no período de entressafra; estes são alocados nos Estoques e apropriados ao custo de produção da safra seguinte (Nota 2.7).

A Empresa optou por atribuir novo custo (*deemed cost*) a terras em 1º de janeiro de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido (Nota 16 (b)). A mensuração do novo custo foi realizada por empresa especializada, e contou com engenheiros experientes e com competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, cuja média ponderada é apresentado como segue:

	Em anos
Edifícios e benfeitorias	22
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	8
Veículos	5
Máquinas e implementos agrícolas	5
Softwares	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 **Em reais, exceto quando indicado de outra forma**



O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que o seu valor recuperável estimado (Nota 2.12).

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros ganhos (perdas), líquidos” na demonstração do resultado.

2.11 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Empresa compreendem as lavouras de cana-de-açúcar, cujo produto da colheita – cana-de-açúcar – é utilizado como matéria-prima na produção de açúcar e etanol, e gado bovino, que é vendido para abate.

As principais atividades da Empresa no cultivo de cana-de-açúcar são plantio e tratos culturais dessa cultura, que tem ciclo produtivo em média de mais cinco anos após o seu primeiro corte. As principais atividades relacionadas ao gado bovino são a compra de bezerros e a engorda dos mesmos até estarem prontos para o abate, o que ocorre, em média, 24 meses após seu nascimento.

Os ativos biológicos são mensurados ao seu valor justo.

As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 10.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no reconhecimento inicial dos ativos e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo no início e final do período, sendo registrado no resultado do período na rubrica “Resultado com mensuração de ativos biológicos ao valor justo”.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil excede seu valor recuperável, o qual representa maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.13 Contas a pagar aos Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.



2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Empresa os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

2.16 Provisões

As provisões para perdas com ações judiciais (trabalhista, civil e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.



2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

2.18 Benefícios a empregados

A Empresa possui um programa de participação nas metas e resultados, nos moldes da lei 10.101/00 e em conformidade com os acordos coletivos de trabalho firmados com as categorias de seus colaboradores, baseado nos objetivos operacionais e financeiros previamente estabelecidos com os mesmos. O registro da obrigação passiva associada a esses benefícios é efetuado após serem apurados os resultados obtidos frente aos objetivos traçados.

2.19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. Para o açúcar, normalmente a transferência dos riscos e benefícios ocorre no momento da entrega do açúcar ao cliente (FOB Santos (mercado externo) ou nas dependências do cliente (mercado interno); para o álcool, a transferência dos riscos e benefícios, normalmente ocorre no momento da retirada do produto pelo cliente nas dependências da Usina (álcool posto Usina).



2.20 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Empresa reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros.

As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa de juros efetiva.

2.21 Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são reconhecidas ao resultado de acordo com o princípio contábil de competência de exercícios.

2.22 Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio

A distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio para os sócios da Empresa é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa ao final do exercício, após deliberação dos quotistas, exceto se for destinado à constituição de adiantamento para futuro aumento de capital ou integralização de capital, situação em que esses lucros/juros são movimentados no patrimônio líquido.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

2.23 Aspectos ambientais

As instalações de produção da Empresa estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Empresa administra os riscos associados com assuntos ambientais através de procedimentos operacionais e de controles e também investindo em equipamentos de controle de poluição e sistemas. A Empresa acredita que nenhuma provisão para perdas relacionada a assuntos ambientais é requerida atualmente nas demonstrações financeiras, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.



3 Estimativas e julgamentos contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Ajuste ao fair value de ativos biológicos

A avaliação do ativo biológico utiliza premissas para determinar seu valor justo, tais como: a estimativa de rendimento agrícola, quantidade de açúcar (ATR) por tonelada de cana a ser colhida e preço futuro do açúcar (Nota 2.11 e Nota 10).

Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Empresa usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço (Nota 7).

**Imposto de renda, contribuição social
e outros impostos**

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Empresa também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

Os principais julgamentos críticos envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados à provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.



4 Gestão de risco financeiro

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Empresa que identifica, avalia e procura minimizar os riscos financeiros resultantes das atividades comerciais e operacionais da Empresa, em conjunto com a diretoria. As estratégias tomadas referentes a empréstimos e financiamentos acima de determinados valores previstos no contrato social, são discutidas e aprovadas em reuniões dos quotistas. As demais estratégias tomadas são mensalmente apresentadas ao conselho de quotistas que tomam ciência das decisões tomadas. A diretoria estabelece as diretrizes para o futuro, baseadas, principalmente, no planejamento de produção da safra e nas estratégias de comercialização.

As políticas de gestão de risco, embora não formalmente documentadas, refletem os princípios para a gestão de risco definidos pelo conselho de quotistas e diretoria.

(a) Risco de mercado

(a.1) Risco cambial

A Empresa comercializa parte substancial de sua produção no mercado externo e está exposta a risco de taxa de câmbio, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras em outras moedas que não o Real e os ativos e passivos em outras moedas reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A política de gestão de risco cambial estabelece limites para a exposição ao risco cambial das futuras exportações e, de acordo com essa política, a Empresa contrata instrumentos financeiros que protejam a posição vendida em dólar dos contratos de exportação, cujos preços, que são cotados em moeda estrangeira, já estejam fixados.

Os instrumentos financeiros normalmente utilizados para proteger as posições vendidas fixadas em moeda estrangeira são adiantamentos de contratos de câmbio ("ACC"), pré-pagamentos de exportação ("PPE") e *non deliverable forwards* (NDF).

A política estabelece que cerca de um terço da exposição ao risco cambial associado às exportações da safra futuras são "hedgeadas" com operações de "ACC" ou "PPE" e um terço são "hedgeadas" com operações de "NDFs". Dessa forma, a Empresa tem como política conviver com a volatilidade do câmbio em cerca de um terço de suas operações de vendas para o mercado externo. Esses percentuais de gestão da exposição cambial podem flutuar para mais ou para menos, dependendo das tendências do mercado de câmbio, e são monitoradas constantemente pela administração com o apoio de empresas especializadas contratadas que auxiliam a Administração na análise desse mercado.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em reais, exceto quando indicado de outra forma



Em 31 de dezembro de 2012, os volumes de exportações contratadas e os respectivos instrumentos financeiros utilizados para gerir o risco de exposição são apresentados a seguir:

Safr	Em milhares de US\$				Em milhares de US\$	
	Instrumentos financeiros contratados que mitigam riscos cambiais				Risco cambial de exportações gerenciado conforme política	Previsão futura de exposição cambial a ser gerenciada durante a safra e entressafra futura
	Previsão de exportação em milhares	Passivos com contratos em moeda estrangeira abertos por vencimento	Notional de operações de non deliverable forwards relacionadas	Total		
2013/2014	148.809	43.437	27.000	70.437	47%	78.372
2014/2015	157.086	41.000		41.000	26%	116.086
2015/2016	174.582	23.704		23.704	14%	150.878
2015/2016	174.582	23.210		23.210	13%	151.372
2017/2018	186.695	3.340		3.340	2%	183.355
	841.754	134.691	27.000	161.691		680.063

(a.2) Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Empresa e dos demais insumos utilizados no processo de produção.

Com o objetivo de reduzir sua exposição às vendas futuras de açúcar no mercado internacional, a Empresa fixa os preços de venda com os clientes com os quais mantém contratos de venda futura de açúcar firmados, à medida que analisa as tendências de mercado e também utiliza instrumentos financeiros derivativos de açúcar. Esses instrumentos consistem, principalmente, em futuros e opções para a proteção contra a variação no preço do açúcar.

Cerca de um terço da exposição ao risco de preço associado às exportações da próxima safra são monitorados antes da safra, um terço durante a safra e um terço após o final da safra. Esses percentuais de gestão da exposição ao risco de preço podem flutuar para mais ou para menos dependendo das tendências do mercado, monitoradas constantemente pela administração com o apoio de empresas especializadas na análise desse mercado.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em reais, exceto quando indicado de outra forma



Em 31 de dezembro de 2012, os riscos de exposição às flutuações de preço estavam mitigados da seguinte forma:

Safrá	Previsão de exportação	Contratos firmados	Contratos com preços já fixados com clientes	Risco de preço gerenciado conforme política
Açúcar (em toneladas)				
2013/2014	265.000	109.000	65.430	60%
2014/2015	276.000	56.000		
2015/2016	276.000	32.000		
2016/2017	312.500	32.000		
Etanol (em metros cúbicos)				
2013/2014	14.700	4.000		
2014/2015	16.050			
2015/2016	16.050			
2016/2017	15.000			

A Empresa não possui política definida para a gestão de risco de preço dos insumos, exceto para a cana-de-açúcar, principal insumo utilizado no processo produtivo, cujo preço é vinculado ao CONSECANA, índice de mercado que leva em consideração as flutuações de preço do açúcar e do etanol.

(a.3) Risco de taxa de juros

Os ativos financeiros sobre os quais incidem juros são representados, substancialmente, pelas aplicações financeiras, as quais, por serem efetuadas em taxas de mercado (atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI), não estão sujeitas a riscos variáveis ou a riscos de perdas pelo custo de oportunidade.

Os passivos financeiros sobre os quais incidem juros são representados, substancialmente, pelos empréstimos e financiamentos, os quais, quando sujeitos a taxa de juros pré-fixadas, estão sujeitos ao risco de taxa de juros pelo custo de oportunidade nas situações de tendência de queda nas taxas de juros do mercado.

A administração tem como política a preferência pela contratação de taxas de juros pré-fixadas, sendo efetuadas operações com taxas de juros pós-fixas apenas se for possível a contratação de *swap* ou outros instrumentos financeiros que mitiguem o risco da referida exposição.

O uso do instrumento financeiro *swap* é frequentemente utilizado como veículo para se obter a indexação à índices, de maneira casada com operações de crédito, sempre no intuito de mitigar riscos.

Em 31 de dezembro de 2012, a Empresa mantinha os seguintes instrumentos financeiros em aberto para mitigar riscos de taxas de juros flutuantes:

Passivos financeiros sujeitos a taxa de juros flutuantes	Montante em aberto US\$	Notional Operações de Swap relacionadas	Exposição a taxas de juros flutuantes líquida
Pré-pagamento de exportação	50.741.385	11.428.571	39.312.814
Nota de crédito de exportação	69.001.816	50.000.000	19.001.816



Também faz parte das atividades de gestão da tesouraria a máxima utilização do limite disponível de captação de empréstimos incentivados (custeio agrícola, finames, entre outros), que possuem taxas mais competitivas. Na medida do possível, quando taxas mais competitivas são observadas no mercado, a Empresa procura renegociar seus passivos, desde que isso não implique em custos com multas pela liquidação antecipada de contratos.

(a.4) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Empresa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e conta com o auxílio de especialistas em análise de mercado, que, mensalmente, se reúnem com os representantes da tesouraria da Empresa para discutir aspectos gerais do mercado financeiro e também os riscos, se houver, relacionados às instituições financeiras com as quais a Empresa opera.

(a.5) Risco de liquidez

A Empresa gerencia o risco de liquidez pela manutenção de saldos em caixa e equivalentes de caixa em montantes suficientes que lhe permita assumir eventuais perdas extraordinárias além dos passivos já assumidos e previstos em seus fluxos de caixa futuros.

Também faz parte da política de liquidez a constante negociação para liberação de linhas de crédito com instituições financeiras para cobrir eventuais necessidades de saída de caixa não previstas pelos fluxos de caixa futuros.

(b) Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda ("PCLD" ou *impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Empresa para instrumentos financeiros similares.

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

**5 Instrumentos financeiros****(a) Instrumentos financeiros por categoria**

	2012	2011
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Ativos ao valor justo por meio do resultado		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	1.997.721	43.592
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	39.560.568	8.967.024
Partes relacionadas		5.164.481
Caixa e equivalentes de caixa	64.999.009	29.993.135
Outros ativos	2.587.043	2.409.119
	109.144.341	46.577.351
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	2.412.101	3.598.563
Outros passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	448.284.095	332.318.811
Fornecedores	38.782.369	29.204.490
Lucros a distribuir	16.222.326	7.340.361
Outros passivos	844.743	580.559
	506.545.634	373.042.784

(b) Qualidade dos créditos dos ativos e financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada, conforme segue:

Ativos financeiros calculados ao valor justo por meio do resultado – transações efetuadas com instituições financeiras de primeira linha.

Instrumentos financeiros derivativos – transações efetuadas com corretoras de valores de primeira linha.

Caixa e equivalentes de caixa – A Empresa mantém os depósitos bancários em instituições financeiras reconhecidas como de primeira linha.

Contas a receber – Empresa possui procedimentos e controles para analisar o crédito dos clientes a cada transação de venda e determinar os limites de créditos concedido aos seus clientes.

Partes relacionadas – O risco relativo a transações com partes relacionadas é considerado baixo.

Nardini Agroindustrial Ltda.
**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
 Em reais, exceto quando indicado de outra forma
6 Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por saldos em caixa, bancos e aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDB) com atualização baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI). Todas as aplicações podem ser resgatadas em até 30 dias, sem perda de rendimentos.

Os depósitos em bancos no exterior referem-se a valores recebidos antecipadamente de contratos comerciais com clientes no exterior e estão disponíveis para resgate imediato.

	Remuneração	2012	2011
Caixa e bancos		903.595	670.965
Bancos no exterior - moedas a internar (i)		36.374.564	
Conta corrente com corretora de valores no exterior		2.408.726	3.564.235
Certificados de Depósitos Bancários 75% a 101,8% do CDI		25.312.124	25.757.935
		64.999.009	29.993.135

(i) Refere-se a recebimentos de clientes no exterior, cujo contrato de câmbio, necessário para internar as divisas, foram fechados somente em janeiro de 2013.

7 Instrumentos financeiros derivativos**(a) Composição**

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Empresa.

			2012		
Contratos de proteção patrimonial	Referência		Valor justo	Montante a receber	Montante a pagar
OTC's (Over the counter)	166 lotes		530.072	530.072	
Opções de commodities	79 lotes		684.621	684.621	
Non-deliverable forwards - Venda de dólar futuro - safra 2012/2013	27.000.000 dólares		343.243	404.810	(61.567)
Contratos de swaps Libor versus taxa pré fixada	6.000.000 dólares		(505.863)		(505.863)
Venda de futuros de açúcar	5.600.000 lotes		378.218	378.218	
Contratos de swaps Libor versus taxa pré fixada	40.000.000 dólares		(1.690.816)		(1.690.816)
Contratos de swaps Libor versus taxa pré fixada	19.212.119 dólares		(153.855)		(153.855)
			(414.380)	1.997.721	(2.412.101)
			2011		
Contratos de proteção patrimonial	Referência		Valor justo	Montante a receber	Montante a pagar
Opções de commodities	290.304 toneladas		(640.952)	43.592	(684.544)
Non-deliverable forwards - Venda de dólar futuro - safra 2011/2012	11.500.000 dólares		(161.878)		(161.878)
Contratos de swaps Libor versus taxa pré fixada	6.000.000 dólares		(428.959)		(428.959)
Venda de futuros de açúcar	5.600.000 lotes		(599.765)		(599.765)
Contratos de swaps Libor versus taxa pré fixada	40.000.000 dólares		(553.860)		(553.860)
Contratos de swaps Libor versus taxa pré fixada	19.212.119 dólares		(1.169.557)		(1.169.557)
			(3.554.971)	43.592	(3.598.563)

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em reais, exceto quando indicado de outra forma



Os contratos de derivativos têm contrapartes instituições financeiras nacionais e estrangeiras de grande porte.

(b) Resultado com derivativos

A Empresa auferiu perdas líquidas com instrumentos derivativos, no montante de R\$ 1.454.593 (2011 – ganhos líquidos de R\$ 6.288.037). O resultado negativo de R\$ 3.736.025 (2011 – ganhos líquidos de R\$ 2.521.345) referente aos instrumentos financeiros derivativos utilizados para a proteção de risco cambial e de taxa de juros foi reconhecido na conta de despesas financeiras. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteção de risco de preço de *commodities* tiveram seu reajuste no montante de R\$ 2.281.432 (2011 – perdas líquidas de R\$ 3.766.962) registrados na receita.

(c) Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros, incluindo derivativos, podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação de preços de *commodities*, taxa de câmbio, taxa de juros e entre outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apresentadas a seguir:

Contratos	2012			
	Valor justo	-50%	-25%	25%
OTC's (Over the counter)	530.072	(117.316)	(58.658)	58.658
Opções de commodities	684.621	240.405	132.632	1.703.176
Non-deliverable forwards - Venda de dólar futuro - safra 2012/2013	343.243	26.780.545	13.561.523	(12.876.512)
Contratos de swaps Libor versus taxa pré fixada	(505.863)	(584.155)	(553.657)	(492.680)
Venda de futuros de açúcar	378.218,00	1.501.502	941.388	(178.839)
Contratos de swaps Libor versus taxa pré fixada	(1.690.816)	(1.917.748)	(1.909.416)	(1.893.172)
Contratos de swaps Libor versus taxa pré fixada	(153.855)	(3.030.860)	(9.052.657)	(12.998.270)
	(414.380)	22.872.373	3.061.155	(26.677.639)
				(39.237.415)

8 Contas a receber de clientes

	2012	2011
No país		
Partes relacionadas	55.012	67.080
Terceiros	9.937.629	2.297.410
No exterior	29.567.927	6.602.534
	39.560.568	8.967.024

Nardini Agroindustrial Ltda.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2012, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 741.953 (2011 – R\$ 1.181.527) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes que não possui histórico de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2012	2011
A vencer	38.818.615	7.785.767
Vencidos		
Até 30 dias	704.884	264.903
De 31 a 60 dias	32.122	424.396
De 61 a 90 dias	4.018	338.646
Acima de 90 dias	929	153.312
	<u>39.560.568</u>	<u>8.967.024</u>

Conforme mencionado na Nota explicativa 4 (a.4), a Empresa possui normas e procedimentos definidos para concessão de créditos e monitoramento das duplicatas vencidas e de risco de não recebimentos dos valores decorrente das operações de vendas.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída pela administração, quando requerida, com base na análise das contas a receber de clientes em aberto. A Empresa considera que não há riscos de perdas com as contas a receber em aberto. Adicionalmente, a Empresa não tem histórico de perdas relevantes com recebíveis e, por esta razão, nenhuma provisão para perdas com as contas a receber foi consignada nas presentes demonstrações financeiras.

9 Estoques

	2012	2011
Produtos acabados	88.979.669	81.753.215
Almoxarifado	20.072.474	19.515.285
Custos a apropriar de entressafra	8.657.149	18.939.523
Adiantamentos para compra de cana-de-açúcar	3.024.495	1.983.392
Outros	5.669.541	1.280.141
	<u>126.403.328</u>	<u>123.471.556</u>
(-) Provisão para perda com estoques de baixa movimentação	<u>(2.533.354)</u>	<u>(1.858.747)</u>
	<u>123.869.974</u>	<u>121.612.809</u>

A Empresa mantém a estratégia de manter o açúcar e etanol em estoques em volumes elevados, com o objetivo de alcançar melhores preços de venda com esses produtos no período de entressafra.

A Empresa avaliou os custos dos produtos acabados no encerramento do balanço frente aos seus respectivos valores de mercado e concluiu que nenhuma provisão para perdas com a realização desses ativos é requerida nas presentes demonstrações financeiras.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em reais, exceto quando indicado de outra forma



Visando expandir a sua produção, a Empresa firmou parcerias para aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros (inclusive sob regime de parceria agrícola), cuja parte da entrega ocorrerá somente em exercícios futuros.

Por ser um produto agrícola, a cana-de-açúcar, principal componente do custo de produção de açúcar e etanol, está sujeita à avaliação ao seu valor justo no momento da colheita. Na safra 2012/13, os ganhos com essa valorização no momento da colheita montaram a R\$ 31.093.428 (2011/2012 - R\$ 37.812.692), dos quais R\$ 9.286.515 (2011 - R\$ 4.776.846) ainda não foram realizados e permanecem como parte dos estoques de produtos acabados.

Em 2012, o período de entressafra, quando são efetuadas as manutenções mais relevantes na indústria, teve início em dezembro (2011 – final de outubro).

10 Ativos biológicos

	2012	2011
No circulante		
. Gado de corte	1.015.234	834.208
No não circulante		
. Lavouras de cana-de-açúcar	101.172.552	97.756.223

(a) Gado de corte

Em 31 de dezembro de 2012, a Empresa possui 73 cabeças de gado no ponto de corte (2011 – 235 cabeças) e 854 cabeças em fase de engorda (2011 – 382 cabeças), localizadas nos estados de São Paulo e Goiás, as quais são mensuradas pelo seu valor justo.

A Empresa compra os bezerros e efetua as atividades de engorda do gado até o ponto de abate. Não faz parte das atividades pecuárias da Empresa a cria e a recria desses animais.

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo são:

O valor justo do gado de corte foi determinado pela multiplicação do volume de cabeças de gado prontas para abate pelo preço de mercado da arroba do boi gordo, que é cotada em mercado ativo, menos as despesas de vendas.

Para os animais que ainda não estão em ponto de corte, a administração estabeleceu um percentual para equivaler a quantidade de animais que ainda não estão em ponto de corte em quantidade de animais em idade de abate, para a qual existe cotação em mercado ativo e, após essa estimativa, multiplicou a quantidade equivalida pelo preço de mercado da arroba do boi gordo.

A cotação da arroba do boi utilizada na estimativa do referido valor justo foi de R\$ 96,74 em 31 de dezembro de 2012 (2011 – R\$ 101,55).

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 Em reais, exceto quando indicado de outra forma



A movimentação do valor justo desses ativos biológicos durante os períodos é a seguinte:

	2012	2011
Saldo inicial	834.208	4.963.205
Custo com compra de animais e custos de cria	5.433.177	2.762.812
Resultado com avaliação ao valor justo	(4.542)	(2.503.104)
Baixa pela venda/perda de animais	(5.247.609)	(4.388.705)
Saldo final	1.015.234	834.208

(b) Lavoura de cana-de-açúcar

Em 31 de dezembro de 2012, a Empresa possui 45.608 hectares de lavouras de cana-de-açúcar (2011 – 34.650 hectares), localizadas nos estados de São Paulo e Goiás, as quais são mensuradas pelo seu valor justo.

O cultivo da cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros; o primeiro corte ocorre após doze e/ou dezoito meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (cana soca) continua no solo. Após cada corte, a cana planta cresce novamente, em média, por cinco anos (safras).

As terras em que as lavouras estão plantadas (quando não vinculadas a operações de arrendamento ou parcerias) são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor dos ativos biológicos.

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se uma metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da expectativa da produtividade futura da cana-de-açúcar, durante sua vida útil, usualmente 6 anos, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar – ATR, pelo preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar; e
- Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais); (ii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT) da cana-de-açúcar; (iii) custos de capital (aluguel das terras e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

Com base na estimativa de receitas e custos, a Empresa determina o fluxo de caixa descontado a ser gerado em cada ano, considerando uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos.

As variações no valor justo das lavouras de cana-de-açúcar são registradas na rubrica “Ativos biológicos” no ativo não circulante e tem como contrapartida a rubrica “Resultado com mensuração de ativos biológicos ao valor justo”, no resultado do exercício.

As lavouras de cana-de-açúcar plantadas durante o período corrente, devido à pequena transformação biológica que ocorre entre o período do plantio e a data-base das demonstrações financeiras e ao fato dos custos incorridos nesse período não serem significativos, são avaliadas pelo custo acumulado de plantio e manutenção, uma vez que esse montante se aproxima do seu valor justo.

Nardini Agroindustrial Ltda.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente e, se necessário, ajustados.

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos lavouras de cana-de-açúcar durante os períodos é a seguinte:

	2012	2011
Saldo inicial	97.756.223	89.720.963
(+) aumento decorrente de plantio de cana-de-açúcar	73.294.898	42.191.144
(+) Tratos culturais da cana-de-açúcar	22.005.849	23.246.458
(+) ganhos (perdas) decorrentes de mudanças no valor justo	(35.712.414)	(13.171.883)
(-) reduções decorrentes de colheita	(56.172.004)	(44.230.459)
Saldo final	101.172.552	97.756.223

11 Tributos a recuperar

	2012	2011
ICMS (i)	6.251.917	2.825.302
COFINS (ii)	8.224.033	4.239.748
PIS (ii)	1.793.449	929.007
IRPJ e CSLL (iii)	9.825.426	14.036.816
IPI (iv)	846.770	365.390
ICMS sobre compra de imobilizado	3.073.271	4.187.253
Outros	30.138	
	30.045.004	26.583.516
Circulante	(11.313.734)	(24.239.505)
Não circulante	18.731.270	2.344.011

(i) Refere-se a créditos apropriados sobre as compras de insumos para produção e fabricação e aquisição de ativo imobilizado. O aumento no saldo de ICMS é decorrente da menor geração de débitos por conta das exportações de açúcar e das vendas com diferimento do etanol anidro no mercado interno.

(ii) Refere-se a créditos apropriados sobre as compras de insumos para produção e fabricação, o qual será realizado com a tributação das vendas no mercado interno. O aumento no saldo credor de PIS e COFINS decorre substancialmente das aquisições de ativo imobilizado no período e do aumento de aquisições da matéria prima (cana-de-açúcar), bem como da menor geração de débitos em 2012, em função do aumento das exportações de açúcar e das vendas com diferimento do etanol anidro no mercado interno.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em reais, exceto quando indicado de outra forma



- (iii) A Empresa utiliza a prática de apuração de imposto de renda e contribuição social a pagar mensalmente pelo balancete de suspensão. Durante o exercício, os recolhimentos mensais efetuados com base nesse balancete podem ser superiores ao montante total final a pagar desses tributos no encerramento do exercício. A redução do saldo em 2012 decorre da compensação dos saldos em aberto em 2011 com valores de IRRF do exercício de 2012 apurados sobre juros sobre o capital próprio, folha de pagamentos e notas fiscais de prestadores de serviços. A administração espera compensar os valores em aberto no próximo exercício social, mediante a compensação com IRRF e com saldos a recolher de IRPJ e CSSL apurados sobre o resultado de 2013.
- (iv) Incidente sobre as saídas de açúcar para o mercado interno. O aumento decorre de menor faturamento de açúcar para o mercado interno durante o exercício de 2012.
- (v) As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções orçamentárias e dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração.

12 Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados sobre as diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e os registros contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto de renda e contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Tributos diferidos ativos sobre:		
Prejuízos fiscais	10.391.355	2.075.061
Base negativa acumulada de contribuição social	4.569.495	1.575.629
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	553.678	93.598
Mercadorias a embarcar	156.459	50.154
Provisão para obsolescência de estoques	861.340	631.975
Provisão para contingências	1.551.497	1.639.336
Resultado com mensuração de ativos biológicos ao valor justo	17.304.296	5.155.212
Outros	1.494.287	340
	36.882.407	11.221.305
Tributos diferidos passivos sobre:		
Ganhos com produto agrícola ao valor justo	3.157.415	1.624.128
Custo atribuído a terras e terrenos (deemed cost)	41.700.623	41.742.025
Depreciação fiscal - RTT	10.430.739	4.936.411
Capitalização de juros	1.294.951	542.613
	56.583.728	48.845.177
Tributos diferidos passivos, líquidos	19.701.321	37.623.872

Os valores apresentados acima foram registrados considerando as estimativas de recuperação dos créditos tributários fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício.

Nardini Agroindustrial Ltda.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

A conciliação da despesa calculada pelas alíquotas combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	2012		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(41.993.671)	(41.993.671)	37.473.632	37.473.632
Alíquotas vigentes - %	25%	9%	25%	9%
	10.498.418	3.779.430	(9.368.408)	(3.372.627)
Reconciliação para taxa efetiva:				
Efeitos sobre Juros sobre o capital próprio distribuídos	2.500.000	900.000	2.450.000	882.000
Efeitos sobre despesas indedutíveis	(81.212)	(29.236)	(684.444)	(246.400)
Adicional do imposto de renda			24.000	
Incentivos fiscais			250.957	
Outros ajustes	261.139	94.010	1.649.719	832.845
	13.178.345	4.744.204	(5.678.176)	(1.904.182)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	17.922.549		(7.582.358)	

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

**13 Provisão para contingências e depósitos judiciais**

A Empresa vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações trabalhistas e cíveis. A provisão para perdas foi constituída com base na opinião de seus assessores jurídicos que consideram provável ou mais que possível o risco de perdas com essas ações.

2012			
	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados	Depósitos judiciais sem provisões
		Passivo líquido	
Trabalhistas	1.120.212	332.554	787.658
Cíveis	621.163		621.163
Ambientais	292.282		292.282
Tributárias	2.529.569	119.968	2.409.601
	4.563.226	452.522	4.110.704
			3.154.847
2011			
	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados	Depósitos judiciais sem provisões
		Passivo líquido	
Trabalhistas	1.382.064	351.051	1.031.013
Cíveis	621.163		621.163
Ambientais	292.282		292.282
Tributárias	2.526.416	116.815	2.409.601
	4.821.925	467.866	4.354.059
			3.240.520

Adicionalmente, a Empresa tem ações de natureza tributária envolvendo riscos de perda classificado pela administração com possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída conforme complexidade e estimativas a seguir:

Contingências	Natureza da ação	2012	2011
ICMS	Vendas para outros Estados sem comprovar o internamento das mercadorias	53.220.045	37.964.523
IRPJ	Questionamento fiscal quanto ao uso da dedutibilidade da depreciação acelerada incentivada	16.227.662	20.284.579
INSS	Questionamento fiscal quanto à incidência sobre a folha de salários de produtor rural (Lei no. 8.870/04, declarada inconstitucional pelo STF)	12.474.465	15.593.081
PIS e COFINS	Questionamento sobre tomada de créditos	4.804.157	2.729.586
INSS	Questionamento quanto à incidência de INSS sobre exportação indireta	6.539.647	4.385.820
		93.265.976	80.957.589

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



14 Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Investimentos	2012	2011
Coopercitrus	425.413	397.529
Coopercana	46.474	38.519
Credicitrus	101.968	93.935
Cooperativa Agrícola Mista Adamantina	14.841	11.364
Outros	168.615	149.333
	757.311	690.680

Esses instrumentos estão avaliados ao custo do capital aportado, pois a Administração entende que esses valores são os que melhores representam o valor justo desses investimentos, em caso de eventual negociação das quotas mantidas nessas cooperativas.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



15 Informações sobre partes relacionadas

(a) Saldos e transações

	Saldos		Transações	
	Ativo	Passivo	2012	2011
	2012	2011	2012	2011
Laticínios Matinal Ltda.				
Contas a receber	55.012	67.080		
Fornecedores		2.885		110
Mútuo (i)		5.164.481		
Outros passivos		290.100		
Compra de produtos e serviços			408.903	295.922
Venda de imobilizado			550	
Venda de produtos			575.130	849.493
Juros sobre mútuo			508.502	576.972
ANLOG - Aurélio Nardini Logística Ltda.				
Fornecedores		146.350		22.255
Serviços prestados			7.422.181	2.148.283
Venda de produtos e serviços				500
Suporte Comércio de Combustíveis e Serviços Ltda.				
Fornecedores		11.206		9.848
Compra de imobilizado			42.722	
Compra de produtos e serviços			101.033	32.207
Venda de produtos e serviços			901	546
Venda de imobilizado				200.000
Scale Administração e Participação Ltda.				
Fornecedores		9.573		
Compra de produtos e serviços			453.274	475.046
Clabens Adm. e Participação Ltda.				
Fornecedores		1.730		1.939
Compra de produtos e serviços			404.799	395.088
Aparas - Adm. e Participações Ltda.				
Compra de produtos e serviços			387.043	61.785
Riccardo Nardini				
Compra de produtos e serviços				
Lucros e JCP a distribuir		2.107.813	1.579.711	
Flávia Nardini				
Fornecedores		31.168		
Venda de imobilizado			65.578	
Compra de produtos e serviços			1.630	1.035
Lucros e JCP a distribuir		1.839.078	1.393.646	
Paola Nardini				
Compra de produtos e serviços			2.249	291.597
Lucros e JCP a distribuir		1.839.078	1.393.646	
Valéria Nardini				
Compra de produtos e serviços			402.772	398.624
Lucros e JCP a distribuir		1.839.078	1.393.646	
Guilomar Della Togna Nardini				
Compra de produtos e serviços			1.253.121	1.207.917
Lucros e JCP a distribuir		8.597.279	1.579.712	
Riccardo Nardini e Outros				
Compra de produtos e serviços			1.630	34.500
	55.012	5.231.561	16.674.597	7.415.254

(i) Sobre o saldo mútuo incidia juros de 1% ao mês. Apesar de não ter prazo de vencimento definido em contrato, o mútuo foi liquidado em 2012 pela empresa ligada.

Os serviços são adquiridos nos termos que estavam disponíveis para terceiros.

Os produtos adquiridos são negociados em termos e condições comerciais normais.

(b) Honorários dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os honorários dos administradores montaram a aproximadamente R\$ 1.894.114 (2011 – R\$ 1.525.295).

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



16 Imobilizado

(a) Composição

	Terras e propriedades agrícolas	Edificações e melhorias (I)	Máquinas e equipamentos (I)	Móveis e utensílios	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Software e equipamentos de informática	Obras em andamento (II)	Adiantamentos a fornecedores (II)	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2011											
Custo ou valor estimado	182.696.509	31.000.769	120.412.124	1.767.059	57.447.709	45.343.723	1.963.433	23.226.115	17.529.949	2.701.941	484.069.331
Depreciação acumulada	(7.894.017)	(63.787.657)	(924.889)	(36.366.786)	(29.370.434)	(1.467.288)					(129.800.962)
	182.696.509	23.108.752	66.624.567	842.179	21.080.923	15.973.289	506.145	23.226.115	17.529.949	2.701.941	354.288.369
Em 31 de dezembro de 2010											
Adições	621.300	1.809.673	3.338.466	204.041	8.381.218	7.688.830	414.383	14.668.141	15.632.484	15.372.500	68.131.036
Baixas do imobilizado	(652.418)	(139.996)	(163.984)	(35.507)	(813.125)	(1.046.423)	(137.939)				(2.989.392)
Transferências (inclusive de intangível)		12.120.591	28.172.763		(49.130)	(2.938)		5.365.237	(27.717.091)	(17.889.440)	1.492.096
Baixa de depreciação por alienação		1.275	112.759	30.706	310.817	899.401	137.138				1.492.096
Encargos de depreciação		(974.934)	(6.179.585)	(104.586)	(1.544.121)	(1.353.124)	(218.934)				(10.375.284)
Em 31 de dezembro de 2011	182.665.391	35.923.361	91.904.986	936.833	27.366.582	22.159.043	700.793	43.259.493	5.445.342	185.001	410.546.825
Em 31 de dezembro de 2011											
Custo ou valor estimado	182.665.391	44.791.037	151.759.369	1.935.593	64.966.672	51.983.200	2.239.877	43.259.493	5.445.342	185.001	549.230.975
Depreciação acumulada	(8.867.676)	(59.854.363)	(998.760)	(37.600.080)	(29.824.157)	(1.539.084)					(138.694.150)
	182.665.391	35.923.361	91.904.986	936.833	27.366.582	22.159.043	700.793	43.259.493	5.445.342	185.001	410.546.825
Em 31 de dezembro de 2011											
Adições	362.200	825.671	2.010.112	113.215	8.176.592	9.447.665	688.263	31.091.735	(2.631.050)	(70.259)	50.014.144
Baixas do imobilizado	(146.851)	(67.681)	(1.099.781)	(39.294)	(274.170)	(46.541)	(173.522)				(1.801.299)
Transferências (inclusive de intangível)		19.015.570	26.137.444		(46.541)	4.380	(71.045)	(45.159.984)			(120.176)
Baixa de depreciação por alienação			128.158	38.184	642.176	170.953					979.471
Transferências de depreciação (inclusive de intangível)		2.590			46.541						46.131
Encargos de depreciação		(1.353.713)	(8.226.346)	(105.845)	(2.109.289)	(1.944.206)	(277.099)				(14.016.498)
Em 31 de dezembro de 2012	182.880.740	54.343.208	110.857.163	943.093	33.801.891	29.666.882	1.038.343	29.191.244	2.814.292	114.742	445.651.598
Em 31 de dezembro de 2012											
Custo ou valor estimado	182.880.740	64.564.597	178.807.144	2.099.514	72.822.553	61.435.245	2.683.573	29.191.244	2.814.292	114.742	597.323.644
Depreciação acumulada	(10.221.389)	(67.949.981)	(1.068.421)	(39.020.662)	(31.768.363)	(1.645.230)					(151.672.046)
	182.880.740	54.343.208	110.857.163	943.093	33.801.891	29.666.882	1.038.343	29.191.244	2.814.292	114.742	445.651.598

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



- (i) Em 2012, as adições em máquinas e equipamentos referem-se, substancialmente, as aquisições de ternos de moenda e instalação de sistema de limpeza a seco da palha da cana-de-açúcar. Em 2011, referem-se, substancialmente, a compras de ternos de moenda e as adições em edificações e benfeitorias referem-se à construção de uma casa de energia elétrica e modificações na extração de caldo.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2012, as principais obras em andamento, apresentadas abaixo, estão relacionadas a construção de redes de hidrantes na unidade Vista Alegre do Alto-SP e construção da unidade Aporé-GO.

	2012	2011
Na unidade Vista Alegre do Alto - SP		
Pavimentação de acessos à usina		491.809
Destilaria		6.024.739
Estação de tratamento de água		1.596.042
Fábrica de adubo líquido		445.018
Turbina a vapor para geração de energia elétrica		2.162.511
Rede de hidrantes	2.853.662	2.773.414
Subestação e linhas de transmissão		13.633.430
Ternos de moenda		3.858.065
Data-center	798.813	
Tratamento de efluentes e esgoto	473.826	693.094
Outras obras em andamento	634.440	89.982
	<u>4.760.741</u>	<u>31.768.104</u>
Na unidade Aporé-GO		
Residências		314.427
Laboratório e PCTS		127.274
Poço artesiano		191.954
Balança		339.535
Tanques para armazenamento de Etanol	2.518.560	
Destilaria e fermentação	8.107.827	2.599.015
Tratamento de caldo	2.907.933	1.600.576
Moenda	1.543.502	1.131.770
Almoxarifado industrial	593.437	561.894
Lavador de veículos	427.642	421.165
Posto de combustíveis	427.624	379.912
Balança	408.189	
Outras obras em andamento	7.495.789	3.823.867
	<u>24.430.503</u>	<u>11.491.389</u>
	<u>29.191.244</u>	<u>43.259.493</u>

Em 31 de dezembro de 2012, os custos capitalizados relacionados às obras em andamento totalizaram R\$ 1.728.296 (2011 - R\$ 1.595.915).

- (iii) Composto substancialmente por adiantamentos relacionados à compra de gerador de energia para ampliação do sistema de cogeração de energia elétrica e à compra de transbordos para transporte de cana-de-açúcar picada.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em reais, exceto quando indicado de outra forma



(b) Custo atribuído (*deemed cost*)

A Empresa optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*), ajustando os saldos de terras e terrenos em 1º de janeiro de 2009, quando da adoção pela primeira vez da segunda onda de pronunciamentos contábeis pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A adoção do *deemed cost* resultou em complemento do saldo de terras e terrenos de R\$ 41.937.774 (R\$ 27.678.931, líquidos dos efeitos tributários), ajustado em contrapartida da rubrica Ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido (Nota 24 (c)).

Em 31 de dezembro de 2012, esses efeitos representaram complemento total no ativo imobilizado em R\$122.649.896 (2011 – R\$ 122.772.004) e no patrimônio líquido R\$ 80.948.271 (2011 – R\$ 81.028.638) líquido dos efeitos tributários.

Em conjunto com a remensuração dos referidos custos, também foram reavaliadas as vidas-úteis dos ativos ao final do exercício de 2010, com a contratação de empresa especializada em avaliação de ativos. Ao final de 2012, a administração revisou essas taxas e concluiu que continuam válidas. Os bens adquiridos durante o exercício de 2012 foram submetidos à avaliação de engenheiros internos que estabeleceram as vidas úteis para os bens novos. Essas taxas foram utilizadas para depreciação dos itens nas demonstrações financeiras.

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

**17 Intangível**

	Direito de uso de softwares	Direito de uso de terras	Total
Em 1º de janeiro de 2011			
Custo	1.064.590	412.766	1.477.356
Amortização acumulada	(954.654)		(954.654)
	<u>109.936</u>	<u>412.766</u>	<u>522.702</u>
Em 31 de dezembro de 2010	109.936	412.766	522.702
Adições	11.588	1.151.495 (i)	1.163.083
Baixas do intangível		(55.283)	(55.283)
Encargos de amortização	(86.915)	(150.660)	(237.575)
Em 31 de dezembro de 2010	<u>34.609</u>	<u>1.358.318</u>	<u>1.392.927</u>
Em 31 de dezembro de 2011			
Custo	1.076.178	1.508.978	2.585.156
Amortização acumulada	(1.041.569)	(150.660)	(1.192.229)
	<u>34.609</u>	<u>1.358.318</u>	<u>1.392.927</u>
Em 31 de dezembro de 2011	34.609	1.358.318	1.392.927
Adições	78.181	1.411.438	1.489.619
Transferências	998.770	(927.725)	71.045
Encargos de amortização	(165.858)		(165.858)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>945.702</u>	<u>1.842.031</u>	<u>2.787.733</u>
Em 31 de dezembro de 2012			
Custo	2.153.129	1.992.691	4.145.820
Amortização acumulada	(1.207.427)	(150.660)	(1.358.087)
	<u>945.702</u>	<u>1.842.031</u>	<u>2.787.733</u>

(i) Refere-se a direito de uso de terra para uso como área de preservação ambiental. O referido montante é amortizado com base no prazo de vigência do contrato.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



18 Fornecedores

	2012	2011
De ativo imobilizado	2.134.033	4.348.631
De matéria-prima (i)		
De partes relacionadas	1.730	89.670
De terceiros	23.350.385	13.601.161
Diversos (ii)		
De partes relacionadas	160.441	32.213
De terceiros	13.135.780	11.132.815
	38.782.369	29.204.490

- (i) Os saldos a pagar aos fornecedores de cana estão atrelados ao índice ATR divulgado pelo Consecana e serão liquidados até abril de 2012. O aumento do saldo é decorrente de maior quantidade de cana-de-açúcar adquirida na safra 2012/2013, bem como ajuste de preço ao final do exercício.
- (ii) O saldo de fornecedores diversos é composto, substancialmente, por compras de fertilizantes, defensivos e corretivos.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



19 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

	Indexador	Taxa efetiva	Moeda	2012	2011
Moeda Nacional					
Finame BNDES-PSI		4,5% a 10% a.a.	R\$	63.235.845	55.970.440
Finame (Moderfrota, Modermaq)	TJLP	1,26% a 6,40% a.a.	R\$	4.914.225	8.422.661
Recursos para custeio agrícola		6,75% a.a.	R\$	1.565.910	520.177
PROCER - Programa de Crédito Especial Rural		11,25% a.a.	R\$		2.344.263
Capital de Giro	CDI	2,426% a.a.	R\$	18.556.337	
PEC - Programa Especial de Crédito	TJLP	7,5% a.a.	R\$		6.411.381
PESA - Securitização (i)	IGPM	9,5% a.a.	R\$	2.144.478	2.187.149
CPR - Cedula do Produtor Rural Financeira	CDI	2,9231% a.a.	R\$	20.900.966	
NCE - Nota de Crédito de Exportação	CDI	2,60% a 3,75% a.a.	R\$	35.133.335	
CCE - Cedula de Credito a Exportação	CDI	3,11% a.a.	R\$	30.976.522	
CCE - Cedula de Credito a Exportação	CDI	0,2766 a.m	R\$	3.051.572	
Leasing		10,55% a.a.	R\$		193.133
				180.479.190	76.049.204
Moeda Estrangeira					
ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio	Fixo	2,95% a.a.	US\$	11.910.199	
	Fixo	3,5% a 4,32% a.a.	US\$		26.519.001
NCE - Nota de Crédito de Exportação	Fixo	4,90% a 6,2% a.a.	US\$	35.615.967	41.255.200
	Libor	4,60% a.a.	US\$	83.956.505	76.420.076
CCE - Cedula de Credito a Exportação	Fixo	6,30% a.a.	US\$	21.432.739	
PPE - Pré Pagamento de Exportação	Fixo	9,50%	US\$	11.199.475	10.739.934
PPE - Pré Pagamento de Exportação	Libor	1,38% a 5% a.a.	US\$	103.690.020	101.335.396
				267.804.905	256.269.607
				448.284.095	332.318.811
No passivo circulante				(128.535.632)	(102.397.965)
No passivo não circulante				319.748.463	229.920.846

O aumento do endividamento em moeda nacional decorre, principalmente, da contratação de financiamentos para compra de (i) máquinas e equipamentos utilizados na mecanização do plantio e colheita da cana-de-açúcar; (ii) ternos de moenda; (iii) sistema de limpeza a seco da palha da cana-de-açúcar; e (iv) renovação e expansão dos canaviais. O aumento do endividamento em moeda estrangeira decorre da alta da taxa de câmbio, que passou de R\$ 1,87 em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 2,04 em 31 de dezembro de 2012.

Nardini Agroindustrial Ltda.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Com base na Resolução n.º 2.471/98 do Banco Central do Brasil e outros diplomas legais vigentes, a Empresa securitizou em 1998, 1999 e 2000 a dívida assegurada junto às instituições financeiras, através de aquisição, no mercado secundário, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Os financiamentos securitizados estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante o resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras. Referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O desembolso da Empresa durante os 20 anos de vigência dessa securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 7,57% a 8,45% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, limitado a 9,5% ao ano até a data do pagamento anual. Essa obrigação, ajustada a valor presente, foi registrada nas demonstrações financeiras, na data de transição para os CPCs – 1ª onda, em 1º de janeiro de 2008.

(b) Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens e avais de sócios diretores e hipoteca de terras.

(c) Vencimento da dívida

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento.

Ano	2012	2011
2013		77.764.478
2014	127.027.243	63.396.396
2015	91.501.279	42.547.185
2016 a 2019	101.219.941	46.212.787
	319.748.463	229.920.846

(d) Cláusulas restritivas “covenants”

Alguns contratos de empréstimos contêm cláusulas restritivas anuais e exigem que a Empresa mantenha certos índices financeiros dentro dos parâmetros estabelecidos. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Empresa está cumprindo todas as cláusulas exigidas.

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

**(e) Valor justo dos passivos bancários**

O valor justo dos empréstimos e financiamentos equipara-se ao valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada em taxas de mercado para operações similares firmadas ou cotadas em data próxima ao encerramento do exercício.

20 Adiantamentos de clientes

Refere-se a antecipações recebidas de empresas comerciais exportadoras e do mercado interno para (i) aquisição de açúcar a serem entregues nos próximos meses no montante de R\$ 40.678.213 (2011 - R\$ 714.782); (ii) adiantamento para compra de etanol em 2012 no montante de R\$ 1.711.361; (iii) adiantamentos para compra de energia elétrica em 2011 no montante de R\$ 5.846.901; e (iv) outros produtos derivados, no montante de R\$ 8.631 (2011 - R\$ 222.043).

21 Tributos a recolher

	2012	2011
Parcelamento de ICMS	132.897	160.881
INSS sobre faturamento	385.789	178.391
IRRF	155.404	1.605.449
ISS	48.798	35.976
INSS sobre compras de produtos	5.804	242.179
Contribuição confederativa		106.130
Outros	<u>80.843</u>	<u>49.035</u>
	809.535	2.378.041
Passivo circulante	<u>(704.621)</u>	<u>(2.245.145)</u>
Passivo não circulante	<u>104.914</u>	<u>132.896</u>

A variação no saldo do IRRF se deve à liquidação do IRRF sobre o juro sobre o Capital Próprio no decorrer do mês de dezembro de 2012; Em 2011, o saldo de IRRF sobre o juro sobre o capital próprio foi registrado em dezembro de 2011 e liquidado em janeiro de 2012.

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

**22 Tributos parcelados - Lei 11.941/09****(a) Composição e movimentação dos saldos**

	2011	Adição	Pagamentos	Juros do período	2012
PIS e COFINS	2.386.559		2.944.715	558.156	
IPI	2.079.327		2.565.630	486.303	
	4.465.886		5.510.345	1.044.459	
Circulante	(4.465.886)				

	2010	Adição	Pagamentos	Juros do período	2011
PIS e COFINS		2.386.559			2.386.559
IPI	9.896.492		10.203.724	1.061.540	2.079.327
	9.896.492	2.386.559	10.203.724	1.061.540	4.465.886
Circulante	(7.011.207)				(4.465.886)
Não circulante	2.885.285				

Nardini Agroindustrial Ltda.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2011, anteriormente à adesão ao parcelamento, a Empresa mantinha passivos registrados para fazer face a esses débitos, registrados com Tributos a recolher ou Provisão para contingências. Considerando esses passivos registrados, a inclusão desses débitos tributários no parcelamento representaram os seguintes efeitos nas demonstrações financeiras da Empresa de 2011:

	2011
Registrado contabilmente antes da aderência ao parcelamento	4.130.791
Saldo a recolher	<u>2.386.559</u>
Outros ganhos (perdas) líquidos	<u>1.744.232</u>

Os referidos parcelamentos foram homologados em junho de 2011.

Os efeitos da inclusão do PIS e da COFINS no parcelamento foram registrados integralmente em 2011 na rubrica Outros ganhos (perdas) líquidos na demonstração do resultado (Nota 28).

23 Salários e encargos sociais

	2012	2011
Salários a pagar	1.491.225	1.204.193
Férias a pagar	5.825.715	4.772.324
Encargos sobre férias	816.492	663.772
Encargos sobre folha de pagamento	<u>2.354.297</u>	<u>2.042.494</u>
	<u>10.487.729</u>	<u>8.682.783</u>

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

**24 Patrimônio líquido****(a) Capital social**

O capital está representado por quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, pertencentes aos seguintes quotistas residentes no país:

Quotistas	2012	2011
Guiomar Della Togna Nardini	103.180.282	87.992.843
Valéria Nardini	13.476.776	11.493.151
Riccardo Nardini	15.510.664	13.227.704
Paola Nardini	13.476.774	11.493.151
Flávia Nardini	13.476.776	11.493.151
Raffaella Nardini Sader	1	
André Nardini Sader	1	
	159.121.274	135.700.000

Conforme Instrumento Particular de Alteração de Contrato Social de 25 de junho de 2012 e de 5 de dezembro de 2011, os sócios integralizaram capital, respectivamente, nos montantes de R\$ 8.330.000, com recursos mantidos em Adiantamentos para futuro aumento de capital, e de R\$ 15.091.274 com recursos mantidos em Lucros acumulados.

Conforme aprovado na ata de reunião dos sócios de 14 de dezembro de 2011, os sócios integralizaram capital nessa data com recursos mantidos em Adiantamentos para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 6.290.000.

(b) Juros sobre o capital próprio

A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os sócios da Empresa é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa após determinada pelos sócios.

A Empresa calculou e distribuiu juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 10.000.000 (2011 – R\$ 9.800.000), sendo R\$ 8.500.000 (2011 - R\$ 8.330.000) líquido dos efeitos tributários, conforme aprovado pelos sócios na reunião dos sócios de 19 de dezembro de 2012 (2011 - 14 de dezembro de 2011). Conforme aprovação na mesma reunião, esses recursos, líquidos dos efeitos tributários da retenção do IRRF (15%), foram, posteriormente, utilizados para adiantamento para futuro aumento de capital.

Conforme deliberado pela reunião de sócios realizada em 25 de junho de 2012, foi aprovado a distribuição de parte do lucro do exercício de 2011 no valor de R\$ 5.000 mil, para pagamento aos sócios nos meses de março, julho e outubro de 2013.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Correspondente a reavaliação de terras e terrenos, em 2007, no montante de R\$ 53.103.701, líquido dos efeitos tributários, complementada por ajustes para recomposição do custo de terras e terrenos, avaliados ao valor justo na data de transição das demonstrações financeiras para os novos CPCs no montante de R\$ R\$ 27.844.570, líquido dos efeitos tributários.

É realizada com base nas baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e os montantes apurados na realização são transferidos para Lucros acumulados.

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

**25 Receitas**

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	2012	2011
Receita bruta		
Mercado Interno		
Açúcar (iii)	21.001.325	42.538.672
Etanol (ii)	80.476.002	115.048.559
Energia elétrica	11.096.496	8.716.409
Levedura	636.955	1.004.138
Gado bovino	4.775.675	5.458.472
Cana-de-açúcar (i)	9.937.318	8.400.378
Outros	2.677.284	859.708
	<u>130.601.055</u>	<u>182.026.336</u>
Mercado Externo		
Açúcar (iii)	286.885.769	216.916.631
Etanol (ii)	22.625.610	11.039.513
Levedura	1.212.581	237.199
	<u>310.723.960</u>	<u>228.193.343</u>
Resultado de operações com derivativos	2.281.432	3.766.962
Tributos sobre as vendas (iv)	<u>(13.929.148)</u>	<u>(20.124.757)</u>
	<u><u>429.677.299</u></u>	<u><u>393.861.884</u></u>

- (i) Refere-se substancialmente à cana-de-açúcar da unidade de Aporé (GO), a qual, por estar com a fábrica em fase de construção, vende a cana-de-açúcar colhida para terceiros.
- (ii) A redução nas vendas de etanol está relacionado a queda no preço de venda.
- (iii) O aumento nas vendas de açúcar está relacionado, principalmente, a maior quantidade comercializada para o mercado externo em 2012.
- (iv) A redução nos tributos decorre do menor faturamento para o mercado interno.

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



26 Despesas de vendas

	2012	2011
Salários e encargos	1.416.342	1.212.903
Gastos com entrega de produtos (i)	19.650.093	13.995.990
Comissões	303.512	722.900
Serviços prestados por terceiros	1.247.297	830.455
Manutenção de frota e equipamentos	208.084	250.837
Depreciação	251.749	221.810
Gasto com terminais de porto e <i>demurage</i> (ii)	9.128.496	4.496.672
Perdas com contas a receber	9.025	8.559
Outras	417.320	245.401
	32.631.918	21.985.527

- (i) O aumento refere-se à maior utilização de transportes em decorrência do maior volume de carga transportada de açúcar, aliado ao aumento no custo do serviço de transporte por toneladas transportadas.
- (ii) O aumento refere-se à maior quantidade de açúcar exportado.

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

**27 Despesas gerais e administrativas**

	2012	2011
Salários e encargos (i)	9.129.549	7.081.708
Serviços prestados por terceiros:		
Vigilância patrimonial	1.454.734	1.862.855
Manutenção de hardware e software e internet	853.247	655.837
Outros serviços (ii)	2.725.928	2.389.878
Honorários dos administradores e salários da diretoria	1.894.114	1.525.295
Contribuições associativas e sindicais	511.908	585.560
Depreciação	600.671	413.646
Saúde e alimentação de funcionários	956.623	1.108.910
Despesas com cartório, taxas e emolumentos (iii)	847.407	458.005
Impostos e taxas	152.694	99.731
Telefone	251.955	276.919
Doações	500	230.000
Seguros	177.802	103.224
Viagens e estadias	228.873	156.358
Outras	1.367.799	1.838.687
	21.153.804	18.786.613

- (i) O aumento em salários e encargos é reflexo de ajustes salariais e dissídio coletivo de 7%.
- (ii) Os Outros serviços prestados por terceiros referem-se substancialmente a serviços de consultoria tributária e contábil, auditoria externa, consultoria financeira e de tecnologia e honorários advocatícios.
- (iii) Em 2012, parte substancial dessas despesas refere-se a despesas para registro de imóveis hipotecados quando da contratação de novos empréstimos e financiamentos.

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



28 Outros ganhos (perdas), líquidos

	Nota	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Receita na venda de bens do ativo imobilizado		710.165	1.167.440
Custo na venda de bens do ativo imobilizado	16	(821.828)	(955.695)
Reversão (constituição) de contingências	22	258.699	(731.474)
Desconto sobre multa de parcelamento	22		977.424
Descontos sobre juros parcelamento	22		781.357
Juros sobre tributos incluídos no parcelamento	22		(1.611.277)
Multa de tributos incluídos no parcelamento	22	(7.789)	(1.086.027)
Reversão da provisão de contingência para PIS e COFINS	13 e 22		4.130.791
Constituição de passivo - PIS e COFINS parcelados	22		(1.448.036)
Baixa de arrendamentos por <i>impairment</i>	16	(1.789.604)	(1.728.069)
Outros		(474.537)	1.705.070
		<u>(2.124.894)</u>	<u>1.201.504</u>

29 Despesas financeiras, líquidas

	2012	2011
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(23.180.108)	(16.152.731)
Variações cambiais passivas	(72.165.670)	(71.613.113)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(15.604.988)	(7.407.277)
Tributos sobre operações financeiras	(111.682)	(126.650)
Outras	(1.546.864)	(2.684.699)
	<u>(112.609.312)</u>	<u>(97.984.470)</u>
Receitas financeiras		
Juros de instrumentos financeiros avaliados ao valor justo	2.396.786	4.698.093
Variação cambial ativa	43.439.390	44.720.353
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	11.868.963	9.374.762
Outras	1.798.582	1.104.766
	<u>59.503.721</u>	<u>59.897.974</u>
	<u>(53.105.591)</u>	<u>(38.086.496)</u>

Nardini Agroindustrial Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

**30 Despesas por natureza – Custos de produção****Açúcar, álcool e outros derivados - aplicado em
custo dos produtos vendidos**

	2012	2011
Custo de produção		
Cana-de-açúcar consumida e vendida	262.810.252	216.836.454
Embalagens	3.003.247	2.003.375
Insumos	4.588.617	3.428.825
Salários e encargos	19.754.585	16.680.555
Manutenção em equipamentos e serviços prestados	13.151.010	16.295.099
Depreciação	9.073.217	6.741.675
Outras despesas com processo industrial	4.633.743	8.321.671
Outros custos	32.713.035	29.878.080
	349.727.706	300.185.734
(-) Variação dos estoques de acabados	(7.226.454)	(868.795)
(-) Variação dos custos de entressafra a apropriar	10.282.374	(2.836.633)
Custos dos produtos vendidos	352.783.626	296.480.306

**Gado bovino - aplicado em custo dos produtos
vendidos**

	2012	2011
Custo de produção		
Compra de gado	3.378.727	607.202
Salários e encargos	219.869	271.690
Ração e medicamentos	1.571.244	1.337.600
Depreciação	59.206	59.387
Outros custos	204.131	486.932
	5.433.177	2.762.811
(+/-) Variação dos ativos biológicos	(185.568)	1.625.708
Custos dos produtos vendidos	5.247.609	4.388.519
Total geral dos custos dos produtos vendidos	358.031.235	300.868.825

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

**31 Lucro líquido (prejuízo) por quota**

	2012	2011
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(24.071.122)	29.891.274
Quantidade de quotas do final do exercício	<u>159.121.274</u>	<u>135.700.000</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício por quotas do capital social	<u>(0,15)</u>	<u>0,22</u>

32 Compromissos assumidos**(a) Contratos de arrendamentos rurais**

A Empresa firmou contratos de arrendamentos de terras para exploração da cultura de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros, compreendendo o volume de aproximadamente 2,1 milhões de toneladas, que serão entregues até a safra 2025. O valor desembolsado em razão dessas aquisições é determinado a cada encerramento de safra pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo CONSECANA. A avaliação desse compromisso é estimada em R\$ 120 milhões, considerando o preço médio da tonelada de cana-de-açúcar em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 57,85 por tonelada.

(b) Contratos de parceria agrícola

A Empresa também possui diversos contratos firmados com parceiros agrícolas para atividades que variam entre plantio, tratos culturais das lavouras e corte, carregamento e transporte de cana-de-açúcar.

(c) Contratos de venda futura de açúcar

Em 31 de dezembro de 2012, a Empresa mantém contratos firmados para venda, com preços a fixar, de 255.000 toneladas de açúcar VHP e Cristal, sendo 109.000 toneladas para entrega na safra 2013/2014, 56.000 toneladas para entrega na safra 2014/2015, 63.000 toneladas para entrega na safra 2015/2016 e 32.000 toneladas para a safra 2016/2017 e contratos firmados para venda, com preços já fixados, de 65.430 toneladas para ser entregue na safra 2012/2013.

(d) Contratos de venda futura de etanol

Em 31 de dezembro de 2012, a Empresa mantém contratos firmados para venda, com preços a fixar, de 4 milhões de etanol para ser entregue na safra 2013/2014.

Nardini Agroindustrial Ltda.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



33 Cobertura de seguros (não auditada)

A Empresa contrata seguros para proteger seu ativo imobilizado. O seguro contratado possui as seguintes coberturas em 31 de dezembro de 2012:

- (i) Seguro patrimonial com cobertura para incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça no total de R\$ 154.000.000;
- (ii) Seguro patrimonial com outras coberturas para Nardini e ligadas no total de R\$ 9.350.000;
- (iii) Seguro da frota (danos corporais contra terceiros) com cobertura de R\$ 1.000.000 por evento para 426 veículos;
- (iv) Seguro da frota (danos morais e estéticos contra terceiros) com cobertura de R\$ 200.000 por evento para 426 veículos;
- (v) Seguro da frota (danos materiais contra terceiros) com cobertura de R\$ 150.000 por evento para 426 veículos, inclusive cobertura RC cruzado;
- (v) Seguro da frota (extensão da cobertura para danos corporais contra terceiros) com cobertura de R\$ 1.098.325 por evento para 422 veículos;
- (vii) Seguro da frota (extensão da cobertura para danos morais e estéticos contra terceiros) com cobertura de R\$ 200.000 por evento para 422 veículos;
- (viii) Seguro da frota (danos materiais, corporais, morte acidental e invalidez por acidente do condutor e passageiros) com cobertura de R\$ 2.080.000 por evento para 08 ônibus Aporé;
- (ix) Seguro da frota (casco) com cobertura no valor mercado para 49 equipamentos agrícolas;
- (x) Seguro de vida com cobertura múltiplo salarial de 10 vezes o salário nominal limitado ao máximo de R\$300.000 mais decessos e Seguro saúde dos sócios.

A Administração da Empresa considera os seguros contratados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

* * *

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)